



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1887

Quarta-feira - 09 de Dezembro de 2015

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2	Guaramirim.....	229	Peritiba.....	375
Alto Bela Vista.....	9	Guarujá do Sul.....	230	Pinheiro Preto.....	376
Antônio Carlos.....	11	Herval d'Oeste.....	232	Pomerode.....	377
Arabutã.....	12	Ibiam.....	234	Ponte Serrada.....	380
Arroio Trinta.....	16	Imbituba.....	235	Porto Belo.....	381
Atalanta.....	28	Indaial.....	236	Porto União.....	382
Balneário Piçarras.....	33	Iomerê.....	238	Pouso Redondo.....	391
Balneário Rincão.....	35	Ipumirim.....	242	Presidente Nereu.....	399
Barra Velha.....	37	Irineópolis.....	248	Rio das Antas.....	400
Benedito Novo.....	38	Itá.....	250	Rio do Sul.....	401
Biguaçu.....	39	Itapiranga.....	251	Salto Veloso.....	411
Blumenau.....	41	Ituporanga.....	252	Santa Cecília.....	413
Bom Jesus do Oeste.....	85	Joaçaba.....	253	Santiago do Sul.....	414
Bom Retiro.....	90	Lacerdópolis.....	261	São Bento do Sul.....	424
Botuvera.....	91	Lages.....	271	São Domingos.....	439
Braço do Trombudo.....	92	Lauro Muller.....	274	São João do Oeste.....	465
Brusque.....	107	Lebon Regis.....	275	São Joaquim.....	468
Caçador.....	112	Leoberto Leal.....	279	São José.....	469
Camboriú.....	116	Lindóia do Sul.....	280	São Lourenço do Oeste.....	492
Campo Alegre.....	117	Luzerna.....	282	São Miguel do Oeste.....	511
Campos Novos.....	139	Mafra.....	296	São Pedro de Alcântara.....	515
Canoinhas.....	156	Maravilha.....	306	Schroeder.....	522
Capinzal.....	160	Marema.....	309	Serra Alta.....	545
Chapadão do Lageado.....	165	Massaranduba.....	313	Siderópolis.....	546
Cocal do Sul.....	166	Meleiro.....	327	Sul Brasil.....	547
Concórdia.....	169	Mondai.....	328	Timbé do Sul.....	552
Cordilheira Alta.....	175	Morro da Fumaça.....	329	Timbó.....	553
Coronel Martins.....	178	Navegantes.....	330	Três Barras.....	554
Correia Pinto.....	183	Nova Trento.....	333	Treze Tilias.....	556
Corupá.....	184	Orleans.....	354	Trombudo Central.....	558
Dionísio Cerqueira.....	196	Ouro.....	355	Tunápolis.....	559
Doutor Pedrinho.....	199	Ouro Verde.....	356	União do Oeste.....	563
Ermo.....	216	Paial.....	359	Vargeão.....	566
Forquilha.....	217	Palhoça.....	361	Vidal Ramos.....	567
Frei Rogério.....	218	Palmitos.....	362	Vitor Meireles.....	569
Garopaba.....	220	Papanduva.....	363	Xanxerê.....	570
Gaspar.....	222	Passos Maia.....	364	Xavantina.....	572
Grão Pará.....	225	Paulo Lopes.....	366	Xaxim.....	573
Guaraciaba.....	228	Penha.....	367	Zortéa.....	575

Associações

AMMVI.....	576
------------	-----

Consórcios

CIGA.....	580	CIGAMERIOS.....	585
CIMVI.....	580		
CIS/AMMVI.....	581		
CISAM.....	582		
CPIMMOC.....	584		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

01 TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº3 2015

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 3/2015

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços n. 3/2014, que entre si celebram de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça João Macagnan, CNPJ sob o nº 11.430.533/0001-20, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Água Doce, neste ato, representado pelo seu Gestor Sr. ORLANDO FÁVERO, e de outro lado, GENTE SEGU-RADORA S.A. pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 90.180.605/0001-02, com sede na Rua marechal Floriano Peixoto, 450, Centro Histórico, CEP 90.020-060 – Porto Alegre – RS, neste ato representado pelo Sr. MARCELO WAIS, residente e domiciliado à Rua Mariland, 929/1102 em Porto Alegre, inscrito no CPF sob N.º 632.005.380-15 e portador da Carteira de Identidade N.º 7009036166 RG-SSP/RS, de ora em diante denominada de Contratada, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Substitui o veículo Fiat Uno Mille Way 1.0 8V EVO Flex, 2011/2012, 5 passageiros, placa MLN 2889, chassi 9BD195162C0293330, pelo veículo abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Seguradora	Valor Uni-tário	Valor Total
34	Renaul Logan Expression Hi-Flex 1.6, 2015/2016, 5 passageiros, placa QHP-8918, chassi 93Y4SRD64GJ145283, casco 110% FIPE Franquia: R\$ 950,00 Danos Materiais: R\$ 150.000,00 Danos Corporais: R\$ 200.000,00 Danos Morais: R\$ 30.000,00 APP Morte/Invalidez/DMH: R\$ 32.000,00 Assistência 24 horas com km livre, Vidros, lanternas, retrovisores e faróis	1	Gente Seguradora S.A.	545,39	545,39

Cláusula Aditiva Segunda: Inclui o veículo abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Seguradora	Valor Uni-tário	Valor Total
38	Renaul Oroch Expression 1.6, 5 passageiros, placa QHF-4869, chassi 93Y9S-ROF5GJ989408, casco 110% FIPE Franquia: R\$ 3.000,00 Danos Materiais: R\$ 150.000,00 Danos Corporais: R\$ 200.000,00 Danos Morais: R\$ 30.000,00 APP Morte/Invalidez/DMH: R\$ 32.000,00 Assistência 24 horas com km livre, Vidros, lanternas, retrovisores e faróis	1	Gente Seguradora S.A.	1.104,13	1.104,13

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 08 de dezembro de 2015

ORLANDO FÁVERO	MARCELO WAIS
Gestor do FMS	Gente Seguradora S.A.
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

2ª EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 011/2015

2º. EDITAL DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº. 011/2015

O Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, Senhor Novelli Sganzerla, no uso de suas atribuições, com base nos itens 10.12 e 10.16 do Edital n. 011/2015, RETIFICA a publicação do Edital nº 011/2015 nos seguintes termos:

5. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Onde se lê:

5.1.1 As provas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, constarão de 40 (quarenta) questões para todos os cargos, às quais serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10 (dez).

Leia-se:

5.1.1 As provas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, constarão de 40 (quarenta) questões para todos os cargos, às quais serão atribuídas notas de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

5. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

Onde se lê:

5.1.2 Será considerado aprovado, nesta fase, o candidato que obtiver, no mínimo, nota igual ou superior a 5,0 (cinco) nas provas objetivas de múltipla escolha, e será eliminado o candidato que obtiver nota abaixo desta.

Leia-se:

5.1.2 Será considerado aprovado, nesta fase, o candidato que obtiver, no mínimo, nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos nas provas objetivas de múltipla escolha, e será eliminado o candidato que obtiver nota abaixo desta.

Ficam as demais disposições do Edital supramencionado inalteradas.

Retifica-se.

Água Doce, 07 de dezembro de 2015.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 157/2015

DECRETO Nº 157/2015 - DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão manutenção Departamento de Ensino.

Art. 2º. Fica suplementado no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0086/63 e 3.390.0000.0086/211 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.2.020 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO

3.3.90.00.00.0679/63 Aplicações Diretas.....
..... R\$ 15.000,00

12.365.0013.2.029 MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

3.3.90.00.00.0086/211 Aplicações Diretas.....
..... R\$ 15.000,00

TOTAL
..... R\$ 30.000,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica de Impostos – Educação.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de novembro de 2015
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 158/2015

DECRETO Nº 158/2015 – DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17º da Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329 de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 54.931,56 (cinquenta e quatro mil e novecentos e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o "caput" deste artigo serão aplicação de excesso de arrecadação dos convênios Transporte Escolar Estado, Salário Educação e rendimentos de aplicação financeira FUNDEB.

Art. 2º. Fica suplementados no orçamento vigente os elementos de despesas 3.3.90.00.00.0022/70, 3.390.0000.0058/71, 3.3.90.00.0189/196 e 4.4.90.00.00.0187/58 Aplicações Diretas com as seguintes classificações orçamentárias:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE

01 DEPARTAMENTO DE ENSINO

12.361.0010.1.008 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR

4.4.90.00.00.0187/58 Aplicações Diretas.....
..... R\$ 19.090,00

12.361.0010.2.021 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL – FUNDEB

3.3.90.00.00.0189/196 Aplicações Diretas.....
..... R\$ 5.203,32

12.364.0010.2.023 TRANSPORTE ESCOLAR CONVÊNIO – ESTADO – S.E.E
 3.3.90.00.00.0022/70 Aplicações Diretas.....
 R\$ 3.875,62

12.361.0010.2.024 APLICAÇÃO DO SALÁRIO EDUCAÇÃO
 3.3.90.00.00.0058/71 Aplicações Diretas.....
 R\$ 26.762,62

TOTAL
 R\$ 54.931,56

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, será utilizado o provável excesso de arrecadação verificado na rubrica de Convênio Transporte Escolar Estado, Convênio Salário Educação e Rendimentos aplicação financeira Fundeb.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 27 de novembro de 2015.
 NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 159/2015

DECRETO Nº 159/2015 – DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

“ABRE CREDITO SUPLEMENTAR, CRIA ELEMENTO DE DESPESA, ANULA PARCIALMENTE E TRANSFERE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei nº 2.398, de 02 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.329, de 09 de dezembro de 2014, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para a Prefeitura Municipal.

Parágrafo Único. Os recursos a que se refere o “caput” deste artigo serão para manutenção do Departamento de Esportes.

Art. 2º. Fica criado no orçamento vigente o seguinte elemento despesa 3.3.90.00.00.0679/216 Aplicações Diretas com a seguinte classificação orçamentária:

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
 03 DEPARTAMENTO DE ESPORTE
 27.812.0016.1.016 CONSTRUÇÃO AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DEST. AO ESPORTE
 3.3.90.00.00.0679/216 Aplicações Diretas.....
 R\$ 20.000,00

Art. 3º. Para atender o disposto no artigo 1º deste Decreto fica anulado parcialmente o seguinte elemento de despesa.

05 SEC. DA EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTE
 01 DEPARTAMENTO DE ENSINO
 12.364.0012.2.028 MANUTENÇÃO DE ENSINO DE 3. GRAU E PROFISSIONALIZANTE
 3.3.90.00.00.0679/77 Aplicações Diretas.....
 R\$ 20.000,00

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 02 de dezembro de 2015.
 NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 160/2015

DECRETO Nº 160/2015 - DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

“ALTERA O ANEXO DO DECRETO N. 081, DE 16 DE AGOSTO DE 2010 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto no Decreto n. 081, de 16 de agosto de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Anexo Único do Decreto n. 081, de 16 de agosto de 2010, que passa a vigorar com a redação constante no Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 078, de 06 de julho de 2015, bem como as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de dezembro de 2015.
 NOVELLI SGANZERLA
 Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

BOLETIM DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

I – INFORMAÇÕES E INSTRUÇÕES:

1. O presente boletim de avaliação consta de 09 (nove) itens a serem avaliados;
2. A cada item correspondem alternativas que deverão ser valoradas com notas de 01 a 10 (sendo 01 totalmente insatisfeito e 10 totalmente satisfeito) de acordo com a situação do avaliado, assinalando-se, no espaço correspondente, a respectiva nota;
3. O campo identificado como Nota corresponde à auto-avaliação e, como tal, deverá ser preenchido pelo próprio servidor avaliado; o campo identificado como Nota2 corresponde à avaliação do Secretário e/ou Superior Hierárquico direto do servidor avaliado, estas duas notas terão caráter consultivo;
4. Os valores correspondentes à auto-avaliação e a avaliação do Secretário e/ou Superior Hierárquico direto do servidor avaliado não serão computados para fins de média, servindo apenas como parâmetro para aferição da nota pela comissão de avaliação;
5. O campo identificado como Nota³ corresponde a avaliação da Comissão, tendo esta nota caráter conclusivo;
6. Os valores correspondentes a cada item deverão ser somados, cuja soma total, será a nota obtida na avaliação, na forma de pontos; ao final do período de estágio probatório será feita a média aritmética das avaliações parciais; o servidor que não alcançar, ao final das avaliações, média aritmética igual ou superior a 50% (cinquenta por cento) da pontuação máxima será reprovado e deverá ser exonerado, dando-se vista ao estagiário pelo prazo de cinco dias para apresentar defesa, por si ou por procurador legalmente habilitado.
7. O número máximo de pontos possíveis a serem atingidos neste boletim é de 210 (duzentos e dez) pontos;
8. A ordem de avaliação será a seguinte:

- 1º) Será feita a auto-avaliação, com o preenchimento, pelo próprio servidor avaliado, do Boletim de Avaliação, o qual deverá atribuir-se a nota que entender merecedor;
- 2º) O Boletim será encaminhado ao Secretário e/ou Superior Hierárquico direto do servidor avaliado, o qual atribuirá a nota conforme sua avaliação;
- 3º) Com base nestas notas, a Comissão de Avaliação fará a sua avaliação final;
- 4º) O Processo será encaminhado ao Conselho de Política, Administração e Remuneração de Pessoal para manifestação;
- 5º) O processo retornará à Comissão para feitura da pontuação final.

II- IDENTIFICAÇÃO DO AVALIADO:

Nome:	Matrícula:
Cargo:	Avaliação nº:
Lotação:	Carga Horária:
Data da Posse:	Data da Avaliação:

II - ITENS AVALIADOS:

01- Quantidade do trabalho – produtividade:

Considere a quantidade de trabalho executado dentro do campo de ocupação.

Descrição das atividades	Nota ¹	Nota ²	Nota ³
Administração do tempo: leve em consideração a capacidade do servidor em ordenar a realização de suas tarefas e cumprir os prazos estabelecidos para a sua entrega.			

02- Dedicção ao Serviço:

Descrição das atividades	Nota ¹	Nota ²	Nota ³
Avalie o relacionamento com os colegas: se mantém sempre um clima de cordialidade no trato com os colegas e terceiros, usuários dos serviços por ele prestados			
Analise a dedicação ao trabalho em relação ao capricho, precisão, clareza, ausência de erros e cumprimento dos prazos estabelecidos, atendendo as expectativas da área;			

03- Eficiência, Disciplina e Zelo:

Avalie a aplicação de conhecimentos teórico/prático visando resultado eficiente no desenvolvimento das atribuições do cargo

Descrição das atividades	Nota ¹	Nota ²	Nota ³
Conhecimento suficiente sobre as atribuições do cargo.			
Uso correto dos recursos materiais que dispõe para a execução de suas tarefas, bem como se demonstra cuidados quanto a sua conservação e economia; se tem comprometimento com o trabalho			
Avalie a interação e respeito no trato com seus superiores hierárquicos, bem como o cumprimento das ordens por estes emanadas.			
Avalie se realiza as atividades com cuidado e atenção, atingindo o nível de qualidade desejado, evitando o retrabalho.			

04- Aperfeiçoamento funcional – atualização:

Descrição das atividades	Nota ¹	Nota ²	Nota ³
Demonstra interesse em se aperfeiçoar, visando a melhoria do resultado do seu trabalho			
Participa dos treinamentos oferecidos pela Administração.			

05 - Responsabilidade:

Considera a maneira como o servidor se dedica ao trabalho: se atende as tarefas nos prazos determinados; se respeita as ordens, as determinações, as normas e regulamentos do órgão e como administra o tempo de suas atividades a sua função.

Descrição das atividades	Nota ¹	Nota ²	Nota ³
Cumprir suas atividades			
O funcionário desenvolve suas atividades mesmo não sendo fiscalizado			
Assume todas as suas atividades, cumprindo-as nos prazos estipulados.			

06 - Cooperação:

Considera a qualidade de cooperar e oferecer contribuição ao trabalho de seus colegas e comunidade.

Descrição das atividades	Nota ¹	Nota ²	Nota ³
Executa qualquer atividade, mesmo fora de sua rotina ou atribuição, colaborando com os colegas para que o trabalho não seja interrompido			

07- Assiduidade e permanência no local de trabalho:

Considera a frequência do funcionário ao trabalho e sua permanência no local de trabalho, bem como sua participação nos eventos promovidos pelo órgão e comunidade, relacionados com suas atividades. Considere a chegada e a saída do trabalho, começo e término de cada período, faltas justificadas e injustificadas, a disciplina e o ambiente no trabalho.

Descrição das atividades	Nota ¹	Nota ²	Nota ³
Justifica as faltas, sempre que ocorrem			
Não falta nem sai do local de trabalho durante o expediente sem autorização			
Não chega atrasado nem sai antes do término do expediente			
Participa ou colabora na organização dos eventos realizados pelo município ou Secretaria afim			

08 - Iniciativa e Criatividade:

Considera a potencialidade do funcionário para desenvolver idéias novas, dinamizar e motivar as atividades, contribuindo para a melhoria do trabalho da categoria profissional.

Descrição das atividades	Nota ¹	Nota ²	Nota ³
Não se limita a seguir técnicas e padrões existentes pertinentes ao seu trabalho			
Possui potencial criativo, contribuindo sempre que estimulado na execução de qualquer atividade, ainda que alheia ao seu cargo			

09 – Idoneidade Moral:

Descrição das atividades	Nota ¹	Nota ²	Nota ³
Análise se o comportamento do servidor não compromete a ética e a moral do órgão público municipal perante a comunidade			
Avalie se o servidor não possui antecedentes disciplinares			

IV – RESULTADO DA AVALIAÇÃO: _____ PONTOS**V – RESULTADO FINAL:**

Número máximo de pontos possíveis	
Soma dos pontos obtidos (Notas de todas as avaliações)	
Média aritmética dos pontos obtidos nas avaliações	

Observação do Secretário ou Superior Hierárquico:

Parecer Do Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal:

Conclusão da Comissão:

Água Doce - SC, de de .

Assinatura dos Membros da Comissão: Assinatura do Servidor:

- 1) _____
- 2) _____
- 3) _____
- 4) _____
- 5) _____
- 6) _____
- 7) _____

Novelli Sganzerla
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 161/2015

DECRETO Nº 161/2015 – DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

“CRIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO DO PMAQ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce – SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 11 do Decreto nº 147, de 13 de novembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão de Monitoramento do PMAQ, composta pelos seguintes membros:

- NATHALIA DE SOUZA COSTA
- MARIA ODETE AMORIN MENDES
- SILVIA MONICA BORTOLINI BRAGA
- JAQUELINE TEREZINHA DA SILVA
- ROSEMARY INES HEBERLE

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 03 de dezembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 162/2015

DECRETO Nº 162/2015 – DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

“FIXA O VALOR DE REFERENCIA MUNICIPAL – VRF, DEFINE PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO – IPTU, DA TAXA DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ISS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito de Água Doce – SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e na forma do artigo 445 e seguintes da Lei Complementar nº 026/02 de 26/12/02 e demais normas legais aplicáveis a matéria:

DECRETA:

Art. 1º O valor do VRF – Valor de Referência Municipal, para o ano de 2016 será reajustado em 10,69% (dez virgula sessenta e nove por cento), correspondente a variação do IGP-M dos últimos doze meses, sendo fixada em R\$ 64,32 (sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

Art. 2º. O Imposto Predial e Territorial Urbano de que trata o Código Tributário Municipal será reajustado em 10,69% (dez virgula sessenta e nove por cento), correspondente a variação do IGP-M dos últimos doze meses para o exercício de 2016.

Art. 3º. As datas para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU serão as seguintes:

Parcela Única: 10/03/2016

1º Parcela: 10/03/2016

2º Parcela: 11/04/2016

Parágrafo único: Para o pagamento em cota única será concedido um desconto de 10% (dez por cento).

Art. 4º. O valor mínimo do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU para o exercício de 2016 será de R\$ 64,32 (sessenta e quatro reais e trinta e dois centavos).

Art. 5º. O pagamento da Taxa de Alvará de Funcionamento e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS fixo para o exercício de 2016, terá vencimento em 10/03/2016.

Art. 6º. Para fazer face as despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, serão usadas dotações próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/01/2016.

Art. 8º. Revogam – se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 04 de dezembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal.

DIVULGAÇÃO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DAS TAXAS DE INSCRIÇÃO RELATIVAS AO CONCURSO PÚBLICO Nº 011/2015

DIVULGAÇÃO DOS PEDIDOS DE ISENÇÃO DAS TAXAS DE INSCRIÇÃO RELATIVAS AO CONCURSO PÚBLICO Nº. 011/2015

O Prefeito do Município de Água Doce, Estado de Santa Catarina e a Coordenação dos Concursos Públicos da Universidade do Oeste de Santa Catarina, atuando de forma conjunta, no uso de suas atribuições legais, tornam pública a informação sobre o pedido de isenção das taxas relativas as inscrições do Edital nº. 011/2015:

NÃO HOUVE SOLICITAÇÕES.

Água Doce/SC, em 08 de dezembro de 2015.

NOVELLI SGANZERLA

Prefeito Municipal

PORTARIA 309/2015

PORTARIA Nº 309/2015 de 07 de dezembro de 2015

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária LORETE LOURDES PANTANO GHISLENI inscrita sob CPF nº 710.426.109-59, funcionária efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, a partir de 07/12/2015 a 21/12/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Camila Raquel Macagnan

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 310/2015

PORTARIA Nº 310/2015 de 07 de dezembro de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário LAUDELINO DOMINGUES, inscrito sob CPF nº 486.578.599-04, funcionário efetivo no cargo de Agente Operacional, a partir de 07/12/2015 a 05/01/2016, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 311/2015

PORTARIA Nº 311/2015 de 07 de dezembro de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário ATILIO MIGUEL VIVAM, inscrito sob CPF nº 436.523.529-04, funcionário efetivo no cargo de Motorista, a partir de 07/12/2015 a 05/01/2016, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 312/2015

PORTARIA Nº 312/2015 de 07 de dezembro de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias ao funcionário ANTONIO BARBOSA, inscrito sob CPF nº 430.342.689-04, funcionário no cargo de Diretor do Departamento de Controle Sanitário, a partir de 07/12/2015 a 26/12/2015, período 14/15.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento

Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 313/2015

PORTARIA Nº 313/2015 de 07 de dezembro de 2015

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIOS QUE MENCIONA. "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias coletivas aos funcionários (a) da Secretaria de Indústria Comércio e Urbanismo, abaixo nominados no período de 07/12/2015 a 05/01/2016:

LUIZ ISAC AMBRÓSIO – 15/16

JOAO LEOCIR FABIANO – 14/15

LEANDRO DE MATOS – 15/16

NILSON DOS SANTOS LINS – 14/15

JALMIR JOSE VERONA – 14/15

LUIZ DALLA VALLE – 14/15

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Camila Raquel Macagnan

Prefeito

Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 314/2015

PORTARIA Nº 314/2015 de 07 de dezembro de 2015

"EXONERAR A PEDIDO DO CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMERCIO E SERVIÇOS O SERVIDOR QUE MENCIONA"

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Exonerar a pedido a servidora, GISLAINE BREZOLIN TONIAL, brasileira, inscrita no CPF sob Nº 000.184.789-99, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Indústria, Comércio e Serviços, a partir de 03/12/2015, conforme requerimento Protocolo Nº 791/2015 em anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 07 de dezembro de 2015

Novelli Sganzerla

Prefeito

Alto Bela Vista

PREFEITURA

DECRETO Nº 2088, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

DECRETA

Art. 1º. Para a Comissão Permanente de Licitações e também nos termos do art. 7º, II, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006, para atuar nos processos licitatórios da Administração Municipal, ficam designados:

I – Vilmar José Zonta, ocupante do cargo em comissão de Contador Geral, que será o presidente;

II – Marcelo Contessotto, ocupante do cargo de provimento efetivo de agente administrativo, que será o secretário;

III – Josi Vitoria Lermen Finger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que será membro;

IV – Elsi Inês Krüger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Limpeza e Copa, que será membro;

V – Fátima Lorete Klein da Silva, ocupante do cargo em comissão de assessora de Gabinete, que será membro suplente;

VI – Tania Catarina Nilson, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que será membro suplente.

Art. 2º. As atribuições, responsabilidades e proibições dos membros da Comissão são aquelas definidas nos arts. 6º, XVI, art. 9º, § 4º e art. 51, todos da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações;

Art. 3º. Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados receberão gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos conforme Art. 21, Inciso V da Lei Complementar 66/2014 nos valores estabelecidos no anexo IV daquela lei.

Art. 4º. Aos membros suplentes efetivos da comissão de licitações, será paga na proporcionalidade, quando de sua efetiva participação nas sessões em virtude de convocações pela impossibilidade de participação de membros titulares, de acordo com a fórmula estabelecida no Parágrafo único do art. 21 da Lei Complementar (Valor total da FG dividido pelo número total de sessões realizadas no mês, multiplicada pelo número de participação do membro suplente).

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Fica revogado o Decreto n.º 2016 de 14 de abril de 2015, e as disposições em contrário.

Alto Bela Vista (SC), em 08 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

FATIMA LORETE KLEIN DA SILVA
Responsável pelas Publicações

DECRETO Nº 2089, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

DESIGNA PREGOEIRO MUNICIPAL, EQUIPE DE APOIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal, de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente nos termos do art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, c/c Art 3º, IV, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado Pregoeiro Municipal e equipe de apoio, nos termos do art. 7º, II, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006, para atuar nos processos licitatórios da Administração Municipal, ficam designados:

I – Josi Vitoria Lermen Finger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, que será o Pregoeiro;

II – Marcelo Contessotto, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

III – Jacqueline Milena de Borba Weirich, ocupante do cargo de provimento efetivo de Tesoureiro, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro;

IV – Elsi Inês Kruger, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Limpeza e Copa, que integrará a equipe de apoio do pregoeiro.

Art. 2º. As atribuições, responsabilidades e proibições dos membros da Comissão são aquelas definidas nos arts. 6º, XVI, art. 9º, § 4º e art. 51, todos da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, combinadas com a lei 10.520, de 17 de julho de 2002 c/c e as estabelecidas no art. 9º, do Decreto nº 754, de 27 de novembro de 2006.

Art. 3º. Pelo desempenho do presente mandato os servidores designados receberão gratificação ou adicional nos respectivos vencimentos conforme Art. 21, Inciso V da Lei Complementar 66/2014 nos valores estabelecidos no anexo IV daquela lei.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Fica revogado o Decreto N.º 2017 de 14 de abril de 2015, e as disposições em contrário.

Alto Bela Vista (SC), em 08 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Fatima Lorete Klein da Silva
Responsável pelas Publicações

PORTARIA Nº 148, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015**PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, ADELAIDE ERCI MÜLLER, ocupante de dois (2) cargos públicos de professor, matrículas 119 e 714, respectivamente PROFESSOR I – 20 HORAS e PROFESSOR BASE DIVERSIFICADA – 20 HORAS, até 11 de janeiro de 2016, conforme requerimento de pedido de prorrogação e marcação de perícia médica junto ao INSS de 04 de dezembro de 2015.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria ficarão a cargo da Previdência Social (INSS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, 07 de dezembro de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FÁTIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 514/2015

PORTARIA Nº 514/2015.

Dispensa ACTs.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Dispensar, servidores contratados por tempo determinado, ocupantes do cargo de PROFESSOR COM LICENCIATURA PLENA, do Funcionamento e Manutenção Pre Escolar – Professor Efetivo - ACTs a partir de 11 de dezembro de 2015, conforme abaixo relacionado:

ANA CAROLINE KONS SPINDOLA – matrícula 1590
FERNANDA PETRY KOERICH – matrícula 1591
FRANCIELLE SCHUTZ – matrícula 1624
MAYARA MAFRA BONDAVALLE – matrícula 1627
MAYARA MAFRA BONDAVALLE – matrícula 1577

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 07 de dezembro de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 09 de dezembro de 2015.

PORTARIA N 519/2015

PORTARIA Nº 519/2015.

Cessa portaria 369/2015.

ANTONIO PAULO REMOR – Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Cessar Portaria nº 369 de 06 de julho de 2015, retornando as suas atividades laborais, a servidora MARIA GORETE DA SILVA ROSA, no cargo efetivo de AGENTE SERVIÇOS GERAIS – 40H, a partir de 31 de dezembro de 2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - . Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 08 de dezembro de 2015.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 09 de dezembro de 2015.

Arabutã

PREFEITURA

ATA DE LICITAÇÃO - PL Nº. 76/2015 SEQUÊNCIA 001

RESUMO DA ATA 001

Processo Licitatório nº. 76/2015 – Pregão Presencial nº 041/2015

Objeto: Registro de preço de medicamentos para atender as necessidades da população do Município de Arabutã, conforme identificação constante do Formulário-Proposta no anexo I do Edital.

Os Credenciados/Representantes Legais das empresas ALTERMED -MAT. MED.HOSPITALARES LTDA, PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP, CENTERMEDI COMÉRCIO DE PROD. HOSP. LTDA, ANDROMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA, DALBEX COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - ME, DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA EPP, AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, DR-V COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA compareceram na sessão pública.

As empresas apresentaram documentação comprobatória de enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte.

Ato contínuo foram abertos os envelopes nº. 1 - Propostas Comerciais, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio, Credenciados e Representantes Legais.

Iniciada a fase de lances verbais, estes foram apresentados de acordo com o anexo da ata da sessão, sendo que nos itens onde houve empates, foram feitos sorteios.

Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº. 2 - Documentação de Habilitação da empresa vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio, Credenciados e Representantes Legais.

O representante da empresa DIMASTER COM. DE PROD. HOSP. LTDA se ausentou da sessão por volta das 16h.

Os licitantes deverão encaminhar a documentação solicitada no item 9.4 do Edital, em até cinco dias (14/12/2015) através dos e-mails administração@arabuta.sc.gov.br ou licitacoes@arabuta.sc.gov.br.

Assim, a Pregoeira e a Equipe de Apoio resolvem encaminhar para Processo Licitatório para o parecer técnico do setor solicitante.

Indagados todos os presentes, não foi ofertada qualquer espécie de impugnação.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Arabutã e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.arabuta.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/27067/codLicitacao/65849>.

Arabutã, 08 de dezembro de 2015.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI
DULCI DRIEMEIER
FELIPE PATZLAFF
DELSI DRIEMEIER

DECRETO Nº. 1803/2015

DECRETO Nº 1803, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Nomeia Comissão para Avaliação de Concurso para ampliação da carga horária dos profissionais do magistério e estabelecer a ordem cronológica de escolha de aulas para o ano letivo de 2016 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, combinado o Edital nº 02, de 26 de dezembro de 2015, que estabelece Processo de Concurso para ampliação da carga horária, a pedido, para os profissionais do Magistério Público Municipal e dá outras providências e de Edital nº 01, de 26 de dezembro de 2015, que estabelece normas destinada a estabelecer a ordem cronológica de escolha de aulas para o ano letivo de 2016 para os membros do Magistério Público Municipal concursados ou estáveis e dá outras providências,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os seguintes membros para compor a comissão para Avaliação de Concurso para ampliação da carga horária dos profissionais do magistério e estabelecer a ordem cronológica de escolha de aulas para o ano letivo de 2016 para os membros do Magistério Público Municipal concursados ou estáveis:

I – Dulci Driemeier servidora publica municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo que será a presidente;

II – Michele Wasem servidora publica municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretario de Escola que será a secretária dos trabalhos da Comissão; e

III – Carla Sandra Cozer Morche servidora publica municipal ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, como membro

Art. 2º A homologação da classificação será realizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 04 de dezembro de 2015.

Jackson Luiz Patzlaff
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 04 de dezembro de 2015

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação

DECRETO Nº. 1804/2015

DECRETO Nº 1804, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre crédito suplementar por conta do provável excesso de arrecadação no valor de R\$ 689,28.

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do art. 31 da Lei 802, de 07 de novembro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2015 – LDO e dá outras providências e com a alínea “a” do inciso IV do art. 4º da Lei Municipal nº 807, de 12 de dezembro de 2014, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2015, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso II, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

Órgão:	13	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade:	1	Diretoria de Educação		
Projeto Atividade:	2115	Gestão das Políticas e Ações da Educação Infantil - Creche		
Modalidade:	202	33900000000000	Aplicações Diretas	689,28
00.01.0819				
TOTAL				R\$ 689,28

Art. 2º O crédito suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta do excesso de arrecadação:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação

Descrição da Fonte: 00.01.0819 – Brasil Carinhoso – Apoio a Creches 689,28

TOTALR\$ 689,28

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 08 de dezembro de 2015

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 08 de dezembro de 2015

Greici Fernanda Sonntag

Responsável pela publicação

DECRETO Nº. 1805/2015

Decreto nº. 1805, de 08 de dezembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 75/2015, EDITAL DE LEILÃO Nº 002/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Jackson Luiz Patzlaff, Prefeito de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; Considerando os elementos constantes do Edital de Leilão nº. 035/2015, em especial o posicionamento firmado pela Comissão Permanente de Licitações e Leiloeiro Oficial, quanto à ausência de licitantes;

DECRETA:

Art. 1. Fica aludido procedimento revogado, providência que encontra amparo legal no artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Arabutã (SC),

08 de dezembro de 2015.

JACKSON LUIZ PATZLAFF

Prefeito

Registrado e publicado em data supra.

Greici Fernanda Sonntag

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº. 393/2015

PORTARIA Nº 393, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015

Concede Progressão por Desempenho aos Servidores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, nos termos dos art. 20 à 28 da Lei Complementar nº 158, de 29 de dezembro de 2015 e dos art. 17 à 25 da Lei Complementar nº 155, de 29 de dezembro de 2015, regulamentadas pelos Decretos nº 1.683 e nº 1.684, de 10 de março de 2015, respectivamente,

CONCEDE

Art.1º Fica concedido PROGRESSÃO POR DESEMPENHO, a partir de 01 de Janeiro de 2016 aos seguintes servidores:

SERVIDOR	CARGO	NIVEL	REF.2015	REF.2016
ADRIANA DUARTE	NUTRICIONISTA	190	IN	A
ADRIANE MULLER	PROFESSORA III	516	D	E
ADRIANI KRUTZMANN	TECNICA EM ENFERMAGEM	110	B	C
ALCIDES GHERKE	AGENTE DE SERV. GERAIS	20	C	D
ANA WAZLAWICK	FARMACEUTICA	160	B	C
ANDRÉ LUIS WENTZ	MOTORISTA	100	A	B
ANDRÉIA ADAMY	PROFESSOR III		M	M
ANDRÉIA PEREIRA	AGENTE DE COPA	20	B	C
ANDREIA VERUCK	PROFESSORA III		B	C
ANELORI PINNOW	AGENTE DE COPA	20	IN	A
CARLA KIEKOW	ENFERMEIRA	230	J	L
CARLA KUSSLER	PROFESSOR III		G	H
CARLA MORCHE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	40	E	F
CÉLIO MERLO	ODONTOLOGO	220	M	M
CLARICE WEIMER	AGENTE DE COPA	20	B	C
CLAUDETE KIEKOW	AGENTE DE COPA	20	E	F
CLAUDIR KIEKOW	MOTORISTA AMBULANCIA	170	C	D
CLÉIA DE CASTRO	PROFESSOR III		M	M
CRISTIANE DALALIBERA	ENFERMEIRA	230	B	C
DANIELA LAMB	TECNICA EM ESPORTES	30	B	C
DARLI DINNEBIER	AGENTE DE CRECHE	120	D	E
DEISE MORCHE	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	40	B	C
DELSI DRIEMEIER	TESOUREIRA	180	E	F
DILMAR TIEMANN	AGENTE ADM. E FINANÇAS	190	M	M
DIRCEU WAZLAWICK	MECANICO	170	E	E
DIRLETE BERNER	PROFESSOR III		M	M
DONATO HEINRICH	OPERADOR DE MAQUINAS	130	A	B
DOUGLAS RECKERS	PROFESSOR III		IN	A
DULCI DRIEMEIER	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	40	E	F
EDENICE PATZLAFF	PROFESSOR III		M	M
ELIANE PATZLAFF	PROFESSOR III		G	H
ELISEO KROHN	MOTORISTA	100	A	B
ELMA RICHTER	PROFESSOR III		I	J
EVA JACOVAS	AGENTE DE COPA	20	J	L
FELIPE PATZLAFF	AUXILIAR CONTABILIDADE	180	IN	A
ILARIO NEUKAMP	OPERADOR DE MAQUINAS	060	M	M
INDIRIANA PATZLAFF	PROFESSOR III		F	G
ISOLDE RUPPENTHAL	AGENTE TEC. AGRICOLAS	200	B	C
IVETE DEUNER	PROFESSOR III		M	M
JAIR DEUNER	OPERADOR MAQUINAS	210	B	C
JAIR FASSBINDER	AGENTE CONT. INTERNO	130	A	B
JANETE PETRY	AGENTE DE COPA	20	C	D
JULIANE CAMILLO	TECNICO ENFERMAGEM	110	A	B
KELIN EINSWEILER	PROFESSORA II			
LAURI ENCK	OPERDAOR DE MAQUINAS	130	M	M
LAURY HAEFLIGER	MOTORISTA	100	D	E
LEILA LUCKEMEIER	PROFESSOR III		C	D
LEOCIR ROHDE	MOTORISTA	100	B	C
LIDIANE DINNEBIER	PROFESSORA		IN	A
LORECIR COLDEBELLA	AUXILIAR DE CONS. DENTARIO	110	A	B
LUCIA LUCKEMEIER	AGENTE DE COPA	20	A	B

LUCIA PATZLAFF	AGENTE DE COPA	20	C	D
LUIS HUBNER	MEDICO	310	B	C
MARA ESTER KUNZ	AGENTE DE COPA	20	IN	A
MARCELO KIEKOW	MOTORISTA AMBULANCIA	170	C	D
MARCIA BOCK	TECNICA EM ENFERMAGEM	110	C	D
MARCIA SCHEER	PSICOLOGA	230	M	M
MARCIO DRIEMEIER	INSEMINADOR	120	D	E
MARCOS GERHARD	ADVOGADO	270	D	E
MARLENA DIESEL	TECNICO EM ENFERMAGEM	110	C	D
MARLENE WILTGEN	PROFESSOR III		M	M
MARLI BURNIER	PROFESSOR III		M	M
MARLISE ROCKENBACH	PROFESSOR III		M	M
MARTA FERRI	PROFESSOR IV		D	E
MAURO MULLER	OPERADOR DE MAQUINAS	130	A	B
MICHELE WASEM	SECRETARIA DE ESCOLA	60	A	B
MIRIAM V.KNOBLAUCH	PROFESSORA II		C	D
MOISES DE OLIVEIRA	OPERADOR DE MAQUINAS	130	M	M
NATALIA GHERKE	AGENTE DE COPA	20	C	D
NEIDE SONNTAG	AGENTE DE COPA	20	A	B
NOELI EINSWEILER	AGENTE DE SAUDE	510	A	B
OLIVER FEDRIZZI	MOTORISTA	100	B	D
PAULO FRISTCH	MOTORISTA	100	A	B
RAFAEL MARINI	ODONTOLOGO	220	E	F
RENATA MORAES LIMA	ENFERMEIRA	230	IN	A
ROSA STEFFEN	AGENTE DE COPA	20	A	B
ROSANE AREND	PROFESSOR III		M	M
ROSANGELA PRESOTTO	MEDICO VETERINARIO	210	A	B
ROSE FASSBINDER	AGENTE DE COPA	20	A	B
ROSELENE WEIRICH	PROFESSOR III		H	I
ROSIMERI KASTER	ATENDENTE DE BIBLIOTECA	10	M	M
RUBIA KIEKOW	PROFESSOR III		M	M
SABRINA MORES	ASSISTENTE SOCIAL	230	D	E
SILVANA DUARTE	AGENTE DE COPA	20	IN	A
VANDERLEI SCHRAMMEL	AGENTE SER. GERAIS	20	IN	A
VANDERLEI VORTMANN	MOTORISTA	100	IN	A
VILSON FIAMETTI	MOTORISTA	100	B	C
WAGNER ROEGLIN	MOTORISTA	100	A	B
WILSON WASEM	OPERADOR DE MAQUINAS	130	A	B

Art.2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência à partir de 1º de janeiro de 2016.

Gabinete do Prefeito de Arabutã/SC, 07 de dezembro de 2015.
JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito

Registra-se e Publica-se
Em 07 de dezembro de 2015

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação.

Arroio Trinta

PREFEITURA

DECRETO Nº 1732

DECRETO Nº 1732, de 17 de novembro de 2015.

Nomeia os Membros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do Município de Arroio Trinta – SC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o a Lei nº 495 de 08/12/1993 e Lei nº 985 de 10/09/2003,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os Membros do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do Município de Arroio Trinta – SC, conforme abaixo relacionados:

REPRESENTANTE DO LIONS CLUBE

Titular.: Marilene Silva da Silva

Suplente.: Rosemary Fogliatto

REPRESENTANTE DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL INDUSTRIAL – ACIAT

Titular.: Maritane Pagliarini Legnani

Suplente.: Carlos Possenti

REPRESENTANTE DO CENTRO DE TRADIÇÕES ITALIANAS – CTI

Titular.: Gleison Fernando Abati

Suplente.: Maria Isabel Nesi Favarim

REPRESENTANTE DA PASTORAL DA JUVENTUDE

Titular.: Suelen Vigolo

Suplente.: Giovani Nava

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular.: Manoel Wanderlei de Moraes

Suplente.: Fernando Manenti

REPRESENTANTE DA DELEGACIA DE POLÍCIA

Titular.: Marcia Junges

Suplente.: Antonio Ludgerio

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Titular.: Fernanda Consoni

Suplente.: Bernardete Manenti Nesi

REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Titular.: João Marcos Ferronato

Suplente.: Adriane Biava

Art. 2º O mandato dos Conselheiros nomeados será de 02 (dois) anos, facultada a recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 17 de novembro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1733

DECRETO Nº 1733, de 30 de novembro de 2015.

Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Arroio Trinta – CMAS, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 625 de 27/12/1995 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, para o Conselho Municipal de Assistência Social de Arroio Trinta – CMAS, as seguintes pessoas:

I – DO GOVERNO MUNICIPAL

a) Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

TITULAR: MANOEL WANDERLEI DE MORAIS

SUPLENTE: FERNANDO MANENTI

b) Representante da Secretaria Municipal de Educação

TITULAR: ERONI SCHULLER BIAVA

SUPLENTE: OLIRA CIVIDINI

c) Representante do Departamento de Finanças

TITULAR: JOÃO MARCOS FERRONATTO

SUPLENTE: ADRIANE BIAVA

II – DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DA ÁREA OU USUÁRIOS

a) Representante Lions Clube

TITULAR: SANDRA POSSENTI

SUPLENTE: SERGIO LIDANI

b) Representante do Clube de Mães

TITULAR: LIRES ANCILIERO

SUPLENTE: DONILDE SALETE SERIGHELLI CERON

c) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

TITULAR: ARLINDO PERICO

SUPLENTE: INACIO BOSA

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, e ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 30 de novembro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1734

DECRETO Nº 1734, de 07 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que estabelece o artigo 6º, item I da Lei nº 1.714 de 06/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica o departamento de contabilidade da Câmara Municipal

de Vereadores de Arroio Trinta, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais), na dotação orçamentária a seguir discriminada:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

6.1000.1001.1.31.1.2.1.1 MAN. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
31910000-0100-000 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 1.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados no mesmo valor os seguintes recursos:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

6.1000.1001.1.31.1.2.1.1 MAN. DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS
33500000-0100-000 Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
TOTAL ANULADO R\$ 1.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 07 de dezembro de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

Este decreto foi publicado nesta Secretaria de Administração em 07 de dezembro de 2015.

Michel Junior Serighelli
Responsável Secretaria Municipal de Administração

DECRETO Nº 1735

DECRETO Nº 1735, de 07 de dezembro de 2015.
Autoriza e Aprova Desmembramento de Área que Especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o dispositivo no artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica do Município, e demais normas legais aplicáveis à matéria,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover o desmembramento de uma área urbana com área total de 10.837,80m², localizado na Rua Felix Antonio Spricigo, centro, nesta cidade de Arroio Trinta, de propriedade do senhor RAFAEL FRANCISCO CARDOSO, CPF nº 375.240.879-34; BRUNA TASCA, CPF nº 054.474.229-06; VOLNEI LUIZ GEMELI JUNIOR, CPF nº 059.515.559-65; LOURDES MARIA DE PAULA, CPF nº 733.055.029-91, objeto da matrícula RG nº 23.462 do Cartório de Registro de Imóveis, Comarca de Videira – SC.

Parágrafo único. O referido desmembramento será de: (A1) com 1.138,14m²; (A2) com 3.906,69m²; (A3) com 5.292,97m²; (A4) com 500,00m², conforme o Mapa e o Memorial Descritivo apresentado.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 07 de dezembro de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1736

DECRETO Nº 1736, de 08 de dezembro de 2015.

Estabelece Ponto Facultativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo no dia 14 de dezembro de 2015, não havendo expediente nas repartições municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 08 de dezembro de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1737

DECRETO Nº 1737, de 08 de dezembro de 2015.
Decreta Recesso no Centro Administrativo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Arroio Trinta, e CONSIDERANDO a comemoração das festividades Natalinas e de Ano Novo, sendo o mesmo dedicado à confraternização de toda a sociedade,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Recesso no Centro Administrativo Municipal para atendimento ao público no período de 24 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 08 de dezembro de 2015.
Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

LEI Nº 1755

LEI Nº 1755, DE 12/11/2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a doar à EMPRESA SIP ESCAVAÇÕES LTDA, Áreas de Terras que especifica, e dá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta, autorizado a doar para a Empresa SIP ESCAVAÇÕES LTDA, CNPJ 08.983.162/0001-07, Empresa privada, estabelecida à Rua Orlando Zardo, nesta Cidade de Arroio Trinta – SC, as seguintes áreas de terras:

1- Uma Área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) lote nº 34 e possui as seguintes confrontações: norte: com lote nº 33 da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, com distância de 30,00m; sul: com lote nº 35 da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, com distância de 30,00m; leste: com lote nº 38 da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, com distância de 15,00m, e oeste: com a Rua Fiorello Magro, com distância de 15,00m, centro, nesta Cidade de Arroio Trinta, cadastrado conforme matrícula nº 24.932, do Cartório de Registro de Imóveis de Videira – SC.

2- Uma Área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) lote nº 35 e possui as seguintes confrontações: norte: com lote nº 34 da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, com distância de 30,00m; sul: com lote nº 36 do Tercílio Friebe, com distância de 30,00m; leste: com lote nº 39 da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, com distância de 15,00m, e oeste: com a Rua Fiorello Magro, com distância de 15,00m, centro, nesta Cidade de Arroio Trinta, cadastrado conforme matrícula nº 24.933, do Cartório de Registro de Imóveis de Videira – SC.

Parágrafo único. Os bens Imóveis de que trata o “caput” deste artigo foram objeto de Cessão real de uso, através da Lei Municipal nº Lei nº 1518, de 17/12/2010.

Art. 2º A transferência definitiva dos imóveis deverá ser celebrada no prazo máximo de 90 (noventa) dias, após a publicação desta lei.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta lei, serão por conta de dotações próprias do orçamento municipal vigente em cada exercício financeiro.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de novembro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

LEI Nº 1756

LEI Nº 1756, DE 12/11/2015.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros a Título de Subvenção, ao Hospital Beneficente São Roque de Arroio Trinta,edá outras providências.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1ºFica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a auxiliar financeiramente o HOSPITAL BENEFICENTE SÃO ROQUE, com sede na Rua Francisco Nava, Município de Arroio Trinta – SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.830.083/0001-73, com a importância financeira de até R\$ 13.450,00 (TREZE MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS) para o mês de dezembro de 2015.

§1º. Os recursos referidos no caput deste artigo deverão ser aplicados na aquisição de medicamentos, gêneros alimentíciospagamento de pessoal e sobreaviso.

§2º. Os recursos, a título de auxílio financeiro, de que trata o caput deste artigo, serão repassados em única parcela.

§3º. O auxílio ficará vinculado à apresentação das Certidões Negativas: INSS e FGTS.

§4º. O Hospital fica obrigado a prestar contas do valor recebido na forma legal e exigências da Resolução TC 16/94, sob pena de não receber a parcela seguinte.

Art. 2ºAs despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

2.3000.3001.10.301.9.2.17.1	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE	
33500000 – 0102	Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	R\$ 13.450,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de novembro de 2015.

Alcidir Felchilcher

Prefeito Municipal

POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2016

POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTOS 2016

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - IPREARROIO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 03.458.627/0001-70 sediado à Rua XV de novembro, nº 26, cidade de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, por meio de sua Diretoria, apresenta a Política Anual de Investimentos para o ano de 2016, que foi devidamente aprovada na Sessão Ordinária do Conselho de Administração do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Arroio Trinta – IPREARROIO, em 08 de dezembro de 2015.

INTRODUÇÃO

A presente Política de Investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos financeiros do IPREARROIO – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Arroio Trinta, em atendimento ao disposto na Resolução CMN nº 3922/2010 atualizada pela Resolução CMN nº 4.392/2014, que contém as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores do plano de benefício administrado pelo Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), com o objetivo de promover segurança, liquidez e rentabilidade, a fim de assegurar o equilíbrio financeiro e atuarial entre seus ativos e passivos.

Os critérios e limites serão fundamentados na Resolução CMN nº 3.922/2010, legislação que estabelece, quando da aprovação desta política de investimentos, o regramento de aplicação dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social.

As diretrizes desta política de investimentos foram projetadas a partir da perspectiva político-econômica nacional e internacional, através da análise do panorama traçado a partir de dados e cenários obtidos pelos meios oficiais de divulgação econômica interna e externa, tais como Banco Central do Brasil, Comitê de Política Monetária (COPOM), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dentre outros.

DIVULGAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

Todas as informações de caráter relevante sobre a gestão das aplicações financeiras do Instituto, além daquelas cuja publicação é obrigatória, serão disponibilizadas através da página da Internet do IPREARROIO, no endereço www.arroiotrinta.sc.gov.br.

OBJETIVOS GERAIS

1. Definir estratégia para alocação dos recursos entre os segmentos de aplicação, observando as respectivas carteiras de investimentos de acordo com o perfil das obrigações do Instituto, tendo em vista a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação previstos na referida Resolução.

2. De acordo com a Resolução do CMN nº 3.922/10, a Política Anual de Investimentos deverá contemplar, no mínimo:

a) O modelo de gestão a ser adotado e, se for o caso, os critérios para a contratação de pessoas jurídicas autorizadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de carteiras;

b) A estratégia de alocação dos recursos entre os diversos segmentos de aplicação e as respectivas carteiras de investimentos;

c) Os parâmetros de rentabilidade perseguidos, que deverão buscar compatibilidade de acordo com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial e os limites de diversificação e concentração previstos na Resolução 3922/10 e pela Resolução CMN nº 4.392/2014.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

3. A Política de Investimentos proposta observa ainda as Diretrizes Gerais de Gestão, Investimento e Alocação de Recursos do IPREARROIO, visando:

I – Buscar atingir a meta atuarial definida para o ano de 2016;

II – Proporcionar ao Conselho Deliberativo, à Diretoria do Instituto e ao Comitê de Investimentos, uma definição das diretrizes básicas, dos limites de risco, da rentabilidade mínima a ser buscada, da adequação aos ditames legais e da estratégia de alocação dos recursos;

III – Garantir transparência e ética e nos processos de investimentos, que devem seguir as diretrizes estabelecidas neste documento;

IV – Definir critérios de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez para aplicação dos recursos financeiros do Instituto.

V – Assegurar que os gestores, conselheiros e segurados tenham claro entendimento dos objetivos e restrições nos processos de investimentos.

OBJETIVOS E VIGÊNCIA DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

4. A Política de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Arroio Trinta – IPREARROIO tem por objetivo estabelecer um plano de gestão, buscando constituir reservas para o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos do Município de Arroio Trinta, levando em consideração fatores como risco, segurança, solvência, liquidez e transparência.

5. Para atingir seus objetivos, a Política de Investimentos do IPREARROIO foi elaborada de modo a permitir que os gestores adotem uma estratégia de alocação de recursos entre os diversos segmentos de aplicação e respectivas carteiras de investimentos de acordo com o perfil de suas obrigações, tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

6. No intuito de perseguir a meta atuarial para a carteira do IPREARROIO, a estratégia de investimento prevê sua diversificação visando à preservação do capital, aos níveis de risco adequados ao perfil do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), aos limites legais e operacionais e à liquidez adequada dos ativos, tendo em vista o fluxo atuarial.

7. A Política de Investimentos terá validade até 31 de dezembro de 2016, podendo, ser revista no curso de sua execução, justificadamente, com vistas à adequação às normas emanadas dos órgãos reguladores competentes, bem como às necessidades ocorridas pelas alterações de mercado.

COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

8. Os órgãos envolvidos na gestão são a Conselho de Administração, como órgão executor e de deliberação, o Conselho Fiscal como órgão fiscalizador, o Comitê de Investimento como órgão auxiliar.

9. O Conselho de Administração, criado através da LEI COMPLEMENTAR Nº 793, de 20 de outubro de 1999, tem por finalidade gerir o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Arroio Trinta – IPREARROIO nas instâncias consultivas e deliberativas dentre suas competências, dentre as quais, decidir sobre as aplicações financeiras dos recursos do FAP;

7. O Conselho Fiscal, criado através da LEI COMPLEMENTAR Nº 793, de 20 de outubro de 1999, órgão auxiliar do Conselho de Administração, tem por finalidade analisar e emitir parecer sobre as contas, despesas e balancetes mensais.

8. O Comitê de Investimentos criado através da LEI COMPLEMENTAR Nº 1601, de 28 de setembro de 2012, de caráter consultivo tem por finalidade analisar e aprovar políticas e estratégias de alocação da Carteira de Investimentos do IPREARROIO, observando as diretrizes e alçadas emanadas pelo Conselho de Administração.

OBJETIVO DA ALOCAÇÃO DE RECURSOS.

12. O objetivo da alocação de recursos será a preservação do equilíbrio financeiro e o atendimento da meta atuarial de 6% ao ano de taxa de juros, acrescida da variação do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) medido pelo IBGE.

METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS

13. Os investimentos do IPREARROIO poderão acontecer de forma direta quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via Títulos Públicos Federais, e/ou indireta quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via cotas de fundos investimentos.

COMPOSIÇÃO E LIMITES DE ALOCAÇÕES

14. As aplicações de recursos do IPREARROIO deverão ser realizadas com base nos parâmetros norteadores estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional. Em consequência, a composição definida para a alocação dos recursos entre os segmentos e carteiras adotados pelo IPREARROIO para o ano de 2016 serão os a seguir indicados:

FAIXAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: _

Segmento	Limite PAI	Limite Res. 3922/10
Renda Fixa	100%	100%
Títulos Públicos Tesouro Nacional – Art. 7º - I – “a”	100%	100%
FI 100% títulos TN - Art. 7º, I, “b”	100%	100%
FI Renda Fixa/Referenciados RF - Art. 7º, III	80%	80%
FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV	30%	30%
Depósitos em Poupança – art. 7º - V	20%	20%
FI em Direitos Creditórios - aberto - Art. 7º, VI	5%	15%
FI em Direitos Creditórios – fechado - Art. 7º, VII, “a”	5%	5%
FI Renda Fixa “Crédito Privado”- Art. 7º, VII, “b”	5%	5%
Renda Variável	30%	30%
FI Ações Referenciados - Art. 8º, I	30%	30%
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II	20%	20%
FI em Ações - Art. 8º, III	15%	15%
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV	5%	5%
FI em Participações – fechado - Art. 8º, V	5%	5%
FI Imobiliário - Art. 8º, VI	5%	5%

SEGMENTO DE RENDA FIXA:

15. As aplicações dos recursos do IPREARROIO em ativos de renda fixa poderão ser feitas por meio de carteira própria e/ou administrada e por meios dos fundos de investimentos, de acordo com a legislação aplicada aos RPPS e poderão ser aplicados no segmento de renda fixa em:

I – Ate 100% (cem por cento) em:

a) títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC);

b) cotas de fundos de investimento, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos prevejam que suas respectivas carteiras sejam representadas exclusivamente pelos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDKa), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

II - até 80% (oitenta por cento): em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de

buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia;

III - até 30% (trinta por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

IV - até 20% (vinte por cento) em depósitos em poupança em instituições consideradas como de baixo risco de crédito com nota de "rating".

V - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio aberto;

VI - até 5% (cinco por cento) em:

a) cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, constituídos sob a forma de condomínio fechado; ou

b) cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão "crédito privado".

SEGMENTO DE APLICAÇÃO RENDA VARIÁVEL:

16. As aplicações dos recursos do IPREARROIO em ativos de renda variável poderão ser feitas através de carteira administrada e/ou por meio dos fundos de investimentos, de acordo com a legislação aplicada aos RPPS e poderão ser aplicados no segmento de renda variável em:

I - Até 30% (trinta por cento): em cotas de fundos de investimento constituídos sob a forma e condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimento indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBrX ou IBrX-50;

II - até 20% (vinte por cento) em cotas de fundos de índices referenciados em ações, negociadas em bolsa de valores, admitindo-se exclusivamente os índices Ibovespa, IBrX e IBrX-50

III - até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II deste artigo;

IV - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos determinem tratar-se de fundos sem alavancagem;

V - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundo de investimento em participações, constituídos sob a forma de condomínio fechado;

VI - até 5% (cinco por cento) em cotas de fundos de investimento imobiliário, com cotas negociadas em bolsa de valores.

LIMITAÇÕES.

17. Por sua vez, o percentual máximo de cada modalidade de aplicação em relação aos recursos do IPREARROIO deverá observar as limitações da Resolução nº 3.922/10 e da Política de Investimentos, observados os limites de concentração dos investimentos:

I - O total de aplicação em um mesmo fundo de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma o compromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia e em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto, fica limitado a 20% (vinte por cento) dos recursos em moeda corrente do IPREARROIO, observados o limite de 25% do PL do fundo investido.

II - As aplicações em cotas de fundos de investimento do segmento de renda variável e constituídos sob a forma e condomínio aberto e classificados como referenciados que identifiquem em sua denominação e em sua política de investimento indicador de desempenho vinculado ao índice Ibovespa, IBrX ou IBrX-50, estão limitados a 20% dos recursos em moeda corrente do IPREARROIO, observados o limite máximo de 25% do PL do fundo investido, observados ainda que o limite é facultativo nos 120 (cento e vinte) dias subsequentes à data de início das atividades do fundo.

III - Aplicações em fundos de investimentos em direitos creditórios (FIDC) e em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa que contenham em sua denominação a expressão "crédito privado, sejam de no máximo de 15% dos recursos do IPREARROIO.

IV - Os depósitos em poupança poderão ser realizados até o limite de 20% dos recursos financeiros do IPREARROIO, desde que a instituição financeira tenha classificação de baixo risco de crédito emitida por agência classificadora de risco com sede no País.

V - Que a somatória dos Investimentos em renda variável compreendidos pelo artigo 8º da Resolução CMN 3922/10, não ultrapassem 30% dos recursos do IPREARROIO.

VI - Não será permitida ao IPREARROIO a aplicação no segmento de imóveis.

VII - Os limites da política de investimentos serão iguais aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº. 3922/10, mesmo que no somatório das opções de aplicações, o número exceda a 100%.

CONTROLE DE RISCOS

18. É relevante mencionar que qualquer aplicação financeira está sujeita à incidência de fatores de risco que podem afetar adversamente o seu retorno. Entre os principais fatores de risco podemos destacar:

I – Risco de mercado: correspondem à incerteza em relação ao resultado de um investimento financeiro ou de uma carteira de investimento, em decorrência de mudanças futuras na condição de mercado, tais como os preços de um ativo, taxas de juros, volatilidade de mercado e liquidez;

II – Risco de crédito: é o mais tradicional no mercado financeiro e decorre das possibilidades de perdas resultantes das operações que geram desembolso temporário de recursos ou das operações que gera recursos a ser recebida em datas futuras, a “possibilidade de uma obrigação (principal e juros) não vir a ser honrada pelo emissor na data e nas condições negociadas e contratadas”;

III – Risco de liquidez: é resultante da ocorrência de desequilíbrios entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis, ou seja, o “descasamento” entre os pagamentos e recebimentos. Esta situação afeta a capacidade de pagamento da instituição.

Para minimizar tais riscos, o IPREARROIO fará o controle de riscos dos investimentos através do acompanhamento dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito, analisando as informações disponíveis sobre os ativos da carteira do Instituto.

19. A carteira de investimentos do IPREARROIO apresenta risco de crédito majoritariamente relacionado à capacidade de pagamento da dívida interna pelo Tesouro Nacional, dada a concentração das aplicações em títulos públicos federais.

20. A Carteira de Investimentos do IPREARROIO é composta basicamente de diversificados fundos de investimento de renda fixa e renda variável e de títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional, conforme posição em 30/10/2015, abaixo:

Descrição	Indicador	R\$	%	% IF
Total Acumulado das Aplicações		12.904.615,92	100,00	100,00
BB Previdenciário RF IMA-B Títulos Públicos	IMA-B	4.293.073,77	57,53	33,27
BB Previdenciário IRF-M	IRF-M	736.565,65	9,87	5,71
BB Previdenciário RF IMA-B FI (moderado)	IMA-B	1.813.178,68	24,30	14,05
BB Previdenciário IDKa 2	IDKa	331.216,71	4,44	2,57
BB Previdenciário IMA-B 5+	IMA-B	287.758,98	3,86	2,23
Total		7.461.793,80	100,00	57,82
CEF FIC NOVO BRASIL IMA-B RF	IMA-B	892.889,33	18,21	6,92
CEF FI IMA-B 5	IMA-S	1.132.447,74	23,10	8,78
CEF FI IMA GERAL	GERAL	850.852,83	17,36	6,59
CEF FIC AÇÕES DIVIDENDOS*	AÇÕES	104.318,01	2,13	0,81
CEF FIC Capital Protegido Ibovespa Cíclico*	AÇÕES	224.370,28	4,58	1,74
CEF POUPANÇA		1.697.265,94	34,62	13,15
Total		4.902.144,12	100,00	37,99
BRADESCO FI IMA-B Títulos Públicos	IMA-B	540.678,00	100,00	4,19
Total		540.678,00	100,00	4,19

* Fundos de ações

21. A análise de qualquer realocação dos recursos será norteadada de forma a minimizar a relação risco/retorno e considerará tanto a busca do atendimento à meta atuarial quanto às necessidades futuras do fluxo de caixa de receitas/despesas projetado em 2016 para o IPREARROIO.

22. Para uma primeira abordagem deste mecanismo estratégico, foi traçado um cenário macroeconômico, com base em dados fornecidos pela pesquisa BACEN (focus) posição em 27/11, que aponta, para o ano de 2016, os seguintes indicadores econômicos:

IPCA = 6,64%;

Taxa SELIC= 14,13%

PIB= (-)2,04%

Taxa Câmbio: R\$/US\$ 4,20

23. Admitindo o cenário proposto (focus 27/11), como provável para o exercício de 2016, a tarefa de superar ou mesmo atingir a meta atuarial será bastante árdua, exigindo um monitoramento mais freqüente dos mercados de títulos públicos federais de vencimentos curtos, de cotas dos fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais e das demais modalidades de investimentos em valores mobiliários, tanto no segmento de renda fixa quanto no de renda variável, permitidas pela Resolução CMN 3922/2010.

24. No que tange ao processo decisório dos fundos de investimentos em ações, cumpre observar que as variáveis de análise serão a conjuntura econômica local e internacional e os seus efeitos nos diversos setores econômicos e financeiros correlacionados. As ferramentas de análise do comportamento do mercado acionário serão aquelas efetivamente empregadas entre os operadores, tais como as análises técnica e fundamentalista.

25. As aplicações financeiras selecionadas, como em fundos de investimento de títulos públicos federais, em cotas de fundos de ações, em fundos de investimentos referenciados ou em fundos classificados como de "credito privado", serão monitoradas tanto no que tange aos seus desempenhos esperados quanto aos riscos associados.

DIRETRIZES PARA GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

26. A definição estratégica da alocação de recursos nos segmentos permitidos pela legislação em vigor foi feita com base nas expectativas de retorno de cada segmento de ativos para o ano de 2016, conforme os cenários e as projeções da pesquisa (focus 27/11), desta política.

27. Serão considerados ativos elegíveis para os segmentos de renda fixa e renda variável, os títulos e valores mobiliários permitidos pela legislação vigente aplicável aos Regimes Próprios de Previdência. Deverão ser observados os limites e categorias de fundos dos segmentos definidos na Resolução 3.922/2010, e ainda observar quanto ao critério de vencimento dos investimentos, o equilíbrio entre a necessidade de custeio do passivo e a liquidez do ativo, tendo como referência o cálculo atuarial.

28. A seleção de fundo para compor a carteira de investimentos do IPREARROIO passa por:

- a) estar credenciado regularmente junto ao IPREARROIO.
- b) a aprovação da uma instituição financeira, observado, histórico da instituição selecionada.
- c) a avaliação de desempenho dos fundos sob análise.

29. O IPREARROIO efetuará seus investimentos financeiros através de fundos mútuos de investimentos abertos ou fechados e ou através de carteira administrada, conforme o segmento analisado. A seleção dos fundos que deverão abrigar os investimentos do IPREARROIO será feita sempre com base em análises quantitativas de desempenho, contemplando desempenho mensal e semestral e também histórico de 24 meses, exceto, os novos produtos disponíveis lançados para investimentos dos RPPS, observados ainda que o limite seja facultativo nos 120 (cento e vinte) dias subseqüentes à data de início das atividades do fundo.

30. Todas as decisões de investimentos que envolvam aplicações ou resgates dos recursos do IPREARROIO deverão ser devidamente registradas no formulário APR - Autorização de Aplicação e Resgate, que deverão ser publicadas em conjunto com a carteira de investimentos do IPREARROIO, conforme exigências definidas em lei.

31. As aplicações que apresentem prazos para desinvestimento, inclusive prazos de carência e para conversão de cotas de fundos de investimento, deverão ser precedidas de atestado do responsável legal pelo RPPS, evidenciando a sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime.

32. Os fundos de investimento em que o IPREARROIO manterá aplicações deverão ter carteiras que obedeçam aos normativos legais aplicáveis aos investimentos de Regimes Próprios de Previdência Social com relação ao risco de crédito e no caso dos depósitos em poupança e nos investimentos em FIDCS e FICFIDC, somente naqueles fundos com "RATING" "A" ou equivalente, atribuídos por agência de classificação em funcionamento no país.

33. A seleção de fundos do segmento de renda variável no que se refere a risco basear-se-á em que o administrador ou gestor do fundo em questão, atenda as seguintes metodologias de forma cumulativa ou isoladamente:

I – Value at Risk (VaR), fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado.

II – Stress Testing, processo que visa identificar e gerenciar situações que possam causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, seja temporário ou permanente.

III – Índice de Sharpe: unidade de medida que através de estudos estatísticos mede a relação risco/retorno do fundo.

VEDAÇÕES

34. Em observância à legislação e a esta Política de Investimentos, é vedado ao IPREARROIO à realização dos seguintes investimentos:

- a) Aplicar recursos no segmento de imóveis, como previsto no Artigo 9º da Resolução BACEN nº 3.922/2010;
- b) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimentos cuja atuação em mercados derivativos gere exposição superior a uma vez o respectivo patrimônio líquido;
- c) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que o ente federativo como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma;
- d) Aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimentos em direitos creditórios não padronizados;
- e) Praticar operações denominadas day- trade, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independentemente de o regime próprio possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo, quando se tratar de negociação de títulos públicos federais realizados diretamente pelo regime próprio de previdência social; e
- f) Atuar em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução CMN nº 3.922/2010.

35. A seleção da(s) instituição(s) financeira(s) após seleção dentro dos procedimentos legais dos Regimes Próprios de Previdência Social será feita com base nos critérios quantitativos e qualitativos indicados a seguir:

I – Critérios qualitativos

- a) Segurança;
- b) Rentabilidade;
- c) Solvência;
- d) Liquidez;
- e) Transparência;
- f) Solidez e imagem da instituição;
- g) Volume de recursos administrados;
- h) Experiência na gestão de recursos;
- i) Qualidade da equipe;
- j) Qualidade do atendimento da área de relacionamento.

II – Critérios quantitativos

a) Desempenho dos fundos sob gestão da instituição, na modalidade desejada pelo IPREARROIO em bases de retorno ajustado por risco, por um período mínimo de 24 meses; observados ainda que o limite é facultativo nos 120 (cento e vinte) dias subseqüentes à data de início das atividades do fundo.

b) A seleção de um fundo deve se basear em seu desempenho medido em bases de retorno ajustado por risco, benchmark, na adequação de seu regulamento à Política de Investimentos do IPREARROIO, na análise da composição de sua carteira e na taxa de administração cobrada. O IPREARROIO efetuará resgate imediato de fundos que tenham seu regulamento alterado de forma, a ficar em desacordo com a Política de Investimentos, bem como de qualquer fundo cuja carteira, embora em conformidade, passe a manter ativos considerados inadequados pela gestão do IPREARROIO.

36. Fica estabelecido o número máximo de cinco (05) instituições financeiras para receber aplicações do IPREARROIO, limitado até vinte por 20% (vinte por cento) dos recursos do IPREARROIO, a serem aplicados em uma mesma instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pessoas jurídicas autorizadas pela Comissão de Valores Mobiliários para o exercício profissional de administração de carteiras, à exceção da CEF e do BANCO DO BRASIL, os quais poderão receber até o limite máximo de 100% (cem por cento) do total desses recursos.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

37. Para garantir a transparência e o acompanhamento da gestão financeira dos recursos financeiros, o responsável pela gestão dos recursos elaborará mensalmente relatórios detalhados sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do IPREARROIO e a aderência à política anual de investimentos e suas revisões, e submetê-los às instâncias superiores de deliberação e controle, além de apresentá-los ao Comitê de Investimentos do Instituto, no mínimo a cada trimestre, além da verificação mensal do enquadramento perante a Resolução CMN nº 3.922/2010 e aderência a Política de Investimentos.

38. Em ocorrendo fatos relevantes que possam interferir direta ou indiretamente nos fundos de investimentos da carteira do IPREARROIO, a diretoria tomará as medidas cabíveis para evitar perdas significativas de recursos, quando houver justificado risco da manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE O AUDITOR INDEPENDENTE.

39. O IPREARROIO poderá se utilizar dos serviços de Auditor Independente externo, com reconhecida experiência, capacitação técnica, extensa relação de clientes, comprometido com o cumprimento de normas e prazos dos trabalhos exigidos, escolhido dentro dos procedimentos legais dos Regimes Próprios de Previdência Social.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

40. O IPREARROIO entende que embora seus investimentos estejam sujeitos aos efeitos da volatilidade de curto prazo, é adequado manter o foco da gestão no longo prazo, entretanto, pelas condições do mercado, da legislação aplicada aos RPPS ou por decisão do Conselho de Administração, a Política de Investimentos poderá ser revisada, cumprida a legislação aplicada.

41. Os casos omissos nesta Resolução, que não forem sanados pela Lei nº 9.717/1998, e Resolução CMN nº 3.922/2010, serão deliberados pelo Comitê de Investimentos e submetidos ao Conselho Administrativo do IPREARROIO.

42. O gestor responsável pela aplicação dos recursos do IPREARROIO será a senhor Michel Junior Serighelli, CPF nº 000.077.349-21, com certificação pela APIMEC com validade até 17 de outubro de 2017.

Arroio Trinta/SC, 08 de dezembro de 2.015.

Helio Renato Fogliatto

Vania Ferronato Campagnin

Michel Junior Serighelli

Ronivan Brandalise

Lidio Dalazem

Conselho de Administração
Membros

Everton Campagnin

Neivaldo Serighelli

Franciane Moratelli

Salete Sartori Nesi

Adriana Cividini

Ivoni Bosa Cossa

Sandra Ceron

Conselho Fiscal
Membros

Michel Junior Serighelli

Ronivan Brandalise

Vania Ferronato Campagnin

Comitê de Investimentos
Membros**PORTARIA Nº 297**

PORTARIA Nº 297, DE 26/10/2015.

Nomeia Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições, especialmente o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, o Estatuto dos Servidores e Legislação pertinente,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a servidora municipal, FABIANA HOELTGEBAUM, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na Secretaria de Administração, para ser COORDENADORA DO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO Município de Arroio Trinta, a contar de 26 de outubro de 2015.

Artigo 2º - O exercício da função de COORDENADORA DO CRAS será exercido sem ônus, fazendo jus ao vencimento do cargo efetivo.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 26 de outubro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 298

PORTARIA Nº 298, DE 26/10/2015.

Designa Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições, especialmente o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, o Estatuto dos Servidores e Legislação pertinente,

RESOLVE:

Artigo 1º - DESIGNAR a servidora municipal, FRANCIANE APARECIDA MORATELLI, brasileira, solteira, ocupante do cargo de Provimento Efetivo ASSISTENTE SOCIAL, para atuar como Assistente social do CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO Município de Arroio Trinta, a contar de 26 de outubro de 2015.

Artigo 2º - O exercício da função de Assistente Social no CRAS será exercido sem ônus, fazendo jus ao vencimento do cargo efetivo.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 26 de outubro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 299

PORTARIA Nº 299, DE 26/10/2015.

Nomeia Servidora que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições, especialmente o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, o Estatuto dos Servidores e Legislação pertinente,

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR a servidora municipal, IVETE ANCILIERO ZAMBONI, brasileira, viúva, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria de Administração, para ser FACILITADORA DE OFICINA DO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município de Arroio Trinta, a contar de 26 de outubro de 2015.

Artigo 2º - O exercício da função de FACILITADORA DE OFICINA DO CRAS será exercido sem ônus, fazendo jus ao vencimento do cargo efetivo.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio Trinta – SC, 26 de outubro de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 300

PORTARIA Nº 300, de 26/10/2015.

Prorroga a Contratação Temporária por Prazo Determinado Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e por excepcional interesse Público,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Autorizar a Prorrogação da Contratação Temporária por Prazo Determinado, nos termos da Lei nº 1713 de 03/11/2014, a Servidora Municipal BEATRIZ LOCATELLI BOLZON, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 090.335.209-58 e Identidade nº 6.168.947, residente e domiciliada no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de PROFESSOR (MAGISTÉRIO), do quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal, por 20:00 (vinte) horas semanais, no horário compreendido entre 07:45 as 11:45 horas de 2.ª à 6.ª feira, com vencimentos em Lei, pelo período de 24/10/2015 à 18/12/2015.

Parágrafo único - A servidora contratada esta substituindo Eloi Cristina da Silva Lidani, no qual encontra-se em Licença Tratamento de Saúde.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 24/10/2015.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 26 de outubro de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 302

PORTARIA Nº 302, de 05/11/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 6º da Lei nº 1636/2013,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, ANDREIA DOS SANTOS GONÇALVES ZAMBONI, brasileira, casada, ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, relativas ao período aquisitivo de 02/02/2015 à 31/12/2015 e gozo das mesmas no período de 05/11/2015 a 01/12/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 05 de novembro de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 303

PORTARIA Nº 303, de 05/11/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, CRISTIANO SERIGHELLI, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, relativas ao período aquisitivo de 01/12/2014 à 01/12/2015 e gozo das mesmas no período de 01/12/2015 a 30/12/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 05 de novembro de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 304

PORTARIA Nº 304, de 05/11/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Inciso IX do Artigo 23 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Arts. 125 e 160 da Lei Complementar nº 1713 de 03/11/2014 - Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias a servidora municipal, LOURDES POSSATO RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, casada, ocupante do cargo de Provimento Efetivo AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, relativas ao período aquisitivo de 01/11/2014 à 01/11/2015 e gozo das mesmas no período de 05/11/2015 a 04/12/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 05 de novembro de 2015.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 305

PORTARIA Nº 305, de 12/11/2015.

Concede Férias a Servidor que Menciona.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 6º da Lei nº 1636/2013,

RESOLVE:

Artigo 1.º - Conceder férias ao servidor municipal, EVERSON LIDANI, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, relativas ao período aquisitivo de 10/08/2014 à 10/08/2015 e gozo das mesmas no período de 02/12/2015 a 31/12/2015, sendo que ao mesmo será pago 1/3(um terço) sobre as férias, conforme determina a Lei.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 12 de novembro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 306

PORTARIA Nº 306, de 27/11/2015.

Exonera Conselheiro Tutelar.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR A PEDIDO, a senhora ANA PAULA LAMONATTO, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº 076.580.049-79 e Identidade nº 5.614.1709, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante da função de CONSELHEIRA TUTELAR, a partir de 19/11/2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19/11/2015.

Artigo 3.º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 27 de novembro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 307

PORTARIA Nº 307, de 30/11/2015.

Exonera Servidor Nomeado para Cargo Comissionado.

ALCIDIR FELCHILCHER, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1.º - EXONERAR o servidor municipal NELSON CAMPAGNIN, brasileiro, casado, portador da cédula de Identidade nº 3.761.225 e CPF nº 021.750.619-49, residente e domiciliado no Município de Arroio Trinta – SC, ocupante do cargo de DIRETOR DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, a partir de 30 de novembro de 2015.

Artigo 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta – SC, 30 de novembro de 2015.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 051/2015

DECRETO Nº 051/2015.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1396 de 20 de novembro de 2014:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar
3.3.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar
4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 12 de novembro de 2015.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 052/2015

DECRETO Nº 052/2015.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1422 de 29 de abril de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 1.190.000,00 (Hum milhão cento e noventa mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.451.0064.1.005 – Pavimentação Urbana
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 180.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0112 – Aplicações Diretas

..... R\$ 1.010.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0112 – Transferência de Convênios – Outros, no valor de R\$ 1.010.000,00 (Hum milhão e dez mil reais); e por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0080 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 18 de novembro de 2015.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 053/2015

DECRETO Nº 053/2015.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1423 de 06 de maio de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do município para o corrente exercício:

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.451.0064.1.005 – Pavimentação Urbana
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 40.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0080 - Recursos Ordinários no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 18 de novembro de 2015.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 054/2015

DECRETO Nº 054/2015.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1435 de 16 de julho de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 04.125.0007.2.047 – Manutenção das Atividades FUNREBOM
 4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 12.361.0049.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 19 de novembro de 2015.
 TARCÍSIO POLASTRI
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 055/2015

DECRETO Nº. 055/2015

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1440 de 10 de setembro de 2015:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.3.93.00.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 – SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual – PPA, no montante de R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
 3.3.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas
 R\$ 1.200,00

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 3.3.93.00.00.00.00.00.0101; no Programa 0088 – SAÚDE PARA TODOS, na Lei Municipal nº. 1391/2014 de 22.10.2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO,

no montante de R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 1.200,00 (Hum mil e duzentos reais).

Órgão: 09.00 Fundo Municipal de Saúde
 Unidade: 09.01 Fundo Municipal de Saúde
 Função: 10 - Saúde
 Sub-Função: 301 – Atenção Básica
 Programa: 0088 – SAÚDE PARA TODOS
 Projeto Atividade 2.037 – Manutenção Consórcio Intermunicipal de Saúde - AMAVI
 Elemento de Despesa: 3.3.93.00.00.00.00.00.0101 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos
 1.200,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 19 de novembro de 2015.
 TARCÍSIO POLASTRI
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 056/2015

DECRETO Nº 056/2015.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1443 de 19 de outubro de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 13.392.0055.2.025 – Promoção da Cultura e Tradições Locais
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 27.812.0058.2.026 – Manutenção do Desporto Amador
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 25 de novembro de 2015.
 TARCÍSIO POLASTRI
 Prefeito Municipal

DECRETO Nº 057/2015

DECRETO Nº. 057/2015

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências".

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1452 de 26 de novembro de 2015:

Art. 1º - Fica incluída a Conta Despesa 3.1.90.00.00.00.00.0122; no Programa 0040 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – ENSINO FUNDAMENTAL, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual – PPA, no montante de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, fica por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0122 – Transferências do Salário Educação no valor de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 3.1.90.00.00.00.00.0122; no Programa 0040 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – ENSINO FUNDAMENTAL, na Lei Municipal nº. 1391/2014 de 22.10.2014, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no montante de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2015 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 25.000,00 (Vinte e Cinco Mil Reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Função: 12 - Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0040 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – ENSINO FUNDAMENTAL

Projeto Atividade 2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
Elemento de Despesa: 3.1.90.00.00.00.00.0122 – Aplicações Diretas 25.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 30 de novembro de 2015.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 058/2015

D E C R E T O N.º 58/2015.

"Altera Membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico, e Nomeia seus Respetivos Membros".

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhes confere o inciso VII do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o artigo 22 da Lei nº 1112/2009 de 02 de setembro de 2010.

DECRETA:

Art. 1 – O Conselho Municipal de Saneamento Básico de acordo com o artigo 22 da Lei nº 1112/2010, terá a seguinte composição:

I – São representantes dos órgãos governamentais:

- a) o representante do Poder Executivo Municipal: Wagner Bechtold
- b) o representante do Poder Legislativo Municipal: Anelore Kellermann Klaumann
- c) o representante da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento Básico: Valdir Defrein

II – São representantes das entidades não-governamentais:

- a) um representante da Comunidade Acadêmica: Liana Pezenti
- b) um representante de Associações de Moradores: Rogério Bilck
- c) um representante do Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica em que o Município está inserido: Jaime Senen
- d) um representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Alto Vale do Itajaí – AEA VI: Catiucia Sieves
- e) um representante de Entidade Filantrópica com sede Município: Osni Jochem

Art. 2 – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 – Fica revogado o Decreto nº 017/2010 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 30 de novembro de 2015.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 059/2015

DECRETO Nº 059/2015.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1443 de 19 de outubro de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 155.000,00 (Cento e cinquenta e cinco mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE

04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.000,00

03.00 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

04.123.0013.2.005 – Manutenção dos Serviços Financeiros

3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 23.000,00

08.243.0079.2.048 – Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar

3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

12.365.0043.2.016 – Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.0106 – Aplicações Diretas
..... R\$ 37.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
 26.782.0061.2.027 – Manutenção do Setor Rodoviário
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 37.000,00

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social
 3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 16.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde
 3.1.90.00.00.00.00.00.0101 – Aplicações Diretas
 R\$ 5.000,00
 3.1.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
 R\$ 25.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta do excesso de arrecadação da fonte de recurso 0106 – Transferências do Fundeb 60% no valor de R\$ 37.000,00 (Trinta e sete mil reais); excesso de arrecadação da fonte de recurso 0101 - Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais); e das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

02.00 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
 02.01 – GABINETE DO PREFEITO E VICE
 04.122.0004.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 7.000,00

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
 12.361.0040.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental
 3.3.90.00.00.00.00.00.0113 – Aplicações Diretas
 R\$ 65.000,00

08.00 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
 08.01 – SECRETARIA DO TURISMO E MEIO AMBIENTE
 23.695.0034.2.013 – Realização de Promoções e Eventos
 3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
 R\$ 16.000,00

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
 10.301.0091.2.038 – Manutenção da Farmácia Básica
 3.3.90.00.00.00.00.00.0082 – Aplicações Diretas
 R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 30 de novembro de 2015.
 TARCÍSIO POLASTRI
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 119/2015
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 119/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:

Transferir o veículo para a Secretaria de Transportes e Obras o Veículo de Marca Chery/Celer 1.5FFHB FL, 5P/113cv, na cor Branca, Ano e Modelo de Fabricação 2015, Chassi 98RDB11B4FA000548, sendo que as despesas efetuadas pelos mesmos serão por conta da respectiva secretaria, a partir de 02 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
 02 de outubro de 2015
 TARCÍSIO POLASTRI
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 120/2015
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 120/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 232 da Lei Complementar nº 005/2011 e o item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Licença Gestação a Servidora CARLA CRISTINA NUNES DE SOUZA, por um período de 120 (cento e vinte) dias, conforme Atestado Médico arquivado no Departamento de Pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir da data de 13 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
 14 de outubro de 2015
 TARCÍSIO POLASTRI
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 121/2015
 ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 121/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o art. 35 inciso VII da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar por morte o Senhor VALDIR LAURENTINO, do cargo de Agente de Serviços Gerais, a partir de 05 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
 14 de outubro de 2015
 TARCÍSIO POLASTRI
 Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 122/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 122/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o art. 35 inciso VI da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar por Aposentadoria a Senhora NEUSA DE FATIMA RODRIGUES, do cargo de Professora, a partir de 14 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
14 de outubro de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 123/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 123/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o art. 41, Parágrafo 1º e 2º, inciso I da Lei Complementar nº 014/2013 de 18 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Conceder progressão por Formação profissional, a Servidora JESSICA ALANA DOS SANTOS, a partir de 01 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
14 de outubro de 2015.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 124/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 124/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 32 e 34 no inciso I e artigo 35 da Lei Complementar 014/2013

RESOLVE:

Conceder adicional por capacitação profissional ao Senhor CARLOS MARÇAL DEMARCHI, a partir de 01 de novembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
03 de novembro de 2015.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 125/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 125/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o art. 35 inciso VII da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar por morte o Servidor Inativo ALIBIO ARNOLD, do cargo de Operador de Equipamento, a partir de 06 de novembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
06 de novembro de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 126/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 126/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o Artigo 236, parágrafo 1 e 2 da Lei Complementar nº 005/2011,

RESOLVE:

Conceder licença especial a gestante a Servidora GISELI SCHEFER RIBEIRO DA LUZ, a partir da data de 06 de novembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Atalanta
06 de novembro de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 127/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 127/2015

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65 Inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Alterar a carga horária da Servidora SALETA KLAUMANN METZGER, passando de 25hs para 40hs, a partir de 01 de novembro de 2015

Prefeitura Municipal de Atalanta
06 de novembro de 2015
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

ATA 004/2015 FMT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
Processo Administrativo nº 005/2015-FMT
Pregão Presencial nº 002/2015-FMT - SRP

Objeto: Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada para procedimentos relativos à prestação de serviços técnicos especializados, conforme as necessidades da Secretaria de Turismo e Cultura, com a disponibilidade de pessoal técnico e operacional, dos equipamentos e estrutura e demais, aos preços propostos – baseado na planilha de estimativas de serviços de sonorização, iluminação, palco com cobertura, geradores de energia, grades de proteção, camarim, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

ATA 004/2015 FMT
ECCO'S PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA ME – R\$ 165.000,00

Balneário Piçarras(SC), 26 de novembro de 2015.
Susan Correa
Gestora do Fundo Municipal de Turismo

ATAS 002 E 003/2015 FMT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO
Processo Administrativo nº 006/2015-FMT
Pregão Presencial nº 003/2015-FMT - SRP

Objeto: Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço visando a contratação de empresa para locação, instalação, manutenção e desinstalação de enfeites natalinos no município de Balneário Piçarras, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Art. 7º do Decreto Municipal nº 029/2005-ljm, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

LUZ & FORMA COMÉRCIO E DECORAÇÕES LTDA – Ata 002/2015 FMT – R\$ 84.400,00
LYSING COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS ELETRICOS – Ata 003/2015 FMT – R\$ 22.000,00

Balneário Piçarras(SC), 26 de novembro de 2015.
Susan Correa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo

PORTARIA 406/2015

PORTARIA N.º 406/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA para o cargo de CHEFIA DE ATENDIMENTO com as atribuições a Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, a Senhora MICHELE XAVIER, brasileira, maior, portador do CPF 066.215.109-77, e inscrito na CI nº. 5.580.651 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 02 de dezembro de 2015.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 02 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 407/2015

PORTARIA N.º 407/2015

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, NOMEIA interinamente e cumulativa, para o cargo de Diretor Financeiro e Administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras - IPRESP, com as atribuições pertinentes ao mesmo órgão a senhora, ANA LUCIA WILVERT, brasileira, maior, casada inscrita no CPF nº 719.094.519-91, C.I nº 1.670.452 SSP/SC, com a imediata posse e com as prerrogativas e competência que lhe concede a legislação deste Município.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRE-SE

Balneário Piçarras (SC), 07 de dezembro de 2015.
Leonel José Martins
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e publicada no mural do edifício sede da Prefeitura em 07 de dezembro de 2015.

Ana Lucia Wilvert
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO 087/2015 - PMBP/PREGÃO PRESENCIAL 047/2015 - PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/2015 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2015 – PMBP - SRP

A Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras, através da Secretaria de Administração e Fazenda, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, suas alterações e demais legislações pertinentes, torna público que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Maior desconto por item, para "Serviços Especializados de Agenciamento para Fornecimento de Passagens Aéreas Intermunicipais, Interestaduais e Internacionais", ao longo de 12 (doze) meses. Recebimento dos Envelopes até: 23/12/2015 às 09h. Data da Sessão Pública: 23/12/2015 às 09h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1.655, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda no endereço acima citado, no horário das 13:30 as 17:30h, ou no site www.picarras.sc.gov.br. Balneário Piçarras(SC), 08 de dezembro de 2015. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

Balneário Rincão

PREFEITURA

POSTO LAURINDO Nº 03 - RETIFICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO RINCÃO

AVISO DE RETIFICAÇÃO TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 011/FMS/2015.

Cujo OBJETO: O ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS, do contrato que tem como objeto contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada, de combustíveis, para manter a frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencente ao Fundo Municipal de Saúde (Secretaria de Saúde). ASSINATURA: 26/10/2015, SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Claudionor Colombo.

Na QUANTIDADE onde se lê: ...

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	Gasolina Comum	LT	3.760	R\$ 3.418	R\$ 12.817,50
				Total	R\$ 12.817,50

... Leia-se:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	V. TOTAL (R\$)
1	Gasolina Comum	LT	3.750	R\$ 3.418	R\$ 12.817,50
				Total	R\$ 12.817,50

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO

DECRETO 333

DECRETO Nº. 333/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA UNIDADE SAMAE DE BALNEÁRIO RINCÃO DO EXERCÍCIO DE 2015, POR CONTA DE PROVÁVEL SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Balneário Rincão, DÉCIO GOMES GÓES, no uso de suas atribuições legais e especialmente das que lhe são conferidas pelo inciso IV do Artigo 72 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei 176/2014:

DECRETA:

Artigo 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Unidade SAMAE de Balneário Rincão do Exercício de 2015 na importância de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), na Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 1000: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Unidade: 1001 – SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Proj./Ativ.: 1.071 – Manutenção do SAMAE

4.4.90.00.00.00.00.00.0621 (6) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTALR\$ 200.000,00

Órgão 1000: SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
Unidade: 1001 – SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Proj./Ativ.: 2.070 – Manutenção do SAMAE

3.3.90.00.00.00.00.00.0621 (18) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

TOTALR\$ 200.000,00

TOTAL GERAL R\$ 400.000,00

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta do provável Superávit Financeiro do Exercício 2015.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se às disposições em contrário.

Balneário Rincão, 04 de Novembro de 2015.
DÉCIO GOMES GÓES
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 04 de Novembro de 2015.

VALBERTO BERKENBROCK
Secretário de Administração e Finanças

Barra Velha

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS Nº 008/2015 REPUBLICAÇÃO DAS PÁGINAS 2 E 24

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS Nº 008/2015
REPUBLICAÇÃO DAS PÁGINAS 2 E 24

5. ORÇAMENTO DE CUSTO DAS OBRAS:

O custo das obras descritas no presente Edital (Anexo III), referente a execução da pavimentação, está distribuído da seguinte forma:

TRECHO: Rua Antonio Manoel Delmonego, com uma extensão de 170,80m e largura de 7m, totalizando 1195,60 m².

- A) Obras Preliminares: R\$ 5.224,47
B) Pavimentação Lajota Sextavada: R\$ 63.366,80
B.1) Pavimentação Comunitária: (878,82m²) = R\$ 46.577,46
B.2) Contribuição de Melhoria: (316,78m²) = R\$ 16.789,34
C) Drenagem Pluvial: R\$ 20.376,52

TOTAL: R\$ 88.967,78

O Município participará com o total da importância orçada para os itens A e C, R\$ 25.600,99. O item B.1 será absorvido pela pavimentação comunitária.

O Município buscará se ressarcir do item B.2 acima descrito, observando como limite individual a valorização de cada imóvel beneficiário em decorrência das obras.

6. PARCELA DEVIDA POR CADA CONTRIBUINTE E DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO:

A base de cálculo será estabelecida pelo quantum de valorização experimentado por cada imóvel, cujo valor será obtido pelo comparativo dos dois laudos de avaliação, o primeiro elaborado antes do início dos trabalhos (Anexo IV), e se encontra à disposição dos interessados junto à Municipalidade e o segundo ao seu término.

Os laudos serão elaborados por comissão integrada pelos servidores profissionais técnicos do Município, composta de engenheiro(s) ou arquiteto(s) e coordenador, definidos na Portaria nº 575/2015.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 008/2015				
PARCELA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA				R\$ 16.789,34
PARCELA ABSORVIDA PELA PREFEITURA DE BARRA VELHA				R\$ 25.600,98
PARCELA ABSORVIDA PELO PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA				R\$ 46.577,46
CUSTO TOTAL DA OBRA				R\$ 88.967,78
Nome do Proprietário	Endereço	Área do imóvel (m²)	Inscrição Cadastral	Valor do Imóvel Antes da Execução da Obra (R\$)
Rosangineia da Silva	Rua Antonio Manoel Delmonego, nº 77	300,00	01.07.172.0091.001	R\$ 105.000,00
Jormira Borba de Almeida	Rua Antonio Manoel Delmonego	444,00	01.07.213.0314	R\$ 140.000,00
Iris Dallmann	Rua José Isabel, esq. c/ Antonio M. Delmonego, nº 39	305,00	01.07.215.0040	R\$ 110.000,00
TOTAL				
* O valor da Contribuição de Melhoria será feito com base na valorização dos imóveis ou no custo da obra, observando o menor valor.				

Benedito Novo

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO EDITAL PP 76-2015

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 76/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 76/2015 - SRP

AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Benedito Novo/SC leva ao conhecimento dos interessados que, no Edital acima citado, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE A A Z, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONSIDERANDO O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, DA TABELA OFICIAL DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS DA REVISTA ABC FARMA, ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO, fica suprimido o item "1.4 - Para estabelecer o desconto percentual mínimo consideram-se as resoluções da CMED – Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, e da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, relacionadas ao PMVG – Preço Máximo de Venda ao Governo. Mais informações estão disponíveis no site eletrônico da ANVISA". Ficam inalteradas as demais exigências dispostas no edital.

BENEDITO NOVO, 08 de dezembro de 2015.

JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito Municipal

LADEMIR KUMMROW
Assessor Jurídico
OAB/SC nº. 17.560

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 225/2015

DECRETO Nº 225/2015 DE: 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Ramon Wollinger, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3514/2014 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3530/2014 - Lei Orçamentária para 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2015, Lei Municipal nº 3530/2014:

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2055	Serviços Convivência Fortalecimento Vínculo	22.972,22
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.37.000209	Pessoal e Encargos Sociais	22.972,22
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.37.000209	Outras Despesas Correntes	22.972,22

19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

1901.28.845.0000.0006	Devolução de Recursos de Convênios	15.000,00
	ANULA:	
3.3.30.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	15.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.20.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	15.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de dezembro de 2015.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 226/2015

DECRETO Nº 226/2015 DE: 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2015.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3514/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 28.118,23 (Vinte e oito mil, cento e dezoito reais e vinte e três centavos) por conta do excesso de arrecadação nas fontes de recursos: 0.1.09.000000, 0.1.06.000000 e 0.1.81.000067. As dotações abaixo relacionadas:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar – Ens. Fund.	5.871,00
3.3.90.00/0.1.09.000000	Outras Despesas Correntes	5.871,00
CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR

0701.12.365.0003.2026	Manutenção do Ensino Infantil	19.744,23
3.3.90.00/0.1.06.000000	Outras Despesas Correntes	19.744,23

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	2.503,00
3.3.90.00/0.1.81.000067	Outras Despesas Correntes	2.503,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 07 de dezembro de 2015.

RAMON WOLLINGER
Prefeito Municipal
Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

REVOGAÇÃO CHAMADA PÚBLICA 226-2015-PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

CHAMADA PÚBLICA 226/2015-PMB

O Prefeito Municipal de Biguaçu Senhor Ramon Wollinger torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação por falta de empresas interessadas no Processo Chamado Público 226/2015-PMB, que tem por objeto "objeto desta chamada pública constitui-se em estabelecer convênio com operadoras / provedores para implantação de pontos de acesso gratuito à rede mundial de computadores - internet, conforme termo de referência anexo a este instrumento".

Biguaçu, 07 de dezembro de 2015.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.209/2015

LEI Nº 8.209, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE AUXÍLIO FINANCEIRO ÀS ENTIDADES QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro à:

I – Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrita no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463 de 08/06/1979, no valor de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), destinados à Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 003/14 – Recursos Próprio;

II – Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrita no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463 de 08/06/1979, no valor de R\$ 770.000,00 (setecentos e setenta mil reais), destinados à Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 003/14 – Recursos Fundeb;

III – Associação Voluntários de São Roque, inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.264/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647 de 01/12/1989, no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), destinados à Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 004/14 – Recursos Fundeb;

IV – Centro de Educação Amiguinho Feliz, inscrito no CNPJ sob o nº 83.795.963/0001-56, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.594 de 05/07/1989, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados à Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 001/14 – Recursos Fundeb;

V – Sociedade Beneficente Arnoldo Hadlich, inscrita no CNPJ sob o nº 00.065.973/0001-09, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.378 de 14/09/1994, no valor de R\$

500.000,00 (quinhentos mil reais), destinados à Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 002/14 - Recursos Fundeb;

VI – União Cristã – Associação Social e Educacional, inscrita no CNPJ sob o nº 73.794.810/0001-30, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.448 de 21/12/1994, no valor de R\$ 530.000,00 (quinhentos e trinta mil reais), destinados à Cooperação Técnica/Financeira que visa o atendimento às crianças da Educação Infantil, qualificada como primeira etapa da Educação Básica, de zero a seis anos de idade, respeitando a data de ingresso no Ensino Fundamental de nove anos à Rede Pública Municipal, em seus aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e sociais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 005/14 – Recursos Fundeb;

VII – Associação Casa São Simeão, inscrita no CNPJ sob o nº 79.371.696/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.133 de 17/12/1975, no valor de R\$ 1.616.000,00 (um milhão e seiscentos e dezesseis mil reais), destinados à cooperação técnica/financeira entre o Município de Blumenau e a referida entidade visando a prestação do Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 006/14;

VIII – Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, inscrita no CNPJ sob o nº 82.653.163/0001-38, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 896 de 04/07/1959, no valor de R\$ 137.000,00 (cento e trinta e sete mil reais), destinados à abertura de quatro (04) vagas para atendimento de idosos, com grau de dependência III, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

IX – Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 201.600,00 (duzentos e um mil, seiscentos reais), destinados ao custeio e manutenção em ações de Atendimento Psicossocial em Comunidade Terapêutica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

X – Cruz Azul no Brasil, inscrito no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879 de 22/09/1997, no valor de R\$ 68.600,00 (sessenta e oito mil e seiscentos reais), destinados ao custeio e manutenção em ações de Capacitação/Intervenção ao Uso e Abuso de Substância Psicoativa, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XI – Centro Terapêutico Vida – CTV, inscrito no CNPJ sob o nº 01.278.501/0001-05, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.251 de 09/11/1993, no valor de R\$ 100.800,00 (cem mil e oitocentos reais), destinados ao custeio e manutenção em ações de Atendimento Psicossocial em Comunidade Terapêutica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XII – Pólo Tecnológico de Informação e Comunicação da Região de Blumenau - BLUSOFT, inscrito no CNPJ sob o nº 81.160.376/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei Utilidade Pública nº 5.981, de 04/09/2002, no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), destinados a promover a mútua cooperação técnico-financeiro para a inclusão de jovens no mercado de trabalho, utilizando o Programa Entra 21Blusoft, bem como desenvolvimento e avanço técnico do setor de TI no município de Blumenau, através de incubadora de empresas de base tecnológicas no Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 012/14;

XIII – Cooperprove Cooperativa Prove de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 03.535.274/0001-73, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.620, de 04/05/2001, no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), destinados a atender cooperação técnico-científico e financeiro para a execução de ações que visam ao desenvolvimento e fortalecimento das pequenas agroindústrias familiares localizadas no município de Blumenau, permitindo a viabilização econômica desta entidade, termo de convenio 011/14;

XIV – Blumenau Convention & Visitors Bureau, inscrito no CNPJ sob o nº 79.376.323/0001-34, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.943, de 03/07/2002, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados a atender termos de convênios que serão firmados entre o município de Blumenau e a referida entidade;

XV – Associação dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 79.375.291/0001-52, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.628, de 16/05/2001, no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), destinados a atender termos de convênios que serão firmados entre o município de Blumenau e a referida entidade;

XVI – Sociedade de Amigos da Banda Municipal de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 05.543.193/0001-40, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.312, de 09/10/2003, no valor de R\$ 358.000,00 (trezentos e cinquenta e oito mil reais), destinados à cooperação técnica/financeira entre os convenientes para a operacionalização na difusão da cultura musical popular e clássica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 021/13;

XVII – Fundação Hospitalar de Blumenau, inscrita no CNPJ sob o nº 82.654.088/0001-20, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.812 de 09/12/1971, no valor de R\$ 7.906.000,00 (sete milhões, novecentos e seis mil reais), destinados a auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 007/14, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC;

XVIII – Hospital Santa Isabel, inscrito no CNPJ sob o nº 83.883.306/0011-32, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 898 de 17/08/1959, no valor de R\$ 3.528.000,00 (três milhões, quinhentos e vinte e oito mil reais), destinados a auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 015/15, e de acordo com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC;

XIX – Associação Hospitalar Beneficente Misericórdia de Vila Itoupava, inscrita no CNPJ sob o nº 82.653.163/0001-38, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 896 de 04/07/1959, no valor de R\$ 667.000,00 (seiscentos e sessenta e sete mil reais), destinados a auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio nº 009/14, e de acordo

com a Instrução Normativa TC 14/2012 do TCE/SC;

XX – Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos ABADA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706 de 05/04/1990, no valor de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXI – Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer - ABLUCAN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.791.343/0001-23, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 7.172 de 23/10/2007, no valor de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXII – Associação de Cegos do Vale do Itajaí - ACEVALI, inscrita no CNPJ sob o nº 79.363.776/0001-26, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.407 de 06/11/1987, no valor de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXIII – Associação Beneficente Bom Samaritano da Igreja Evangélica Assembléia de Deus, inscrita no CNPJ sob o nº 79.365.060/0001-68, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.505 de 20/10/1988, no valor de R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXIV – Sociedade Casa da Esperança, inscrita no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.577 de 16/06/1989, no valor de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXV – Associação Casa de Apoio, inscrita no CNPJ sob o nº 06.789.418/0001-06, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.576 de 13/10/2004, no valor de R\$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXVI – Cruz Azul no Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879 de 22/09/1997, no valor de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXVII – Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrita no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747 de 22/08/2005, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXVIII – Associação de Educação Complementar Puro Amor, inscrita no CNPJ sob o nº 08.677.364/0001-12, com foro no município

de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 7.272 de 29/04/2008, no valor de R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXIX – Associação Voluntários de São Roque, inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.264/0001-12, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.647 de 01/12/1989, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXX – Associação Assistencial da Igreja Assembléia de Deus - Lar Betânia, inscrita no CNPJ sob o nº 83.526.640/0001-67, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 2.463 de 08/06/1979, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXI – Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos ABADA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706 de 05/04/1990, no valor de R\$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXII – Associação Blumenauense na Luta Contra o Câncer - ABLUCAN, inscrita no CNPJ sob o nº 08.791.343/0001-23, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 7.172 de 23/10/2007, no valor de R\$ 16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXIII – Associação de Cegos do Vale do Itajaí - ACEVALI, inscrita no CNPJ sob o nº 79.363.776/0001-26, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.407 de 06/11/1987, no valor de R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXIV – Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos ABADA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706 de 05/04/1990, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Proteção Especial de Média Complexidade à Pessoas com Deficiência e suas Famílias, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXV – Associação Blumenauense de Amparo aos Menores Desvalidos - ABAM, inscrita no CNPJ sob o nº 83.093.039/0001-28, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 831 de 29/05/1958, no valor de R\$ 850.435,20 (oitocentos e cinquenta mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte centavos), destinados ao custeio e manutenção do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXVI – Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no

valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva, sob o nível de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXVII – Centro Terapêutico Vida – CTV, inscrito no CNPJ sob o nº 01.278.501/0001-05, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.251 de 09/11/1993, no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção em ações do Programa de Reinserção Social com Moradia Coletiva, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXVIII – Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, inscrito no CNPJ sob o nº 01.278.501/0001-05, com foro no Município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 5.523 de 28/08/2000, no valor de R\$ 50.400,00 (cinquenta mil e quatrocentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Ações de Mobilização para o Mundo do Trabalho, sob o nível de Proteção Social Básica, cfe. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XXXIX – Associação Blumenauense de Deficientes Físicos - ABLUDEF, inscrita no CNPJ sob o nº 01.278.501/0001-05, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.072 de 24/09/1992, no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Defesa e Garantia de Direitos, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XL – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau -APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 82.656.554/0001-06, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 1.412 de 02/06/1967, no valor de R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Serviço Centro Dia para Pessoas com Deficiência, sob o nível de Proteção Social Especial de Média Complexidade, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XLI – Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos ABADA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706 de 05/04/1990, no valor de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de Ações de Mobilização para o Mundo do Trabalho, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XLII – Associação Blumenauense de Deficientes Físicos - ABLUDEF, inscrita no CNPJ sob o nº 01.278.501/0001-05, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.072 de 24/09/1992, no valor de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), destinados ao custeio e manutenção do Programa de ações de Mobilização para o Mundo do Trabalho, sob o nível de Proteção Social Básica, cf. Plano de Trabalho e Termo de Convênio celebrado;

XLIII – Sociedade Casa da Esperança, inscrita no CNPJ sob o nº 79.366.233/0001-62, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.577 de 16/06/1989, no valor de R\$ 10.471,44 (dez mil, quatrocentos e setenta e um reais e quarenta e quatro centavos), destinados a custear despesas para o projeto "Bom Gosto";

XLIV – Sociedade Casa da Esperança, inscrita no CNPJ sob o nº 79.366.233/0001-62, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.577 de 16/06/1989, no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), destinados a custear despesas para o projeto "Primeiros Passos";

XLV – Sociedade Casa da Esperança, inscrita no CNPJ sob o

nº 79.366.233/0001-62, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.577 de 16/06/1989, no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), destinados a custear despesas para o projeto "Aprender Brincando";

XLVI – Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 11.903,44 (onze mil, novecentos e três reais e quarenta e quatro centavos), destinados a custear despesas para o projeto "Educando para a Vida";

XLVII – Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos ABADA, inscrita no CNPJ sob o nº 79.371.803/0001-02, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.706 de 05/04/1990, no valor de R\$ 620,00 (seiscentos e vinte reais), destinados a custear despesas para o projeto "Inclusão Social e Permanência do Adolescente Surdo e/ou Deficiente Auditivo no Mercado de Trabalho: através de cartilhas e cartazes de orientações em libras";

XLVIII - Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrito no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754 de 20/08/1990, no valor de R\$ 3.732,00 (três mil, setecentos e trinta e dois reais), destinados a custear despesas para o projeto "Fazendo Arte no Tratamento";

XLIX - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrita no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747, de 22/08/2005, no valor de R\$ 19.999,00 (dezenove mil, novecentos e noventa e nove reais) destinados a custear despesas para o projeto "Todos os Sentidos para Aprender";

L - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrita no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747, de 22/08/2005, no valor de R\$ 14.658,00 (quatorze mil, seiscentos e cinquenta e oito reais) destinados a custear despesas para o projeto "Alimentação Saudável";

LI - Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, inscrita no CNPJ sob o nº 07.098.848/0001-44, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 6.747, de 22/08/2005, no valor de R\$ 5.670,00 (cinco mil, seiscentos e setenta reais) destinados a custear despesas para o projeto "Projeto Xadrez Pedagógico";

LII - Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, inscrita no CNPJ sob o nº 79.372.108/0001-65, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 3.754, de 20/08/1990, no valor de R\$ 11.150,00 (onze mil, cento e cinquenta reais) destinados a custear despesas para o projeto "Encenando a Vida";

LIII - Cruz Azul no Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879, de 22/09/1997, no valor de R\$ 50.574,54 (cinquenta mil, quinhentos e setenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Palco da Vida";

LIV - Cruz Azul no Brasil, inscrita no CNPJ sob o nº 01.127.311/0001-89, com foro no município de Blumenau, Lei de Utilidade Pública nº 4.879, de 22/09/1997, no valor de R\$ 4.057,85 (quatro mil e cinquenta e sete reais e oitenta e cinco centavos) destinados a custear despesas para o projeto "Grupos de Apoio Kids Cruz Azul".

Art. 2º As despesas previstas nos incisos I a XV, do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0903 – Diretoria de Educação Básica

Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. de Educ. Infantil Modalidade 3.3.50 - Trans. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 180.000,00 Fonte de Recurso 0101.00000

Atividade 09.03.12.365.0004.2046 – Man. Des. Ens. Educ. Básica-Fundeb/EI

Modalidade 3.3.50 - Trans. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 3.000.000,00 Fonte de Recurso 0119.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1203 – Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.241.0010.2289 – Apoio Fin. Assoc. Casa São Simeão

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 1.616.000,00 Fonte de Recurso 0100.00000

Atividade 12.03.08.241.0010.2318 – Apoio financeiro ao Hospital Misericórdia de Vila Itoupava

Modalidade 3.3.50 – Transf. Inst. Priv. s/fins Lucr. R\$ 137.000,00 Fonte de Recursos 0100.00000

1208 – Fundo de Recurso Municipal p/ Ações sobre Drogas

Atividade 12.08.08.244.0010.2267 – Man. Fundo Rec. Mun. p/ Ações sobre Drogas

Modalidade 3.3.50 - Trans. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 371.000,00 Fonte de Recurso 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2083 – Apoio Financeiro a BLUSOFT

Modalidade 3.3.50 - Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

1506 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.06.20.606.0003.2096 – Apoio Fin.Coop.Prove BNAU-COOPERPROVE

Modalidade 3.3.50 - Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 16.01.23.695.0008.2099 – Apoio Fin. Blumenau Conv.& Vis. Bureau

Modalidade 3.3.50 - Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Atividade 16.01.23.695.0008.2100 – Apoio Fin.Assoc.Clubes de Caça e Tiro

Modalidade 3.3.50 - Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Art. 3º As despesas previstas nos incisos XVI a XIX do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

23 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

2301 – Fundação Cultural de Blumenau

Atividade 23.01.13.392.0007.2131 – Banda Municipal

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 358.000,00 Fonte de Recurso 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.302.0009.2199 – Fundação Hospitalar de Blumenau

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 7.906.000,00 Fonte de Recurso 0102.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2200 – Hospital Santa Isabel

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 3.528.000,00
Fonte de Recurso 0102.00000

Atividade 31.01.10.302.0009.2201 – Assoc. Hosp. Mis. Vila Itoupava

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 667.000,00
Fonte de Recurso 0102.00000

Art. 4º As despesas previstas nos incisos XX a XLII do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.243.0004.2313 – Man. Imp. Ações Voltadas a Cças/Adol

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 670.000,00
Fonte de Recurso 0100.00000

Modalidade 3.3.50 – Transf. Inst. Priv. s/Fins Lucr. R\$ 170.000,00
Fonte de Recursos 0235.00000

Modalidade 3.3.50 – Transf. Inst. Priv. s/Fins Lucr. R\$ 435,20
Fonte de Recursos 0265.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2152 – Man. Imp. Ações Prot. Básica

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/Fins Luc. R\$ 1.350.000,00

Fonte de Recurso 0100.00000

Modalidade 3.3.50 – Transf. Inst. Priv. s/fins Luc. R\$ 282.000,00
Fonte de Recursos 0235.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2155 – Man. Imp. Serv. Prot. Social de Média Comp.

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 24.000,00
Fonte de Recurso 0235.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2159 – Manut. Implem. Serv. Prot. Especial Compl. C/Famílias

Modalidade 3.3.50 – Transf. Inst. Priv. S/fins Lucr. R\$ 48.000,00
Fonte de Recursos 0100.000000

Atividade 29.01.08.244.0010.2223 – Projetos Especiais de ações do FMAS

Modalidade 3.3.50 – Transf. Inst. Priv. s/Fins Lucr. R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 5º As despesas previstas nos incisos XLIII a LIV do artigo 1º desta Lei, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

30 – FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3001 – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Atividade 30.01.08.243.0004.2164 – Man. Ações Defesa Dir. Cça/Adol.

Modalidade 3.3.50 - Transf. Inst. Priv. s/ Fins Luc. R\$ 142.436,27
Fonte de Recurso 0177.00000

Art. 6º As entidades beneficiadas prestarão contas da aplicação dos recursos recebidos, no prazo de 30 (trinta dias), contados da data do repasse.

Parágrafo Único – As entidades beneficiadas com recursos da Secretaria Municipal de Educação, referentes a termos dos convênios firmados para atendimento da educação infantil – primeiro nível da educação básica, poderão prestar contas dos valores recebidos no prazo de 60 (sessenta dias), contados da data do repasse, sob pena de ficarem impedidas de receberem novos recursos.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.210/2015

LEI Nº 8.210, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA OS ANEXOS DAS LEIS N. 7.902, DE 04 DE OUTUBRO DE 2013 (PPA) E LEI Nº 7.993 DE 04 DE JULHO DE 2014 (LDO).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 17.453.929,76 (dezessete milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, novecentos e vinte e nove reais e setenta e seis centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2004 – Apoio Financeiro a Entidades

Modalidade 3.3.50 (11) Transf. Inst. Priv. S/Fins Lucr. R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 02.01.04.122.0002.2005 – Aporte de Capital p/Empresa de Economia Mista

Modalidade 4.5.90 (12) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

0401 – Gabinete do Procurador Geral

Atividade 04.01.03.091.0002.2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Modalidade 3.1.90 (21) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 04.01.03.091.0002.2303 – Manut. Ativ. Procom

Modalidade 3.1.90 (26) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Atividade 04.02.03.091.0002.2010 – Manut. Ativ. Consult. Adm. e Legisl.

Modalidade 3.1.90 (30) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.03.092.0002.2011 – Manut. Ativ. Contencioso Judicial

Modalidade 3.1.90 (36) aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0404 – Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios

Atividade 04.04.04.122.0002.2013 – Manut. Ativ. Licitações e Contratos

Modalidade 3.1.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0405 – Fundo de Reapar. Procuradoria Geral do Município

Atividade 04.05.03.091.0002.2015 – Manut. Ativ. Fundo Reap. Da Progem

Modalidade 3.3.90 (679) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0502 – Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0002.2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações

Modalidade 3.1.90 (54) Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

Modalidade 3.3.90 (55) Aplicações Diretas R\$ 1.200,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0504 – Diretoria de Patrimônio
Atividade 05.04.04.122.0002.2021 – Manut. Ativ. Guarda e Conserv. Patr.
Modalidade 3.1.90 (60) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete
Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Administr. Sefaz
Modalidade 3.1.90 (71) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

0705 – Diretoria de Captação de Recursos
Atividade 07.05.04.121.0002.2275 – Manut. Ativ. Captação de Recursos
Modalidade 3.1.90 (105) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
0706 – Diretoria de Custos
Atividade 07.06.04.121.0002.2276 – Manut. Ativ. Custos
Modalidade 3.1.90 (108) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0801 – Administrativo do Gabinete
Atividade 08.01.04.131.0002.2029 – Manut. Ativ. Administr. Secom
Modalidade 3.1.90 (117) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0802 – Diretoria de Publicidade

Atividade 08.02.04.131.0002.2030 – Manut. Ativ. Publicidade
Modalidade 3.1.90 (121) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 08.02.04.131.0002.2031 – Manut. Ativ. Divulg.Ações do Governo
Modalidade 3.3.90 (124) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0803 – Diretoria de Jornalismo

Atividade 08.03.04.131.0002.2270 – Manut. Ativ. Jornalismo
Modalidade 3.1.90 (125) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

0901 – Diretoria Administrativo – Financeira
Atividade 09.01.12.361.0004.2037 – Alimentação Escolar – Ensino Fundamental – Pnaef
Modalidade 3.3.90 (139) Aplicações Diretas R\$ 1.633.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 09.01.12.365.0004.2038 – Alimentação Escolar – Educação Infantil – Pnaec
Modalidade 3.3.90 (141) Aplicações Diretas R\$ 1.793.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 09.01.12.365.0004.2250 – Alimentação Escolar – Educação Infantil – Pnaep
Modalidade 3.3.90 (143) Aplicações Diretas R\$ 2.321.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

0903 – Diretoria de Educação Básica

Projeto 09.03.12.361.0004.1004 – Construção/Cobert.Quadras Esportivas
Modalidade 4.4.90 (681) Aplicações Diretas R\$ 114.729,76
Fonte de Recursos 0136.00000
Atividade 09.03.12.361.0004.2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental
Modalidade 3.1.90 (160) Aplicações Diretas R\$ 2.804.000,00
Modalidade 3.3.90 (162) Aplicações Diretas R\$ 1.331.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000
Atividade 09.03.12.365.0004.2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil

Modalidade 3.1.90 (180) Aplicações Diretas R\$ 2.617.000,00
Modalidade 3.3.90 (183) Aplicações Diretas R\$ 2.094.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1001 – Administrativo do Gabinete
Atividade 10.01.04.122.0002.2302 – Manut. Ativ. Administrativas da Sedeci
Modalidade 3.1.90 (204) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1201 – Diretoria de Regularização Fundiária
Atividade 12.01.16.482.0005.2283 – Manut. Ativ. Regularização Fundiária
Modalidade 3.1.90 (393) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1203 – Diretoria de Proteção Especial

Atividade 12.03.08.244.0010.2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial
Modalidade 3.1.90 (404) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1204 – Diretoria Proteção Básica

Atividade 12.04.08.244.0010.2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica
Modalidade 3.1.90 (412) Aplicações Diretas R\$ 120.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1304 – Diretoria de Fiscalização
Atividade 13.04.15.125.0005.2261 – Manut. Ativ. Fiscalização
Modalidade 3.1.90 (476) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

1401 – Diretoria Administrativo Financeira
Atividade 14.01.04.122.0002.2279 – Manut. Ativ. Administr. Financ. Sesur
Modalidade 3.1.90 (497) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1501 – Administrativo do Gabinete
Atividade 15.01.04.122.0002.2078 – Manut. Ativ. Administrativa da Sedec
Modalidade 3.1.90 (527) aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 - Manut. Ativ. Desenv. Econômico
Modalidade 3.1.90 (538) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1503 – Diretoria de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.03.20.606.0003.2085 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Rural
Modalidade 3.1.90 (562) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção
Atividade 16.02.23.695.0008.2280 – Manut. Ativ. Planejamento e Promoção
Modalidade 3.1.90 (612) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

1701 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava
Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Administrativa da Idivi
Modalidade 3.1.90 (620) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

18 – INTENDENCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA
1801 – Administrativo Distrital do Grande Garcia
Atividade 18.01.04.122.0002.2124 – Manut. Ativ. Administrativa do Idigg
Modalidade 3.1.90 (627) Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO
0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação
Atividade 02.01.04.122.0002.2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação
Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 1.200,00

Modalidade 4.4.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
0602 – Diretoria de Receita
Op.Especial 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida
Modalidade 3.2.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 5.284.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
0903 – Diretoria de Educação Básica
Projeto 09.03.12.365.0004.1007 – Desapropriações – Educação Infantil
Modalidade 4.4.90 (179) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte de Recursos 0101.00000
Atividade 09.03.12.365.0004.2045 – Manut. Ativ. Educação Infantil – Salário Educação
Modalidade 3.3.90 (188) aplicações Diretas R\$ 58.202,92
Modalidade 4.4.90 (189) Aplicações Diretas R\$ 56.526,84
Fonte de Recursos 0136.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO
1004 – Diretoria de Projetos
Projeto 10.04.15.127.0012.1119 – Prevenção e Erradicação de Riscos Ambientais e Sociais
Modalidade 3.3.90 (226) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Modalidade 4.4.90 (228) Aplicações Diretas R\$ 182.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1007 – Diretoria de Políticas Integradas de Segurança
Projeto 10.07.06.182.0012.1171 – Impl.Exec.Ações Int.Seg.e Def. do Cidad
Modalidade 3.3.90 (246) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Modalidade 4.4.90 (247) Aplicações Diretas R\$ 420.000,00 Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS
1102 – Diretoria de Obras Conveniadas
Projeto 11.02.15.451.0006.1010 – Exec. de Terrapl., Dren.e Pavim. Ruas
Modalidade 4.4.90 (267) Aplicações Diretas R\$ 499.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1017 – Constr. Inst. Retific. Galerias
Modalidade 4.4.90 (283) Aplicações Diretas R\$ 99.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1018 – Construção Reforma de Pontes Modalidade 4.4.90 (285) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.451.0006.1071 – Prol. Rua Humberto de Campos – Progr. Mobil. Sust. Bnau
Modalidade 4.4.90 (292) Aplicações Diretas R\$ 485.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1074 – Impl. Melhorias de Corredores Exclusivos de Ônibus
Modalidade 4.4.90 (296) Aplicações Diretas R\$ 3.195.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1093 – Limp. Des. Rib. Garcia Pac Drenagem
Modalidade 4.4.90 (314) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1103 – Constr. Terminais Integr. Norte e Oeste Progr. Mobil. Sust. Bnau
Modalidade 4.4.90 (328) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1105 – Ter/Dren/Pav. Lig. Chile c/a Republica Argentina Progr. Mobil. Sust. Bnau
Modalidade 4.4.90 (332) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1142 – Elab. Proj. Super. Fisc. Asses. Tec. Obras Infraestrutura
Modalidade 4.4.90 (343) Aplicações Diretas R\$ 600.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1143 – Prog. de Mob. Sustentável de Blumenau
Modalidade 4.4.90 (344) Aplicações Diretas R\$ 1.120.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1152 – Central de Controle de Tráfego em Área Progr. Mobil. Sust. Bnau
Modalidade 4.4.90 (356) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1153 – Central de Controle de Operações Progr. Móbil. Sust. Banu
Modalidade 4.4.90 (358) Aplicações Diretas R\$ 95.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1157 – Lig. Viária Rua Alwin Schrader c/Paraguay Progr Mobil. Sust. Bnau
Modalidade 4.4.90 (366) Aplicações Diretas R\$ 4.195.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1161 – Superv. Proj. Melh. Ampl. Corredor Est. Norte Progr. Mob. Sust. Bnau
Modalidade 4.4.90 (371) Aplicações Diretas R\$ 55.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 11.02.15.451.0006.1162 – Sup. Proj. Implant. Pav. Corredor Estr. Oeste Progr. Mobil. Sust. Bnau
Modalidade 4.4.90 (373) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1202 – Diretoria de Habitação
Projeto 12.02.16.482.0005.1129 – Exec. de Obras/Serv. do Progr. Habit.
Modalidade 3.3.90 (396) Aplicações Diretas R\$ 278.000,00
Modalidade 4.4.90 (398) Aplicações Diretas R\$ 30.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
1504 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas
Atividade 15.04.11.334.0003.2088 – Apoio a Formalização Empreendimentos
Modalidade 3.3.50 (570) Transf. Inst. Priv. s/fins Lucr. R\$ 1.000,00
Modalidade 3.3.90 (571) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, até o valor de R\$ 815.850,73 (oitocentos e quinze mil, oitocentos e cinquenta reais e setenta e três centavos), nas seguintes dotações orçamentárias:

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB

2601 – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – Proeb
Atividade 26.01.23.695.0008.2138 – Manut. Ativ. Proeb
Modalidade 3.1.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 81.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense
Atividade 27.01.08.244.0002.2142 – Manut. Ativ. Fundação Pró-Família
Modalidade 3.1.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 55.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.301.0009.2173 – Assistência Farmacêutica Básica
Modalidade 3.3.90 (27) Aplicações diretas R\$ 264.668,00
Fonte de Recursos 0267.00067
Atividade 31.01.10.302.0009.2200 – Hospital Santa Isabel
Modalidade 3.3.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 74.180,00
Fonte de Recursos 0267.00065

33- SERVIÇO AUT.MUNIC.DE TRANSITO E TRANSPORTE – SETERB

3302 – Diretoria Administrativo – Financeira
Atividade 33.02.04.122.0002.2213 – Manut. Ativ. Admin.Finan.do Seterb
Modalidade 3.1.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 68.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Modalidade 3.1.90 (48) Aplicações Diretas R\$ 162.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

3303 – Diretoria de Transito

Atividade 33.03.06.125.0005.2217 – Manut. Ativ. Trânsito
Modalidade 3.1.91 (24) Aplicações Diretas R\$ 11.002,73
Fonte de Recursos 0206.00000

3304 – Diretoria de Transporte

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. Transporte
Modalidade 3.1.90 (49) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0602 – Diretoria de Receita
Op.Especial 06.02.28.843.0000.0001 – Serviços e Encargos da Dívida
Modalidade 3.2.90 (84) Aplicações Diretas R\$ 81.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMILIA BLUMENAUENSE

2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense
Atividade 27.01.08.241.0010.2143 – Promoção do Idoso
Modalidade 3.3.90 (1) Aplicações diretas R\$ 50.000,00
Modalidade 4.4.90 (2) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.301.0009.2231 – Cis Consórcio Intermunicipal de Saúde
Modalidade 3.3.93 (101) Aplicações Diretas R\$ 264.668,00
Fonte de Recursos 0267.00067
Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – Mac – Outros Procedimentos Vinculados
Modalidade 3.3.90 (89) Aplicações Diretas R\$ 74.180,00
Fonte de Recursos 0267.00065

33 – SERVIÇO AUT. MUNIC.DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB

3301 – Gabinete do Diretor – Presidente
Atividade 33.01.04.122.0002.2212 – Man. Ativ. Gab. Dir.-Presid. Seterb
Modalidade 3.1.90 (1) Aplicações Diretas R\$ 68.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

3302 – Diretoria Administrativo – Financeira

Atividade 33.02.28.846.0002.2215 – Exec.Sentenças Judic./Precat. Seterb
Modalidade 3.1.90 (13) Aplicações Diretas R\$ 193.753,98
Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 74.477,75
Fonte de Recursos 0206.00000

3304 – Diretoria de Transporte

Projeto 33.04.26.781.0002.1066 – Revitalização do Aeroporto Quer-Quero
Modalidade 4.4.90 (39) Aplicações Diretas R\$ 4.771,00
Fonte de Recursos 0206.00000

Art. 5º Ficam aumentadas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, as seguintes ações:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 - Diretoria de Expediente e Comunicação

Código: 02.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2004 – Apoio Financeiro a Entidades

Produto: Entidades Beneficiadas

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 500.000,00

Ação: 2005 – Aporte de Capital p/Empresa de Economia Mista

Produto: Empresa Aportada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 500.000,00

Órgão: 04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Unidade: 01 – Gabinete do Procurador Geral

Código: 04.01.03.091.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2009 – Manut. Ativ. Gabinete do Procurador

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 50.000,00

Ação: 2303 – Manut. Ativ. Procon

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 40.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa
Código: 04.02.03.091.

Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2010 - Manut. Ativ. Consultoria Administrativa e Legislativa
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 80.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Contencioso Judicial
Código: 04.03.03.092.
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2011 - Manut. Ativ. Contencioso Judicial
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 30.000,00

Unidade: 04 - Diretoria de Licitações e Contratos e Convênios
Código: 04.04.04.122.
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2013 - Manut. Ativ. Licitações e Contratos
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 10.000,00
Unidade: 05 - Fundo de Repar. Procuradoria Geral do Município
Código: 04.05.03.091.
Programa: 0002 - Gestão e Modern. Administrativa do Governo

Ação: 2015 - Manut. Ativ. Fundo reap. Da Progem
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 20.000,00

Órgão: 05 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 02 - Diretoria de Compras e Licitações
Código: 05.02.04.122.
Programa: 0002 - Gestão e Modern. Administrativa do Governo
Ação: 2018 - Manut. Ativ. Compras e Licitações
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 46.200,00

Unidade: 04 - Diretoria de Patrimônio
Código: 05.04.04.122.
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2021 - Manut. Ativ. Guarda e Conservação do Patrimônio
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 200.000,00

Órgão: 06 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA
Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete
Código: 06.01.04.122.
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2022 - Manut. Ativ. Administrativa Sefaz
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 50.000,00

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO GOVERNAMENTAL
Unidade: 05 - Diretoria de Captação de Recursos
Código: 07.05.04.121.
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2275 - Manut. Ativ. Captação de Recursos
Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 10.000,00
Unidade: 06 - Diretoria de Custos
Código: 07.06.04.121
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2276 - Manut. Ativ. Custos
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 50.000,00

Órgão: 08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO
Unidade: 01 - Administrativo do Gabinete
Código: 08.01.04.131.
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2029 - Manut. Ativ. Administrativa Secom
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 20.000,00

Unidade: 02 - Diretoria de Publicidade
Código: 08.02.04.131.
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2030 - Manut. Ativ. Publicidade
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 10.000,00

Ação: 2031 - Manut. Ativ. Divulgação das Ações do Governo
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 600.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Jornalismo
Código: 08.03.04.131.
Programa: 0002 - Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2270 - Manut. Ativ. Jornalismo
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 10.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 01 - Diretoria Administrativo - Financeira
Código: 09.01.12.361
Programa: 0004 - Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
Ação: 2037 - Alimentação Escolar - Ensino Fundamental - Pnaef
Produto: Aluno Beneficiado
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 1.633.000,00

Código: 09.01.12.365
Programa: 0004 - Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
Ação: 2038 - Alimentação Escolar - Educação Infantil Pnaec
Produto: Criança Beneficiada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 1.793.000,00

Ação: 2250 - Alimentação Escolar - Educação Infantil Pnaep
Produto: Criança Beneficiada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 2.321.000,00

Unidade: 03 - Diretoria de Educação Básica
Código: 09.03.12.361.
Programa: 0004 - Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
Ação: 1004 - Construção/Cobertura de Quadras Esportivas

Produto: Quadra construída/Coberta
Unidade: m2
Valor Vinculado (2015): R\$ 114.729,76

Ação: 2041 – Manut. Ativ. Ensino Fundamental
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 4.135.000,00

Código: 09.03.12.365.
Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
Ação: 2044 – Manut. Ativ. Educação Infantil
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 4.711.000,00
Órgão: 10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO
Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
Código: 10.01.04.122.
Programa: 00002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2302 – Manut. Ativ. Administrativa da Sedec
Produto: atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 20.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Unidade: 01 – Diretoria de Regularização Fundiária
Código: 12.01.16.482.
Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 2283 – Manut. Ativ. Regularização Fundiária
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 10.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Proteção Especial
Código: 12.03.08.244.
Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão
Ação: 2291 – Manut. Ativ. Proteção Especial
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 100.000,00

Unidade: 04 – Diretoria Proteção Básica
Código: 12.04.08.244.
Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão
Ação: 2293 – Manut. Ativ. Proteção Básica
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 120.000,00

Órgão: 13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO
Unidade: 04 – Diretoria de Fiscalização
Código: 13.04.15.125.
Programa: 0005 – Morar com Qualidade
Ação: 2261 – Manut. Ativ. Fiscalização
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 50.000,00

Órgão: 14 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 01 – Diretoria Administrativo Financeira
Código: 14.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2279 – Manut. Ativ. Administrativa da Sesur
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 50.000,00

Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
Código: 15.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2078 – Manut. Ativ. Administrativa da Sedec
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 10.000,00

Unidade: 02 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico
Código: 15.02.11.334.
Programa: 0003 – Blumenau Sustentável
Ação: 2080 – Manut. Ativ. Desenv. Econômico
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 20.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Desenvolvimento Rural
Código: 15.03.20.606.
Programa: 0003 – Blumenau Sustentável
Ação: 2085 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Rural
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 40.000,00

Órgão: 16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
Unidade: 02 – Diretoria de Planejamento e Promoção
Código: 16.02.23.695.
Programa: 0008 – Fortalecer o Turismo
Ação: 2280 – Manut. Ativ. Planejamento e Promoção
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 40.000,00

Órgão: 17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA
Unidade: 01 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava
Código: 17.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2122 – Manut. Ativ. Administrativa da Idivi
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 40.000,00

Órgão: 18 - INTENDÊNCIA DISTRITAL DO GRANDE GARCIA
Unidade: 01 – Administrativo Distrital do Grande Garcia
Código: 18.01.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2124 – Manut. Ativ. Administrativa do Idigg
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 20.000,00

Órgão: 26 – FUNDAÇÃO PROMOT.DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU – PROEB
Unidade: 01 – Fundação Promot. de Exposições de Blumenau - Proeb
Código: 26.01.23.695.
Programa: 0008 – Fortalecer o Turismo
Ação: 2138 – Manut. Ativ. Proeb
Produto: Atividade Executada
Unidade: unidade
Valor Próprio (2015): R\$ 81.000,00

Órgão: 27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA

BLUMENAUENSE

Unidade: 01 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Código: 27.01.08.244.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2142 – Manut. Ativ. Fundação Pró-Família

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 55.000,00

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Código: 31.01.10.301.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2173 – Assistência Farmacêutica Básica

Produto: Acesso Racional de Medicamentos à População

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2015): R\$ 264.668,00

Código: 31.01.10.302.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2200 – Hospital Santa Isabel

Produto: Hospital Beneficiado

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2015): R\$ 74.180,00

Órgão: 33 – SERVIÇOS AUT. MUNIC. DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB

Unidade: 02 – Diretoria Administrativo - Financeira

Código: 33.02.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2213 – Manut. Ativ. Administrativa Financeira

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 230.000,00

Unidade: 03 – Diretoria de Transito

Código: 33.03.06.125.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2217 – Manut. Ativ. Trânsito

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 11.002,73

Unidade: 04 – Diretoria de Transporte

Código: 33.04.26.453.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2216 – Manut. Ativ. Transporte

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 100.000,00

Art. 6º Para atender o disposto no artigo 5º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, as seguintes ações:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Código: 02.01.04.122

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2002 – Manut. Ativ. Expediente e Comunicação

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 51.200,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 02 – Diretoria de Receita

Código: 06.02.28.843

Programa: 0000 – Operações Especiais

Ação: 0001 – Serviços e encargos da Dívida

Produto: Pagamento da Dívida Interna

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 5.365.000,00

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 03 – Diretoria Educação Básica

Código: 09.03.12.365

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 1007 – Desapropriações – Educação Infantil

Produto: Terrenos

Unidade: m2

Valor Próprio (2015): R\$ 150.000,00

Ação: 2045 – Manut. Ativ. Educação Infantil – Salário Educação

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 114.729,76

Órgão: 10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

Unidade: 04 – Diretoria de Projetos

Código: 10.04.15.127.

Programa: 0012 – Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Ação: 1119 – Prevenção e erradicação de Riscos Ambientais e Sociais

Produto: Obra/Serviços Executados

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 192.000,00

Unidade: 07 – Diretoria de Políticas Integradas de Segurança

Código: 10.07.06.182.

Programa: 0012 – Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres

Ação: 1171 – Impl. Exec. Ações Integradas de Seg.e Defesa do Cidadão

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 430.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Unidade: 02 – Diretoria de Obras Conveniadas

Código: 11.02.15.451.

Programa: 0006 – Blumenau 2050

Ação: 1010 – Execução de Terraplenagem, Drenagem e Pavimentação de Ruas

Produto: Obra Infra-Estrutura

Unidade: m2

Valor Próprio (2015): R\$ 499.000,00

Ação: 1017 – Construção Instal. Retific. Galerias

Produto: Galeria Construída/Instalada

Unidade: metro

Valor Próprio (2015): R\$ 99.000,00

Ação: 1018 – Construção Reforma de Pontes

Produto: Ponte Construída/Reformada

Unidade: m2

Valor Próprio (2015): R\$ 300.000,00

Ação: 1071 – Prol. Rua Humberto de Campos – Progr. Mobil. Sust. Bna

Produto: Obra Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 485.000,00

Ação: 1074 – Impl. Melhorias de Corredores Exclusivos de Ônibus

Produto: Obra Executada

Unidade: km

Valor Próprio (2015): R\$ 3.195.000,00

Ação: 1093 – Limpeza e Desassoreamento do Rib. Garcia – Pac Drenagem

Produto: Obra Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 10.000,00

Ação: 1103 – Constr. Term.Integr. Norte e Oeste – Progr. Mobil. Sust. Bnau

Produto: Obra Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 30.000,00

Ação: 1105 – Ter/Dre/Pav. Lig. Chile c/a Rep. Arg. – Prog. Mob. Sust. Bnau

Produto: Obra Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 30.000,00

Ação: 1142 – Elab. Proj. Super. Fisc. Asses. Tec. Obras Infraestrutura

Produto: Proj, Execução, Supervisão, Fiscalização, Assessoramento Técnico

Unidade: mês

Valor Próprio (2015): R\$ 600.000,00

Ação: 1143 – Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 1.120.000,00

Ação: 1152 – Central de Controle Tráfego em Área – Prog. Mobil. Sust. Bnau

Produto: Controle de Tráfego

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 10.000,00

Ação: 1153 – Central de Controle Operações – Prog. Mobil. Sust. Bnau

Produto: Controle de Operações

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 95.000,00

Ação: 1157 – Lig. Viária R Alwin Schrader c/Paraguay – Prog. Mob. Sust. Bnau

Produto: Obra Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 4.195.000,00

Ação: 1161 – Sup. Proj. Mel. Amp. Corredor Est. Norte–Prog. Mob. Sust. Bnu

Produto: Sup. Proj. Obra Executada

Unidade: km

Valor Próprio (2015): R\$ 55.000,00

Ação: 1162 – Sup. Proj. Imp. Pav. Corredor Est. Oest – Prog. Mob. Sust. Bnu

Produto: Superv. Proj. Obra Executada

Unidade: km

Valor Próprio (2015): R\$ 100.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Unidade: 02 – Diretoria de Habitação

Código: 12.02.16.482.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 1129 – Exec. De Obras/Serviços do Programa Habitacional

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 308.000,00

Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 04 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas

Código: 15.04.11.334

Programa: 0003 – Blumenau Sustentável

Ação: 2088 – Apoio à Formalização Empreendimentos

Produto: Empreendedor Capacitado

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 101.000,00

Órgão: 27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

Unidade: 01 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Código: 27.01.08.241.

Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2143 – Promoção do Idoso

Produto: Idoso Atendido

Unidade: Idosos

Valor Próprio (2015): R\$ 55.000,00

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Código: 31.01.10.301.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2231 – Cis – Consórcio Intermunicipal de Saúde

Produto: Participação em Consórcio

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2015): R\$ 264.668,00

Código: 31.01.10.302.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2234 – Mac – Outros Procedimentos Vinculados

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Vinculado (2015): R\$ 74.180,00

Órgão: 33 – SERVIÇOS AUT. MUNIC. DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB

Unidade: 01 – Gabinete do Diretor Presidente

Código: 33.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2212 – Manut. Ativ. Gabinete Diretor Presidente

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 68.000,00

Órgão: 33 – SERVIÇOS AUT. MUNIC. DE TRANSITO E TRANSPORTE - SETERB

Unidade: 02 – Diretoria Administrativo - Financeira

Código: 33.02.28.846.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2215 – Execução de Sentenças Judiciais/Precatórios do Seterb

Produto: Sentenças/Precatórios

Unidade: unidade

Valor Próprio (2015): R\$ 268.231,73

Unidade: 04 – Diretoria de Transporte

Código: 33.04.26.781.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 1066 – Revitalização do Aeroporto Quero-Quero

Produto: Aeroporto Revitalizado

Unidade: Proj. Executado

Valor Próprio (2015): R\$ 4.771,00

Art. 7º Ficam diminuídas no Anexo II da Lei Municipal nº 7.993, de 04 de julho de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício Financeiro de 2015, as seguintes ações:

Órgão: 09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 03 – Diretoria Educação Básica

Código: 09.03.12.365

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 1007 – Desapropriações – Educação Infantil

Produto: Terrenos

Unidade: m2

Qtd: 1.250,00

Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Unidade: 04 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas

Código: 15.04.11.334

Programa: 0003 – Blumenau Sustentável

Ação: 2088 – Apoio a Formalização Empreendimentos

Produto: Empreendedor Capacitado

Unidade: unidade

Qtd: 300,00

Art. 8º Fica o Poder executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, a partir do dia 18 de dezembro de 2015, à conta dos saldos de dotações orçamentárias consignadas e não comprometidas no exercício de 2015, inclusive remanejar os saldos disponíveis entre órgãos da administração direta e indireta do Município, com base no art. 43, parágrafo 1º, III, da Lei nº 4.320/64.

Parágrafo Único – Os créditos adicionais suplementares que trata o caput do art. 8º serão abertos exclusivamente para atender as despesas com pessoal ativo e inativo, encargos sociais e econômicos, pagamento de dívida interna e externa e precatórios, limitados a 5,0% da Receita Corrente Líquida Consolidada do Exercício Financeiro de 2014.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de dezembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.011/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.011, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE BOLSA DE residência médica A profissionais RESIDENTES NO ÂMBITO DA REDE DE SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE; INSTITUI gratificação ESPECIAL por preceptoria E por Coordenação do PROGRAMA DE residência médica E DÁ outras providências.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS), autorizado a conceder bolsa de residência médica a profissionais residentes no âmbito da rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS).

Parágrafo único. A bolsa de que trata o caput tem caráter complementar à bolsa de residência médica proveniente do Governo Federal, concedida por meio do Programa Nacional de Apoio à Formação

de Médicos Especialistas em Áreas Estratégicas (Pró-Residência).

Art. 2º O valor mensal da bolsa, de caráter complementar, será de R\$ 2.976,26 (dois mil novecentos e setenta e seis reais e vinte e seis centavos).

Art. 3º São requisitos mínimos para concessão de bolsa a médicos residentes na rede de serviços do SUS:

I – vinculação do profissional ao Programa de Residência Médica (PRM) desenvolvido pela SEMUS;

II – prestação pelo profissional de serviços vinculados à SEMUS, observada a carga horária prática mínima de trinta e duas horas semanais;

III – formulação de pedido de concessão aprovado previamente pelo Setor de Gestão do Trabalho em Saúde da SEMUS e pelo coordenador do Programa de Residência Médica.

Parágrafo único. A vinculação ao Programa de Residência Médica de que trata o inciso I dar-se-á mediante aprovação em processo seletivo público instaurado pelo Setor de Gestão do Trabalho em Saúde.

Art. 4º A realização de residência na rede de serviços do SUS por servidor público municipal titular do cargo efetivo de Médico dar-se-á sem prejuízo dos seus vencimentos, observado o disposto nos §§1º e 2º do art. 22 da Lei Complementar n. 660, de 28 de novembro de 2007.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata o caput o servidor não fará jus à bolsa de residência médica.

Art. 5º O pagamento da bolsa será efetuado pelo prazo máximo de dois anos, podendo ser suspenso a qualquer tempo, a critério da SEMUS.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado por até seis meses na hipótese de licença maternidade.

Art. 6º Fica instituída gratificação especial, devida ao servidor titular do cargo efetivo de Médico designado no âmbito do Programa de Residência Médica para exercício das atividades:

I – de preceptoria:

a) por quarenta horas semanais, no valor mensal de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais);

b) por oito horas semanais, no valor mensal de R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais);

II – de coordenação, no valor mensal de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

§1º Cessará automaticamente o pagamento da gratificação:

I – de preceptoria na ausência de médicos residentes;

II – de coordenação ao término do prazo de vigência do Programa de Residência Médica.

§2º Os valores das gratificações previstas neste artigo não serão incorporados aos vencimentos ou aos proventos dos servidores.

Art. 7º Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - atividades de preceptoria: o acompanhamento e a orientação do médico residente no desenvolvimento de suas funções;

II – atividades de coordenação: o gerenciamento do Programa de Residência Médica.

Art. 8º O Setor de Gestão do Trabalho em Saúde da SEMUS promoverá a seleção de preceptores mediante processo seletivo interno, nos termos do respectivo edital.

Parágrafo único. Os servidores serão designados para exercício das atividades de preceptoria e coordenação por ato do titular da SEMUS.

Art. 9º A execução do Programa de Residência Médica no âmbito do Município, inclusive o pagamento da bolsa e das gratificações de que trata esta Lei, fica condicionada ao aporte de recursos provenientes do Ministério da Saúde em favor do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 10. Os valores de que trata esta Lei poderão ser atualizados monetariamente por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 11. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.809/2015

DECRETO Nº 10.809, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

APROVA O REGULAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE E PELA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SANEAMENTO.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, I, “g”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de conformidade com o Ofício nº 534/2015/PRES, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, datado de 24 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Regulamento dos Serviços Prestados pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e pela Empresa Concessionária de Saneamento, que com este baixa.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.809/2015 - ANEXO

REGULAMENTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE E PELA EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SANEAMENTO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

SEÇÃO I

DO OBJETIVO

Art. 1º. Este Regulamento dispõe sobre as condições para a prestação dos serviços de captação, adução, tratamento, distribuição e abastecimento de água, doravante identificados como SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, coleta, afastamento e tratamento de esgoto sanitário, doravante identificados como SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO e coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos, doravante identificados como GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS de Blumenau e as relações entre os prestadores responsáveis pelos referidos serviços e seus usuários.

SEÇÃO II

TERMINOLOGIA

Art. 2º. Adota-se neste Regulamento a terminologia constante das normas da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas e demais legislações aplicáveis descritas no Anexo I deste Decreto.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA

Art. 3º. Os prestadores responsáveis pelos serviços públicos e suas competências são respectivamente:

I – ao SAMAE, autarquia municipal, criada pela Lei nº 1.370, de 11 de agosto de 1966, doravante, referenciada pelo termo SAMAE, a quem compete os SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA e GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, abrangendo a gestão comercial dos serviços;

II - a Empresa CONCESSIONÁRIA de Saneamento de Blumenau, agente titular de concessão de serviço público municipal de esgotamento sanitário, contratada em 26/02/2010, conforme Contrato de Concessão decorrente da Concorrência Pública nº 04-003/2009, firmado com O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, referenciada, doravante, apenas pelo termo CONCESSIONÁRIA, a quem compete os SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO.

SEÇÃO IV PRINCÍPIOS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 4º. Os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e gerenciamento de resíduos sólidos deverão ser feitos de modo a garantir a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, nos moldes estipulados na legislação vigente aplicável.

Art. 5º. A prestação de serviços regulados por este Decreto terá como metas permanentes:

I - a satisfação dos usuários consistente com os padrões profissionais e a ética;

II - a melhoria contínua dos serviços;

III - a devida consideração aos requisitos da sociedade e do meio ambiente;

IV - a busca contínua da eficiência.

Art. 6º. Na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água, gerenciamento de resíduos sólidos e de esgotamento sanitário, o SAMAE e a CONCESSIONÁRIA assegurarão aos usuários, dentro de suas competências, entre outros, o direito de receber o ressarcimento dos danos que porventura lhe sejam causados em função do serviço concedido, exceto quando oriundos de culpa exclusiva do usuário, fato de terceiro, caso fortuito ou de força maior.

Parágrafo Único - A responsabilidade do SAMAE e a CONCESSIONÁRIA será apurada em processo administrativo.

Art. 7º. Cabe ao SAMAE efetuar o serviço de abastecimento de água, gerenciamento de resíduos sólidos e a CONCESSIONÁRIA efetuar os serviços de esgotamento sanitário de forma contínua e permanente, salvo as interrupções para manutenção, caso fortuito ou de força maior.

Parágrafo único - As interrupções para manutenção deverão ser amplamente divulgadas, com indicação das zonas afetadas e dos prazos prováveis necessários para a normalização dos serviços.

Art. 8º. Nos casos de eventos anormais que ensejem declaração de situação de emergência ou de calamidade pública ou nos casos de anormalidade do abastecimento por motivo de força maior, o SAMAE poderá estabelecer planos de racionamento para reduzir ao mínimo as consequências da falta de água.

§1º. Nos casos dos planos de racionamento previstos neste artigo, o SAMAE deverá contemplar, prioritariamente, estabelecimentos tais como hospitais, postos de saúde, escolas, asilos, orfanatos, creches e similares.

§2º. O SAMAE poderá impor, em conjunto com o plano de racionamento, normas de restrição ao consumo de água, incluindo a imposição de penalidades aos infratores de tais normas, penalidades que poderão incluir a interrupção do fornecimento de água.

§3º. Sem prejuízo das demais medidas previstas neste artigo, o SAMAE poderá criar formas de incentivo para a redução do consumo de água.

SEÇÃO V DA AGÊNCIA REGULADORA

Art. 9º. Compete a Agência Reguladora eleita pelo Município, o controle, a regulação e a fiscalização dos serviços objeto do presente regulamento, nos termos da legislação vigente, em especial a Lei Federal 11.445/2007.

CAPÍTULO II DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

SEÇÃO I DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Art. 10. O sistema público de abastecimento de água será implantando em áreas públicas, sob inteira e exclusiva responsabilidade do SAMAE.

§1º. A responsabilidade do SAMAE tratada no caput deste artigo abrange, também, as ligações prediais, envolvendo retirada do pavimento, escavação, reparo, instalação ou substituição de peças e materiais, aterro e reposição do pavimento, serviços estes que deverão obedecer ao padrão de qualidade estabelecido nas normas aplicáveis da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e demais legislação vigente.

§2º. Será, também, de inteira e exclusiva responsabilidade do SAMAE a manutenção das redes de abastecimento que passarem a integrar

o domínio público do MUNICÍPIO de acordo com o disposto no artigo 25 deste regulamento, envolvendo as atividades anteriormente discriminadas.

§3º. Quando os serviços descritos no caput e nos parágrafos acima tiverem de ser prestados em razão de dano ocasionado pelo usuário, órgãos públicos, empresas ou demais concessionários de serviços públicos, ou por solicitação destes, que não caracterizarem serviços de manutenção, os custos decorrentes serão de responsabilidade do usuário/causador.

§4º. As redes de abastecimento de Loteamentos serão tratadas de acordo com as diretrizes expressas na Seção III deste Capítulo.

§5º. Na impossibilidade de instalação em área pública, o SAMAE poderá adotar outra solução, nos termos da legislação vigente aplicável.

Art. 11. As obras de escavações a menos de um metro das redes de abastecimento de água, ou de ramais prediais, não poderão ser executadas sem prévia autorização do SAMAE.

Art. 12. As empresas, ou órgãos da administração direta ou indireta da União, do Estado ou Município custearão as despesas referentes à remoção, remanejamento ou modificação de tubulações ou outras instalações dos sistemas de abastecimento de água decorrentes de obras que executarem, direta ou indiretamente.

Parágrafo Único: é obrigatória a consulta prévia ao SAMAE, que deverá estabelecer os parâmetros técnicos necessários para tal.

Art. 13. O SAMAE estabelecerá as normas e padrões aplicáveis a toda e qualquer instalação dos sistemas de abastecimento de água, inclusive nos empreendimentos mencionados no Capítulo II, Seção III deste regulamento, as quais seguirão as normas técnicas brasileiras e, quando aplicáveis, as internacionais.

Art. 14. Os custos com as obras ou extensão de redes de distribuição de água não constantes do Plano Municipal de Saneamento Ambiental, de projetos do SAMAE, ou cronograma de crescimento vegetativo, ficarão às expensas do solicitante, com supervisão e/ou execução do SAMAE.

§1º. Havendo viabilidade econômico-financeira ou razão de interesse social, o SAMAE poderá assumir os custos das obras de que trata este artigo, parcial ou totalmente.

§2º. Os prolongamentos de redes custeadas ou não pelo SAMAE farão obrigatoriamente parte do patrimônio do Município e estarão afetadas pela prestação do serviço público.

Art. 15. Somente serão implantadas redes de distribuição de água em vias públicas onde a municipalidade tenha definido o greide e o arruamento.

SEÇÃO II DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 16. O sistema público de esgotamento sanitário será implantado em áreas públicas, sob inteira e exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

§1º. A responsabilidade da CONCESSIONÁRIA tratada no caput deste artigo abrange, também, as ligações prediais, envolvendo retirada do pavimento, escavação, reparo, instalação ou substituição de peças e materiais, aterro e reposição do pavimento, serviços estes que deverão obedecer ao padrão de qualidade estabelecido nas normas aplicáveis da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, na legislação vigente e nos procedimentos determinados no Contrato de Concessão e seus Aditivos.

§2º. Será, também, de inteira e exclusiva responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção das redes coletoras que passarem a integrar o domínio público do MUNICÍPIO de acordo com o disposto nos artigos 32 e 33 deste regulamento, envolvendo as atividades anteriormente discriminadas.

§3º. Quando os serviços descritos no caput e nos parágrafos acima tiverem de ser prestados em razão de dano ocasionado pelo usuário, órgãos públicos, empresas ou demais concessionários de serviços públicos, ou por solicitação destes, que não caracterizarem serviços de manutenção, os custos decorrentes serão de responsabilidade do usuário/causador.

§4º. As redes coletoras de Loteamentos serão tratadas de acordo com as diretrizes expressas na Seção IV deste Regulamento.

§5º. Na impossibilidade de instalação em área pública, o Poder Concedente poderá adotar outra solução, nos termos da legislação vigente aplicável.

Art. 17. As obras de escavações a menos de um metro das redes coletoras de esgotamento sanitário e seus acessórios, não poderão ser executadas sem prévia autorização da CONCESSIONÁRIA.

Art. 18. As empresas, ou órgãos da administração direta ou indireta da União, do Estado ou Município custearão as despesas referentes à remoção, remanejamento ou modificação de tubulações ou outras instalações dos sistemas de esgotamento sanitário decorrentes de obras que executarem, direta ou indiretamente.

Parágrafo Único: é obrigatória a consulta prévia à CONCESSIONÁRIA, que deverá estabelecer os parâmetros técnicos necessários para tal.

Art. 19. A CONCESSIONÁRIA estabelecerá as normas e padrões aplicáveis a toda e qualquer instalação dos sistemas de coleta e tratamento, inclusive nos empreendimentos mencionados no Capítulo II, Seção IV deste regulamento, as quais seguirão as normas técnicas brasileiras e, quando aplicáveis, as internacionais.

Art. 20. As áreas que ainda não são providas de sistema de esgotamento sanitário, e cujos imóveis sejam dotados de fossa e filtro individual, sendo lançados diretamente na rede de drenagem de água da chuva (tubulação pluvial), são de competência exclusiva do Município, inclusive a sua manutenção

§1º. Aquelas providas de rede de afastamento, repassadas e aceitas pela CONCESSIONÁRIA serão de sua responsabilidade.

§2º. As redes de drenagem de água de chuva não são consideradas de afastamentos de esgoto sanitário

SEÇÃO III

DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS LOTEAMENTOS, AGRUPAMENTO DE EDIFICAÇÃO, CONJUNTO HABITACIONAL VERTICAL/HORIZONTAL, CENTROS COMERCIAIS E OUTROS

Art. 21. Em loteamentos, agrupamento de edificações, conjuntos habitacionais verticais ou horizontais, centros comerciais, industriais e outros empreendimentos similares, os serviços de abastecimento de água serão disponibilizados observados as disposições regulamentares, desde que atenda a viabilidade técnica certificada pelo SAMAE.

Art. 22. A execução de obras do sistema de abastecimento de água, bem como, a cessão de bens a estes necessários, será objeto de instrumento contratual específico a ser firmado entre o interessado e o SAMAE.

§1º. - As tubulações assentadas nos termos desta seção, situadas à montante dos pontos de entrega, passarão a integrar as redes públicas distribuidoras, desde o momento em que a estas forem ligadas.

§2º. - As áreas, instalações e equipamentos destinados ao sistema público de abastecimento de água, a que se refere esta seção, passarão a integrar a rede pública e serão operados pelo SAMAE.

Art. 23. Os projetos de abastecimento de água de que trata esta seção deverão ser elaborados e executados de acordo com as normas técnicas em vigor, submetidos previamente ao SAMAE para análise e aprovação.

§1º. - O projeto deverá incluir toda a especificação técnica, não podendo ser alterado no curso de sua implantação sem prévia autorização do SAMAE.

§2º. - Na execução dos projetos somente poderão ser utilizados materiais que atendam às normas técnicas vigentes, devendo o interessado informar ao SAMAE sobre os materiais a serem utilizados.

§3º.- O SAMAE poderá ainda, a seu exclusivo critério, exigir controle tecnológico das obras do loteamento para garantir a qualidade de, entre outros, os seguintes itens:

- I - concreto;
- II - solos;
- III - resistência de materiais;
- IV - impermeabilização;
- V - estanqueidade.

§4º. – O Empreendedor deverá comunicar ao SAMAE com antecedência mínima de 30 dias o início das obras.

Art. 24. A ligação da rede dos empreendimentos que trata esta seção à rede do sistema público de abastecimento de água será executada exclusivamente pelo SAMAE, depois de totalmente concluídas e aceitas as obras relativas ao projeto aprovado, às expensas do incorporador/empreendedor.

Parágrafo Único - O aceite da obra pelo SAMAE se dará mediante a realização de testes operacionais e de estanqueidade realizados pela Autarquia.

Art. 25. Concluída a obra, a área, as instalações e os equipamentos destinados ao sistema público de abastecimento de água a que se refere esta seção, serão cedidos obrigatoriamente e incorporados, sem ônus, mediante Termo de Doação ao patrimônio do SAMAE, devendo o incorporador/empreendedor protocolar o projeto "as built".

Art. 26. Sempre que for ampliado o condomínio, loteamento, conjunto habitacional ou agrupamento de edificações, as despesas decorrentes de melhoria ou expansão dos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, correrão por conta do proprietário ou incorporador.

Art. 27. Sempre que for implantado loteamento, conjunto habitacional ou agrupamento de prédios, a despesa decorrente de reforço ou expansão do sistema público de abastecimento de água correrá às expensas do proprietário ou incorporador/empreendedor.

Art. 28. Os procedimentos para implantação de prolongamento de redes e de ligações de água em conjunto habitacional ou programa de

desenvolvimento, ambos de interesse social, serão estabelecidos através de instrumento específico.

Art. 29. O SAMAE não assumirá a operação e manutenção da instalação predial de água dos empreendimentos descritos nesta seção.

SEÇÃO IV

DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM LOTEAMENTOS/CONDOMÍNIOS FECHADOS

Art. 30. Todo projeto de loteamento localizado na área urbana do Município, esteja ou não prevista a construção imediata de edificações, deverá ser elaborado de acordo com as definições constantes na DBPL (Diretriz Básica para Projetos de Loteamentos) e submetido, formalmente, por seu empreendedor à CONCESSIONÁRIA, a qual manifestará:

I - se o sistema de esgotamento sanitário do loteamento poderá ser imediatamente conectado ao sistema existente;

II - se o loteamento deverá ter sistemas independentes de esgotamento sanitário a serem futuramente integrados ao sistema público de esgotamento sanitário.

§1º. O Empreendedor/Loteador deverá solicitar à CONCESSIONÁRIA uma cópia da DBPL, como base para elaboração do Projeto de seu Loteamento/Empreendimento, antes de apresentá-lo para análise e aprovação.

§2º. A manifestação será feita através da expedição, pela CONCESSIONÁRIA de declaração de viabilidade de interligação do sistema de esgoto do loteamento ao sistema público de esgotamento sanitário.

§3º. Caso a interligação seja viável, serão fornecidos os pontos e as condições para sua execução.

§4º. A definição do tipo de sistema de esgotamento sanitário a ser implantado no Empreendimento/Loteamento será baseada nos critérios mínimos necessários para obtenção do Licenciamento Ambiental de Operação (LAO), emitida pela Fundação Municipal de Meio Ambiente (FAEMA) ou pela Fundação Estadual do Ambiente (FATMA), de acordo com a Legislação vigente.

Art. 31. A implantação dos sistemas de coleta, afastamento e tratamento de esgotos será realizada pelo empreendedor, obrigando-se este a comunicar à CONCESSIONÁRIA, com antecedência mínima de 10(dez) dias da data de início da construção, para a fiscalização.

§1º. O início da construção estará condicionado à apresentação dos documentos comprobatórios de aprovação do loteamento e das licenças ambientais.

§2º. Concomitantemente à construção, o Loteador/ Empreendedor deverá fornecer o cadastro das obras e instalações, de acordo com as normas da CONCESSIONÁRIA (DBPL).

§3º. Os materiais aplicados na implantação dos sistemas de esgotamento sanitário (hidráulicos, eletromecânicos e artefatos de concreto e outros) dos loteamentos deverão atender às especificações técnicas estipuladas pela CONCESSIONÁRIA (DBPL) e deverão ser inspecionados e aprovados no prazo de 10 (dez) dias pela CONCESSIONÁRIA antes de sua aplicação.

§4º. O empreendedor poderá solicitar que a CONCESSIONÁRIA se incumba da construção referida no caput deste artigo, mediante pagamento.

Art. 32. A CONCESSIONÁRIA poderá, a seu exclusivo critério, exigir controle tecnológico das obras do loteamento para garantir a qualidade de, entre outros, os seguintes itens:

- I - concreto;
- II - solos;
- III - resistência de materiais;
- IV - impermeabilização;
- V - estanqueidade.

Art. 33. Nas hipóteses previstas no artigo 30 deste regulamento, o empreendedor deverá, tão logo finalizada a construção, requisitar junto à CONCESSIONÁRIA, termo de início de operação e manutenção da infraestrutura de esgotamento sanitário, de acordo com os procedimentos definidos na DBPL.

Parágrafo Único - A CONCESSIONÁRIA deverá emitir documento de APROVAÇÃO PROVISÓRIA e posteriormente de APROVAÇÃO DEFINITIVA de acordo com os procedimentos definidos na DBPL.

Art. 34. Na hipótese prevista no inciso I, do artigo 30 caberá à CONCESSIONÁRIA executar as interligações do sistema de esgotamento sanitário do empreendimento ao sistema público existente, mediante requisição e pagamento por parte do empreendedor.

Parágrafo Único - A CONCESSIONÁRIA deverá executar a interligação do novo sistema no prazo de até 15 dias, contados da requisição do empreendedor.

Art. 35. Poderá o empreendedor executar as interligações desde que aprovadas e acompanhadas pela CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo Único – Os custos decorrentes da aprovação e acompanhamento do serviço definido no caput serão arcados pelo empreendedor.

Art. 36. Em todas as hipóteses previstas nos incisos do artigo 30, o sistema passará, tão logo concluída sua aprovação, a integrar o domínio público do MUNICÍPIO.

SEÇÃO V DO HIDRANTE

Art. 37. Os hidrantes serão instalados ao longo da rede pública, obedecendo aos critérios adotados pelo SAMAE, de comum acordo com o Corpo de Bombeiros em conformidade as normas da ABNT.

Art. 38. As operações dos registros e dos hidrantes nas redes distribuidoras serão efetuadas somente pelo SAMAE e/ou Corpo de Bombeiros, em conformidade com as normas da ABNT.

Parágrafo único - O Corpo de Bombeiros deverá comunicar ao SAMAE, no prazo de 24 horas, todas as operações efetuadas.

Art. 39. Toda manutenção dos registros e dos hidrantes serão executadas pelo SAMAE.

Parágrafo único - Em caso de danos causados por terceiros, os reparos serão executados pelo SAMAE, às expensas de quem lhe deu causa, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

CAPÍTULO III DA LIGAÇÃO DE ÁGUA E ESGOTO

SEÇÃO I DA LIGAÇÃO DE ÁGUA

Art. 40. As ligações de água serão executadas pelo SAMAE, a pedido e às expensas dos interessados, desde que satisfeitas as exigências estabelecidas neste regulamento, nas normas e instruções técnicas estabelecidas pelo SAMAE.

Art. 41. As ligações somente serão efetuadas mediante identificação do endereço do imóvel, sem prejuízo das exigências adicionais deste regulamento.

Parágrafo único - Excetuam-se do disposto neste artigo as ligações destinadas a atividades passageiras.

Art. 42. Poderá haver mais de uma ligação de água em um mesmo imóvel, atendidos os critérios técnicos do SAMAE.

§1º. A solicitação, neste caso, deverá atender ao disposto no artigo 77 deste Regulamento.

§2º. Para cada tipo de categoria de uso existente no imóvel, deverá ser solicitada uma ligação de água, atendidos os critérios técnicos do SAMAE e da legislação vigente.

Art. 43. As manutenções ou modificações dos ramais prediais serão executadas pelo SAMAE, ou por prestadores de serviços devidamente credenciados.

Parágrafo único - Os reparos de danos causados por terceiros em ramal predial serão feitos às expensas de quem lhe deu causa.

Art. 44. As substituições, modificações ou manutenções de ligações ou cavaletes serão realizadas pelo SAMAE.

Parágrafo Único: Se a causa da intervenção a que se refere o caput for motivada por culpa ou interesse do usuário, este, arcará com os custos dos serviços.

Art. 45. É vedado ao Usuário e/ou titular do imóvel qualquer intervenção no ramal predial, sob pena de aplicarem-se as sanções previstas neste Regulamento e legais a que estiver sujeito.

Art. 46. O diâmetro do ramal predial será determinado pelo SAMAE, em função da demanda estimada e condição técnica.

Parágrafo único - O serviço prestado em imóvel industrial ou comercial com ligação de diâmetro interno igual ou superior a 25 mm poderá ser objeto de contrato específico de fornecimento de água, a critério do SAMAE.

Art. 47. Será de responsabilidade do SAMAE a instalação do ramal predial de água até o máximo de 10m de extensão em área urbana e 20m de extensão em área rural, sendo o excedente às expensas do titular do imóvel.

Art. 48. Para o conglomerado de moradias em encostas, quando a aplicação de critérios técnicos de prestação de serviços se tornar impossível, poderão ser adotados critérios e soluções especiais, definidos pelo SAMAE.

Art. 49. Constitui obrigação do usuário, reparar nas suas instalações prediais de água, todos os defeitos que ocasionem perdas ou vazamentos.

Art. 50. As ligações de água em chafariz, lavanderias públicas, praças e jardins públicos serão concedidas pelo SAMAE por requerimento do órgão público interessado, desde que este se responsabilize pelo pagamento dos serviços prestados.

§1º. No caso de Pontos de Táxi, Mototáxi e/ou Frete será concedida ligação de água através de requerimento pelo Titular da Permissão de uso, desde que este se responsabilize pelo pagamento.

§2º. É vedada a ligação predial de água exclusiva para o abastecimento de piscina, lago e similar.

SEÇÃO II DA LIGAÇÃO TEMPORÁRIA DE ÁGUA

Art. 51. Consideram-se ligações temporárias as que se destinarem a canteiros de obras, obras em logradouros públicos, feiras, circos, exposições, parques de diversões, eventos e outros estabelecimentos de caráter temporário.

§1º. - A ligação temporária será enquadrada como categoria Temporária.

§2º. - As despesas com instalação e retirada de redes e ramais de caráter temporário, bem como as relativas aos serviços de ligação e desligamento, correrão por conta do usuário.

§3º. - Ao ser solicitada a interrupção do fornecimento de serviços de água será devolvido o crédito verificado no período, mediante processo administrativo.

§4º. - A ligação temporária será concedida em nome do interessado e deverá ser solicitada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis.

§5º. As ligações temporárias destinadas a construção de obras públicas efetuadas por terceiros serão concedidas pelo SAMAE, mediante apresentação do Contrato de Prestação de Serviços, Contrato Social da Empresa, declaração de anuência do órgão público interessado e requerimento da empresa contratada, a qual será responsável pelo pagamento de todos débitos decorrentes da prestação dos serviços constantes deste regulamento, até a entrega definitiva da obra e solicitação do desligamento.

Art. 52. No caso ligação temporária destinada a atividade passageira, para a solicitação da ligação, exigir-se-á do interessado a apresentação de alvará expedido pelo MUNICÍPIO e o recolhimento antecipado dos custos da ligação e de sua posterior remoção. O requerente também pagará antecipadamente, a título de caução, o valor correspondente à utilização dos serviços, com base no consumo estimado de água, relativo a todo período requerido. Mensalmente será emitida fatura de serviços com excesso que venha a ser verificado.

Art. 53. No caso ligação temporária destinada a construção de edificações, para a solicitação da ligação, o interessado deverá apresentar consulta prévia de viabilidade emitida pela municipalidade.

Art. 54. Em ligações temporárias para construções, os ramais prediais deverão ser dimensionados, de modo a ser aproveitados para as ligações definitivas, desde que estejam em bom estado de conservação.

Parágrafo Único - Antes de efetuada as ligações definitivas, deverão ser procedidas, a cargo do usuário, a desinfecção das instalações prediais de água e a limpeza dos reservatórios, que deverá ser repetida a cada 6 (seis) meses, no mínimo.

Art. 55. Uma vez concluída as obras, o titular do imóvel obriga-se a solicitar a ligação definitiva, que consiste em adequação técnica da ligação e o enquadramento nas categorias/economias do uso do imóvel.

Parágrafo único - Verificada a mudança de categorias e/ou economias, o SAMAE poderá, de ofício, proceder ao enquadramento previsto no caput.

SEÇÃO III DOS RESERVATÓRIOS PARTICULARES DE ÁGUA

Art. 56. Os reservatórios de água das edificações serão dimensionados e construídos de acordo com as normas da ABNT, e no que couber ao código de posturas municipal em vigor, a legislação vigente, ficando o custo às expensas dos interessados.

Parágrafo único - Todo e qualquer imóvel deverá obrigatoriamente possuir reservatório de água, cabendo ao Código de Edificações do Município dispor sobre a reserva mínima por família/economia.

Art. 57. Os projetos e as execuções dos reservatórios deverão atender aos seguintes requisitos de ordem sanitária:

I - Assegurar perfeita estanqueidade;

II - Utilizar em sua construção materiais que não causem prejuízo à qualidade da água e à saúde pública;

III - Possuir válvula de flutuador (boia) que vede a entrada de água quando cheio, e extravasor (ladrão) descarregando em área visível, dotado de dispositivo que impeça a inserção no reservatório, de elemento que possa poluir a água;

IV - Permitir inspeção e reparo, através de abertura dotada de borda saliente e tampa hermética, no caso do reservatório enterrado, este deverá ter a altura mínima de 15 cm do solo;

V - Possuir tubulação de descarga que permita a limpeza interna do reservatório.

Art. 58. É vedada a passagem de tubulação de esgoto sanitário ou pluvial pela cobertura ou pelo interior dos reservatórios.

Art. 59. As edificações situadas em cota superior ao nível piezométrico da rede de distribuição de água deverão ser abastecidas através de reservatórios e instalações elevatórias individuais ou comuns.

§1º. - As instalações elevatórias de que trata este artigo deverão pertencer ao Usuário, ficando a operação e manutenção destas a cargo do mesmo.

§2º. - Os prédios com três ou mais pavimentos ou aqueles cuja pressão dinâmica disponível da rede junto à ligação seja insuficiente para alimentar o reservatório superior, deverão possuir reservatório inferior e instalação elevatória conjugados.

Art. 60. É vedada a deposição de materiais ou edificações sobre os reservatórios, de modo a dificultar o seu esgotamento ou representar perigo de contaminação de sua água.

Art. 61. Se os reservatórios subterrâneos tiverem de ser construídos em recintos ou áreas internas fechadas, no qual existam canalizações ou dispositivos de esgotamento sanitário, deverá ali ser instalados ralos e canalizações de águas pluviais, capazes de escoar qualquer refluxo de esgoto sanitário.

SEÇÃO IV DAS LIGAÇÕES DE ESGOTO

Art. 62. É obrigatória a ligação no SISTEMA de todas as edificações localizadas em área com sistema de esgotamento sanitário disponível.

§1º. O usuário deverá promover a ligação do seu imóvel, a contar da disponibilidade do sistema, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.

§2º. Havendo dificuldade técnica para execução da interligação, poderá o usuário, solicitar formalmente a CONCESSIONÁRIA a prorrogação do prazo definido no parágrafo anterior, por mais 60 dias, limitado a 150 dias.

§3º. Caso haja descumprimento, pelo usuário, do prazo estipulado, será comunicado às autoridades competentes e iniciará obrigatoriamente a cobrança pela disponibilidade do serviço.

§4º. Os custos da ligação ao SISTEMA disponível correrão por conta do usuário.

§5º. Poderá à CONCESSIONÁRIA prestar serviços complementares de apoio à execução das interligações, custeados pelos solicitantes.

Art. 63. O usuário poderá requerer ligação ao SISTEMA em locais onde ainda não haja disponibilidade. No entanto, somente será atendido caso arque com as despesas decorrentes das implantações a serem feitas no sistema de esgotamento sanitário.

§1º - Caso o solicitante não aceite arcar com as despesas nos termos do caput deste artigo, deverá aguardar a execução da rede pela CONCESSIONÁRIA de acordo com o cronograma contratual de implantação do sistema de esgotamento sanitário.

§2º - Poderá a CONCESSIONÁRIA tratar os dejetos sanitários do Interessado, através do recebimento de Caminhão Limpa-Fossa, de acordo com o previsto na tabela de serviços complementares.

Art. 64. As ligações de esgoto são parte integrante do sistema de coleta de esgoto constituindo patrimônio público do município e têm início na tubulação coletora, terminando na inspeção (Caixa de Inspeção - CI/Terminal de Inspeção e Limpeza - TIL) situada antes da divisa do imóvel, sendo tal equipamento parte integrante da instalação predial de esgoto e designada para os fins deste regulamento como "ponto de recebimento de esgoto".

Art. 65. A ligação de esgoto será feita gratuitamente pela CONCESSIONÁRIA, sempre que a execução dessa ligação for efetivada no prolongamento da rede e até o final da implantação da obra na área onde se localiza o imóvel solicitante.

§1º. Concluída a fase de implantação do sistema de esgotamento sanitário em determinada região, as novas ligações de esgoto serão executadas pela CONCESSIONÁRIA, a pedido e as expensas dos interessados, conforme estabelecido no Anexo IV, limitada a 05 (cinco) metros de extensão.

§2º. Para as ligações que excederem a metragem acima definida, será realizado orçamento pela CONCESSIONÁRIA, para aprovação e aceite do interessado.

Art. 66. Qualquer interessado poderá solicitar à CONCESSIONÁRIA declaração de viabilidade do sistema de esgotamento sanitário, em determinado endereço do município.

§1º. A informação será prestada no prazo de 05 (cinco) dias e as despesas correrão às expensas do solicitante.

§2º. A cobrança será lançada no cadastro do imóvel objeto da solicitação ou em outro imóvel indicado pelo solicitante.

Art. 67. A execução de ligação de esgoto ao sistema público obedecerá às seguintes condições:

I - caso a cota de saída da ligação esteja suficientemente acima da geratriz superior da tubulação coletora, a ligação será efetuada da forma convencional, por gravidade;

II - caso a cota de saída da ligação esteja abaixo da geratriz superior da tubulação coletora ou mesmo acima, mas não o suficiente para proporcionar a declividade necessária ao escoamento dos despejos, o usuário deverá executar, às suas expensas, uma instalação de bombeamento destinada a elevar os despejos até a caixa de inspeção interna e a ligação entre esta e o Terminal de Inspeção e Limpeza (TIL) será efetuada da forma convencional;

III - alternativamente ao previsto no inciso anterior, a ligação de esgoto poderá ser feita através de terreno limdeiro que permita o escoamento natural dos terrenos, conforme convenção, estabelecida entre os proprietários dos imóveis envolvidos.

Art. 68. A execução da ligação de esgoto para coleta de despejos de características diferentes dos domésticos poderá ser condicionada à execução de instalação de tratamento que enquadre as características de tais despejos nos parâmetros estabelecidos na legislação aplicável e nas normas internas da CONCESSIONÁRIA (TARESC).

Parágrafo único. As instalações de tratamento previstas neste artigo serão de propriedade e responsabilidade integral do respectivo usuário.

Art. 69. Os despejos de garagens, oficinas, postos de serviço e de abastecimento de veículos e de outras instalações nas quais seja feita lavagem ou lubrificação, deverão obrigatoriamente dispor de sistema que retenha areia e graxa antes do lançamento no sistema público de coleta de esgotos e o funcionamento poderá ser avaliado pela CONCESSIONÁRIA.

Art. 70. O dimensionamento das ligações prediais de esgoto é de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, em função das vazões prováveis e das demais condições técnicas.

§1º. Haverá apenas uma ligação predial para cada lote, podendo a CONCESSIONÁRIA autorizar a instalação de ligação adicional, às expensas do solicitante, desde que comprovada necessidade técnica.

§2º. As ligações de esgoto somente poderão ser modificadas, no todo ou em parte, a critério da CONCESSIONÁRIA, por iniciativa da mesma ou a pedido do proprietário ou do usuário do imóvel, em função das características reais do consumo.

§3º. A modificação, total ou parcial, das ligações de esgoto, quando solicitada pelo usuário, será custeada pelo mesmo e será submetida à avaliação prévia de técnicos da CONCESSIONÁRIA para aprovação final.

§4º. As modificações nas ligações de esgoto serão realizadas exclusivamente pela CONCESSIONÁRIA, ou por prestadores de serviços devidamente credenciados.

Art. 71. Caberá a CONCESSIONÁRIA a responsabilidade pela execução ou modificação das ligações prediais de esgoto e pelo fornecimento de todos os materiais componentes das mesmas, de acordo com seus padrões construtivos.

SEÇÃO V DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO

Art. 72. As instalações prediais de esgoto deverão ser executadas em conformidade com o presente regulamento e com as Normas Técnicas Brasileiras.

Art. 73. A execução e a conservação das instalações prediais de esgoto serão efetuadas pelo usuário, às suas expensas, podendo a CONCESSIONÁRIA vistoriá-las para verificar sua adequação ao disposto no presente regulamento.

Parágrafo Único: A CONCESSIONARIA poderá executar os serviços previstos no caput, mediante contrato específico.

Art. 74. É obrigatória a existência, na instalação predial de esgoto, de caixa de gordura com sifão, que receba águas servidas com resíduos gordurosos provenientes de pias de cozinha e similares, sendo de responsabilidade do usuário a limpeza periódica desta.

Art. 75. No caso de indústrias, postos de serviço com instalações de lavagem de veículos, instalações comerciais de grande porte, tais como "shopping centers" e similares e clubes recreativos com piscinas, exigir-se-á para aceite do pedido de ligação a apresentação dos projetos das instalações hidráulico-sanitárias, podendo ainda a CONCESSIONÁRIA proceder a vistoria da execução das referidas instalações.

Art. 76. Cabe à CONCESSIONÁRIA orientar e esclarecer o usuário quanto aos procedimentos necessários para corrigir eventuais problemas nas instalações prediais e na qualidade do efluente não doméstico lançado na rede.

SEÇÃO VI DO PEDIDO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA E/OU DE ESGOTO

Art. 77. O pedido de ligação de água e/ou de esgoto caracteriza-se por um ato do interessado, no qual ele solicita os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, assumindo a responsabilidade pelo pagamento das tarifas fixadas pela conexão e/ou pelo uso dos serviços.

§1º. O proprietário deverá apresentar no ato do pedido de ligação de água e/ou de esgoto junto ao atendimento comercial:

I - carnê de IPTU – Imposto Predial Territorial Urbano ou documento equivalente, referente ao exercício financeiro corrente;

II - Certidão de Inteiro Teor do registro de imóveis atualizada. Caso a matrícula esteja em nome de terceiro, o solicitante deverá apresentar também o documento de transferência da propriedade do imóvel, com todas as firmas reconhecidas;

III – Certidão Negativa de Débitos (CND) Municipal do solicitante e do terreno;

IV–Pessoa Física: Carteira de identidade, ou na ausência desta, outro documento de identificação equivalente com foto (Carteira Nacional de Habilitação, Carteira de Conselhos Profissionais) e o Cartão de Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

V – Pessoa Jurídica: Documento de identificação do responsável, contrato social, com a última alteração e cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

§2º. O Pedido de ligação de água e/ou de esgoto poderá ser efetuado por terceiro com apresentação de procuração específica, em via original, com firma reconhecida.

§3º. Não serão concedidas ligações novas para imóveis ou solicitantes em débito com o MUNICÍPIO.

§4º. Quando houver sistema de coleta de esgoto disponível, o pedido da ligação de água será feito obrigatoriamente junto com o pedido de ligação de esgoto.

§5º. Para imóveis já atendidos com ligação de água ou que disponham de fonte alternativa de abastecimento, sem ligação de água da rede pública, o pedido da ligação de esgoto será instruído com RG e CPF do usuário ou titular do imóvel.

§6º. Não serão concedidas ligações novas de água para imóveis situados em ruas não oficiais.

Art. 78. As ligações serão cadastradas em nome do proprietário do imóvel, podendo este autorizar que o sejam em nome do usuário através de autorização específica ou contrato de locação, ambos com firma reconhecida em cartório, permanecendo, contudo, o proprietário do imóvel como corresponsável por qualquer débito do usuário.

Parágrafo único - As ligações temporárias para atendimento a atividades passageiras serão, sempre, cadastradas em nome do solicitante.

SEÇÃO VII DA ALTERAÇÃO CADASTRAL

Art. 79. Consiste na atualização do cadastro do imóvel ou do cliente/usuário em ligação já existente.

Art. 80. Para alteração do titular do imóvel será exigido a documentação de propriedade do imóvel, descrita no artigo 77 deste regulamento.

Parágrafo Único: o cadastro poderá ser alterado tanto pelo comprador ou pelo vendedor do imóvel, desde que comprove a alienação do mesmo.

Art. 81. Para alteração do Usuário do Imóvel, este deverá apresentar instrumentos de posse do imóvel, com todas as firmas reconhecidas em cartório.

Parágrafo único: o cadastro poderá ser alterado pelo proprietário, possuidor ou pelo usuário (locatário, comodatário, entre outros) do imóvel, observadas as normativas internas.

Art. 82. O titular do imóvel e o usuário deverão manter atualizado o cadastro do imóvel, considerando endereço, categorias/economias, número de pessoas, existência de fonte alternativa, entre outros.

§1º. Todas as solicitações deverão ser efetuadas por escrito e assinadas pelo solicitante.

§2º. Havendo divergência na informação, o SAMAE e/ou CONCESSIONÁRIA poderão, a qualquer momento, de ofício proceder a alteração e retroceder a cobrança a data da solicitação.

§3º. A mudança de categorias/economias, não informada pelo usuário, sempre que for para maior, ensejará a revisão retroativa das contas já emitidas e eventualmente pagas, em até 12 (doze) meses, sendo que as diferenças apuradas deverão ser pagas pelo USUÁRIO, sob pena de corte de fornecimento. Sendo para inferior, não implicará devolução de valores já cobrados a qualquer título, em datas anteriores à comunicação da alteração.

§4º. A atualização do cadastro realizada de ofício deverá ser comunicada, por meio de correspondência específica, ao usuário, quando da sua execução, com informações referentes às alterações efetuadas.

CAPÍTULO IV DAS TARIFAS

Art. 83. Os Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário, serão remunerados através do pagamento das tarifas, de acordo com a estrutura tarifária constante do Anexo III, aplicada aos volumes conforme disposto no Capítulo VI, seção II, deste regulamento.

§1º. As tarifas serão modificadas, revisadas e diferenciadas, em conformidade com a legislação vigente, podendo sofrer alterações afim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro da Autarquia e do Contrato de Concessão.

§2º. O valor das tarifas e seus respectivos reajustes serão submetidos à Agência Reguladora para aprovação.

Art. 84. As tarifas das diversas categorias serão classificadas conforme faixa de consumo, sendo, em função deste, progressiva.

CAPÍTULO V SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Art. 85. Consideram-se como serviços complementares, os dispostos no ANEXO IV deste Regulamento e serão remunerados de acordo com os preços vigentes.

Parágrafo Único: Os preços dos serviços complementares e seus respectivos reajustes serão submetidos à Agência Reguladora para aprovação.

Art. 86. A cobrança dos serviços complementares será efetuada através de fatura de serviços, podendo haver o pagamento prévio para disponibilização destes, conforme as normativas internas.

CAPÍTULO VI DO HIDROMETRO

Art. 87. Todas as ligações prediais de água serão providas de medidor de água (hidrômetro), de acordo com as características previstas para o consumo da ligação.

Art. 88. Os hidrômetros serão instalados na testada do imóvel, de acordo com o padrão de ligação definido em normativa interna pelo SAMAE.

Art. 89. O usuário deverá assegurar o livre acesso ao hidrômetro, aos agentes comerciais credenciados pelo SAMAE e/ou CONCESSIONÁRIA, sendo vedado atravancar a caixa de proteção com qualquer obstáculo ou instalação que dificulte a fácil remoção, manutenção ou a leitura do hidrômetro.

Art. 90. O hidrômetro instalado no ramal predial é de propriedade do SAMAE e faz parte do sistema público.

§1º. O titular do imóvel responderá pela guarda e proteção do hidrômetro, responsabilizando-se solidariamente pelo dano a ele causado.

§2º. É facultado ao SAMAE o direito de redimensionar e remanejar os hidrômetros das ligações, sempre que constatada a necessidade técnica.

§3º. Deverá o cliente em caso de vandalismo, furtos ou similares ao hidrômetro registrar o fato na Delegacia de Polícia e apresentar o Boletim de Ocorrência ao SAMAE.

§4º. A manutenção ou substituição de hidrômetro cujo defeito seja decorrente do sistema de abastecimento de água ou do desgaste normal de seu mecanismo, será executado sem ônus para o usuário, nos demais casos, as despesas correrão às expensas do usuário.

§5º. Todo e qualquer dano causado ao hidrômetro deverá ser informado imediatamente ao SAMAE.

§6º. Os aparelhos referidos neste artigo deverão ser devidamente lacrados e periodicamente inspecionados pelo SAMAE e/ou CONCESSIONÁRIA.

§7º. Somente o SAMAE ou seu preposto com autorização específica, poderá instalar, substituir ou remover o hidrômetro ou limitador de consumo.

§8º. A substituição, remanejamento e/ou redimensionamento do hidrômetro deverá ser comunicada, por meio de correspondência específica, ao usuário, quando da execução desses serviços, com informações referentes às leituras do(s) hidrômetro(s).

§9º. A indisponibilidade de hidrômetro não poderá ser invocada pelo SAMAE para negar ou retardar a ligação e o início do abastecimento de água.

Art. 91. Caso o usuário disponha de fonte alternativa de abastecimento de água, esta deverá estar provida de medidor fornecido ou aprovado pela CONCESSIONÁRIA.

§1º. Em qualquer caso o usuário deverá zelar pela integridade do medidor, podendo a CONCESSIONÁRIA realizar as intervenções necessárias à verificação e aferição do mesmo, de acordo com as normas técnicas do INMETRO.

§2º. A manutenção ou substituição de hidrômetro de propriedade da CONCESSIONÁRIA, cujo defeito seja decorrente do desgaste normal de seu mecanismo ou que, interfira na correta medição do consumo, será executada sem ônus para o usuário. Nos demais casos, as despesas correrão às expensas do usuário.

Art. 92. A instalação de medidor de esgoto poderá ser feita pelo usuário e às suas expensas, de acordo com projeto previamente aprovado pela CONCESSIONÁRIA, nos seguintes casos:

I - quando o usuário possuir fonte própria de abastecimento de água;

II - quando o usuário for uma indústria em que, por suas características, o volume de esgoto gerado seja significativamente inferior ao

volume consumido de água, seja por incorporação desta ao produto final ou por evaporação.

SEÇÃO I DA VERIFICAÇÃO DO HIDRÔMETRO

Art. 93. A verificação periódica do hidrômetro instalado na unidade usuária deverá ser efetuada segundo critérios estabelecidos na legislação metrológica e nas normas técnicas pertinentes.

Art. 94. O usuário poderá obter verificações (hidro teste), sem ônus, dos instrumentos de medição por parte do SAMAE, em até 1 (uma) verificação a cada 3 (três) anos, ou, independente do intervalo de tempo, quando o resultado constatar erro nos instrumentos de medição.

§1º. O SAMAE deverá informar, com antecedência mínima de 03 (três) dias úteis, a data fixada para a realização da verificação, de modo a possibilitar ao usuário o acompanhamento do serviço.

§2º. Quando não for possível a verificação no local da unidade usuária, o SAMAE deverá acondicionar o medidor em invólucro individual, adequado a preservação do equipamento, a ser lacrado no ato de retirada para o transporte até o laboratório de teste, mediante entrega de comprovante desse procedimento ao usuário, devendo ainda informá-lo da data e do local fixados para a realização da aferição, para seu acompanhamento.

§3º. O SAMAE deverá encaminhar ao usuário o laudo técnico da verificação, informando com clareza as variações verificadas, os limites admissíveis e a conclusão final.

§4º. Em caso de nova verificação junto a órgão metrológico certificado, os custos decorrentes serão arcados pelo usuário. Caso o resultado aponte irregularidades no laudo técnico elaborado pelo SAMAE, este arcará com as despesas.

§5º. Serão considerados em funcionamento normal os hidrômetros que atenderem a legislação metrológica pertinente.

§6º. Para hidrômetros com mais de cinco anos de uso, o SAMAE poderá deixar de efetuar a verificação e proceder imediatamente à substituição do aparelho.

SEÇÃO II DA MEDIÇÃO

Art. 95. Para a determinação do consumo de água, as ligações serão classificadas em:

- I - medidas; ou
- II - não medidas.

Art. 96. Para as ligações medidas, o volume consumido será o apurado por leitura em hidrômetro, obtido pela diferença entre a leitura atual realizada e a anterior.

§1º. Não sendo possível a realização da leitura em determinado período, em decorrência de anormalidade no hidrômetro, impedimento de acesso ao mesmo, ou nos casos fortuitos e de força maior, a apuração do volume será feita com base na média aritmética dos consumos faturados nos últimos 6 (seis) meses.

§2º. O procedimento do parágrafo anterior somente poderá ser aplicado por 3 (três) ciclos consecutivos e completos de faturamento, devendo o SAMAE comunicar ao usuário, por escrito, a necessidade de desimpedir o acesso ao hidrômetro, sob pena de aplicação das sanções previstas neste regulamento.

§3º. No caso do impedimento seja motivado pelo usuário, o faturamento continuará a ser realizado pela média, nos termos do § 1º deste artigo, até que a leitura seja realizada, quando será promovido o ajuste do consumo de acordo com as normas internas do SAMAE e da CONCESSIONÁRIA.

§4º. No caso de leitura atual igual a anterior, a apuração do volume faturado será feita com base na média aritmética dos consumos faturados nos últimos 6 (seis) meses, sendo feita a compensação, para mais ou para menos, quando o consumo real for apurado.

§5º. Excepcionalmente, quando não houver histórico de consumo anterior de modo a permitir a revisão das contas contestadas, ou este não puder ser utilizado em decorrência de anormalidades do hidrômetro ou da ligação, será utilizada média futura, ou seja, a leitura apurada após a troca do aparelho medidor.

Art. 97. As leituras e os faturamentos poderão ser efetuados em intervalos de até 3 (três) ciclos consecutivos:

§1º. Quando for adotado intervalo plurimensal de leitura, o usuário poderá fornecer sua leitura mensal, respeitadas as datas fixadas pelo SAMAE e/ou CONCESSIONÁRIA.

§2º. A adoção de intervalo de leitura e/ou de faturamento plurimensal deve ser precedida de divulgação aos usuários, a fim de permitir o conhecimento do processo utilizado e os objetivos pretendidos com a medida.

Art. 98. Para as ligações sem medidor de água e para os efeitos de faturamento, respeitado o consumo mínimo por economia, poderá ser considerado a média de consumo, ou o consumo per capita, estipulado para as categorias cadastradas na ligação.

§1º. Para as ligações faturadas nos termos do caput, fica limitado a 20m³ (vinte metros cúbicos) para as categorias classificadas como residencial, escritório e consultório.

§2º. Para as categorias classificadas como comercial, industrial e temporária, a falta de medidor será suprida por contrato de demanda.

Art. 99. Caberá ao SAMAE efetuar a leitura dos hidrômetros para aferição do consumo e expedição de fatura para pagamento, pelo usuário, dos serviços de água e de esgotamento sanitário.

Parágrafo Único: Nas ligações atendidas também pelo serviço de esgotamento sanitário, a leitura poderá ser realizada de forma compartilhada, desde que autorizada pelo SAMAE.

Art. 100. Os condomínios verticais e horizontais poderão ter medição e faturamento individualizados, desde que atenda aos requisitos do contrato de prestação de serviços e das normas internas do SAMAE.

Parágrafo Único: A diferença apurada entre o consumo global e o somatório dos consumos individuais será rateada entre as economias, sendo desprezadas as diferenças inferiores a 5% (cinco por cento).

CAPÍTULO VII DO FATURAMENTO

Art. 101. Os Serviços Públicos de Água e Esgotamento Sanitário serão remunerados sob a forma de tarifas.

§1º. A fatura emitida contemplará as tarifas relativas aos serviços de abastecimento de água, de esgotamento sanitário, taxa de coleta de lixo (TCL), tributos, multas e serviços complementares, com os valores indicados separadamente.

§2º. O valor a ser pago pela prestação do Serviço Público de Esgotamento Sanitário será calculado com base no consumo de água apurado, aplicando-se a tarifa em vigor.

Art. 102. Para efeito de faturamento dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, nas ligações onde o consumo medido for inferior ao volume mínimo definido no ANEXO III, o faturamento ocorrerá pelo volume mínimo por economia/mês, para todas as categorias de uso.

Parágrafo único - As ligações que consumirem num determinado mês um volume inferior ao mínimo não terão direito a compensação nos meses seguintes, nem devoluções relativas a períodos anteriores.

Art. 103. Para efeito de faturamento e cobrança, considerar-se-á, para cada ligação, a natureza da categoria e o número de economias servidas pela mesma, sendo as economias classificadas em "categorias de uso" de acordo com os critérios descritos no Anexo II deste Regulamento.

Parágrafo Único: Para efeitos de faturamento, considerar-se-á o número total de categorias/economias, independente de ocupação.

Art. 104. Sempre que o consumo apurado no momento da leitura em campo apresentar divergência ou discrepância superior a 70% (setenta por cento) ou inferior a 50% (cinquenta por cento) da média verificada nos 06 (seis) meses anteriores, respeitado o volume mínimo por economia, a fatura será retida pelo sistema comercial, para análise e revisão de valores, se for o caso.

Parágrafo Único: no caso de retenção da fatura, será entregue um demonstrativo informando o volume medido, prazo para entrega da fatura e orientações ao usuário.

Art. 105. As faturas serão entregues no endereço cadastrado, com antecedência não inferior a 10 (dez) dias corridos em relação ao seu vencimento.

Parágrafo único: Quando solicitado, as faturas poderão ser entregues em local diverso do endereço cadastrado, às expensas do usuário.

Art. 106. Qualquer mudança de categoria do serviço prestado ou dos diâmetros dos ramais de derivação ou do coletor deverá ser requerida imediatamente pelo usuário.

Parágrafo Único: A não-comunicação de imediato pelo usuário da mudança de categoria tarifária, sempre que for para inferior, não implicará devolução de valores já cobrados a qualquer título, em datas anteriores à comunicação da alteração.

Art. 107. Quando a ligação servir a várias economias, o valor faturado em cada economia será o volume total medido, dividido pelo número de economias, respeitado a tarifa mínima das mesmas.

Art. 108. O faturamento inicial do serviço de água deverá corresponder a um período não inferior a 15 (quinze) dias nem superior a 47 (quarenta e sete) dias da execução da ligação de água.

Art. 109. O faturamento inicial dos serviços de esgotamento sanitário ocorrerá a partir do primeiro ciclo após efetuada a interligação ou decorrido o prazo para interligação ao sistema disponível, conforme determinado na Lei Federal 11.445, art. 30, IV e o Decreto nº. 7.217/10, art. 47, III.

Art. 110. Caberá ao Usuário que necessite de água com características diferentes de potabilidade adotada pelo SAMAE ajustar os índices físico-químicos, mediante tratamento em instalação própria.

§1º. Nenhuma redução de tarifa será concedida em virtude deste tratamento.

§2º. O SAMAE não se responsabiliza por qualquer dano ou prejuízo causado pela utilização da água por ele fornecida na hipótese da utilização da água em processo que exija característica especial, diferente da que normalmente apresenta.

Art. 111. Nos imóveis situados em loteamento e atendidos por rede de coleta de esgoto, ainda sem tratamento, a CONCESSIONÁRIA poderá cobrar a TARIFA PARCIAL DE ESGOTO, referente à prestação dos serviços de coleta e afastamento do esgoto gerado, no valor definido no Anexo III deste regulamento.

Art. 112. A CONCESSIONÁRIA poderá, para efeito de cobrança do serviço de coleta e tratamento de esgoto não-doméstico, definir tarifação especial (TARESC).

Art. 113. Além da cobrança das tarifas do SERVIÇO PÚBLICO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO, o SAMAE a CONCESSIONÁRIA poderão cobrar por outros tipos de serviços prestados, desde que relacionados com suas atividades.

Art. 114. O SAMAE e a CONCESSIONÁRIA poderão firmar contratos de prestação de serviços com usuários em condições especiais, inclusive nas instalações prediais.

SEÇÃO I DA REVISÃO DO FATURAMENTO

Art. 115. A fatura poderá ser alvo de revisão quando o imóvel apresentar em determinado ciclo de faturamento variação do volume em relação à média faturada, nos seguintes casos:

I - Em caso de erro de leitura, o faturamento será ajustado pela estimativa de consumo apurada através de nova leitura. .

II - No caso de vazamento oculto, devidamente comprovado, e, mediante o devido reparo pelo usuário, o faturamento será ajustado conforme descrito ao art. 116, deste regulamento.

III - No caso de desconformidade do hidrômetro devidamente comprovado em processo administrativo competente, o faturamento será ajustado pela média dos últimos seis meses, pela leitura apurada após a troca do aparelho medidor, pelo consumo per capita ou pela similaridade de consumo com economias semelhantes.

§1º. Aberto o processo de revisão, nos casos dos incisos II e III deste artigo, o SAMAE adotará as seguintes providências:

I – efetuará o ajuste provisório da fatura contestada, nos termos desta seção, emitindo novo documento para o pagamento no vencimento;

II – o usuário assina declaração de ciência que ao final do processo as diferenças apuradas serão compensadas para mais ou para menos, na fatura do ciclo posterior ao encerramento do processo.

§2º. O SAMAE procederá aos ajustes das faturas, ouvida a CONCESSIONÁRIA, no caso de ligações atendidas pelo sistema de esgotamento sanitário.

Art. 116. Para fazer jus ao ajuste da fatura, no caso de vazamento interno de difícil localização, exceto para as categorias Industrial e Temporária, o usuário deverá preencher os seguintes requisitos:

I - o excesso de consumo apurado deverá ultrapassar em 70% (setenta por cento) da média faturada dos últimos 6 (seis) períodos;

II - eliminação comprovada do vazamento.

§1º. O ajuste da tarifa de água e esgoto corresponderá à redução de 50% do volume que excedeu a média faturada.

§2º. Os 50% restantes do volume excedente, deverá ser pago pelo usuário, sendo que a este, se aplicará o preço fixado na faixa 01 de consumo da categoria.

§3º. Quando da ocorrência de vazamentos que não contribuam com o sistema de esgotamento sanitário, a cobrança da tarifa de esgoto deverá ocorrer com base na média de consumo de água dos últimos 6 (seis) meses.

§4º. O Benefício que trata este artigo fica limitado a revisão de no máximo 02 (duas) faturas sequenciais, dentro do período correspondente a 12 (doze) meses.

§5º. O prazo de reclamação do usuário é de até 30 (trinta) dias após o vencimento da fatura.

§6º. Para obter o desconto referido neste artigo, o usuário deverá proceder conforme descrito no Anexo V deste Regulamento.

Art. 117. Caso seja comprovada má-fé ou negligência com a manutenção das instalações prediais, os eventuais abatimentos concedidos deverão ser novamente debitados ao usuário nas próximas 2 (duas) faturas, sendo que este não fará jus a novo abatimento em razão deste vazamento.

Parágrafo único - A ocorrência da situação prevista neste artigo não desonera o usuário de efetuar o reparo no vazamento, sujeitando-o às demais cominações legais.

CAPÍTULO VIII DA COBRANÇA

Art. 118. As faturas serão emitidas mensalmente, com vencimento padrão de acordo com o calendário de leitura.

Parágrafo Único - Por solicitação do usuário, poderá ser definida data de vencimento diferenciada, conforme calendário proposto pelo SAMAE e/ou CONCESSIONÁRIA.

Art. 119. Nenhum usuário, independentemente da categoria de uso ou de qualquer outro critério, estará isento do pagamento das FATURAS.

Art. 120. As faturas de serviços, vencidas ou não, deverão ser pagas na rede bancária credenciada.

Art. 121. As faturas de serviços não quitadas até a data de vencimento serão acrescidas de:

I – Multa de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor original da fatura;

II – Juros de mora de 0,033% (zero, vírgula zero trinta e três por cento) por dia de atraso, a partir da data do vencimento até a data do efetivo pagamento;

III – Correção monetária conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que vier a substituí-lo, calculada de forma composta e ao residual de dias de um mês será utilizada uma taxa equivalente número de dias. O indicador utilizado será sempre o IPCA, quando este ainda não estiver sido calculado, considerar-se-á, o índice do mês anterior.

§1º. O pagamento de uma fatura não implicará na quitação de eventuais débitos anteriores.

§2º. O SAMAE e/ou CONCESSIONÁRIA poderão efetuar a cobrança de débitos não regularizados no prazo de 30 (trinta) dias, na forma de duplicata especialmente emitida, sujeita esta a protesto e a execução e/ou inscrição em dívida ativa.

§3º. A ligação cujo fornecimento foi suspenso e cujos débitos não tenham sido regularizados no prazo de 30 (trinta) dias, estará sujeita a corte no ramal.

Art. 122. O SAMAE e a CONCESSIONÁRIA poderão separar as faturas de água e esgoto referente a ligações cujo fornecimento foi suspenso e não regularizados no prazo de 30 dias.

§1º. Excepcionalmente, poderão ser separadas faturas de água e esgoto, sem a suspensão dos serviços nos casos em que o usuário preste serviço público ou essencial e cuja atividade sofra prejuízo com a efetiva suspensão.

§2º. Separadas as dívidas, cada prestador de serviço poderá adotar as medidas necessárias à recuperação das mesmas.

Art. 123. O SAMAE e a CONCESSIONÁRIA poderão parcelar os débitos em atraso, nos termos da legislação vigente e normativas internas.

Parágrafo único –A possibilidade de parcelamento ficará a critério das normativas comerciais do SAMAE e da CONCESSIONÁRIA.

Art. 124. Identificado o pagamento em duplicidade ou divergente, as devoluções, quando não houver solicitação em contrário, deverão ser efetuadas automaticamente nos faturamentos seguintes em forma de crédito ou cobrança.

§1º. A devolução em pecúnia, ou em crédito no cadastro de imóvel diverso, será através de Procedimento Administrativo competente, instruído pelas faturas pagas.

§2º. As devoluções serão efetuadas, considerando as tarifas em vigor na época da ocorrência dos fatos, aplicando-se os critérios descritos no art. 121 deste Regulamento, sobre a parcela cobrada indevidamente.

Art. 125. Atendidas as normativas internas do SAMAE e da CONCESSIONÁRIA, as dívidas poderão ser protestadas, executadas e/ou inscritas nos cadastros de proteção ao crédito.

CAPÍTULO IX DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 126. Constitui infração sujeita a multa e/ou interrupção dos serviços, a prática dos seguintes atos:

I. Infrações Leves:

a. Impontualidade no pagamento da fatura de serviços.

II. Infrações Médias:

- a. descumprimento das normas, especificações e outras estipulações do SAMAE ou da CONCESSIONÁRIA, mencionadas neste Regulamento;
- b. deixar de solicitar a ligação definitiva, após concluída a obra atendida por ligação temporária.

III. Infrações Graves:

- a. impedimento de leitura, acesso ao hidrômetro e ao ramal predial de água e esgoto;
- b. intervir nas instalações dos serviços de água e esgoto, inclusive nos ramais prediais e padrão de ligação, independentemente de tal intervenção provocar danos de qualquer natureza;
- c. Violação de lacres;
- d. usar dispositivos no hidrômetro que, de qualquer forma, possam comprometer a eficiência e precisão na medição do consumo e a qualidade da água distribuída;
- e. instalar equipamento nas adjacências do hidrômetro, em desacordo com subitem 9.4 da Portaria Nº 246/2000 do INMETRO, que determina: "Qualquer dispositivo adicional, projetado para ser instalado adjunto ao hidrômetro, deve ser submetido à apreciação por parte do INMETRO, com vistas a verificar se o mesmo influencia o desempenho metrológico do medidor.";
- f. instalação de dispositivo no ramal predial ou na instalação predial que provoque sucção na rede distribuidora;
- g. conectar instalação predial que receba água de fonte alternativa com a instalação alimentada por água procedente do sistema público;
- h. utilizar qualquer tubulação das instalações prediais de água ou de esgoto para abastecer ou esgotar outro imóvel ou economia, mesmo que de sua propriedade;
- i. lançamento de águas pluviais no sistema público de esgotamento sanitário;
- j. lançamento de esgotos sanitários em tubulação de águas pluviais em locais com sistema público de esgotamento sanitário disponível, ou encaminhá-los, de qualquer forma, a curso de água natural;
- k. lançamento no sistema público de esgotamento sanitário, qualquer resíduo líquido que, por sua natureza, exija tratamento prévio ou quaisquer substâncias sólidas ou líquidas estranhas ao serviço de esgotamento sanitário, tais como lixo, resíduos de cozinha, papéis, águas quentes de caldeiras, panos, estopas, folhas, ácidos e substâncias explosivas, inflamáveis ou que desprendam gases;
- l. deixar de efetuar a interligação no sistema de esgotamento sanitário, decorrido o prazo estipulado neste regulamento;
- m. reincidência de infração média.

IV. Infrações Gravíssimas:

- a. ligar clandestinamente qualquer tubulação à rede distribuidora de água ou à rede coletora de esgotos;
- b. desperdício de água em situações de racionamento, emergência ou calamidade pública;
- c. violação por qualquer meio, ou retirada do hidrômetro;
- d. restabelecer ligação de água e/ou esgoto que teve o abastecimento e/ou coleta interrompida;
- e. interconexões perigosas nas redes de água ou esgoto, suscetíveis de provocar contaminação;
- f. reincidência de infração Grave.

Art. 127. Quando da constatação das infrações previstas no artigo anterior, o SAMAE e/ou a CONCESSIONÁRIA, adotarão as seguintes providências:

I - Emitir o "Termo de Ocorrência de Irregularidade - TOI", em formulário próprio, contemplando as informações necessárias ao registro da irregularidade;

II - Implementar outros procedimentos necessários à fiel caracterização da irregularidade;

III - Proceder a revisão do faturamento com base nas diferenças entre os valores efetivamente faturados e os apurados, nos termos deste Regulamento;

IV - Lançar a multa correspondente à infração cometida no cadastro do Usuário.

§1º. Cópia do termo referido no inciso I deste artigo deverá ser entregue ao usuário, preferencialmente mediante protocolo. Em caso de negativa do recebimento ou impossibilidade de entrega por qualquer outro motivo, o agente deverá certificar o fato.

§2º. O SAMAE e a CONCESSIONÁRIA deverão informar à Agência Reguladora quando da impossibilidade de entrega do "TOI" ao usuário.

§3º. Caberá interposição de recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias, após a entrega do "TOI".

Art. 128. Os recursos interpostos serão apreciados de acordo com as normas comerciais do SAMAE, ouvida a CONCESSIONÁRIA, quando a infração referir-se a esgotamento sanitário.

Parágrafo Único: Da decisão cabe recurso a Agência Reguladora no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência da decisão do SAMAE e da CONCESSIONÁRIA.

Art. 129. As multas aplicadas às infrações serão da seguinte ordem:

I. Vinte e cinco vezes a tarifa mínima de água por economia/categoria, para os casos de INFRAÇÕES GRAVÍSSIMAS;

II. Quinze vezes a tarifa mínima de água por economia/categoria para os casos de INFRAÇÕES GRAVES;

III. Sete vezes a tarifa mínima de água por economia/categoria para os casos de INFRAÇÕES MÉDIAS.

Parágrafo Único: A arrecadação decorrente da aplicação das multas previstas neste artigo será revertida ao Fundo Municipal de Saneamento.

Art. 130. Além das multas, às infrações previstas no artigo 126, será acrescida e cobrada do usuário toda a despesa para regularização da infração constatada.

Parágrafo Único: O SAMAE e/ou a CONCESSIONÁRIA comunicarão às autoridades ambientais as infrações suscetíveis de ensejar agressão ambiental.

CAPÍTULO XI DA INTERRUÇÃO E DO RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E/OU COLETA DE ESGOTO

SEÇÃO I – DA INTERRUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E/OU COLETA DE ESGOTO

Art. 131. Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste regulamento e legislação vigente, o abastecimento água e/ou a coleta de esgoto poderão ser interrompidos nos seguintes casos:

I – Interrupção no cavalete quando da ocorrência de INFRAÇÃO LEVE, 30 dias após o entrega a notificação de débito;

II – Interrupção no Ramal, mediante comunicação prévia de 30 dias, quando da ocorrência de INFRAÇÃO MÉDIA ou GRAVE;

III – Interrupção no Ramal imediata, com entrega da notificação demonstrando o motivo do corte, em até 24hs após a execução do serviço, quando da ocorrência INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA.

IV – Corte na Rede, com entrega da notificação demonstrando o motivo do corte, em até 24hs após a execução do serviço, quando da ocorrência de reincidência de INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA.

§1º. A Interrupção no cavalete terá prazo máximo de 30 dias. A não regularização no prazo estipulado sujeitará a ligação ao corte no ramal, sem aviso prévio.

§2º. Ocorrendo reincidência de INFRAÇÃO GRAVÍSSIMA, será duplicado o valor da multa e efetuado o Corte na Rede da ligação de água e esgoto.

3º. Havendo corte na rede, nos termos do parágrafo anterior, o preço da religação será correspondente ao valor de uma ligação nova.

Art. 132. A interrupção ou a restrição da distribuição de água e coleta de esgoto por inadimplência a usuário que preste serviço público ou essencial à população e cuja atividade sofra prejuízo, será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias à Agencia Reguladora, para efeito de mediação quanto ao cumprimento do contrato.

Art. 133. Mediante solicitação do titular ou possuidor, em imóvel desocupado, as ligações prediais poderão ser desligadas temporariamente no ramal pelo prazo de até 180 dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante renovação da solicitação.

§1º. O Desligamento Temporário, por interesse do titular ou possuidor fica condicionado à quitação de todas as obrigações previstas neste regulamento e demais legislação vigente.

§2º. Decorrido o prazo fixado no caput, a ligação será reativada, independente de solicitação.

Art. 134. As ligações prediais de água e de esgoto poderão ser desligadas definitivamente nos seguintes casos:

I - interdição judicial ou administrativa;

II - desapropriação de imóvel;

III - incêndio ou demolição;

IV – Interrupção do fornecimento, decorrido o prazo para sua regularização.

Art. 135. As ligações cortadas e desligadas a pedido ficarão isentas das contas de água e esgoto, porém as leituras mensais serão mantidas.

Parágrafo único: Correrão por conta do usuário atingido com as interrupções e/ou desligamentos, as despesas com a interrupção e com o restabelecimento dos serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

SEÇÃO II

DO RESTABELECIMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E/OU COLETA DE ESGOTO

Art. 136. O procedimento de restabelecimento é caracterizado pela religação dos serviços de abastecimento de água e/ou coleta de esgoto.

Art. 137. Os serviços interrompidos serão restabelecidos tão logo cessados ou removidos os motivos que ensejaram a interrupção e satisfeitas as condições estipuladas pelo SAMAE ou pela CONCESSIONÁRIA, após o recolhimento ou negociação de todos os débitos pendentes.

§1º. O prazo para religação de água no cavalete será de até 48 (quarenta e oito) horas e até 72 (setenta e duas) horas no ramal, exceto finais de semana e feriados.

§2º. O prazo para religação de esgoto será de até 24 (vinte e quatro) horas.

§3º. Constatada que a interrupção do abastecimento de água e/ou coleta de esgoto foi indevida, o restabelecimento será em até 04 (quatro) horas, sem ônus para o usuário.

§4º. O prazo para Religação na Rede será o mesmo estipulado para ligação nova de água.

Art. 138. Havendo disponibilidade técnica, o SAMAE e a CONCESSIONÁRIA poderão efetuar o restabelecimento dos serviços de forma emergencial, mediante cobrança de "TARIFA DE RELIGAÇÃO EMERGENCIAL".

CAPÍTULO XIV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 139. O SAMAE e a CONCESSIONÁRIA manterão em todos os seus locais de atendimento, exemplares do presente regulamento e das Resoluções Normativas da Agência Reguladora para consulta dos interessados, fornecendo cópias aos mesmos a custo limitado ao de sua reprodução gráfica.

Art. 140. O(s) caso(s) não previsto(s) nesse Regulamento será(ão) decididos conforme normas internas do SAMAE e/ou CONCESSIONÁRIA, bem como legislação vigente.

ANEXO I DA TERMINOLOGIA

ABASTECIMENTO CENTRALIZADO: Abastecimento de um agrupamento de edificações (condomínio), com apenas uma ligação de ramal predial.

ABASTECIMENTO DESCENTRALIZADO: Abastecimento de um agrupamento de edificações (condomínio), com ligação de ramal predial individualizada no agrupamento.

AGÊNCIA REGULADORA: autarquias de natureza especial, com competência para regular e fiscalizar a prestação dos SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO.

AGRUPAMENTO DE CONTAS: conjunto de duas ou mais faturas de serviços prestados pelo SAMAE sob responsabilidade de uma mesma pessoa física ou jurídica, onde será apresentado o valor total e os unitários.

AGRUPAMENTO DE EDIFICAÇÕES: Conjunto de dois ou mais prédios em um mesmo lote de terreno.

ÁGUAS PLUVIAIS: águas oriundas da precipitação atmosférica.

ÁGUAS RESIDUÁRIAS: são todas as águas servidas, independentemente de sua origem.

ALIMENTADOR PREDIAL: Canalização compreendida entre o hidrômetro e a válvula do flutuador do reservatório.

BY-PASS (DESVIO DO FLUXO DE ÁGUA): Desvio irregular do fluxo de água do ramal, efetuado pelo usuário, ou terceiros, diretamente para o imóvel, sem a medição através do hidrômetro.

CADASTRO COMERCIAL: Conjunto de informações, para identificação dos usuários, destinadas ao direcionamento da prestação de serviços, desenvolvimento de políticas, ações mercadológicas e controle operacional.

CATEGORIA: Classificação do imóvel ou economia, em função da finalidade de sua ocupação, é o Fator de Uso do imóvel.

CAIXA DE INSPEÇÃO (CI): Caixa destinada a permitir a inspeção, limpeza e desobstrução da canalização de esgoto sanitário. É o "ponto de interligação" entre o imóvel e o sistema público de esgotamento sanitário.

CAIXA PARA PROTEÇÃO DA LIGAÇÃO: Caixa para proteger o hidrômetro e o padrão de ligação, de acordo com o padrão estabelecido pela Autarquia.

CAIXA RETENTORA DE GORDURA: Dispositivo projetado e instalado para separar e reter gordura que não é permitida lançar no sistema público de coleta de esgoto.

CARRO PIPA: Veículo dotado de tanque para o transporte de água e dispositivos para lavagem de vias e logradouros públicos.

CAVALETE: Dispositivo padronizado para instalação de hidrômetro, situado entre o ramal predial de água e a instalação predial.

CICLO DE FATURAMENTO: Período compreendido entre uma leitura e outra do hidrômetro e/ou estimativa de consumo, correspondente ao faturamento de determinada unidade usuária, não podendo ser superior a 33 dias e inferior a 28 dias.

COLAR DE TOMADA: Dispositivo aplicado à rede distribuidora para derivação do ramal predial.

COLETA E AFASTAMENTO DE ESGOTO: recolhimento do efluente líquido do imóvel através da ligação à rede pública de esgotamento sanitário, obedecendo à legislação ambiental.

COLETOR (ramal) PREDIAL: Canalização compreendida entre a rede pública de esgotamento sanitário e a caixa de inspeção/TIL situada no passeio público.

COLETOR PÚBLICO: Canalização pública destinada a receber e conduzir o esgoto sanitário vindo do ramal predial.

COLETOR TRONCO: é o coletor principal de uma bacia de drenagem que recebe a contribuição dos coletores secundários, conduzindo seus efluentes a um interceptor.

CONSUMO DE ÁGUA: É o volume de água (m3) medido em uma ligação de água, em um determinado ciclo de faturamento.

CONSUMO ESTIMADO: É o volume de água (m3) atribuído a uma economia, em um determinado ciclo de faturamento, na impossibilidade de efetuar a leitura.

CONSUMO EXCEDENTE: É o volume de água (m3) que excede o consumo mínimo estabelecido para cada economia, em um determinado ciclo de faturamento.

CONSUMO FATURADO: É o volume de água (m3) correspondente ao valor faturado, em um determinado ciclo de faturamento.

CONSUMO MEDIDO: É o volume de água (m3) fornecido e registrado através de um hidrômetro, em um determinado ciclo de faturamento.

CONSUMO MÉDIO: É a média de consumo de água (m3) faturado e/ou estimado, dos últimos seis ciclos consecutivos de faturamento, tendo, no mínimo, dois ciclos de faturamento como base de cálculo.

CONSUMO MÍNIMO: É o menor volume de água (m3) atribuído a uma economia, em um determinado ciclo de faturamento.

CONTROLADOR DE VAZÃO: Dispositivo destinado a controlar o volume de água em m3 fornecido à ligação de ramal predial.

INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA NO CAVALETE: Interrupção no cavalete, do fornecimento de água a um imóvel, mantida a sua ligação, motivada por solicitação do usuário, pelo não pagamento da fatura de serviços e/ou inobservância do estabelecido neste regulamento e nas normas do SAMAE.

INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA NO RAMAL: Interrupção no ramal, do fornecimento de água a um imóvel, mantida a sua ligação, motivada pelo não pagamento da fatura de serviços e/ou inobservância do estabelecido neste regulamento e nas normas do SAMAE.

CORTE DE ÁGUA NA REDE: Interrupção na rede, do fornecimento de água a um imóvel, retirando todas as instalações entre o ponto de entrega e a rede pública, motivada pela reincidência de infração gravíssima.

INTERRUPÇÃO DO SERVIÇO DE COLETA DE ESGOTO NO RAMAL: Interrupção no ramal predial de esgoto do imóvel, impedindo o fluxo do efluente gerado para o sistema público de esgotamento sanitário, mantida a sua ligação, motivada pelo não pagamento da fatura de serviços e/ou inobservância do estabelecido neste regulamento e nas normas da CONCESSIONÁRIA.

CONTRATO DE DEMANDA: Instrumento pelo qual o SAMAE e/ou CONCESSIONÁRIA e o usuário firmam relações especiais para a prestação dos serviços.

CONTRATO DE ADESÃO: instrumento contratual padronizado para abastecimento de água e/ou esgotamento sanitário, cujas cláusulas estão vinculadas às normas e regulamentos, não podendo seu conteúdo ser modificado pelo prestador de serviços ou pelo usuário.

DÉBITO: é o valor devido pelo usuário resultante dos serviços prestados.

DESLIGAMENTO DEFINITIVO: interrupção dos serviços, por meio de retiradas das instalações entre o ponto de conexão e a rede pública (água e/ou esgoto), suspensão da emissão de faturas e exclusão do cadastro comercial.

DESLIGAMENTO TEMPORÁRIO: É a interrupção temporária da prestação do serviço, por solicitação do Usuário, com a manutenção das ligações de água e esgoto do imóvel ou prédio.

DESPEJO DOMÉSTICO: Resíduos líquidos resultantes do uso da água pelo homem, em seus hábitos higiênicos e necessidades fisiológicas, bem como em atividades de limpeza doméstica e de trabalho, observadas as restrições definidas neste Regulamento.

DESPEJO ESPECIAL: Resíduos líquidos resultantes do uso de água para fins industriais, comerciais e/ou hospitalares, cujos despejos devem, pela sua natureza, ser tratados previamente pelo usuário, antes de serem lançados na rede pública de esgotamento sanitário, de acordo com as definições do TARESC, definidas neste Regulamento.

DÍVIDA ATIVA: é o débito cuja cobrança, findo o exercício financeiro e após o registro em livros específicos próprios, torna-se passível de inclusão do devedor nos cadastros dos serviços de proteção ao crédito e ajuizável.

DRENAGEM PLUVIAL: Sistema destinado à coleta dos volumes de água gerados durante as chuvas e nas atividades de lavagem de pátios, etc.

ECONOMIA: Unidade autônoma cadastrada para efeito de faturamento e comercialização.

ESGOTO SANITÁRIO: Efluentes provenientes do uso de água para fins higiênicos e/ou industrial, que atendam às exigências legais e regulamentares.

ESTAÇÃO ELEVATÓRIA: é o conjunto das edificações, instalações e equipamentos, destinados a abrigar, proteger, operar, controlar e manter os conjuntos elevatórios (motor-bomba) que promovem o recalque de água ou esgotos.

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA): Unidade operacional do sistema de abastecimento de água, constituída de equipamentos e dispositivos que permitem tratar através de processos físicos, biológicos a água bruta captada, transformando-a em água potável para consumo humano.

ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS (ETE): Unidade operacional do sistema de esgotamento sanitário, constituída de equipamentos e dispositivos que permitem receber resíduos complexos que, através de processos físicos, químicos e principalmente biológicos, transformam-se em resíduos mais simples, absorvidos pelo meio ambiente.

EXTRAVASOR OU LADRÃO: Tubulação destinada a escoar eventual excesso de água e esgoto sanitário.

FATURA DE SERVIÇO: Documento hábil para pagamento de serviços diversos e/ou produto contraído pelo Usuário.

FATURAMENTO: Representa a previsão de receita num determinado período, por todos os serviços prestados, sejam de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário, coleta de lixo ou de outras receitas, a exemplo de multas, ligações, religações, conserto de hidrômetros, serviços solicitados, etc.

FAIXA DE CONSUMO: Intervalo fixo de volume de água (m3) atribuído a cada economia, estabelecido para fins de tarifação.

FAIXA SANITÁRIA: é a faixa de terrenos públicos destinada exclusivamente à implantação de obras subterrâneas de infraestrutura, em especial de drenagem de águas pluviais, redes coletoras de esgotos e redes de abastecimento de água.

FONTE ALTERNATIVA: É o suprimento de água de um imóvel não proveniente do sistema de abastecimento de água operado pelo SAMAE e que será considerado para o faturamento dos serviços de esgotamento sanitário.

FORNECIMENTO DE ÁGUA: Entrega através de ligações à rede de distribuição, de água potável, submetida a tratamento prévio.

FOSSA SÉPTICA: Unidade residencial de sedimentação e digestão, destinada ao tratamento primário de esgotos sanitários, apenas em áreas onde ainda não esteja disponível o sistema público de esgotamento sanitário.

GRANDE CONSUMIDOR: Usuário que apresente consumo médio significativo para os padrões do SAMAE e da CONCESSIONÁRIA, de acordo com as Normas Internas vigentes.

GREIDE: Série de cota que caracteriza o perfil de uma rua e dá a altitude de seu eixo, em seu trecho.

HIDRANTE: Aparelho instalado junto à rede de distribuição de água, apropriado à retirada de água para combate a incêndio.

HIDRÔMETRO: É o aparelho destinado a medir e registrar cumulativamente, o volume de água fornecido.

IMÓVEL: Terreno legalmente constituído, com ou sem edificação, onde poderão ser instaladas as ligações prediais de água e/ou de esgoto sanitário.

INFRAÇÃO: Violação de lei, ordem, tratado, regulamento, acordos, normas, ato ou efeito de infringir as normas estabelecidas.

INSPEÇÃO: fiscalização da unidade usuária, posteriormente à ligação (água e/ou esgoto), com vistas a verificar sua adequação aos padrões técnicos e de segurança do prestador de serviços, o funcionamento do sistema de medição e a conformidade dos dados cadastrais.

INSTALAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA: conjunto de tubulações, reservatórios, equipamentos, peças e dispositivos localizados a jusante do ponto de entrega de água e empregados para a distribuição de água na unidade usuária.

INSTALAÇÃO PREDIAL DO ESGOTO SANITÁRIO: conjunto de tubulações, equipamentos, peças e dispositivos localizados na área interna da unidade usuária, a montante do ponto de coleta de esgoto, empregados na coleta de esgotos;

INTERCEPTOR: canalização que recebe coletores ao longo de seu comprimento, não recebendo ligações prediais diretas.

IRREGULARIDADE: Anormalidade identificada pelo não cumprimento dos deveres e obrigações dispostos neste Regulamento.

LACRE: dispositivo destinado a caracterizar a integridade e inviolabilidade do padrão de ligação, do hidrômetro, da ligação de água ou da interrupção do abastecimento.

LIGAÇÃO ATIVA: Ligações e economias que estão em pleno funcionamento e que contribuem para o faturamento no período considerado.

LIGAÇÃO CLANDESTINA DE ÁGUA: É a conexão irregular à rede de distribuição de água, ligação e/ou instalação predial de água, executado com artifício de ocultar a sua existência, sem o devido registro no cadastro de Usuários.

LIGAÇÃO CLANDESTINA DE ESGOTO SANITÁRIO: É a conexão irregular ao sistema de coleta ou instalação predial, executado com artifício de ocultar a sua existência, sem o devido registro no cadastro de Usuários.

LIGAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA: Ponto de conexão do ramal predial do imóvel à rede pública de distribuição de água.

LIGAÇÃO PREDIAL DE ESGOTO SANITÁRIO: Ponto de conexão do coletor predial do imóvel à rede pública de esgotamento sanitário.

LIGAÇÃO TEMPORÁRIA: Ligação destinada ao abastecimento de água e de esgotamento sanitário por prazo preestabelecido.

MANUAL DE INSTALAÇÕES PEDIAIS DE ÁGUA E ESGOTO: Documento oficial que disciplina os procedimentos operacionais e comerciais dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

MEDIA - média aritmética dos consumos faturados nos últimos 6 (seis) meses.

MULTA: Penalidade aplicada através de punição pecuniária.

NOTIFICAÇÃO DE INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO DE ÁGUA: destinada a informar ao Usuário que o corte do fornecimento de água, motivado pelo não pagamento da fatura de serviços e/ou inobservância do estabelecido neste regulamento e nas normas do SAMAE.

NOTIFICAÇÃO DE INTERRUPÇÃO NO SERVIÇO DE ESGOTO: destinada a informar ao Usuário que o corte da coleta de esgoto, motivado pelo não pagamento da fatura de serviços e/ou inobservância do estabelecido neste regulamento e nas normas da CONCESSIONÁRIA.

PADRÃO DE LIGAÇÃO DE ÁGUA: conjunto constituído pelo abrigo de proteção padronizado, cavalete, registro de esfera, lacres e dispositivos de controle ou de medição de consumo.

PENALIDADE: É a ação administrativa e/ou punição pecuniária, aplicada ao infrator pela inobservância do previsto neste regulamento e nas normas da Autarquia.

POÇO DE VISITA: Dispositivo de alvenaria, concreto e/ou PVC, interposto na rede pública de esgotamento sanitário, com a finalidade de inspeção, desobstrução ou mudança de direção e de uso exclusivo da CONCESSIONÁRIA.

PONTO DE COLETA DE ESGOTO: é o ponto de conexão da caixa de inspeção/TIL, da rede pública de esgotamento sanitário com as instalações do usuário.

PONTO DE ENTREGA DE ÁGUA: É o ponto de conexão da rede pública de água com a instalação predial.

PREÇO: É o valor definido pelo SAMAE, aprovado por procedimento administrativo da Agencia Reguladora, a ser cobrado do Usuário pela prestação dos serviços.

PRÉDIO: Todo imóvel com edificação.

RAMAL PREDIAL DE ÁGUA: conjunto de tubulações e peças especiais situadas entre a rede pública de abastecimento de água e o padrão de ligação de água.

RAMAL PREDIAL DE ESGOTO SANITÁRIO: conjunto de tubulações e peças especiais situadas entre a rede pública de esgotamento sanitário e o ponto de coleta de esgoto.

REDE COLETORA DE ESGOTO: Conjunto de canalizações destinadas a receber e conduzir os esgotos. A rede coletora é composta de coletores secundários, que recebem, diretamente, as ligações prediais, e, coletores tronco.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA: Conjunto de canalizações e partes acessórias situada em via pública, destinado a distribuir a água tratada à população.

REGISTRO: peça destinada à interrupção do fluxo de água em tubulações.

REGISTRO EXTERNO: É o registro de uso e propriedade do SAMAE, destinado à interrupção do abastecimento de água situado na via pública ou no passeio.

REGISTRO INTERNO OU DE ACIDENTE: É o registro instalado no ramal predial interno, para permitir a interrupção de passagem de água.

RELIGAÇÃO: É o restabelecimento do fornecimento de água suspenso ao Usuário.

RESERVATÓRIO: É o recipiente destinado ao armazenamento de água, isento de possibilidade de contaminação para o consumo humano.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (SAA): conjunto de instalações e equipamentos utilizados nas atividades de captação, elevação, adução, tratamento, reservação e distribuição de água potável.

SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (SES): conjunto de instalações e equipamentos utilizados nas atividades de coleta, afastamento, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

SUPRESSÃO DA LIGAÇÃO: interrupção ou desligamento definitivo dos serviços, por meio de retiradas das instalações entre o ponto de conexão e a rede pública (água e/ou esgoto), suspensão da emissão de faturas e exclusão do cadastro comercial.

TABELA DE PREÇOS E SERVIÇOS: Documento oficial, que rege as práticas de preços para seus respectivos produtos e serviços.

TERMINAL DE INSPEÇÃO E LIMPEZA (TIL): Dispositivo instalado no ramal predial e que cumpre a mesma função da "caixa de inspeção".

TARESC: Termo de Aceitação e Recebimento de Esgotos não doméstico na rede pública de esgotamento sanitário.

TARIFA DE ÁGUA: Conjunto de preços estabelecidos pelo SAMAE e aprovados pela Agencia Reguladora para cobrança dos serviços prestados.

TARIFA DE ESGOTO: Conjunto de preços estabelecidos pelo SAMAE e aprovados pela Agencia Reguladora para cobrança dos serviços prestados.

TARIFA DIFERENCIADA: É o valor unitário estabelecido por categoria de Usuário e a respectiva faixa de consumo.

TARIFA ESPECIAL: Valor especial, fixado pela Autarquia (água) e/ou CONCESSIONÁRIA (esgoto), decorrente da celebração de contrato de demanda para prestação de serviços de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

TARIFA PARCIAL ESGOTO: Percentual da TARIFA DE ESGOTO aplicada para efeito de faturamento dos serviços de coleta e afastamento de esgoto.

TARIFA MÍNIMA: Valor fixado para efeito de cobrança da cota mínima colocada à disposição de cada categoria de consumo/economia, decorrente dos serviços de abastecimento de água e/ou coleta de esgoto.

TAXA DE RELIGAÇÃO EMERGENCIAL: É o taxa cobrada pelo restabelecimento do fornecimento de água suspenso ao Usuário em no máximo 04 (quatro) horas após a solicitação do usuário.

TERMO DE DOAÇÃO: Instrumento legal que permite a terceiros transferir, através da doação ao patrimônio público do Município, as áreas, instalações e equipamentos a serem administrados pelos sistemas públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, após sua aprovação pelo SAMAE e/ou CONCESSIONÁRIA.

TESTADA: Linha que separa uma propriedade do logradouro público.

TITULAR DO IMÓVEL: Proprietário do imóvel legalmente constituído.

USUÁRIO/CLIENTE: Pessoa física ou jurídica, proprietária ou titular do direito de posse de imóvel provido dos serviços públicos de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário.

VÁLVULA DO FLUTUADOR (BÓIA): Peça destinada a interromper a entrada de água nos reservatórios, quando atingir o nível máximo de água.

VAZAMENTO: Escape de água no sistema público de abastecimento, decorrente da perda da estanqueidade não deliberada ou controlada; perda de água numa instalação predial de um imóvel.

VAZAMENTO OCULTO: vazamento de difícil percepção, cuja detecção na maioria das vezes é feita através de testes ou por técnicos especializados.

VENCIMENTO: Data para o pagamento da Conta (fatura mensal).

VERIFICAÇÃO DO HIDRÔMETRO: processo que visa conferir a regularidade do hidrômetro com os respectivos padrões, em relação aos limites estabelecidos pelas normas pertinentes.

VIA PÚBLICA: Local de domínio público, utilizado para assentamento de tubulação, conexão, aparelho e equipamento necessário ao abastecimento de água e esgotamento sanitário.

VOLUME DE ESGOTO: É o efluente proveniente da instalação predial, medido ou estimado, e que deva ser conduzido ao sistema de esgotamento sanitário.

ANEXO II
DAS CATEGORIAS DE CONSUMO

Os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário serão remunerados sob a forma de tarifa, de acordo com a estrutura tarifária constante no Anexo III, compreendendo as seguintes classificações:

1. Residencial:

- Destinado a uso exclusivamente residencial;
- Destinado a uso residencial, mas que abrigue pequena atividade comercial ou industrial, exercida por pessoa residente.

2. Escritório:

- Destinado à atividades de prestação de serviços burocráticos.

3. Consultório:

- Destinado à atividade em consultórios médicos e odontológicos.

4. Social:

- Destinada a moradias de famílias em situação de pobreza e/ou extrema pobreza, devidamente comprovada com as seguintes características:

- a) Estar inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, com seus dados devidamente atualizados (dentro de um prazo de 24 meses);
- b) Renda familiar de até R\$ 154,00 per capita, atualizado segundo critério de acessibilidade ao Programa Bolsa Família do Governo Federal ou outro que vier a substituí-lo;
- c) Residir em Blumenau a mais de 01 (ano) ano.

- Excepcionalmente, a situação de pobreza poderá também ser diagnosticada através de relatório social emitido por profissional da área de assistência social do quadro de servidores públicos municipais.

- Deferido o benefício da tarifa social, este terá validade de 01 (um) ano, com a possibilidade de prorrogação por igual período mediante avaliação do profissional da área de assistência social.

- Durante o período de vigência do benefício, um profissional da área de assistência social do SAMAE ou da CONCESSIONÁRIA poderá, periodicamente, visitar as famílias cadastradas a fim de confirmar a situação de vulnerabilidade;

- Será concedida mediante pedido junto ao atendimento comercial, ao usuário com todas as suas faturas em dia.

5. Comercial/Industrial:

- Destinado à atividade privada voltada para a comercialização de produtos e serviços, clínicas médicas e odontológicas, bem como a produção de bens de qualquer natureza.

· COMERCIAL

- ↳ Imóvel ou unidade individualizada de imóvel ocupada por pessoa física ou jurídica para exercício de atividade de compra, venda ou prestação de serviços;

- ↳ Imóvel ou unidade individualizada de imóvel, não importa de que natureza ou finalidade, que não se enquadre nas categorias "residencial", "escritório", "consultórios", "escolar", "hospitalar", "industrial" ou "pública".

· INDUSTRIAL

- ↳ Imóvel ou unidade individualizada de imóvel ocupada para exercício de atividade classificada como industrial pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ressalvado o disposto na alínea b, do inciso I, deste artigo.

- ↳ Será utilizada como parâmetro para fins de faturamento e apuração de consumo das LIGAÇÕES TEMPORÁRIAS DE ESGOTO SANITÁRIO.

6. Público:

- Imóvel utilizado por órgãos públicos da administração direta, indireta e fundacional (federais, estaduais e municipais):

- Imóvel ou unidade individualizada de imóvel ocupada para exercício de atividade de entidade da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, de direito público;

- Imóvel ou unidade individualizada de imóvel ocupada por entidade privada sem fins lucrativos e reconhecida como de utilidade pública.

7. Escolar:

- Imóvel destinado à atividade privada voltada para a educação.

8. Hospitalar:

- Quando a água for destinada ao uso hospitalar.

9. Temporária:

- Destinada a canteiro de obras.

- Destinada a atividades passageiras, tais como: circos, feiras, exposições, parques de diversos e outros de caráter temporário.

ANEXO III

TABELA DAS TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO

ITEM	Categorias	Código	Faixa de Consumo	Valor Água (em Reais – R\$)	Valor Esgoto (em Reais – R\$)
I	Residencial	R	0 a10 m³	27,06/mês	28,22/mês
	Escritório,	E	11 a30 m³	4,92/m³	5,166/m³
	Consultórios	C	Maior que 30m³	6,28/m³	6,584/m³
II	SOCIAL	S	0 a10 m³	13,36/mês	13,87/mês
			11 a30 m³	4,92/m³	5,166/m³
			Maior que 30m³	6,28/m³	6,584/m³
III	Comercial	C	0 a10 m³	41,01/mês	42,91/mês
	Industrial	I	11 a30 m³	6,28/m³	6,584/m³
	Temporária	T	Maior que 30m³	9,42/m³	11,848/m³
	Pipa	X	0 a 99.999m³	2,706/m³	
IV	Pública	P	0 a10 m³	27,06/mês	28,22/mês
			11 a499 m³	5,22/m³	5,479/m³
			Maior que 499m³	9,42/m³	9,876/m³
V	Escolar	E	0 a 10m³	27,06/mês	28,22/mês
			Maior que 10m³	5,22/m³	5,479/m³
VI	Hospitalar	H	0 a 10m³	27,06/mês	28,22/mês
			Maior que 10m³	3,40/m³	3,564/m³
	Tarifa Parcial de Esgoto – Todas as Categorias providas de redes de afastamento				50%
	Tarifa de disponibilidade dos serviços públicos de esgotamento sanitário				100%

· Vigência dos preços dos Serviços de Abastecimento de Água: a partir de 01/01/2015.

ANEXO IV

TABELA DOS PREÇOS DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES

1. Serviços de Abastecimento de Água

Serviço	Valor (Em reais)
Análise de Projetos – loteamentos/condomínios (+deslocamento)	83,11
Atestado de localização (+deslocamento)	41,56
Corte no Cavalete	34,57
Corte no Ramal	116,52
Desligamento Definitivo	444,43
Deslocamento (km rodado)	2,095
Emissão de 2a. VIA	3,14
Entrega de aviso de corte	0,95
Fornecimento e instalação de registro de metal em cavalete 3/4"	39,17
Geofonamento (por hora de serviço)	63,17
Hidroteste 1/2" e 3/4"	62,62
Hidroteste 1"	138,82
Interligação de Rede de Água DN 60	2.332,31
Interligação de Rede de Água DN 85	2.384,93
Interligação de Rede de Água DN 110	2.576,31
Ligação de Água 1/2" e 3/4"	574,34
Ligação de Água 1/2" e 3/4" (Tarifa Social)	161,47
Ligação de Água 1"	1.449,46
Ligação de Água 2"	2.901,48
Mudança de Cavalete 1/2" e 3/4"	233,07
Mudança de ligação	281,09
Mudança de Ligação 1/2" e 3/4"	517,79
Religação desl. temporário	55,03
Religação no Cavalete	34,49
Religação no Ramal	114,31

Reparo em ligação PAD ou PVC acima de 1"	216,83
Reparo em ligação PAD ou PVC até 1"	121,73
Reparo parcial em cavalete ate 2" com quebra e reposição de piso	82,70
Reparo parcial em cavalete ate 2" sem quebra de piso	46,56
Reposição de Piso (Paralelepípedo, lajota, acimentado e jacaré) m²	38,40
Reposição de Piso (Pavimentação Asfáltica) – m²	89,46
Serviço	Valor
	(Em reais)
Taxa de religação emergencial no cavalete	167,50
Troca de Hidrometro ½" e ¾"	126,61
Troca de hidrometro 1"	332,43
Troca de hidrometro 2"	3.335,59
Troca de hidrometro 3"	4.704,71
Tubo PL ½" e ¾" (m)	1,40
Verificação de falta de água	36,68

--	--	--	--

2. Análises Laboratoriais (Bacteriológico)

Serviço	Valor
	(Em reais)
Coliformes Totais	33,59
Coliformes Fecais	30,54
Análise Bacteriológica Completa (Sem Coleta)	61,09

3. Análises Laboratoriais (Físico-químico)

Serviço	Valor		
(Em reais)			
Alcalinidade Bicarbonato (mg/l)	11,80		
Alcalinidade Carbonato (mg/l)	11,80		
Alcalinidade Fenolftaleína (mg/l)	11,80		
Alcalinidade Hidróxido (mg/l)	11,80		
Alcalinidade Total (mg/l)	11,80		
Alumínio	15,27		
Análise Físico-Química Completa (Sem Coleta)	183,26		
Cálcio (mg/l)	5,88		
Cloretos (mg/l)	13,28		
Cloro Residual (mg/l)	11,80		
Coleta de Amostras	37,55		
Condutividade	10,49		
Cor (uH)	13,28		
Dureza de Cálcio (mg/l)	5,88		
Dureza de magnésio (mg/l)	5,88		
Dureza Total (mg/l)	11,80		
Ferro (mg/l)	23,62		
Flúor (mg/l)	11,80		
Serviço	Valor		
(Em reais)			
Gás Carbônico livre (mg/l)	8,86		
Magnésio (mg/l)	5,88		
Oxigênio Consumido (mg/l)	16,24		
pH	11,80		
Turbidez (NTU)	11,80		

4. Serviços de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Serviço	Valor
	(Em reais)
Deposição de aparas (kg)	0,018
Deposição de entulhos Classe A em aterro (kg) – Resolução CONAMA 307/2002	0,024
Transbordo e disposição final de lixo especial com característica de domiciliar (acima de 100 litros/dia/economia) (kg)	0,151

5. Serviços de Esgotamento Sanitário

Serviço	Valor (Em reais)
Atestado de localização (+deslocamento)	16,69
Deslocamento (em km)	0,96
Interligação rede de esgoto DN150	704,82
Interligação rede de esgoto DN200	829,13
Interligação rede de esgoto DN250	1.211,04
Interligação rede de esgoto DN300	1.523,26
Ligação de esgoto	204,79
Ligação de esgoto (paralelo ou asfalto)	257,83
Limpeza caixa de inspeção - 1 economia	57,65
Limpeza caixa de inspeção - 2 economia	89,65
Parecer técnico de projetos de loteamento (esgoto)	412,54
Realoc/subst. Ramal esgoto (passeio/rua de terra)	229,85
Realoc/subst.ramal esgoto (asfáltico/paralelo)	419,91
Recuperação de caixa de inspeção danificada	200,92
Subs de tampa de caixa de inspeção - concreto	57,23
Subs de tampa de caixa de inspeção - ferro	190,75
Trat disp final de efluente doméstico limpa fossa	30,24

ANEXO V

PROCEDIMENTO PARA COMPROVAÇÃO DE VAZAMENTO

Para obter a revisão das faturas descritas no art. 116 deste decreto, o responsável deverá adotar os seguintes procedimento:

1. Comprovar através de registro fotográfico:

- a ocorrência do vazamento oculto;
- a execução do conserto, demonstrando as peças substituídas e/ou o serviço executado;
- o local da ocorrência.

2. Apresentar o registro de compra dos materiais e/ou serviços (notas fiscais, recibos, entre outros).

Observações:

- As fotografias deverão demonstrar o local com umidade, aberto demonstrando canalização defeituosa, demonstrando o reparo realizado, entre outros;
- O usuário deverá deixar as evidências do ocorrido até a finalização do processo;
- O Samae e Concessionária poderão vistoriar as instalações internas, no prazo de até 10 dias, contados da abertura do processo de revisão de faturamento, nos imóveis que solicitarem ajuste de faturas;
- Não serão abertos processos de revisão de faturamento sem a juntada da documentação descrita neste anexo.

A análise deverá considerar a contribuição do volume de água no sistema de esgotamento sanitário para fins de recálculo da fatura:

- fica definido que os vazamentos localizados entre o cavalete e a entrada da caixa d'água, não contribuem diretamente para o sistema de esgotamento sanitário;
- nos demais casos, o USUÁRIO/CLIENTE deverá comprovar ao SAMAE/CONCESSIONARIA esta condição.

DECRETO Nº 10.811/2015

DECRETO Nº 10.811, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

DELEGA COMPETÊNCIA AO MÉDICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica delegada competência ao Médico da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, DR. MARCUS VINICIUS CAMPOS ROSA, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Secretaria, no período de 21 de dezembro de 2015 a 15 de janeiro de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.292/2015

PORTARIA Nº 19.292, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPENSA ADENIR MARIA BARBIERI DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SECTUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, com a redação dada pelo art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e conforme Memorando SEDEAD nº 1221/2015 de 01/12/2015, resolve:

CONSIDERANDO o seu desligamento do quadro de servidores do Município, desde a data de 07 de dezembro de 2014;
CONSIDERANDO a exigência legal de edição de ato administrativo de dispensa do exercício de função gratificada, para que produza efeitos na ordem jurídica;

CONSIDERANDO a justificativa oriunda da Diretoria de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, por meio do Memorando nº 1221/2015, de 01 de dezembro de 2015, resolve:

DISPENSAR, a contar de 07 de dezembro de 2014, a servidora pública municipal ADENIR MARIA BARBIERI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Operacional e Logística, símbolo FGC 70%, na Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, concedida pela Portaria nº 16.880, de 12/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.293/2015

PORTARIA Nº 19.293, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

DESIGNA EMANUELE ANDRADE PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO - SECTUR.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 37-A da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013, acrescido pela Lei Complementar nº 880, de 01/04/13, e atendendo ao Ofício Rh - SECTUR nº 609/2015, de 24/11/2015, resolve:

DESIGNAR, a contar de 01 de dezembro de 2015, a servidora pública municipal EMANUELE ANDRADE, matrícula nº 230324, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Turismo - SECTUR, para o exercício da Função Gratificada de Confiança de Coordenador Operacional e Logística, símbolo FGC 70%, na Secretaria Municipal de Turismo, constante do Anexo XX da Lei Complementar nº 870, de 01/04/2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.294/2015

PORTARIA Nº 19.294, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o art. 46, "I" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 42 da Lei Complementar nº 870, de 1º de janeiro de 2013 e alterações posteriores, resolve:

EXONERAR

GLAUCO GEVARD, do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, nomeado pela Portaria nº 17.678, de 28 de março de 2014, no dia 03 de dezembro de 2015;

PAULO HENRIQUE NASCIMENTO PEREIRA, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Limpeza Pública, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, nomeado pela Portaria nº 18.690, de 24 de abril de 2015, no dia 03 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de dezembro de 2015.

NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.295/2015

PORTARIA Nº 19.295, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS EM COMISSÃO.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 42, da Lei Complementar nº 870, de 01/01/2013 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR

SUZANA MARA PASSOLD, para o exercício do cargo em comissão de Diretor Administrativo-Financeiro, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, no dia 04 de dezembro de 2015;

GLAUCO GEVARD, para o exercício do cargo em comissão de Diretor de Iluminação Pública e Sinalização Viária, símbolo CC-2, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, no dia 04 de dezembro de 2015;

ADEMAR NUNES, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Limpeza Pública, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos - SESUR, no dia 04 de dezembro de 2015;

PAULO HENRIQUE NASCIMENTO PEREIRA, para o exercício do cargo em comissão de Gerente de Controle Patrimonial, símbolo CC-3, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, no dia 04 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 04 de dezembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 19.296/2015**

PORTARIA Nº 19.296, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO TUTELAR I, PARA O QUADRIÊNIO 2016/2020.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 7º, XVIII, da LC n. 411, de 01 de agosto de 2003, e em atenção ao Memorando GAB SEMUDES nº 0240/2015, de 01/12/2015, resolve:

NOMEAR, para comporem o Conselho Tutelar I, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e no Decreto nº 10.813, de 07 de dezembro de 2015, os seguintes membros eleitos, para o quadriênio 2016/2020, a partir de 10 de janeiro de 2016:

- ADMILSON DUTRA
- ELISANGELA FURTADO DE SOUZA
- IVAN VETTER
- LEIZE FRAGA MORITZ
- ROSA MARIA LEMOS RUTHES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de dezembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 19.297/2015**

PORTARIA Nº 19.297, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO TUTELAR II, PARA O QUADRIÊNIO 2016/2020.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 7º, XVIII, da LC n. 411, de 01 de agosto de 2003, e em atenção ao Memorando GAB SEMUDES nº 0240/2015, de 01/12/2015, resolve:

NOMEAR, para comporem o Conselho Tutelar II, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e no Decreto nº 10.813, de 07 de dezembro de 2015, os seguintes membros eleitos, para o quadriênio 2016/2020, a partir de 10 de janeiro de 2016:

- JAQUELINE CÁSSIA METTE
- LEANDRO SCHNEIDER
- RAFAEL MIGUEL BORGES DOS SANTOS
- VÂNIA APARECIDA SCHRAMM NASCIMENTO
- VIVIAN PERSUHN GIELOW

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de dezembro de 2015.

NAPOLÉÃO BERNARDES
Prefeito Municipal**PORTARIA Nº 19.298/2015**

PORTARIA Nº 19.298, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPORER O CONSELHO TUTELAR III, PARA O QUADRIÊNIO 2016/2020.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 7º, XVIII, da LC n. 411, de 01 de agosto de 2003, e em atenção ao Memorando GAB SEMUDES nº 0240/2015, de 01/12/2015, resolve:

NOMEAR, para comporem o Conselho Tutelar III, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e no Decreto nº 10.813, de 07 de dezembro de 2015, os seguintes membros eleitos, para o quadriênio 2016/2020, a partir de 10 de janeiro de 2016:

- EMERSON FELIPPI
- GILBERTO ALBA PARISOTTO
- MILLER DOMINGUES LOPES
- SÉRGIO RONCHI
- SILVIA SARITA WERNER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de dezembro de

2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 19.299/2015

PORTARIA Nº 19.299, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.
NOMEIA DIEGO LAURINDO PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - CMT.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de conformidade com o parágrafo único do art. 3º, da Lei Complementar nº 174, de 15 de junho de 1998, e atendendo ao Ofício SECTUR n. 246/2015, de 26/11/2015, resolve:

NOMEAR, a contar de 26 de novembro de 2015 e sem ônus para o Município, com as atribuições constantes da Lei Complementar nº 174, de 15 de junho de 1998, e alterações posteriores, e no Decreto nº 6.343, de 18 de março de 1999, para compor o Conselho Municipal de Turismo, juntamente com os demais:

DIEGO LAURINDO, representante suplente da Associação Comercial e Industrial de Blumenau - ACIB, em substituição a MARIA DENISE RIBEIRO ERN, nomeada pela Portaria nº 17.003, de 24 de maio de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 07 de dezembro de 2015.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE Nº 09-178/15; 09-179/15 E 09-180/15

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO

Processo de Inexigibilidade nº. 09-178/2015 – Serviço de monitoria de concentração – SEMUS. CONTRATADO: Zares Izabel De Souza (CPF: 013.250.204-60). VALOR: R\$2.080,00. CONTRATADO: Roberto Pereira (CPF: 935.666.459-20). VALOR: R\$1.200,00. CONTRATADO: Rodrigo Rogerio Ramos (CPF: 832.713.099-49). VALOR: R\$2.500,00. VALOR TOTAL: R\$5.780,00 (cinco mil setecentos e oitenta reais). Base Legal: Art. 25, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Inexigibilidade nº. 09-179/2015 – Serviços de monitoria para o curso técnico em saúde bucal - ASB/TSB, Convenio 1928/08 - Item 1368 – SEMUS. CONTRATADO: EDISON Luiz Estevão Filho (CPF: 901.866.649-15). VALOR: R\$1140,00. CONTRATADO: Janaina Gonçalves De Jesus (CPF: 010.038.329-70). VALOR: R\$1140,00. CONTRATADO: Silvana Teresa Rogoski Andrade Goes (CPF: 639.374.849-49). VALOR: R\$580,00. CONTRATADO: Tais Frenzel Da Rosa Noguez (CPF: 920.754.010-04). VALOR: R\$1200,00. VALOR TOTAL: R\$4.060,00 (quatro mil e sessenta reais). Base Legal: Art. 25, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

Processo de Inexigibilidade nº. 09-180/2015 – Serviços de monitoria técnica para o curso aperfeiçoamento em saúde mental - SEMUS. CONTRATADO: Maria de Fátima Campos (CPF: 004.453.289-08). VALOR: R\$1.200,00 (mil e duzentos reais). Base Legal: Art. 25, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993 e alterações.

1º TERMO ADITIVO ARP Nº 2201/2015 - SAMAE

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2201/2015

OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS – PRODUTOS QUÍMICOS PARA USO NO TRATAMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

CONTRATADA: AVANEX Indústria e Comércio Ltda., CNPJ: 83.779.462/0001-86

O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo do valor unitário dos itens abaixo, com efeitos a partir de 25/08/2015, os quais passam a ser:

Item 04: Valor unitário R\$ 993,30

Permanecem inalteradas as demais cláusulas constantes na Ata de Registro de Preço 2201/2015, do qual este aditivo passa a fazer parte.

BASE LEGAL: De acordo com o Pregão Presencial 2216/2014 e com o previsto na alínea "d" do art. 65 da Lei n.º 8.666/93.

Blumenau, 30 de Novembro de 2015.

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 2234/2015 - SAMAE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 2234/2015

OBJETO: Registro de preço para execução de gabiões do tipo caixa, execução de serviços de sondagem, topografia e agrimensura, conforme especificações constantes neste edital, pelo período de 01 ano - SAMAE.

Empresa: RAMOS TERRAPLANAGEM LTDA. CNPJ: 83.748.038/0001-74

Item 01: Valor unitário R\$ 298,3200 (duzentos e noventa e oito reais e trinta e dois centavos) e valor total R\$ 178.992,00 (cento e setenta e oito mil, novecentos e noventa e dois reais).

Empresa: VERSAL ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 08.709.956/0001-79

Item 02: Valor unitário R\$ 450,0000 (quatrocentos e cinquenta reais) e valor total R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Item 03: Valor unitário R\$ 59,9000 (cinquenta e nove reais e noventa centavos) e valor total R\$ 43.128,00 (quarenta e três mil, cento e vinte e oito reais).

Item 04: Valor unitário R\$ 1.500,0000 (um mil e quinhentos reais) e valor total R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Item 05: Valor unitário R\$ 361,2500 (trezentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos) e valor total R\$ 108.375,00 (cento e oito mil, trezentos e setenta e cinco reais).

Item 06: Valor unitário R\$ 366,0000 (trezentos e sessenta e seis reais) e valor total R\$ 1.830,00 (um mil, oitocentos e trinta reais).

Item 07: Valor unitário R\$ 41,0800 (quarenta e um reais e oito centavos) e valor total R\$ 12.324,00 (doze mil, trezentos e vinte e quatro reais).

Item 08: Valor unitário R\$ 35,0000 (trinta e cinco reais) e valor total R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Item 09: Valor unitário R\$ 150,0000 (cento e cinquenta reais) e valor total R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Empresa: SOLO TOPOGRAFIA E GEORREFERENCIAMENTO EIRELI ME. CNPJ: 20.522.473/0001-66

Item 10: Valor unitário R\$ 1,0000 (um real) e valor total R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Item 11: Valor unitário R\$ 0,7700 (setenta e sete centavos) e valor total R\$ 3.850,00 (três mil, oitocentos e cinquenta reais).

Item 12: Valor unitário R\$ 0,2600 (vinte e seis centavos) e valor total R\$ 15.000,00 (quinze mil e seiscentos reais).

BASE LEGAL: De acordo com a Concorrência 2205/2015, normas e condições estabelecidas neste Edital, na Lei n.º 8.666/93 e alterações, de 18 de junho de 2002, Leis Complementares nº 123/06,

nº 127/07 e nº 128/08, em especial o art. 511; Súmula 331 do TST e demais legislações aplicáveis que regulamentam a tributação das relações laborais, prestação dos serviços e outros dispositivos legais aplicáveis à matéria.
Blumenau, 30 de Novembro de 2015.

EXTRATO Nº 295/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 295/2015
Dispensa de Licitação nº. 210/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de calendários de mesa personalizados para uso na campanha publicitária institucional da Universidade. Contratada: Gráfica Guaramirim LTDA. – EPP. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 28 (vinte e oito) dias após a entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e) Valor/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: R\$ 3.120,00 (três mil, cento e vinte reais)/01.28.12.364.0076.2028 (Coordenadoria de Comunicação e Marketing)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 4 de dezembro de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 296/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 296/2015
Dispensa de Licitação nº. 209/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, V, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisições de materiais de consumo (padrões de controle) para o laboratório de combustíveis da Universidade. Contratada: .Q.A Comercial Química Americana Ltda e Süd Lab Instrumentos Científicos Ltda.. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e). Valor/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: 10.749,44 (dez mil, setecentos e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos/ 01.19.12.364.0076.2019 / 3.3.90.30.00.00.00.00.

Blumenau, 4 de dezembro de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 297/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 297/2015
Dispensa de Licitação nº. 123/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a prestação de serviços profissionais, como Engenheiro Florestal, Convênio nº 016/2014 firmado entre a Fundação Universidade Regional de Blumenau e a Prefeitura Municipal de Timbó (SC), que tem como objeto o Plano de Manejo do Parque Natural Municipal Freymund Germer – Morro Azul. Contratada: .QJoão Paulo de Maçaneiro e Laio Zimmermann Oliveira. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias consecutivos após a efetiva entrega dos materiais/relatórios, desde que as mesmas sejam aprovadas pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhadas da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e). Valor/Elemento de Despesa: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 03 de dezembro de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO Nº 298/2015 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 298/2015
Dispensa de Licitação nº. 203/2015

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 24, VII, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a aquisição de componentes e equipamentos eletrônicos para o desenvolvimento do projeto de pesquisa P&D-5697-2110/2011, originado a partir do Contrato FURB/CELESC nº. 48996. Contratada: Avnet do Brasil LTDA. Forma de Pagamento: O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias consecutivos após a entrega (com descarga) dos componentes e equipamentos, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósito bancário (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boleto bancário (caso no qual tal documento deverá acompanhar a NF-e). Para fins de quitação, todos os valores expressos em moeda estrangeira no Contrato observarão a variação da moeda Dólar (US\$), de acordo com a cotação PTax disponibilizada pelo Banco Central do Brasil e vigente no dia útil imediatamente anterior à data do efetivo faturamento do documento fiscal. Valor/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: Valor/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa: US\$ 6.663,90 (seis mil, seiscentos e sessenta e três dólares e noventa

centavos de dólar) ou R\$ 25.056,26 (vinte e cinco mil, cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos), de acordo com conversão efetuada com base no dólar PTax do dia 4 de dezembro do corrente ano./01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/3.3.90.30.00.

Blumenau, 8 de dezembro de 2015.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da FURB

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/134

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/134

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE CARIDADE SEM FRONTEIRAS - ACOSEF

OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira, inciso V.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dez mil reais (R\$ 10.000,00) repassados em parcela única,

com aporte financeiro no valor de trinta e um reais e noventa e nove centavos (R\$ 31,99).

DATA: 08 de dezembro de 2015.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE Nº. 2015/141

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO TERMO DE REPASSE 2015/141

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO DOS SURDOS DE BLUMENAU

OBJETO: Alteração da Cláusula Terceira – Das Obrigações do Beneficiário, inciso V.

FUNDAMENTO LEGAL: IN TCE/SC nº. 14/2012, Decreto nº. 10.234/2013 e alterações; Lei nº. 8.134/2015.

VALOR: Dois mil reais (R\$ 2.000,00) repassados em parcela única.

DATA: 08 de dezembro de 2015.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20-03/2014

PARTES: Câmara Municipal de Blumenau e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT).

OBJETO: Inclusão de prestação de serviços de mala direta pela EBCT em regime de monopólio.

VALOR ESTIMADO PARA 12 (DOZE) MESES: R\$80.000,00 (oitenta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade nº 20-03/2014.

DATA: 10/11/2015

VENCIMENTO: 10/11/2016

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL Nº 1000/2015

LEI COMPLEMENTAR Nº 1000/ 15 de 08 de dezembro de 2015.
INSTITUI E AUTORIZA A COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria, a qual será instituída mediante a demonstração de valorização do imóvel do contribuinte em decorrência das obras públicas de pavimentação com asfalto, de passeio público, drenagem pluvial, sinalização e obras complementares, tendo como limite global a despesa realizada com a obra e, como limite individual, o acréscimo proporcionado com a valorização de cada imóvel, decorrente da obra realizada, compreendendo aqueles diretamente localizados nas ruas e avenidas abaixo Descritas:

PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA.

I) Rua Irmão Ambrósio, Trecho I, entre a Avenida Cristo Rei e a Avenida Planalto, com a área de 1.253,20m²; Custo Total de R\$ 42.867,06.

II) Rua Irmão Ambrósio, Trecho II, entre a Avenida Planalto e a Avenida Nossa Senhora de Fátima, com a área de 1.436,20m²; Custo Total de R\$ 47.761,70.

III) Avenida Planalto, entre a Rua Eduardo Sehnem e a Rua Padre Júlio, com a área de 1.533,10m²; Custo Total de R\$ 59.468,55.

IV) Rua Eduardo Sehnem, entre a Avenida Planalto e a Avenida Cristo Rei, com a área de 1.256,40m²; Custo Total de R\$ 42.333,42

V) Rua Padre Júlio, Trecho I, entre a Avenida Planalto e a Avenida Nossa Senhora de Fátima, com a área de 1.528,05m²; Custo Total de R\$ 54.158,43.

VI) Rua Padre Júlio, Trecho II, entre a Avenida Planalto e a Avenida Cristo Rei, com a área de 1.680,80m²; Custo Total de R\$ 57.536,21.

VII) Avenida Cristo Rei, Trecho I, entre a Avenida Padre Júlio e o lote nº34, da quadra 7A de propriedade de Walter Ames, com área total de 925,45m²; Custo total de R\$ 30.269,24.

PASSEIO PÚBLICO COM PAVER

I) Rua Irmão Ambrósio I, lado esquerdo com área de 194,75m², com custo total de R\$ 20.157,19; lado direito com área de 194,75m², custo total de R\$ 20.365,12.

II) Rua Irmão Ambrósio II, lado esquerdo com área de 193,40m², com custo total de R\$ 21.081,04; lado direito com área de 192,10m², custo total de R\$ 20.257,08.

III) Avenida Planalto, lado esquerdo com área de 194,05m², com custo total de R\$ 20.983,75, lado direito com área de 204,90m², custo total de R\$ 20.548,42.

IV) Rua Eduardo Sehnem, lado esquerdo com área de 194,35, custo total de R\$ 19.816,40, lado direito com área de 202,50, custo total de R\$21.205,61.

V) Rua Padre Júlio, Trecho I, lado esquerdo com área de 205,50, custo total de R\$ 22.435,37, lado direito com área de 193,70, custo total de R\$ 21.148,17.

VI) Rua Padre Júlio, Trecho I, lado esquerdo com área de 212,00, custo total de R\$ 23.255,72, lado direito com área de 212,65, custo total de R\$ 23.317,23.

VII) Avenida Cristo Rei, Trecho I, lado esquerdo com área de 107,50m², custo total de R\$ 12.119,94, lado direito com área de 99,55m², custo total de R\$ 10.409,91.

Art. 2º. O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o

proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º. Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

§ 2º. No caso de enfiteuse, responde pela Contribuição de Melhoria o enfiteuta.

§ 3º. Os bens indivisos serão considerados como pertencentes a um só proprietário e aquele que for lançado terá direito de exigir dos condôminos as parcelas que lhe couberem.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração e atendimento dos atos administrativos abaixo descritos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei:

I – Publicação prévia de Edital anterior ao início da execução das obras referidas nesta Lei, através de meio oficial do Município e em jornal de maior circulação local, contendo os seguintes elementos, sem prejuízo de outros:

a) memorial descritivo do projeto;

b) orçamento total ou parcial do custo das obras;

c) determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano rateio entre os imóveis beneficiados;

d) delimitação na zona beneficiada das áreas direta e indiretamente beneficiadas e a relação de todos os imóveis nelas compreendidos;

e) determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas.

§ 1º. O Contribuinte, querendo, poderá mediante protocolo impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital de que trata o inciso I deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil após a publicação oficial pelo Município de Bom Jesus do Oeste, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo, serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após manifestação da Secretaria de Planejamento e Orçamento e do Parecer Jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada.

I - Da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - A comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

a) pessoalmente, por aposição do ciente no processo;

b) pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) se contribuinte pessoa física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se Contribuinte Pessoa Jurídica;

c) por edital publicado em jornal de grande circulação local.

III – Em havendo necessidade de instrução do procedimento, consistente em diligências, emissão de laudos técnicos e oitiva de testemunhas, etc, será determinada a realização do ato necessário e agendada a data para a solenidade, ocasião em que encerrada a instrução, a parte interessada deverá se manifestar oralmente acerca da prova produzida, sendo que no prazo de 5 (cinco) dias, a contar desta data, a Administração proferirá decisão final, do

que obrigatoriamente dará ciência ao interessado, sem prejuízo de outras formas de publicidade.

IV – No caso da instrução do procedimento administrativo de que trata este artigo, o prazo definido no parágrafo segundo poderá ser prorrogado em até 30 (trinta) dias.

Art. 4º. A determinação da Contribuição de Melhoria far-se-á com base na valorização imobiliária decorrente da Melhoria descrita na presente Lei, em função dos fatores individuais.

§ 1º. Na determinação do valor individual da contribuição será observado o limite estabelecido pelo acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado, em estrita observância ao disposto nesta Lei, no artigo 145, inciso III, da Constituição Federal de 1988 c/c artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-Lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei nº. 820/2011 (Código Tributário Municipal).

§ 2º. A apuração far-se-á levando em conta:

I – valor da propriedade localizada na área de influência da obra pública, constante no Cadastro de Rendas Imobiliárias da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste;

II – a situação do terreno na zona de influência.

III – a valorização que a obra proporcionar a cada imóvel.

IV – finalidade de exploração econômica, além de outros elementos a serem considerados, isolados ou conjuntamente.

§ 3º. A Contribuição de Melhoria terá como limite a valorização do imóvel do contribuinte em decorrência das referidas obras de pavimentação, em observância a eventual limitação imposta por Lei.

§ 4º. Estão incluídos nos orçamentos de custo das obras todos os investimentos necessários para que os benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência.

Art. 5º. Executada a obra de melhoramento na sua totalidade, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria apurada e calculada na forma prevista nesta Lei, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis, depois de publicado o respectivo demonstrativo de custos em meio oficial do Município e em jornal de grande circulação local, através de Edital prévio que conterá os seguintes elementos, dentre outros que se fizerem necessários:

I – determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados devidamente identificados;

II – determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda zona ou para cada uma das áreas diferenciadas nela contidas após a execução total ou parcial da obra;

III – valor da Contribuição de Melhoria lançada individualmente por imóvel situado na área beneficiada pela obra pública;

IV – local do pagamento, prazo para o seu pagamento, suas prestações e vencimentos;

V – prazo para a impugnação;

VI – o pagamento se dará por DAM (documento de arrecadação municipal) na tesouraria da prefeitura ou por meio de boleto bancário em banco conveniado com o município de Bom Jesus do Oeste, iniciando sua cobrança no dia 10 do mês subsequente ao término da obra.

Parágrafo único. As impugnações/reclamações e recursos administrativos interpostos contra o lançamento da Contribuição de Melhoria não suspendem o prosseguimento da obra quando a cobrança se referir à Melhoria decorrente de obra executada em parte, na forma prevista no caput deste artigo, nem impedem a administração de praticar os atos necessários ao lançamento e cobrança do tributo.

Art. 6º. Os lançamentos da Contribuição de Melhoria e suas alterações serão disponibilizados aos sujeitos passivos mediante notificação pessoal ou via postal com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e Simples Aviso de

Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, indicando o prazo de 30 (trinta) dias para efeitos de recolhimento do valor devido ou, para os fins de reclamação na forma desta Lei.

Art. 7º. Na impossibilidade da prática dos atos para a notificação do sujeito passivo na forma prevista no artigo anterior, a notificação será feita por Edital publicado em um dos jornais locais de grande circulação.

Art. 8º. Vencido o prazo fixado na notificação, sem que o sujeito passivo tenha cumprido a exigência fiscal ou contra ele tenha interposto impugnação/reclamação, ou, ainda, sem que tenha recorrido da decisão de primeira instância, será o valor do crédito tributário inscrito em dívida ativa, para os devidos fins.

Art. 9º. A notificação, de modelo a ser fixado pelo órgão fazendário, será emitida em três vias, e conterá, além de outros, os seguintes elementos:

I – nome do notificado e seu número de inscrição no cadastro fiscal do Município;

II – local e data da expedição;

III – identificação da contribuição de Melhoria, do seu montante, prazo para pagamento, suas prestações e vencimentos, local para pagamento e demais elementos considerados na sua apuração e indicação do dispositivo legal e que se funda o lançamento;

IV – incidência e montante da multa, juros e correção monetária aplicáveis e indicação do embasamento legal neste sentido;

V – prazo para impugnação/reclamação ou cumprimento da exigência fiscal e local em que deve ser procedido o recolhimento;

VI – assinatura do notificado e do notificante.

Parágrafo único. A recusa da assinatura da notificação pelo notificado a ele não aproveita nem prejudica.

Art. 10º. As três vias da notificação terão o seguinte destino:

I – a primeira, para o notificado;

II – a segunda, para a repartição em que deve ser procedido o recolhimento;

III – a terceira, para o relatório do notificante.

Art. 11º. Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via postal (Correio) com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR), no caso de Contribuinte Pessoa Jurídica.

Art. 12º. São competentes para notificar o lançamento e suas alterações por ato próprio do Chefe do Poder Executivo

I – os Agentes Fiscais;

II – a Autoridade Administrativa legalmente responsável pelo lançamento de tributos.

Art. 13º. A Contribuição de Melhoria a que se refere esta Lei poderá ser paga de uma só vez ou parceladamente, de acordo com os seguintes critérios:

I – O pagamento de uma só vez gozará de desconto de 20% (vinte por cento), se efetuando nos primeiros 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação do lançamento.

II – Por opção do contribuinte, o pagamento da Contribuição de Melhoria, poderá ser fixado até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais, não havendo a incidência de quaisquer espécie de redução do montante lançado, aí incluídos os índices oficiais de correção monetária e aplicação de juros legais, sendo o caso;

§ 1º. Independentemente do número de prestações, no parcelamento será observado:

I – O valor mínimo de cada parcela não será inferior a 30 UFRM (trinta unidades fiscais de referência do Município), para pessoas físicas e 50 UFRM (cinquenta unidades fiscais de referência do Município) para pessoas jurídicas.

II – O pagamento da primeira parcela deverá ser efetuado até 30 (trinta) dias da data do deferimento do pedido de parcelamento, sob pena de cancelamento do parcelamento.

§ 2º. O parcelamento do crédito tributário importa no seu reconhecimento, pelo sujeito passivo.

Art. 14º. As parcelas pagas com atraso serão atualizadas na data do pagamento, incidindo sobre elas juros e multa na forma desta Lei, observadas as disposições do Código Tributário Municipal (Lei nº. 820/2011).

§ 1º. A interrupção do parcelamento por mais de três meses consecutivos implica no seu cancelamento e na exigibilidade da totalidade do crédito não pago.

§ 2º. Na hipótese de reparcèlement autorizado em Lei, o crédito tributário correspondente a contribuição de Melhoria parcelada e não paga, poderá, mediante requerimento do contribuinte e de acordo com as regras legais, ser adicionado ao novo crédito.

Art. 15º. Ficam excluídos da incidência da contribuição de Melhoria prevista nesta Lei, os imóveis de propriedade do Poder Público Federal, Estadual ou Municipal e Templos Religiosos.

Parágrafo único. Serão transferidas à responsabilidade do Município, as parcelas devidas por contribuintes isentos de pagamento da Contribuição de Melhoria, após o rateio, desde que atendam os requisitos previstos no Código Tributário Municipal (Lei nº. 820/2011, sem prejuízo de outras normas aplicáveis ao tema), o que será analisado pela Autoridade Administrativa de ofício quando se tratar de imóveis pertencentes ao Poder Público conforme definido no caput deste artigo e, mediante requerimento administrativo, para os demais casos.

Art. 16º. Nos recolhimentos extemporâneos decorrentes de requerimentos relativos a isenções, reclamações ou recursos interpostos contra o lançamento de tributos, havendo comprovada e injustificada má-fé do contribuinte em relação aos atos praticados, será exigido o valor atualizado do tributo, com o correspondente acréscimo de multa e juros de mora.

Art. 17º. A Multa moratória é a penalidade imposta ao infrator pelo não cumprimento da obrigação tributária principal.

§ 1º. A multa moratória será computada pela Fazenda Municipal sobre os créditos tributários apurados e lançados a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, considerando para a sua apuração o período compreendido entre o termo final do prazo para cumprimento da obrigação e a data do efetivo pagamento.

§ 2º. A multa moratória é devida de acordo com os seguintes percentuais:

I – 2,0% (dois por cento), para pagamento com atraso de até 30 (trinta) dias;

II – 4,0% (quatro por cento), para pagamento com atraso entre 31 até 60 dias;

III – 6,0% (seis por cento), para pagamento com atraso superior a 60 dias.

§ 3º. A multa moratória aplicada sobre o crédito fiscal atualizado será calculada:

I – no ato do recebimento do tributo;

II – no momento da inscrição do crédito fiscal na dívida ativa;

III – sobre o valor de prestação vencida relativa a parcelamento de créditos fiscais, cujo pagamento não tenha ocorrido na data do vencimento.

Art. 18º. Os débitos fiscais de que trata esta Lei, não liquidados no seu vencimento, serão atualizados monetariamente, tendo por base o percentual correspondente à variação mensal do IGPM/FGV, acumulada no período entre a data do vencimento da obrigação e a da apuração do valor devido para o seu lançamento, pagamento ou parcelamento.

Art. 19º. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título da Contribuição de Melhoria de que dispõe esta Lei, sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo único. Os juros de mora serão aplicados sobre o valor do tributo atualizado e exigidos a partir do primeiro dia, do mês seguinte ao do vencimento do débito.

Art. 20º. É facultado ao sujeito passivo de obrigação tributária principal reclamar de lançamento de crédito tributário regularmente notificado, devendo no documento da impugnação/reclamação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante a Autoridade Administrativa de primeira instância, em face de erro na localização e dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

§ 1º. O prazo para interpor a reclamação à Autoridade competente, mediante protocolo no Município de Bom Jesus do Oeste é de até 30 (trinta) dias a contar do 1º. dia útil seguinte à data da notificação do lançamento, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

§ 2º. Serão consideradas peremptas as reclamações interpostas fora do prazo concedido para satisfação da obrigação a que se referir o lançamento ou a notificação.

Art. 21º. Os litígios fiscais suscitados pela aplicação da legislação tributária no que se refere ao lançamento serão decididos, administrativamente, em duas instâncias, a primeira singular e a segunda colegiada.

§ 1º Em primeira instância, decide o titular do órgão fazendário, e em segunda, o Conselho Municipal dos Contribuintes.

§ 2º Ao contribuinte ou interessado, será ofertada plena garantia de defesa ou prova.

Art. 22º. Nas decisões administrativas não se poderá questionar sobre a existência, a capitulação legal, a autoria, as circunstâncias materiais, a natureza e a extensão dos efeitos de fato já apreciado sob esses aspectos por decisão judicial ou administrativa definitiva, sem prejuízo, porém, da apreciação dos fatos conexos ou conseqüentes.

Art. 23º. O Secretario Municipal de Fazenda proferirá decisão de primeira instância, devidamente fundamentada e, quando cabível, aplicará as penalidades fixadas pela legislação tributária.

§ 1º. A decisão deverá ser proferida em prazo não superior a 90 (noventa dias), contados da data do recebimento do processo concluso.

§ 2º. Interrompe-se o prazo citado no parágrafo anterior sempre que houver diligência dos autos.

Art. 24º. A comunicação ao interessado da decisão proferida em primeira instância será feita:

I – pessoalmente, por aposição do “ciente” no processo;

II – pelo correio, com aviso de recebimento mão própria (AR-MP) em caso de Contribuinte Pessoa Física e simples Aviso de Recebimento (AR) em caso de Contribuinte Pessoa Jurídica, ou,

III – por edital publicado em jornal de circulação local ou regional.

Parágrafo único. A comunicação indicará, obrigatoriamente, o prazo para interposição de recurso voluntário na instância superior.

Art. 25º. O titular do órgão fazendário fica impedido de julgar quando:

I – tiver participado diretamente da ação administrativa que originou o litígio;

II – for sócio, cotista ou acionista do notificado ou autuado;

III – estiverem envolvidos no processo interesses de parentes até terceiro grau.

Parágrafo único. O titular do órgão fazendário será substituído, nos seus impedimentos, por autoridade de nível hierárquico imediatamente inferior ou por servidor qualificado, pertencente ao quadro funcional da respectiva Secretaria.

Art. 26º. É facultado à parte interpor recurso voluntário quando a autoridade julgadora deixar de proferir decisão no prazo legal, dando-se como julgada improcedente a reclamação ou defesa, exceto no caso de suspensão do julgamento para diligência dos autos.

Art. 27º. São consideradas definitivas e irrecorríveis as decisões proferidas em primeira instância após o trânsito em julgado.

Art. 28º As decisões de segunda instância, definitivas e irrecorríveis, serão proferidas pelo Prefeito Municipal, observados os prazos

e demais normas previstas no Código Tributário Municipal (Lei Complementar nº 820/2011) e demais legislação no que couber.

§ 1º. Mantido o lançamento, considera-se em decurso o prazo nele fixado para pagamento da Contribuição de Melhoria, desde a data da ciência do contribuinte;

§ 2º. A anulação do lançamento dos termos desta Lei não ilide a efetivação de novo, em substituição ao anterior, com as correções impostas pela impugnação/reclamação.

Art. 29º. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-Lei nº. 195/1967, Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e Lei nº. 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Código Tributário Municipal (Lei nº. 820/2011).

Art. 30º. Para os fins da aplicação desta Lei, poderá a Autoridade Fiscal solicitar o apoio de servidores públicos que compõem o quadro da Municipalidade, em especial quanto à emissão de laudos técnicos e demais orientações que se fizerem necessárias, bem como solicitar auxílio à Comissão de Avaliação, nomeada através de Portaria Municipal, em estrita observância às normas legais indicadas nesta Lei.

Art. 31º. Os prazos fixados nesta Lei, em consonância ao previsto no Código Tributário Municipal (Lei nº. 820/2011) serão contínuos, excluindo-se, na sua contagem, o dia do início, e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º. Os prazos só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição que corra o processo ou deva ser praticado o ato.

§ 2º. Para os fins das disposições desta Lei é considerado exercício o período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro do ano civil.

Art. 32º. As despesas constantes da presente Lei correrão por conta da dotação orçamentária específica do Município de Bom Jesus do Oeste.

Art. 34º. Esta Lei entrará em vigência na data de sua assinatura, condicionada sua eficácia à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013, com efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2016.

Bom Jesus do Oeste (SC), 08 de dezembro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 999/2015

LEI MUNICIPAL Nº 999/15, 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROMOVER A ALIENAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO DE VEÍCULOS E BENS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito do Município de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER a todos que a Câmara de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, autorizado a alienar, mediante leilão público, nos termos da legislação atinente, os veículos e bens inservíveis ao serviço público, abaixo relacionados.

ITEM 01 – Um AUTOMOVEL FIAT PALIO WEEKEND, de cor prata, ano de fabricação 2012, modelo 2012, chassi nº 9BD373165C5006532, renavam nº 453914330, Placas MKB 0181, registrado no patrimônio público municipal sob nº 3309, no estado de conservação em que se encontra, avaliado em R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

ITEM 02 – Um ONIBUS AGRAL MAXI BUS MC085, de cor branca,

ano de fabricação e modelo 2000, chassi nº 9BYC22K1SYC000361, renavam nº 745371744, Placas MBR 6398, registrado no patrimônio público municipal sob nº 0912, no estado de conservação em que se encontra, avaliado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

ITEM 03 – Um AUTOMOVEL FIAT SIENA FIRE FLEX, de cor azul, ano de fabricação 2006, modelo 2007, chassi nº 9BD17203gG3234498, renavam nº 885672240, Placas AVL 0607, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2540, no estado de conservação em que se encontra, avaliado em R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

ITEM 04 – Uma CARRETA AGRÍCOLA BASCULANTE METALMAZ SERIE 084 2014 MODELO MTX 6000, capacidade 6 toneladas, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2600, no estado de conservação em que se encontra, avaliado em R\$ 3.000,00 (três mil reais).

ITEM 05 - Um DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO DO-7500 SERIE 0539, registrado no patrimônio público municipal sob nº 2430, no estado de conservação em que se encontra, avaliado em R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

ITEM 06 – Um AUTOMOVEL FIAT PALIO FIRE FLEX, ano de fabricação 2008, modelo 2008, chassi nº 9BD17164G95276675, renavam nº 00973949945, Placas GOL 8804, no estado de conservação em que se encontra, avaliado no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

ITEM 07 – Um AUTOMOVEL GM VECTRA GLS, ano de fabricação e modelo 1997, chassi nº 9BGJK19BWVB517719, renavam nº 00686144660, Placas CGR 7093, no estado de conservação em que se encontra, avaliado no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

ITEM 08 – Um AUTOMOVEL GM/CLASSIC LIFE, ano de fabricação 2004, chassi nº 9BGSA19E05B146170, renavam nº 00839157029, Placas AME 3163, no estado de conservação em que se encontra, avaliado no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

ITEM 09 – Um AUTOMOVEL GM VECTRA GLS, ano de fabricação 1997, chassi nº 9BGJK19BWVB534566, renavam nº 00689659105, Placas KPL 3094, no estado de conservação em que se encontra, avaliado no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

ITEM 10 – Um AUTOMOVEL VW/GOLF 2.0, ano de fabricação 2007, chassi nº 9BWAC41JX84012614, renavam nº 00937631892, Placas AGJ 9909, no estado de conservação em que se encontra, avaliado no valor de R\$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais).

ITEM 11 - Um AUTOMOVEL RENAULT/SANDERO EXP 1.6, ano de fabricação 2009, chassi nº 93YBSR7AHAJ342686, renavam nº 00168013576, Placas MCG 5996, no estado de conservação em que se encontra, avaliado no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais).

ITEM 12 - Um ONIBUS SCANIA/BR116, ano de fabricação 1981, chassi nº 3451584, renavam nº 00374024375, Placas BUS 4193, no estado de conservação em que se encontra, avaliado no valor de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

ITEM 13 - Uma COLHEDORA DE FORRAGENS DE PRECISAO JF-C120, com registro patrimonial nº 2428 e no estado de conservação em que se encontra, avaliado no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 2º. – A alienação dos bens será efetivada pelo maior lance, superior ou igual a avaliação.

Parágrafo único – Por conveniência e interesse público, poderá ser suspensa a venda de alguns dos itens.

Art. 3º. – A venda dos bens será exclusivamente à vista, mediante depósito dos valores em conta corrente bancária do Município.

Parágrafo único – Será considerado efetivado o pagamento com a liquidação dos valores na conta corrente.

Art. 4º. – A alienação prevista nesta lei está em conformidade com as normas da lei de Responsabilidade Fiscal e, os valores obtidos com a venda serão depositados em conta específica e serão utilizados para a aquisição de outros veículos e bens.

Art. 5º. – Esta Lei entrará em vigência na data de sua assinatura, ficando condicionada sua eficácia com a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº. 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 6º. – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,
aos 08 dias do mês de dezembro do ano de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 166/2015 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº 166/2015, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE férias por merecimento a Servidora Municipal Sra. SILVIA SALETE METTLER SCHWERTZ, matrícula nº 38-8, portadora do CIC sob. nº. 014.557.339-70, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e promoção Social, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, período aquisitivo de 01 de fevereiro de 2014 a 31 de janeiro de 2015, período de concessão de 28 de dezembro de 2015 a 26 de janeiro de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 08 de Dezembro de 2015.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2666/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2666/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/2015

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 10:30 horas do dia 21 de Dezembro de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de distribuição de dejetos líquidos com caminhão tanque para o exercício de 2016.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02,

e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 09 de Dezembro de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2667/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2667/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/2015

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 08:30 horas do dia 21 de Dezembro de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de material de higiene e limpeza para o uso diário em diversos setores da municipalidade no exercício de 2016.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 09 de Dezembro de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2668/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2668/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 060/2015

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Airton Antonio Reinehr, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 07:30 horas do dia 21 de Dezembro de 2015, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial, tendo como objeto a aquisição de tubos de concreto para recuperação, ampliação de bueiros e pontilhões no perímetro rural e urbano do município no exercício de 2016.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações da Prefeitura Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: compras@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 09 de Dezembro de 2015.

Airton Antonio Reinehr

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EDITAL NOTIFICAÇÃO 00003/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - BOM RETIRO - SC
--

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 00003, de 08 de Dezembro de 2015.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeitos passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita à intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Notificação de Lançamento (ITR)
REFLORESTADORA VOO LIVRE LTDA-ME	05.438.772/0001-23	8049/00008/2015

Titular da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: Dario Cesar de Lins Matrícula. 00011401

Cargo/Portaria de Nomeação nº: Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Assinatura:

Data de afixação: 08/12/2015

Data de Desafixação: 23/12/2015

EDITAL NOTIFICAÇÃO 00004/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - BOM RETIRO - SC
--

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 00004, de 08 de Dezembro de 2015.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005,

INTIMA o[s] sujeitos passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita à intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Notificação de Lançamento (ITR)
MODO BATTISTELLA REFLORESTAMENTO S.A MOBASA	44.021.145/0001-44	8049/00011/2015

Titular da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: Dario Cesar de Lins Matrícula. 00011401

Cargo/Portaria de Nomeação nº: Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Assinatura:

Data de afixação: 08/12/2015

Data de Desafixação: 23/12/2015

MINUTA CANCELAMENTO PP 18/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BOM RETIRO/SC

AVISO DE CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 (FMS)

O Município de Bom Retiro através do Fundo Municipal de Saúde torna público O CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2015 para Locação de imóvel com área entre 90 e 120m², com construção em alvenaria, contendo 5 (cinco) cômodos incluindo banheiro, com localização no Centro do Município de Bom Retiro/SC, em condições de funcionalidade, instalações elétricas e hidráulicas regulares compatíveis e condições de segurança, para a instalação da sede do SAMU de Bom Retiro, nos termos do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 com suas alterações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente para que surta seu efeito legal.

Bom Retiro, 08 de dezembro de 2015.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 1.851/2015**

DECRETO Nº 1.851/2015

"AUTORIZA A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2015"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.6º, inciso VII, da Lei nº 1.290/2014, de 17 de dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar até no valor total de R\$ 1.774,08 (Um mil setecentos e setenta e quatro reais e oito centavos) conforme abaixo especificado:

06.00	-Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-0125-2.35	Man. e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
3.3.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.64(666)	-Transferencias de Convênio Estado R\$ 156,40
11.00	-Fundo Municipal de Saude
11.01	-Fundo Municipal de Saude
10-122-090-2.72	-Manutenção e do Consórcio Intermunicipal de Saúde CISA/AMMVI
4.4.71.0.00.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(634)	-Recursos Impostos e Transferências de impostos - Saúde R\$ 1.617,68

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

06.00	-Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
06.01	Divisão de Obras e Serviços Urbanos
26-782-0125-2.35	Man. e Restauração de Rodovias Municipais e Logradouros Públicos
4.4.9.0.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.3.64(635)	-Transferencias de Convênio Estado R\$ 156,40
11.00	-Fundo Municipal de Saude
11.01	-Fundo Municipal de Saude
10-122-090-2.72	-Manutenção e do Consórcio Intermunicipal de Saúde CISA/AMMVI
3.3.71.0.00.00.00.00	-Aplicações Diretas
0.1.02(586)	-Recursos Impostos e Transferências de impostos - Saúde R\$ 1.617,68

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeito retroativo desde 08/12/2015.

Botuverá, 08 de dezembro de 2015.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO 0157/2015

DECRETO Nº 0157/2015

Nomeia Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, amparado na Lei Municipal nº 0543/2007 de 21.03.2007, 0606/2009 de 19.11.2009, etc...

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, de acordo com a Lei Municipal nº 0543/2007 de 21.03.2007 e 0606/2009 de 19.11.2009, terá a seguinte composição:

I – 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, sendo pelo menos 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação.

Titular: Iracema Stüpp

Suplente: Jean Carlos Correa da Costa Scharf

Titular: Mara Eliza Schaade

Suplente: Alair Franz Hein

II - Um representante dos Professores das Escolas Públicas Municipais;

Titular: Nairana Schneider

Suplente: Simoni Schaefer

III - Um representante dos Diretores das Escolas Públicas Municipais;

Titular: Dulce Iara Larsen Kurth

Suplente: Zenaide Kniss Felga

IV - Um representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas Municipais;

Titular: Isolene Grahl

Suplente: Deiziane de Souza Probst

V – Dois representantes dos Pais de Alunos das Escolas Públicas Municipais;

Titulares: Joice Muniz da Costa Marangoni

Roseli Baade

Suplentes: Bruna Chaiene Alves

Adriano José Guimarães da Silva

VI – 02 (dois) representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública, sendo 1 (um) indicado pela entidade de estudantes secundaristas.

Titulares: Tainara Payerl

Rita Gabrieli Pires Floriani de Souza

Suplentes: Mateus Gomes Prado

Daniel Henrique Machado

VII – Um representante do Conselho Municipal de Educação;

Titular: Adriana Hellmann

Suplente: Mariza Salete Meurer

VIII – Um representante do Conselho Tutelar.

Titular: Tânia Regina Larsen Vicente

Suplente: Marilda Mateussi Pacher

Art. 2º Fica revogado o Decreto nº 073/2013.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade á publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 07 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 27/2014

EXTRATO 1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 27/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: CAROLINA TOMIO

CPF: 040.218.899-30

Sito a rua Antônio Carlos Thiesen, s/n

Independência

Pouso Redondo - SC

Objeto: Prestação de serviço de atendimento em fonoaudiologia aos pacientes do SUS deste Município.

Vigência: 31.12.2016

Data da assinatura: 09.12.2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 61/2015

EXTRATO DE CONTRATO 61/2015

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratado: Paulo Rodel

CPF: 800.037.109-04

sito a Rua Getulio Vargas, 738

Centro

Cidade de Trombudo Central -SC

Objeto: Contratação de serviço com Grupo Musical Tchê Bailão.

Valor: R\$ 1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais)

Vigência até 19/12/2015 a 20/12/2015.

Data da assinatura: 0812.2015

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 0172/2015

PORTARIA Nº 0172/2015

Charles Rafael Schwambach, Prefeito municipal do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei Complementar 009/99 de 17.11.99, art. 62, inciso I, parágrafo 2º.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde, a servidora Tania Regina Bolling, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – Mer./Serv., do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, no período de 29.10.2015 à 30.11.2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 29.10.2015.

Braço do Trombudo, em 07 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

PORTARIA 0173/2015

PORTARIA Nº 173/2015

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de acordo com o Artigo 1º da Lei Complementar 040/2005 de 29.06.2005 etc...

RESOLVE:

Art. 1st. Concede Gratificação por Tempo de Serviço, a título de triênio, correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o seu vencimento de acordo com o Artigo 1º da Lei Complementar 040/2005 de 29.06.2005, aos servidores a seguir relacionados:

Nº	Nome	Data da Admissão por Concurso		Nome do Cargo	
01	Adelir Silveira	18.01.94		Assistente Social	
02	Adelor Vermoehlen	10.03.97		Operador de ETA	
03	Adilson Medeiros Valente	25.05.95		Motorista	
04	Alair Franz Hein	01.03.95		Escriturário	
05	Albertina Vanderlinde Pisetta	01.05.94		Auxiliar de Serviços Gerais Merend/Servente	
06	André Roberto Roloff	20.05.96		Engenheiro Agrônomo	
07	Arlei Everaldo Larsen	12.02.97		Inseminador	
08	Calani Helena Franz Müller	02.01.96		Engenheiro Químico	
09	Edo Otto Hafemann	26.01.94		Médico	
10	Egídio Hubner	01.03.94		Operador de ETA	
11	Elisabeth Hoeltgebaum	13.01.94		Auxiliar de Contabilidade	
12	Erica Payerl Hoffmann	14.01.94		Agente Administrativo	
13	João Meurer	08.03.95		Operador de Trator Agrícola	
14	Nelson Evidio da Silva	13.05.96		Operador de Trator Agrícola	
15	Nilton Lucht	10.01.94		Pedreiro-Carpinteiro	
16	Odair Gastão	24.04.89		Motorista	
17	Odemir Gastão	22.04.97		Motorista	
18	Rubens Zick	01.04.95		Operador de Máquina	
19	Soni Nair K. Truppel	07.02.94		Auxiliar de Serviços Gerais Merend/Servente	
20	Valdemar Schafer	01.03.95		Operador de Trator Agrícola	
21	Carlos Alberto Mathias	01.08.95	Aux. Serv. Gerais Trab. Braçal	01.07.2009	Oficial Administrativo
22	Marcia Vermoehlen Felipe	01.03.94	Escriturário	13.12.2007	Enfermeiro

23	Maria Joaquina Gustmann	13.01.94	Auxiliar de Serviços Gerais Merend/ Servente	02.10.2006	Auxiliar de Enferma- gem
24	Mônica Dalila Sell Dalmarco	05.07.95	Auxiliar de Biblioteca	01.10.2001	Pedagoga
25	Ralf Kruger	15.03.95	Pedreiro/Carpinteiro	02.07.2007	Operador de ETA

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos à 01.12.2015.

Braço do Trombudo, em 07 de dezembro de 2015.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 1/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2015 PMBT

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016		Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pneu radial 1000x20.borrachudo, 16 lonas profundidade mínima do sulco de 20.0mm câmara e protetor (15386)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	FIRESTONE/C	0	1.210,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	1.210,5000	2
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	DUNLOP SP4	0	1.215,0000	3
2	Pneu radial 1000x20 misto liso, 16 lonas, profundidade mínima de sulco de 18mm, com câmara e protetor (15387)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PRESA PR101	0	1.250,0000	1
3	Pneu borrachudo 900x20, 14 lonas, profundidade mínima do sulco de 19,5mm convencional, com câmara e protetor (15388)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	JK/JET TRAC	0	760,0000	1
5	Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional com câmara e protetor (15390)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider G	0	1.610,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	GOODRIDE G	0	1.615,0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	CONDORZCF	0	1.630,0000	3
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	PEGASUS/G2	0	1.700,0000	4
6	Pneu 1300x24 com 14 lonas convencional com câmara e protetor (15391)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	CHAOYANG C	0	1.460,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider G	0	1.468,0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FUNSAZCRU	0	1.470,0000	3
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	PEGASUS/G2	0	1.500,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 2/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional, com câmara (15392)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	JK/TORTUGA	0	550,0000	1
8	Pneu 19,5 X 24 16 lonas convencional com protetor e câmara (15393)	UND	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	LANDE 12PR I	0	1,920,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider R	0	1,990,0000	2
9	Pneu 12,5/80 - R18 convencional com câmara (11286)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider R	0	840,0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ARMOUR/R4	0	843,0000	2
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	LANDE 12PR I	0	900,0000	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FORERUNNEI	0	900,0000	4
10	Pneu 17,5x25 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor (6972)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	PEGASUSFO	0	2,080,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider G	0	2,090,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ROADGUIDEF	0	2,200,0000	3
11	Pneu 14,9 X 28 com 10 lonas convencional com, câmara e protetor, (11288)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ROADGUIDEF	0	1,500,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider R	0	1,600,0000	2
12	Pneu 18,4 X30 com 12 lonas convencional com, camara e protetor (15767)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ROADGUIDEF	0	1,900,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 3/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
13	Pneu 12,4 X24 com 10 lonas convencional com, câmara e protetor (15768)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Marcher R1	0	2.300,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	ROADGUIDEF	0	950,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FOREVERMA	0	1.100,0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Superguider R	0	1.150,0000	3
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	AX SS200,	0	390,0000	1
14	Pneu 750 X 16 com câmara. (11289)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	JKMAGGION	0	392,0000	2
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Linglong LL9	0	396,0000	3
			CANTU COMÉRCIO DE PNEUMÁTICOS LTDA (9367)	FM SUPER CE	0	399,0000	4
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	PIRELLI Q50M	0	416,0000	5
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Sailun Atrezzo	0	215,0000	1
15	Pneu 175/70 R 14 88 T. (11290)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	APOLLO AMA	0	216,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	217,0000	3
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	F580 88T FIRE	0	227,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 4/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016

Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Pneu 185 R14 C-102 profundidade do sulco mínima de 9,5mm. (11291)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN22;	0	218.0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Linglong LMC€	0	218.9000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	TRIANGLE/TR	0	219.0000	3
17	Camera 1000 x 20. (11293)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW V3	0	64.0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	64.5000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	91.2900	3
18	PROTETOR 1000 X 20 (2674)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	21.4000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	21.5000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	TOPTec	0	25.4700	3
19	Câmara 900 x 20. (11295)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW V3	0	58.9000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	59.0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	79.5100	3
20	Protetor 900 x 20. (11296)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	21.4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 5/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
21	Câmara 1300 x 24. (11297)	UND	COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	22,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	TOPTec	0	25,4700	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	118,0000	1
22	Protetor 1300 x 24. (11298)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (6789)	BBW KM24	0	118,9000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	152,9800	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	35,0000	1
23	Câmara 1400 x 24. (11299)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (6789)	CARRETEIRO	0	45,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RALFLEX	0	55,0000	3
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (6789)	BBW KM24	0	117,5000	1
24	Protetor 1400 x 24. (11301)	UND	COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	118,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	152,9800	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZCRUBBER	0	35,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (6789)	CARRETEIRO	0	45,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 6/12

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016		Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
MODELO PNEUS LTDA. (8069)							
25	Câmara 19,5 X 24. (11302)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACCESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	150.0000	1
			COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FLEXEM	0	175.0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	210.8700	3
MODELO PNEUS LTDA. (8069)							
26	Câmara 12,5/80 - R18. (11303)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACCESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	65.0000	1
			COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FLEXEM	0	70.0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	76.1500	3
MODELO PNEUS LTDA. (8069)							
27	Câmara 17,5x25. (11304)	UND	COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FOREVER	0	152.0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACCESS. LTDA (8789)	BBW TR220	0	153.0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	208.5300	3
MODELO PNEUS LTDA. (8069)							
28	PROTETOR 17,5X25 (3103)	UND	COPAL COMERCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	FOREVER	0	75.0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACCESS. LTDA (8789)	CARRETEIRO	0	80.0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	IRBO	0	135.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 7/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016

Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	Pneu 275/60 R 22.5 liso (15580)	UND	CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	D621 DRC 16f	0	1.020.0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	GOODRIDE CI	0	1.050.0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	TRIANGLE/TR	0	1.050.0000	3
31	Pneu 275/60 R 22.5 bornachudo (15581)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	TRIANGLE TR	0	1.095.0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	TRIANGLE/TR	0	1.100.0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	FD663 16L FIF	0	1.240.0000	3
32	CÂMARA 14.9 x 28 (15583)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	140.0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	171.8300	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGNUM	0	175.0000	3
33	Câmara 12.4x24 (11263)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGGION	0	96.0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	96.5000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	108.6300	3
34	Câmara 18.4x30 (6670)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	BBW TR218	0	170.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 8/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 **Data do Registro: 09/03/2015** **Válido até: 09/03/2016**
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
35	Pneu 175/70 R 13. (11248)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	MAGGION	0	185,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	TR218 OBOM	0	287,0000	3
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ROSAVA BOC	0	137,9000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	SAILUN ATRE	0	138,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	SEB.500 82S	0	139,0000	3
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	82T EVERTRE	0	143,0000	4
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	159,2400	5
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PREMIORI SO	0	198,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	LINGLONG R	0	198,5000	2
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	KH17 KUMHO	0	280,0000	3
36	Pneu 195/65 R15 liso (15584)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	279,8500	4
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	LINGLONG R	0	329,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FALKEN R51	0	360,0000	2
37	Pneu 225/70 R 15C liso (15585)	UND					

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 9/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
38	Pneu 215/75 R 15.5 liso (15586)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	BRIDGESTON	0	405,6400	3
				ASR38 AEOLL	0	485,0000	1
				LINGLONG LL	0	490,0000	2
				TRIANGLE/TR	0	500,0000	3
				FIRESTONE	0	689,9100	4
39	Pneu 185/70 R 14 (11247)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	SAILUN/ATRE	0	175,0000	1
				ROSAVA BOK	0	185,0000	2
				FIRESTONE	0	217,6800	3
				UNIGLORY EV	0	190,0000	1
				AH01 AEOLUS	0	192,0000	2
40	Pneu 195/60R 15 (11275)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	TRIANGLE TR	0	197,5000	3
				SAILUN/ATRE	0	210,0000	4
				FIRESTONE	0	253,2800	5
				UNIGLORY EV	0	190,0000	1
				AH01 AEOLUS	0	192,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 10/12

Número do Registro de Preços: 10/2015 Data do Registro: 09/03/2015 Válido até: 09/03/2016
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
41	Pneu 205/60 R16 (15587)	UND	GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	SAILUN/ATRE	0	230,0000	1
42	Pneu 185 R14 102/1005 (15588)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN22	0	218,0000	1
			RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	Linglong LMC	0	220,0000	2
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	TRIANGLE/TR	0	220,0000	3
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	264,1400	4
43	Pneu 90/90/X18. (15683)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	ROTTYRE RT1	0	98,0000	1
44	Pneu 275 X 18. (15684)	UND	RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA (8789)	ROTTYRE RT1	0	85,0000	1
45	Pneu 185/60 R 14. (15685)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	NANKANG RX	0	170,0000	1
			GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA (9368)	SAILUN/ATRE	0	175,0000	2
			CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA (9367)	AH01 AEOLUS	0	193,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Página: 11/12

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE	0	216,3500	4

Página: 12/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 10/2015

Número do Registro de Preços: 10/2015		Data do Registro: 09/03/2015		Válido até: 09/03/2016			
Objeto da Compra: Aquisição de Pneus Novos para diversas Secretarias do Município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2015

PROCESSO Nº 5/2015

- (7955) - JK PNEUS LTDA
- (8069) - MODELO PNEUS LTDA.
- (8439) - COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
- (8446) - TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA
- (8789) - RODA BRASIL DISTR. DE AUTO PEÇAS E ACESS. LTDA
- (9367) - CANTU COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA
- (9368) - GF PNEUS COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA

Braço do Trombudo, 9 de Março de 2015.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2935/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº2935/2015

Concede benefício de Aposentadoria Voluntária a Egidio Paoli

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, d, 37 e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no art. 40, §1º, III, b, da CF/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº. 41, de 19/12/2003.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 387/2015, benefício de Aposentadoria Voluntária a EGIDIO PAOLI, CPF 066.427.139-15.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/11/2015, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 08 de dezembro de 2015.

CRISTIANO BITTENCOURT

Secretário de Orçamento e Gestão

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 120/2014 SAMAE

1. EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 120/2014

ESPÉCIE: serviço de mão de obra de pedreiro e servente. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 044/2014. VALOR GLOBAL: R\$ 47.040,00. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2015/80.002.17.512.301.1192.4490519900.600 00; PRAZO EXECUÇÃO: até 03/12/2016. DATA DA ASSINATURA: 18/11/2015; CONTRATADA: GERMANN CONSTRUTORA LTDA EPP. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 03 de dezembro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

DECRETO Nº 7.710, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO nº 7.710, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

Reajusta valor da Unidade Taximétrica – UT – do Município de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso I do art. 111, inciso XX do art. 12 e inciso XXIV, alínea "a" do art. 12, todos da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Complementar Municipal n. 57/97,

Considerando a deliberação da Comissão Municipal de Táxi sobre o deferimento de reajuste da tarifa, conforme consta da ata de reunião do dia 02 de dezembro de 2015,

Considerando os valores das tarifas do serviço de transporte individual de passageiros (táxi) praticados no Estado de Santa Catarina, apurados pela Secretaria de Trânsito e Mobilidade do Município, e o último reajuste concedido em 2014, por meio do Decreto nº 7.550/2014,

DECRETA:

Art. 1º As tarifas de táxi no Município de Brusque passarão a vigorar com os seguintes valores:

- Bandeirada R\$ 4,94 (quatro reais e noventa e quatro centavos)
- Bandeira I R\$ 3,56 (três reais e cinquenta e seis centavos)
- Bandeira II R\$ 4,22 (quatro reais e vinte e dois centavos)
- Hora Parada R\$ 29,67 (vinte e nove reais e sessenta e sete reais)
- Quilômetro rodado para fora do Município... R\$ 1,59 (um real e cinquenta e nove centavos)

Art. 2º Os preços acima referidos passam a vigorar a partir de 08 de dezembro de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 04 de dezembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

CEL. BRUNO KNIHS

Secretário de Trânsito e Mobilidade

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

EXTRATO DO CONTRATO 115/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 115/2015

ESPÉCIE: aq. hidrometros. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 40/2015 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1191.4490519900.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 27/11/2015; VALOR: R\$ 156.840,00. CONTRATADA: Saga Medição Ltda. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 27 de novembro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

EXTRATO DO CONTRATO 116/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 116/2015

ESPÉCIE: aq. hidrometros. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 40/2015 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1191.4490519900.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 27/11/2015; VALOR: R\$ 6.720,00. CONTRATADA: ELSTER Medição de Água S.A. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 27 de novembro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

EXTRATO DO CONTRATO 117/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 117/2015

ESPÉCIE: aquisição de plaquetas de identificação. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 052/2015 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80002.0175120301.2293.33903099000.00020000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 27/11/2015; VALOR: R\$ 5.520,94. CONTRATADA: FAZAN & CIA LTDA. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 27 de novembro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

EXTRATO DO CONTRATO 118/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 118/2015

ESPÉCIE: aquisição de conexões em FoFo. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 059/2015 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1191.44905199.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 27/11/2015; VALOR: R\$ 11.625,00. CONTRATADA: ANGOLINI & ANGOLINI LTDA. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 01 de dezembro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

EXTRATO DO CONTRATO 119/2015 SAMAE

EXTRATO DO CONTRATO 119/2015

ESPÉCIE: aquisição de conexões em FoFo. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 059/2015 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.17.512.301.1191.44905199.20000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 27/11/2015; VALOR: R\$ 14.000,00. CONTRATADA: COMERCIAL ATD LTDA. Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 01 de dezembro de 2015.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 018/2015 - FMS

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 018/2015FMS

Pregão Presencial nº 010/2015FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

Recorrente: CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA.

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, não recebo o recurso apresentado pela empresa CIRURGICA JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, e no mérito considerá-lo IMPROCEDENTE, com fundamento nos artigos 41 da Lei 8.666/93 e art. 37, XXI da Constituição Federal.

09/12/2015

IVONIR ZANATTA WEBSTER

Secretária de Saúde

PORTARIA Nº 10.388, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 10.388, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2015.

Nomeia os novos membros do Conselho Municipal de Saúde – COMUSA, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do artigo 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei n.º 2.870/2015 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os novos membros do Conselho Municipal de Saúde – COMUSA, nos termos da Lei n.º 2.870/05, alterada pela Lei n.º 2.898/05, conforme segue:

I – Representantes dos Usuários:

a) 03 (três) representantes de Conselhos e/ou movimentos e/ou entidades comunitárias organizadas do município:

Titular: Izaías Joaquim Gonzaga – representante da OAB/SC/Subseção de Brusque.

Suplente: Werner Gustavo Vieira Willrich – representante da ACIBr.

Titular: Pedro Flor - representante do Clube de Xadrez de Brusque.
Suplente: Carla Gabriela Dutra Lopes – representante do CDH de Brusque.

Titular: Murilo Cecconelo – representante do CEAB.

Suplente:

b) 01 (um) representante de entidades que congregam associações de moradores:

Titular: André Batisti – representante da UBAM.

Suplente: Valdir Hinselmann – representante da UBAM.

c) 02 (dois) representantes de entidades de representações de deficiência ou patologias crônicas:

Titular: Marcos André Maestri – representante da APVAEB.

Suplente: Nivaldo Schmitt – representante da APVAEB.

Titular: Lucimara Z. G. Pavesi – representante da ADVB.

Suplente: Jeferson de Oliveira Souza – representante da ADVB.

d) 02 (dois) representantes de entidades comunitárias religiosas:

Titular: Amauri Paza – representante da Igreja São Judas Tadeu.

Suplente: José Feler – representante da Igreja São Judas Tadeu.

Titular: Odilon Silveira Campos – representante da Igreja Evangélica Calvário.

Suplente: Bruno Cesar de Macedo – representante da Igreja Evangélica Calvário.

e) 01 (um) representante de Associações ou Entidades de Aposentados e Pensionistas:

Titular: Maria Roseli Beuting – representante do Sindicato Nacional dos Aposentados.

Suplente: Elias Inácio Kohler – representante do Sindicato Nacional dos Aposentados.

f) 01 (um) representante de entidades sindicais de representação de trabalhadores:

Titular: Julio Atanasio Gevaerd – representante do Sindicato dos Empregados no Comércio de Brusque.

Suplente: Jorge Luis Putsch – representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e do Material Elétrico de Brusque.

II – Representantes dos Profissionais de Saúde:

a) 04 (quatro) representantes de profissionais de nível superior:

Titular: Denys Deucher Tomio – representante da ABM.

Suplente: Sebastião Alexandre Isfer de Lima – representante da ABM.

Titular: Gustavo Gumz Correia

Suplente:

Titular: Rodrigo Wandrey Mafra

Suplente:

Titular: Marcelo Kamimoto Ekmann Helene

Suplente: Charles Machado

b) 01 (um) representante dos profissionais de nível médio:

Titular: Romilde Primon Cardozo – representante do COREN.

Suplente: Kátia Regina Estevão Martins - representante do SIN-TESC.

III – Representantes do Executivo Municipal e dos Prestadores de Serviços:

a) 03 (três) representantes do gestor municipal, garantida vaga do Secretário Municipal de Saúde:

Titular: Ivonir Zanatta Webster

Suplente: Luis Fernando Sanni

Titular: Alessandra Mass

Suplente: Valquíria Kohler

Titular: Clotilde Imianowski

Suplente: Inajá G. Araújo

b) 01 (um) representante das entidades filantrópicas prestadoras de serviços de saúde:

Titular: Míriam Evangelista Ribeiro – representante da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Brusque.

Suplente: Valdete Battisti Archer – representante da APAE de Brusque.

c) 01 (um) representante de entidades privadas prestadoras de

serviço de saúde:

Titular: Fabiano Amorim – representante do Hospital Arquidiocesano Cônsul Carlos Renaux.

Suplente: Vera Lúcia Civinski – representante do Hospital e Maternidade Dom Joaquim.

§ 1º. O presidente do Conselho Municipal e Saúde e seu vice, serão eleitos entre os membros titulares do Conselho, em Reunião Plenária.

§ 2º. Os conselheiros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Saúde - CMS terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos a critério das respectivas representações.

§ 3º. A participação no Conselho não será remunerada, sendo considerada de relevantes serviços prestados.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de novembro de 2015.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO

Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.407, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015

PORTARIA Nº 10.407, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

Substitui membros representantes de Entidades Governamentais e Não Governamental no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, nomeados por meio da Portaria n.º 10.037/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea "a" do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplentes no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, conforme segue:

Art. 1º (...)

I – Representantes Governamentais

a) Secretaria Municipal de Saúde:

(...)

Suplente: Carmen Sylvia

(...)

e) Gabinete do Prefeito:

Titular: Catia Fischer Custódio

Suplente: Rogério dos Santos

(...)

II – Representantes Não-Governamentais

a) Grupo Escoteiro de Brusque:

(...)

Suplente: Aislan Rodrigues

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de dezembro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.408, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015
PORTARIA Nº 10.408, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

Substitui membro representante de Entidade Governamental no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, nomeado por meio da Portaria n.º 8.977/14.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir o membro titular representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, conforme segue:

Representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação:
Titular: Janaína Medeiros de Souza

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de dezembro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº 10.409, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015
PORTARIA Nº 10.409, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

Substitui membros representantes de Entidades Governamentais no Conselho Municipal da Juventude – COMJUV, nomeados por meio da Portaria n.º 10.244/15.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, alínea “a” do artigo 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Substituir os membros titular e suplentes no Conselho Municipal da Juventude - COMJUV, conforme segue:

Art. 1º (...)
a) um representante da Secretaria de Assistência Social e Habitação:

(...)

Suplente: Matheus de Souza Tomio

(...)

c) um representante da Secretaria de Saúde:

(...)

Suplente: Andressa Zanca

d) um representante da Fundação Municipal de Esporte:

Titular: Diogo Murilo Roza

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 02 de dezembro de 2015.
ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO
Prefeito Municipal

SERGIO BERNARDO JUNIOR
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

ROGÉRIO DOS SANTOS
Chefe de Gabinete

RESOLUÇÃO N.º 012 DE 04 DE ,DEZEMBRO DE 2015
CMAS

RESOLUÇÃO N.º 012 DE 04 DE ,DEZEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre alteração da Formação de Comissões.

O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS de Brusque-SC, em reunião ordinária realizada no dia 03 de dezembro de 2015, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal n.º 56 de 08 de janeiro de 1997, com fundamento nos artigos 30 e 31 de seu Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1.º – Alterar Comissões conforme previsto em seu Regimento Interno.

Art. 2.º – Serão instituídas as Comissões com seus respectivos integrantes conforme segue:

Comissão Financeira:

*Ana Janaína Medeiros de Souza – Secretaria de Assistência Social
Jiane Mara de Melo Heil – IBPLAN
Helena Dias – Lar Menino Deus
Carla Gabriela Dutra Lopes – APAE

Comissão para Assuntos Jurídicos:

Marcos André Maestri – APVAEB
Helena Dias – Lar Menino Deus
*Ana Janaína Medeiros de Souza – Secretaria de Assistência Social
Sônia Maria da Silva – Secretaria de Educação

Comissão de Monitoramento e Avaliação:

*Marcelo Alexandre de Freitas Rodrigues – Secretaria de Assistência Social
Rafaela Doria – Secretaria de Saúde
Carla Gabriela Dutra Lopes – APAE
Carla Marjori Paula Messias Prager – Representantes de Entidades de Assistência Social

Comissão do Bolsa Família:

Sônia Maria da Silva -Secretaria de Educação
Carla Marjori Paula Messias Prager – Representantes de Entidades
de Assistência Social
Maritza Sartori Bohn – Secretaria de Saúde
Sandra Helena de Almeida – Representante do Núcleo de Assisten-
tes Sociais

Art. 5.º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publica-
ção, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 04 de dezembro de 2015.

Helena Dias

Presidente do Conselho Municipal

de Assistência Social – CMAS

Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Praça das Bandeiras, 77 – Centro / CEP 88350-051 – Brusque – SC

cmasbrusque@gmail.com / 3251-1833 – ramal 1967

Caçador

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.635

DECRETO Nº 6.635, de 07 de dezembro de 2015.

Nomeia Comissão Especial de Avaliação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO BITTENCOURT, JURUÁ COELHO DE SOUZA FILHO e GEOVANI ERLEI FÁVERO, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação das áreas de terrenos urbanos abaixo especificados, e, apresentarem laudo de avaliação ao Poder Executivo Municipal, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação deste Decreto:

I – lotes nºs 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56 e 57, da quadra “D”, do futuro Loteamento Contestado II, matriculado sob o nº 28.130, do Registro de Imóveis desta Comarca.

Parágrafo único. Esta avaliação faz-se necessária para caução desses lotes como garantia da execução das obras de infraestrutura necessárias ao referido Loteamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.636

DECRETO Nº 6.636, de 07 de dezembro de 2015.

Nomeia Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto na Lei nº 2.114, de 19/08/2004 e suas alterações,

DECRETA :

Art. 1º Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados, para comporem o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA, pelo biênio 2015/2017, na forma que segue:

ENTIDADES GOVERNAMENTAIS:

a) 01 (um) da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação:

Titular: Eunice Misayo Ueda

Suplente: Elizete Renon Farias

b) 01 (um) da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Janaina Menegazzo

Suplente: Ana Cristina Hagemann

c) 01 (um) da Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural:

Titular: Amanda de Almeida Kirschner

Suplente: Michele Adriana Baseggio

d) 01 (um) da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Fabiana Binotto Cracco

Suplente: Karina do Nascimento Zardo

e) 01 (um) da 10ª Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Caçador:

Titular: Sandra Spautz Granemann

Suplente: Célio Marcos Moreira Becker

ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) 02 (dois) movimento sindical, de empregados e patronal, urbano e rural:

Sindicato dos Empregados Rurais da Região de Caçador – SER-RC

Titular: Bernardete Masquio

Suplente: Rosimar Maria da Silva

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Caçador e Macieira- SITRUC

Titular: Divanete Eloísa Bachi

Suplente: Dulcinéia Aparecia Saggioratto

02 (DOIS) ASSOCIAÇÃO DE CLASSES PROFISSIONAIS E EMPRESÁRIAS:

Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Santa Catarina, Subseção de Caçador- OAB:

Titular: Lorian José Bressan

Suplente: Melissa Silveira

Associação dos Psicólogos de Caçador e Região- APSIC:

Titular: Vanessa Dal Bosco Susin

Suplente: Vitor Czerniak

02 (DOIS) INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS DE DIFERENTES EXPRESSÕES DE FÉ, EXISTENTES NO MUNICÍPIO:

Mitra Diocesana de Caçador Paróquia Cristo Redentor:

Titular: Ruth Inês Dotta Godoy Goulart

Suplente: Lurdes Veingartner

Igreja Adventista do Sétimo Dia de Caçador:

Titular: Zilá Meireles Garcia

Suplente: Carlos Roberto Gladun

02 (DOIS) MOVIMENTOS POPULARES ORGANIZADOS, ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS:

União das Associações de Moradores de Caçador- UAMC:

Titular: Nadir da Silva Ribeiro

Suplente: Salete Padilha Prigol

Cooperativa Mãos que Lutam de Caçador:

Titular: Orlei Torres Garcia

Suplente: Regina Ap. Costa Pelegrinello

02 (DOIS) ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS ATUANTES NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E/OU SAÚDE:

Cáritas Diocesana de Caçador/SC:

Titular: Valmir Alves da Cruz

Suplente: Maria Inês Morona Ramos

Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social – ACEIAS:

Titular: Maria de Lourdes Roman Ross Ceratti

Suplente: Nadir Miranda Racoski

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 5.860, de 17 de dezembro de 2013 e suas alterações.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de dezembro de 2015.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 6.637

DECRETO Nº 6.637, de 07 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre as atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Especiais, pertencente à Fundação Municipal do Meio Ambiente - Fundema.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII c/c artigo 101, "b" da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 151, de 23 de julho de 2009, alterada pela Lei Complementar nº 239, de 22 de março de 2012,

DECRETA :

Art. 1º As atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços e Obras Especiais, pertencente à Fundação Municipal do Meio Ambiente – Fundema, são as constantes do Anexo I, que fica fazendo parte integrante do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de dezembro de 2015.

Gilberto Amaro Comazzetto- PREFEITO MUNICIPAL.

ANEXO I

DECRETO Nº 6.637, de 07 de dezembro de 2015

Cargo Pertencente à Fundação Municipal do Meio Ambiente

AUXILIAR DE SERVIÇOS E OBRAS ESPECIAIS

- realizar atividades pertinentes ao cultivo de flores e plantas, preparando a terra, plantando sementes e mudas, limpando o local, aplicando inseticidas, bem como realizando podas e aparando-as em épocas preestabelecidas pelos superiores, de modo a conservar e embelezar canteiros, parques, jardins, entre outros;
- promover a execução, recuperação e limpeza de valas, bocas de lobo, grelhas, tampas, caixas de água;
- auxiliar trabalhos de construção, manutenção, reparação, conserto e adequação em alvenaria, concreto, carpintaria, pintura, entre outros, utilizando instrumentos diversos;
- integrar a equipe de trabalho nos setores de obras e serviços públicos, como os de viação, manutenção de estradas, ruas, entre outros, bem como auxiliando em caminhão pipa;
- auxiliar no serviço de levantamentos, medições – topográficos e agrimensor – montando e/ou segurando equipamentos e/ou instrumentos utilizados, a fim de otimizar o serviço de alinhamento;
- auxiliar nos serviços de encanação, mecânica, eletricidade, entre

- outros, atuando como suporte para o profissional habilitado sempre que necessário ou conforme solicitação do superior imediato;
- executar serviços de construção, manutenção e demolição de obras de alvenaria;
- construir alicerces, empregando pedras ou cimento, para fornecer a base de paredes, muros e construções similares;
- assentar tijolos, ladrilhos, azulejos, pedras e outros materiais (tais como paralelepípedos, bloquetes);
- revestir pisos, paredes e tetos, aplicando camadas de cimento ou assentando ladrilhos, azulejos e similares, de acordo com instruções recebidas;
- aplicar camadas de gesso sobre as partes interiores e tetos de edificações;
- construir bases de concreto ou de outro material, conforme as especificações e instruções recebidas, para possibilitar a instalação de máquinas, postes e similares;
- construir caixas d'água, caixas coletoras de água e esgoto, bem como caixas de concreto para colocação de bocas-de-lobo;
- construir pré-moldados e artefatos de cimento, bancos de praça, divisores de faixa de trânsito de automóveis, utilizando fôrmas próprias e materiais específicos;
- preparar a mistura dos insumos necessários à confecção de peças pré-moldadas acionando o mecanismo de máquinas próprias;
- executar trabalhos de reforma e manutenção de prédios;
- montar tubulações para instalações elétricas;
- preparar superfícies a serem pavimentadas e pavimentá-las, assentando - pedras ou elementos de concreto pré-moldados;
- assentar meios-fios;
- executar trabalhos de manutenção e recuperação de pavimentos;
- executar outras atribuições correlatas às acima descritas, conforme demanda e a critério do superior imediato.

RESOLUÇÃO Nº 26 CMDCA

Resolução 26/2015 de 07 de dezembro de 2015

Dispõe sobre a aprovação dos projetos voltados à área da infância e adolescência para organizações governamentais e não governamentais registradas no CMDCA inscritas através do Edital 02/2015 do CMDCA- Edital de seleção pública de Projetos para financiamento do ano de 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007, e suas alterações.

CONSIDERANDO a Resolução 25/2015 que estabelece critérios para a análise e aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA- Edital 02/2015. CONSIDERANDO as Atas nº 01 e 02 da comissão especial para o Edital 02/2015 – Edita de seleção pública de projetos para financiamento no ano de 2015.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia 07 de dezembro de 2015, Ata nº 326.

Resolve:

Art. 1º Aprovar os projetos das entidades abaixo para celebração de convênio:

- 1) Associação Esporte Clube Flamengo- AFHAGO: valor R\$ 3.184,00 (três mil, cento e oitenta e quatro reais);
- 2) Associação Brasileira de Educação e Cultura- ABEC (Centro Social Marista Caçador- CESMAR): VALOR R\$ 3.959,78 (três mil, novecentos e cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos);
- 3) Associação dos pais e Amigos dos Excepcionais de Caçador- APAE: valor R\$ 3.882,99 (três mil, oitocentos e oitenta e dois reais e noventa e nove centavos);
- 4) Associação de pais e Amigos dos Surdos de Caçador- APAS: valor R\$: 3.993,47 (três mil, novecentos e noventa e três reais e quarenta e sete centavos);
- 5) Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador "Bombeiros Voluntários"- Projeto Bombeiro Mirim: valor R\$ 3.869,00 (três mil, oitocentos e sessenta e nove reais);

6) Associação Maria Rosa- AMAR: valor R\$ 3.301,27 (três mil, trezentos e um reais e vinte e sete centavos);
7) Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social- ACEIAS: valor R\$ 3.989,00 (três mil, novecentos e oitenta e nove reais);
8) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida –LA e Prestação de Serviços a Comunidade - PSC (CREAS): valor R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 07 de dezembro de 2015.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 27 CMDCA

Resolução 27/2015 de 07 de dezembro de 2015

Dispõe sobre a utilização de recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA para a confecção de materiais para a Campanha do FIA 2015.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007, e suas alterações.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia sete de dezembro de 2015, Ata nº 326.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a utilização de recursos do FIA no valor total de R\$1.910,00 (um mil, novecentos e dez reais) para a confecção dos seguintes materiais para a Campanha do FIA 2015: 02 outdoors, valor R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais); 3000 flyers, valor R\$660,00 (seiscentos e sessenta reais); 1000 jogos americanos, valor R\$435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais); 03 faixas, valor R\$ 105,00 (cento e cinco reais). Favorecido: Visual Comunicação, CNPJ: 10.727.612/0001-34.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Caçador, 07 de dezembro de 2015.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RESOLUÇÃO Nº 28 CMDCA

Resolução 28/2015 de 07 de dezembro de 2015

Dispõe sobre a composição das Comissões do CMDCA Gestão 2015/2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 2.436, de 20 de abril de 2007, e suas alterações.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária realizada no dia sete de dezembro de 2015, Ata nº 326.

Resolve:

Art. 1º Compor as Comissões do CMDCA, conforme segue:

I. COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO

- Presidente: Any Danieli Wolf
- Relator: Janaina Menegazzo
- Outro: Neuzeli Aparecida da Silva

II. COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

- Presidente: Arlete Torrezan
- Relator: Beatriz Coscodai
- Outro: Neuzeli Aparecida Da Silva

III. COMISSÃO DE CONTROLE ORÇAMENTÁRIO E FINANÇAS

- Presidente: Aires Roberta Brandalise
- Relator: Felizarda Francio
- Outro: Jussara Jombra Durek

IV. COMISSÃO DE INSCRIÇÃO

- Presidente: Maria de Lourdes Roman Ross Ceratti
- Relator: Luciana Alves de Lima
- Outro: Marizete Fátima Iaczinski

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 07 de dezembro de 2015.

MARIZETE FÁTIMA IACZINSKI

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 075, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA nº 075, de 07 de dezembro de 2015.

Concede 15 dias de férias ao servidor Daniel Heberle.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 32, III, da Lei Orgânica do Município de Caçador, conforme art. 16, VIII, do Regimento Interno e com fundamento no art. 90 e seguintes da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 15 dias de férias, sendo 10 dias referentes ao período aquisitivo de 01/08/2013 a 31/08/2014 e 05 dias referentes ao período aquisitivo de 01/08/2014 a 31/07/2015, a serem gozadas no período de 04/01/2015 a 18/01/2015 ao servidor DANIEL HEBERLE, ocupante do cargo de assistente legislativo, do quadro permanente da Câmara Municipal, com pagamento dos valores

calculados em 18/12/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 07 de dezembro de 2015.

Ricardo Pelegrinello,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIA

Adilberto Santos de Oliveira
2º SECRETÁRIO.

PORTARIA Nº 74, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

Portaria nº 74, de 03 de dezembro de 2015.

Concede férias coletivas aos servidores da Câmara Municipal de Caçador.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 42, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, na forma do art. 225 do Regimento Interno e com fundamento nos arts. 90 e ss. da Lei Complementar nº 056, de 20 de dezembro de 2004 e CONSIDERANDO que no mês de janeiro de 2015, em razão do recesso parlamentar, há considerável redução no volume de trabalho desenvolvido pelos Assessores Parlamentares de Gabinete,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias coletivas aos servidores comissionados da Câmara Municipal de Caçador abaixo relacionados, na forma de antecipação de gozo de férias, pelo período de 20 (vinte) dias, a contar de 04 de janeiro de 2016 a 23 de janeiro de 2016:

NOME CARGO

Adriana Zancanaro Assessor Parlamentar de Gabinete
Alessandra Gioppo Assessor Parlamentar de Gabinete
Almir Paulo Dias Assessor Parlamentar de Gabinete
Charleston Augusto Lopes Assessor Parlamentar de Gabinete
Daniele Fernandes Antunes Alves Assessor Parlamentar de Gabinete
Drieli Pereira Assessor Parlamentar de Gabinete
Ediane Scheffemacher Ribeiro Assessor Parlamentar de Gabinete
Jairo Ribeiro Pedroso Assessor Parlamentar de Gabinete
Marcos Paulo B. de Souza Assessor Parlamentar de Gabinete
Moyses A. Machado Assessor Parlamentar de Gabinete
Selma do Amaral Assessor Parlamentar de Gabinete
Viviane de Andrade Ribeiro Assessor Parlamentar de Gabinete

Art. 2º Os dias de férias coletivas serão descontados das férias regulares de cada servidor de acordo com seu respectivo período de aquisição.

Art. 3º Os valores referentes ao adicional de que trata o inciso XVII do art. 7º da CF e § 1º do art. 93 da Lei Complementar nº 56/2004, serão pagos até o dia 18 de dezembro de 2015, também a título de adiantamento de férias, sendo descontados das verbas rescisórias em caso de eventual demissão ou exoneração do servidor que não completar o período aquisitivo respectivo.

Art. 4º Esta Portaria entra vigor nesta data, condicionada sua eficácia à publicação no DOM.

Gabinete da Presidência, 03 de dezembro de 2015.

Ricardo Pelegrinello,
PRESIDENTE

Fernando Scolaro,
VICE-PRESIDENTE

Glaci Aparecida dos Santos Pereira
1º SECRETÁRIO

Adilberto Santos de Oliveira
2ª SECRETÁRIA

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015

RESOLUÇÃO nº 002, de 03 de dezembro de 2015.

Determina recesso administrativo na Câmara Municipal de Caçador.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 46, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e,

CONSIDERANDO o recesso parlamentar;
CONSIDERANDO as festividades de final de ano;
CONSIDERANDO a redução de despesas de funcionamento neste período em que as atividades administrativas e legislativas ficam na sua maioria suspensas;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar recesso administrativo da Câmara Municipal de Caçador, no período de 23 de dezembro de 2015 a 03 de janeiro de 2016.

Art. 2º Esta Resolução entra vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, 03 de dezembro de 2015.
Ricardo Pelegrinello
PRESIDENTE

Camboriú

PREFEITURA

ANULAÇÃO PR 111/15 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 111/2015-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 152/2015 cujo objeto é: "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE GRAMA COM TRANSPORTE E COLOCAÇÃO DO MATERIAL PARA AS DIVERSAS PRAÇAS, CAMPO MUNICIPAL E JARDINS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ".

RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 08 de Dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 114/15 - PMC

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 114/2015-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS DE GRAMA PARA AS DIVERSAS PRAÇAS, CAMPO MUNICIPAL E JARDINS DOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 18 (Dezoito) de Dezembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 08 de Dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2015 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 101/2015 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 064/2015 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTA VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MARMITAS, DESTINADAS AOS FUNCIONÁRIOS QUE TRABALHARÃO EM REGIME DE MUTIRÃO NA RECUPERAÇÃO DAS ESTRADAS DO INTERIOR NOS PERÍODOS DE CHUVAS, E OU EM ATIVIDADES COM NECESSIDADE DE TRABALHO NO PERÍODO INTEGRAL, COM FORNECIMENTO DE ALMOÇO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 08/12/2016

1ª Publicação.

PR 37/15 - FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2015-FMS- EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE GESTÃO CONTÁBIL APLICADA AO SETOR PÚBLICO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO NAS ÁREAS FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, CONTÁBIL E ADMINISTRATIVA AOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DENTRE OUTROS, SUPORTE AOS SISTEMAS INFORMATIZADOS DE CONTABILIDADE E COMPRAS, E-SFINGE, LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, DILIGÊNCIAS DO TCE-SC E DEMAIS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA CARGA MÍNIMA DE 20 HORAS SEMANAIS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 18 (Dezoito) de Dezembro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 08 de Dezembro de 2015.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO Nº 212/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015
CONVOCAÇÃO Nº 212/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CRISTIANO CUNHA, inscrito no CPF/MF sob nº 031.041.879-83, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de AGENTE OPERACIONAL III – OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, na Função de AGENTE OPERACIONAL III – OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 11 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

JOÃO SAMUEL CUBAS
Secretário Municipal de Planejamento, Transporte e Obras

CONVOCAÇÃO Nº 213/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2015
CONVOCAÇÃO Nº 213/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Srª. NATASCHI LARETSA AUGUSTIN, inscrita no CPF/MF sob nº 071.426.519-54, aprovada em 03º lugar no Concurso Público nº 003/2015, para o Cargo Público de AGENTE ADMINISTRATIVO II, na Função de AGENTE ADMINISTRATIVO II, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 11 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

OLÍVIO ODIA
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico

CONVOCAÇÃO Nº 214/2015

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012
CONVOCAÇÃO Nº 214/2015

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. EDER MARTINS, inscrito no CPF/MF sob nº 026.108.749-52, aprovado em 02º lugar no Concurso Público nº 001/2012, para o Cargo Público de FISIOTERAPEUTA, na Função de FISIOTERAPEUTA, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de

Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 11 de Dezembro de 2015, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 08 de Novembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA
Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social

DECRETO Nº 9.444 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 9.444 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
HOMOLOGA RESOLUÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Artigo 71 Inciso VII da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art.1º) Homologar a Resolução nº 12 do Conselho Municipal de Assistência Social, Resolução anexa, parte integrante deste Decreto.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

APROVA OS BALANCETES MENSAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial a Lei Municipal nº 3.931 de 25 de Fevereiro de 2013 em seu artigo 9º, Inciso IV em seu parágrafo único, faz saber que os Conselheiros aprovaram em data de 01 de Outubro de 2015, e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os Balancetes Mensais referente aos meses de Abril, Maio e Junho do ano de 2015, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 08 de Dezembro de 2015.
MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH
Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos nove dias do mês de Dezembro de 2015.

PATRICK ONGHERO
Primeiro Secretário do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

PORTARIA Nº 12.315 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.315 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A ADMINISTRADORA DO PROCON.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Administradora do PROCON, CLEICIANE CUBAS, Registro no Sistema sob nº 955306, lotada no Gabinete do Prefeito, referente aos períodos aquisitivos 23 de Outubro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 = 05 (zero cinco) dias; 01 de Janeiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016 = 05 (zero cinco) dias.+ 4, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 23 de Outubro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Administradora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.316 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.316 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A COORDENADORA DA DEFESA CIVIL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Coordenadora da Defesa Civil, DENISE APARECIDA ROCHA, Registro no Sistema sob nº 955176, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art.2º) A Coordenadora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.317 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.317 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Pública Municipal ELENICE MICKUS, Matrícula Funcional nº 000811, Registro no Sistema sob nº 955481, ao Cargo Público de Agente Operacional I, na Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo 01 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 11 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.318 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.318 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público Municipal GUSTAVO MACHADO DO AMARAL, Matrícula Funcional nº 000495, Registro no Sistema sob nº 954517, ao Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado no Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo 15 de Janeiro de 2014 a 15 de Janeiro de 2015.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.319 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.319 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS AO CHEFE DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias ao Chefe de Gabinete, JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA, Registro no Sistema sob nº 955159, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art.2º) O Chefe de Gabinete servidor gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.320 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 12.320 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO ASSESSOR JURÍDICO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 06 (seis) dias de férias ao Assessor Jurídico, MARCELO PESSIN, Registro no Sistema sob nº 955492, lotado no Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo 09 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 09 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) O Assessor Jurídico gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 02 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.321 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.321 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS AO ASSESSOR DE GABINETE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 08 (zero oito) dias de férias ao Assessor de Gabinete, JOSÉ LUIS SILVA, Matrícula Funcional nº 000034, Registro no Sistema sob nº 40000, lotado no Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo 23 de Dezembro de 2011 a 22 de Dezembro de 2012.

Art.2º) O Assessor de Gabinete gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.322 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.322 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 15 (quinze) dias de férias a Assessora de Comunicação Social, JUANA HINKE DOBROCHINSKI, Registro no Sistema sob nº 955262, lotada no Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 23 de Outubro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Assessora de Comunicação Social gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 11 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.323 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.323 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A ADMINISTRADORA DO FÓRUM MUNICIPAL – CASA DA CIDADANIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Administradora do Fórum Municipal – Casa da Cidadania, MAGALI ENGEL, Registro no Sistema sob nº 955395, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Administradora do Fórum Municipal – Casa da Cidadania gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.324 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.324 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO CHEFE DO SERVIÇO DE PLANEJAMENTO URBANÍSTICO E HABITAÇÃO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias ao Servidor Público Municipal, BRUNO SEEFELD, Matrícula Funcional nº 000651, Registro no Sistema sob nº 955096, ocupante do Cargo Público de Engenheiro Civil, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 08 (zero oito) dias; 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 = 04 (zero quatro) dias.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) O Chefe do Serviço de Planejamento Urbanístico e Habitação gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 a 08 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.325 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.325 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNIICPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 12 (doze) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MATILDE IHVENS GUMARÃES SILVA, Matrícula Funcional nº 000797, Registro no Sistema sob nº 955460, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Arquiteta, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente ao período aquisitivo 13 de Abril de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 13 de Abril de 2015 a 31 de Dezembro de

2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 a 08 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.326 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.326 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO ASSESSOR DE SERVIÇOS DE OBRAS E ENGENHARIA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias Assessor de Serviços de Obras e Engenharia, LUCINEI JOSÉ ODIA, Registro no Sistema sob nº 955222, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) O Assessor de Serviços de Obras e Engenharia gozará as férias no período de 31 de Dezembro de 2015 a 19 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.327 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.327 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (Vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CÁTIA MARA NAGEL DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000712, Registro no Sistema sob nº 955202, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 16 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.328 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.328 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 12 Parágrafo IV da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 13 (treze) dias de férias a Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, MARÍLIA SCHEFFER, Registro no Sistema sob nº 955504, referente ao período aquisitivo: 27 de Julho de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Secretária gozará férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 09 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.329 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.329 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO COORDENADOR DE CULTURA.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Coordenador de Cultura, GABRIEL ENGLER, Registro no Sistema sob nº 955175, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente aos períodos aquisitivos: 07 de Janeiro de 2014 a 06 de Janeiro de 2015 = 05 (zero cinco) dias; 07 de Janeiro de 2015 a 06 de Janeiro de 2016 = 15 (quinze) dias.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 07 de Janeiro de 2015 a 06 de Janeiro de 2016.

Art.2º) O Coordenador de Cultura gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 16 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.330 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.330 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A COORDENADORA DE TURISMO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 08 (zero oito) dias de férias a Coordenadora de Turismo, JAQUELINE SCHUHMACHER, Registro no Sistema sob nº 955527, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo de 01 de Outubro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Outubro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Coordenadora de Turismo gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 à 05 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.331 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.331 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, JAQUES RICARDO SCHWENDNER, Matrícula Funcional nº 000236, Registro no Sistema sob nº 310970, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Instrutor de Música, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 à 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 à 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.332 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.332 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MARIA ADRIANA CORDEIRO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000669, Registro no Sistema sob nº 955094, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Instrutora de Informática, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 à 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 à 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.333 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.333 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, PATRÍCIA SCHWENDNER, Matrícula Funcional nº 000238, Registro no Sistema sob nº 622001, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Instrutora de Música, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo 01 de Março de 2014 a 28 de Fevereiro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Março de 2014 a 28 de Fevereiro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.334 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.334 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, JAQUES RICARDO SCHWENDNER, Matrícula Funcional nº 000236, Registro no Sistema sob nº 310970, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Instrutor de Música, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida

junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.335 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.335 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SENHORINHA ANITA CARDOSO TELMA, Matrícula Funcional nº 000614, Registro no Sistema sob nº 954946, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.336 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.336 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, NEUSA DO CARMO CALISTRO, Matrícula Funcional nº 000762, Registro no Sistema sob nº 955368, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 à 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 à 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.337 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.337 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, NELSON LUIS BAIL, Matrícula Funcional nº 000673, Registro no Sistema sob nº 955104, ocupante do Cargo referente Público de Agente Operacional V, exercendo a função de Pedreiro/ Carpinteiro, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente aos períodos aquisitivos: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 10 (dez) dias; 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 = 30 (dez) dias.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 08 de Dezembro de 2015 à 16 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.338 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.338 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal, JARBAS JORGE CATONI, Matrícula Funcional nº 000182, Registro no Sistema sob nº 368900, ocupante do cargo público e exercendo a Função de Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras, referente aos períodos aquisitivos: 20 de Março de 2014 a 19 de Março de 2015 = 20 (vinte) dias; 20 de Março de 2015 a 19 de Março de 2016 = 10 (dez) dias.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 20 de Março de 2015 a 19 de Março de 2016.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 22 de Dezembro de 2015 à 20 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.339 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.339 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CRISTIANE DO ROCIO ODI, Matrícula Funcional nº 000740, Registro no Sistema sob nº 955266, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.340 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.340 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, DANIELLE ALMEIDA DA GUIA, Matrícula Funcional nº 000782, Registro no Sistema sob nº 955406, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro

de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.341 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.341 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ELIZETE TERESINHA FOLETTO FLORENCIO, Matrícula Funcional nº 000738, Registro no Sistema sob nº 955265, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.342 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.342 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, JANETE PEREIRA DOS SANTOS MONNEY, Matrícula Funcional nº 000820, Registro no Sistema sob nº 955489, ocupante do Cargo Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 06 de Julho de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.343 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.343 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, WANDERLÉIA FURTADO BARABACH, Matrícula Funcional nº 000734, Registro no Sistema sob nº 955362, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.344 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.344 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ANA LUIZA DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000652, Registro no Sistema sob nº 955098, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.345 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.345 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, BEATRIS KUIASKI, Matrícula Funcional nº 000671, Registro no Sistema sob nº 955102, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 15 de Dezembro de 2015 á 13 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.346 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.346 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CÁLIA LAIS DA SILVA FELICIANO PADILHA, Matrícula Funcional nº 000670, Registro no Sistema sob nº 955101, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 15 de Dezembro de 2015 á 13 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida

junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.347 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.347 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, DAIANE THAIS ROCHA, Matrícula Funcional nº 000676, Registro no Sistema sob nº 955107, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente aos períodos aquisitivos 01 de Janeiro de 2013 a 31 de Dezembro de 2013 = 10 (dez) dias; 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 20 (vinte) dias.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.348 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.348 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ELISABETE PERPÉtua DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000532, Registro no Sistema sob nº 954635, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2014 á 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.349 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.349 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, INÊS MICKUS CÂNDIDO, Matrícula Funcional nº 000668, Registro no Sistema sob nº 955100, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.350 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.350 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, INÊS TEREZINHA CORDEIRO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000832, Registro no Sistema sob nº 955510, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 03 de Agosto de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 03 de Agosto de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.351 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.351 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, JAQUELINE DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000534, Registro no Sistema sob nº 954637, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente aos períodos aquisitivos 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 20 (vinte) dias; 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 = 10 (dez) dias.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.352 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.352 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MARIA ISABEL BUENO DOS SANTOS, Matrícula Funcional nº 000531, Registro no Sistema sob nº 954634, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2014 á 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.353 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.353 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MONICA BERTA BORGES, Matrícula Funcional nº 000699, Registro no Sistema sob nº 955143, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.354 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.354 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SILMARA APARECIDA DA CRUZ KERSCHER, Matrícula Funcional nº 000611, Registro no Sistema sob nº 954916, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente aos períodos aquisitivos 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014 = 10 (dez) dias; 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015 = 20 (vinte) dias.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.355 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.355 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SIRLEI APARECIDA DERENIEVICZ, Matrícula Funcional nº 000530, Registro no Sistema sob nº 955633, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.356 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.356 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, LEONICE IOHANSON, Registro no Sistema sob nº 955633, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Julho de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.357 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.357 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, RAQUEL DE OLIVEIRA PEREIRA, Registro no Sistema sob nº 955486, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Julho de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.358 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.358 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SANDRA DA CONCEIÇÃO ZADOROSNY, Registro no Sistema sob nº 955494, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 15 de Julho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 15 de Julho de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida

junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.359 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.359 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, DIRONETE APARECIDA RIBEIRO, Registro no Sistema sob nº 955505, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 03 de Agosto de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 03 de Agosto de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.360 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.360 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, LOURDES NIEHUES, Registro no Sistema sob nº 955506, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 03 de Agosto de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 03 de Agosto de 2015 á 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 06 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.361 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.361 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CHEFE DO SERVIÇO DE SUPRIMENTOS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 335, Registro no Sistema sob nº 124240, ocupante do Cargo Público de Agente Administrativo II, exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Suprimentos, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo 02 de Junho de 2014 a 02 de Junho de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 02 de Junho de 2014 á 02 de Junho de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 14 de Dezembro

de 2015 á 02 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.362 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.362 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, SILVIA RENATA LOUREIRO FAVORETTO, Matrícula Funcional nº 000180, Registro no Sistema sob nº 479000, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Odontóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente aos períodos aquisitivos: de 11 de Maio de 2013 a 10 de Maio de 2014 = 10 (dez) dias; 11 de Maio de 2014 a 10 de Maio de 2015 = 20 (vinte) dias.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 11 de Maio de 2014 a 10 de Maio de 2015.

Art.2º) A Servidora gozará as férias no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.363 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.363 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, MÁRIO CÉSAR DEUNISIO, Matrícula Funcional nº 000457, Registro no Sistema sob nº 954493, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Terapeuta Ocupacional, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 14 de Dezembro de 2015 á 02 de Janeiro de 2016, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.364 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.364 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias ao Servidor Público Municipal, ROBERTO KOCENKO DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº 000799, Registro no Sistema sob nº 955466, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Médico II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 08 de Junho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Parágrafo único – Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 08 de Junho de 2015 a 31 de Dezembro de 2015.

Art.2º) O Servidor gozará as férias no período de 14 de Dezembro de 2015 á 18 de Dezembro de 2015, segundo opção sua já

requerida junto ao Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12.365 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 12.365 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de Setembro de 2002, redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 099 de 19 de Junho de 2013; Resolve:

Art.1º) Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública, ocupante do Cargo de Público de Agente Operacional I, exercendo a Função de Auxiliar de Serviços Gerais, TEREZINHA SIMÕES VDE FARIAS FUCKNER, Matrícula Funcional nº 358, Registro no Sistema sob nº 334720, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo de 07 de Julho de 2011 a 07 de Julho de 2014.

Art.2º) A servidora gozará sua Licença Prêmio no período de 28 de Dezembro de 2015 á 26 de Janeiro de 2016.

Art.3º) Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
08 de Dezembro de 2015.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 09/12/2015.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 112/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 112/2015

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de livros, CDs e tatames para os Centros Municipais de Educação Infantil do município de Campo Alegre - SC, conforme relação abaixo:

IT	QT	UN	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	3	UN	Mundo Pequeno: Meus Amigos Filhotes, formato em pano, tamanho 12x18,5cm; 6 páginas, autor: Edicart, Editora: Todo Livro, Coleção: Mundo pequeno.	24,00	72,00
02	3	UN	Mundo Pequeno - Um livro de pano: Meu Mundo, formato em pano, tamanho 12x18,5cm; 6 páginas, autor: Edicart, Editora: Todo Livro, Coleção: Mundo Pequeno.	24,00	72,00
03	3	UN	Mundo Pequeno - Livro de pano: Minhas Férias, formato em pano, tamanho 12x18,5cm; 6 páginas, autor: Edicart, Editora: Todo Livro, Coleção: Mundo Pequeno	24,00	72,00
04	3	UN	Mundo Pequeno - Livro de pano: Hora de Dormir, formato em pano, tamanho 12x18,5cm; 6 páginas, autor: Edicart, Editora: Todo Livro, Coleção: Mundo Pequeno	24,00	72,00
05	3	UN	Riki & Gabi-Festa Banheira! Riki Sabe Contar, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	14,90	44,70
06	3	UN	Riki & Gabi - Festa Banheira! Qual é a cor? Formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	14,90	44,70
07	3	UN	Riki & Gabi - Festa Banheira! Bom dia, Riki! Formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	14,90	44,70
08	3	UN	Festa Banheira! Riki Sabe as Palavras formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	14,90	44,70
09	3	UN	Brincando no Banho: Porquinho, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	14,90	44,70
10	3	UN	Brincando no Banho: Patinho, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	14,90	44,70
11	3	UN	Brincando no Banho: Gatinha, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	14,90	44,70
12	3	UN	Brincando no Banho: Cãozinho, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	14,90	44,70
13	3	UN	Amiguinhos livro de banho: Mamães e filhotes, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	14,90	44,70
14	3	UN	Amiguinhos livro de banho: Amiguinhos do Zoo, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	14,90	44,70
15	3	UN	Amiguinhos livro de banho: Amiguinhos do Mar, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	14,90	44,70
16	3	UN	Amiguinhos livro de banho: Amiguinhos da Fazenda, formato para banho impermeável, tamanho 15,5x15,5cm; 6 páginas, autor: c todolivre ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Riki e Gabi – Festa na banheira	14,90	44,70
17	3	UN	Ler e Ouvir: CLASSICOS (8 TITULOS), formato sonoro, tamanho 23,5x20cm; 12 páginas, Autor: Marques, Cristina, Editora: Todo Livro, Coleção: Ler e ouvir	39,90	119,70
18	3	UN	Supersons: Banda da Selva, A; formato sonoro, tamanho 26,5 x 26,5 cm; 8 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Super Sons	39,90	119,70
19	3	UN	Supersons: Diversão na Fazenda, formato sonoro, tamanho 26,5 x 26,5 cm; 8 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Super Sons	39,90	119,70
20	3	UN	Aperte e Ouça: (4 TITULOS), formato sonoro, tamanho 12,8 x 16 cm; 12 páginas, Autor: c Todolivre Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Aperte e Ouça	17,90	53,70
21	3	UN	Megassons: Roda do Ônibus, A; formato sonoro, tamanho 23,5 x 22 cm; 8 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Megassons	49,90	149,70

22	3	UN	Megassons: Seu Lobato tinha um Sítio, formato sonoro, tamanho 23,5 x 22 cm; 8 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Megassons	49,90	149,70
23	3	UN	Megassons: Veículos Barulhentos, Os; formato sonoro, tamanho: 23,5 x 22cm; 8 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Megassons	49,90	149,70
24	3	UN	Trim Trim - O Sino Do Bezerrinho – Libris, formato chocalho, capa dura, 10 páginas, Autor: Rebecca mãe Donatella D Angelo, Editora: Libris Editora Ltda	14,90	44,70
25	3	UN	Trim Trim - O Rabo Do Porquinho – Libris, formato chocalho, capa dura, 10 páginas, Autor: Rebecca mãe Donatella D Angelo, Editora: Libris Editora Ltda	14,90	44,70
26	3	UN	Trim Trim - A Coleira Do Gatinho – Libris, formato chocalho, capa dura, 10 páginas, Autor: Rebecca mãe Donatella D Angelo, Editora: Libris Editora Ltda	14,90	44,70
27	3	UN	Trim Trim - O Presente Do Cachorrinho – Libris, formato chocalho, capa dura, 10 páginas, Autor: Rebecca mãe Donatella D Angelo, Editora: Libris Editora Ltda	14,90	44,70
28	3	UN	Chocalho Divertido! Fazenda, formato chocalho e cartonado com alça, 12 páginas, Autor: Grandreams/NPP, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalho Divertido	34,50	103,50
29	3	UN	Chocalho Divertido! Mar, formato chocalho e cartonado com alça, 12 páginas, Autor: Grandreams/NPP, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalho Divertido	34,50	103,50
30	3	UN	Chocalho Divertido! Selva, formato chocalho e cartonado com alça, 12 páginas, Autor: Grandreams/NPP, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalho Divertido	34,50	103,50
31	3	UN	Animais Bebês - Um Livro com Alça: Cãezinhos, formato: cartonado com alça, Autor: Bueno, Tatiana Reiter; Editora: Todo Livro, Coleção: Animais bebês – um livro com alça	12,50	37,50
32	3	UN	Animais Bebês - Um Livro com Alça: Patinhos, formato: cartonado com alça, Autor: Bueno, Tatiana Reiter; Editora: Todo Livro, Coleção: Animais bebês – um livro com alça	12,50	37,50
33	3	UN	Animais Bebês - Um Livro com Alça: Coelhinhos, formato: cartonado com alça, Autor: Bueno, Tatiana Reiter; Editora: Todo Livro, Coleção: Animais bebês – um livro com alça	12,50	37,50
34	3	UN	Animais Bebês - Um Livro com Alça: Gatinhos, formato: cartonado com alça, Autor: Bueno, Tatiana Reiter; Editora: Todo Livro, Coleção: Animais bebês – um livro com alça	12,50	37,50
35	3	UN	Um Livro de girar 4 em 1: Animais, formato 4 em 1, tamanho 15 x 15 cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc, Editora: Todo Livro, Coleção: Um livro de girar 4 em 1	19,90	59,70
36	3	UN	Um Livro de girar 4 em 1: Cores, formato 4 em 1, tamanho 15 x 15cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, INC, Editora: Todo Livro, Coleção: Um livro de girar 4 em 1	19,90	59,70
37	3	UN	Um Livro de girar 4 em 1: Formas, formato 4 em 1, tamanho 15 x 15cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, INC, Editora: Todo Livro, Coleção: Um livro de girar 4 em 1	19,90	59,70
38	3	UN	Um Livro de girar 4 em 1: Estações do Ano, formato 4 em 1, tamanho 15 x 15cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, INC, Editora: Todo Livro, Coleção: Um livro de girar 4 em 1	19,90	59,70
39	3	UN	Canções Clássicas-Toque e Sinta:Seu Lobato..., formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Canções clássicas – toque e sinta	19,90	59,70
40	3	UN	Canções Clássicas-Toque e Sinta:Roda do..., formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Canções clássicas – toque e sinta	19,90	59,70
41	3	UN	Canções Clássicas-Toque e Sinta:Dona Aranha, formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Canções clássicas – toque e sinta	19,90	59,70
42	3	UN	Canções Clássicas-Toque e Sinta:Brilha..., formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Canções clássicas – toque e sinta	19,90	59,70
43	3	UN	Amo você, mamãe! Macaquinho carinhoso, formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Amo você mamãe!	29,90	89,70
44	3	UN	Amo você, mamãe! Coelhinho carinhoso, formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Amo você mamãe!	29,90	89,70
45	3	UN	Amo você, mamãe! Cãozinho carinhoso, formato: toque e sinta, tamanho 20 x 20 cm; 10 páginas, Autor: Igloo Books Ltd, Editora: Todo Livro, Coleção: Amo você mamãe!	29,90	89,70
46	3	UN	Animais Bebês - Toque e Sinta: Patinhos, formato: toque e sinta, tamanho 19,5 x 16 cm, 8 páginas, Autor: Tatiana Reiter, Editora: Todo Livro, Coleção: Animais Bebês – toque e sinta	14,90	44,70
47	3	UN	Animais Bebês - Toque e Sinta: Gatinhos, formato: toque e sinta, tamanho 19,5 x 16 cm, 8 páginas, Autor: Tatiana Reiter, Editora: Todo Livro, Coleção: Animais Bebês – toque e sinta	14,90	44,70
48	3	UN	Animais Bebês - Toque e Sinta: Coelhinhos, formato: toque e sinta, tamanho 19,5 x 16 cm, 8 páginas, Autor: Tatiana Reiter, Editora: Todo Livro, Coleção: Animais Bebês – toque e sinta	14,90	44,70
49	3	UN	Animais Bebês - Toque e Sinta: Cãezinhos, formato: toque e sinta, tamanho 19,5 x 16 cm, 8 páginas, Autor: Tatiana Reiter, Editora: Todo Livro, Coleção: Animais Bebês – toque e sinta	14,90	44,70

50	3	UN	Abas e Texturas: Você é a Minha Mamãe?, formato: toque e sinte, tamanho 19,6 x 14,6 cm, 10 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc, Editora: Todo Livro, Coleção: Abas e Texturas	14,90	44,70
51	3	UN	Zoo Sonoro: Tigres, formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Sonoro	14,90	44,70
52	3	UN	Zoo Sonoro: Pandas, formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Sonoro	14,90	44,70
53	3	UN	Zoo Sonoro: Hipopótamos, formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Sonoro	14,90	44,70
54	3	UN	Zoo Sonoro: Elefantes, formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Sonoro	14,90	44,70
55	3	UN	Quem é você? Um livro sonoro: Oinc! Sou um Porco, formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Sonoro	14,90	44,70
56	3	UN	Quem é você? Um livro sonoro: Muu! Sou uma Vaca formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Sonoro	14,90	44,70
57	3	UN	Quem é você? Um livro sonoro: Iiihhh! Sou um Pônei formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Sonoro	14,90	44,70
58	3	UN	Quem é você? Um livro sonoro: Béé!Sou uma Ovelha, formato: Squeaky, tamanho 15,2 x 15,2cm; 10 páginas, Autor: Parent, Nancy; Editora: Todo Livro, Coleção: Zoo Sonoro	14,90	44,70
59	3	UN	Chacoalhe-me! Porquinho, A; formato: Squeaky, tamanho 14,5 x 13 cm; 12 páginas, Autor: c Todolivre Ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalhe-me	19,90	59,70
60	3	UN	Chacoalhe-me! Ovelhinha, A; formato: Squeaky, tamanho 14,5 x 13 cm; 12 páginas, Autor: c Todolivre Ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalhe-me	19,90	59,70
61	3	UN	Chacoalhe-me! Macaquinho, O; formato: Squeaky, tamanho 14,5 x 13 cm; 12 páginas, Autor: c Todolivre Ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalhe-me	19,90	59,70
62	3	UN	Chacoalhe-me! Elefantinho, O; formato: Squeaky, tamanho 14,5 x 13 cm; 12 páginas, Autor: c Todolivre Ltda, Editora: Todo Livro, Coleção: Chocalhe-me	19,90	59,70
63	3	UN	Olhinhos Espertos! Um livro pop-up: Quem Muge? Formato: que se movem, tamanho 12,7 x 19,7 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Espertos! Um livro pop-up	12,50	37,50
64	3	UN	Olhinhos Espertos! Um livro pop-up: Dias do Cãozinho, Os; Formato: que se movem, tamanho 12,7 x 19,7 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Espertos! Um livro pop-up	12,50	37,50
65	3	UN	Olhinhos Espertos! Um livro pop-up: Pegadas do Tigre, As; Formato: que se movem, tamanho 12,7 x 19,7 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Espertos! Um livro pop-up	12,50	37,50
66	3	UN	Olhinhos Espertos! Um livro pop-up: Sons da Floresta, Os; Formato: que se movem, tamanho 12,7 x 19,7 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Espertos! Um livro pop-up	12,50	37,50
67	3	UN	Olhinhos: Acampamento do Vagalume, O; Formato: que se movem, tamanho 12,7 x 19,7 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Espertos! Um livro pop-up	9,90	29,70
68	3	UN	Olhinhos: Esportes do Gafanhoto, OS; formato: que se movem, tamanho 13 x 15,8 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Esbugalhados	9,90	29,70
69	3	UN	Olhinhos: Noite do Pijama da Joaninha, A; formato: que se movem, tamanho 13 x 15,8 cm; 8 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Esbugalhados	9,90	29,70
70	3	UN	Olhinhos: Piquenique da Formiga, O; formato: que se movem, tamanho 13 x 15,8 cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Esbugalhados	9,90	29,70
71	3	UN	Olhinhos Brincalhães: Coelhinho; formato que se movem; tamanho 12,7 x 15,7 cm; Autor: c Todo Livro Ltda, Coleção: Olhinhos Brincalhães	12,50	37,50
72	3	UN	Olhinhos Brincalhães: Joaninha; formato: que se movem, tamanho 13 x 15,8 cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Brincalhães	12,50	37,50
73	3	UN	Olhinhos Brincalhães: Pintinho; formato: que se movem, tamanho 13 x 15,8 cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Brincalhães	12,50	37,50
74	3	UN	Olhinhos Brincalhães: Ursinho; formato: que se movem, tamanho 13 x 15,8 cm; 10 páginas, Autor: The Clever Factory, Inc; Editora: Todo Livro, Coleção: Olhinhos Brincalhães	12,50	37,50
75	20	UN	Cds de músicas para bebês - instrumental, canções de ninar, clássicos musicais infantis	23,90	478,00
76	100	UN	Tatame de EVA encaixe e 3 bordas, medida 1000x1000x100mm, várias cores	27,90	2.790,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				R\$ 7.579,00	

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 09/12/2015, às 13h45min do dia 21/12/2015;
Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h do dia 21/12/2015 no endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br, horário de Brasília – DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.03	Serviço de Educação Infantil
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	11	Educação Infantil
Projeto	2.106	Manutenção e Coordenação das Atividades da Educação
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	13	Salário Educação
Projeto	2.805	Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação
Elemento de Despesa	3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.cidadecompras.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.cidadecompras.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 09 de dezembro de 2015.

Lucilaine Mokfa Schwarz

Secretária Municipal de Administração

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 12 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

APROVA OS BALANCETES MENSAIS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Marcia Regina Schadeck Friedrich, Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre, Estado Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, em especial a Lei Municipal nº 3.931 de 25 de Fevereiro de 2013 em seu artigo 9º, Inciso IV em seu parágrafo único, faz saber que os Conselheiros aprovaram em data de 01 de Outubro de 2015, e ela promulga a seguinte; RESOLUÇÃO:

Art.1º) Ficam aprovados os Balancetes Mensais referente aos meses de Abril, Maio e Junho do ano de 2015, do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Campo Alegre/SC.

Art.2º) Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 08 de Dezembro de 2015.

MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH

Presidente do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Registrada e Publicada a presente Resolução aos nove dias do mês de Dezembro de 2015.

PATRICK ONGHERO

Primeiro Secretário do Conselho Municipal de
Assistência Social de Campo Alegre/SC.

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 53_15

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2015

O Município de Campos Novos de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 21 de dezembro de 2015 às 14h30min, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do tipo menor preço por item, tendo como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÁS P13 E GÁS P45 E ÁGUA MINERAL (20 LITROS) PARA PREFEITURA E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS. O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua expedicionário João Batista de Almeida nº 323, no horário das 13h30min às 18h30min, diariamente.

Campos Novos, 09 de dezembro de 2015.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

ATA REGISTRO DE PREÇOS 08/2015 FHJA
ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 1/7
 Processo Nº.: 12/2015
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2015

No dia 8 do mês de Dezembro do ano de 2015, compareceram, de um lado a(o) FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.156.455/0001-28, com sede administrativa localizada na RUA NEREU RAMOS 379, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) DIRETOR ADMINISTRATIVO, o Sr(a). LEONARDO FARIAS SANTOS, inscrito no CPF sob o nº. 023.645.589-30, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 8/2015, Processo Licitatório nº. 12/2015, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANAZIO. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7510	AIR LIQUIDE BRASIL LTDA	
7092	ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA	
6929	CENTRAL GASES LTDA	
7450	CRIOBÁS AR GÁS LTDA	
6984	FERREIRA GASES INDUSTRIAIS LTDA	1
6931	OXIGENIO JOAÇABA COM COMÉRCIO DE GASES ATMOSFÉRICO	
7099	WHITE MARTINS GASES IND. LTDA	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AIR LIQUIDE BRASIL LTDA	00.331.788/0050-05	CESAR AUGUSTO AMBROSI	622.667.990-53
ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA	08.780.814/0001-06	DIEGO MEDEIROS CARLOTTO	009.747.100-32
CENTRAL GASES LTDA	82.837.097/0001-56	JOSÉ CARLOS BORTOLUZZI	425.809.789-68
CRIOBÁS AR GÁS LTDA	01.666.621/0001-71	JOSE NAZARENO SANTOS	489.192.929-49
FERREIRA GASES INDUSTRIAIS LTDA	02.904.116/0001-80	MARCIO ANDRE FERREIRA	006.572.779-75
OXIGENIO JOAÇABA COM COMÉRCIO DE GASES ATMOSFÉRICO	07.174.735/0001-80	JUAREZ CESAR PAROLIN	828.408.149-00
WHITE MARTINS GASES IND. LTDA	35.820.448/0107-94	ENIO LUCIO MONTEIRO	658.159.126-20

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANAZIO.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6984 - FERREIRA GASES INDUSTRIAIS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	OXIGÊNIO MEDICINAL	M3	IBG	12.000,000	5,8000	69.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 2/7
Processo Nº.: 12/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2015

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 3/7
Processo Nº.: 12/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2015

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 4/7
Processo Nº.: 12/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2015

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 5/7
Processo Nº.: 12/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2015

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 6/7
Processo Nº.: 12/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2015

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDACAO HOSPITALAR DR. JOSE ATHANAZIO

Página: 7/7
Processo Nº.: 12/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2015

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 8 de Dezembro de 2015.

LEONARDO FARIAS SANTOS
DIRETOR ADMINISTRATIVO

Empresas Participantes:

AIR LIQUIDE BRASIL LTDA	CNPJ: 00.331.788/0050-05	_____
ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA	CNPJ: 08.780.814/0001-06	_____
CENTRAL GASES LTDA	CNPJ: 82.837.097/0001-56	_____
CRIOBÁS AR GÁS LTDA	CNPJ: 01.666.621/0001-71	_____
FERREIRA GASES INDUSTRIAIS LTDA	CNPJ: 02.904.116/0001-80	_____
OXIGENIO JOAÇABA COM COMÉRCIO DE GASES ATMOSFÉRI	CNPJ: 07.174.735/0001-80	_____
WHITE MARTINS GASES IND. LTDA	CNPJ: 35.820.448/0107-94	_____

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE MÊS 11/2015

Betha Sistemas

Exercício de 2015

Novembro

Página: 1/9

SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
 Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
1			ATIVO	879,088,70D	3.359,67	346.192,26	536.256,11D
1.1			ATIVO CIRCULANTE	497.403,30D	3.359,67	346.192,26	154.570,71D
1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	490.738,11D	3.309,67	346.192,26	147.855,52D
1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	490.738,11D	3.309,67	346.192,26	147.855,52D
1.1.1.1.1			CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇ	490.738,11D	3.309,67	346.192,26	147.855,52D
1.1.1.1.1.19			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÁIS CONTAS	490.738,11D	3.309,67	346.192,26	147.855,52D
1.1.1.1.1.19.00.04			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÁIS CONTAS	490.738,11D	3.309,67	346.192,26	147.855,52D
1.1.1.1.1.19.00.04.01			BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEBÁIS CONTAS	490.738,11D	3.309,67	346.192,26	147.855,52D
1.1.1.1.1.19.00.04.01.0000001 (47936)	P	F	CAIXA ECONOMICA FEDERAL - MOVIMENTO	490.738,11D	3.309,67	346.192,26	147.855,52D
1.1.9			CAIXA ECONOMICA FEDERAL	490.738,11D	3.309,67	346.192,26	147.855,52D
1.1.9.1			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	6.665,19D	50,00	0,00	6.715,19D
1.1.9.1.1 (42411)	P	P	PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR	1.895,19D	0,00	0,00	1.895,19D
1.1.9.3			PRÊMIOS DE SEGUROS A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	1.895,19D	0,00	0,00	1.895,19D
1.1.9.3.1 (42415)	P	P	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	4.770,00D	50,00	0,00	4.820,00D
1.2			ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	4.770,00D	50,00	0,00	4.820,00D
1.2.3			ATIVO NÃO CIRCULANTE	381.685,40D	0,00	0,00	381.685,40D
1.2.3.1			IMOBILIZADO	381.685,40D	0,00	0,00	381.685,40D
1.2.3.1.1			BENS MÓVEIS	262.824,58D	0,00	0,00	262.824,58D
1.2.3.1.1.01			BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	262.824,58D	0,00	0,00	262.824,58D
1.2.3.1.1.01.02 (42865)	P	P	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	62.826,96D	0,00	0,00	62.826,96D
1.2.3.1.1.01.05 (42866)	P	P	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	11.088,00D	0,00	0,00	11.088,00D
1.2.3.1.1.01.99			EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	2.297,00D	0,00	0,00	2.297,00D
1.2.3.1.1.01.99.01 (42885)	P	P	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	49.441,96D	0,00	0,00	49.441,96D
1.2.3.1.1.02			OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	49.441,96D	0,00	0,00	49.441,96D
1.2.3.1.1.02.01			BENS DE INFORMÁTICA	48.778,91D	0,00	0,00	48.778,91D
1.2.3.1.1.02.01.01 (42888)	P	P	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	48.778,91D	0,00	0,00	48.778,91D
1.2.3.1.1.03			EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	127.202,91D	0,00	0,00	127.202,91D
1.2.3.1.1.03.01 (42892)	P	P	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	379,00D	0,00	0,00	379,00D
1.2.3.1.1.03.02 (42893)	P	P	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	39.722,42D	0,00	0,00	39.722,42D
1.2.3.1.1.03.03 (42894)	P	P	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	87.101,49D	0,00	0,00	87.101,49D
1.2.3.1.1.04			MOBILIÁRIO EM GERAL	20.036,80D	0,00	0,00	20.036,80D
1.2.3.1.1.04.02 (42898)	P	P	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	882,00D	0,00	0,00	882,00D
1.2.3.1.1.04.05 (42901)	P	P	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	19.154,80D	0,00	0,00	19.154,80D
1.2.3.1.1.99			EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	2.979,00D	0,00	0,00	2.979,00D
1.2.3.1.1.99.99			DEBÁIS BENS MÓVEIS	2.979,00D	0,00	0,00	2.979,00D
1.2.3.1.1.99.99.01 (42928)	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	1.950,00D	0,00	0,00	1.950,00D
1.2.3.1.1.99.99.02 (42929)	P	P	OUTROS BENS MÓVEIS	1.029,00D	0,00	0,00	1.029,00D
1.2.3.2			BENS IMÓVEIS	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1			BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.2.1.07 (42997)	P	P	INSTALAÇÕES	209.172,60D	0,00	0,00	209.172,60D
1.2.3.8			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1			(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOI	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1.01			(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA - BENS MÓVEIS	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C
1.2.3.8.1.01.02 (43010)	P	P	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE INFORMÁTICA	90.311,78C	0,00	0,00	90.311,78C

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Novembro
Página: 2/9

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
2			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	377.082,00C	519.054,02	571.065,57	429.093,56C
2.1			PASSIVO CIRCULANTE	702,50C	519.054,02	571.065,57	52.714,05C
2.1.1			OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAG	0,00	440.888,50	492.823,80	51.955,30C
2.1.1.1			PESSOAL A PAGAR	0,00	339.659,62	391.614,92	51.955,30C
2.1.1.1.1			PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	339.659,62	391.614,92	51.955,30C
2.1.1.1.1.01			PESSOAL A PAGAR DO EXERCÍCIO	0,00	339.659,62	391.614,92	51.955,30C
2.1.1.1.1.01.01			SALÁRIOS, REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS DO EXERCÍCIO	0,00	222.354,02	222.354,02	0,00
2.1.1.1.1.01.02			DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00	117.305,60	117.305,60	0,00
2.1.1.1.1.01.03	P	P	DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO	0,00	117.305,60	117.305,60	0,00
2.1.1.1.1.01.03.00.0000001 (43094)			FÉRIAS	0,00	0,00	51.955,30	51.955,30C
2.1.1.1.1.01.03.00.0000001 (43096)	P	P	FÉRIAS	0,00	0,00	51.955,30	51.955,30C
2.1.1.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	54.785,04	54.785,04	0,00
2.1.1.2.1			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	0,00	54.785,04	54.785,04	0,00
2.1.1.2.1.01			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO EXERCÍCIO	0,00	54.785,04	54.785,04	0,00
2.1.1.4			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	0,00	46.423,84	46.423,84	0,00
2.1.1.4.3			ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	46.423,84	46.423,84	0,00
2.1.1.4.3.01			INSS A PAGAR	0,00	46.423,84	46.423,84	0,00
2.1.1.4.3.01.01			INSS - CONTRIBUIÇÃO SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	0,00	19.375,94	19.375,94	0,00
2.1.3			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	0,00	19.375,94	19.375,94	0,00
2.1.3.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	0,00	19.375,94	19.375,94	0,00
2.1.3.1.1			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CO	0,00	19.375,94	19.375,94	0,00
2.1.3.1.1.01			FORNECEDORES NACIONAIS	0,00	19.375,94	19.375,94	0,00
2.1.8			FORNECEDORES NÃO FINANCIADOS A PAGAR	0,00	19.375,94	19.375,94	0,00
2.1.8.8			DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	702,50C	58.809,58	58.865,83	758,75C
2.1.8.8.1			VALORES RESTITUIVEIS	702,50C	58.809,58	58.865,83	758,75C
2.1.8.8.1.01			CONSIGNAÇÕES	702,50C	55.499,91	55.556,16	758,75C
2.1.8.8.1.01.02 (43538)			INSS	0,00	14.121,84	14.121,84	0,00
2.1.8.8.1.01.04	F	F	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	0,00	31.994,36	31.994,36	0,00
2.1.8.8.1.01.04.00.03 (47959)	P	P	IMPOSTOS A REPASSAR - IRRF	0,00	31.994,36	31.994,36	0,00
2.1.8.8.1.01.08 (43544)	P	P	ISS	702,50C	0,00	56,26	758,75C
2.1.8.8.1.01.99			OUTROS CONSIGNATÁRIOS	0,00	9.383,71	9.383,71	0,00
2.1.8.8.1.01.99.01 (47983)	P	F	EMPRESTIMO CAIXA ECONOMICA FEDERAL	0,00	5.447,49	5.447,49	0,00
2.1.8.8.1.01.99.02 (47984)	P	F	TM - CELULARES	0,00	20,22	20,22	0,00
2.1.8.8.1.01.99.05 (47987)	P	F	SICOB CREDICAMPOS CONVENIO EMPRESTIMO	0,00	2.720,94	2.720,94	0,00
2.1.8.8.1.01.99.07 (48092)	P	F	AGEMED	0,00	1.195,06	1.195,06	0,00
2.1.8.8.1.04			DEPÓSITOS NÃO JUDICIAIS	0,00	3.309,67	3.309,67	0,00
2.1.8.8.1.04.03 (43566)	P	F	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	0,00	3.309,67	3.309,67	0,00
2.3			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1			PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1			PATRIMÔNIO SOCIAL	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C
2.3.1.1.1 (43992)	P	P	PATRIMÔNIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO	376.379,50C	0,00	0,00	376.379,50C

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Balanco de Verificação - 2015

Betha Sistemas
 Exercício de 2015
 Novembro
 Página: 3/9

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3			VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.845.903,30D	394.844,14	0,00	2.240.747,44D
3.1			PESSOAL E ENCARGOS	1.329.271,97D	329.998,67	0,00	1.659.270,64D
3.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.103.630,50D	283.574,83	0,00	1.387.205,33D
3.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	1.103.630,50D	114.313,93	0,00	1.217.944,43D
3.1.1.1.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - C	1.103.630,50D	114.313,93	0,00	1.217.944,43D
3.1.1.1.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	1.092.394,94D	113.311,28	0,00	1.205.706,22D
3.1.1.1.1.01.01	P		VENCIMENTOS E SALÁRIOS	1.092.394,94D	113.311,28	0,00	1.205.706,22D
3.1.1.1.1.02			OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL - RPPS	11.235,56D	1.002,65	0,00	12.238,21D
3.1.1.1.1.02.03	P		SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS	11.235,56D	1.002,65	0,00	12.238,21D
3.1.1.2			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS	0,00	169.280,90	0,00	169.280,90D
3.1.1.2.1			REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - C	0,00	169.280,90	0,00	169.280,90D
3.1.1.2.1.01			VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS	0,00	169.280,90	0,00	169.280,90D
3.1.1.2.1.01.21	P		FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	0,00	51.955,30	0,00	51.955,30D
3.1.1.2.1.01.22	P		13. SALÁRIO	0,00	117.305,60	0,00	117.305,60D
3.1.2			ENCARGOS PATRONAIS	225.641,47D	46.423,84	0,00	272.065,31D
3.1.2.2			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	225.641,47D	46.423,84	0,00	272.065,31D
3.1.2.2.3			ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - INTER OFSS - UNIÃO	225.641,47D	46.423,84	0,00	272.065,31D
3.1.2.2.3.01	P		CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS - INSS	225.641,47D	46.423,84	0,00	272.065,31D
3.2			BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	265.460,59D	45.519,53	0,00	310.980,12D
3.2.1			APOSENTADORIAS E REFORMAS	265.460,59D	45.519,53	0,00	310.980,12D
3.2.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS	265.460,59D	45.519,53	0,00	310.980,12D
3.2.1.1.1			APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	265.460,59D	45.519,53	0,00	310.980,12D
3.2.1.1.1.01	P		PROVENTOS - PESSOAL CIVIL	265.460,59D	45.519,53	0,00	310.980,12D
3.2.1.1.1.06	P		13º SALÁRIO - PESSOAL CIVIL	0,00	27.392,52	0,00	292.853,11D
3.3			USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	251.170,74D	19.325,94	0,00	270.496,68D
3.3.1			USO DE MATERIAL DE CONSUMO	52.415,54D	2.085,59	0,00	54.501,13D
3.3.1.1			CONSUMO DE MATERIAL	52.415,54D	2.085,59	0,00	54.501,13D
3.3.1.1.1			CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	52.415,54D	2.085,59	0,00	54.501,13D
3.3.1.1.1.01	P		COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	4.325,42D	361,23	0,00	4.686,65D
3.3.1.1.1.15	P		MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	2.020,00D	0,00	0,00	2.020,00D
3.3.1.1.1.16	P		MATERIAL DE EXPEDIENTE	1.871,38D	415,90	0,00	2.287,28D
3.3.1.1.1.17	P		MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	3.307,00D	345,00	0,00	3.652,00D
3.3.1.1.1.21	P		MATERIAL DE COPIA E COZINHA	5.638,70D	919,72	0,00	6.558,42D
3.3.1.1.1.22	P		MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO	2.226,75D	0,00	0,00	2.226,75D
3.3.1.1.1.26	P		MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	2.398,27D	0,00	0,00	2.398,27D
3.3.1.1.1.39	P		MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	15.684,40D	0,00	0,00	15.684,40D
3.3.1.1.1.45	P		MATERIAL TÉCNICO PARA SELEÇÃO E TREINAMENTO	1.160,00D	0,00	0,00	1.160,00D
3.3.1.1.1.49	P		BILHETES DE PASSAGEM	5.351,31D	0,00	0,00	5.351,31D
3.3.1.1.1.99	P		OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO	8.432,31D	43,74	0,00	8.476,05D
3.3.2			SERVIÇOS	198.755,20D	17.240,35	0,00	215.995,55D
3.3.2.1			DIÁRIAS	43.760,00D	0,00	0,00	43.760,00D
3.3.2.1.1			DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	43.760,00D	0,00	0,00	43.760,00D
3.3.2.1.1.01			DIÁRIAS PESSOAL CIVIL	43.760,00D	0,00	0,00	43.760,00D
3.3.2.1.1.01.01	P		DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL - NO PAIS	43.760,00D	0,00	0,00	43.760,00D
3.3.2.2			SERVIÇOS TERCEIROS - PF	3.435,25D	180,00	0,00	3.615,25D
3.3.2.2.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	3.435,25D	180,00	0,00	3.615,25D
3.3.2.2.1.05	P		SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	190,00D	0,00	0,00	190,00D

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Novembro
Página: 4/9

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
3.3.2.2.1.99 (44632)	P		OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS POR PESSOA FÍSICA	3.245,25D	180,00	0,00	3.425,25D
3.3.2.3			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	151.559,95D	17.060,35	0,00	168.620,30D
3.3.2.3.1			SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	151.559,95D	17.060,35	0,00	168.620,30D
3.3.2.3.1.04 (44638)	P		COMUNICAÇÃO	11.130,00D	1.590,00	0,00	12.720,00D
3.3.2.3.1.05 (44639)	P		PUBLICIDADE	1.230,00D	120,00	0,00	1.350,00D
3.3.2.3.1.06 (44640)	P		MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	60,00D	0,00	0,00	60,00D
3.3.2.3.1.08 (44642)	P		SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO, ENERGIA ELÉTRICA, GÁS E OUTROS.	14.013,98D	1.411,36	0,00	15.425,34D
3.3.2.3.1.10 (44644)	P		LOCAÇÕES	13.029,19D	1.333,64	0,00	14.362,83D
3.3.2.3.1.11 (44645)	P		SERVIÇOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6.704,30D	676,10	0,00	7.380,40D
3.3.2.3.1.30 (44664)	P		SELEÇÃO E TREINAMENTO	6.537,00D	479,00	0,00	7.016,00D
3.3.2.3.1.31 (44665)	P		SERVIÇO MÉDICO - HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS	705,00D	0,00	0,00	705,00D
3.3.2.3.1.46 (44680)	P		SERVIÇOS GRÁFICOS E EDITORIAIS	4.275,00D	0,00	0,00	4.275,00D
3.3.2.3.1.99 (44687)	P		OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	93.875,48D	11.450,25	0,00	105.325,73D

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Novembro
Página: 5/9

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
4			VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	2.347.910,00C	0,00	0,00	2.347.910,00C
4.5			TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.347.910,00C	0,00	0,00	2.347.910,00C
4.5.1			TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.347.910,00C	0,00	0,00	2.347.910,00C
4.5.1.1			TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.347.910,00C	0,00	0,00	2.347.910,00C
4.5.1.1.2 (45892)	P		TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - IN	2.347.910,00C	0,00	0,00	2.347.910,00C

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Novembro
Página: 6/9

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
5			CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00	190.000,00	190.000,00	2.817.500,00
5.2			ORÇAMENTO APROVADO	2.817.500,00	190.000,00	190.000,00	2.817.500,00
5.2.2			FIXAÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00	190.000,00	190.000,00	2.817.500,00
5.2.2.1			DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.817.500,00	190.000,00	190.000,00	2.817.500,00
5.2.2.1.1			DOTAÇÃO INICIAL	2.817.500,00	0,00	0,00	2.817.500,00
5.2.2.1.1.01 (46205)	O		CRÉDITO INICIAL	2.817.500,00	0,00	0,00	2.817.500,00
5.2.2.1.2			DOTAÇÃO ADICIONAL POR TIPO DE CRÉDITO	0,00	190.000,00	0,00	190.000,00
5.2.2.1.2.01 (46207)	O		CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR	0,00	190.000,00	0,00	190.000,00
5.2.2.1.9 (46225)	O		CANCELAMENTO/REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO	0,00	0,00	190.000,00	190.000,00

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Novembro
Página: 7/9

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balancete de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
6			CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	2.817.500,00C	1.570.173,12	1.570.173,12	2.817.500,00C
6.2			EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	2.817.500,00C	1.570.173,12	1.570.173,12	2.817.500,00C
6.2.2			EXECUÇÃO DA DESPESA	2.817.500,00C	1.570.173,12	1.570.173,12	2.817.500,00C
6.2.2.1			DISPONIBILIDADES DE CRÉDITO	2.817.500,00C	1.570.173,12	1.336.382,12	2.582.709,00C
6.2.2.1.1 (46261)	O		CRÉDITO DISPONÍVEL	951.485,61C	766.989,84	190.000,00	374.495,77C
6.2.2.1.3			CRÉDITO UTILIZADO	1.866.014,39C	803.183,28	1.145.382,12	2.208.213,23C
6.2.2.1.3.01 (46267)	O		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	8.140,00C	342.938,84	342.198,84	7.400,00C
6.2.2.1.3.02 (46268)	O		CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	0,00	117.305,60	117.305,60	0,00
6.2.2.1.3.03 (46269)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	0,00	342.938,84	342.938,84	0,00
6.2.2.1.3.04 (46270)	O		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO	1.857.874,39C	0,00	342.938,84	2.200.813,23C
6.2.2.2 (46274)	O		MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS CONCEDIDOS	0,00	0,00	234.791,00	234.791,00C

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Novembro
Página: 8/9

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
7			CONTROLES DEVEDORES	2.374.290,98D	3.309,67	0,00	2.377.600,65D
7.2			ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.372.064,84D	3.309,67	0,00	2.375.374,51D
7.2.1			DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	2.372.064,84D	3.309,67	0,00	2.375.374,51D
7.2.1.1 (46412)	C		CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	2.372.064,84D	3.309,67	0,00	2.375.374,51D
7.9			OUTROS CONTROLES	2.226,14D	0,00	0,00	2.226,14D
7.9.1			RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	2.226,14D	0,00	0,00	2.226,14D
7.9.1.2			RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTULOS E BENS	2.226,14D	0,00	0,00	2.226,14D
7.9.1.2.1 (46453)	C		CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	2.226,14D	0,00	0,00	2.226,14D

Betha Sistemas
Exercício de 2015
Novembro
Página: 9/9

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS
Balanço de Verificação - 2015

Máscara	Subsist. C.	Sup. Fin.	Descrição	Saldo Anterior	Débitos	Créditos	Saldo Atual
8			CONTROLES CREDORES	2.374.290,98C	1.083.505,44	1.096.815,11	2.377.600,65C
8.2			EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.372.064,84C	1.083.505,44	1.096.815,11	2.375.374,51C
8.2.1			EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	2.372.064,84C	1.083.505,44	1.096.815,11	2.375.374,51C
8.2.1.1			EXECUÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS	2.372.064,84C	1.083.505,44	1.096.815,11	2.375.374,51C
8.2.1.1.1			DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS	481.895,61C	348.818,18	6.619,34	139.696,77C
8.2.1.1.1.01 (46731)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS - DISPONÍVEL	481.895,61C	348.818,18	6.619,34	139.696,77C
8.2.1.1.2 (46733)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	8.140,00C	342.938,84	342.198,84	7.400,00C
8.2.1.1.3	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS COMPROMETIDA P	702,50C	401.748,42	401.804,67	758,75C
8.2.1.1.3.01 (46735)	C		COMPROMETIDA POR LIQUIDAÇÃO	0,00	342.938,84	342.938,84	0,00
8.2.1.1.3.02 (46736)	C		COMPROMETIDA POR CONSIGNAÇÕES/RETEÇÕES	702,50C	58.809,58	58.865,83	758,75C
8.2.1.1.4 (46738)	C		DISPONIBILIDADE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS UTILIZADA	1.881.326,73C	0,00	346.192,26	2.227.518,99C
8.9			OUTROS CONTROLES	2.226,14C	0,00	0,00	2.226,14C
8.9.1			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TÍTULOS E BENS	2.226,14C	0,00	0,00	2.226,14C
8.9.1.2			EXECUÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TÍTUL	2.226,14C	0,00	0,00	2.226,14C
8.9.1.2.1			EXECUÇÃO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDID	2.226,14C	0,00	0,00	2.226,14C
8.9.1.2.1.03 (46829)	C		ADIANTAMENTOS APROVADOS	2.226,14C	0,00	0,00	2.226,14C
TOTAL:				0,00	3.774.246,06	3.774.246,06	0,00C

CAMPOS NOVOS, 03/12/2015

NELSON CARAFA
PRESIDENTE

JOELMA F. FAÉ
CONTADORA CRC/SC 26419/O-6

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº325/2015

DECRETO Nº. 325/2015

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a necessidade da regulamentação da realização das movimentações financeiras em instituições financeiras onde esta Municipalidade possua recursos pecuniários depositados, resolve:

DECRETAR

Art. 1º. Fica introduzido o art. 3º-B ao Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

"Art. 3º-B. Fica autorizada a servidora ELAINE CRISTINA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Contadora, à disposição da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a realizar as transações bancárias elencadas no parágrafo 1º deste artigo, junto às instituições financeiras onde as entidades da administração direta, indireta e fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal, possuem suas contas bancárias.

§1º. Ficam delegados os seguintes poderes a servidora citada no caput deste artigo:

- I - Solicitar saldos e extratos;
- II - Sustar/Contra-ordenar cheques;
- III - Cancelar cheques;
- IV - Baixar cheque;
- V - Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- VI - Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- VII - Efetuar transferências por meio eletrônico;
- VIII - Solicitar saldos/extratos de investimentos;
- IX - Solicitar saldos/extratos de operações de crédito;
- X - Emitir comprovantes;
- XI - Efetuar transferências para mesma titularidade - meio eletrônico;
- XII - Autorizar aplicação em fundos de investimentos;
- XIII - Autorizar aplicações financeiras;
- XIV - Autorizar cancelamento de agendamento de aplicações;
- XV - Autorizar cancelamento de agendamento de resgate de aplicações;
- XVI - Autorizar resgate de aplicações em fundos de investimento;
- XVII - Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- XVIII - Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- XIX - Consultar obrigações do débito direto autorizado;
- XX - Requisitar talonários de cheques;
- XXI - Retirar cheques devolvidos.

§2º. Os poderes elencados nos incisos VI, VII, XI e XX efetivar-se-ão mediante três assinaturas, sendo que obrigatoriamente estas transações quando cadastradas pela servidora citada no caput deste artigo, serão igualmente assinadas, por pelo menos dois dos três servidores citados no caput dos artigos 1º, 2º e 2º-A deste Decreto."

Art. 2º. Fica alterado o art. 5º do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

"Art. 5º. As contas bancárias das entidades da administração direta, indireta e fundacional citadas nos artigos 1º, 2º, 2º-A, 3º, 3º-A, 3º-B, 4º e 4º-B deste decreto, referem-se exclusivamente às vinculadas aos seguintes números de inscrição no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas:

- I – 83.102.384/0001-80;
- II – 83.102.384/0002-61;
- III – 11.206.680/0001-10;
- IV – 11.455.005/0001-25;
- V – 03.914.543/0001-02;
- VI – 02.216.925/0001-08;
- VII – 19.052.864/0001-85."

Art. 3º. Fica alterado o §2º do art. 6º do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

"§2º. Exclusivamente no tocante às contas correntes citadas no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º, do §2º do art. 3º-A e do §2º do art. 3º-B, vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade."

Art. 4º. Fica alterado o §2º do art. 6º-C do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

"§2º. Exclusivamente no tocante às contas correntes citadas no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor DIOGO CARLOS SEIDEL, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º, do §2º do art. 3º-A e do §2º do art. 3º-B, vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade."

Art. 5º. Fica alterado o §2º do art. 6º-D do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

"§2º. Exclusivamente no tocante às contas correntes citadas no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura da servidora CARMEN NOERNBERG, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º, do §2º do art. 3º-A e do §2º do art. 3º-B, vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade."

Art. 6º. Fica alterado o §2º do art. 6º-E do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

"§2º. Exclusivamente no tocante às contas correntes citadas no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura da servidora MARISTELA MURARA BURGARDT, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º, do §2º do art. 3º-A e do §2º do art. 3º-B,

vez que tais contas se destinam ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 7º. Fica alterado o §2º do art. 6º-F do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante à conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura da servidora MARISTELA MURARA BURGARDT, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º, do §2º do art. 3º-A e do §2º do art. 3º-B, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 8º. Fica alterado o §2º do art. 6º-G do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante à conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor DIOGO CARLOS SEIDEL, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º, do §2º do art. 3º-A e do §2º do art. 3º-B, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 9º. Fica alterado o §2º do art. 6º-H do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante à conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º, do §2º do art. 3º-A e do §2º do art. 3º-B, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos à diárias de pequena monta, até 100 UFM, aos servidores desta municipalidade.”

Art. 10. Fica alterado o §2º do art. 6º-I do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante a conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor GERSON DOBROCHINSKEI, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º, do §2º do art. 3º-A e do §2º do art. 3º-B, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos a despesas que não podem ser realizadas através do regime normal de aplicação, como o custeio de despesas com a estada de atletas de variadas modalidades desportivas que representam o Município de Canoinhas em eventos realizados fora da sede do Município.”

Art. 11. Fica alterado o §2º do art. 6º-J do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante a conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão unicamente com a assinatura do servidor DIMAS ANTONIO CHAGAS, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 2º-A, do §2º do art. 3º, do §2º do art. 3º-A e do §2º do art. 3º-B, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos a despesas que não podem ser realizadas através do regime normal de aplicação, como o custeio de despesas com a estada de atletas de variadas

modalidades desportivas que representam o Município de Canoinhas em eventos realizados fora da sede do Município.”

Art. 12. Fica alterado o §2º do art. 6º-K do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante à conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão apenas com a assinatura da servidora CARMEN NOERNBERG, juntamente com a assinatura do servidor citado no art. 6º-L, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 3º, do §2º do art. 3º-A e do §2º do art. 3º-B, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos a despesas com a realização da Fesmate 2015 e tais pagamentos são controlados pela tesouraria e pela presidência da comissão organizadora da festividade, conforme Decreto nº080/2015.”

Art. 13. Fica alterado o §2º do art. 6º-L do Decreto nº004/2013, sendo que este passa a vigor conforme a seguinte redação:

“§2º. Exclusivamente no tocante à conta corrente citada no caput deste artigo, e no que se refere aos poderes elencados no seu §1º, estes dar-se-ão apenas com a assinatura do servidor EDMILSON LUIZ VERKA, juntamente com a assinatura da servidora citada no art. 6º-K, procedimento que difere do aplicado através do §2º do art. 1º, do §2º do art. 2º, do §2º do art. 3º, do §2º do art. 3º-A e do §2º do art. 3º-B, vez que tal conta se destina ao pagamento de valores relativos a despesas com a realização da Fesmate 2015 e tais pagamentos são controlados pela tesouraria e pela presidência da comissão organizadora da festividade, conforme Decreto nº080/2015.”

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 04 de dezembro de 2015.
LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 04/12/2015.

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 130/2015 (PRESENCIAL)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 130/15

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 212/15

HOMOLOGAÇÃO: 08/12/15

CONTRATADO: ZERO HORA EDIT.JORNALISTICA LTDA CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ESPAÇOS EM CM2 (CENTÍMETRO QUADRADO) EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DAS

DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

VALOR DA DESPESA: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
DATA: 08/12/15 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

TERMO DE ADITAMENTO Nº02/2015 - CONTRATO Nº0413.319.0000001-21

TERMO DE ADITAMENTO Nº 02/2015

ADITAMENTO À CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO DO PROGRAMA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA GESTÃO DOS SETORES SOCIAIS BÁSICOS, ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, COM SEDE NO SETOR BANCÁRIO SUL, QUADRA 4, LOTES 3 e 4, EM BRASÍLIA – DF, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 00.360.305/0001/04, E O MUNICÍPIO DE CANOINHAS/SC, COM SEDE NA CIDADE DE CANOINHAS, SC, NO ENDEREÇO RUA FELIPE SCHMIDT, 10, CENTRO – CANOINHAS, SC, INSCRITO NO CNPJ/MF SOB Nº 83.102.384/0001-80.

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, instituição financeira sob a forma de empresa pública, criada nos termos do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, vinculada ao Ministério da Fazenda, regendo-se pelo Estatuto vigente na data do presente Termo de Aditamento, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, lotes 3/4, em Brasília – DF, inscrita no CNPJ/MF SOB Nº 00.360.305/0001-04, doravante designada CAIXA ou CREDORA, neste ato Gerente Geral da Agência Canoinhas, Sr. Mauri Ruthes, brasileiro, casado, economiário, RG nº 3.888.988-5, SSP/PR, CPF nº 605.847.939-87, e o Município de Canoinhas/SC, com sede na cidade de Canoinhas/SC, no endereço Rua Felipe Schmidt, 10, Centro – Canoinhas, SC, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 83.102.384/0001-80, por seus representantes legais, LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, CNH/RG nº 01550477807, DETRANS/SC, CPF nº 477.740.299-15, em visto o que dispõe o contrato de empréstimo, na linha do Programa da Modernização da Administração Tributária e dos Setores Sociais Básicos – PMAT, nº da FRO: 64063640011, número do Contrato 0413.319.0000001-21, no valor de R\$ R\$ 1.385.496,00 (um milhão, trezentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais), para alterar o contrato conforme a seguir:

Onde se lê:

Número da FRO	Número do Contrato	Vencimento	Valor – R\$
20143490009	0413.319.0000001-21	23/12/2022	1.385.496,00

Passa a vigor com a seguinte redação:

Número da FRO	Número do Contrato	Vencimento	Valor – R\$
64063640011	0413.319.0000001-21	15/01/2023	1.385.496,00

Onde se lê:

Aos 23 dias do mês de DEZEMBRO do ano de 2014, em moeda corrente do País, nesta cidade, eu CREDITADA (Município de Canoinhas), na condição de EMITENTE pagarei à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou à sua ordem, por esta Cédula de Crédito Bancário, que juntamente com os extratos de conta corrente e/ou planilha de cálculo fica reconhecida como Título representativo da dívida certa, líquida e exigível, decorrente do valor colocado à disposição da CREDITADA com os respectivos encargos pactuados nesta Cédula, apurados considerando a taxa efetiva mensal de juros, incidentes em cada parcela mensal, com amortização na forma e prazos estabelecidos por esta Cédula, devendo o extrato da operação ou a planilha, que complementa esta Cédula, expressar os valores e os respectivos percentuais de encargos, nos termos da Lei 10.931, de 02/08/2004, e demais legislações vigentes.

Passa a vigor com a seguinte redação:

Aos dias 15 dias do mês de Janeiro do ano de 2023, em moeda corrente do País, nesta cidade, eu CREDITADA (Município de Canoinhas), na condição de EMITENTE pagarei à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ou à sua ordem, por esta Cédula de Crédito Bancário, que juntamente com os extratos de conta corrente e/ou planilha de cálculo fica reconhecida como Título representativo da dívida certa, líquida e exigível, decorrente do valor colocado à disposição da CREDITADA com os respectivos encargos pactuados nesta Cédula, apurados considerando a taxa efetiva mensal de juros, incidentes em cada parcela mensal, com amortização na forma e prazos estabelecidos por esta Cédula, devendo o extrato da operação ou a planilha, que complementa esta Cédula, expressar os valores e os respectivos percentuais de encargos, nos termos da Lei 10.931, de 02/08/2004, e demais legislações vigentes.

O Parágrafo Quarto da CLÁUSULA SEXTA passa a vigor com a seguinte redação:

Parágrafo Quarto – Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, estaduais, distritais ou municipais, inclusive os bancários será, para todos os fins e efeitos desta CCB, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos desta CCB, e para efeito do disposto nesta Cláusula, salvo disposição expressa em contrário, serão considerados os feriados do lugar onde estiver a sede da BENEFICIÁRIA, cujo endereço estiver indicado neste Contrato.

E por estarem, assim justas e contratadas, firmam o presente termo, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os jurídicos e legais efeitos, na presença de duas testemunhas.

Canoinhas, 17 de Novembro de 2015.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito Municipal de
Município de CANOINHAS/SC

Gerente Geral
Caixa Econômica Federal

Testemunhas:

Nome: VALDECI CESAR ZARANSKI
RG nº: 1.453.778 SSI/SC
CPF nº: 514.013.049-15

Nome: FABIO SUSIN
RG nº: 7.424.976 SSP/SC
CPF nº: 722.410.200-87

PUBLICAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PREGÃO Nº PMC 130/2015 (PRESENCIAL)

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 212/2015
Licitação.....: 130/2015 - PR
Modalidade.....: PREGÃO PRESENCIAL
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ESPAÇOS EM CM2 (CENTÍMETRO QUADRADO) EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA PARA PUBLICAÇÕES OFICIAIS E INSTITUCIONAIS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, CORPO DE BOMBEIROS, POLÍCIA MILITAR E CIVIL.

Processo Administrativo: 75.000,00
Total dos Itens Vencedores:

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	- 16103	- PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS (LEIS, DECRETOS, PORTARIAS, EXT - Unidade: CM2						
6286	ZERO HORA EDIT.JORNALISTICA LTDA		5.000,000	0,0000	15,0000	75.000,00	Venceu	1 *****
Item.....: 2	- 16104	- PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS (LEIS, DECRETOS E OUTROS - Unidade: CM2						
6286	ZERO HORA EDIT.JORNALISTICA LTDA		80.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0
Item.....: 3	- 16106	- PUBLICAÇÃO DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DOS ATOS DO PODER EX - Unidade: CM2						
6286	ZERO HORA EDIT.JORNALISTICA LTDA		5.000,000	0,0000	0,0000	0,00	Não cotou	0

Canoinhas,	Em/...../.....
ROBERTA JOSIANE SCHAFASCHEK	-/...../..... - Pregoeiro(a)
PAULO CESAR SAFANELLI	-/...../..... - SUPLENTE PREGOEIRO
CLAUDIO HENRIQUE MATHIAS	-/...../..... - EQUIPE DE APOIO
MARCIANO FERNANDES CORREA	-/...../..... - EQUIPE DE APOIO
DOUGLAS ANTONIO CONCEIÇÃO	-/...../..... - 28.754/SC
VANESSA LANGER	-/...../..... - CRC/SC 028524/O-0

Capinzal

PREFEITURA

EDITAL 037/2015 - ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA

EDITAL Nº 037, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o processo de aumento de carga horária para servidores efetivos estáveis e em estágio probatório do quadro do Magistério público Municipal

Prefeito do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto 35 da Lei Complementar nº 006, de março de 1991 e nos artigos 17 e 18 da Lei complementar nº 045, de 20 de dezembro de 2000, estabelece normas para a realização do processo de aumento de carga horária para os servidores efetivos estáveis e em estágio probatório do quadro do Magistério Público Municipal, que reger-se-á pelas normas fixadas neste edital e demais disposições da legislação vigente.

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1. O aumento de carga horária de servidores do quadro do Magistério Municipal destina-se ao preenchimento de vagas em caráter temporário das unidades escolares do município de Capinzal, durante o ano de 2016.

0.2. Os professores habilitados em Pedagogia deverão optar pela área de Educação Infantil ou Séries Iniciais de acordo com a área de atuação para a qual tenham prestado o concurso público.

0.2.1. Nos casos de sobra de vagas em Séries Iniciais e não havendo mais interessados inscritos no processo, poderão ser convocados os classificados em Educação Infantil, desde que possuam habilitação para tal.

0.3. Os professores habilitados em Disciplinas Específicas do Currículo deverão optar pela disciplina para a qual tenham sido lotados, de acordo com o concurso público prestado.

II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições acontecerão nos dias 09, 10, e 11 de dezembro de 2015, através de formulário próprio, disponível na Diretoria de Recursos Humanos, no horário das 7h às 13h.

2.2. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição.

2.3. Poderão inscrever-se os membros efetivos do Magistério Público Municipal, com carga horária de 10 (dez), 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais.

3.1 Não poderão inscrever-se os membros do Magistério Público Municipal que estiverem na condição de auxílio doença, readaptados, Licença para Tratar de Assuntos Particulares, respondendo por Processo Administrativo ou em Licença prêmio.

3.1.1 Os professores convocados para os cargos de Professor de Educação Física que assumirão suas vagas em 01 de fevereiro de 2016, poderão fazer suas inscrições normalmente.

III- DA CLASSIFICAÇÃO

3.1. A classificação obedecerá aos seguintes critérios, conforme disposto no art. 38, Parágrafo único da Lei Complementar 045/2000:

- Melhor nota de avaliação por desempenho dos anos de 2013 e 2014;
- Maior habilitação;
- Maior tempo de serviço.

3.1.1. Será dada prioridade à alteração temporária no estabelecimento de atuação do professor e, caso já tenham sido preenchidas as vagas no estabelecimento no qual o servidor atua, o servidor poderá alterar carga horária em outro estabelecimento de ensino.

3.2. O resultado deste processo será publicado no dia 14 de dezembro de 2015, no período da manhã, no site da Prefeitura Municipal – www.capinzal.sc.gov.br, juntamente com o quadro de vagas.

3.3. A escolha das vagas ocorrerá no dia 14 de dezembro de 2015, às 16h, nas dependências da Secretaria Municipal da Educação.

3.4. Os professores habilitados em Pedagogia serão classificados conforme a área de atuação para a qual prestaram o concurso.

IV- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. O aumento de carga horária dos servidores classificados neste Edital serão efetuados a partir do dia 01 de fevereiro de 2016 e encerrar-se ao em 20 de dezembro de 2016, conforme artigo 38 da Lei Complementar nº 045/2000.

4.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal da Educação, observando a legislação vigente.

Capinzal – SC, em 01 de dezembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado.

FUMREBOM TERMO ADITIVO 001/2015 C63

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 001/2015 C63 - Contrato Nº: 0063/2015 M	
Contratante...: FUMREBOM-FUNDO MUNIC. DE REEQ. DE BOMB.DE CAPINZAL	
Contratada....: DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS POUSO NOVO LTDA - ME	
Valor : 1.220,87 (um mil duzentos e vinte reais e oitenta e sete centavos)	
Vigência : Início: 08/12/2015 Término: 11/03/2016	
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 24/2015	
Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Processo_Licitatório.....: 00041 / 2015	
Recursos : Dotação:	
Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 1.220,87 (um mil duzentos e vinte reais e oitenta e sete centavos). Conforme memorando com justificativa, parecer jurídico.	
Capinzal, 8 de Dezembro de 2015	

PMC CONTRATO 0287/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Contrato Nº.: 0287/2015		
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL		
Contratada...: CAPINZAL CENTER LTDA		
Valor : 2.560,00 (dois mil quinhentos e sessenta reais)		
Vigência : Início: 07/12/2015 Término: 07/12/2016		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 99/2015 Processo_Licitatório.....: 000174 / 2015		
Recursos : Dotação:		
Objeto : REGISTRO DE PREÇO para aquisição de balas mastigáveis para distribuição durante a Programação Natalina no Natal das Estrelas, de 04 à 23 de dezembro de 2015, na Praça Pedro Lélis da Rocha		
Capinzal, 7 de Dezembro de 2015		

matrícula nº 407497/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para substituir a servidora Luciana Milan Stringhi, afastada pelo INSS, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante quinze (15) dias no mês de novembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de novembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1331/2015

PORTARIA Nº 1331, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Aurenita Aparecida Gomes da Silva Ramos, matrícula nº 326976/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para substituir a servidora Marcia Carolina Müller, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais pelo período de 28 de setembro a 29 de outubro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de novembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1332/2015

PORTARIA Nº 1332, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Lucilene Pacheco dos Santos,

PORTARIA 1334/2015

PORTARIA Nº 1334, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Jessica Duarte, matrícula nº 407482/02, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante seis (06) dias no mês de novembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de novembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1336/2015

PORTARIA Nº 1336, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Solange Maristela Jordão,

matrícula nº 410047/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante dois (02) dias no mês de novembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de outubro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1337/2015

PORTARIA Nº 1337, DE 20 DE OUTUBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, do servidor Celito Pereira, matrícula nº 407459/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º O servidor passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante dois (02) dias no mês de novembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 20 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1338/2015

PORTARIA Nº 1338, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Angela Rethor, matrícula nº 181510/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4,

referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para substituir a titular Patricia de Siqueira, afastada por motivo de saúde, na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante oito (08) dias no mês de novembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1339/2015

PORTARIA Nº 1339, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Elisiane Slongo, matrícula nº 328170/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante dois (02) dias no mês de novembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1340/2015

PORTARIA Nº 1340, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Taina Aparecida Costa, matrícula nº 402249/03, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, com carga horária de vinte (20) horas

semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer, para realizar eventuais substituições na Escola Municipal Viver e Conhecer.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante um (01) dias no mês de novembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1341/2015

PORTARIA Nº 1341, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Diana Cassia Constantini, matrícula nº 407454/02, ocupante do cargo de Professor de Música, nível 232, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para realizar eventuais substituições nas escolas municipais Bernardo Moro Sobrinho e Belisário Pena.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante três (03) dias do mês de novembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em outubro de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1342/2015

PORTARIA Nº 1342, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Tatiane Pereira Dias, matrícula nº 333832/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de

2012, para realizar eventuais substituições, no Centro Municipal de Educação Infantil Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante um (01) dia no mês de novembro de 2015.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1343/2015

PORTARIA Nº 1343, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Aumenta carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento nos artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art.1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Fernanda Deisi Ramos Bittencourt, matrícula nº 328634/03, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, com carga horária de vinte (20) horas semanais, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, para atuar em eventuais substituições a professores nos Centros Municipais de Educação Infantil Pinguinho de Gente e Conquistando meu Espaço.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais durante treze (13) dias no mês de novembro.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 19 de novembro de 2015

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1344/2015

PORTARIA Nº 1344, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 3808/2014 e considerando o parecer emitido pela Assessoria Jurídica nº 402/2015, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Priscila Previde da Rosa, matrícula nº 332674/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de

Assistente Social, nível 56, referência E, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência F, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2014.

Capinzal – SC, em 19 de novembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1345/2015

PORTARIA Nº 1345, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 3681/2015, Claudenise Maykeli Rodrigues, matrícula nº 410061/01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 23 de novembro de 2015.

Capinzal – SC, em 23 de novembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 1346/2015

PORTARIA Nº 1346, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Concede Função de Chefia a servidor, na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto na Lei Complementar nº 088, de 22 de dezembro de 2005 e Lei Complementar nº 129, de 12 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º Fica concedida Função de Chefia de Acúmulo de Função (FC – 1) ao servidor Alessio Girioli, matrícula nº 305367/01 ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência J, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em novembro de 2015

Capinzal - SC, em 23 de novembro de 2015
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 83/2014 - PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 83/2014 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 83/2014.

Processo Licitatório nº 82/2014

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, §1º, inciso II da Lei Federal n. 8.666/93 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações;

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução contratual estabelecido na Cláusula Segunda e na Cláusula Quinta do Contrato nº 83/2014, celebrado entre as partes em 05/11/2014.

Prazo de Prorrogação: O prazo de execução do Contrato n. 83/2014, em decorrência da dilação, se estenderá por 30 (trinta) dias corridos além do prazo inicialmente previsto.

DATA DA ASSINATURA: 10 de novembro de 2015.

JOSE BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 413/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 413/2015

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º 8º 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor do Servidor Público SÉRGIO SCHNEIDER, ocupante do Cargo efetivo de Operador de Equipamentos, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 07/12/2015 a 16/12/2015 10 (dez) dias, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 07.12.15.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de dezembro de 2015.:

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/PMCS/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/PMCS/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/PMCS/2015

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de refeições do tipo self-service, a serem servidas nas instalações da Secretaria de Obras, para atendimento a servidores públicos de Cocal do Sul/SC e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, para atendimento as crianças do Serviço.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento dos envelopes: Até as 09h00min do dia 22/12/2015.

Abertura: Dia 22/12/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min, ou pelo telefone (48) 3444-6006.

Cocal do Sul, 08 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

DECRETO SAF/N. 447/15

DECRETO SAF/Nº. 447/15, de 18 de novembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CMDI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, e de acordo com o art. 3º da Lei n. 1.232 e da Lei 1.245, de 26 de fevereiro de 2015, resolve

DECRETAR:

Art. 1º O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Cocal do Sul-CMDI, tem a seguinte composição:

a) Área Governamental:

I – Zuleide Maximiano Tavares – titular e
Cristiane Prudêncio Ramos – suplente – representantes da Secretaria de Ação Social e da Família;

II – Jane do Carmo José Kafcka – titular e
Zenaide Ghizzo – suplente – representantes da Secretaria de Saúde Pública;

III – Juarez Fogaça – titular e
Adriana de Figueiredo Rosso – suplente – representantes da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura;

IV – Rafael Uggioni Colombo – titular e
Sandro Roberto Faraco – suplente – representantes da Procuradoria do Município;

V – Amanda Caroline Cologni – titular e
Reginaldo Fontanella – suplente – representantes da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas.

b) Área Não Governamental:

I – Maria de Fátima Dajori Magagnin – titular e
Sérgio Pereira Ruzza – suplente – representantes do Lions Clube de Cocal do Sul;

II – Rosa Albertina De Lorenzi Carrer – titular e
Áurea Pereira Búrigo – suplente – representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cocal do Sul – CDL;

III – Aldo Cândido Morona – titular e
Rosiclei Prior Viola – suplente – representantes da Associação de Moradores de Cocal do Sul;

IV – Maria Salete Teixeira Búrigo – titular e
Fernando Souza da Gama – suplente – representantes da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Cocal do Sul;

V – Vidal Souza – titular e
Claudina Cesca Sartor – suplente – representantes de organização de grupo ou movimento do idoso.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se o Decreto 265/15, de 17 de abril de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de novembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 448/15

DECRETO SAF/Nº. 448/15, de 24 de novembro de 2015.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso das atribuições e de acordo com a Lei nº. 929, de 11 de março de 2009 resolve,

DESIGNAR:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul, conforme abaixo discriminado:

I- Representantes de órgãos do Poder Público:

a) FUNDAC – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul:

Titular: Nilton Gonçalves;

Suplente: Sandra Maria de Souza.

b) SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de

Cocal do Sul:

Titular: Carla Cristina Possamai Della;

Suplente: Ângelo Sartor.

c) Secretaria de Saúde Pública:

Titular: Sinara Maria Crippa Milanez;

Suplente: Adilson Severino.

d) Secretaria de Educação, Esporte e Cultura:

Titular: Raquel Romagna Quarezemin;

Suplente: Cristina Denésio Corrêa.

e) Polícia Militar

Titular: José Américo;

Suplente: João José Domingos.

f) Secretaria de Ação Social e da Família:

Titular: Sandra Quarezemin;

Suplente: Paula Aparecida Thomaz Zavarize.

g) EPAGRI – Empresa de Pesquisa e Extensão Rural:

Titular: Adreane Maria Scopel;

Suplente: Cleiton José Pereira.

II- Representantes da Sociedade Civil Organizada:

h) CDL – Clube de Dirigentes Lojistas:

Titular: Camila Vieira;

Suplente: Fernando de Fáveri Marcelino.

i) LIONS Club de Cocal do Sul:

Titular: José Benevenuto Stopassoli;

Suplente: Aleir Correia Oliveira.

j) Associações de Moradores do Bairro Boa Vista:

Titular: Luciano Brolesi;

Suplente: Adilson Milton Sant'Ana.

k) Ong e Associação Patas e Pegadas:

Titular: Ângela Maria Mendes Anjo;

Suplente: Dalila M. Martins Cardoso.

l) CMDR – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural:

Titular: Dario Brolese;

Suplente: Valdir Alano.

m) Associação de Moradores do Rio Perso:

Titular: Everaldo Zacaron;

Suplente: Mário Zacaron.

n) UNIBAVE – Centro Universitário Barriga Verde:

Titular: Andréia de Lima;

Suplente: Karina Donadel.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o Decreto SAF/Nº. 434/13, de 31 de julho de 2013.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de novembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 449/15

DECRETO SAF/Nº. 449/15, de 24 de novembro de 2015.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

GUILHERME FRETTE, portador do CPF nº. 092.091.389-02, Professor ACT, nomeado pelo Decreto SAF/N. 210/15, de 06 de março de 2015, a partir de 23 de novembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de novembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 450/15

DECRETO SAF/ Nº. 450/15, de 24 de novembro de 2015.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei n. 1.241, de 17 de dezembro de 2014, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica suplementado do orçamento vigente, a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 11 – Fundo Municipal de Saúde

1.020 – Construção, Ampliação, Aquis. Veículos e Equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.0114 – Aplicações Diretas	R\$ 70.000,00
TOTAL	R\$ 70.000,00
.....	

Parágrafo único. A suplementação acima ocorre por conta do excesso de arrecadação de recursos no exercício financeiro, na fonte de recursos TCE 23 – Transfer. De Convênio da Saúde, conforme proposta n. 10423151000113001, firmado entre o Município e o Ministério da Saúde, para a construção da Unidade de Saúde, no bairro Horizonte.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 24 de novembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 451/15

DECRETO SAF/N. 451/15, de 02 de dezembro de 2015.

REGULAMENTA CRITÉRIOS DE ANÁLISE PARA LIBERAÇÃO DE VENDA DE TERRENOS CEDIDOS AS EMPRESAS QUE QUEIRAM SE INSTALAR NO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 32, da Lei 1.219, de 18 de setembro de 2014, resolve,

DECRETAR:

Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios abaixo relacionados, com vistas à venda de terrenos cedidos às empresas que manifestem a intenção de se instalar no município de Cocal do Sul:

I - Comprovar que o investimento feito no empreendimento, entre edificações (através de avaliação de mercado) e maquinários (de notas fiscais de compra) supere no mínimo três vezes o valor de mercado do imóvel.

II - Apresentar três (3) avaliações oficiais do(s) terreno(s) e benfeitorias realizadas no imóvel.

III - Empresa estar em operação no mínimo cinco (5) anos contínuos no terreno concedido.

IV - Apresentar Balanço Patrimonial ou Demonstrativo Financeiro oficial dos últimos três anos com assinatura e carimbo com CRC do contador responsável.

V - Analise através do Índice de Liquidez Seca da empresa.

VI - Apresentar Relatórios de Faturamento dos últimos três anos citando as NFs e projeção de faturamento para próximos 36 meses seguintes.

VII - Tipos de Produtos comercializados, demandas atuais, demandas projetadas para próximos 36 meses e desenvolvimento de novos produtos.

VIII - Geração de empregos atual, procedência da mão de obra e projeção para próximos 36 meses.

IX - Possuir 70% da área territorial cedida utilizada com pavilhões, incluindo ocupação para depósitos de insumos necessários ao processo produtivo.

X - Perspectivas de ampliação física, equipamentos para os próximos 36 meses.

XI - Parecer e aprovação do CMDE para venda dos terrenos, através da avaliação in loco realizada na empresa.

XII - Certidões negativas municipal, estadual e federal.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 452/15

DECRETO SAF/Nº. 452/15, de 02 de dezembro de 2015.

EXONERA SERVIDOR POR ADERIR AO PDV- (Programa de Desligamento Voluntário).

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 265, de 18 de fevereiro de 1997, resolve,

EXONERAR A PEDIDO:

SILVANIR SILVEIRA, Motorista de Ambulância, por aderir ao PDV

– Programa de Desligamento Voluntário, nomeado por Concurso Público, através do Decreto SAF/Nº. 239/08, de 13 de março de 2008, a partir de 01 de dezembro de 2015.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 02 de dezembro de 2015.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Secretária interina de Adm., Planej., Fazenda e

Finanças Públicas

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 128/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: HERCÍLIO DE MATTIA - ME

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de Mobília, para aquisições futuras, no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 01/12/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 3.461,80 (três mil quatrocentos e sessenta e um e oitenta centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/PMCS/2015

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 132/2015

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

DETENTORA DA ATA: SUPRIMOVEIS EIRELI = EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 63/PMCS/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/PMCS/2015

Objeto: Registro de Preços de Mobília, para aquisições Futuras, no atendimento ao município de Cocal do Sul

Assinatura: 01/12/2015

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 14.448,50 (quatorze mil quatrocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos)

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 86/2014 -FMS

Contrato Nº : 86/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA

Contratada : TIAGO LUIS RORIG

Licitação : Pregão Presencial 18/2014

Objeto : Contratação de serviços de limpeza externa, serviços de jardinagem, serviços de encanador, incluindo fornecimento de mão de obra para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 11/11/2016

Assinatura : 12/11/2015

Valor R\$: 55.662,24 (Cinquenta e Cinco Mil, Seiscentos e Sessenta e Dois Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Dotação : 219 - 13.001.2102.333903999000000.01380002

Dotação : 439 - 13.001.2102.333903999000000.03380002

Dotação : 439 - 13.001.2102.333903978000000.03380002

Dotação : 439 - 13.001.2102.333903916000000.03380002

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2015 -FMS

Contrato Nº : 100/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA

Contratada : CBA INFORMÁTICA LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 24/2015

Objeto : Aquisição de equipamentos de processamento de dados (servidor de rede) para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 16/11/2015 Término: 30/12/2018

Assinatura : 16/11/2015

Valor R\$: 169.900,00 (Cento e Sessenta e Nove Mil e Novecentos Reais)

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905235000000.01380003

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2015-PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 136/2015 - PMC

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico para os Centros Municipais de Educação Infantil, fornecimento de equipamentos em comodato, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, incluindo rondas para garantir a ordem, conforme descrição deste termo com recursos oriundos do convênio Salário Educação e recursos próprios, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 22/12/2015.

Abertura: dia 23/12/2015 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2207.

Concórdia, SC, 08 de Dezembro de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 25/2015 – FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 25/2015 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição de combustíveis (gasolina comum e óleo diesel S10) para abastecimento dos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, quando em viagem para transporte de pacientes fora do Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até as 08h30min do dia 21/12/2015.

Abertura: dia 21/12/2015, às 09h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Compras do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada na Atalípio Magarinos, 326, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 07 de dezembro de 2015.

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

ERRATA 001 DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2015-PMC

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA – SC

ERRATA DO EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 2/2015

Na publicação do Extrato de Aviso da Chamada Pública nº 2/2015 PMC, veiculado no dia 30 de novembro de 2015, no DOM, pág. 314, onde lê-se: "...Chamada Pública 1/2016"; leia-se: "...Chamada Pública 2/2015

Concórdia, SC, 08 de Dezembro de 2015.

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 233/2015 -PMC

Contrato Nº : 233/2015

Aditivo Nº : 1TA Ctr233/2015/2015

Tipo Aditivo : ACRESCIMO/SUPRESSÃO

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 4/2015

Objeto : contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra, em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra), de duplicação da Rua Senador Atílio Francisco Xavier Fontana, localizada neste Município, com recursos oriundos do Convênio nº 800158/2013, através do Processo nº 1013907-59/2013, celebrado com a Caixa Econômica Federal e contrapartida municipal.

Vigência : Início: 04/12/2015 Término: 09/02/2018

Assinatura : 04/12/2015

Valor Acrescido R\$: 149.938,42 (Cento e Quarenta e Nove Mil, Novecentos e Trinta e Oito Reais e Quarenta e Dois Centavos)

Valor Suprimido R\$: R\$159.626,24(cento e cinquenta e nove mil e seiscentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos)

Dotação : 121 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 127 - 08.001.1009.344905198000000.01390002

Dotação : 130 - 08.001.1009.344905198000000.01890000

Valor R\$: 27.294,24 (Vinte e Sete Mil, Duzentos e Noventa e Quatro Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Dotação : 219 - 13.001.2102.333903999000000.01380002

Dotação : 439 - 13.001.2102.333903999000000.03380002

Dotação : 439 - 13.001.2102.333903978000000.03380002

Dotação : 439 - 13.001.2102.333903916000000.03380002

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 78/2012 -FMS

Contrato Nº : 78/2012/2012

Aditivo Nº : 3 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogacao

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCÓRDIA

Contratada : LAVADISKE AUTOMATIC LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 16/2012

Objeto : Contratação de serviço de lavagem, esterilização e passadoria das roupas utilizadas nos Postos de Saúde e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 11/11/2016

Assinatura : 12/11/2015

Valor R\$: 84.300,00 (Oitenta e Quatro Mil e Trezentos Reais)

Dotação : 219 - 13.001.2102.333903946000000.01380002

Dotação : 439 - 13.001.2102.333903946000000.03380002

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 84/2014 -FMS

Contrato Nº : 84/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogacao

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCÓRDIA

Contratada : ALERT SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 18/2014

Objeto : Contratação de serviços de limpeza externa, serviços de jardinagem, serviços de encanador, incluindo fornecimento de mão de obra para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 11/11/2016

Assinatura : 12/11/2015

Valor R\$: 33.047,52 (Trinta e Três Mil, Quarenta e Sete Reais e Cinquenta e Dois Centavos)

Dotação : 219 - 13.001.2102.333903999000000.01380002

Dotação : 439 - 13.001.2102.333903999000000.03380002

Dotação : 439 - 13.001.2102.333903978000000.03380002

Dotação : 439 - 13.001.2102.333903916000000.03380002

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 70/2011 -FMS

Contrato Nº : 70/2011/2011

Aditivo Nº : 4 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogacao

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCÓRDIA

Contratada : IMOBILIÁRIA CONCÓRDIA LTDA

Licitação : Dispensa de Licitação 5/2011

Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO ALMOXARIFADO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA.

Vigência : Início: 17/11/2015 Término: 16/11/2016

Assinatura : 16/11/2015

Valor R\$: 6.154,44 (Seis Mil, Cento e Cinquenta e Quatro Reais e Quarenta e Quatro Centavos)

Dotação : 219 - 13.001.2102.333903910000000.01380002

Dotação : 439 - 13.001.2102.333903910000000.03380002

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 85/2014 -FMS

Contrato Nº : 85/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2015

Tipo Aditivo : Prorrogacao

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCÓRDIA

Contratada : FLORICULTURA CALIANDRA SUL LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 18/2014

Objeto : Contratação de serviços de limpeza externa, serviços de jardinagem, serviços de encanador, incluindo fornecimento de mão de obra para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 11/11/2016

Assinatura : 12/11/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2015 -FMS

Contrato Nº : 101/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCÓRDIA

Contratada : IRE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E TRANSP. LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 28/2015

Objeto : Contratação de empresa em regime de empreitada por preços máximos unitários (material e mão de obra) para compra de mobiliário sob medida para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 23/11/2015 Término: 15/02/2017

Assinatura : 23/11/2015
Valor R\$: 247.475,00 (Duzentos e Quarenta e Sete Mil e Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais)

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905242000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2015 -FMS

Contrato Nº : 102/2015
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME
Licitação : Pregão Eletrônico 16/2015
Objeto : Aquisição de equipamentos diversos para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, atendendo a proposta nº 10455.823000/1150-01, Recurso de Emenda Parlamentar 28550012, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 23/11/2015 Término: 22/12/2016
Assinatura : 23/11/2015
Valor R\$: 4.278,00 (Quatro Mil e Duzentos e Setenta e Oito Reais)

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905212000000.01380003

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905233000000.01380003

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905242000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2015 -FMS

Contrato Nº : 103/2015
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : BRASIDAS EIRELI
Licitação : Pregão Eletrônico 16/2015
Objeto : Aquisição de equipamentos diversos para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, atendendo a proposta nº 10455.823000/1150-01, Recurso de Emenda Parlamentar 28550012, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 23/11/2015 Término: 22/12/2016
Assinatura : 23/11/2015
Valor R\$: 2.604,00 (Dois Mil e Seiscentos e Quatro Reais)

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905212000000.01380003

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905233000000.01380003

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905242000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2015 -FMS

Contrato Nº : 104/2015
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : CELIA REGINA W SANI-ME
Licitação : Pregão Eletrônico 16/2015
Objeto : Aquisição de equipamentos diversos para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, atendendo a proposta nº 10455.823000/1150-01, Recurso de Emenda Parlamentar 28550012, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 23/11/2015 Término: 22/12/2016
Assinatura : 23/11/2015
Valor R\$: 9.174,50 (Nove Mil, Cento e Setenta e Quatro Reais e

Cinquenta Centavos)

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905212000000.01380003

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905233000000.01380003

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905242000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 105/2015 -FMS

Contrato Nº : 105/2015
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP
Licitação : Pregão Eletrônico 16/2015
Objeto : Aquisição de equipamentos diversos para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, atendendo a proposta nº 10455.823000/1150-01, Recurso de Emenda Parlamentar 28550012, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 23/11/2015 Término: 22/12/2016
Assinatura : 23/11/2015
Valor R\$: 260,00 (Duzentos e Sessenta Reais)

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905212000000.01380003

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905233000000.01380003

Dotação : 419 - 13.001.2103.344905242000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 85/2015 -FMS

Contrato Nº : 85/2015
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP
Licitação : Dispensa de Licitação 9/2015
Objeto : Contratação de serviço de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão de obra) para construção de edificação a abrigar o gerador da Unidade Sanitária Central do Fundo Municipal de Saúde.
Vigência : Início: 03/11/2015 Término: 02/01/2016
Assinatura : 03/11/2015
Valor R\$: 3.169,98 (Três Mil, Cento e Sessenta e Nove Reais e Noventa e Oito Centavos)

Dotação : 234 - 13.001.2104.344905198000000.01380004

EXTRATO DO CONTRATO Nº 86/2015 -FMS

Contrato Nº : 86/2015
Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA
Contratada : CSA COM.SUPR. ASSIST.TEC. MAQ. COP. LTDA
Licitação : Pregão Presencial 21/2015
Objeto : Contratação de empresa especializada em serviços out sourcing de impressão e fotocópias, com aluguel de equipamentos multifuncionais e impressoras p&b a laser, bem como a manutenção dos equipamentos de propriedade do Fundo Municipal de Saúde, incluindo o fornecimento total de suprimentos e peças, exceto papel, na modalidade de atendimento "on site" e instalação nas dependências do Fundo Municipal de Saúde de Concórdia e demais localidades mencionadas, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.
Vigência : Início: 06/11/2015 Término: 05/11/2016

Assinatura : 06/11/2015
Valor R\$: 41.580,00 (Quarenta e Um Mil e Quinhentos e Oitenta Reais)

Dotação : 218 - 13.001.2102.333903912000000.01020000

Dotação : 232 - 13.001.2104.333903912000000.01380004

Dotação : 233 - 13.001.2104.333903912000000.02000000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2015 -FMS

Contrato Nº : 87/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ANA MARIA PIRES BELEM

Licitação : Pregão Eletrônico 20/2015

Objeto : Aquisição de materiais de consumo médico para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 10/02/2016

Assinatura : 12/11/2015

Valor R\$: 3.981,95 (Três Mil, Novecentos e Oitenta e Um Reais e Noventa e Cinco Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903036000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 88/2015 -FMS

Contrato Nº : 88/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CIRURGICA SAO FELIPE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 20/2015

Objeto : Aquisição de materiais de consumo médico para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 10/02/2016

Assinatura : 12/11/2015

Valor R\$: 1.017,95 (Um Mil, Dezessete Reais e Noventa e Cinco Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903036000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2015 -FMS

Contrato Nº : 89/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : DELTA LIFE - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 20/2015

Objeto : Aquisição de materiais de consumo médico para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 10/02/2016

Assinatura : 12/11/2015

Valor R\$: 3.328,45 (Três Mil, Trezentos e Vinte e Oito Reais e Quarenta e Cinco Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903036000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 90/2015 -FMS

Contrato Nº : 90/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : HORA H HOSPITALAR LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 20/2015

Objeto : Aquisição de materiais de consumo médico para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 10/02/2016

Assinatura : 12/11/2015

Valor R\$: 7.404,50 (Sete Mil, Quatrocentos e Quatro Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903036000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 91/2015 -FMS

Contrato Nº : 91/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : HOSPMED COMERCIO EIRELLI EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 20/2015

Objeto : Aquisição de materiais de consumo médico para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 10/02/2016

Assinatura : 12/11/2015

Valor R\$: 63.764,70 (Sessenta e Três Mil, Setecentos e Sessenta e Quatro Reais e Setenta Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903036000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 92/2015 -FMS

Contrato Nº : 92/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 20/2015

Objeto : Aquisição de materiais de consumo médico para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 10/02/2016

Assinatura : 12/11/2015

Valor R\$: 2.443,35 (Dois Mil, Quatrocentos e Quarenta e Três Reais e Trinta e Cinco Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903036000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 93/2015 -FMS

Contrato Nº : 93/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 20/2015

Objeto : Aquisição de materiais de consumo médico para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 10/02/2016

Assinatura : 12/11/2015

Valor R\$: 76.974,50 (Setenta e Seis Mil, Novecentos e Setenta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903036000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 94/2015 -FMS

Contrato Nº : 94/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ROSANGELA SOARES SARDINHA CORNETTA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 20/2015

Objeto : Aquisição de materiais de consumo médico para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 10/02/2016

Assinatura : 12/11/2015

Valor R\$: 9.030,95 (Nove Mil, Trinta Reais e Noventa e Cinco Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903036000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2015 -FMS

Contrato Nº : 95/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : STARMED ARTIGOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 20/2015

Objeto : Aquisição de materiais de consumo médico para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2015 Término: 10/02/2016

Assinatura : 12/11/2015

Valor R\$: 20.059,79 (Vinte Mil, Cinquenta e Nove Reais e Setenta e Nove Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903036000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 96/2015 -FMS

Contrato Nº : 96/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : AGILE DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DESCARTAVEIS S&M LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 21/2015

Objeto : Aquisição de materiais de copa, cozinha e limpeza para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 13/11/2015 Término: 11/02/2016

Assinatura : 13/11/2015

Valor R\$: 1.780,44 (Um Mil, Setecentos e Oitenta Reais e Quarenta e Quatro Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903021000000.01380003

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903022000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 97/2015 -FMS

Contrato Nº : 97/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : FLAVIA COMÉRCIO DE ARTIGOS PARA CAMA MESA E BANHO LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 21/2015

Objeto : Aquisição de materiais de copa, cozinha e limpeza para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 13/11/2015 Término: 11/02/2016

Assinatura : 13/11/2015

Valor R\$: 234,84 (Duzentos e Trinta e Quatro Reais e Oitenta e Quatro Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903021000000.01380003

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903022000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 98/2015 -FMS

Contrato Nº : 98/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 21/2015

Objeto : Aquisição de materiais de copa, cozinha e limpeza para a Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 Horas, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 13/11/2015 Término: 11/02/2016

Assinatura : 13/11/2015

Valor R\$: 139,20 (Cento e Trinta e Nove Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903021000000.01380003

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903022000000.01380003

EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/2015 -FMS

Contrato Nº : 99/2015

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CASA DE RECUPERAÇÃO ÁGUA DA VIDA CRAVI

Licitação : Inexigibilidade 19/2015

Objeto : Credenciamento de clínicas prestadoras de serviços de saúde para internações de pacientes do CAPS.

Vigência : Início: 16/11/2015 Término: 15/11/2016

Assinatura : 16/11/2015

Valor R\$: 408.000,00 (Quatrocentos e Oito Mil Reais)

Dotação : 226 - 13.001.2103.333903950000000.01380003

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2015, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1/2015, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

Institui Regulamento de Compras e Contratações a serem adotados pelas entidades que formalizarem Termo de Colaboração/Fomento, com o Município de Concórdia; dá outras providências

A AUDITORIA GERAL do MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 199, de 13 de agosto de 2001 e alterações, para o exercício das competências do Controle Interno e considerando:

- o disposto nos Artigos 34, inciso VIII, 35, inciso V, alínea "i", 42, Parágrafo Único, inciso II e 43 "caput" da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014 – "Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil" – Regime Jurídico das Parcerias Voluntárias.

RESOLVE:

Art. 1º Todas as entidades que receberem recursos através de

formalização de Termo de Colaboração/Fomento com o Município de Concórdia, Poder Executivo, Fundos, Fundações e Autarquia, observarão e adotarão obrigatoriamente, o Regulamento de Compras e Contratações constantes no Anexo Único, desta Instrução Normativa.

Art. 2º A inobservância ou descumprimento de qualquer dispositivo desta Instrução Normativa, poderá sujeitar o responsável pela entidade às penalidades previstas em legislação pertinente.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

ALCEONE JOSÉ MÜLLER
Auditor Interno

PORTARIA FUMDEMA Nº 12/2015, DE 7 DEZEMBRO DE 2015.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

PORTARIA FUMDEMA Nº 12/2015, DE 7 DEZEMBRO DE 2015.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999, no Estatuto da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA, aprovado pelo Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000 e no Decreto nº 4.250, de 27 de julho de 2000, c/c o disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994, e na Lei Complementar nº 149, de 22 de outubro de 1998.

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão especial com a incumbência de proceder à avaliação de servidores municipais da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente, para efeitos de estágio probatório, a partir de 7 de dezembro de 2015.

Art. 2º Designar, para integrar referida comissão, os servidores abaixo relacionados:

I – presidente: HILDA CAMINI;

II – membros:

a) MARCOS ANTONIO MOREIRA;

b) ELAINE ROMAN.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as Portarias nº 06/2013 de 17 de abril de 2013 e 11/2015 de 04 de dezembro de 2015.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

EDNO GONÇALVES
Superintendente da FUMDEMA

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 604/2015

DECRETO Nº 604, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR FINANCEIRO NO ORÇAMENTO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei Municipal nº 1134/2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 2.970,00 (dois mil, novecentos e setenta reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 15.452.2511.1.019 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.
Modalidade de Aplicação: 339000 - 107
Fonte de Recursos: 1.0.16 - Vinculados – R\$ 2.770,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.002 – Pagamento do Pasep
Modalidade de Aplicação: 339000 - 180
Fonte de Recursos: 1.0.45 - Vinculados – R\$ 200,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos do provável excesso de arrecadação do orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 04 de dezembro de 2015.
ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO N. 606/2015

DECRETO Nº 606 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. VALDEMAR MARTINS, ocupante do cargo de Engenheiro civil, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 03/12/2015

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de dezembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 607/2015

DECRETO Nº 607 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

“CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde à servidora Municipal, Sra. ELIANE GRACIANI, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 04/12/2015

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de dezembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 608/2015

DECRETO Nº 608, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015

“CONCEDE LICENÇA À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o Art.78 – Inciso III – do Estatuto do Servidor Público Municipal - Lei Complementar Nº 018/2001

DECRETA

Art. 1º Concede 05 (cinco) dias consecutivos de licença por

falecimento da mãe, à Sra . MARILENE SALETE VANAZZI, ocupante do cargo de Gerente de Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de 07/12/2015 à 11/12/2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta - SC, 07 de dezembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO N. 609/2015

DECRETO Nº 609 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e o Decreto Nº 209/2014,

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor Municipal, Sr. HIGOR TRESSOLDI, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Infra-estrutura, de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO AO CONTRATO N. 49/2015

Extrato DO CONTRATO ADM N. 049/2015

Processo Administrativo n. 99/2015

Pregão Presencial n. 56/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA
CONTRATADA: ALTERNATIVE CONCURSOS EIRELI LTDA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE PROCESSO SELETIVO, COMPREENDENDO TODAS AS ETAPAS, DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA E DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO – ITEM 01.

VALOR: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará por 06 (seis) meses, a contar da data de sua assinatura.

RECURSOS: projeto/atividade n 2.013, 2.019, 2.020, 2.009

Elemento n. 3390.

Signatários: Alceu Mazzioni e Daniel Breda.

Cordilheira Alta, SC, em 09/11/2015.

EXTRATO AO CONTRATO N. 50/2015

Extrato DO CONTRATO ADM N. 050/2015

Processo Administrativo n. 95/2015

Pregão Presencial n. 54/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

CONTRATADA: SPULDARO & SPULDARO LTDA ME

Objeto: O objeto deste contrato é a aquisição de figurinos para realização de apresentações culturais, para manutenção das atividades da Secretaria de Cultura e Esporte, itens n. 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17 e 18, conforme proposta de preços e termos estabelecidos no edital

VALOR: R\$ 21.349,00

VIGÊNCIA: A vigência do contrato será da data de sua assinatura até 31/12/2015.

RECURSOS: Projeto Atividade 2.005;

Elemento 339000;

Signatários: Alceu Mazzioni e Gélcia Maria Spuldaro.

Cordilheira Alta, SC, em 17/11/2015.

RETIFICAÇÃO EDITAL PROCESSO 115/2015 - MATERIAL ODONTO

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público a todos os interessados, que RETIFICA o edital abaixo citado.

Processo Administrativo n. 115/2015.

Edital: Pregão Presencial n. 68/2015.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ODONTOLOGIA PARA O EXERCÍCIO DE 2016, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO .

Onde lê-se:

Data e hora para entrega dos invólucros: até às 10:30 horas do dia 09/12/2015.

Data e hora para abertura da sessão presencial: dia 09/12/2015 às 10:45 horas.

Leia-se:

Data e hora para entrega dos invólucros: até às 08:00 horas do dia 21/12/2015.

Data e hora para abertura da sessão presencial: dia 21/12/2015 às 08:30 horas.

As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas.

O Edital consolidado poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO EDITAL PROCESSO 112/2015 - MATERIAL ENFERMAGEM

Estado de Santa Catarina

Município de Cordilheira Alta

Aviso de RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público a todos os interessados, que RETIFICA o edital abaixo citado.

Processo Administrativo n. 112/2015.

Edital: Pregão Presencial n. 65/2015.

Tipo: Menor preço unitário.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE ENFERMAGEM PARA O EXERCÍCIO DE 2016, VISANDO A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO .

Onde lê-se:

Data e hora para entrega dos invólucros: até às 08:00 horas do dia 09/12/2015.

Data e hora para abertura da sessão presencial: dia 09/12/2015 às 08:30 horas.

Leia-se:

Data e hora para entrega dos invólucros: até às 08:00 horas do dia 22/12/2015.

Data e hora para abertura da sessão presencial: dia 22/12/2015 às 08:30 horas.

As demais cláusulas do edital permanecem inalteradas.

O Edital consolidado poderá ser obtido no site www.pmcordi.sc.gov.br ou no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente.

Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, SC, 08 de dezembro de 2015.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº. 232 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 232 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 840.353,17 (oitocentos e quarenta mil, trezentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos) na seguinte Programação de despesa:

05.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS				
15.451.0035.1.031 – Pavimentação de Ruas e Passeios				
Categoria	Descrição	Redu- zido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	90	01.0064	815.794,91

08.01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO				
28.846.0001.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais				
Categoria	Descrição	Redu- zido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	54	01.0000	24.558,26

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 840.353,17 (oitocentos e quarenta mil, trezentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0064, Repasse de recursos do FUNDAM.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 30 de novembro de 2015.

JONES EMANUEL MARASCHIN
Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 233 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 233 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº.641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) na seguinte Programação de despesa:

04.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0029.1.024 – Ampliação e Construção da Rede Física da Educação				
Categoria	Descrição	Redu- zido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	91	01.0037	51.000,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0037, construção da Quadra Coberta.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 30 de novembro de 2015.
JONES EMANUEL MARASCHIN
Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 234 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 234 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº.641 de 27/11/2014;

Decreta:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) na seguinte Programação de despesa:

06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE				
20.606.0037.2.038 – Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente				
Categoria	Descrição	Redu- zido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	74	03.0000	1.500,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) do superávit financeiro do exercício de 2014 da Fonte de Recursos 03.0000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 30 de novembro de 2015.
JONES EMANUEL MARASCHIN
Prefeito Municipal em exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 235 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 235 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCICIO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:
Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.941,97 (seis mil novecentos e quarenta e um reais e noventa e sete centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.304.0056.2.019 – Manutenção Vigilância Sanitária				
Categoria	Descrição	Redu- zido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	24	03.0038	6.941,97

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 6.941,97 (seis mil novecentos e

quarenta e um reais e noventa e sete centavos) da Fonte de Recursos 03.0038 – Superávit do Exercício de 2014 da Vigilância Sanitária.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 30 de novembro de 2015.
JONES EMANUEL MARASCHIN
Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 236 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 236 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERAVIT FINANCEIRO DO EXERCICIO 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº. 641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 25.252,66 (vinte e cinco mil duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e seis centavos) na seguinte Programação de despesa:

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				
10.305.0055.2.018 – Manutenção Vigilância Epidemiológica				
Categoria	Descrição	Redu- zido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	23	03.0038	25.252,66

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 25.252,66 (vinte e cinco mil duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta e seis centavos) da Fonte de Recursos 03.0038 – Superávit do Exercício de 2014 da Vigilância Epidemiológica.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 30 de novembro de 2015.
JONES EMANUEL MARASCHIN
Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº. 237 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 237 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº.4.320/64, Lei do Plano Plurianual 2014/2017, Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO para o exercício de 2015 e Lei Orçamentária Anual nº.641 de 27/11/2014;

Decreta:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) na seguinte Programação de despesa:

13.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL				
08.244.0008.2.008 – Manutenção do Fundo de Assistência Social				
Categoria	Descrição	Redu- zido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	97	01.0065	530,00

Art. 2º Para abertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos na ordem de R\$ 530,00 (quinhentos e trinta reais) do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos 01.0065, convênio Estado Assistência Social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,
em 30 de novembro de 2015.

JONES EMANUEL MARASCHIN
Prefeito Municipal em Exercício

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 192 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 192 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/01/2016 a 02/02/2016.

Nome Cargo Referência
Guiomar Carlos Cassol Motorista 01/04/2013 à 31/03/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 03 de Dezembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 193 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 193 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/01/2016 a 02/02/2016.

Nome Cargo Referência
Marcio Pozzer Motorista 01/08/2014 à 31/07/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 04 de Dezembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 194 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 194 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:
01 – Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 04/01/2016 a 02/02/2016.

Nome Cargo Referência
Neimar Cassol Agente Administrativo 01/07/2014 à 30/06/2015

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 08 de Dezembro de 2015.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

MARCOS CEZAR POZZER
Chefe de Gabinete

Correia Pinto**PREFEITURA****PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 58/2015 PMCP**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 58/2015
PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: LOCAÇÃO/LICENCIAMENTO DE SISTEMAS GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL PARA TODA A ESTRUTURA DO ÓRGÃO LICITANTE, CONFORME CARACTERÍSTICAS E QUANTITATIVOS DESCRITOS NOS ANEXOS DO EDITAL, INCLUSIVE COM A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS. Tipo: Menor preço global. Abertura dos envelopes: 21/12/2015 às 14:30 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido no setor de licitações da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto-SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 13:30 às 17:30hs, ou em www.correiapinto.sc.gov.br

Correia Pinto/SC, 09 de dezembro de 2015.
VÂNIO FORSTER
Prefeito Municipal

ALISSON G. R. ANTUNES
Pregoeiro Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**I ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 07/2015**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CORREIA PINTO
I ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 07/2015
REGISTRO DE PREÇO

A Câmara Municipal de Vereadores, com sede na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 07/2015 PMCP, REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E CADEIRAS PARA ESCRITÓRIO, alterando-se a forma de julgamento da licitação, onde se lê: "Menor preço por item", passa a ser lido: "Menor preço por lote", mantendo-se a mesma data e horário do certame, dia 15/12/2015, às 10:00 horas.

Correia Pinto, 09 de dezembro de 2015.
JOSÉ TADEU GONÇALVES
Presidente Câmara de Vereadores

ELOISA BEATRIZ MARTINS
Pregoeira
Presidente da Comissão de Licitação

I ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO 07/2015 PARA 08/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CORREIA PINTO
I ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 07/2015 PARA 08/2015
REGISTRO DE PREÇO

A Câmara Municipal de Vereadores, com sede na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto - SC, Estado de Santa Catarina, torna público para conhecimento dos interessados a ERRATA ao edital do Pregão Presencial - Processo n.º 07/2015 PMCP, AQUISIÇÃO DE PLATAFORMA ELEVATÓRIA PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CORREIA PINTO, CONFORME ANEXO I DO EDITAL, alterando-se o número da licitação, onde se lê: "PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 07/2015", passa a ser lido: "PREGÃO PRESENCIAL - PROCESSO 08/2015", mantendo-se a mesma data e horário do certame, dia 16/12/2015, às 10:00 horas.

Correia Pinto, 09 de dezembro de 2015.
JOSÉ TADEU GONÇALVES
Presidente Câmara de Vereadores

ELOISA BEATRIZ MARTINS
Pregoeira
Presidente da Comissão de Licitação

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº. 947/2015

DECRETO Nº. 947/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 11.434,80 (onze mil quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Saúde	
08.001		Fundo Municipal de Saúde	
012.361.0047.1005		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00	0.3.00.65	Aplicações Diretas (Cód. Desp.211)	11.434,80
		TOTAL	11.434,80

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2014, fonte 03.00.65 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar - MAC no valor de R\$ 11.434,80 (onze mil e quatrocentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
27 de outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e sete dias do mês de outubro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 949/2015

DECRETO Nº. 949/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 358.102,80 (trezentos e cinquenta e oito mil cento e dois reais e oitenta centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal de Saúde	
08.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp.212)	
08.000	0.3.00.64	Secretaria Municipal de Saúde	50.000,00
08.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.1004.2043	0.3.00.64	Agentes Comunitárias de Saúde	90.000,00
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 213	

08.000	0.3.00.64	Secretaria Municipal de Saúde	218.102,80
08.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.1005.2044		Saúde da Família - PSF	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 214)	
		TOTAL	358.102,80

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2014, fonte 03.00.64 – Atenção Básica no valor de R\$ 358.102,80 (trezentos e cinquenta e oito mil e cento e dois reais e oitenta centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
27 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e sete dias do mês de outubro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 963/2015

DECRETO Nº. 963/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 13.378,43 (treze mil trezentos e setenta e oito reais e quarenta e três centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
09.000		Secretaria de Assist. Social, Trab. E Habitação	
09.001		Manutenção da Assistência Social	
008.244.0064.2011		Manut. Do Depart. De Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00	0.3.00.63	Aplicações Diretas (Cód. Desp.98)	13.378,43
		TOTAL	13.378,43

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2014, fonte 03.00.63 – Bolsa Família no valor de R\$ 13.378,43 (treze mil trezentos e setenta e oito reais e quarenta e três centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
25 de novembro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 850/2015

DECRETO Nº. 850/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 9.911,93(nove mil e novecentos e onze reais e noventa e três centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.303.0081.1009		Bloco de Assistência Farmacêutica Básica	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 197)	
08.000	0.3.00.67	Secretaria Municipal Educação e Cultura	9.911,93
08.001	0.1.00.19	Divisão de Educação	
012.365.0047.2019		Manutenção do Ensino Infantil	100.000,00
3.1.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas	
		TOTAL	109.911,93

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2014, fonte 03.00.67 – Assistência Farmacêutica Básica no valor de R\$ 9.911,93 (nove mil e novecentos e onze reais e noventa e três centavos) e da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

08.000 Secretaria Municipal Educação e Cultura
08.001 Divisão de Educação
012.365.0047.2019 Manutenção do Ensino Infantil
3.1.90.00.00.00.00 0.1.00.18 Aplicações Diretas 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
11 de fevereiro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos onze dias do mês de fevereiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 851/2015

DECRETO Nº. 851/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.277.261,95(um milhão duzentos e setenta e sete mil duzentos e sessenta e um reais e noventa e cinco centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	

3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 198)	
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.1001		Construção, Ampliação E Melhoria da rede Física das Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 203)	
08.000	0.3.00.23	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	138.947,27
08.001		Divisão de Educação	
012.306.0047.2017		Manutenção da Merenda Escolar	414.705,60
3.3.90.00.00.00.00	03.00.23	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 201)	
			118,57
08.000	03.0060	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	42,37
012.361.0047.2020	0.3.00.61	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 202)	146.694,97
	0.3.00.62		
08.000	0.3.00.83	Secretaria Municipal Educação e Cultura	576.753,17
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 199)	
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.1007		Modernização Tributária e Constr.Nova Pref.	
4.4.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 200)	
		TOTAL	1.277.261,95,95

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2014, fonte 03.00.23 – Transferências de Convênios - Saúde no valor de R\$ 553.652,87 (quinhentos e cinquenta e três mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos), fonte 03.00.60 – Programa Nacional de Alimentação Escolar, no valor de R\$ 118,57 (cento e dezoito reais e cinquenta e sete centavos), fonte 03.00.61- Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, no valor de R\$ 42,37 (quarenta e dois reais e trinta e sete centavos), fonte 03.00.62 – Outros Recursos Educação – FNDE, no valor de 146.694,97(cento e quarenta e seis mil seiscentos e noventa e quatro reais e noventa e sete centavos), e fonte 03.00.83 – Operações de Crédito Internas – Outros programas, no valor de R\$ 576.753,17(quinhetos e setenta e seis mil setecentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
11 de fevereiro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos onze dias do mês de fevereiro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 940/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 940/2015
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.002		Divisão de Serviços Públicos	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
3.3.90.00.00.00.00	00.713	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 40)	8.000,00
		TOTAL	8.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 00.713 – Convênio Trânsito - Civil, no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
08 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos oito dias do mês de outubro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº. 941/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 941/2015
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 55.338,58 (cinquenta e cinco mil trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
025.752.0040.2015		Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública	
3.3.90.00.00.00.00	01.00.17	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 35)	55.338,58
		TOTAL	55.338,58

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.17 – Contribuição para o COSIP, no valor de R\$ 55.338,58 (cinquenta e cinco mil trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e oito centavos) .

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
08 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos oito dias do mês de outubro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº. 942/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 942/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.302.0081.1011		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00	01.00.65	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 153)	10.000,00
		TOTAL	10.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.65 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar - MAC, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

08 de outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos oito dias do mês de outubro de 2015. Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

"CAPITAL CATARINENSE DA BANANA"

DECRETO Nº. 943/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 943/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.002		Divisão de Serviços Públicos	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
3.3.90.00.00.00.00	00.690	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 38)	10.000,00
		TOTAL	10.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 00.690 – Convênio Trânsito - Militar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

08 de outubro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sanctionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos oito dias do mês de outubro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº. 945/2015

DECRETO Nº. 945/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº 2.194/2015 de 22 de outubro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.482.000,00 (um milhão e quatrocentos e oitenta e dois mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
02.000			
02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Gabinete do Prefeito	
3.1.90.00.00.00.00		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 1)	
03.000			
03.001		Secretaria de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Divisão de Administração e Fazenda	
3.1.90.00.00.00.00		Man. Ativ. Div. De Pessoal, Adm. E Compras	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 8)	
03.000			
03.001		Secretaria de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2008		Divisão de Administração e Fazenda	
3.1.90.00.00.00.00		Man. Div. De Desenv. Mun. E Planejamento	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp.11)	
04.000			
04.001	0.1.00.00	Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	84.000,00
020.606.0063.2005		Divisão de Desenvolvimento Rural	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Manutenção da Divisão de Agricultura	200.000,00
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 89)	
06.000	0.1.00.00		95.000,00
06.001		Secretaria Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009	0.1.00.00	Fundo Municipal de Saúde	37.000,00
3.3.90.00.00.00.00		Manutenção da Divisão de Saúde	
	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 119)	217.000,00
06.000			
06.001	0.1.02.00	Secretaria Municipal de Saúde	50.000,00
010.301.0081.1010		Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Bloco de Atenção Básica	250.000,00
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 129)	
06.000	0.1.02.00		20.000,00
06.001		Secretaria Municipal de Saúde	
010.301.1005.2044	0.1.01.00	Fundo Municipal de Saúde	330.000,00
3.1.90.00.00.00.00		Saúde da Família-PSF	
	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 171)	167.000,00
06.000	0.1.00.00		32.000,00
06.001		Secretaria Municipal de Saúde	
010.304.0081.2010		Fundo Municipal de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00		Vigilância em Saúde - VS	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 135)	
08.000			
08.001		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
012.365.0047.2019		Divisão de Educação	
3.1.90.00.00.00.00		Manutenção do Ensino Infantil	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp.67)	
09.000			
09.001		Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação	
008.244.0064.2011		Manutenção da Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00		Manutenção do Dep. De Assistência Social	
3.3.90.00.00.00.00		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 94)	
		Aplicações Diretas (Cód. Desp. 96)	
		TOTAL	1.482.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
03.000 03.001 004.122.0009.1007 3.3.90.00.00.00.00 4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00 0.1.00.00	Secretaria de Administração e Fazenda Divisão de Administração e Fazenda Modernização Trib. e Constr.Nova Prefeitura Aplicações Diretas (Cód. Desp.4) Aplicações Diretas (Cód. Desp.6)	30.000,00 20.000,00
06.000 06.001 010.303.0081.1009 3.3.90.00.00.00.00		Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Bloco de Assistência Farmacêutica Básica Aplicações Diretas (Cód. Desp. 127)	
07.000 07.002 006.182.0040.2035 3.3.90.00.00.00.00 4.4.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Secretaria Municipal de Infraestrutura Divisão de Serviços Públicos Manutenção da Defesa Civil Aplicações Diretas (Cód. Desp. 44) Aplicações Diretas (Cód. Desp. 45)	70.000,00 17.000,00 5.000,00
08.000 08.001 012.365.0047.1004 4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00 0.1.00.00 0.1.01.00 0.1.01.00	Secretaria Municipal Educação e Cultura Divisão de Educação Constr., Ampl. E Melhoria das Unid. De Ensino Infantil Aplicações Diretas (Cód. Desp. 47)	40.000,00 400.000,00 500.000,00
08.000 08.001 012.361.0047.2018 3.1.90.00.00.00.00 3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Secretaria Municipal de Educação e Cultura Divisão de Educação Manutenção do Ensino Fundamental Aplicações Diretas (Cód. Desp.57) Aplicações Diretas (Cód. Desp. 61)	400.000,00
08.000 08.001 012.361.0047.2020 3.3.90.00.00.00.00		Secretaria Municipal Educação e Cultura Divisão de Educação Manutenção do Transporte Escolar Aplicações Diretas (Cód. Desp. 75)	
		TOTAL	1.482.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
22 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e dois dias do mês de outubro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 948/2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ
Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC
www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 948/2015
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), que obedecerá a

seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.002		Divisão de Educação	
012.361.0047.2020		Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.58	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 78)	36.000,00
		TOTAL	36.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 0.1.00.58 – Salário Educação, no valor de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
27 de outubro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e sete dias do mês de outubro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº. 955/2015

DECRETO Nº. 955/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 80.000,00(oitenta mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
11.000		Secretaria de Ind. Com. Tur. Esp. E Lazer	
11.001		Divisão Ind. Com. Tur. Esp. E Lazer	
027.812.1003.2042		Manut. Da Divisão de Ind. Com. Tur. Esp. E Lazer	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 164)	80.000,00
		TOTAL	80.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
11.000		Secretaria de Ind. Com. Tur. Esp. E Lazer	
11.001		Divisão Ind. Com. Tur. Esp. E Lazer	
027.812.1003.2042		Manut. Da Divisão de Ind. Com. Tur. Esp. E Lazer	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 167)	80.000,00
		TOTAL	80.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
03 de novembro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos três dias do mês de novembro

de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 961/2015

DECRETO Nº. 961/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 2.100,00(dois mil e cem reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.302.0081.1011		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.65	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 153)	2.100,00
		TOTAL	2.100,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.302.0081.1011		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
3.3.50.00.00.00.00	0.1.00.65	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 151)	2.100,00
		TOTAL	2.100,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

25 de novembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 962/2015

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (0**47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 962/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.302.0081.1011		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	

3.3.90.00.00.00.00	01.00.65	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 153)	6.200,00
		TOTAL	6.200,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.65 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar - MAC, no valor de R\$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
25 de novembro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº. 965/2015

DECRETO Nº. 965/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 85.000,00(oitenta e cinco mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.843.0090.0001		Despesas Gerais do Município	
4.6.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 142)	85.000,00
		TOTAL	85.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
10.000		Encargos Gerais do Município	
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.843.0090.0011		Despesas Gerais do Município	
3.2.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 141)	85.000,00
		TOTAL	85.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
25 de novembro de 2015.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 967/2015

DECRETO Nº. 967/2015

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.169/2014 de 31 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 2.800,00(dois mil e oitocentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 132)	2.800,00
		TOTAL	2.800,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010		Bloco de Atenção Básica	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 134)	2.800,00
		TOTAL	2.800,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,

25 de novembro de 2015.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e cinco dias do mês de novembro de 2015.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO N 5480 2015 REVOGA O DECRETO 5473

DECRETO Nº. 5480/2015.

REVOGA O DECRETO Nº 5473/2015 QUE DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 01 DA QUADRA Nº 92, COM ÁREA DE 1.000,00M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto Nº 5473/2015 que dispõem sobre desmembra do Lote Urbano nº 01 da Quadra nº. 92, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 3.044, de propriedade de Malvina Jolita Simon.

Art.2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data: 03/12/2015.

JEFERSON JONAS AVILA

Secretário Municipal

DECRETO N 5481 2015 DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 01 DA QUADRA Nº 92, COM ÁREA DE 1.000,00M²

DECRETO Nº. 5481/2015.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 01 DA QUADRA Nº 92, COM ÁREA DE 1.000,00M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica:

I – Lote Urbano nº 01 da Quadra nº. 92, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 3.044, de propriedade de Malvina Jolita Simon.

Art. 2º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 01 da Quadra nº. 92, nesta cidade, com área de 1.000,00m² (um mil metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 01 (um) da Quadra nº. 92, com área de 500,00m² (quinhentos metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com a Rua Saldanha da Gama, medindo 20,00 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 01-A, medindo 20,00 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 10, medindo 25,00 metros;

OESTE: Com a Rua Cabo João Loureiro, medindo 25,00 metros.

b) Lote Urbano nº. 01-A (um - A) da Quadra nº. 92, com área de 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 01, medindo 20,00 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 01-B, medindo 20,00 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 10, medindo 12,50 metros;

OESTE: Com a Rua Cabo João Loureiro, medindo 12,50 metros.

c) Lote Urbano nº. 01-B (um - B) da Quadra nº. 92, com área de 250,00m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 01-A, medindo 20,00 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 02-B, medindo 20,00 metros;

LESTE: Com o Lote Urbano nº 10, medindo 12,50 metros;

OESTE: Com a Rua Cabo João Loureiro, medindo 12,50 metros.

Art. 3º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5º - Fica pertencendo ao Lote Urbano nº. 01 uma edificação em alvenaria medindo 104,54m², conforme registro de averbação AV-05/3.044.

Art. 6º - Fica pertencendo ao Lote Urbano nº. 01-B uma edificação em alvenaria medindo 88,80m², conforme registro de averbação AV-05/3.044.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data: 03/12/2015.

JEFERSON JONAS AVILA

Secretário Municipal

DECRETO N 5482 2015 DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 02 DA QUADRA Nº 18,

DECRETO Nº. 5482/2015.

DISPÕE SOBRE O DESMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 02 DA QUADRA Nº 18, COM ÁREA DE 860,00M² E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990:

DECRETA:

Art. 1º - Fica desmembrado o seguinte Lote Urbano que especifica: I – Lote Urbano nº 02 da Quadra nº. 18, nesta cidade, matriculado no Registro de Imóveis sob nº 4185, de propriedade de Hussein Ali

Mohmad Abou Mourad.

Art. 2.º - O desmembramento do Lote Urbano nº. 02 da Quadra nº. 18, nesta cidade, com área de 860,00m² (oitocentos e sessenta metros quadrados) passará a formar:

a) Lote Urbano nº. 02 (um) da Quadra nº. 18, com área de 282,19 m² (duzentos e oitenta e dois metros com dezenove centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 03, medindo 21,40 metros;

SUL: Com o Lote Urbano nº 02-A, medindo 22,89 metros;

LESTE: Com a Rua Nereu Ramos, medindo 18,45 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 01, medindo 15,58 metros.

b) Lote Urbano nº. 02-A (dois - A) da Quadra nº. 18, com área de 577,81m² (quinhentos e setenta e sete metros com oitenta e um centímetros quadrados), com as seguintes confrontações:

NORTE: Com o Lote Urbano nº 02, medindo 22,89 metros;

SUL: Com a Rua República Argentina, medindo 25,80 metros;

LESTE: Com a Rua Nereu Ramos, medindo 26,35 metros;

OESTE: Com o Lote Urbano nº 01, medindo 26,42 metros.

Art. 3.º - As despesas de escrituras, registros e demais atinentes às transferências dos imóveis, correrão à conta de seus respectivos proprietários.

Art. 4.º - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta do Orçamento Municipal vigente, em dotação adequada para tal fim.

Art. 5.º - Fica pertencendo ao Lote Urbano nº. 02-A uma edificação em alvenaria medindo 481,00m², conforme registro de averbação AV-05/4.185.

Art. 6.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7.º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado nesta mesma data na forma da Lei.

Data: 03/12/2015.

JEFERSON JONAS AVILA

Secretário Municipal

DECRETO N 5483 2015 ABRE CREDITO ORÇAMENTARIO R\$ 74.000,00 SAÚDE

DECRETO Nº 5.483/2015.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A PROCEDER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 74.000,00 (SETENTA E QUATRO MIL REAIS), NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALTAIR CARDOSO RITTES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Inciso VII, do artigo 84, da Lei Orgânica Municipal de 05 de Abril de 1990, Lei Municipal nº 4.390/2014 e demais dispositivos constitucionais e legais vigentes,

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.388, de 16 de dezembro de 2014 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2015, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer

do exercício financeiro no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica igualmente alterada a Lei nº. 4.389, de 16 de dezembro de 2014 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2015, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.390, de 16 de Dezembro de 2014 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2015, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais), objetivando suprir dotações orçamentárias que se evidenciaram insuficientes no decorrer do exercício financeiro no orçamento geral deste Ente Federado.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais), instituindo-se na matéria orçamentária a seguinte dotação orçamentária:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

10.301.0428.2.062 – Adm.Geral dos Bens e Serviços de Assistência Médica e Sanitária

(06) 3.1.90.00.00.00.00.0053 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

(12) 3.1.90.00.00.00.00.00150 – Aplicações Diretas R\$ 54.000,00

Art. 5º Para o atendimento do Crédito ora permitido, o Chefe do Poder Executivo Municipal promove a redução total e/ou parcial da seguinte dotação orçamentária vigente:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

10.301.0428.2.062 – Adm.Geral dos Bens e Serviços de Assistência Médica e Sanitária

(18) 3.3.90.00.00.00.00.0053 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

(28) 3.3.90.00.00.00.00.00150 – Aplicações Diretas R\$ 54.000,00

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

ESTADO DE SANTA CATARINA, MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, 03 DE DEZEMBRO 2015.

ALTAIR CARDOSO RITTES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

JEFERSON JONAS ÁVILA

Secretario Municipal

LICITAÇÕES 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberta ao Pregão n. 127/2015. Objeto: Aquisição de móveis, eletrodomésticos e equipamentos de informática para a Secretaria de Educação. Entrega da documentação e propostas até as 08:00 horas do dia 22/12/2015 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 08/12/2015.

Altair Rittes – Prefeito Municipal

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

DECRETO Nº 055/2015

DECRETO Nº 055, de 27 de novembro de 2015.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 29.091,25.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990, e com fundamento na Lei nº 846, de 05 de dezembro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 17.000,00 (Dezessete mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2015 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 846, de 05/12/2014).

08.001.13.392.0050.2004	SEC. MUNICIPAL DESPORTO CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
335000	TRANSF A INSTITUIÇÕES PRIVADAS S/ FINS LUCRATIVOS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	5.000,00
400000	DESPESAS DE CAPITAL	
440000	INVESTIMENTOS	
449000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	2.000,00
TOTAL		7.000,00
05.001.012.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.012.365.0050.2030	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.012.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	RECEITA DE IMPOSTO DA SAÚDE	10.000,00
TOTAL		10.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		17.000,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 29.091,25 (vinte e nove mil noventa e um reais e vinte e cinco centavos), à conta da anulação prevista no artigo anterior e Superavit Financeiro, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2015 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 846, de 05/12/2014):

06.002.08.244.0140.2022	SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0140.2022	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
06.002.08.244.0140.2022	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
3350200	SUPERAVIT FINANCEIRO	12.091,25
TOTAL		12.091,25
08.001.13.392.0050.2004	SEC. MUNICIPAL DESPORTO CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	CULTURA	
08.001.13.392.0050.2004	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS CULTURAIS	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	7.000,00
TOTAL		7.000,00
05.001.012.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.012.365.0050.2030	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.012.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DE CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	

300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	RECEITA DE IMPOSTO DA SAÚDE	10.000,00
TOTAL		10.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		29.091,25

Art.3º- Este Decreto será coberto com recursos originado do seguinte item:

Superavit Financeiro R\$ 12.091,25
Anulação de Dotação R\$ 17.000,00
TOTAL R\$ 29.091,25

Art.4º - O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 27 de novembro de 2015; 27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.
Doutor Pedrinho, SC, 27 de novembro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

DECRETO Nº 056/2015

DECRETO nº 056, de 27 de Novembro de 2015.

Regulamenta a modalidade de licitação denominada de Pregão para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de abril de 1.990; e fundamentado na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e demais dispositivos aplicáveis a espécie;

DECRETA:

Art. 1º - Fica regulamentada, na forma disposta neste Decreto e em seus Anexos I e II, a modalidade de licitação denominada de pregão, instituída pela Lei nº 10.520, de 17/07/2002, destinada à aquisição de bens e serviços comuns e alienação de bens inservíveis, esta quando vinculada como parte do pagamento na aquisição, no âmbito do Município de Doutor Pedrinho/SC.

Parágrafo único – Fica ressalvada a aplicação das condições especiais de que tratam os artigos 42 a 45 da Lei Complementar nº 123/2006 nas licitações realizadas pelo Município de Doutor Pedrinho/SC.

Art. 2º - Pregão é a modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado, ou para alienação de bens inservíveis, quando vinculada como parte do pagamento na aquisição, em que a disputa pelo fornecimento ou pelo objeto é feita em sessão pública, por meio de lances sucessivos.

Parágrafo único - Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Art. 3º - Os contratos celebrados pelo Município de Doutor Pedrinho/SC para a aquisição de bens e serviços comuns serão precedidos, prioritariamente, de licitação na modalidade pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

Art. 4º - A licitação na modalidade de pregão é juridicamente condicionada aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, bem assim aos princípios correlatos da celeridade, finalidade, razoabilidade, proporcionalidade, competitividade, justo preço, seletividade e comparação objetiva das propostas.

Parágrafo único – As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse do Município de Doutor Pedrinho/SC, a finalidade e a segurança da contratação.

Art. 5º - Para o julgamento das propostas serão fixados critérios objetivos que permitam aferir o menor preço e/ou a melhor proposta, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas no edital.

Art. 6º - Todos quantos participem de licitação na modalidade de pregão têm direito público subjetivo à fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento, podendo qualquer interessado acompanhar o seu desenvolvimento, desde que não interfira a perturbar ou impedir a realização dos trabalhos.

Art. 7º - A licitação na modalidade pregão não se aplica às contratações de obras de engenharia, às locações imobiliárias, alienações em geral (exceto quando vinculada como parte do pagamento na aquisição) e aos demais serviços cujas especificações dependam de avaliação técnica, que serão regidas pela legislação geral.

Art. 8º - À autoridade competente, designada de acordo com as atribuições previstas no regimento ou estatuto do órgão ou da entidade, cabe:

- I – aprovar o Termo de Referência e determinar a abertura da licitação;
- II – designar o pregoeiro e os membros da equipe de apoio;
- III – decidir os recursos contra atos do pregoeiro quando este mantiver sua decisão;
- IV – adjudicar o objeto da licitação, quando houver recurso;
- V – homologar o resultado da licitação;
- VI – promover a celebração do contrato.

Art. 9º - A fase preparatória do pregão observará as seguintes regras:

- I – elaboração do termo de referência pelo órgão requisitante e aprovação deste documento pela autoridade competente;
- II – previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes de obras e serviços a serem executados no exercício financeiro em curso, de acordo com o respectivo cronograma;
- III – designação do pregoeiro e da equipe de apoio;
- IV – elaboração do edital, contendo os elementos necessários e normas que disciplinarem os procedimentos, além da minuta do contrato, quando for o caso.

§ 1º - As minutas do edital, bem como as dos seus respectivos contratos, devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Assessoria Jurídica do Município de Doutor Pedrinho/SC.

§ 2º - O termo de referência é o documento que deverá conter:

- I - Justificativa da necessidade de contratação;
- II - Definição do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;
- III - Elementos capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, com valor estimado em planilhas, de acordo com o preço de mercado;
- IV - Definição dos métodos e estratégia de suprimentos;
- V - Definição das exigências de habilitação, em conformidade com o artigo 4º, inciso XIII, da Lei nº 10.520/02;
- VI - Critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva, que pelas suas particularidades, sejam consideradas relevantes para a celebração e execução do contrato e atendimento das necessidades do Município de Doutor Pedrinho/SC.

Art. 10 - As designações do pregoeiro e da equipe de apoio devem recair nos empregados públicos do Município de Doutor Pedrinho/SC.

§ 1º - A equipe de apoio deve ser integrada em sua maioria por empregados do quadro permanente do Município de Doutor Pedrinho/SC.

§ 2º - A designação do pregoeiro, a critério da autoridade competente, poderá ocorrer para período de um ano, admitindo-se reconduções, ou para licitação específica.

§ 3º - Somente poderá atuar como pregoeiro o empregado que tenha realizado capacitação específica para exercer a atribuição e/ou que reúna conhecimento técnico ou profissional e perfil adequado, aferidos pela autoridade competente.

Art. 11 - Caberá ao pregoeiro, em especial:

- I – coordenar o processo licitatório;

- II – elaborar as minutas do edital e seus anexos, submetendo os mesmos à aprovação da Autoridade competente;
- III - receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital;
- IV – conduzir a sessão pública;
- V – verificar e julgar as condições de habilitação;
- VI - receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à Autoridade competente quando mantiver sua decisão;
- VII – indicar o vencedor do certame;
- VIII – adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
- IX – conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- X – encaminhar o processo devidamente instruído à Autoridade superior, propondo a homologação.

Art. 12 - Caberá à equipe de apoio, dentre outras atribuições, auxiliar o pregoeiro em todas as fases do processo licitatório.

Art. 13 - A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:

I - a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

- a) até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):
 - 1) Imprensa Oficial, na forma do inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 8.666/93;
 - 2) Meio eletrônico, na Internet; e
 - 3) Jornal de grande circulação local.

- b) superiores a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):
 - 1) Imprensa Oficial, na forma do inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 8.666/93;
 - 2) Meio eletrônico, na Internet; e
 - 3) Jornal de grande circulação regional ou nacional.

II – do aviso constarão a definição do objeto da licitação e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;

III – do edital constarão todas as exigências previstas no artigo 40 da Lei nº 8.666/93;

IV – o edital fixará prazo não inferior a oito dias úteis, contados da publicação do aviso, para os interessados prepararem suas propostas;

V - no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura da licitação (credenciamento, classificação preliminar das propostas, fase de lances, classificação final e demais atos, se for o caso), nos termos dos procedimentos estabelecidos pelos Anexos I e II deste Regulamento;

VI – encerrada a etapa competitiva e ordenada às ofertas, o pregoeiro procederá à verificação das condições de habilitação do licitante que apresentou a melhor oferta apurada, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;

VII – constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante que tiver apresentado a melhor oferta apurada será declarado vencedor;

VIII - se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto do certame;

IX - nas situações previstas nos incisos VII e VIII o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;

X – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;

XI - o recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo;

XII - o acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

XIII – a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da

licitação pelo pregoeiro ao vencedor;

XIV - decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;

XV – se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso VIII.

Art. 14 - A habilitação far-se-á com a verificação dos seguintes documentos da regularidade fiscal:

I – Certidão Negativa de Débito – CND relativas às contribuições sociais previdenciárias, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social ou pela Secretaria de Receita Previdenciária;

II – Certificado de Regularidade de Situação – CRS para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;

III – Certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa para com a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, quando for o caso.

§ 1º - O edital poderá constar exigências quanto à habilitação jurídica, regularidade trabalhista, qualificação técnica, qualificação econômica-financeira e cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos termos dos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93.

§ 2º - O licitante inscrito em Cadastro de Fornecedores do Município de Doutor Pedrinho/SC ou dos Consórcios Públicos CIMVI, CISAMVI ou AGIR poderá substituir os documentos exigidos no edital pelo Certificado de Registro Cadastral respectivo.

§ 3º - A demonstração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, aqueles da regularidade fiscal e trabalhista que tiveram sua validade vencida antes da data prevista para sessão pública da licitação ou os documentos que não constarem do Certificado de Registro Cadastral deverão ser entregues separados, no momento da sessão pública, nos termos do artigo 32 da Lei nº 8.666/93.

§ 4º - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos ou sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

Art. 15 - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Art. 16 - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, serão exigidos:

I - comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, com indicação da empresa-líder, que deverá atender às condições de liderança estipuladas no edital e será a representante das consorciadas perante o Município de Doutor Pedrinho/SC;

II - apresentação da documentação de habilitação especificada no instrumento convocatório por empresa consorciada;

III - comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida no edital;

IV - demonstração, por empresa consorciada, do atendimento aos índices contábeis definidos no edital, para fins de qualificação econômico-financeira;

V - responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

VI - obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras, observado o disposto no inciso I;

VII - constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato.

Parágrafo único - Fica impedida a participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

Art. 17 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Doutor Pedrinho/SC, União, Estados, Distrito Federal ou demais Municípios e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

Art. 18 - A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse

público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/93.

Art. 19 - Até dois dias úteis da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar fundamentadamente o ato convocatório do pregão.

Parágrafo único - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

Art. 20 - Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias anteriores à data para abertura da sessão pública, na forma e condições definidas pelo Edital.

Art. 21 - Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

Art. 22 - O Município de Doutor Pedrinho/SC publicará, no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC, o extrato dos contratos celebrados, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/93.

Art. 23 - Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meio eletrônico, serão documentados ou juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros, o seguinte:

I - termo de referência;

II - planilhas de custo, quando for o caso;

III - previsão de recursos orçamentários, com a indicação das respectivas rubricas;

IV - autorização de abertura da licitação;

V - designação do pregoeiro e equipe de apoio;

VI - edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VII - minuta do termo do contrato ou instrumento equivalente, ou minuta da ata de registro de preços, conforme o caso;

VIII - parecer jurídico;

IX - documentação exigida para a habilitação;

X - ata contendo os seguintes registros:

- a) licitantes participantes;
- b) propostas apresentadas;
- c) lances ofertados na ordem de classificação;
- d) aceitabilidade da proposta de preço;
- e) habilitação; e
- f) recursos interpostos, respectivas análises e decisões.

XI - comprovantes das publicações:

- a) do aviso do edital;
- b) do resultado da licitação;
- c) do extrato do contrato; e
- d) dos demais atos em que seja exigida a publicidade, conforme o caso.

Art. 24 - Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos do Anexo II desta Resolução.

Art. 25 - Compete a Unidade Operacional de Controle Interno do Poder Executivo estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada por este Decreto.

Art. 26 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 015, de 19/06/2007, e demais disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 27 de novembro de 2015; 27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.

Doutor Pedrinho, SC, 27 de novembro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

ANEXO I

PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO PRESENCIAL

Art. 1º - Este Anexo I estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma presencial.

Art. 2º - A sessão pública do pregão presencial será processada da seguinte forma:

I – no dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública para abertura da licitação, visando o processamento das propostas e da documentação de habilitação, recebidas tempestivamente em envelopes distintos, devendo o interessado ou seu representante legal proceder de imediato ao respectivo credenciamento para atuação no certame, com a apresentação dos seguintes documentos:

- a) se tratando do responsável legal da empresa: cópia autenticada do contrato social ou instrumento equivalente que demonstre a competência legal do interessado para representar e assinar pela empresa, juntamente com cópia autenticada do documento de identidade (com foto), admitido em lei;
- b) se tratando de representante constituído: apresentar procuração com poderes para praticar todos os atos inerentes ao pregão, em especial, formular propostas e lances, firmar acordos, interpor ou desistir de recursos, devidamente assinada, juntamente com cópia autenticada do documento de identidade (com foto), admitido em lei, e do contrato social ou instrumento equivalente que demonstre a competência legal do outorgante para conferir os poderes pela empresa;

II - aberta a sessão e superada a fase de credenciamento, os interessados ou seus representantes constituídos apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, passando-se a identificação, pelo pregoeiro, dos envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido (envelope proposta), procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

III - o pregoeiro classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até dez por cento, relativamente à de menor preço;

IV - quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no inciso anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

V - em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes;

VI - o pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor;

VII - a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão definitiva do licitante na fase de lances verbais;

VIII - caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação;

IX - declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às propostas, o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

X - sendo aceitável a proposta de menor preço, será identificado o envelope de habilitação da licitante correspondente e procedido a sua abertura para confirmação das suas condições habilitatórias, com base nos dados cadastrais do Município de Doutor Pedrinho/SC ou de seus Consórcio Públicos, assegurado ao já cadastrado o direito de apresentar a documentação atualizada e regularizada na própria sessão;

XI – os documentos a que se referem o inciso anterior poderão ser substituídos por Certificados de Registro Cadastral e ou complementados, nos termos e condições dispostas no edital do certame licitatório;

XII – os atos posteriores serão em consonância com o disposto nos incisos VII a XV do artigo 13 desta Resolução.

§ 1º – Tratando-se de credenciamento por Instrumento Particular de Procuração, a mesma deverá estar com assinatura reconhecida em cartório, que conceda ao representante poderes legais, sendo que:

I - Se for outorgada por sócio-gerente ou diretor, esta condição deverá ser comprovada por cópia autenticada do Contrato Social ou da Ata de escolha da Diretoria;

II - Se for outorgada por outra pessoa que não seja sócio-gerente ou diretor, deverá ter poderes para assinar o referido documento, sendo que a comprovação far-se-á por meio de documentos autenticados que demonstrem tal condição.

§ 2º – Deverá ser apresentada fotocópia autenticada de documento de identificação com foto do representante juntamente com demais documentos do credenciamento.

§ 3º – No Instrumento de Procuração (Público ou Particular) deverá constar expressamente os poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias, sob pena de não aceitação.

§ 4º – Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém, o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

§ 5º – No caso de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) participar da licitação com tratamento diferenciado das demais empresas é obrigatória a apresentação da Certidão expedida pela Junta Comercial, com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, para comprovação da condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), se for o caso, na forma do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC, na fase de credenciamento.

Art. 3º - O Município de Doutor Pedrinho/SC, quando da aquisição de bens ou contratação de serviços, poderá subdividir a quantidade total do item em lotes, sempre que comprovado técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

ANEXO II

PROCEDIMENTOS PARA O PREGÃO ELETRÔNICO

Art. 1º - Este Anexo II estabelece normas e procedimentos relativos à licitação na modalidade de Pregão, na forma eletrônica.

Art. 2º - Para efeito deste Anexo considera-se:

I – CidadeCompras: portal de compras municipais, definido pelo Município de Doutor Pedrinho/SC como o sistema eletrônico a ser utilizado no âmbito da Entidade para realização do pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação. Sítio: <https://cidadecompras.cnm.org.br>.

II – Confederação Nacional de Municípios é a entidade responsável pelo apoio técnico e operacional, que atuará como provedora do sistema eletrônico de compras denominado CidadeCompras.

Art. 3º - O pregão, na forma eletrônica, como modalidade de licitação do tipo menor preço, realizar-se-á quando a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns for feita à distância em sessão pública, por meio de sistema que promova a comunicação pela internet.

Parágrafo único - O sistema a que se refere este artigo será dotado de recursos de criptografia e de autenticação que garantam condições de segurança em todas as etapas do certame.

Art. 4º - O pregão, na forma eletrônica, será conduzido pelo órgão ou entidade promotora da licitação, com apoio técnico e operacional da Confederação Nacional de Municípios, através do CidadeCompras.

Art. 5º - Serão previamente credenciados perante o CidadeCompras a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o pregoeiro, os membros da equipe de apoio, os operadores do sistema e os licitantes que participam do pregão eletrônico.

§ 1º - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico e deverá ser providenciado junto ao CidadeCompras.

§ 2º - A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descredenciamento por órgão participante do CidadeCompras.

§ 3º - A perda da senha ou a quebra do sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.

§ 4º - O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

§ 5º - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

Art. 6º - Caberá ao licitante interessado em participar do pregão, na forma eletrônica:

I - credenciar-se no CidadeCompras para certames promovidos pelo Município de Doutor Pedrinho/SC, no prazo mínimo de três dias úteis antes da data de realização do pregão;

II - remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for o caso, seus anexos;

III - responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

IV - acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

V - comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

VI - utilizar-se da chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica;

VII - solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

Parágrafo único - O fornecedor descredenciado no CidadeCompras terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

Art. 7º - A documentação exigida para atender ao disposto no edital do certame licitatório, na forma eletrônica, poderá ser substituída pelo certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral a ser adotado e integrado com o CidadeCompras.

Art. 8º - A íntegra do edital de pregão, na forma eletrônica, será disponibilizada no Portal CidadeCompras, sítio: www.cidadecompras.cnm.org.br.

§ 1º - O aviso do edital conterá a definição precisa, suficiente e clara do objeto, a indicação dos locais, dias e horários em que poderá ser lida e obtida a íntegra do edital, bem como o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, a data de sua realização e a indicação de que o pregão, na forma eletrônica, será realizado por meio da internet.

§ 2º - A publicação referida neste artigo será efetuada no CidadeCompras e poderá ser feita conjuntamente em sítios oficiais do Município de Doutor Pedrinho/SC, na internet, desde que certificado digitalmente por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil.

§ 3º - Todos os horários estabelecidos no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília/DF, inclusive para contagem do tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

Art. 9º - Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e, se for o caso, o respectivo anexo, até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

§ 1º - A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

§ 2º - Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

§ 3º - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas nesta Resolução e/ou na legislação específica.

§ 4º - Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

Art. 10 - A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

§ 1º - Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, devendo utilizar sua chave de acesso e senha.

§ 2º - O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

§ 3º - A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

§ 4º - As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

§ 5º - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

Art. 11 - O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance.

Art. 12 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

§ 1º - No que se refere aos lances, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.

§ 2º - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.

§ 3º - O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

§ 4º - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

§ 5º - Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

§ 6º - A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro.

§ 7º - O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

§ 8º - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

§ 9º - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

§ 10 - No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

§ 11 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

Art. 13 - Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante conforme disposições do edital.

§ 1º - A habilitação dos licitantes será verificada preferencialmente por meio eletrônico através dos sítios de emissão de documentos ou através de consultas diretas aos sistemas de registros cadastrais que atendam aos requisitos da legislação pertinente.

§ 2º - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados nos sítios referidos no parágrafo anterior deverão ser apresentados via fax, no prazo e condições definidas no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.

§ 3º - Os documentos e anexos exigidos, quando remetidos via fax, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, nos prazos estabelecidos no edital.

§ 4º - Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

Art. 14 - Os procedimentos para interposição de recurso, compreendida a manifestação prévia e motivada do licitante, durante a sessão pública, o encaminhamento de memorial e de eventuais contrarrazões pelos demais licitantes, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios.

Art. 15 - Os arquivos e registros digitais, relativos ao processo licitatório, deverão permanecer à disposição das auditorias internas e externas.

Art. 16 - A ata será disponibilizada na internet para acesso livre, imediatamente após o encerramento da sessão pública.

Art. 17 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no CidadeCompras e, no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período.

Parágrafo único - Somente a autoridade que registrou as penalidades no CidadeCompras poderá fazer a sua retirada.

Art. 18 - Qualquer interessado poderá acompanhar os processos no endereço eletrônico <https://cidadecompras.cnm.org.br>.

Art. 19 - O Município de Doutor Pedrinho/SC poderá, a qualquer momento, firmar adesão a outro portal de compras municipais, alterando o sistema eletrônico a ser utilizado no âmbito da Entidade para realização do pregão e demais aquisições de bens e serviços através do uso da tecnologia da informação, inclusive com escolha de outra entidade responsável pelo apoio técnico e operacional, que atuará como provedora do sistema eletrônico de compras.

LEI Nº 857/2015

LEI nº 857 de 20 de novembro de 2015.

Autoriza a anulação e suplementação de valores em dotações orçamentárias, no Orçamento-Programa 2015, da Administração Direta e Indireta, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder à anulação, no valor de até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), do saldo existente nas dotações dos seguintes Projetos/Atividade, Operações Especiais, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2015 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 846, de 05/12/2014).

04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2006	MANUTENÇÃO DO SETOR RODOVIÁRIO MUNICIPAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	160.000,00
	TOTAL	160.000,00
TOTAL GERAL DA ANULAÇÃO		160.000,00

Art. 2º - O Prefeito Municipal fica autorizado à suplementação no valor de até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), à conta da anulação prevista no artigo anterior, obedecendo às seguintes distribuições nas dotações Projetos/Atividade, Elementos e Unidades Orçamentárias do Orçamento-Programa 2015 da Administração Direta do Município de Doutor Pedrinho (Lei nº 846, de 05/12/2014):

04.001.15.452.0020.2007	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2007	SEC. MUNICIPAL DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS	
04.001.15.452.0020.2007	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
300000	DESPESAS CORRENTES	
330000	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
339000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1000000	RECURSOS ORDINÁRIOS	10.000,00
	TOTAL	10.000,00
05.001.12.361.0050.2008	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.361.0050.2008	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.361.0050.2008	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	RECEITAS E IMPOSTOS DA EDUCAÇÃO	75.000,00
	TOTAL	75.000,00
05.001.12.365.0050.2030	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL	
05.001.12.365.0050.2030	DIVISÃO EDUCAÇÃO	
05.001.12.365.0050.2030	MANUTENÇÃO DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	
300000	DESPESAS CORRENTES	
310000	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	
319000	APLICAÇÕES DIRETAS	
1010000	RECEITAS E IMPOSTOS DA EDUCAÇÃO	75.000,00
	TOTAL	75.000,00
TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO		160.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de novembro de 2015; 27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 20 dias do mês de novembro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

LEI Nº 858/2015

LEI nº 858 de 03 de dezembro de 2015.

Autoriza a concessão de auxílio financeiro mensal ao PEAL-BN – “Projeto Espaço Alternativo de Benedito Novo”, no exercício financeiro de 2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo do Município fica autorizado a conceder auxílio financeiro no valor de R\$ 1.655,00 (Um mil seiscentos e cinquenta e cinco reais) mensais, consignados no orçamento -programa anual, para entidade PEAL – Projeto Espaço Alternativo de Benedito Novo, inscrita no CNPJ sob nº 08.325.042/0001-04, no período de janeiro a dezembro de 2016, para manutenção de atividades de interesse público na cidade de Doutor Pedrinho/SC.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotação própria consignada no orçamento vigente, ficando o Executivo Municipal autorizado a suplementar havendo necessidade.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 03 de dezembro de 2015; 27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 03 dias do mês de dezembro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

LEI Nº 859/2015

LEI nº 859 de 03 de dezembro de 2015.

Autoriza a concessão de subvenção social à APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, no exercício financeiro de 2016, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O Chefe do Poder Executivo do Município fica autorizado a liberar recursos financeiros para APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Timbó, no valor de até R\$ 118.296,00 (cento e dezoito mil duzentos e noventa e seis reais), consignados no orçamento-programa anual do exercício de 2016.

Parágrafo único – O repasse financeiro de que trata esta Lei poderá ser dividida em parcelas mensais, respeitadas as prioridades financeiras do Município.

Art. 2º - A APAE deverá atender a educação especial da rede municipal de ensino, bem como prestar contas dos recursos recebidos, na forma da lei.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 03 de dezembro de 2015; 27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 03 dias do mês de dezembro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI

Técnica em Contabilidade.

LEI Nº 860/2015

LEI nº 860 de 07 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016, e dá outras providências.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, e na Lei Complementar no 101, de 04/05/2000, as diretrizes orçamentárias do Município de Doutor Pedrinho para 2016, compreendendo:

I – as metas e prioridades da Administração Pública Municipal, extraídas do Plano Plurianual 2014/2017;

II – a estrutura e organização dos orçamentos;

III – as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV – as disposições relativas à dívida pública municipal;

V – as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II**DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO**

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2016 são aquelas definidas nos Anexos desta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2016 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos desta lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2016, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO III**DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

Art. 3º - O orçamento para o exercício financeiro de 2016 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, com seus Fundos Especiais, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Administração.

Art. 4º - Para efeito desta Lei, entende-se por:

- I – programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa;
- III – projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;
- IV – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;
- V – unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;
- VI – receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;
- VII – execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;
- VIII – execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;
- IX – execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

Parágrafo Único - A categoria de programação de trata o artigo 167, VI, da Constituição Federal, será identificada por projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 5º - A Lei Orçamentária para 2016 evidenciará (1) a Receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no Orçamento de Receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a fundos, com identificação de cada rubrica com o Código de Destinação de Recurso; e (2) a Despesa de cada Unidade Gestora, por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de destinação de recurso, na forma dos seguintes anexos:

- I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;
- II – Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas;
- III – Resumo Geral da Despesa;
- IV – Programa de Trabalho;
- V – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais;
- VI – Demonstrativo da Despesa por Funções, Sub-Funções, Programas conforme o Vínculo com os Recursos;
- VII – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- VIII – Demonstrativo da Despesa, classificada até a modalidade de aplicação, segundo cada unidade orçamentária;
- IX – Sumário da Receita por Fontes e da Despesa por Funções;
- X – Demonstrativo da estimativa de renúncia de receita de natureza tributária, com premissas e metodologia de cálculo e comprovação de que ela foi considerada no orçamento da receita para 2016;
- XI – Demonstrativo da compatibilização da programação dos orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentária;
- XII – Demonstrativo das medidas de compensação para aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, se for o caso;
- XIII – Demonstrativo do volume de recursos destinados ao orçamento fiscal e da seguridade social.

Parágrafo Único - Para efeito desta lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Administração Direta, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

Art. 6º - A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

- I – Quadro demonstrativo geral da evolução da Receita dos exercícios de 2012, 2013 e 2014 acrescidos da previsão para 2015, além de justificativa da estimativa para 2016 e 2017, acompanhados de metodologia e memória de cálculo;
- II – Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por fontes, dos três últimos exercícios e da estimada para o exercício corrente.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO

Art. 7º - O Orçamento para o exercício de 2016 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, com seus Fundos Especiais.

Art. 8º - A lei orçamentária conterá autorização ao Poder Executivo para, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64:

I - designar órgãos centrais para movimentar dotações atribuídas às Unidades Orçamentárias e promover os ajustamentos orçamentários, financeiros e contábeis, decorrentes de reorganização administrativa;

II – suplementar, por conta do excesso de arrecadação, as Modalidades de Aplicação de despesa e as Transferências Financeiras destinadas a atender dispêndios de Convênios, apurados pela diferença entre o valor previsto e o valor recebido;

III – (vetado);

IV - apresentar déficit de execução orçamentária resultante da utilização do superávit financeiro do exercício anterior;

V - realizar operações de crédito, ainda que por antecipação da receita, limitado o valor das primeiras ao disposto no art. 167, III, da Constituição Federal.

Art. 9º - Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento de Receita da Unidade Gestora Central e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central.

§ 1º – Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º - A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverá ser demonstrada também em balancetes apartado da Unidade Gestora Central, quando a gestão for delegada para servidor municipal.

Art. 10 - As previsões de receita para o exercício de 2016 observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, a variação do índice de preços, o crescimento econômico ou qualquer outro fator relevante, e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º - A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º - A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com o disposto no artigo 2º, IV, da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 11 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, adotarão mecanismos de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

- I – redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;
- II – redução de despesas com manutenção;
- III – eliminação de despesas com horas extras; e
- IV – eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

Art. 12 – A expansão das despesas obrigatórias, de caráter continuado, não excederá, no exercício de 2016, a 25% da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2015.

Art. 13 – O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2016 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a até 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo II desta lei.

§ 1º – Para efeito desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas, diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor, e, neste caso, mesmo que investimentos.

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a intempéries e passivos contingentes, conforme disposto no Anexo II desta lei, caso não se concretizem até o dia 10 de dezembro de 2016, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para atender eventos fiscais imprevistos, desde que constante idêntica previsão na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta Orçamentária para o exercício de 2017.

Art. 14 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual, conforme Art. 5º, § 5º, da LRF.

Art. 15 – O Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para suas Unidades Gestoras, bem como o Desdobramento das Metas Bimestrais de Arrecadação.

Art. 16 – Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado.

§ 1º – Os recursos de Operações de Crédito, não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

§ 2º - Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, a partir de seu ingresso.

Art. 17 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural ou esportivo, sem fins lucrativos, e aquelas de cooperação técnica, de saúde ou voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal.

Art. 18 – Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto

orçamentário-financeiro num exercício não exceda o valor para dispensa de licitação, fixado na Lei nº 8.666/93, devidamente atualizado.

Art. 19 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 20 – Fica autorizado o custeio de despesas ou serviços de competência de outros Entes da Federação pela Administração Municipal quando houver convênios, acordos ou ajustes e a respectiva autorização e os recursos na lei orçamentária.

Art. 21 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2016 a preços correntes.

Art. 22 – A lei orçamentária para 2016 poderá autorizar o Executivo Municipal a remanejar por Decreto, dentro de cada categoria de programação, projeto, atividade ou operações especiais, o saldo das dotações dos grupos de natureza ou modalidade que o compõem.

Art. 23 – As destinações de recursos, aprovadas na Lei Orçamentária e em seus créditos, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender as necessidades de execução do orçamento, por decreto do Poder Executivo.

Art. 24 – No Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, da execução orçamentária de 2016, poder-se-á fazer a inclusão de elementos de despesa ou a alteração de seus valores, sempre limitados aos valores fixados pela lei orçamentária anual para cada modalidade de aplicação, dentro do projeto, atividade ou operações especiais, por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo.

Art. 25 – Durante a execução orçamentária de 2016, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2016, constantes no Anexo II desta lei e alterações posteriores.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 26 – Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2016.

Art. 27 – As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e ser autorizadas por lei específica.

Art. 28 – A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar nº 101/00 e de conformidade com a Resolução do Senado Federal.

Parágrafo Único – O montante da dívida pública no exercício de 2016 não excederá o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da Receita Corrente Líquida apurada ao final de cada semestre.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 29 – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou

em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2016.

Art. 30 – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 31 – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal, caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

I – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

II – eliminação das despesas com horas extras;

III – eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 32 – Para efeito desta lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente à substituição de servidores de que trata o artigo 18, § 1º, da LRF, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal de Doutor Pedrinho ou ainda atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 33 – A verificação dos limites das despesas com pessoal será feita no final de cada semestre.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 34 – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 36 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

CAPÍTULO VIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37 – O Executivo Municipal enviará até o dia 15/11/2015, a proposta orçamentária à Câmara Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2015.

§ 1º – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2016, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na

forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

§ 3º - Os eventuais saldos negativos apurados, em decorrência do disposto no parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fonte de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2015, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais imprevistos.

Art. 38 – Ficam autorizadas as despesas com juros e atualização monetária, por eventual atraso no pagamento de compromissos, decorrente de insuficiência financeira.

Art. 39 – A Administração Municipal, tanto quanto possível, até a criação de estrutura adequada, deverá apropriar as despesas e exercer o seu controle, de forma a demonstrar o custo de cada ação ou serviço, definindo os centros de custos e a forma de apropriação destes, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 40 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 41 – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e/ou Estadual, através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para captação de recursos e/ou realização de obras ou serviços de interesse do Município.

Art. 42 – O Município utilizará a faculdade contida no artigo 63 da Lei Complementar nº 101/00.

Art. 43 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 07 de dezembro de 2015; 27º ano de Fundação; 26º ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 07 dias do mês de dezembro de 2015.

EDIR ANA FRAINER MAZZI
Técnica em Contabilidade.

PORTARIA Nº 118

PORTARIA no 118, de 20 de Novembro de 2015.

Prorroga, a pedido, o período de licença para tratar de interesses particulares de servidora efetiva lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

HARTWIG PERSUHN, Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 52, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e em conformidade com o artigo 87 da Lei Complementar no 50, de 16/10/2006; e

Considerando-se a concessão da licença pelo prazo inicial de 06 (seis) meses, conforme Portaria nº 62/2015;
Considerando-se novo requerimento formulado pela interessada e a comprovação dos requisitos pertinentes; resolve:

PRORROGAR

O período de licença para tratar de interesses particulares concedido a servidora JOICE REICHEL NONES, ocupante do emprego público de Agente Administrativo II, pelo prazo de 06 (seis) meses, totalizando-se 1 (um) ano de afastamento sem remuneração, contados de 26/05/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de novembro de 2015; 27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 119

PORTARIA no 119, de 20 de Novembro de 2015.

Exonera servidor ocupante de cargo em comissão na Administração Direta.

O Prefeito Municipal de Doutor Pedrinho, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 52 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1990, e com base na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Lei Complementar nº 49, de 06 de outubro de 2006, resolve,

EXONERAR

O servidor JOSÉ CARLOS ROSA FILHO, do cargo em comissão de Assessor de Saúde (DAS-02), para o qual foi nomeado pela Portaria nº 087, de 17/07/2014, a contar de 30/11/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 20 de novembro 2015; 27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 120

PORTARIA no 120, de 27 de Novembro de 2015.

Concede exoneração a servidora Cristina Klein Piske, ocupante do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c art. 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04 de Abril de 1.990; e com fundamento nos artigos 477 e 487 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e nos artigos 49, I, e 50, "caput", da Lei Complementar nº 50, de 16/10/2006; resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO

A servidora CRISTINA KLEIN PISKE, ocupante do emprego público de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social, para a qual foi nomeada pela Portaria nº 059, de 04/05/2015, a contar de 01/12/2015.

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 27 de novembro de 2015; 27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN

Prefeito de Doutor Pedrinho/SC.

PORTARIA Nº 121/2015

PORTARIA no 121, de 27 de Novembro de 2015.

Altera temporariamente a carga horária de servidores da Secretaria Municipal de Educação e Promoção Social.

O Prefeito de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o artigo 52 c/c o artigo 72 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 04/04/1990; e com fundamento nos artigos 6º e 7º da Lei Complementar nº 31, de 06/04/2004, e Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público prevista no Inciso IV do art. 2º da Lei Complementar nº 47, de 14/06/2006, ou seja, substituição de pessoal nas unidades escolares, pré-escolares e núcleos de educação infantil do município, por vacância nos casos de falecimento, aposentadoria, exoneração e demissão, aumento do número de alunos, ou nos casos de licença e/ou afastamento temporário do titular;

Considerando a necessidade de manutenção do programa de integração dos alunos com necessidades especiais no ensino regular e melhoria de seu desenvolvimento cognitivo para interação e inserção social, com adaptação de recursos humanos compatíveis com os desafios de cada educando;

Considerando-se que há professores que manifestam interesse na ampliação temporária de carga horária, auxiliando no atendimento da demanda da rede municipal de ensino; resolve:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE A CARGA HORÁRIA

Dos servidores abaixo identificados, autorizando-se o aumento proporcional de remuneração, como segue:

Nome	Emprego Público	Carga Horária Semanal		Período
		De	Para	
Jessica Terezinha Reitz	Professora	24	30	01/12/2015 a 11/12/2015
Adilson Nascimento	Professor	20	30	01/12/2015 a 11/12/2015

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, em 27 de novembro de 2015; 27o ano de Fundação; 26o ano de Emancipação Política.

HARTWIG PERSUHN
Prefeito de Doutor Pedrinho/SC

Ermo

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015 - FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Do objeto: Aquisição de "MEDICAMENTOS", destinados ao atendimento das necessidades da rede básica municipal de saúde do município de Ermo, durante os meses de janeiro á junho de 2016, conforme relação anexa.

Do Fornecedor: Consórcio Intermunicipal de Saúde – AMESC.

Do Valor e do Pagamento: O valor previsto dos produtos adquiridos importam em 201.488,04 (duzentos e um mil, quatrocentos e oitenta e oito reais e quatro centavos), que serão pagos mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao mês dos produtos adquiridos. Os preços dos medicamentos serão irrealizáveis.

Da base legal: Inciso VIII do artigo 24 da Lei nº 8.666/93; parecer da Consultoria Geral do Tribunal de Contas nº COG/638/00 de 16/11/00, no Processo de Consulta nº COM-00/06009549, que resultou no pré julgado nº 0944; art. 2º, § 1º, inciso III da Lei nº 11.107 de 06/04/2005 e art. 18, do Decreto nº 6.017 de 17/01/2007.

Da justificativa: A Dispensa de Licitação para aquisição de medicamentos se faz necessária, por ser através do Consórcio Intermunicipal de Saúde, uma entidade sem fins lucrativos, entre os municípios que compõem a região da AMESC, com o fim de fornecer serviços e produtos da área da saúde aos municípios consorciados, com preços notoriamente abaixo dos praticados no mercado.

Ermo-SC, 08 de dezembro de 2015.

LEANDRO FIGUEIREDO FERNANDES

Pres. Com. Perm. Licitação

RATIFICAÇÃO

A vista do exposto, dispensa-se a licitação. Aprovo e autorizo a realização de dispensa, com fundamento na Lei nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2015

EXTRATO DO CONTRATO nº 52/2015

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Ninomar Moro

OBJETO: Locação do imóvel constituído do lote nº 01 , da quadra 08, com 1.610,00 m² (um mil e seiscentos e dez metros quadrados), e uma casa metade de alvenaria e metade de alvenaria edificado sobre o mesmo imóvel, com área de 263,80 m² (duzentos e sessenta e três metros e oitenta centímetros quadrados), localizado na Rua Arthur Becker s/nº, Centro, Ermo - SC

VIGÊNCIA: 04/01/2016 á 31/06/2016.

VALOR ESTIMADO: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

Data da assinatura: 07/12/2015.

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 185/PMF/2015

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 185/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de gêneros de alimentação (açúcar), para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 28 de dezembro 2015 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 08 de dezembro de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 186/PMF/2015

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 186/PMF/2015.

OBJETIVO: A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para aquisição de combustíveis para consumo da frota da Prefeitura Municipal, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, do Município de Forquilha, para o exercício de 2016.

DATA DE ABERTURA: Dia 23 de dezembro 2015 às 11:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 08 de dezembro de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/FMS/2015

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	---

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 38/FMS/2015.

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para coleta, transporte, tratamento através de autoclave e destinação final de resíduos provenientes de serviços de saúde no município de Forquilha/SC, por meio da Secretaria de Saúde para o ano de 2016.

DATA DE ABERTURA: Dia 23 de dezembro 2015 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br.

Forquilha, 08 de dezembro de 2015.

ÉRIKA DE LUCA TISCOSKI
Pregoeira

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº. 773/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

DECRETO Nº. 773/2015, 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12, inciso II, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	02	Chefia Do Executivo	
Unidade:	04	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte	
Proj./Ativ.	2.021	Aplicação dos Recursos do Salário Educação	
52	3.3.90.00.00.00.00.00.0197	Aplicações Diretas	R\$ 17.000,00
	TOTAL		R\$ 17.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, parágrafo 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	04	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.	
Proj./Ativ.	2.021	Aplicação dos Recursos do Salário Educação	
53	4.4.90.00.00.00.00.00.0197	Aplicações Diretas	R\$ 17.000,00
	TOTAL		R\$ 17.000,00

Frei Rogério, 03 de dezembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 774/2015 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

DECRETO Nº. 774/2015, 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC).

OSNY BATISTA ALBERTON, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V, da lei orgânica do município de Frei Rogério, art. 12, inciso II, da lei nº 806/2014 de 27/11/2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), em reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	04	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.	
Proj./Ativ.	2.020	Aplicação FUNDEB	
48	3.1.90.00.00.00.00.00.0031	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
Unidade:	04	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.	
Proj./Ativ.	2.015	Manutenção da Educação Básica	
42	3.3.90.00.00.00.00.00.00186	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
	TOTAL		R\$ 32.000,00

Art. 2º - Para atender o artigo 1º será utilizado o seguinte recurso disponível, de acordo com art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64.

§ 1º - Fica anulada parcialmente R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) da seguinte dotação orçamentária do orçamento corrente:

Órgão:	02	Chefia do Executivo	
Unidade:	04	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.	
Proj./Ativ.	2.020	Aplicação Fundeb	
51	4.4.90.00.00.00.00.0191	Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00
Unidade:	04	Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.	
Proj./Ativ.	2.015	Manutenção da Educação Básica	
41	3.1.90.00.00.00.00.00186	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00
	TOTAL		R\$ 32.000,00

Frei Rogério, 04 de dezembro de 2015.

OSNY BATISTA ALBERTON

Prefeito Municipal

RES CONT. 0109/2015, PROC. LIC.029/2015. CONCURSO

RESUMO PARA PUBLICAÇÃO

CONTRATO Nº 109/2015

PROCESSO LICITATÓRIO 29/2015

CONVITE Nº08/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2015 NA MODALIDADE DE CONVITE Nº 08/2015, CUJO OBJETIVO É A CONTRATAÇÃO - DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO NO MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO COMPREENDENDO SEGUINTE FASES:

- ELABORAR, APLICAR, JULGAR, CORRIGIR E AVALIAR AS PROVAS DO CONCURSO PÚBLICO E DO PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, NO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO (SC) PARA OS CARGOS CONSTANTES NO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.
- OBEDECER À DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO E DO PROCESSO SELETIVO.
- FORMAR O QUADRO DE PESSOAL NECESSÁRIO PARA O TRABALHO ATÉ O RESULTADO FINAL E OFICIAL DOS SERVIÇOS ORA CONTRATADOS, PAGANDO OS MESMOS ÀS SUAS EXCLUSIVAS EXPENSAS, INCLUSIVE OS IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES.
- REALIZAR O TRABALHO COM SERIEDADE E PROFISSIONALISMO, DE ACORDO COM O QUE PRECEITUA A LEGISLAÇÃO VIGENTE.
- FORNECER A PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO - SC, A RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS, EM ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, PARA CADA CARGO.
- JULGAMENTO DE TODO E QUALQUER RECURSO E REVISÃO DE PROVAS.
- PRESTAR AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS E SEMPRE QUE SOLICITADA SOBRE O ANDAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO E DO PROCESSO SELETIVO.
- DEFINIR NORMAS PARA APLICAÇÃO DAS PROVAS, FOI A PROPONENTE INFINITY ASSESSORIA PEDAGOGICA LTDA – ME, COM A QUAL FOI CELEBRADO O SEGUINTE CONTRATO:

CONTRATO Nº 109/2015, NO VALOR TOTAL DE R\$ 7.490,00 (SETE MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA REAIS), QUE SE ENCONTRA DISPONÍVEL NA PREFEITURA MUNICIPAL, SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES. E-MAIL compras@freirogerio.sc.gov.br, fone 49 3257 0000.

FREI ROGÉRIO - SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2015

OSNY BATISTA ALBERTON

PREFEITO MUNICIPAL

RES. CONT. 110/2015 MARCENARIA NOVA ESPERANÇA

RESUMO PARA PUBLICAÇÃO

CONTRATO Nº 110/2015

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE CELEBROU CONTRATO ABAIXO IDENTIFICADO COM A EMPRESA MARCENARIA NOVA ESPERANÇA LTDA-ME, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERRAGEM BRUTA DE ATÉ 48m³ (QUARENTA E OITO) METROS CÚBICOS DE MADEIRA DE EUCALIPTO DOADOS AO MUNICÍPIO PELA EMPRESA IGUAÇU, PARA SEREM USADAS NA REFORMA DA PONTE DE MADEIRA EXISTENTE SOBRE O RIO CORRENTES NA COMUNIDADE DO MESMO NOME, NESTE MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 110/2015, NO VALOR TOTAL DE ATÉ R\$ 7.680,00 (SETE MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS), QUE SE ENCONTRA, NA SUA ÍNTEGRA, DISPONÍVEL NA PREFEITURA MUNICIPAL, SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES. E-MAIL compras@freirogerio.sc.gov.br, FONE 49 3257 0000.

FREI ROGÉRIO - SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2015

P/ OSNY BATISTA ALBERTON

PREFEITO MUNICIPAL

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 251/2015

DECRETO N.º 251, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO N.º 14, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015,
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Resolução n.º 14, de 07 de dezembro de 2015, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que "dispõe sobre aprovação do Projeto "PEPE RENOV" Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Criança em Família na Comunidade, elaborado e apresentado pela Associação Educacional a Serviço da Vida de Garopaba/SC", conforme anexo único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 09/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

CLEIDE DE AGUIAR PEREIRA RIVOIRE
Secretária de Administração Interina

Anexo Único

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Resolução nº 14 de 07 de dezembro de 2015.
Dispõe sobre aprovação do Projeto "PEPE RENOV" Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Criança em Família na Comunidade, elaborado e apresentado pela Associação Educacional a Serviço da Vida de Garopaba/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o deliberado em Reunião Ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2015:

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto "PEPE RENOV" Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Criança em Família na Comunidade, elaborado e apresentado pela Associação Educacional a Serviço da Vida de Garopaba/SC.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 07 de dezembro de 2015.
Luciana de Abreu Corrêa
Presidente do CMDCA

ERRATA Nº 2 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO 001/2015

Ato 002/CP/ED/001/15

SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 001/2015 DE CONCURSO PÚBLICO

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público a segunda retificação do edital conforme segue:

1. No Anexo I do edital os requisitos/habilitação do cargo de nível superior - Professor Artes 20h e 40h, passam a ter o seguinte teor:

CARGO	REQUISITOS/HABILITAÇÃO
Professor Artes (20h)	Curso superior completo com Licenciatura em Artes
Professor Artes (40h)	Curso superior completo com Licenciatura em Artes

2. No Anexo III do edital o conteúdo programático do Professor com Licenciatura passa a ter o seguinte teor:

PROFESSOR COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (20H)
PROFESSOR COM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA (40H)
Currículo Escolar: sentido amplo e específico, planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade/ Processos de Ensino Aprendizagem: conceituação apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade/ Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos- Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais/ Recreação: Atividades recreativas/ Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação/ Planejamento de aula: habilidade objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, O brincar no espaço educativo/ O papel do profissional da educação/ A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação)/ Princípios que fundamentam a prática na educação ,dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família/ As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis/ Desenvolvimento Infantil/ Alfabetização e Letramento.

3 – ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE SERVENTE

Atribuições do cargo de servente: executar serviços de limpeza e higiene nas instalações próprios da escola e serviços gerais de apoio administrativo

4- As demais normas do edital permanecem inalteradas.

Garopaba, 01 de Dezembro de 2015
Paulo Sergio de Araujo
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 1032/2015.

PORTARIA N.º 1032 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba, e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. LOTAR, nos termos do art. 28, da Lei n.º 1000/2005, a servidora RAQUEL CRISPIM, matrícula funcional n.º 3821, Técnica de Enfermagem, ocupante de cargo de provimento efetivo, desde 05/01/2011, na Secretaria Municipal de Saúde, da Prefeitura Municipal de Garopaba, tendo definido como local de exercício a Unidade Básica de Saúde do Macacu.

Art. 2º. Nos termos do art. 28, da Lei n.º 1.000/2005, a lotação firmada pela presente Portaria, somente poderá ser alterada observado o interesse público, de consenso entre o Poder Executivo e o Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 08 de dezembro de 2015.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 09/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

RESOLUÇÃO Nº 14/2015 CMDCA

Resolução nº 14 de 07 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre aprovação do Projeto "PEPE RENOVÓ" Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Criança em Família na Comunidade, elaborado e apresentado pela Associação Educacional a Serviço da Vida de Garopaba/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GAROPABA - CMDCA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o deliberado em Reunião Ordinária realizada no dia 04 de dezembro de 2015:

Resolve:

Art. 1º Aprovar o Projeto "PEPE RENOVÓ" Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Criança em Família na Comunidade, elaborado e apresentado pela Associação Educacional a Serviço da Vida de Garopaba/SC.

Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Garopaba, 07 de dezembro de 2015.

Luciana de Abreu Corrêa
Presidente do CMDCA

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em 09/12/2015, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 6.650, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 6.650, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

ALTERA O DECRETO Nº 5.896 DE 02 DE ABRIL DE 2014, NOMENDO, EM SUBSTITUIÇÃO, MEMBROS PARA COMPOR A JUNTA DE JULGAMENTO DE RECURSOS ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS DE PRIMEIRA E SEGUNDA INSTÂNCIA, DE QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR Nº 8, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2002.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia, em substituição, os membros abaixo indicados, para integrar a comissão referida no decreto nº 5.896 de 02 de abril de 2014, conforme segue:

MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Ademor Luiz Machado	Joice Mara Deschamps Rotta

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados no presente decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gaspar, 07 de dezembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.651, DE 08 DE DEZEMBRO 2015.

DECRETO Nº 6.651, DE 08 DE DEZEMBRO 2015.

EXONERA O SERVIDOR LUIZ LORIVAL DE SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 09/12/2015, o servidor LUIZ LORIVAL DE SOUZA, CPF nº 532.654.329-04, do cargo em comissão de Encarregado da Secretaria de Obras, ao qual foi nomeado pelo Decreto nº 4.980, de 15 de maio de 2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 08 de dezembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 6.647 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº. 6.647 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da área governamental e não governamental do Conselho Municipal de Educação - COMED, indicados ou eleitos por seus pares para o quadriênio 2016-2019, assim composto:

Governamental	TITULAR	SUPLENTE
Educação Infantil	Sanira Cristina Dias	Josiane Chiminelli
Ensino Fundamental	Camila Screiber Heckler	José Gabriel Corrêa
Não Governamental		
Educação Infantil	Marluce Paiano Doraci Lami Deschamps	Maria José Monteiro
Ensino Fundamental	Juliano Edney Gehrke	Rita Inez Paloschi
	Clodoaldo Oliveira Breda	Marcia Maria Junks
Associação de Pais e Professores	Lucia Margarida Goedert	Ailton Porto
CMDCA	Euclides Rampelotti	Calisto Lopes Cerqueira
FUNDEB	Luiz João Firmo	Luciara Maes
SINTE	Maria Efigênia de Oliveira	Luiz Otávio Rebouças Bastiani
SINTRASPUG	Gracia Margarida Russi Prade	Jovino Emir Masson

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 07 de dezembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 3.861, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
PORTARIA Nº 3.861, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

REVOGA A PORTARIA Nº 3.499 DE 13 DE OUTUBRO DE 2014, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR NEIVALDO DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.499/2014, que colocou o servidor NEIVALDO DA SILVA, ocupante do cargo de Supervisor Escolar, lotado com 40 horas semanais na EEB Ervino Venturi, à disposição na SEMED – Secretaria Municipal de Educação, a partir de 21/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de dezembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.862, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
PORTARIA Nº 3.862, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

REVOGA A PORTARIA Nº 3.289 DE 31 DE JANEIRO DE 2014, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA MARILSE RAULINO MARQUETTI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 3.289/2014, que colocou a servidora MARILSE RAULINO MARQUETTI, ocupante do cargo de Professora Anos Iniciais, lotada com 40 horas semanais na EEB Zenaide S. Costa, à disposição no Serviço de Fonaudiologia, Psicopedagogia e Psicologia Escolar – SEFOPPE, a partir de 21/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de dezembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.863, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
PORTARIA Nº 3.863, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

REVOGA A PORTARIA Nº 1.844 DE 16 DE MARÇO DE 2009, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA ROSILENE MARLI DE S. FRANCISCO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 1844/2009, que colocou a servidora ROSILENE MARLI DE S. FRANCISCO, ocupante do cargo de Professora Artes, lotada com 20 horas semanais na EEB Norma

Mônica Sabel, à disposição na Biblioteca Pública – Dom Daniel Hostin, a partir de 21/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de dezembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.864, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
PORTARIA Nº 3.864, DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.

REVOGA A PORTARIA Nº 2.361 DE 09 DE MARÇO DE 2011, QUE COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA JANETE BERNZ SOUZA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a Portaria nº 2.361/2011, que colocou a servidora JANETE BERNZ SOUZA, ocupante do cargo de Professora Anos Iniciais, lotada com 40 horas semanais na EEB Luiz Franzói, à disposição no Serviço de Fonaudiologia, Psicopedagogia e Psicologia Escolar – SEFOPPE, a partir de 21/12/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de dezembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

PORTARIA Nº 3.865, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.
PORTARIA Nº 3.865, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 02/2015, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE de órgão e/ou servidores do município de Gaspar pela divulgação ilegal de imagens em prejuízo da reputação da Administração pública municipal.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 15 de dezembro de 2015, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 02/2015, instaurada para apurar a responsabilidade de órgão e/ou servidores do Município de Gaspar pela divulgação ilegal de imagens em prejuízo da reputação da Administração Pública Municipal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de dezembro de 2015.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL**TERMO DE VISTORIA = LICITAÇÃO 004/2015 - PREGÃO 004/2015**

TERMO DE VISTORIA

LICITAÇÃO 004/2015

PREGÃO 004/2015

OBJETO: FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, NOVOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR.

Declaramos, nesta data, haver vistoriado os produtos recebidos da empresa WEIKAN TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n. 09.159.503/0001-89, a qual adjudicou o item 1 do presente certame.

No procedimento de vistoria o pregoeiro e a equipe de apoio constaram que as 5 unidades de Microcomputadores não se encontram dentro dos padrões solicitados no edital e no contrato, qual seja: clock mínimo de 3,3 Ghz, tendo sido entregue tal dispositivo com 3,0 Ghz.

Sendo assim, caso não se comprove sua eficiência mínima, solicitada no Edital e no Contrato, o equipamento entregue é considerado inferior ao solicitado, devendo ser procedido sua substituição.

Gaspar/SC, 08 de dezembro de 2015.

Jorge Luiz Matos de Oliveira

Pregoeiro

Janete da Silva

Membro da Equipe de Apoio

Marcelo Peterson Pereira

Membro da Equipe de Apoio

Rui Donisete de Góis Vieira

Membro da Equipe de Apoio

Grão Pará

PREFEITURA

DECRETO DF 087/2015 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 087, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1981, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.017	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR – ENSINO FUNDAMENTAL		
3.3.90.00.00.00.00.00.0058 -	Aplicações Diretas	R\$	8.992,75

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0058	Salário Educação	R\$	8.992,75

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
08 de Dezembro de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 08 de Dezembro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO DF 088/2015 - ORÇAMENTO

DECRETO DF N. 088, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

“ALTERA DISPOSTIVO DO DECRETO DF N. 83/2015, QUE ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1981, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA

Art. 1º. Ficam alterados os artigos 1º e 2º do Decreto DF nº 83/2015, dispositivos estes que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.025	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	189,00
10.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		
10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		
2.029	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00

15.00	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS		
15.01	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS		
2.030	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR		
3.1.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	200,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, ficam reduzidas as seguintes dotações orçamentárias:

06.00	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
06.01	DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA		
2.025	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL		
4.4.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	189,00
10.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		
10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		
2.029	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS		
3.1.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	30.000,00
15.00	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS		
15.01	FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL – FMAS		
2.030	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CONSELHO TUTELAR		
3.3.90.00.00.00.00.00.0000	Aplicações Diretas	R\$	200,00

[...]

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos retroativos a 01 de Dezembro de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,
08 de Dezembro de 2015.
AMILTON ASCARI
Prefeito de Grão-Pará

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 08 de Dezembro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

DECRETO DF 089/2015 - ORÇAMENTO**PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000089/15 de 8 de Dezembro de 2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 001981/14 de 16 de Dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
(002)3.3.90.00.00.00.00.2.002-0000 - Aplicacoes Diretas	1.500,00
03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO	
(006)3.3.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
Total Suplementação:	21.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
(001)3.1.90.00.00.00.00.2.002-0000 - Aplicacoes Diretas	1.500,00
03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	
03.01 - DEPARTAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO	
(004)3.1.90.00.00.00.00.2.003-0000 - Aplicacoes Diretas	20.000,00
Total Anulação:	21.500,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Dezembro de 2015.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 8 de Dezembro de 2015.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaraciaba

PREFEITURA

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 87.15 CONFECÇÃO DE CALENDÁRIO DE EVENTOS 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº87/2015.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 114/15, Edital de Pregão Presencial Nº 87/15. Objeto: Confecção do calendário de eventos 2016; recebimento de propostas até às 09 horas do dia 21/12/15; a abertura do Edital será às 09 horas do dia 21/12/15, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:00h às 13:00h e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 08 de dezembro de 2015.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 145/2015 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 145/2015 – PMG
Processo Licitatório: 145/2015 - PMG
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ZERO KM, TIPO SUV, PARA A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 22/12/2015 às 09h00min
Abertura dos Envelopes: 22/12/2015 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis, na segunda-feira das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, e de terça a sexta-feira das 07:00h às 13:00h pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo telefone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 08 de dezembro de 2015.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 158/2015 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 158/2015 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação
Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE GARRAFA SQUEEZE 600ml PARA ATENDER AO ENCERRAMENTO DO PROJETO CLUBE DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16 com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: COMERCIAL COISA DE LOUCO LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº 72.291.990/0001-75, sede na Rua 28 de agosto, nº 1326, sala 02, bairro centro, Guaramirim-SC.
Valor: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

GUARAMIRIM (SC), 08/12/2015
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 159/2015 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 159/2015 - PMG

Modalidade: Dispensa de Licitação
Objeto da Licitação: LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA ENCERRAMENTO DAS ATIVIDADES DO ANO DE 2015 DO PROJETO CLUBE DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16 com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: CONG. PADRES DO SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, inscrito no CNPJ sob nº 62.039.334/0025-01, sede na Rua Padre Gabriel Lux nº 900, bairro Centro, Corupá -SC.
Valor: R\$1.350,00 (um mil trezentos e cinquenta reais)

GUARAMIRIM (SC), 08/12/2015
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - FMS 12/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 12/2015 - Pregão Presencial Nº. 11/2015.

Objeto: Contratação de empresa para prestar serviço de plantão médico e sobre aviso na área de saúde para o atendimento a população do município de Guarujá do sul, para o exercício de 2016 (01 de janeiro de 2016 ate 31 de dezembro de 2016)

Propostas e Habilitação: 22/12/2015.

(Documentos as 08:15 horas / Abertura as 08:30 horas).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:00 as 13:00 de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal informações pelo fone 49 36420122 ou no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 08 de dezembro de 2015.

Walter L. Steffens,

Secretária Municipal de Saúde.

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço de Informática, de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

VALOR TOTAL R\$ 47.640,00

Guarujá do Sul, 08 de dezembro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

SEGUNDO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 21/2014.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 11/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: RADIO TRI FRONTEIRA LTDA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço de Radiodifusão de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

VALOR TOTAL R\$ 5.433,60

Guarujá do Sul, 08 de dezembro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF 06/2015, 33/2015, 21/2014 E 66/2015 / FMS 04/2015 E 09/2013 / FMAS 03/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

SEGUNDO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 06/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 69/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2014.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: INVIOVEL CEDRO SISTEMAS DE ALARME LTDA ME

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço de Monitoramento 24 horas de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, bem como fica reajustado seu valor em 10,6873%. (IGP-M Dezembro/2014 a Novembro/2015).

VALOR TOTAL R\$ 20.322,00

Guarujá do Sul, 08 de dezembro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

QUARTO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 09/2013.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 07/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2013.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITALAR GUARUJA

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Exames Laboratoriais, de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, bem como fica reajustado seu valor em 10,6873%. (IGP-M Dezembro/2014 a Novembro/2015).

VALOR TOTAL R\$ 148.586,18

Guarujá do Sul, 08 de dezembro de 2015.

Walter Luiz Stefens,

Secretário Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 33/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 14/2015 – CONVITE Nº. 02/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GABRIEL GEALH DE CAMPOS

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço de Assessoria Jurídica (peças processuais) de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016. VALOR TOTAL R\$ 37.920,00

Guarujá do Sul, 08 de dezembro de 2015.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 04/2015.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 69/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 37/2014.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADO: INVIOVEL CEDRO SISTEMAS DE ALARME LTDA ME

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço de Monitoramento 24 horas, de 01 de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2016, bem como fica reajustado seu valor em 10,6873%. (IGP-M Dezembro/2014 a Novembro/2015).

VALOR TOTAL R\$ 4.064,40

Guarujá do Sul, 08 de dezembro de 2015.

Walter Luiz Stefens,

Secretário Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 03/2015.
PROCESSO LICITATORIO Nº. 69/2014 – PREGÃO PRESENCIAL Nº.
37/2014.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTENCIA SOCIAL
CONTRATADO: INVIOLAVEL CEDRO SISTEMAS DE ALARME LTDA
ME
OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Ser-
viço de Monitoramento 24 horas, de 01 de janeiro de 2016 até 31
de dezembro de 2016.
VALOR TOTAL R\$ 2.032,20
Guarujá do Sul, 08 de dezembro de 2015.
Adelise de Oliveira,
Gestora do FMAS

Herval d'Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº. 3.473/2015

DECRETO Nº. 3.473/2015

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO REGULAMENTADO PELO EDITAL 048/2015/SMECE

Nelson Guindani, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o decreto,

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a classificação final do concurso de remoção regulamentado pelo Edital nº. 048/2015/SMECE, conforme relação constante do Anexo Único do presente Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 19 de novembro de 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº. 3.473/2015

CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CONCURSO DE REMOÇÃO – EDITAL 048/2015/SMECE

Cargo: Professor de Educação Física

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Ampliação de Carga Horária Unidade Escolar Resultado Final	Critério de desempate
				1ª	2ª	3ª		
01	Marilene de Lurdes Alves	Mat/Vesp	20	EBM Cruz e Sousa	CME Pequeno Príncipe e ERM Profº Alcino Fernandes	-	EBM Cruz e Sousa	-

Cargo: Professor de Educação Infantil

Nº de Protocolo	Nome do servidor	Turno	Carga Horária	Opções			Ampliação de Carga Horária Unidade Escolar Resultado Final	Critério de desempate
				1ª	2ª	3ª		
02	Silvana Trevisol Gab	Vespertino	20	EBM Estação Luzerna	EBM Cruz e Sousa	GEM Profº Adolfo Becker	EBM Estação Luzerna	-

Herval d'Oeste, 08 de Dezembro de 2015.

LEI Nº 3127/2015

LEI Nº 3127/2015.

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI NR. 2995/2013 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL, Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste(SC), que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º. O Caput do Art. 1º da Lei 2995/2013 passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CESSÃO DE USO com o SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, objetivando a Cessão de Uso de fração de um imóvel de propriedade do Município com área total de 24.802,10m², situado nas proximidades da ponte sobre o Rio Barra Verde e a Rua Itororó, sendo a área cedida de 136,36m², - Matrícula nº 20.281, registro n. 530 do Livro 3, fls. 86 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação

Herval d'Oeste (SC), 08 de dezembro 2015.

NELSON GUINDANI

Prefeito

PORTARIA Nº 1293/2015

PORTARIA Nº 1293/2015

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 12 (doze) dias de Licença Prêmio, à servidora FABIANA FABRIN POZZA (Matr. 2791), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Saúde Bucal, Nível – 8, Referência "C", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103, da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2013 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 08 de dezembro de 2015 a 19 de dezembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 08 de Dezembro de 2015.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

PP 038/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 058/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº038/2015

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de uma mini carregadeira usada e implemento vassoura mecânica recolhadora para o Município de Ibiam-SC. Entrega dos envelopes: até 18/12/2015, até as 08hs30min. Abertura dos envelopes: 18/12/2015 às 09hs:00min. Forma de Julgamento: Menor Preço Global Por Item. Base legal: Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e C147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos :site www.ibiam.sc.gov.br. Ibiam, 08 de dezembro de 2015. Gilmar Fontana Prefeito Municipal de Ibiam em exercício.

Imbituba

PREFEITURA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº. 78/2015 (PMI - SEAGP)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 136/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 78/2015

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará, às 14:00 horas, do dia 21 de Dezembro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Aquisição de microcomputadores, notebooks e thin clients com garantia e assistência técnica, para uso das secretarias mencionadas no termo de referência, para o orçamento de 2016".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de Dezembro de 2015.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal da SEAGP

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 79/2015 (PMI - SETEC)

PREFEITURA DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 137/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2015

A Prefeitura de Imbituba, comunica, que realizará às 15:00 horas, do dia 21 de Dezembro de 2015, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "Contratação de empresa especializada em organização de eventos para promover 02(dois) shows nacionais a serem realizados nos dias 15 e 17 de janeiro de 2016, dentro da programação do 17º Festival Nacional do Camarão".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 09 de Dezembro de 2015.

Paulo Junchem Sefton

Secretário Municipal da SETEC

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1681/15

. DECRETO Nº 1681/15
. De 04 de dezembro de 2015

Exonera Auxiliar de Direção/
Regiane de Fátima Cremm Silva Pereira

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 10 de dezembro de 2015, da função de Auxiliar de Direção (DAE-2), REGIANE DE FÁTIMA CREMM SILVA PEREIRA, nomeada nos termos do Decreto 1352/15.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 04 de dezembro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1682/15

. DECRETO Nº 1682/15
. De 04 de dezembro de 2015

Exonera Auxiliar de Direção/
Helena Mendes

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Municipal nº 2.317 e alterações posteriores e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, a partir de 18 de dezembro de 2015, da função de Auxiliar de Direção (DAE-2), HELENA MENDES, nomeada nos termos do Decreto 1271/15.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Indaial, em 04 de dezembro de 2015.
SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 1684/15

. DECRETO Nº 1684/15
. De 08 de dezembro de 2015

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2015 no FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, provenientes de Superávit Financeiro.

SERGIO ALMIR DOS SANTOS, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5115 de 19 de dezembro de 2014.

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.234,50 (dezenove mil, duzentos e trinta e quatro reais e cinquenta centavos) destinados a atender as despesas abaixo discriminadas:

Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENCAO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2462	MANUT DAS UBS (UNIDADES BASICAS DE SAÚDE)
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
03380900	PAB - E.A.
	Valor: (19.234,50)

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Superávit Financeiro apurado no Exercício Financeiro de 2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 08 de dezembro de 2015.

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
Prefeito
Publique-se na Forma da Lei.

JOÃO VICENTE SCHROEDER
Chefe de Gabinete

ERRATA DO EDITAL 08/2015 DE PAVIMENTAÇÃO SISTEMA MUTIRÃO DA RUA PIAUÍ

Indaial, 27 de novembro de 2015

ERRATA DE EDITAL

No edital de Contribuição de Melhoria de nº 08/2015 – pavimentação – sistema mutirão - da Rua Piauí, publicado no Diário Oficial Municipal – DOM/SC, edição de nº 1764, do dia 17 de junho de 2015, página 420, na distribuição de custos por proprietários, lado direito,

onde constou:

PROPRIETÁRIOS	(m²)	(m)	VALOR R\$
Cooperativa de Prod. e Abast. do Vale do Itajaí	222,90	70,30	15.569,56

o correto é:

PROPRIETÁRIOS	(m²)	(m)	VALOR R\$
Cooperativa de Prod. e Abast. do Vale do Itajaí	222,90	70,30	15.569,56
Município de Indaial - virador	40,00	4,00	2.794,00

Por conseguinte, o item custo da obra passa a ter a seguinte composição:

3. CUSTOS DA OBRA							
3.1 Participações dos moradores				32.099,58			
3.2 – Participações do Poder Público							
3.2.1 – Infraestrutura e melhorias				9.761,50			
3.2.2 – Virador				2.794,00			
TOTAL ITEM 03 = R\$				44.655,08			

SÉRGIO ALMIR DOS SANTOS
PREFEITO==

Iomerê

PREFEITURA

PORTARIA 2643/2015

PORTARIA Nº 2643 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal MOACIR ERNESTO CRESTANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/09/2014 a 02/09/2015 a contar de 04/01/2016 a 02/02/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2644/2015

PORTARIA Nº 2644 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal HELIO MIGUEL DE JESUS, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/2014 a 31/05/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2645/2015

PORTARIA Nº 2645 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ITACIR BALBINOT,

pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/07/2014 a 08/07/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2646/2015

PORTARIA Nº 2646 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal JUARES VIEIRA DE BARROS, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/08/2014 a 31/07/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2647/2015

PORTARIA Nº 2647 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal LEANDRO ZAMBONI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/08/2014 a 31/07/2015 a contar de 09/12/2015 a 07/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2648/2015

PORTARIA Nº 2648 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal LUCIANE WICKERT, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/03/2014 a 03/03/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2649/2015

PORTARIA Nº 2649 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal JUAREZ LIMA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2014 a 30/10/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2650/2015

PORTARIA Nº 2650 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal SILVIO MAKSIMAVIC, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/09/2014 a 08/09/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2651/2015

PORTARIA Nº 2651 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ODACIR ANTONIO MENEGATTI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/07/2014 a 30/06/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2652/2015

PORTARIA Nº 2652 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal FERMINIO SOVRANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 14/01/2015 a 13/01/2016 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2653/2015

PORTARIA Nº 2653 DE 08 DE DEZEMBRO O DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal LEONOR ODILO KAI-SER, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 14/01/2014 a 13/01/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2654/2015

PORTARIA Nº 2654 DE 08 DE DEZEMBRO O DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal MARILDO FANTINEL, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 20/08/2014 a 19/08/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2655/2015

PORTARIA Nº 2655 DE 08 DE DEZEMBRO O DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ALZEMIRO ANTONIO MAFIOLETTI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 27/01/2015 a 26/01/2016 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2656/2015

PORTARIA Nº 2656 DE 08 DE DEZEMBRO O DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ALVACIR ANTONIO PAGANINI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 27/01/2015 a 31/12/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2657/2015

PORTARIA Nº 2657 DE 08 DE DEZEMBRO O DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal CLAUDEMIR AGOSTINI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 02/01/2015 a 01/01/2015 a contar de 14/12/2015 a 12/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2658/2015

PORTARIA Nº 2658 DE 08 DE DEZEMBRO O DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ADILSON SARTOREL, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 16/06/2014 a 15/06/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2659/2015

PORTARIA Nº 2659 DE 08 DE DEZEMBRO O DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal VALDENIR PERETI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/02/2015 a 31/12/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2660/2015

PORTARIA Nº 2660 DE 08 DE DEZEMBRO O DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal MAIKON QUAGLIOTTO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 05/06/2014 a 04/06/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2661/2015

PORTARIA Nº 2661 DE 08 DE DEZEMBRO O DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal LUCIANA MENEGATI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/08/2014 a 31/07/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 2662/2015

PORTARIA Nº 2662 DE 08 DE DEZEMBRO O DE 2015

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor municipal ELIANE ZAGO FANTINEL, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 17/02/2014 a 16/02/2015 a contar de 10/12/2015 a 08/01/2016.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 08 de dezembro de 2015.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.189 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2.015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO VALOR DE R\$ 265.631,15.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.748 de 15 de outubro de 2.014 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.015 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.751 de 12 de dezembro de 2.014, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.015 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 132, Projeto/Atividade 20.605.0019.2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0027 - Recursos Fundo Manut. Dec. 2.164, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 18.862,55.

II - Código reduzido 144, Projeto/Atividade 08.244.0032.2.098 - Assistência Social Básica - FMAS, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0089 - ASSISTENCIA SOCIAL ESTADO, Órgão 10 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Unidade 1 - Fundo Municipal de Assistência Social, no valor de R\$ 26.322,33.

III - Código reduzido 114, Projeto/Atividade 15.451.0029.1.037 - Mobilidade Urbana e Paisagismo Público., elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0088 - Recursos FUNDAM, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 96.915,61.

IV - Código reduzido 97, Projeto/Atividade 15.451.0029.2.065 - Gestão dos Recursos e Projetos de Iluminação Pública, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0006 - Recursos da COSIP, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 13.334,66.

V - Código reduzido 3, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0064 - SUS Atenção Básica, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 2.540,00.

VI - Código reduzido 7, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.025 - Gestão das Ações da Saúde da Família - PSF, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0064 - SUS Atenção Básica, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 32.000,00.

VII - Código reduzido 11, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.026 - Gestão das Ações dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0064 - SUS Atenção Básica, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 24.660,00.

VIII - Código reduzido 13, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.027 - Gestão das Ações Básicas de Odontologia, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0064 - SUS Atenção Básica, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE,

Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 10.996,00.
IX - Código reduzido 46, Projeto/Atividade 12.361.0012.2.038 - Gestão do Transporte Escolar do Ensino Fundamental, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 40.000,00.

TOTAL GERALR\$ 265.631,15

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0064 - SUS Atenção Básica, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 70.196,00.

II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0027 - Recursos Fundo Manut. Dec. 2.164, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 18.862,55.

III - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0089 - ASSISTENCIA SOCIAL ESTADO, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 26.322,33.

IV - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0088 - Recursos FUNDAM, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 96.915,61.

V - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0006 - Recursos da COSIP, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 13.334,66.

VI - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0019 - Recursos Transferências Fundef 40%, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 40.000,00.

TOTAL GERALR\$ 265.631,15

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 04 de dezembro de 2.015.

Ipumirim-SC, 04 de dezembro de 2.015

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

DECRETO N. 2.190 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2.015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO VALOR DE R\$ 33.470,00

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso II do artigo 34 da Lei 1.748 de 15 de outubro de 2.014 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.015 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso I do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e inciso II do § 4º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.751 de 12 de dezembro de 2.014, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.015 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 123, Projeto/Atividade 04.122.0003.2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 3 - SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 6.000,00.

II - Código reduzido 128, Projeto/Atividade 18.541.0004.2.010 - Ações de Parcerias Ambientais - Consórcio Lambari, elemento 31710000000000 - Transf. a Consórcios Públicos, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 4 - SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 13.970,00.

III - Código reduzido 117, Projeto/Atividade 15.451.0029.1.037 - Mobilidade Urbana e Paisagismo Público, elemento 44900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 13.500,00.

TOTAL GERALR\$ 33.470,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Superávit Financeiro verificado no balanço do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, I da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.3.0000 - Exerc. Ant. - Recursos Ordinários, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 33.470,00

TOTAL GERAL R\$ 33.470,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 04 de dezembro de 2.015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 04 de dezembro de 2.015

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

DECRETO N. 2.191 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2.015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO NO VALOR DE R\$ 100.000,00.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso I do artigo 34 da Lei 1.748 de 15 de outubro de 2.014 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.015 – LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e § 5º do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.751 de 12 de dezembro de 2.014, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.015 – LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 56, Projeto/Atividade 12.365.0012.2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 30.000,00.

II - Código reduzido 4, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 33900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 70.000,00.

TOTAL GERALR\$ 100.000,00

Art. 2º Os créditos suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

I - Código reduzido 53, Projeto/Atividade 12.365.0012.2.041 - Gestão das Ações do Ensino Infantil, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0001 - Recursos MDE 25%, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 30.000,00.

I - Código reduzido 2, Projeto/Atividade 10.301.0005.2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000 - Aplicacoes Diretas, fonte de recursos 0.1.0002 - Recursos ASPS 15%, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 70.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 100.000,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 04 de dezembro de 2.015.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 04 de dezembro de 2.015

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

EDITAL Nº 39 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

PUBLICA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, DO PROCESSO DE ALTERAÇÃO TEMPORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO DE PROFESSORES MUNICIPAIS EFETIVOS.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, Senhor Valdir Zanella, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, a homologação das inscrições do processo de alteração da jornada de trabalho de professores municipais efetivos e dá outras providências.

Art. 1º - Fica homologada a seguinte classificação para as vagas de alteração da jornada de trabalho instituídas pelo Edital Nº 037/2015 de 17 de novembro de 2015.

I - Núcleo Educacional Municipal Professor Claudino Locatelli - disciplina de Artes

Nome	Habilitação	Tempo de Serviço no Magistério Público Municipal	Colocação
Rosméri Guerini Falabretti	Pós-Graduação Especialização	15 anos 6 meses e 13 dias	1ª
Olivo Santian	Pós-Graduação Especialização	12 anos 8 meses e 24 dias	2ª

II – Núcleo Educacional Municipal Professor João Jacob Nicodem

Nome	Habilitação	Tempo de Serviço	Colocação
Não houve inscrição			

III – Núcleo Educacional Municipal Orides Rovani

Nome	Habilitação	Tempo de Serviço	Colocação
Não houve inscrição			

IV – Núcleo Educacional Municipal Prefeito Isidoro Giácomo Savaris

Nome	Habilitação	Tempo de Serviço	Colocação
Não houve inscrição			

Art. 2º - Os requerentes que se sentirem prejudicados com os resultados terão 3 (três) dias contados da data de publicação do presente Edital, para interpirem recurso.

Art. 3º - Os professores classificados de acordo com a quantidade de vagas divulgadas pelo Edital SMECE Nº 037/2015 de 17 de novembro de 2015, terão a alteração da jornada de trabalho efetivada a partir de 10 de fevereiro de 2016.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário o presente Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim/SC, 08 de dezembro de 2015.

VALDIR ZANELLA

PREFEITO

PORTARIA Nº. 493/2015 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO NO CARGO DE PEDREIRO POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GENIANO SPESSATTO, Matrícula 2338-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3186618 e do CPF 026.081.799-67, com nomeação para o cargo de Pedreiro, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 059/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 494/2015 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO NO CARGO DE PEDREIRO POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GILBERTO ANTONIO ACCADROLI, Matrícula 2364-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 24658030 e do CPF 824.810.169-04, com nomeação para o cargo de Pedreiro, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial NIVEL CE 30, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 136/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 495/2015 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO NO CARGO DE FISCAL DE OBRAS POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

GIOVANI DA SILVA, Matrícula 2340-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.065.858 e do CPF 073.030.679-81, com nomeação para o cargo de Fiscal de Obras, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 50, com carga horária de 35 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 061/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 29 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 496/2015 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE MÉDICA VETERINÁRIA DE INSPEÇÃO SANITÁRIA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARIANA CANTON, Matrícula 2332-9, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.942.719 e do CPF 046.195.199-10, com nomeação para o cargo de Médico Veterinário de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial MEDICO VETERINARIO INSPECAO SANITARIA, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 052/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 31 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 497/2015 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE AGENTE DE INSPEÇÃO SANITÁRIA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

SANDRA ZAVASCHI ZATTA, Matrícula 2334-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1876967-5 e do CPF 923.745.149-00, com nomeação para o cargo de Agente de Inspeção Sanitária, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial AGENTE DE INSPECAO SANITARIA, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 054/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 31 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 498/2015 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO NO CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS E SIMILARES POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

DARLAN KUNZ, Matrícula 2339-6, com domicílio na Cidade e Município de , Carteira de Identidade nº. 4.584.251 e do CPF 071.093.809-80, com nomeação para o cargo de Operador de Máquinas Agríc.e Similares, constante no Anexo II, Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial NIVEL CE 60, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 060/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 499/2015 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO NO CARGO DE MOTORISTA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ALEX SANDRO LAZZAROTTO, Matrícula 2337-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3643497 e do CPF 051.959.739-70, com nomeação para o cargo de Motorista, constante no Anexo II, Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial NIVEL CE 40, com carga horária de 44 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 058/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 500/2015 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE SERVENTE POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

TERESINHA DA SILVA, Matrícula 2402-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 22920277 e do CPF 645.807.179-53, com nomeação para o cargo de Servente, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial NIVEL CE 20, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 205/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 23 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 501/2015 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO NO CARGO DE FISIOTERAPEUTA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARCOS ANDRÉ FONTANA VASSELAI, Matrícula 2353-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3.186.024-9 e do CPF 044.867.599-40, com nomeação para o cargo de FISIOTERAPEUTA, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 140, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 083/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 18 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 07 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 502/2015 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

FABIANA APARECIDA MOSCON, Matrícula 2399-0, com domicílio na Cidade e Município de , Carteira de Identidade nº. 4.100.757 e do CPF 055.025.959-78, com nomeação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria , a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 08 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 503/2015 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PÚBLICA NO CARGO DE ZELADORA POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

MARINES FATIMA MARQUES, Matrícula 2414-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.694.303-4 e do CPF 023.381.729-81, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 226/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 08 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

PORTARIA Nº. 504/2015 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXONERA SERVIDORA PUBLICA NO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE POR TÉRMINO DE CONTRATO DE TRABALHO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

VANESSA CANZI, Matrícula 2442-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.893.391 e do CPF 102.365.859-32, com nomeação para o cargo de Agente Comunitário de Saúde, constante no Anexo Único da Lei Complementar 004/2002., nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 349/2015, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 28 de dezembro de 2015.

Ipumirim - SC, 08 de dezembro de 2015.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Paulo Roberto de Bortoli

Agente de Recursos Humanos.

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 2907/2015

Decreto nº 2.907/2015.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei nº Lei nº 1.828/2014 de 17 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis – Fundo de Saúde, no exercício corrente, no montante de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) conforme discriminação seguinte:

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.037 – Manutenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0252.000000 (53)	Aplicações Diretas	R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 252 – Recursos SAMU.

Art. 3º - Fica suplementado no Orçamento da Prefeitura Municipal de Irineópolis – Fundo de Saúde, no exercício corrente, no montante de R\$ 8.000,00 (Oito mil reais) conforme discriminação seguinte:

04 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.036 – Manutenção do Programa Saúde Bucal		
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0250.000000 (39)	Aplicações Diretas	R\$ 8.000,00

Art. 4º - Para dar face ao crédito suplementar acima citado serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação na fonte de recursos 250 – Recursos Saúde Bucal.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 08 de dezembro de 2015.		
JULIANO POZZI PEREIRA		
Prefeito Municipal		

EXTRATO DO CONTRATO Nº 91/2015 - PM

ADITIVO DE SUPRESSÃO Nº 91/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 69/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º 14/2014

4º Termo Aditivo de Supressão ao Contrato de Prestação de serviços nº 78/2014, para Etapa Final da ampliação do C.E.I. Nossa Sra. Aparecida, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa J Lopes Construções Ltda. - EPP.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa J Lopes Construções Ltda. - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.912.255/0001-84, com sede a rua XV de Novembro, nº 356, sala 01, Centro, Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo senhor Jerson Lopes de Oliveira, portador do CPF nº 520.264.269-53, e RG nº 1.644.901 SSP/SC de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 69/2014, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços n.º 14/2014, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Constitui objeto deste termo a supressão dos itens conforme Parecer Técnico do Senhor José Alfredo Pinto – Engenheiro Civil, datado de 26 de junho de 2015, e deferido em 18 de novembro de 2015, pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira – Prefeito Municipal, fica de comum acordo suprimidos os itens abaixo da Etapa Final da ampliação do C.E.I. Nossa Sra. Aparecida, conforme cronograma físico financeiro descritos na Cláusula Primeira – Objeto do termo original.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

Ficam suprimidos do termo original os seguintes Itens:

CLÁUSULA TERCEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

As supressões de que trata este Termo Aditivo tem como fundamento legal a alínea “b”, do inciso I, do artigo 65, c/c § 1º do mesmo dispositivo da Lei n.º 8.666/93, consolidada.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo vigorará a contar da data de sua assinatura e terá sua eficácia condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO

As demais Cláusulas do termo ora aditado, permanecem inalteradas.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 18 de Novembro de 2015.

Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira	J Lopes Construções Ltda – EPP Jerson Lopes de Oliveira
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Valdir Marafigo	Nome: Gessica Greschechen
CPF: 017.851.289-30	CPF: 072.218.599-57

EXTRATO DO CONTRATO Nº 92/2015 - PM

CONTRATO Nº 92/2015

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 69/2014

TOMADA DE PREÇOS N.º 14/2014

5º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de serviços nº 78/2014, para Etapa Final da ampliação do C.E.I. Nossa Sra. Aparecida, que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa J Lopes Construções Ltda. - EPP.

O Município de Irineópolis, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Paraná, nº 200, Centro, município de Irineópolis, Santa Catarina, neste ato, representada pelo Senhor Juliano Pozzi Pereira, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Caetano Valões n.º 22, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 455.173.049-15 e portador da cédula de identidade n.º 827.405-SC, de ora em diante denominado de Contratante e de outro lado a empresa J Lopes Construções Ltda. - EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.912.255/0001-84, com sede a rua XV de Novembro, nº 356, sala 01, Centro, Município de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo senhor Jerson Lopes de Oliveira, portador do CPF nº 520.264.269-53, e RG nº 1.644.901 SSP/SC de ora em diante denominada de Contratada, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Procedimento de Licitação nº 69/2014, modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços n.º 14/2014, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tem justo e aditado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Facultado pelo artigo 65, inciso I, alínea b e §1º, da Lei nº. 8.666/93, consolidada e Clausula Décima Oitava do Contrato nº. 78/2014, fica de comum acordo alterado o valor descrito na Cláusula Segunda do Contrato nº. 78/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

Pela execução do objeto aditado, a Contratante pagará a Contratada o valor de R\$ 132.389,56 (Cento e trinta e dois mil, trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta e seis centavos). Este valor se dá pela diferença do valor contratado de R\$ 828.284,99 (Oitocentos e vinte e oito mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e nove centavos), aditivo de supressão no valor de R\$ 12.980,88 (doze mil, novecentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos), para o valor final da obra de R\$ 947.693,67 (Novecentos e quarenta e sete mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta e sete centavos), de acordo com justificativa técnica encaminhada pelo Sr. José Alfredo Pinto, Engenheiro Civil, responsável pela fiscalização desta obra, na data de 18 de novembro de 2015, e deferido pelo

Senhor Juliano Pozzi Pereira, Prefeito Municipal, na data de 18 de novembro de 2015.

CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento.

E, para que este Contrato passe a produzir seus jurídicos e legais efeitos, leva a chancela das partes, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o firmam.

Irineópolis (SC), 18 de Novembro de 2015.

Município de Irineópolis Juliano Pozzi Pereira	J Lopes Construções Ltda – EPP Jerson Lopes de Oliveira
Contratante	Contratada
Testemunhas:	
Nome: Valdir Marafigo	Nome: Gessica Greschechen
CPF: 017.851.289-30	CPF: 072.218.599-57

Itá

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO DIRCEU RHODEN E TRANSPORN

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 006/2015, PL 003/2015 FMS

PARTES: Fundo Municipal de Saúde e Transporn Transportes LTDA EPP

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 001/2015

OBJETO: Reajuste do valor das viagens

VALOR REAJUSTADO:

Item	Descrição	Valor reajustado
01	Itá – Chapecó, com 140 Km	R\$ 203,56
02	Itá – Chapecó, com 180 Km	R\$ 245,50
03	Itá – Seara, com 40 Km	R\$ 74,72
04	Itá – Concórdia, com 100 Km	R\$ 140,97
05	Viagens Excepcionais	R\$ 1,4982

VIGÊNCIA: Início: 04/12/2015 Término: 28/01/2016

Névio Antonio Mortari – Gestor do Fundo

1º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 080/2015, PL 041/2015

PARTES: Município de Itá e Dirceu Luis Rhoden ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 026/2015

OBJETO: Reajuste do valor do Gás Liquefeito de petróleo 13Kg

VALOR REAJUSTADO: R\$ 51,13 (cinquenta e um reais e treze centavos)

VIGÊNCIA: Início: 04/12/2015 Término: 11/11/2016

Leide Mara Bender – Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

PREGÃO Nº 176/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 176/2015

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 176/2015, cujo objeto é a aquisição de materiais diversos destinados para a reforma do prédio do CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, da Secretaria de Assistência Social, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 21 de dezembro de 2015. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC., 08 de dezembro de 2015.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

LEI Nº 2.635, de 07 de dezembro de 2015.

LEI Nº 2.635, de 07 de dezembro de 2015.

Altera o Anexo VIII, da Lei Municipal nº 2.189, de 27 de setembro de 2007, para ampliar as atribuições do cargo efetivo de engenheiro agrônomo.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O Anexo VIII, da Lei Municipal nº 2.189, de setembro de 2007, que "Dispõe sobre Plano de cargos e vencimento de servidores públicos do Poder Executivo do Município de Ituporanga e dá outras providências", passa a vigorar acrescido das seguintes atribuições para o cargo efetivo de Engenheiro Agrônomo:

- Executar tarefas de fiscalização ambiental municipal;
- Notificar, fiscalizar, auditar e autuar o infrator ambiental;
- Promover a análise de projetos de licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos;
- Atender e prestar informações à população sob aspectos ambientais, nos termos das atribuições delegadas por Resolução do CONSEMA;
- Realizar vistorias técnicas e diligências ambientais;
- Supervisionar, orientar e executar trabalhos de fiscalização ambiental municipal;
- Elaborar planos de fiscalização, consultando documentos específicos e guiando-se pela legislação ambiental para racionalizar e executar os trabalhos nos órgãos sob sua responsabilidade;
- Proceder ao controle e avaliação dos planos de fiscalização, acompanhando sua execução e analisando os resultados obtidos, para julgar o grau de validade do trabalho;
- Executar os trabalhos de fiscalização ambiental em propriedades urbanas e rurais com enfoque nas proteções dadas pelas legislações ambientais federal, estadual e ambiental;
- Autuar infratores ambientais, instaurando processo administrativo ambiental e providenciando as respectivas notificações, para assegurar o cumprimento das normas legais;
- Aprovar supressão e manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em florestas públicas municipais, unidades de conservação instituídas pelo Município, em imóveis urbanos e rurais, e em empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Município.
- Autorizar o transporte de produtos e subprodutos florestais provenientes do corte eventual para consumo nas propriedades rurais.
- Aplicar sanções administrativas, que se constituem de penalidades e medidas preventivas previstas nas legislações federal, estadual e municipal.
- Executar, por delegação, através de convênio, termos de cooperação ou outras formas, a fiscalização ambiental, revestindo-se da competência para tal;
- Supervisionar equipes e grupos de trabalho específicos em órgãos da área de fiscalização ambiental, orientando-os sobre as técnicas operativas correspondentes, a fim de colaborar no aperfeiçoamento e racionalização dos serviços;
- Emitir pareceres técnicos sobre assuntos relacionados ao meio ambiente, bem assim com a sua formação profissional;
- Planejar e executar as políticas locais relacionadas com a sua formação profissional;
- Fazer cumprir a legislação ambiental federal, estadual e municipal, bem assim as competências previstas no art. 65 da Lei Complementar Municipal n. 11/2006.
- Participar de cursos, seminários palestras e outros eventos correlatos relacionados com o exercício do cargo, sempre que designado pelo Prefeito ou superior hierárquico;
- Dirigir o veículo oficial do Município quando for necessário o deslocamento para cumprir as funções do cargo, no interesse do Município;
- Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo ou com a formação profissional, inclusive quando determinado por superior hierárquico.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 07 de dezembro de 2015.

ARNO ALEX ZIMERMANN FILHO

Prefeito do Município de Ituporanga

Joaçaba

PREFEITURA

10/2015 FUNREBOM TA 02

CONTRATO Nº 10/2015/FUNREBOM – TA 02

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, neste ato representado pelo Prefeito em exercício, Sr. RAFAEL LASKE, por intermédio do FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE JOAÇABA, com sede na Avenida Caetano Natal Branco, 1.242, inscrito no CNPJ nº 78.502.598/0001-04, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ANDRE LEMOS VIEIRA & CIA LTDA, com sede administrativa na Rua MANOEL QUINTILHAN MORGAGE, 39, na cidade de JOAÇABA/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.624.275/0001-45, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. ANDRÉ LEMOS VIEIRA, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-3. 808.914 e CPF nº 026.240.709/40, residente e domiciliado na RUA MANOEL QUINTILHAN MORGAGE, 39, cidade de JOAÇABA/SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 10/2015/FUNREBOM, firmado em 21/05/2015, proveniente do Processo de Licitação nº 1/2015/FUNREBOM – Edital TP nº 1/2015/FUNREBOM, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a reforma do quartel do Corpo de Bombeiros, na Avenida Caetano Natal Branco, 1.242, bairro Frei Bruno, neste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO e a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

Em face à prorrogação da vigência constante na cláusula segunda deste Termo, o subitem 2.2 do contrato passa a ter a seguinte redação:

2.2. A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 10 (dez) dias contados da data de emissão da Ordem de Serviço Inicial e entregar o objeto, completamente executado, em até 225 (duzentos e vinte e cinco) dias, contados da mesma data.

CLÁUSULA SEGUNDA

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DO ACOMPANHAMENTO

A vigência do contrato fica prorrogada por 60 (sessenta dias), a contar de 24 de novembro de 2015, em conformidade com o disposto no § 1º, II, do art. 57, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 23 de novembro de 2015.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

RAFAEL LASKE - Prefeito

ANDRÉ LEMOS VIEIRA & CIA LTDA
ANDRÉ LEMOS VIEIRA

Testemunhas: 1 _____
2 _____

DECRETO Nº 4. 873 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 4. 873 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, II SOMADO AO ART.16 CAPUT, DA LEI MUNICIPAL 4.567 DE 23/12/14 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), destinados à suplementação da dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE (34) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000

Valor: R\$ 8.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE (35) Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 19.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, é proveniente de anulação da seguinte dotação:

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE (36) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002

Valor: R\$ 19.000,00

Órgão: 18 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj./Atividade: 2.123 – BLVGS: BLOCO DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE (39) Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000

Valor: R\$ 8.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 07 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

DECRETO Nº 4.874 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 4.874 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

"NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Municipal de Assistência Social, de que trata a Lei nº 2.399/96 e alterações, fica assim constituído:

I - GOVERNAMENTAL:**REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**

Irene Moreira da Silva – Titular

Ediles Frey de Giacometti – Suplente

Sandrine Pizzoni – Titular

Raquel Teodoro – Suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Leda Fátima Paza – Titular

Cristina Bussacro Saccol – Suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Sonia Aparecida Peroto Zabot – Titular

Fernanda Lunardi – Suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Jacir F. França – Titular

Lilian Coelli – Suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Camila Salardi Futina – Titular

Pedro Dorli Belotto – Suplente

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Fabiano Colombo – Titular

Donizete Maria Bilibio Angonese – Suplente

II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:**REPRESENTANTES DE ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Entidades	Representantes	
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Bruna Sumny Pozzobon	Titular
Centro de Integração Empresa Escola de SC – CIEE	Camila de Oliveira	Titular
Associação de Pais e Amigos dos Surdos - APAS	Maria Carmosina R. Rothbarth	Titular
União da Melhor Idade	Iracema M. M. Ferri	1º Suplente
Bocado do Pobre	Nalu Terezinha Musial	2º Suplente
Pia União de Santo Antônio de Joaçaba	Girlene Marli P. Schindwein	3º Suplente

REPRESENTANTES DE TRABALHADORES DA ASSISTENCIA SOCIAL E/OU ORGANIZAÇÕES

Serviço	Representante	
CREAS	Rosilei Bordin Lago	Titular
Abrigo	Francieli Carabolante Pinto	Titular
CREAS	Rosilde Calderali Bortolini	1º Suplente
CRAS	Larissa Novelo	2º Suplente

REPRESENTANTES DE USUÁRIOS DOS SERVIÇOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nome	
Elza Schüler	Titular
Avelino Antonio das Chagas	Titular
Lorena T. Stofel	1º Suplente
Fabiane Aparecida de Jesus	2º Suplente

Art. 2º O exercício do cargo no Conselho Municipal de Assistência Social é considerado de interesse público relevante, sem ônus para o Município, de acordo com o artigo 8º da Lei 2.340/96.

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 07 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO CONTRATO 286/2015/PMJ

EXTRATO CONTRATO Nº 286/2015/PMJ

PL 103/2015/PMJ –TP 23/2015/PMJ

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

LOCADOR: SIEG EVENTOS EIRELI – ME

OBJETO: a locação, pela CONTRATADA, incluindo a montagem e a desmontagem, de grades de ferro para demarcação dos locais de competição dos 55º - JASC e palco com cobertura para apresentação e eventos dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC. VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 12.650,00 (doze mil seiscentos e cinquenta reais).

VIGÊNCIA: 31/12/2015.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

22.023 – MANUTENÇÃO DA GERÊNCIA DE EVENTOS

217 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: Mirian Dolzan.

DATA DE ASSINATURA: 04/12/2015.

RAFAEL LASKE

Prefeito

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO PL 103/2015/PMJ - TP 23/2015/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 103/2015/PMJ

TOMADA DE PREÇO Nº 23/2015/PMJ

O Prefeito do Município de Joaçaba, Rafael Laske, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 103/2015/PMJ.

- Modalidade: TP 23/2015/PMJ.

Objeto: A contratação de empresa(s) especializada(s) para a locação, incluindo a montagem e desmontagem, de estruturas metálicas de arquibancadas destinadas à acomodação do público, bem como, de grades de ferro para demarcação dos locais de competição e palco para as apresentações e eventos dos 55º Jogos Abertos de Santa Catarina – JASC

-Empresa Vencedora: SIEG EVENTOS EIRELI - ME

-VALOR TOTAL R\$ 12.650,00 (Doze mil seiscentos e cinquenta reais), sendo:

Item 2: R\$ 6.750,00

Item 3: R\$ 5.900,00

Item nº 1 – Deserto.

Fiscal: Mirian Dolzan

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 04 de dezembro de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Prefeito de Joaçaba
Rafael Laske

EXTRATO PL 04/2015/FUNREBOM - PP 01/2015

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 4/2014/FUNREBOM
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014/FUNREBOM

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo passeio, novo, zero quilômetro, ano 2015, modelo 2015 ou 2016, destinado à manutenção das atividades do 11º Batalhão de Bombeiros Militar. Forma de Julgamento: Menor Preço. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h, do dia 21/12/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 21/12/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 02 de dezembro de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Prefeito em exercício - MARCOS WEISS

FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

EXTRATO PL 110/2015/PMJ - PP 63/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 110/2015/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2015/PMJ

Objeto: Aquisição de 02 (dois) televisores, destinados ao corpo discente do Programa Protetor Ambiental, em conformidade com a cláusula segunda, inciso III, alínea "a" do Termo de Cooperação Técnico Financeiro 05/2014-PMJ, firmado entre a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e o Município de Joaçaba. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 17h do dia 21/12/2015. Processamento do Pregão: às 17h do dia 21/12/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 02 de dezembro de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
Prefeito em exercício - MARCOS WEISS

CONVÊNIO POLÍCIA AMBIENTAL

EXTRATO PL 119/2015/PMJ - PP 64/2015/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 119/2015/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2015/PMJ

Objeto: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até às 14h do dia 22/12/2015. Processamento do Pregão: às 14h do dia 22/12/2015, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 08 de dezembro de 2015.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
RAFAEL LASKE
Prefeito

PORTARIA N.º 4991

PORTARIA Nº 4.991 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015
"RETIFICA PORTARIA N.º 4.819/2015".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º Art. 1º RETIFICAR PORTARIA N.º 4.78372015 na qual nomeia os Servidores para compor as comissões de avaliações de estágio probatório 2º semestre 2015 e as comissões de avaliações para progressão por mérito referente ao ano de 2015 que serão concedidas em janeiro de 2016:

Onde lê-se:
Secretaria Municipal de Ação Social:
Ivone Zanatta
Maristela Rosa Abatti Schuler
Mario Wolfart

Leia-se:
Secretaria Municipal de Ação Social:
Ivone Zanatta
Mario Wolfart
Rubia Karen Provensi

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4992

PORTARIA Nº 4.992 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 16 de fevereiro de 2016, período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) ANDRESSA FERNANDA DOS ANJOS, Auxiliar de Serviços Internos, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005 e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4993

PORTARIA Nº 4.993 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 15 de maio de 2016, período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) CARINA BUCHALI MARCA, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4994

PORTARIA Nº 4.994 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 12 de janeiro de 2016, período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) CICELE CRISTINA HARO GUEDES, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4995

PORTARIA Nº 4.995 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 28 de março de 2016, período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) FERNANDA CORSO, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4996

PORTARIA Nº 4.996 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO até 28 de março de 2016, período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) JOICE FRANCIELE PAROLIN DE CARVALHO, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar n.º 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4997

PORTARIA Nº 4.997 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até o período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) AMANDA LUZIA FERRANDIN, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar n.º 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4998

PORTARIA Nº 4.998 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até o período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) MARISETE ALVES DIAS, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar n.º 080 de 12 de março de 2004 e por ter sido classificado no edital n.º 002/2013 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 4999

PORTARIA Nº 4.999 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015
"PRORROGA CONTRATO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar n.º 76/2003, resolve:

Art. 1º – PRORROGAR O CONTRATO DE TRABALHO, até o período do término da licença maternidade do(a) Servidor(a) Sr.(a) JOSEANE DE OLIVEIRA PRESTES ABATTI, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, Lei Complementar n.º 080 de 12 de março de 2004 e alterações, e por ter sido classificado no edital n.º 001/2014 – Teste Seletivo, da Secretaria Municipal de Educação, em função do Inciso III da Súmula 244 do TST que garante a estabilidade provisória.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 5000

PORTARIA Nº 5.000 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015

"NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA QUE MOVIMENTAM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

RESOLVE ,

Art. 1º NOMEAR a servidora ELIZETE MARQUES – Técnico de Administração e a Sra. PAULA GIOVANA KLEBER – Secretário Municipal de Saúde para proceder a movimentação financeira e assinatura das contas bancárias mantidas pela Prefeitura Municipal de Joaçaba que movimentam recursos do Fundo Municipal de Saúde.

Parágrafo único – A presente movimentação de que trata o art. 1º estende-se para as contas bancárias mantidas pelo Fundo Municipal de Saúde cadastradas no CNPJ 82.939.380/0001-99, abaixo elencadas:

- I – Agência 0137-6 – Conta Corrente 18.772-0
- II – Agência 0137-6 – Conta Corrente 34.232-7
- III – Agência 0137-6 – Conta Corrente 58.047-3
- IV – Agência 0137-6 – Conta Corrente 17.597-8
- V – Agência 5290-6 – Conta Corrente 222.190-X;
- VI – Agência 5290-6 – Conta Corrente 265.515-2;
- VII – Agência 0137-6 – Conta Corrente 26.138-6
- VIII – Agência 0137-6 – Conta Corrente 26.779-1
- IX – Agência 0137-6 – Conta Corrente 23.944-5

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 07 de dezembro de 2015.

RAFAEL LASKE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

PREGÃO 0058/2015 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0079/2015

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0058/2015

PROTOCOLO JHL 3404/2015

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0058/2015 – Licitação 0063/2015, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: Registro de preços para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimentos de peças em geral e acessórios para veículos da Frota do SIMAE (COM TRANSPORTE DOS VEÍCULOS DE RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA), para o exercício 2016.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até as 9h00m do dia 21/12/2015 na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 21/12/2015 às 9h:10m, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba no horário das 08 horas às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 09/12/2015 a 21/12/2015.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8200.

Joaçaba - SC, 09 de Dezembro de 2015.

Aluir Flemming

Diretor Presidente do SIMAE.

HOMOLOGAÇÃO PR 0052/2015 - SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 52/2015 - PR Processo Administrativo: 71/2015 Processo de Licitação: 71/2015 Data do Processo: 09/11/2015
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Aluir Flemming, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 71/2015
b) Licitação Nr.: 52/2015-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 08/12/2015
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL A SER INSTALADO NOS VEICULOS DA FROTA DO SIMAE, EM CUMPRIMENTO À RESOLUÇÃO Nº 268/2008 DO CONTRAN.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Desccto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	-------------	----------------	---------------

LOTE: 1**ACN COMERCIO DE PRODUTOS DE TRANSITO LTDA - EPP (7969)**

1	SINALIZADOR VISUAL INDIVIDUAL NO FORMATO DE CÚPULA OU CILÍNDRICO COM ILUMINAÇÃO DE LED'S (LIGHT EMITTING DIODE), COR AMARELO-ÂMBAR, MONTADO EM BASE DE NYLON OU ABS DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO ITEM 01 DO TERMO DE REFERÊNCIA. - Marca: AUTOPOLI	PÇ	36,00	0,0000	386,0902	13.899,25
2	SINALIZADOR VISUAL LINEAR COM DUAS CÚPULAS EM LED'S (LIGHT EMITTING DIODE), MÓDULOS INDEPENDENTES, BASE EM NYLON OU ABS, CÚPULAS EM POLICARBONATO AMARELO-ÂMBAR COM PROTEÇÃO UV MONTADO EM PERFIL DE ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA MECÂNICA, CONFORME DESCRIÇÃO DETALHADA NO ITEM 02 DO TERMO DE REFERÊNCIA.. - Marca: RONTAN	PÇ	3,00	0,0000	1.866,9173	5.600,75
Total do Fornecedor:						19.500,00
Total Geral:						19.500,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.061.4.4.90.00.00.00.00 (19), 2.062.4.4.90.00.00.00.00 (35)

Aluir Flemming - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

CNPJ: 84.591.890/0001-43

Rua Tiradentes, 123

C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 52/2015 - PR**

Processo Administrativo: 71/2015

Processo de Licitação: 71/2015

Data do Processo: 09/11/2015

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO-----
Aluir Flemming - Diretor Presidente

Lacerdópolis

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO62



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 62/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LY18117	54872036A	5967/0	17/02/2003	R\$ 191,53	203 * V
MAS7780	54872035A	5967/0	13/02/2003	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO63

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 63/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBL4911	54872039A	5967/0	07/03/2003	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO64

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 64/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAT6320	54872048A	5193/0	12/05/2003	R\$ 191,53	168

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO65

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 65/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYD3318	54871968A	5967/0	26/06/2003	R\$ 191,53	203 * V
MBZ7153	54872050A	5525/0	24/06/2003	R\$ 85,12	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO66

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 66/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CIE3819	54871976A	5967/0	25/07/2003	R\$ 191,53	203 * V
MBO5089	55613105A	5967/0	31/07/2003	R\$ 191,53	203 * V
MCI3869	54871975A	5967/0	25/07/2003	R\$ 191,53	203 * V
MGG3300	54871974A	5967/0	23/07/2003	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA
DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO067

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 67/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBE7502	55613108A	5967/0	12/08/2003	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO068

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 68/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXC3010	55613051A	5967/0	02/09/2003	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO69

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 69/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDW5650	54871978A	5967/0	29/09/2003	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO71

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 71/2004**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAU7204	54871982A	5967/0	23/12/2003	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO73

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 312 73/2004**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCR5052	55613135A	5967/0	16/01/2004	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 23 DE NOVEMBRO DE 2015

ANDRE LUIS CEMBRANELLI BARBETA

DELEGADO DE POLICIA

Lages

PREFEITURA

CRENCIAMENTO 01-2015 FME

AVISO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO

A Prefeitura do Município de Lages, através do Departamento de Patrimônio, torna público para conhecimento dos interessados que encontra-se disponível o Edital de credenciamento para o Programa Bolsa Atleta.

O prazo para inscrições ao credenciamento e local está disponibilizado no site do Município.

A íntegra do Edital encontra-se disponível na Prefeitura Municipal de Lages, ou pelo site: www.lages.sc.gov.br

Lages, 08 de dezembro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

EXTRATO 1º ADITIVO CONTRATO 72/2015 SMS

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 72/2015 SMS.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, inscrito no CNPJ sob n.º 11.840.546/0001-77, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA INOVADORA SISTEMAS DE GESTÃO LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 00.867.301/0002-06, com endereço a Rua Santos Dumont, 186 sala 02 - Centro - CEP 89.610-000 - Herval d'Oeste/SC

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 31/2015, correlato ao Pregão Presencial nº 24/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

À Contratação de empresa especializada para locação de Sistema Informatizado de Gestão da Saúde, incluindo os serviços de treinamento, implantação, conversão dos dados existentes, manutenção legal e corretiva durante o período contratual, suporte técnico, configuração, parametrização e customização para adaptar o sistema às necessidades do Município de Lages, com capacitação das diretorias e Unidades assistenciais de saúde, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, parte integrante deste Edit

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, fica prorrogado até 31/12/2016;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

fica prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogados nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 08 de DEZEMBRO de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 01/2015 LAGESPREVI

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 01/2015 LAGESPREVI.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SMI PRIME – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º 11.882.190/0001-34, com sede a Rua Dom Jaime Câmara, 170 – Prime Tower – sala 901 – CEP 88.015-120 – Centro – Florianópolis/SC.

Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 01/2014, correlato a Tomada de Preços nº 01/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

"...Contratação de pessoa jurídica especializada, com a finalidade da prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, para assessorar na elaboração e aplicação da política de investimentos, realizar treinamento e capacitação aos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, disponibilizar software para o preenchimento das APR's – Autorização de Aplicação e Resgate, disponibilizando o referido documento em ambiente WEB privativo da entidade previdenciária que gere o RPPS municipal, disponibilizar software para simulações dos retornos financeiros ou percentuais com os fundos da carteira de renda variável, executar controles relacionados às aplicações e investimentos, executar avaliação de risco dos ativos, analisar a rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, realizar a análise e emitir parecer documentado de novos produtos financeiros, assessorar nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas e princípios da Resolução do CMN nº 3.922/2010, na Portaria MPS nº 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS nº 170 de 25 de abril de 2012 e pela Portaria MPS nº 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações durante a vigência do contrato. Disponibilizando todos os referidos documentos, relatório e ferramentas, em ambiente web privativo da entidade previdenciária que gere o RPPS municipal, acessado exclusivamente através de login e senha, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital...."

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2016;

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

10.2. Fica prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 08 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 183/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 183/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: ECHOSIS SISTEMAS LTDA - ME inscrita no CNPJ n.º 82.381.815/0001-211.875.406/0001-342, com sede a Rua Frei Rogério 58, 1º Primeiro Piso – Centro, CEP 88.502-160 – Lages/SC. Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 43/2015, correlato Pregão Presencial nº 27/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Hospedagem e Manutenção de Sites e Hotsites para a Prefeitura do Município de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital correlato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos dispostos no Art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 08 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 265/2015 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 265/2015 PML.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant, n.º 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: DEDETIZADORA BARROS LTDA EPP, inscrita no CNPJ: 86.838.547/0001-86 com sede na Rua Álvaro Nery dos Santos, Nº 223 Várzea – Lages/SC CEP. 88.511-300.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 165/2015, correlato a Pregão Presencial nº 68/2015

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços “por hora cheia trabalhada,” de Caminhão Hidrovácuo, com motorista e/ou operador devidamente habilitado(s), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II - Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.2 De Execução, Fica prorrogado até 31/12/2016.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado até 31/12/2016, podendo ser prorrogada se houver interesse e conveniência da Administração, nos termos dispostos no Art. 57 e Itens da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares. As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos

Lages, 08 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO CONTRATO 153/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 0153/2014 PML- 4º TERMO ADITIVO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob n.º 02.255.187/0001-08 com sede a Rua: General Osório, nº 311, sala 604, Edifício Diplomata, Centro, CEP 89.120-000, Timbó/SC.

Processo Licitatório nº 110/2014, correlato ao Pregão Presencial nº 55/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Contratação de Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Link Dedicados de Internet e interligação de Pontos, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE CONTRATUAL

Fica prorrogado até dia 31/12/2016

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

Fica prorrogado até dia 31/12/2016.

As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Lages, 08 de dezembro de 2015.

Elizeu Mattos

Prefeito municipal

EXTRATO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 9.903/2011-1 BOMBEIRO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO AO

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 9.903/2011-1. PARTÍCIPES: O Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina - CBMSC e o Município de Lages/SC. OBJETO: Cessão do veículo marca IvecoFiat, modelo D4012 Maxim, tipo Micro-ônibus, combustível Diesel, ano/modelo 2000/2000, cor vermelha, chassi nºZCFC35801Y5255374, placa MBT-2472 VIGÊNCIA: 5 (cinco) anos a contar da data de assinatura.

DATA: (Município), 02 de dezembro de 2015. SIGNATÁRIOS: Onir Mocellin, pelo CBMSC e Elizeu Mattos, pelo Município

PORTARIA 09-2015 FCL

PORTARIANº. 09, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

DIVULGA CREDENCIADA NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 04/2015, EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS DE INCENTIVOS FISCAIS JUNTO A OUTRAS PESSOAS JURÍDICAS E PESSOAS FÍSICAS, VIA LEI Nº. 8.313/91 – LEI ROUANET

O Superintendente da Fundação Cultural de Lages no uso de suas atribuições, ante a análise técnica da comissão interna de análise dos inscritos nos editais de credenciamento lançados pela Fundação Cultural de Lages, instituída pela Portaria nº. 08/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - Edição Nº 1877, página 379 em 25/11/2015, resolve:

Art. 1º Divulgar empresa credenciada no Edital de Credenciamento nº 04/2015 - empresas especializadas na prestação de serviços de captação de recursos de incentivos fiscais junto a outras Pessoas Jurídicas e Pessoas Físicas via Lei nº. 8.313/91 – Lei Rouanet, para realização de projeto cultural Natal Felicidade 2015 - Artes Cênicas e Música Instrumental nos Campos da Serra – PRONAC Nº. 1531278:

NOME DA EMPRESA	Nº DO CNPJ
Casa Amarela Cultura e Gestão de Ideias LTDA ME	01.187.096/0001-01

Art. 2º O interessado poderá interpor recurso contra indeferimento do pedido de credenciamento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a divulgação dos resultados.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 27 de novembro de 2015.

Maurício Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

PORTARIA 10-2015 FCL

PORTARIANº. 10, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

DIVULGA CREDENCIADOS NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2015, ARTISTAS PARA APRESENTAÇÕES DE ARTES CÊNICAS, NARRATIVAS E MÚSICA NOS EVENTOS REALIZADOS E APOIADOS PELA PREFEITURA DE LAGES POR MEIO DA FUNDAÇÃO CULTURAL

O Superintendente da Fundação Cultural de Lages no uso de suas atribuições, ante a análise técnica da comissão interna de análise dos inscritos nos editais de credenciamento lançados pela Fundação Cultural de Lages, instituída pela Portaria nº. 08/2015, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - Edição Nº 1877, página 379 em 25/11/2015, resolve:

Art. 1º Divulgar artistas credenciados no Edital de Credenciamento nº 02/2015 -apresentações de artes cênicas, narrativas e música nos eventos realizados e apoiados pela Prefeitura de Lages por meio da Fundação Cultural:

NOME DO ARTISTA	MODALIDADE
Adriano José Ferreira Posai	Música Instrumental
Andiara Gabrielle de Oliveira de Medeiros	Música Instrumental
Andrey Schornardie Silva	Música Instrumental
Associação Cultural Matakiterani	Teatro
Associação da Orquestra Sinfônica de Vacaria	Canto Coral
Associação de Arte e Cultura Circula-Dô	Teatro
Associação Lageana de Assistência aos Menores	Música Instrumental
Centro Evangelista de Lages	Canto Coral
Comunidade Evangélica de Confissão Luterana em Lages	Canto Coral
Daniel Dante Finardi	Música Instrumental
Danieli de Souza Porto	Música Instrumental
Edna Patrícia do Nascimento	Música Instrumental
Eli Gonçalves da Luz	Música Instrumental
Miriam Loreta Passos Bendlim	Música Instrumental

Art. 2º O interessado poderá interpor recurso contra indeferimento do pedido de credenciamento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a divulgação dos resultados.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lages, 27 de novembro de 2015.

Maurício Neves de Jesus

Fundação Cultural de Lages

PP 36-2015 SEMASA, PE 20-2015 SMS, PP 153, 154, 155, 156 E 157-2015 PML E PP 01-2015 LAGESPREVI. AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 36-2015 SEMASA

Objeto: Aquisição de Insumos Químicos.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 21/12/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 1.675.956,20

Modalidade: PP 153-2015PML

Objeto: Aquisição de Telas

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 22/12/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 27.434,00

Modalidade: PP 154-2015 PML

Objeto: Aquisição de Combustíveis

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 22/12/2015 às 11:00

Valor Estimado: R\$ 4.240.417,36

Modalidade: PE 20-2015 SMS

Objeto: Contratação de Empresa para o Fornecimento de Gás Oxigênio Medicinal.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 21/12/2015 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 817.829,00

Modalidade: PP 155-2015 PML

Objeto: Aquisição de Pedra Brita, Pedrisco, Pó de Brita, Pedra Pulmão, Base, Pedra Rachão e Pedra de Mão.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 08/01/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 1.997.580,00

Modalidade: PP 156-2015 PML

Objeto: Aquisição de Diários da Criança/ Educação Infantil 2016.

Tipo: Menor Preço Por Item

Abertura: 11/01/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 94.650,00

Modalidade: PP 157-2015 PML

Objeto: Prestação de Serviços de Hora Máquina

Tipo: Menor Preço Por Hora

Abertura: 12/01/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 821.148,00

Modalidade: PP 01-2015 LAGESPREVI

Objeto: Prestação de Consultoria Técnica Previdenciária e Atuarial.

Tipo: Menor Preço Mensal

Abertura: 21/01/2016 às 13:30

Valor Estimado: R\$ 11.610,00

A retirada obter-se-á no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00 ou pelo www.lages.sc.gov.br sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 08 de dezembro de 2015.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário da Administração

Lauro Muller

PREFEITURA

EDITAL DE PREGAO Nº 99/2015 PMLM

EDITAL DE PREGAO Nº 99/2015 PMLM
PROCESSO Nº99/2015 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 21 de dezembro de 2015 às 13:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizará processo licitatório para contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de forma parcelada, de Material De Expediente e Processamento de Dados para atender a rede municipal de ensino, durante o exercício de 2016 para a entrega parcelada para o exercício de 2016 do município de Lauro Muller - SC, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 08 de dezembro de 2015.
Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº33/2015 - FMS

EDITAL DE PREGAO Nº33/2015 - FMS
PROCESSO Nº33/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 21 de dezembro de 2014 às 08:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente para fornecimento material permanente para Unidade de Saúde do Arizona do Município de LAURO MULLER/SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 8 de dezembro de 2015
Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 100/2015 PMLM

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 100/2015 PMLM
PROCESSO Nº100/2015 PMLM

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 24 de dezembro de 2015 às 8:00hs (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizará processo licitatório para contratação de empresas do ramo pertinente, para construção de muros e finalização da obra da creche tipo C na localidade de Barro Branco, Lauro Muller/SC, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 08 de dezembro de 2015.
Leandro Stangherlin
Pregoeiro Municipal

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 13/2015

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 13/2015

Dispõe sobre as entidades não governamentais que foram eleitas para nova gestão do Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, biênio 2015/2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 1.855/2015,

CONSIDERANDO o edital CMDCA 04/2015 que regulamentou a assembleia para eleição das entidades não governamentais para compor o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente em Lauro Müller, biênio 2015/2017,

CONSIDERANDO a eleição realizada na data de 03/12/2015, conforme previa o edital CMDCA 04/2015,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.855 que dispõe sobre o Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

Resolve:

Art. 1 Informar quais entidades não governamentais foram eleitas para nova gestão do Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente, biênio 2015/2017:

I – Associação de Moradores do Distrito de Guatá;

II – APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Lauro Müller;

III – Associação de Pais e Professores da Escola Educação Básica Walter Holthausen;

IV - Associação Feminina de Assistência Social;

V – Associação Musical Santa Bárbara;

VI – Grupo Escoteiro “Serra do Rio do Rastro”;

Art. 2 Reafirmar que a posse dos novos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, far-se-á pelo prefeito Municipal ou por quem o mesmo designar no dia 23/02/2016 as 08h30min, no auditório da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lauro Muller, 09 de dezembro de 2015.
Suzamara Vieira
Presidente do CMDCA

Lebon Regis

PREFEITURA

CONTRATO Nº: 54/2014 LICITAÇÃO: PR10/2014.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO

Contrato Nº: 54/2014 licitação: PR10/2014.

Objeto: O presente termo aditivo visa a renovação do contrato firmado com a Empresa Especializada na prestação de serviços de locação de máquinas fotocopadoras, digitais, com garantia de assistência técnica preventiva e corretiva, pelo prazo de 12 meses nos termos do art. 57 IV da lei 8.666/93.

Contratante: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS.

Contratado: LIDER SUPRIMENTOS P/ INFORMATICA LTDA - 82.129.024/0001-00.

Valor: R\$ 30.800,00(trinta mil e oitocentos reais).

Vigência:16/11/2015. Término: 16/11/2016.

Lebon Régis,17/11/2015.

Ludovino Labas

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 1535/2015

Lei Municipal nº 1.535/2015, de 7 de dezembro de 2015.

“Estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO do Município, as metas e objetivos da Administração, seus recursos financeiros e as bases para preparação do Orçamento para o exercício de 2016”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º- Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, e na Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias do Município para o exercício de 2016, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - a estrutura e organização dos orçamentos;

III - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;

V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município; e

VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II**DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º- A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentário de 2016 e a execução da respectiva lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101, de 2000 e demonstrativos da Lei 4.320/64:

ANEXOS E DEMONSTRATIVOS DA LEI 101/200

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III - Demonstrativo III - Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

ANEXOS E DEMONSTRATIVOS DA LDO

- Anexo I - Demonstrativo Memória de calculo das etas de receitas.

- Anexo II – Demonstrativo Memória de calculo das metas de despesa

- Anexo III – Demonstrativo das metas da divida publica

- Anexo IV – Demonstrativo Valores Previstos na Receita da LDO

- Anexo V – Demonstrativo Valores Previstos das Despesas da LDO

- Anexo VI – Demonstrativo por fonte de recurso.

CAPÍTULO III**DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS**

Art. 3º- Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Subtítulo, o menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização; e física da ação; e

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Concedente o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

VIII - Conveniente, o órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais, e as entidades privadas, com os quais a Administração Municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social;

IX - Descentralização de créditos orçamentários, a transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre estes;

X - Receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo; XI - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XII - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar; e

V XIII - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º- Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º- Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3º- As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária e na respectiva Lei por programas e respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 4º- O produto e a unidade de medida a que se refere o constante do Plano Plurianual 2014/2017.

§ 5º- As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 6º- As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 7º- Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 8º- A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior à função, deverá evidenciar cada área da atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 4º- Os Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 5º- Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial nº. 163, de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, detalhada por categoria da programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1º- A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

V § 2º- Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I - pessoal e encargos sociais - 1;

II - juros e encargos da dívida - 2;

III - outras despesas correntes - 3;

IV - investimentos - 4;

V - inversões financeiras - 5; e

VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º- A Reserva de Contingência, prevista no art. 20 desta Lei, será

identificada pelo dígito "9", no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º- Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras e primárias.

§ 5º- A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos, fundos ou entidades; ou

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II - diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 6º- O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminará a despesa, no mínimo, por modalidade de despesa, conforme art. 15 da Lei nº 4.320, de 1964.

§ 7º- É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8º- As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 6º- A Mensagem que encaminhar o Projeto de Lei Orçamentária conterá:

I - exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis; e

II - justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

VCAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 7º- A estimativa da receita e a fixação da despesa, constante do projeto de lei orçamentária, serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 8º - A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa e será precedida de autorização legislativa e de justificativa do cancelamento e do reforço das dotações, nos termos da Lei nº. 4.320, de 1964.

Art. 9º - Na programação da despesa, não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 10º - A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Seção II

Do Equilíbrio Entre Receitas e Despesas

Art. 11º - A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Seção III

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 12º - O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2016, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I - o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;
II - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 13º - Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Seção IV

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 14º - Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º- O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no caput deste artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º- Excluem-se do caput deste artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º- No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I - com pessoal e encargos patronais; e

II - com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no art. 45, da Lei Complementar nº. 101 de 2000.

§ 4º- Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V

Da Inclusão de Novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 15º - Observadas as prioridades a que se refere o art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:

I - houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II - estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III - estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio; e

IV - os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 16º - Para os efeitos do art. 16, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº. 8.666 de 1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII

Da Destinação de Recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 17º - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de quaisquer recursos do Município, para clubes, associações de servidores e de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto ao público nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura ou que estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§ 1º- Para habilitar-se ao recebimento de recursos referidos no caput, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitida no exercício de 2016 e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º- As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3º- Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda de:

I - publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade; e

II - identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

V§ 4º A concessão de benefício de que trata o caput deste artigo deverá estar definida em lei específica.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União e do Estado

Art. 18º - A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesa de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do art. 62, da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

Seção IX

Das Diretrizes Específicas do Orçamento de Investimento

Art. 19º - O orçamento de investimento, previsto no art. 165, § 5º, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I - gerados pela empresa;

II - oriundos de transferências do Município;

III - oriundos de operações de crédito internas e externas; e

IV - de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 20º - A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 10% (dez por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício de 2016, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Seção XI

Das Normas para Controle de Custos e Avaliação de Resultado

Art. 21º - O Poder Executivo realizará estudos visando à definição

de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. - A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 22º - A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 23º - O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III da Constituição Federal.

V Parágrafo único. - A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 24º - A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no art. 38, da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 25º - No exercício financeiro de 2016, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos art. 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

Art. 26º - Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, a adoção das medidas de que tratam os §§ 3º e 4º, do art. 169, da Constituição Federal, preservará servidores das áreas de Saúde, educação e assistência social.

Art. 27º - Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do art. 22, da Lei Complementar nº. 101, de 2000, a contratação de hora extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

Art. 28º - Poderá o Poder Executivo Municipal ceder servidores efetivos a serviço para outros órgãos das esferas governamentais federais, estaduais e municipais, no decorrer do exercício de 2016, mediante assinatura de convenio desde que de relevado o imprescindível caráter e interesse público.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 29º - A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2016 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e conseqüente aumento das receitas próprias.

Art. 30º - A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

- I - atualização da planta genérica de valores do município;
- II - revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto

Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III - revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV - revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza;

V - revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

VI - instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII - revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia; e

VIII - revisão das isenções dos tributos municipais, para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1º - Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do Município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário. V § 2º A parcela de receita orçamentária prevista no caput deste artigo, que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31º - É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação limitada.

Art. 32º - Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no art. 8º, da Lei Complementar nº. 101, de 2000.

Art. 33º - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será feita por autorização legislativa e efetivada mediante decreto do Poder Executivo, utilizando os recursos previstos no art. 43. Da Lei nº. 4.320, de 1964.

Art. 34º - A abertura de créditos suplementares e especiais dentro do mesmo projeto ou atividade será movimentada através de decreto do Poder Executivo havendo a existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal nº. 4.320, de 1964 e da Constituição Federal.

§ 1º - A lei orçamentária anual conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares

§ 2º - Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 35º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Lebon Régis (SC), 7 de dezembro de 2015.

CENERI FERLIN

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios-DOM

CLEUZA MARIA REDOLFI TOMACHEUSKI

Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

LEI N.º 1.199/2015

LEI N.º 1.199, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

"AUTORIZA A CHEFE DO PODER EXECUTIVO A DENOMINAR PONTE, NA LOCALIDADE DE BARRA GRANDE."

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, Prefeita Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a Chefe do Poder Executivo, do Município de Leoberto Leal, autorizada a denominar a Ponte que liga as localidades de Barra Grande/Leoberto Leal e Rio Novo/Angelina, de "PONTE JOÃO LOHN E ARTHUR HESMANN".

Art. 2º Justifica-se esta denominação por terem sido pessoas atuantes na comunidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 08 de dezembro de 2015.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Lindóia do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.747/2015, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 2.747/2015, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, Lei Ordinária Nº 1.305/2015, de 08 de Dezembro de 2015:

DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 01 – Diretoria de Urbanismo

Projeto/Atividade 2.006 – Diretoria de Infra-Estrutura - Urbanismo
3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 1.007 – Esportes – Investimentos Gerais
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 02 – Diretoria de Infra Estrutura e Transporte

Projeto/Atividade 0.001 – Encargos Especiais - Transportes
3.2.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas
.....R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 08 de Dezembro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

EXTRATO PREGÃO 07/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL – SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL- SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015 FMS

RONALDO PISCINI– Secretario de Saúde e Ação Social, de Lindóia do Sul, torna público que fará realizar licitação na modalidade de pregão presencial do tipo MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO GLOBAL, para aquisição de medicamentos de farmácia para o ano de 2016, para o atendimento da saúde pública dos munícipes no dia 23 de dezembro de 2015, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações. Maiores informações e retirada do edital poderá ser obtida no site www.lindoiadosul.sc.gov.br, ou junto a Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, sito a Rua Tamandaré 98, de Segunda a Sexta- feiras das 08:00 as 11:30 e das 13:30 as 17:00 horas, ou pelo telefone 49 34461177.

Lindóia do Sul, SC, 08 de dezembro de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretário de Saúde e Ação Social

EXTRATO PREGÃO 08/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL – SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDÓIA DO SUL- SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015 FMS

RONALDO PISCINI – Secretario Municipal de Saúde e Ação Social, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para contratação de empresa para o possível fornecimento de refeições para servidores públicos municipais quando do deslocamento dos mesmos nas cidades de Concórdia e Chapecó, para o ano de 2016, no dia 28 de dezembro de 2015, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 08 de dezembro de 2015.

Ronaldo Piscini

Secretario de Saúde e Ação Social

LEI ORDINÁRIA N.º 1.305/2015, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI ORDINÁRIA N.º 1.305/2015, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Adicional Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 01 – Diretoria de Urbanismo

Projeto/Atividade 2.006 – Diretoria de Infra-Estrutura - Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações DiretasR\$ 30.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 04: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade 02 – Diretoria de Esporte e Cultura

Projeto/Atividade 1.007 – Esportes – Investimentos Gerais

4.4.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 06: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 02 – Diretoria de Infra Estrutura e Transporte

Projeto/Atividade 0.001 – Encargos Especiais - Transportes

3.2.90.00.00.00.00.0104 – Aplicações DiretasR\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 08 de Dezembro de 2015

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Luzerna

PREFEITURA

CONTRATO FMS Nº 066.15 - REPUBLICADO

CONTRATO FMS Nº 066/2015

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 093/2015

PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 061/2015

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 30 (trinta) dias do mês de novembro do ano de 2015, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório FMS nº 093/2015 Pregão Presencial FMS nº 061/2015, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

1 - TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.732.272/0001-98 com endereço a Avenida Alcides D' Agostini, nº 080, sala 02 Setor Industrial da cidade de Maravilha/SC CEP 89874-000, representada por JULEIDE INES D'AGOSTINI, brasileira, maio e capaz, casada, contadora, portadora da cédula de identidade nº 2.030.718 SSPSC e inscrita no CPF/MF sob nº 589.785.859-49, doravante denominado FORNECEDOR 1;

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

0.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para coleta, transporte, tratamento através de autoclave e destinação final de resíduos provenientes de serviços de saúde, para atendimento dos vários Programas e em todas as Unidades da Rede Municipal de Saúde, do município de Luzerna/SC e dos resíduos provenientes de serviços de saúde do Hospital São Roque Sociedade Beneficente (Lei n. 1408 de 17 de novembro de 2015), compreendendo o fornecimento dos materiais, mão-de-obra, peças, equipamentos, máquinas e ferramentas normais e especiais necessárias, obedecendo integralmente os termos da minuta contratual de acordo com demais anexos que fazem parte integrante do edital e especificações e determinações a seguir:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
1	12	Mês	Resíduos de serviços de saúde provenientes dos postos de saúde (Secretaria de Saúde e Unidades Básicas de Saúde São Francisco e Vila Alemanha). 1x por semana Estimativa: 500 litros/mês	1.750,00	21.000,00
2	12	Mês	Resíduos de serviços de saúde provenientes do Hospital São Roque Sociedade Beneficente (Lei n. 1408 de 17 de novembro de 2015). Quinzenalmente Estimativa: 500 litros/mês	900,00	10.800,00
3	400	kg	Coleta dos resíduos especiais - classe b Conforme medição solicitada pela administração Estimativa: 400 quilos/ano	6,50	2.600,00

O FORNECEDOR 1 TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA EPP, responsável pelo fornecimento do item descrito na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 34.400,00 (trinta e quatro mil quatrocentos reais);

0.1. As atividades de coleta diferenciada envolve todos os estabelecimentos prestadores de serviços relacionados à saúde, conforme abaixo, através dos pontos geradores.

0.2. O acondicionamento será feito de acordo com o tipo de resíduos a ser coletado e seguido a NBR 12809, a RDC 306/04 da ANVISA.

0.3. As fontes produtoras de resíduos de serviços de saúde serão orientados quanto ao modo correto de embalar os resíduos. Por exemplo:

a) Os materiais cortantes ou perfuro-cortantes, como vidros, agulhas e outros serão embalados em recipientes de material resistente;

b) Os líquidos em garrafas, tanque ou frascos inquebráveis;

c) Os sólidos e semi-sólidos embalados em sacos plásticos;

d) Os líquidos e perfurantes, já dentro da embalagem resistente, serão colocados em sacos plásticos, para facilitar o transporte e a identificação.

0.4. Todo resíduo de áreas altamente infectadas, a ser transportado, deverá ser acondicionado em sacos plásticos, de cor branca leitosa e impermeável, devidamente identificados. Para certos casos se fará necessário à utilização de dupla embalagem, ou seja, um saco contendo um ou mais sacos, dependendo das características físico-química do resíduo, garantindo desta forma, segurança contra vazamentos.

0.5. Os sacos serão fechados, de tal forma a não permitir o derramamento do conteúdo, mesmo que virados de boca para baixo. Uma vez fechado, serão mantidos íntegros até o seu tratamento e a sua destinação final.

0.6. O sistema de coleta diferenciada dos resíduos de serviços de saúde prevê, em seus roteiros, coleta alternada nos estabelecimentos, conforme plano de trabalho a ser elaborado pela contratada após assinatura do contrato

0.7. A coleta será realizada dentro de padrões exigidos pelas autoridades sanitárias, por pessoal treinado e devidamente equipado em dias e horários pré-estabelecidos.

0.8. Caberá ao FORNECEDOR fornecer ao motorista e coletor, deste tipo de resíduos, os equipamentos de proteção individuais, como luvas,

botas e máscaras, que estarão impreterivelmente vestidos durante a realização da coleta e transporte.

0.9. O transporte dos resíduos sépticos, gerados pelos estabelecimentos de saúde, será através de um furgão, devidamente adaptado para este fim, obedecendo as normas técnicas da NBR 12810/93.

0.10. Conforme determina a Resolução do CONAMA Nr. 358/2005 e Resolução RDC Nr. 306, de 07 de Dezembro de 2004 da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária estabelecem que os Resíduos de Serviços de Saúde devem de tratados, antes de serem dispostos em aterros sanitários.

0.11. O tratamento pretendido consiste na aplicação de método, técnica ou processo que modifique as características dos riscos inerentes aos resíduos, reduzindo ou eliminando o risco de contaminação, de acidentes ocupacionais ou de dano ao meio ambiente.

0.12. Por ocasião da prestação do serviço, a Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

0.13. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se por novo serviço, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações.

0.14. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos serviços, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente.

0.15. Caso o serviço seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os valores contratuais somente serão reajustados após 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, utilizando-se como base o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, ou na falta deste, pelo índice legalmente permitido à época, mediante requerimento formalizado pelo FORNECEDOR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do reajuste;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR;

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.8. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O valor global estimado deste Contrato é de R\$ 34.400,00 (trinta e quatro mil e quatrocentos reais).

3.2. O preço unitário acima é considerado completo e abrange todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), fornecimento dos materiais, leis sociais, administração, lucros, máquinas, equipamentos e ferramental, seguros em geral, infortúnio de trabalho, licenças inerentes à especialidade e demais tributos de qualquer natureza que incidam ou venham a incidir sobre o preço final dos serviços, objeto deste contrato.

3.3. É vedada ao FORNECEDOR pleitear qualquer adicional de preços por faltas ou omissões que por ventura venham a ser constatadas em sua proposta ou, ainda, decorrentes das variações das quantidades previstas no parágrafo 1º, do artigo 65, da Lei Nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.

3.4. O pagamento será realizado de forma mensal, até o 15 (décimo quinto) dia do mês subsequente à execução dos serviços, conforme relatórios, e após a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

3.5. No processamento do pagamento, a contratada deverá apresentar a Nota Fiscal dos Serviços, acompanhada da Planilha de Medição e Pesagem, com o quantitativo mensal de resíduos coletados no Município, e de memória de cálculo detalhada.

3.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

3.7. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR da responsabilidade pelos serviços executados ou implicará em sua aceitação.

3.8. Sobre o valor devido ao contratado, a Administração efetuará a retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), com base no percentual de 3% (três por cento), conforme dispõe a Lei Complementar Nº 53 de 19 de dezembro de 2006.

3.9. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo Contratado.

3.10. O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado será precedido de processo administrativo em que será garantido à empresa o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

3.11. A liberação do pagamento da fatura mensal ficará condicionada apresentação dos seguintes documentos atualizados:

I - Certidão Negativa de Débitos para com o INSS (CND), na forma exigida pela Constituição Federal em seu art. 195, § 3º;

II - Prova de regularidade para com a Fazenda do Estado ou Distrito Federal;

III - Certidão de Regularidade com o FGTS;

IV - Certidão de quitação de Tributos Federais, administradas pela Secretaria da Receita Federal;

V - Certidão Negativa de débitos de Tributos e Contribuições Municipais;

VI - Comprovantes da quitação das obrigações trabalhistas do mês vencido (equivalente ao mês de referência/competência dos serviços

objeto da Nota Fiscal emitida), especialmente de pagamento da remuneração de todos os empregados envolvidos na execução dos serviços, através de depósito efetuado por meio de estabelecimento bancário em conta salário, em relação nominal, e da entrega dos vales-transportes e auxílio-alimentação;

VII - Comproverantes da quitação das obrigações previdenciárias e tributárias do mês vencido (equivalente ao mês de referência/competência dos serviços objeto da Nota Fiscal emitida), devidamente pagos no mês de apresentação da Nota Fiscal, especialmente:

a) Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

b) Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando o recolhimento for efetuado pela Internet;

c) Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP).

VIII- Registrar a retenção de 11% (onze por cento) sobre o valor da mão-de-obra, para recolhimento ao INSS, quando da apresentação da nota fiscal/fatura à Contratante, a qual deverá discriminar o quantitativo e os valores do material e da mão-de-obra empregados na execução do objeto deste Contrato, conforme a Instrução Normativa MPS/SRP nº 3, de 14 de julho de 2005. (Incluído em 20/010 na Versão 2).

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. O FORNECEDOR é a única responsável em qualquer caso, por danos ou prejuízos que possa causar a terceiros, sem qualquer responsabilidade de ônus para a Contratante pelo ressarcimento.

4.1.2. O FORNECEDOR não poderá transferir direitos e ou obrigações, no todo ou em parte, decorrentes deste contrato, sem prévia autorização da Contratante.

4.1.3. O FORNECEDOR deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no certame.

4.1.4. Comunicar ao responsável pelo Contrato da Contratante, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, os motivos de ordem técnica que impossibilitaram o cumprimento dos prazos previstos no edital.

4.1.5. O FORNECEDOR é a único responsável pelos atos praticados pelo seu pessoal e prepostos, sendo o Contratante excluído de quaisquer reclamações e indenizações.

4.1.6. Refazer, no todo ou em parte, os serviços que não estiverem em conformidade com a qualidade e técnica exigidos, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da notificação.

4.1.7. Usar a melhor técnica possível para a realização dos serviços contratados.

4.1.8. Cumprir com os prazos e condições previstas no Edital e seus anexos.

4.1.9. Manter seus funcionários identificados por crachá, quando da execução dos serviços, devendo substituir imediatamente todo e qualquer um deles julgados inconvenientes à boa ordem.

4.1.10. Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação Federal, Estadual e Municipal em vigor.

4.1.11. Responsabilizar-se perante os órgãos e representantes do Poder Público e terceiros por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão sua, de seus empregados, prepostos ou contratados;

4.1.12. O FORNECEDOR estará obrigado ainda a satisfazer aos requisitos e atender a todas as exigências e condições a seguir estabelecidas:

a) Prestar os serviços de acordo com o edital e seus anexos, projetos e as Normas da ABNT, Resoluções do CONAMA, ANVISA, IBAMA, FATMA e outras Normas que regulam os serviços, objeto deste Contrato.

c) Responsabilizar-se pela conformidade, adequação, desempenho e qualidade dos serviços e bens, bem como de cada material, matéria-prima ou componente individualmente considerado, mesmo que não sejam de sua fabricação, garantindo seu perfeito desempenho;

d) Registrar o Contrato decorrente desta licitação no CREA, na forma da Lei, e apresentar o comprovante de "Anotação de Responsabilidade Técnica" correspondente antes da apresentação da primeira fatura, perante Município de Luzerna, sob pena de retardar o processo de pagamento;

4.1.13. O FORNECEDOR assumirá a total responsabilidade pela correta escolha e dimensionamento do pessoal e dos equipamentos necessários à correta execução dos serviços objeto do contrato.

4.1.14. Caberá ao FORNECEDOR manter veículos, equipamentos e equipe (s) de reserva, que atenderão às ocorrências verificadas pela Fiscalização, bem como, para utilização em caso de emergência, de parada para manutenção preventiva, ou de avarias no equipamento normal.

4.1.15. Fica vedada ao FORNECEDOR a descarga de materiais coletados em locais não permitidos e devidamente licenciados.

4.1.16. Os veículos deverão ser mantidos em perfeitas condições de operação, inclusive as unidades de reserva.

4.1.17. Os veículos deverão trazer além das placas regulamentares, as indicações necessárias ao reconhecimento do FORNECEDOR, de acordo com modelo padronizado pela Prefeitura Municipal de Luzerna.

4.1.18. Todos os veículos utilizados na execução do Contrato dentro do Perímetro do Município de Luzerna, deverão circular devidamente identificados, com a logomarca do FORNECEDOR.

4.1.19. O FORNECEDOR é responsável pelas licenças, as aprovações, e os registros junto aos órgãos e entidades federais, estaduais ou municipais competentes.

4.1.20. Dispor e obrigar seus empregados ou contratados a usarem os equipamentos de proteção de uso recomendado ou obrigatório pelas leis e normas de higiene e segurança do trabalho.

4.1.21. Executar os serviços dentro da higiene, da segurança e normas de saúde sanitária exigida para a espécie.

4.1.22. Resolver imediatamente a pendência ou submeter o assunto à justiça do trabalho, no caso de ocorrer greve de caráter reivindicatório entre seus empregados ou de seus subcontratados.

4.1.23. Responsabilizar-se por eventuais paralisações das atividades, por parte dos seus empregados, garantindo a continuidade dos serviços contratados, sem repasse de qualquer ônus ao Contratante.

4.1.24. Assumir a defesa nas ações propostas por terceiros contra o Contratante, relativas à execução dos serviços contratados e ações trabalhistas, arcado com os ônus delas decorrentes.

CLÁUSULA QUINTA DOS BOLETINS DE MEDIÇÃO

- 5.1. Para efeito de boletim de medição, serão consideradas as quantidades de serviços efetivamente executados.
- 5.2. Os serviços serão medidos mensalmente de acordo com as quantidades conforme as unidades apontadas no Termo de Referência, que compõe o Anexo II e demais anexos que fazem parte integrante do Edital, parte integrante deste contrato.
- 5.3. O peso dos resíduos coletados, bem como os demais serviços executados, serão apurados em boletim mensal, assinado pelos representantes do Contratante e do FORNECEDOR. Este boletim servirá de base para proceder mensalmente, ao cálculo da remuneração.

CLÁUSULA SEXTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 6.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:
- 6.1.1. Advertência;
- 6.1.2. Multa;
- 6.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 6.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 6.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.
- 6.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.
- 6.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
- 6.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.
- 6.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:
- 6.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 6.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
- 6.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.
- 6.6. No caso de necessidade troca e/ou retirada de cestas entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.
- 6.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:
- 6.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.
- 6.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.
- 6.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:
- 6.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
- 6.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SÉTIMA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 7.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;
- 7.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;
- 7.3. A Ata somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letras "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

CLÁUSULA OITAVA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 8.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

8.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

8.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

8.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

8.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 8.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

8.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

8.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

8.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

8.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

8.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

8.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

8.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

- a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;
- b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA NONA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

9.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central – Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

As despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta de dotações orçamentárias próprias, consignada no orçamento do Fundo Municipal de Saúde. CLÁUSULA DÉCIMA

DA VIGÊNCIA

10.1. O período de vigência do termo contratual a ser assinado com a licitante vencedora será por um período de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, podendo, a critério do Município de Luzerna/SC, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, mediante instrumentalização de termos aditivos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração.

10.2. O período de vigência a que se refere o item anterior não poderá ultrapassar o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no inciso II, do artigo 57, da Lei nº 8.666/93.

10.3. Ocorrendo a prorrogação da vigência do Contrato por períodos sucessivos, em conformidade com o Item 10.1 do Edital, os preços serão reajustados, anualmente, tendo por base a variação do mesmo período do IGP-M, medido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos servidores WALMOR S. DRESCH STRÖHER e ANDRÉ LUIZ DIESEL, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

10.3. Não obstante o fato de o FORNECEDOR ser a único e exclusiva responsável pela execução dos serviços, o Município, através de seus servidores ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude daquela responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização dos serviços em execução.

10.4. A fiscalização exercerá controle em relação à quantidade e particularmente à qualidade dos serviços executados, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando desatendidas as disposições a elas relativas.

10.5. A fiscalização poderá ordenar a qualquer momento, sem prejuízo de outras sanções cabíveis ao caso, a paralisação dos serviços sempre que a empresa contratada deixar de cumprir o contido com as exigências do Edital, Termo de Referência e Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

12.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

12.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

12.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

12.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

12.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

12.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

12.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DO FORO**

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 30 de novembro de 2015.
WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER
GESTOR DO FMS
CONTRATANTE

JULEIDE INES D'AGOSTINI
TUCANO GESTÃO AMBIENTAL LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

DECRETO 2157

DECRETO Nº 2157 de 08 de dezembro de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso II, do art.19, da Lei nº 1311 de 11 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuído a atividade:

06.SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Atividade - 06.001.181.0010.2010 - Manutenção do Convênio da Rádio Patrulha

Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Aplicações Diretas - Investimentos

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 3.000,00

Detalhamento de Recursos: 103 - Rádio Patrulha

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2015.

MOISES DIERSMANN
Prefeito Municipal

DECRETO 2158

DECRETO Nº 2158 de 08 de dezembro de 2015.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES QUE ESPECIFICA".

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1413 de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art.1º - Ficam anuladas parcialmente as dotações atribuídas à atividade e projetos discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 06.01.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento da Administração
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 39.305,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 06.02.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 22.656,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 07.03.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 10.277,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 07.03.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 3.000,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 3.000,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 11.01.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 5.000,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 11.01.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 61.857,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 15.01.23.691.0100.2048 - Programação de Natal
Categoria Econômica - 3.3.50 - Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 25.000,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade - 15.01.22.661.0100.2051 - Man. da Incubadora Tecnológica de Luzerna
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
Fonte 00 - Recurso Ordinários R\$ 15.000,00
Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade: 12.01.08.244.0020.2024 - Manutenção do Centro de Multiuso
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 1.000,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Atividade: 12.01.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 3.400,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade - 08.01.12.361.0031.2031- Manutenção do Transporte Escolar
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte: 01- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 2.500,00
Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade - 08.01.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte: 19 - FUNDEB 40%R\$ 140.000,00
Detalhamento de Recursos: 019 - FUNDEB 40%

Resumo de Anulações
Fonte: 1.00 - Recursos ordinários
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários R\$ 189.495,00
Fonte: 1.01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Impostos
Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transfer. de Impostos - Educação R\$ 2.500,00
Fonte: 1.19 - 19 - FUNDEB 40%
Detalhamento de Recursos: 019 - FUNDEB 40% R\$ 140.000,00

Limite de anulação R\$ 331.995,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, ficam suplementados nos limites anulados as dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 11.01.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de

peçoal
 Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 11.000,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
 Atividade: 12.01.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 4.400,00
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade - 08.001.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte: 01- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 60.000,00
 Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade - 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte: 01- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 111.595,00
 Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade - 08.001.12.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte: 01- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 5.000,00
 Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade - 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte: 18 - FUNDEB 60%R\$ 140.000,00
 Detalhamento de Recursos: 018 - FUNDEB 60%

Resumo de Suplementações
 Fonte: 1.00 - Recursos ordinários
 Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários R\$ 15.400,00
 Fonte: 1.01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação
 Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 176.595,00
 Fonte: 1.18 - 18 - FUNDEB 60%
 Detalhamento de Recursos: 018 - FUNDEB 60% R\$ 140.000,00

Limite de suplementação R\$ 331.995,00

Art.3º - Ficam abertos oito CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES, no valor total de R\$ 85.600,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuídos à Atividade:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade - 02.001.04.122.0004.2003 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 2.300,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 02.01.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria Jurídica
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 500,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 02.01.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 3.800,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 06.01.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento da Administração
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 30.000,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 06.02.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 20.000,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 07.03.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 5.000,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 9.000,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Atividade: 11.01.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais
 Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
 Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 15.000,00
 Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Art. 4º - É parte integrante deste Decreto, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2015.
MOISES DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

LEI 1412

LEI Nº 1412 de 08 de dezembro de 2015.

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) A FIRMAR CONVÊNIO COM A ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES INDUSTRIAIS E ARTESÃOS DE LUZERNA/ACIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar TERMO DE CONVÊNIO com a ASSOCIAÇÃO DE COMERCIANTES INDUSTRIAIS E ARTESÃOS DE LUZERNA/ACIAL, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.377.126/0001-80, com sede neste Município de Luzerna(SC).

Art.2º- O objeto do convênio de que trata o artigo anterior é a cooperação financeira do Município, destinado a pagamento de despesas com contratação de empresa para organização do evento “SEMANA NATALINA”, conforme Plano de Trabalho, parte integrante desta Lei.

Art.3º- A participação do Município consistirá no repasse de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a serem pagos conforme a disponibilidade financeira do Município.

Parágrafo Único - A entidade deverá apresentar todos os documentos constantes do art. 2º do Decreto nº 1889 de 18/09/2014 para a celebração do respectivo Convênio e repasses dos recursos.

Art.4º- A prestação de contas referente ao repasse deverá ser realizada até 31 de janeiro de 2016, constando os documentos previstos nas normas definidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º - Para atender as despesas decorrentes da presente lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos da seguinte rubrica orçamentária: Secretaria de Desenvolvimento Econômico - 1501.23.691.0100.2048 - Programação de Natal - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências Financeiras a Instituições Privadas sem fins lucrativos.

Art. 6º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2015.
MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

LEI 1413

LEI Nº 1413 de 08 de dezembro de 2015.

“AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES QUE ESPECIFICA”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente, nas dotações atribuídas à atividade e projetos

discriminados até o limite dos valores também abaixo discriminados:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 06.01.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento da Administração
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 39.305,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 06.02.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 22.656,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 07.03.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 10.277,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 07.03.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 3.000,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 3.000,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 11.01.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos
Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 5.000,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 11.01.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais
Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 61.857,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade: 15.01.23.691.0100.2048 - Programação de Natal
Categoria Econômica - 3.3.50 - Transferências a Instituições sem Fins Lucrativos
Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 25.000,00
Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
Atividade - 15.01.22.661.0100.2051 - Man. da Incubadora Tecnológica de Luzerna

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte 00 - Recurso Ordinários R\$ 15.000,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 12.01.08.244.0020.2024 - Manutenção do Centro de Multiuso

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 1.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 12.01.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

Categoria Econômica - 3.3.90 - Aplicações Diretas - Outras despesas correntes

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 3.400,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 08.01.12.361.0031.2031- Manutenção do Transporte Escolar

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte: 01- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 2.500,00

Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 08.01.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte: 19 - FUNDEB 40%R\$ 140.000,00

Detalhamento de Recursos: 019 - FUNDEB 40%

Resumo de Anulações

Fonte: 1.00 - Recursos ordinários

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários R\$ 189.495,00

Fonte: 1.01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Impostos

Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação....R\$ 2.500,00

Fonte: 1.19 - 19 - FUNDEB 40%

Detalhamento de Recursos: 019 - FUNDEB 40% R\$ 140.000,00

Limite de anulação R\$ 331.995,00

Art. 2º - Por conta dos recursos a que se refere o artigo anterior, fica autorizada a suplementação nos limites anulados nas dotações atribuídas às atividades abaixo discriminadas:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 11.01.15.452.0061.2052 - Manutenção dos Serviços Urbanos

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 11.000,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade: 12.01.08.244.0025.2084 - Manutenção do CRAS

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte: 00 - Recursos ordinários R\$ 4.400,00

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 08.001.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica - Infantil

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte: 01- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 60.000,00

Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte: 01- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 111.595,00

Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 08.001.12.306.0043.2036 - Manutenção do Programa da Merenda Escolar do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte: 01- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 5.000,00

Detalhamento de Recursos: 001- Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 08.001.12.361.0031.2030 - Manutenção do Ensino Fundamental

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte: 18 - FUNDEB 60%R\$ 140.000,00

Detalhamento de Recursos: 018 - FUNDEB 60%

Resumo de Suplementações

Fonte: 1.00 - Recursos ordinários

Detalhamento de Recursos: 000 - Recursos ordinários R\$ 15.400,00

Fonte: 1.01 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação

Detalhamento de Recursos: 001 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Educação R\$ 176.595,00

Fonte: 1.18 - 18 - FUNDEB 60%

Detalhamento de Recursos: 018 - FUNDEB 60% R\$ 140.000,00

Limite de suplementação R\$ 331.995,00

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir oito CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES, no valor total de R\$ 85.600,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais), à conta do superávit financeiro do exercício de 2014, apurado na fonte e detalhamento abaixo relacionados, criando Fonte, Valor e Detalhamento no Orçamento do Município para 2015, atribuídos à Atividade:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade - 02.001.04.122.0004.2003 - Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 2.300,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 02.01.04.122.0004.2004 - Manutenção da Assessoria

Jurídica

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 500,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 02.01.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 3.800,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.01.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento da Administração

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 30.000,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 06.02.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento da Fazenda

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 07.03.08.243.0022.2081 - Manutenção do Conselho Tutelar

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 09.001.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 9.000,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

Atividade: 11.01.26.782.0067.2060 - Manutenção e conservações das Estradas Vicinais

Categoria Econômica - 3.1.90 - Aplicações Diretas - Despesas de pessoal

Fonte 300 - S. F. Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

Detalhamento de Recursos - 000 - Recursos Ordinários

Art. 4º - É parte integrante desta Lei, o Anexo 14 da Lei 4.320/64 - Balanço Patrimonial de 2014.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 08 de dezembro de 2015.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

PL 104/2015 - PP 069/2015 - ABCFARMA - FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 104/2015 - FMS

Pregão Presencial nº 069/2015 - FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA (SC), por intermédio de seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição, em caráter excepcional, de medicamentos (referência, genéricos e similares), exceto os relacionados na lista básica da farmácia municipal, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde, durante o exercício financeiro de 2016.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 21 de dezembro de 2015.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDENCIAMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 21 de dezembro de 2015.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

ANEXO DECRETO 2157
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Anexo 14 - Balanço Patrimonial
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício 2014
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	3.322.221,53	FINANCEIRO	1.590.929,28
DISPONÍVEL	3.322.221,53	DEPÓSITOS	1.257,77
Bancos Conta Movimento	519.405,41	Consignações	1.257,77
Bancos Conta Vinculada	2.553.767,65	RESTOS A PAGAR	1.589.671,51
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	248.954,91	Obrigações a Pagar	1.589.671,51
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	93,56		
PERMANENTE	32.114.633,72	PERMANENTE	214.104,40
DÍVIDA ATIVA	593.416,37	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	214.104,40
Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Longo Prazo)	593.416,37	Por Contratos de Curto Prazo	65.869,25
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	213,47	Por Contratos de Longo Prazo	148.235,15
Investimentos	213,47		
IMOBILIZADO	31.521.003,88		
Bens Imóveis	26.112.351,78		
Bens Móveis	5.475.379,34		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	-66.727,24		
ATIVO REAL	35.436.855,25	PASSIVO REAL	1.805.033,68
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	33.631.821,57
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	33.631.821,57
COMPENSADO	3.625.529,27	COMPENSADO	3.625.529,27
Execução da Programação Financeira	3.322.221,53	Execução da Programação Financeira	3.322.221,53
Compensações Ativas Diversas	268.977,74	Compensações Passivas Diversas	268.977,74
Controle de Consórcios	34.330,00	Controle de Consórcios	34.330,00
TOTAL	39.062.384,52	TOTAL	39.062.384,52

Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas neste Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Elaborado com base no anexo emitido em 20/01/2015 pela Contador 20394/O-8

Luzerna, 24/04/2015

DREONE FELSKI MENDES
 CONTADOR - CRC/SC 36461

MOISES DIERSMANN
 PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO DO DECRETO 2158
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
 Anexo 14 - Balanço Patrimonial
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício 2014
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	3.322.221,53	FINANCEIRO	1.590.929,28
DISPONÍVEL	3.322.221,53	DEPÓSITOS	1.257,77
Bancos Conta Movimento	519.405,41	Consignações	1.257,77
Bancos Conta Vinculada	2.553.767,65	RESTOS A PAGAR	1.589.671,51
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	248.954,91	Obrigações a Pagar	1.589.671,51
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	93,56		
PERMANENTE	32.114.633,72	PERMANENTE	214.104,40
DÍVIDA ATIVA	593.416,37	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	214.104,40
Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Longo Prazo)	593.416,37	Por Contratos de Curto Prazo	65.869,25
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	213,47	Por Contratos de Longo Prazo	148.235,15
Investimentos	213,47		
IMOBILIZADO	31.521.003,88		
Bens Imóveis	26.112.351,78		
Bens Móveis	5.475.379,34		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	-66.727,24		
ATIVO REAL	35.436.855,25	PASSIVO REAL	1.805.033,68
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	33.631.821,57
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	33.631.821,57
COMPENSADO	3.625.529,27	COMPENSADO	3.625.529,27
Execução da Programação Financeira	3.322.221,53	Execução da Programação Financeira	3.322.221,53
Compensações Ativas Diversas	268.977,74	Compensações Passivas Diversas	268.977,74
Controle de Consórcios	34.330,00	Controle de Consórcios	34.330,00
TOTAL	39.062.384,52	TOTAL	39.062.384,52

Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas neste Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Elaborado com base no anexo emitido em 20/01/2015 pela Contador 20394/O-8

Luzerna, 24/04/2015

DREONE FELSKI MENDES
 CONTADOR - CRC/SC 36461

MOISES DIERSMANN
 PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO LEI 1413**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA****Anexo 14 - Balanço Patrimonial****Administração Direta, Indireta e Fundacional**

Betha Sistemas

Exercício 2014

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 1

ATIVO	R\$	PASSIVO	R\$
FINANCEIRO	3.322.221,53	FINANCEIRO	1.590.929,28
DISPONÍVEL	3.322.221,53	DEPÓSITOS	1.257,77
Bancos Conta Movimento	519.405,41	Consignações	1.257,77
Bancos Conta Vinculada	2.553.767,65	RESTOS A PAGAR	1.589.671,51
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	248.954,91	Obrigações a Pagar	1.589.671,51
Aplicações Financeiras de Recursos Vinculados	93,56		
PERMANENTE	32.114.633,72	PERMANENTE	214.104,40
DÍVIDA ATIVA	593.416,37	DÍVIDA FUNDADA INTERNA	214.104,40
Créditos Inscritos em Dívida Ativa (Longo Prazo)	593.416,37	Por Contratos de Curto Prazo	65.869,25
REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	213,47	Por Contratos de Longo Prazo	148.235,15
Investimentos	213,47		
IMOBILIZADO	31.521.003,88		
Bens Imóveis	26.112.351,78		
Bens Móveis	5.475.379,34		
(-) Depreciações, Amortizações e Exaustões	-66.727,24		
ATIVO REAL	35.436.855,25	PASSIVO REAL	1.805.033,68
SALDO PATRIMONIAL	0,00	SALDO PATRIMONIAL	33.631.821,57
PASSIVO REAL A DESCOBERTO	0,00	ATIVO REAL LÍQUIDO	33.631.821,57
COMPENSADO	3.625.529,27	COMPENSADO	3.625.529,27
Execução da Programação Financeira	3.322.221,53	Execução da Programação Financeira	3.322.221,53
Compensações Ativas Diversas	268.977,74	Compensações Passivas Diversas	268.977,74
Controle de Consórcios	34.330,00	Controle de Consórcios	34.330,00
TOTAL	39.062.384,52	TOTAL	39.062.384,52

Notas:

As demonstrações contábeis apresentadas neste Relatório Técnico foram elaboradas com observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e aos princípios contábeis geralmente aceitos, às disposições da Lei Federal nº 4.320/64 e à Lei Orçamentária Anual.

Elaborado com base no anexo emitido em 20/01/2015 pela Contador 20394/O-8

Luzerna, 24/04/2015

DREONE FELSKI MENDES
CONTADOR - CRC/SC 36461

MOISES DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL

Mafra

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 130/2015.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 130/2015.

FORNECEDOR: SAPRA LANDAUER SERVIÇOS DE ASSESSORIA E PROTEÇÃO RADIOLOGICA LTDA.

CNPJ: 50.429.810/0001-36

OBJETO: Contratação de empresa especializada para executar serviços de Assessoria e Monitorização Pessoal - Dosimetria de Radiações, através do Fundo Municipal de Saúde.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 8.666/93, artigo 24, inciso IV, com alterações posteriores.

VALOR: R\$ 1.098,36 (Um mil noventa e oito reais e trinta e seis centavos).

Mafra, (SC) 07 de dezembro de 2015.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO Nº 001/2015/SMFP/DFT

Prefeitura do Município de Mafra
Estado de Santa Catarina
Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento
Departamento de Fiscalização Tributária

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO Nº 001/2015/SMFP/DFT DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA E PLANEJAMENTO, notifica os contribuintes constantes no Anexo Único deste Edital, nos termos do inciso III, do art. 243, da Lei Municipal 2.359/99 –CTMM, tendo em vista se encontram em local incerto e não sabido, os quais foram autuados por descumprimento da Notificação Preliminar 001/2014/NFSe de 09.10.2014 – não efetuaram cadastramento eletrônico de contribuintes –cec, conforme previsto no Decreto Municipal 3739/2014 de 22.04.2014 c/ alterações Decreto Municipal 3750/2014 de 30.05.2014, estando a penalidade e infrações descritas nos arts. 53 e 54 da Lei Complementar Municipal 03/2003, de 24.12.2003.

Outrossim, dá ciência de que poderá ser interposta reclamação contra a notificação fiscal no prazo de 20(vinte) dias contados da publicação do presente edital nos termos dos arts. 249,250,251 e 252 da Lei Municipal 2.359/99; que a documentação relativa à constituição do crédito tributário em questão encontra-se à disposição do contribuinte na Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento/Departamento de Fiscalização Tributária; que não ocorrendo o pagamento ou a apresentação de reclamação no prazo indicado, será o crédito inscrito em dívida ativa nos termos do art. 209 da Lei Municipal 2.359/99.

E, para que chegue ao conhecimento de todos, foi expedido o presente edital, que será publicado no órgão de imprensa oficial do Município na página www.diariomunicipal.sc.gov.br e ainda disponibilizado no site oficial do Município na página www.mafra.sc.gov.br.

ANEXO EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO Nº 001/2015/SMFP/DFT DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

Razão Social	CMC	CNPJ	AUTO	DATA DA EMISSÃO
ABELAR BATISTA DA CRUZ	304446-7	14.941.896/0001-18	629/2014	11/11/2014
ABNZ TRANSPORTES DE CARGAS LTDA ME	15159-9	76.327.287/0001-20	624/2014	11/11/2014
ABS PNEUS E ACESSORIOS LTDA	300482-1	08.057.040/0001-81	1068/2015	15/07/2014
ACADEMIA ESTICA VIDA LTDA	206881-8	05.805.967/0001-64	634/2014	12/11/2014
ACENCOR REPRESENTAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA	303727-4	11.733.186.0001-04	635/2014	13/11/2014
ADELINA MACHADO DOS SANTOS ME	4866-6	80.979.032/0001-10	640/2014	13/11/2014
ADRIANO JOSE PORTELA ME	304085-2	13.141.903/0001-34	651/2014	14/11/2014
ADRIELI SAYBOT	304864-0	17.426.015/0001-19	653/2014	14/11/2014
AGILIZE DISK ENTREGA LTDA	301090-2	09.440.004/0001-65	655/2014	14/11/2014
AGRAR ASSISTENCIA TECNICA AGRICOLA LTDA	9542-7	79.931.820/0001-57	656/2014	14/11/2014
AGRIMAQ REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA	16371-6	04.371.471/0001-67	632/2014	12/11/2014
ALAERCIO KOCH	304217-0	13.649.229/0001-01	664/2014	17/11/2014
ALCEU DE LIMA CHAVES	9394-7	79.384.483/0001-25	667/2014	17/11/2014

ALCINEO BUCH	199648-7	05.335.429/0001-53	668/2014	17/11/2014
ALINE ANDREA DE CARVALHO NUNES	16343-0	04.249.258/0001-87	674/2014	18/11/2014
ALTAIR LINKOSKI ME	465-0	82.886.243/0001-33	679/2014	18/11/2014
ALTAMIR JOSE MACHADO & CIA LTDA ME	18430-6	05.206.607/0001-46	681/2014	18/11/2014
ALVARO MARINHO DOS SANTOS ME	16608-1	04.568.579/0001-44	684/2014	18/11/2014
ALVES & VEIGA LTDA ME	15512-8	03.399.256/0001-01	685/2014	18/11/2014
ALVES BELO SERVIÇOS TECNICOS LTDA	15166-1	03.399.256/0001-18	686/2014	18/11/2014
AM INDUSTRIAL DE FIOS LTDA	4854-2	78.830.874/0001-63	625/2014	11/11/2014
AMAZONAS RAMOS FILHO	304857-8	17.522.686/0001-83	687/2014	18/11/2014
ANDERSON ANDRE ZIMMERMANN & CIA LTDA	15995-6	02.807.806/0001-11	689/2014	18/11/2014
ANDERSON JOSE MACANEIRO	304343-6	14.356.426/0001-97	690/2014	18/11/2014
ANDERSON THEO MASSANEIRO TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME	303031-8	06.888.449/0002-03	695/2014	19/11/2014
ANDRADE E OSAKI REPRES.COMERCIAIS LTDA ME	180003-3	05.296.535/0001-75	696/2014	19/11/2014
ANDRIARA IZAIAS	304613-3	15.594.031/0001-95	700/2014	19/11/2014
ANGELITA WEGRZINOVSKI	301089-9	07.791.071/0001-07	703/2014	19/11/2014
ANIBAL BAUMGARTNER & CIA LTDA	304153-0	02.117.157/0001-27	704/2014	19/11/2014
ANO 12 TRANSPORTES LTDA ME	304667-2	16.616.782/0001-28	706/2014	19/11/2014
ANSELMO SOARES	304583-8	15.186.188/0001-81	708/2014	19/11/2014
ANTONIO CARLOS DEMETRIO	303261-2	10.387.341/0001-15	709/2014	19/11/2014
ANTONIO CARLOS LEVANDOSKI ME	1047-2	00.474.807/0001-66	711/2014	19/11/2014
AP PUBLICIDADE LTDA ME	38-8	81.363.632/0001-11	626/2014	11/11/2014
AQUACEO POÇOS ARTESIANOS LTDA	3142-9	00.801.972/0001-85	662/2014	17/11/2014
ARAÚJO & MARANGON LTDA ME	20664-4	05.378.620/0001-82	712/2014	19/11/2014
ARENORTE EXTRAÇÃO E COM DE AREIAS LTDA	4941-7	02.716.218/0001-72	713/2014	19/11/2014
ARILDO RIBEIRO	304783-0	16.693.268/0001-96	715/2014	20/11/2014
ARIOVALDO BARROS FRANCO	304726-1	15.705.863/0001-31	717/2014	20/11/2014
ARISTEU CUSTODIO DOS SANTOS FILHO ME	11477-4	01.050.081/0001-05	719/2014	20/11/2014
ARQ PLANN LTDA ME	4337-0	95.809.422/0001-19	720/2014	20/11/2014
ARTES MOVEIS POMPEIA LTDA ME	2260-8	72.421.316/0001-68	721/2014	20/11/2014
ASSOCIAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS HABLE	4748-1	02.126.320/0001-18	723/2014	20/11/2014
ASSOCIAÇÃO PORTAL VERDE	18199-4	04.285.666/0001-94	724/2014	20/11/2014
ATAIDES REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	20627-0	05.826.220/0001-92	725/2014	20/11/2014
AURELIO JOSE FOERSTER & CIA LTDA ME	4945-0	02.883.291/0001-39	726/2014	20/11/2014
AUTO LAVAÇÃO AVENIDA LTDA ME	300736-7	08.715.132/0001-01	729/2014	20/11/2014
AUTO LAVAÇÃO CENTRAL LTDA ME	21610-0	06.122.430/0001-62	730/2014	20/11/2014
AUTO PEÇAS ANTONINHO LTDA	3733-8	01.439.342/0001-75	733/2014	20/11/2014
AUTO POSTO FRONTAL LTDA EPP	301044-9	04.559.401/0003-07	734/2014	20/11/2014
AUTOMOVEL CLUBE DE MAFRA	304930-2	83.743.096/0001-05	737/2014	21/11/2014
AVELINO CARDOSO	11541-0	01.387.230/0001-18	738/2014	21/11/2014
AW LOCADORA DE VEICULOS LTDA ME	303340-6	80.096.506/0001-85	739/2014	21/11/2014
AYRES E CARMO REPRES. COMERCIAIS LTDA	938-5	73.742.504/0001-50	741/2014	21/11/2014
AZAMBUJA & SANTOS LTDA ME	15718-0	03.597.860/0001-42	742/2014	21/11/2014
B.TRANSPORTES LTDA	18001-7	04.353.469/0011-37	758/2014	04/12/2014
BACK SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA	15597-7	75.285.965/0004-10	759/2014	04/12/2014
BALDI & RIBEIRO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	304803-9	17.218.554/0001-62	760/2014	04/12/2014
BASTOS DESPORTIVA LTDA	16275-2	82.186.974/0001-76	767/2014	04/12/2014
BEATRIZ PEDRO SCHMIDT ME	3695-1	01.291.717/0001-00	769/2014	04/12/2014
BELLER INDÚSTRIA COM E REPRESENTAÇÕES LTDA ME	18042-4	03.943.717/0001-65	772/2014	04/12/2014
BELLO E BELLO REPRESENTAÇÕES	3891-1	78.822.376/0001-79	773/2014	04/12/2014
BEN HUR SOUZA ME	16222-1	04.167.226/0001-32	774/2014	05/12/2014
BIBIANA TRANSPORTES LTDA	303289-2	10.446.001/0001-18	776/2014	05/12/2014
BICHESKI COM E REPRESENTAÇÕES LTDA ME	320-4	95.798.070/0001-43	777/2014	05/12/2014
BITBAG INDÚSTRIA E COM DE BOLSAS LTDA	20090-5	02.772.271/0001-90	778/2014	05/12/2014
BN FOMENTO MERCANTIL LTDA	20335-1	05.738.750/0001-89	779/2014	05/12/2014
BOM TEMPERO REFEIÇÕES E PETISCARIA LTDA ME	300412-0	07.940.668/0001-68	781/2014	05/12/2014
BONATEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME	11303-4	83.139.725/0001-92	782/2014	08/12/2014
BRASIL HOSTING SOLUÇÕES PARA INTERNET LTDA ME	300629-8	07.399.466/0001-50	783/2014	08/12/2014
BURGHARDT BUREAU DE IMPRESSÃO LTDA	300317-5	03.394.929/0002.11	787/2014	08/12/2014
C.N.K REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS	2456-2	00.101.140/0001-56	796/2014	09/12/2014
C.T.E.S TELECOMUNICAÇÕES	10721-2	00.185.067/0001-48	798/2014	09/12/2014
CABOS E FIOS ELETRIC E TELECOMUNICAÇÃO LTDA ME	10113-3	85.288.132/0001-13	799/2014	09/12/2014
CAMILLE FRANCINE DE ASSUMPÇÃO	304481-5	15.056.562/0001-24	804/2014	09/12/2014

CAPITAL ADMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS E PARTICIPAÇÕES LTDA	305085-8	05.893.539/0001-30	805/2014	09/12/2014
CARBONI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA	15598-5	02.952.689/0004-22	806/2014	09/12/2014
CARLOS ALBERTO HONES ME	303606-5	10.771.445/0002-00	808/2014	09/12/2014
CARLOS AUGUSTO SILVEIRA MARTINS	303424-0	10.776.688/0001-50	809/2014	09/12/2014
CARLOS GONÇALVES BELEM	3894-6	01.687.510/0001-41	810/2014	10/12/2014
CARLOS MASATAKE SHIMOGUIRI FILHO	9848-5	01.209.351/0001-70	811/2014	10/12/2014
CARLOS RAULINO ROSAURO ME	347-6	81.864.647/0001-63	812/2014	10/12/2014
CARMEN HRECZUCK ME	10747-6	00.069.928/0001-22	813/2014	10/12/2014
CARVALHO & FLEISCHMANN TRANSPORTES LTDA ME	304549-8	15.401.721/0001-80	815/2014	10/12/2014
CASSIA PATRICIA DE SOUZA	17366-5	04.815.215/0001-11	817/2014	10/12/2014
CATALUNYA DANCETERIA LTDA ME	10381-0	82.878.273/0001-06	818/2014	10/12/2014
CB VIGILANCIA LTDA EPP	303367-8	10.537.682/0001-20	819/2014	10/12/2014
CEATI CENTRO DE ATEND INTEGR S/C LTDA	10231-8	79.368.551/0001-62	820/2014	10/12/2014
CELESKI EXPRESS CARGAS E ENCOMENDAS LTDA	303169-1	10.256.676/0001-02	1115/2015	16/07/2015
CELITO JOSE KORNATZKI	30038-9	07.900.741/0001-78	823/2014	10/12/2014
CENTRO DE EDUCAÇÃO PRE ESCOLAR CASTELINHO ENCANTADO	11556-8	79.368.502/0001-20	821/2014	10/12/2014
CENTRO DE REABILITAÇÃO CANAA S/C LTDA-MATRIZ	15907-7	03.500.780/0001-27	826/2014	10/12/2014
CENTRO DE REABILITAÇÃO CANAA S/C LTDA-FILIAL	15592-6	03.500.780/0002-08	827/2014	10/12/2014
CEREALISTA ESTRELA AZUL LTDA	400-6	82.886.292/0001-76	829/2014	10/12/2014
CEREALISTA MONALIZA LTDA	401-4	85.244.275/0001-23	830/2014	11/12/2014
CESAR RESSE & CIA LTDA	15593-4	03.329.559/0001-58	831/2014	11/12/2014
CHARLES ADRIANO KRAMBECK	405-7	09.579.456/0001-49	833/2014	11/12/2014
CHARLES DE OLIVEIRA ME	4355-9	02.156.704/0001-83	834/2014	11/12/2014
CHARLES NIVALDO SAMPAIO	304883-7	17.483.854/0001-79	835/2014	11/12/2014
CHRSTIANE DRAPALA FEHLAUER & CIA LTDA	4523-3	02.359.857/0001-28	837/2014	11/12/2014
CIA CATARINENSE DE RADIO E TELEVISÃO	19573-1	82.611.617/0002-99	839/2014	11/12/2014
CIMMOVEIS COM E IND DE MADEIRAS LTDA	10776-0	83.612.739/0001-81	846/2014	11/12/2014
CINSEL CONSULTORIA E SERVIÇOS ECONOMICOS LTDA	4725-2	83.037.515/0001-93	847/2014	11/12/2014
CIPEN CENTRO DE INF.PUBL.ED.NORTE LTDA	11668-8	00.704.859/0001-81	848/2014	11/12/2014
CIRINEU XAVIER	3863-6	95.849.782/0001-44	849/2014	11/12/2014
CLAIR ADILSON LIS & CIA LTDA	300951-3	06.217.621/0002-99	850/2014	11/12/2014
CLARISSE APARECIDA PALUTZ ME	3868-7	01.512.418/0001-40	851/2014	11/12/2014
CLARO S/A	304124-7	40.432.544/0191-66	852/2014	11/12/2014
CLAUDIO DUARTE & CIA LTDA	4210-2	02.014.639/0001-51	853/2014	11/12/2014
CLAUDIO IMPLEMENTOS AGRICOLAS LTDA	196452-6	05.505.502/0001-98	855/2014	11/12/2014
CLAUDIO IMPLENTOS AGRICOLAS LTDA	303157-8	05.505.502/0002-79	854/2014	11/12/2014
CLEITON ODAIR RODRIGUES	303735-5	11.685.315/0001-36	857/2014	12/12/2014
CLEVERSON MARTINS	304387-8	14.573.211/0001-28	859/2014	12/12/2014
CLIC MARKETING E PUBLICIDADE LTDA ME	4940-9	02.877.859/0001-09	861/2014	12/12/2014
CLINICA DE ESTETICA DENTAIS RAMOS LTDA	300800-2	87.307.100/0001-89	862/2014	12/12/2014
CLINICA DE OLHOS LORENZI LTDA	300319-1	07.752.888/0001-68	863/2014	12/12/2014
CLINICA MEDICA SIAN LTDA ME	300845-2	08.880.283/0001-15	865/2014	12/12/2014
CLINILAB LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA-MATRIZ	439-1	75.279.521/0001-29	867/2014	12/12/2014
CLINILAB LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS LTDA – FILIAL	3726-5	75.279.521/0002-00	864/2014	12/12/2014
CLUBE BAILÃO DO POVO LTDA ME	17305-3	04.764.733/0001-53	868/2014	12/12/2014
CLUBE RECREATIVO TRADICIONALISTA CARROÇA VELHA	443-0	81.142.937/0001-01	869/2014	12/12/2014
COFEPAR CORNELIO FERRAGENS E PARAFUSOS LTDA	218991-0	06.205.337/0001-11	870/2014	12/12/2014
COK REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	10009-9	95.766.184/0001-01	871/2014	12/12/2014
COLORSET GRAFICA E EDITORA LTDA	17069-0	04.679.953/0001-89	874/2014	15/12/2014
COM DE ACESSORIOS E PNEUS VIEIRA LTDA	464-2	82.971.086/0001-64	875/2014	15/12/2014
COM E TRANSPORTES DE ALIMENTOS FABRINE LTDA	11260-7	82.347.634/0001-80	876/2014	15/12/2014
COM.TRANSP.REPRESENTAÇÕES ESTRELA GUIA LTDA	300047-8	07.293.973/0001-05	877/2014	15/12/2014
COMERCIAL GOLFINHO DE PNEUS E REPRE LTDA	456-1	82.186.131/0001-70	001/2015	05/01/2015
COMERCIAL MICHELLI DE COSMETICOS LTDA	3924-1	01.687.514/0001-20	002/2015	05/01/2015
COMERCIO DE MADEIRAS E TRANSPORTES ITAIOPOLIS LTDA	304531-5	13.406.565/0001-15	003/2015	05/01/2015
COMERCIO DE MOVEIS IRIPEL LTDA	467-7	79.256.939/0001-71	004/2015	05/01/2015
COMERCIO E INDÚSTRIA BRETHAUPT S/A	474-0	84.429.810/0011-20	005/2015	05/01/2015
COMERCIO E TRANSP DE MADEIRAS DARTORA LTDA	17624-9	04.872.004/0001-10	006/2015	05/01/2015
COMPANHIA DE DESENV.DE MAFRA –CONDEMA	4929-8	02.865.355/0001-79	009/2015	05/01/2015
CONAGRO ASSISTENCIA TECNICA E CONSULTORIA LTDA	15892-5	03.771.501/0001-60	010/2015	05/01/2015
CONDOMINIO RESIDENCIAL PLANALTO	304895-0	17.332.470/0001-55	011/2015	05/01/2015
CONSIL MAQUINAS AGRICOLAS LTDA	15684-1	03.634.400/0001-47	015/2015	06/01/2015
CONSTRUTORA PLANALTO LTDA	300308-6	07.748.910/0001-04	017/2015	06/01/2015

CONSULTORIO DE FONOAUDIOLOGIA AUDIMETRIA E PEDAGOGIA S/C LTDA	4119-0	01.664.530/0001-05	018/2015	06/01/2015
CREDI PUBLICO SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO LTDA	300200-4	07.393.735/0001-71	020/2015	06/01/2015
CV SERVIÇOS DE VIGILANCIA S/C	3795-8	40.446.064/0001-35	021/2015	06/01/2015
DA SILVA E VOLPATO ME	303324-4	09.550.568/0001-50	034/2015	14/01/2015
DAIANA MARA CABRAL FERNANDES	303764-9	11.836.049/0001-03	035/2015	14/01/2015
DAILTON JOSE DE CAMPOS ME	4478-4	02.346.115/0001-13	036/2015	14/01/2015
DECORAÇÕES COMERCIO E REPR.BORGES LTDA	2649-2	80.109.804/0001-62	042/2015	14/01/2015
DIAS SECAGEM DE MADEIRAS LTDA ME	15136-0	03.030.803/0001-87	048/2015	14/01/2015
DIECKEL REPRESENTAÇÃO LTDA	17097-6	04.715.633/0001-37	050/2015	14/01/2015
DIEGO LOPES DE OLIVEIRA	305151-0	18.880.854/0001-75	051/2015	14/01/2015
DIMARCO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	15252-8	03.202.458/0001-11	054/2015	15/01/2015
DIRCINEIA INACIO DE OLIVEIRA	304239-1	13.670.517/0001-30	055/2015	15/01/2015
DIRLEI ANDRZEJEWSKI E CIA LTDA	304126-3	13.297.139/0001-90	056/2015	15/01/2015
DISK LIGEIRINHO LTDA	16338-4	04.275.818/0001-78	057/2015	15/01/2015
DITTRICH & OLIVEIRA LTDA	303074-1	03.696.875/0001-68	059/2015	15/01/2015
DIVISION SERVIÇOS CONTABEIS LTDA	3182-8	00.791.265/0001-55	060/2015	15/01/2015
DJ INDÚSTRIA E COMERCIO DE ESTOFAMENTOS LTDA	303793-2	02.380.019/0002-17	061/2015	15/01/2015
DJL TERRAPLANAGEM LTDA	303418-6	10.733.256/0001-61	062/2015	15/01/2015
DM INSTALADORA DE ELEVADORES LTDA	16151-9	04.104.005/0001-15	063/2015	15/01/2015
DOMINIO INDÚSTRIA LTDA	718-8	07.930.439/0001-43	064/2015	15/01/2015
DONALDO NELSON HORT	4717-1	00.808.910/0001-03	065/2015	15/01/2015
DORIVAL KUSS MEI	305182-0	19.048.411/0001-85	066/2015	15/01/2015
DOUGLAS MAURER ME	305180-3	18.934.355/0001-13	067/2015	15/01/2015
ECOX SISTEMAS LTDA	300366-3	03.917.560/0001-01	1070/2015	15/07/2015
EDEMILSON MARTINS TRANSPORTES	303052-0	07.008.586/0001-80	074/2015	20/01/2015
EDINEI TADEU PSCHIEDT	304298-7	13.686.353/0001-39	075/2015	20/01/2015
EDIVAN SERVIÇOS E CONVENIOS LTDA	16018-0	03.920.641/0001-52	076/2015	20/01/2015
EDMILSON BERNARDO	304919-1	17.530.845/0001-91	077/2015	20/01/2015
EDMILSON MARTINS TRANSPORTES	303052-0	07.008.586/0001-80	074/2015	20/01/2015
EDSON FERNANDO SCRENSKI ME	303223-0	09.633.143/0001-05	078/2015	20/01/2015
EDSON LUIZ MESNEROVICZ ME	303718-5	11.726.553/0001-42	079/2015	20/01/2015
ELISANGELA PEREIRA & CIA LTDA	15900-0	03.766.931/0001-93	091/2015	21/01/2015
ELISEU DA ROSA	304041-0	12.954.206/0001-30	092/2015	21/01/2015
ELVIO LUIZ PASZCZUK ME	18757-7	79.907.077/0001-08	1072/2015	15/07/2015
EMPREITEIRA PLANALTO LTDA	4106-8	76.816.735/0001-50	107/2015	22/01/2015
EMPREITEIRA BECKER LTDA	16152-7	04.022.645/0001-86	097/2015	22/01/2015
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA MARYFRANCI L	11140-6	00.376.873/0001-01	1073/2015	15/07/2015
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA SERMAID LTDA	10142-7	81.013.567/0001-02	098/2015	22/01/2015
EMPREITEIRA DE SERVIÇOS SELVA LTDA ME	11534-7	01.336.251/0001-04	100/2015	22/01/2015
EMPREITEIRA OTC LTDA ME	4848-8	02.747.979/0001-91	101/2015	22/01/2015
EMPRESA CARIOCA DE ENGENHARIA LTDA	8898-6	33.106.741/0001-00	109/2015	22/01/2015
ENTEL CELULARES LTDA	304505-6	07.636.754/0003-43	123/2015	23/01/2015
ERILENE CORRETORA DE SEG DE VIDA LTDA	15961-1	03.836.135/0001-80	1075/2015	15/07/2015
ETELVINA BEATRIZ BLUM ME	300991-2	09.192.706/0001-77	135/2015	26/01/2015
EUSEBIO DIAS MACIEL E CIA LTDA ME	4140-8	01.870.786/0001-60	137/2015	26/01/2015
EVALDO KONKEL ME	10830-8	85.150.373/0001-00	141/2015	26/01/2015
F.GASPAR & CIA LTDA	16141-1	04.103.589/0001-04	152/2015	26/01/2015
FABIANA SANTOS CORREIA	300528-3	08.234.368/0001-26	1080/2015	15/07/2015
FAEST EDUCACIONAL E EDITORA LTDA ME	301195-0	09.605.828/0001-48	1081/2015	15/07/2015
FASHION DOG COMERCIO VAREJISTA DE ANIMAIS E ARTIGOS LTDA	304546-3	15.064.202/0001-74	163/2015	02/02/2015
FECZAK & CIA LTDA	301192-5	09.612.733/0001-51	167/2015	02/02/2015
FELDMANN & BASSACO MINIMERCADO LTDA	300691-3	08.516.159/0001-75	167-A 2015	02/02/2015
FERNADES DEMETRIO LOCADORA LTDA ME	300501-1	08.165.373/0001-24	170/2015	02/02/2015
FERNANDO GOMES	303674-0	11.580.595/0001-18	174/2015	02/02/2015
FERREIRA E PADILHA LTDA ME	301153-4	09.535.109/0001-06	173/2015	02/02/2015
FINANCILAR CONSULTORIA HABITACIONAL LTDA	303883-1	09.343.874/0004-69	177/2015	02/02/2015
FINANCILAR CONSULTORIA HABITACIONAL LTDA	303831-9	09.343.874/0003-88	178/2015	02/02/2015
FLAELLY REPRESENTAÇÕES E COMERCIO LTDA	11643-2	82.959.941/0001-11	179/2015	02/02/2015
FRANCISCO FERREIRA	304342-8	14.332.002/0001-92	195/2015	03/02/2015
FLAVIA BUCH ME	300032-0	07.266.153/0001-24	182/2015	02/02/2015

FLAVIO DE RAMOS ME	304362-2	14.299.060/0001-61	183/2015	02/02/2015
FLORESTA NEGRA FOMENTO MERCANTIL LTDA	300094-0	07.342.045/0001-93	184/2015	03/02/2015
FLORESTAL MÁQUINAS LTDA	11437-5	00.482.584/0001-89	186/2015	03/02/2015
FOCAL ESTUDIO FOTOGRAFICO LTDA ME	304441-6	13.495.019/0002-89	188/2015	03/02/2015
FORTAVES EQUIPAMENTOS AGRICOLAS TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA	303583-2	11.191.599/0001-04	190/2015	03/02/2015
FOTO LUZ LTDA ME	108-2	82.745.571/0001-10	191/2015	03/02/2015
FRANCISCO GABRIEL DOS SANTOS TRANSPORTES ME	300877-0	03.000.754/0001-30	196/2015	03/02/2015
GABRION TRANSPORTES LTDA	301197-6	09.585.915/0001-80	209/2015	05/02/2015
GENSYS INFORMATICA LTDA ME	772-2	81.296.303/0001-03	211/2015	05/02/2015
GREWALT DESENVOLVIMENTO PROFISSIONALIZANTE LTDA	16084-9	04.016.037/0001-69	235/2015	09/02/2015
GUARDA PATRIMONIAL SEG. FRONTEIRA LTDA	2308-06	73.932.048/0001-01	237/2015	09/02/2015
H.J.S REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	301118-6	09.447.136/0001-19	250/2015	10/02/2015
H.M.A TRANSPORTES COLETIVOS	17953-1	05.080.578/0001-19	264/2015	11/02/2015
HAROLDO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA	3648-0	01.314.262/0001-93	287/2015	12/02/2015
HATCON INTERNACIONAL DO BRASIL LTDA ME	15756-2	02.985.564/0003-18	251/2015	10/02/2015
HEBERSON DE PAULA VEIGA ME	300267-5	07.640.708/0001-56	252/2015	10/02/2015
HELTON CARLOS DE CASSIAS	300515-1	08.227.755/0001-35	256/2015	10/02/2015
HEMAER CONFECÇÕES LTDA	303063-6	07.033.777/0001-00	1085/2015	15/07/2015
HENRIQUE KAZMIRSKI	303871-8	12.235.030/0001-44	267/2015	11/02/2015
HIGIE CLEAN REPRESENTAÇÕES LTDA	303244-2	10.360.011.0001-36	269/2015	11/02/2015
ILIDIA PIETRO BIASI DALMOLIN ME	27200	80.694.458/0001-27	278/2015	12/02/2015
IMPRESSORA COLORIDA LTDA	3774-5	01.458.519/0001-80	279/2015	12/02/2015
INABEL OLIVEIRA NOVAIS ME	15134-3	02.352.628/0001-81	282/2015	12/02/2015
INDÚSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS SÃO JOSE LTDA	1268-8	85.129.807/0001-81	289/2015	12/02/2015
INSTITUTO ALBERT EINSTEIN/LATINA AMERICA	300850-9	08.916.068/0001-27	295/2015	12/02/2015
INSUAGRO AGROINDUSTRIAL S/A	1819-8	75.892.067/0001-87	828/2014	10/12/2014
INTEGRAÇÃO CONSULTORIA E SERV TELEM LTDA	16145-4	79.808.432/0020-46	297/2015	12/02/2015
ISMAEL TEIXEIRA DE OLIVEIRA	304742-3	16.944.920/0001-06	302/2015	13/02/2015
ITALO ALTAIR VOLPATO & CIA LTDA ME	300113-0	07.389.033/0001-14	303/2015	13/02/2015
IZOLETE DE FATIMA RAUEN ME	10697-6	00.085.716/0001-39	306/2015	13/02/2015
IZOLETE GOLDBAC	304944-2	17.603.872/0001-47	307/2015	13/02/2015
JACI LOTERIAS LTDA ME	2465-1	00.104.971/0001-81	321/2015	24/02/2015
JANDIRA SOARES DOS SANTOS ME	303640-5	11.399.063/0001-89	326/2015	24/02/2015
JAQUELINE ELIZABETE ALVES ME	300160-1	07.358.665/0001-10	314/2015	24/02/2015
JARBAS RODRIGUES	304417-3	12.834.898/0001-82	330/2015	24/02/2015
JAVI TRANSPORTES LTDA	16097-0	04.009.008/0001-70	1088/2015	15/07/2015
JEAN CARLOS DE SOUZA J.C.S ME	303077-6	07.076.051/0001-46	331/2015	25/02/2015
JEAN MARCELO VICENTE ME	300326-4	07.811.384/0001-71	332/2015	25/02/2015
JEFFERSON ELIZER RUTHES ME	4801-1	02.720.998/0001-24	334/2015	26/02/2015
JOACIR PAULO TSCHOKE	305239-9	19.544.393/0001-22	338/2015	26/02/2015
JOÃO MARIA KUSS & CIA LTDA	16566-2	04.545.582/0001-42	343/2015	27/02/2015
JOAO MARIA MENDES DOS SANTOS ME	300923-8	02.418.013/0001-00	344/2015	27/02/2015
JOAO MARIA PEREIRA & CIA LTDA	4316-8	01.987.595/0001-83	346/2015	27/02/2015
JOCELYN MARIA DO NASCIMENTO ME	21270-9	00.095.658/0001-24	1089/2015	15/07/2015
JOSE ANTONIO CARVALHO	300648-4	08.538.275/0001-95	358/2015	27/02/2015
JOSE CAETANO BUENO DE OLIVEIRA ME	9897-3	79.310.504/0001-68	367/2015	27/02/2015
JOSE EDERSON DA SILVA & CIA LTDA	301213-1	09.662.938/0001-41	1090/2015	15/07/2015
JOSE EDUARDO FERNANDES J.E.F ME	187058-0	06.980.942/0001-60	370/2015	27/02/2015
JOSE GONÇALVES RIBEIRO & CIA LTDA	4694-9	02.516.530/0001-12	371/2015	27/02/2015
JOSE PEDRO DOS SANTOS ME	1085-5	85.253.953/0001-14	372/2015	02/03/2015
JOSEMAR VERTES	300769-3	08.844.600/0001-48	376/2015	02/03/2015
JOSIANE DOS SANTOS MADEIRA ME	303641-3	11.386.437/0001-21	378/2015	02/03/2015
JUCEMAR ANTONIO SANTOS FARIAS	21831-6	06.187.764/0001-14	381/2015	02/03/2015
JULIA BOCOM PEDROSO	9179-0	80.712.276/0001-31	382/2015	02/03/2015
JULIANE CAGLIARI	305029-7	18.276.102/0001-08	383/2015	02/03/2015
JUNIOR CESAR MOREIRA PAES & CIA LTDA	15432-6	03.303.498/0001-50	387/2015	02/03/2015
KAREN CRISTIANE DOS SANTOS MEI	304563-3	15.289.582/0001-45	400/2015	05/03/2015
KATY SIRLENE FREITAS	4944-1	02.866.774/0001-25	404/2015	05/03/2015

KELLY CRISTINA MACHOWSKI ME	15096-7	03.027.928/0001-58	1118/2015	16/07/2015
LAURO COMOCHINA ME	300584-4	00.890.110/0001-76	419/2015	06/03/2015
LAY OUT MECANICA INDUSTRIAL LTDA	16169-1	04.154.976/0001-70	421/2015	06/03/2015
LEANDRO RAIMUNDO MIRANDA	303400-3	09.089.778/0001-93	424/2015	06/03/2015
LENDZION COMERCIO DE CONFECCOES LTDA	22149-0	06.315.828/0001-15	490/2015	13/03/2015
LEONIR CARDOSO ME	15755-4	03.644.786/0001-78	430/2015	10/03/2015
LEVANDOWSKI & ALVES CONFECCOES LTDA	304040-2	12.969.862/0001-06	434/2015	10/03/2015
LEVINSKI & LEVINSKI LTDA	300467-8	08.084.583/0001-98	435/2015	10/03/2015
LIAMARE LEAL WORMBECHER	303986-2	11.956.640/0001-96	436/2015	10/03/2015
LIGUE JÁ COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	11473-1	00.951.865/0001-33	437/2015	10/03/2015
LIGUE JÁ LOCAÇÃO E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA	303576-0	00.951.865/0002-14	428/2015	10/03/2015
LILA METALURGICA INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA	17067-4	04.687.268/0001-02	1113/2015	16/07/2015
LILIAN MACHADO	304089-5	13.209.160/0001-97	440/2015	10/03/2015
LIMA & WICHINESKI LTDA	3368-5	00.911.744/0001-68	445/2015	10/03/2015
LINDACIR GROCHOVSKI EPP	305040-8	18.323.662/0001-68	447/2015	10/03/2015
LINEAPELLE COURO E PELES LTDA ME	19290-2	85.004.679/0001-40	449/2015	11/03/2015
LM INDÚSTRIA E COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA ME- FILIAL	9901-5	80.411.788/0002-49	451/2015	11/03/2015
LM INDÚSTRIA E COMERCIO DE AUTO PEÇAS LTDA ME – MATRIZ	2721-9	80.411.788/0001-68	452/2015	11/03/2015
LOURENÇO & MENDES LTDA ME	4798-8	02.730.731/0001-18	459/2015	11/03/2015
LSC ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS	16155-1	04.073.860/0009-63	461/2015	11/03/2015
LUCIO LUCAS DOS SANTOS ME	2990-4	00.564.826/0001-83	464/2015	11/03/2015
LUIS CARLOS BARBOSA DA SILVA FUNILARIA	303165-9	10.173.975/0001-75	468/2015	11/03/2015
LUIS CARLOS CORDEIRO MADEIRAS	16148-9	04.007.952/0001-98	469/2015	12/03/2015
LUIZ & SERGIO COM E REPRESENTAÇÕES. DE CALÇADOS LTDA	11316-6	80.098.973/0001-44	473/2015	12/03/2015
LUIZ CARLOS HENRIQUE HURT	304183-2	13.467.851/0001-90	488/2015	13/03/2015
LUIZ CARLOS JUSVIACK ME	17972-8	04.462.567/0001-30	477/2015	12/03/2015
LUIZ CARLOS VILA	304066-6	11.756.346/0001-30	1126/2015	28/07/2015
LUIZ DA SILVEIRA OLIVEIRA	21767-0	06.183.466/0001.56	480/2015	12/03/2015
LUIZ INOCENCIO DOS SANTOS	7591-4	80.731.680/0001-52	481/2015	12/03/2015
LUIZ WANDERLEY DE CARVALHO ME	11065-5	00.457.944/0001-92	485/2015	13/03/2015
MADEIREIRA DALMOLIN LTDA ME	304668-0	04.671.220/0001-06	506/2015	24/03/2015
MADEIREIRA EWALDO UHLMANN LTDA – FILIAL	3677-3	85.128.056/0005-02	508/2015	24/03/2015
MADEIREIRA EWALDO UHLMANN LTDA- MATRIZ	11218-6	85.128.056/0001-89	507/2015	24/03/2015
MADEIREIRA SCHOEFFEL LTDA	1269-6	85.132.447/0001-77	509/2015	24/03/2015
MAHARYS REPRESENTAÇÕES CIAS LTDA ME	4933-6	02.033.604/0001-60	515/2015	24/03/2015
MANOEL DONIZETE OLIVEIRA	10046-3	83.060.210/0001-00	519/2015	24/03/2015
MARCELO RAMOS ROSA	305154-4	18.911.565/0001-96	524/2015	24/03/2015
MARCIO CARVALHO DE MIRANDA	303974-9	12.627.781/0001-28	528/2015	24/03/2015
MARCOS FABIO RAMOS	304348-7	14.296.353/0001-95	540/2015	24/03/2015
MARCOS ROBERTO DAMAZO DOS SANTOS	304009-7	11.526.573/0001-70	541/2015	24/03/2015
MARCOS WALIKOSKI ME	11584-3	00.737.404/0001-62	543/2015	25/03/2015
MARIA FRANCIELE DA SILVA	304399-1	14.651.652/0001-09	544/2015	25/03/2015
MARIA ROSELI CHRISTOFF ME	4901-8	02.710.443/0001-00	546/2015	25/03/2015
MARIA SIMONE GREIN SOARES ME	300887-8	05.486.632/0001-20	548/2015	25/03/2015
MARIA TEREZINHA DE MIRANDA SILVEIRA TRANSPORTES	303992-7	12.723.768/0001-72	552/2015	25/03/2015
MARILEI VIVIANE CASTILHO DE LIMA	304402-5	14.700.654/0001-32	553/2015	25/03/2015
MARINGA DIVERSOES ELETRONICAS LTDA EPP	300687-5	06.320.459/0016.35	556/2015	25/03/2015
MASTER DISTRIBUIDORA DE LISTAS LTDA	300617-4	08.462.401/0001-75	569/2015	25/03/2015
MAURO EMANUEL DOS SANTOS	303994-3	11.168.204/0001-52	573/2015	25/03/2015
MECANICA AGRICOLA HD LTDA	2460-0	00.087.794/0001-72	575/2015	25/03/2015
MECANICA MAFRENSE LTDA	1438-9	85.127.975/0001-38	576/2015	25/03/2015
MED KOS SUL SERVIÇOS MEDICOS SS LTDA	304529-3	13.553.112/0002-00	577/2015	25/03/2015
MEGACREDI SERVIÇOS CADASTRAIS LTDA	300506-2	08.060.677/0001-27	580/2015	25/03/2015
MENIN & LIMA MINIMERCADO LTDA	300819-3	08.832.969/0001-30	584/2015	26/03/2015
MGA TOWER COMERCIAL LTDA	303629-4	11.331.321/0001-95	1091/2015	15/07/2015
MIGLIORINI MOTOS LTDA	3157-7	73.616.971/0001-34	589/2015	26/03/2015
MIGUEL KOBSCZINSKI	305110-2	18.408.788/0001-35	591/2015	26/03/2015
MOACIR HAU PACKOWSKI ME	9187-1	81.528.382/0001-22	597/2015	26/03/2015
MP9 VEICULOS LTDA	304574-9	15.513.907/0001-21	601/2015	26/03/2015
MSRS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	303087-3	05.321.451/0001-44	603/2015	26/03/2015
MUNDIAL MOTOS LTDA	300014-1	03.477.373/0010-37	608/2015	26/03/2015

NB GERAÇÃO DE ENERGIA LTDA	300779-0	08.302.031/0001-09	629/2015	06/04/2015
NELSON RODRIGUES ANSELMO ME	2220-9	73.460.933/0001-35	635/2015	06/04/2015
NEOCEIA KUSS	304854-3	13.757.944/0001-50	637/2015	07/04/2015
NETWAYS INFORMATICA LTDA ME	16083-0	03.962.431/0001-27	640/2015	07/04/2015
NEUMANN AGRO FLORESTAL SA	1514-8	79.877.726/0002-48	641/2015	07/04/2015
NICOLAI & PADILHA	4894-1	02.773.301/0001-83	644/2015	07/04/2015
NP CONTABILIDADE LTDA	2333-7	76.594.498/0001-20	1095/2015	15/07/2015
ODAIR FANDERUFF FILHO & CIA LTDA	199850-1	05.591.203/0001-13	659/2015	05/04/2015
ORLEI ANTONIO CARDOSO DOS SANTOS	304594-3	15.071.192/0001-02	663/2015	09/04/2015
ORLEI JOSE HERBST	304299-5	13.888.973/0001-50	664/2015	09/04/2015
OSMARILDO DUARTE FARIAS & CIA LTDA	300154-7	07.442.135/0001-56	666/2015	09/04/2015
PAIXAO NETO TRANSPORTES LTDA EPP	300907-6	05.594.672/0007-81	675/2015	16/04/2015
PASSOS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS S/C LTDA	18639-2	05.298.687/0001-07	679/2015	16/04/2015
PATRICIA APARECIDA SOARES	304152-2	13.412.768/0001-14	680/2015	16/04/2015
PAULO RICARDO CAMPOS DE SOUZA	304813-6	15.345.136/0001-00	684/2015	16/04/2015
PE QUENTE ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA	20645-8	05.864.010/0001-99	689/2015	16/04/2015
PETERSAUER TRANSPORTES LTDA	303007-5	07.129.615/0001-61	697/2015	22/04/2015
PG COMERCIO E SERVIÇOS DE AUTO PEÇAS LTDA	300477-5	08.072.132/0001-30	1111/2015	16/07/2015
PLANAGRO PLANEJ E ACESS. AGRICOLA LTDA	10489-2	82.903.212/0001-43	702/2015	23/04/2015
PLANALTO AQUECIMENTO LTDA	16214-0	02.407.580/0001-61	703/2015	23/04/2015
PLANALTUR TURISMO LTDA	4479-2	80.722.119/0001-07	706/2015	23/04/2015
PLANORTE VIGILANCIAS SC LTDA	4758-9	02.648.196/0001-50	707/2015	23/04/2015
POINT IMPRESSORAS LTDA ME	303375-9	10.660.408/0001-43	708/2015	23/04/2015
PRESTADORA DE SERV. CORTE DE MADEIRA AUERSVALDT	15716-3	03.589.713/0001-20	710/2015	23/04/2015
PRESTADORA DE SERVIÇOS COSTA E SILVA LTDA ME	300066-4	07.315.612/0001-12	716/2015	23/04/2015
PRESTADORA DE SERVIÇOS DE REPRESENTAÇÃO COMERCIAL L.R.S LTDA	300532-1	08.270.091/0001-97	715/2015	23/04/2015
PRESTADORA DE SERVIÇOS IMPRESSOES DIGITAIS MEDIA FOCUS E SIGN LTDA	300005-2	07.115.277/0001-09	714/2015	23/04/2015
PROCTEC. TREIN.COM E REPRESENTAÇÃO INFORMATICA LTDA	4429-6	83.064.030/0002-70	720/2015	23/04/2015
PROMADE PRODUTORA DE MADEIRAS LTDA	11398-0	83.612.556/0001-66	721/2015	23/04/2015
PROPANEL PROJETOS, PAVIMENTAÇÕES E LABORATORIO DE SOLOS LTDA ME	17819-5	04.985.411/0001-34	722/2015	23/04/2015
R.M REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	16025-3	03.928.719/0001-85	725/2015	24/04/2015
RAFAEL XAVIER PAES & CIA LTDA	303222-1	10.311.506/0001-75	731/2015	24/04/2015
RAPAC INDÚSTRIA E COM LTDA	3967-5	01.626.336/0001-27	733/2015	24/04/2015
R.AVA COM INDÚSTRIA E REPRESENTAÇÕES LTDA ME	10923-1	80.966.138/0001-89	724/2015	24/04/2015
RECOPY COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME	2948-3	00.568.655/0001-60	806/2015	06/05/2015
REDE RODA SHOP AUTOMOVEIS LTDA	300987-4	09.095.899/0001-48	807/2015	06/05/2015
REDECRED PROMOTORA DE VENDAS E EVENTOS LTDA	300433-3	05.367.633/0028-76	738/2015	27/04/2015
REDECRED PROMOTORA DE VENDAS E EVENTOS LTDA	300434-1	05.367.633/0029-57	739/2015	27/04/2015
REFLORESTADORA SANTANA LTDA	8930-3	76.820.943/0001-22	740/2015	27/04/2015
REINALDO BARBOSA DO PRADO ME	15105-0	03.015.949/0001-53	744/2015	27/04/2015
REIS COM. E TRANSP. DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	11080-9	83.144.212/0001-70	920/2015	19/05/2015
RELOCONS COM E CONS. DE RELOGIOS LTDA	1719-1	85.159.119/0001-64	745/2015	27/04/2015
RENILTON MARTINHO MACHADO	3860-1	81.614.729/0001-50	751/2015	29/04/2015
RENOVA IND.COM DE ALIMENTOS LTDA	3165-8	00.808.917/0001-17	453/2015	29/04/2015
REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS AUTO ESTIMA LTDA	17919-1	05.016.460/0001-21	756/2015	29/04/2015
RESTAURANTE E BORRACHARIA TREVO RIO PRETO DO SUL LTDA ME	3794-0	01.475.294/0001-70	758/2015	29/04/2015
RIBAS REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	16366-0	04.374.562/0001-56	761/2015	29/04/2015
RICALFER MADEIRAS LIMITADA ME	304924-8	01.796.833/0001-73	763/2015	29/04/2015
RICARDO FERNANDO HURT D ANDRADE ME	304427-0	12.812.729/0001-41	764/2015	29/04/2015
RITA SILVANO MONTEIRO	300210-1	07.509.381/0001-88	767/2015	30/04/2015
ROBERTO CARLOS ANTUNES	4132-7	01.849.497/0001-80	769/2015	30/04/2015
ROBERTO CARLOS SALDANHA ME	3594-7	01.201.522/0001-14	773/2015	30/04/2015
RODOLFO VALENTINO BENITEZ	4097-5	01.758.252/0001-47	777/2015	30/04/2015
RODRIGO CARDOSO	300053-2	07.302.140/0001-63	778/2015	30/04/2015
RODRIGO LUCKOW	304112-3	13.215.750/0001-22	782/2015	04/05/2015
RONALDO ANTONIO DA COSTA FERREIRA	304283-9	13.698.297/0001-52	1107/2015	16/07/2015

ROSELI MARIA SCHMIDMEIER ECKEL	303842-4	12.085.855/0001-41	789/2015	04/05/2015
ROTA CERTA LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA	300929-7	09.114.327/0001-69	793/2015	04/05/2015
ROTA CERTA LOGISTICA LTDA	300045-1	03.850.944/0001-46	794/2015	04/05/2015
RUTHES & CIA LTDA ME	2916-5	00.535.751/0001-02	798/2015	05/05/2015
RV INTERMEDIações COMERCIAIS LTDA ME	303665-0	11.254.442/0001-80	799/2015	05/05/2015
RW COMERCIO E REPRESENTAçOES LTDA	303050-4	06.991.583/0001-46	800/2015	05/05/2015
RW COMERCIO LOC.E PROD GRAFICS LTDA	3237-9	00.896.263/0001-20	801/2015	05/05/2015
S.E MONTAGEM E MANUTENçÃO LTDA ME	15976-0	03.830.706/0001-79	803/2015	06/05/2015
SABATKE TERRA PLANAGEM LTDA	4586-1	02.439.983/0001-92	808/2015	06/05/2015
SAIPERTUR TRANSP. ESCOLAR COLET/TUR LTDA	21718-2	05.964.128/0001-99	1105/2015	16/07/2015
SAMILLE WAWRZYNIAK ME	300822-3	08.925.997/0001-00	811/2015	07/05/2015
SANDRA APARECIDA LEANDRO	4662-0	02.538.988/0001-72	813/2015	07/05/2015
SAWAGA BAR E RESTAURANTE LTDA	19222-8	05.438.154/0001-83	819/2015	08/05/2015
SBA EMPREENDIMENTOS LTDA ME	304182-4	02.907.199/0001-61	821/2015	08/05/2015
SCALLATUR LTDA	3412-6	01.098.625/0001-09	822/2015	08/05/2015
SCHUMANN & CIA LTDA	9931-7	78.852.381/0001-24	826/2015	08/05/2015
SEBASTIÃO DE LIMA	304002-0	12.790.467/0001-61	827/2015	08/05/2015
SENNA TRANSPORTES LTDA	303033-4	00.614.811/0002-63	836/2015	11/02/2015
SERRARIA GALPÃO LTDA	4837-2	02.734.403/0001-90	841/2015	11/05/2015
SERVIÇOS DE MANUTENçÃO E REPARAçÃO DE VEICULOS RIO MAFRA	20087-5	05.598.540/0001-32	843/2015	11/05/2015
SIDCLEYTHON MARCEL SCHULTZ ME	10933-9	73.394.827/0001-09	848/2015	11/05/2015
SILVA & AMARAL LTDA	2710-3	00.250.368/0001-08	849/2015	11/05/2015
SILVANO TADEU DE JESUS	304148-4	13.400.850/0001-29	850/2015	11/05/2015
SILVIO CANDIDO CARDOSO	304419-0	14.474.286/0001-51	854/2015	12/05/2015
SIRLEI DOS SANTOS ME –A PROFESSORA	3823-7	01.488.420/0001-21	855/2015	12/05/2015
SOCIEDADE MAFRENSE DE ENGENHARIA LTDA	1891-0	76.555.462/0001-16	857/2015	12/05/2015
SOCIEDADE RECREATIVA AVENCAL DE CIMA	2132-6	72.209.984/0001-26	858/2015	12/05/2015
SOUZA CRUZ S/A	1899-6	33.009.911/0263-67	860/2015	12/05/2015
SUELI COSTA WEBER	304132-8	13.334.955/0001-27	870/2015	12/05/2015
TECNO SINAL LTDA ME	17975-2	05.234.948/0001-25	879/2015	13/05/2015
THAILANA TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA	15712-0	03.521.344/0001-34	884/2015	14/05/2015
THAM REPRESENTAçOES COM LTDA	300606-9	08.429.056/0001-78	885/2015	14/05/2015
THIAGO MENGARDA ME	300208-0	07.526.763/0001-10	893/2015	15/05/2015
TORI CONFECçOES E COMERCIO LTDA	1955-0	85.299.600/0001-55	898/2015	18/05/2015
TRANS LADEMAR LTDA	4419-9	02.244.034/0001-57	903/2015	18/05/2015
TRANSPORTADORA 3G LTDA	303515-8	10.974.941/0001-80	931/2015	20/05/2015
TRANSPORTADORA ESTRELA DA MANHA LTDA	17087-9	04.677.072/0001-29	911/2015	19/05/2015
TRANSPORTADORA LEÃO LTDA	18024-6	05.296.247/0001-10	916/2015	19/05/2015
TRANSPORTADORA PINGO DE OURO LTDA	11079-5	78.130.440/0003-12	919/2015	19/05/2015
TRANSPORTES CAPOEIRA LTDA	16347-3	04.340.083/0001-19	922/2015	19/05/2015
TRANSPORTES MARILI LTDA	9602-4	75.039.230/0003-25	925/2015	19/05/2015
TRANSPORTES VANESKI LTDA	300429-5	07.964.672/0001-66	921/2015	19/05/2015
TRONIK COMERCIO E REPRESENTAçOES LTDA	8975-3	78.535.440/0001-30	932/2015	20/05/2015
ULISSES MEDEIROS BORBA ME	303676-6	11.590.800/0001-26	936/2015	20/05/2015
UNIAO VISTORIAS LTDA ME	304316-9	12.829.548/0002-09	937/2015	20/05/2015
UTEMCHOSKI & CIA LTDA	4653-1	02.468.039/0001-63	948/2015	26/05/2015
VALDECIR BUBA	300743-0	08.742.483/0001-01	951/2015	26/05/2015
VALDECIR DE OLIVEIRA	303861-0	12.221.015/0001-69	952/2015	26/05/2015
VALMAD COMERCIO DE MADEIRAS LTDA ME	304821-7	17.288.468/0001-26	957/2015	27/05/2015
VALMIR KURLAPSKI	304665-6	16.647.381/0001-35	959/2015	27/05/2015
VALTER GERALDO COMIN ME	22242-9	06.585.739/0001-99	1100/2015	16/07/2015
VANDERLEI-TRANSPORTES ROD. DE CARGAS E COM DE FERRAGENS LTDA ME	304599-4	15.686.254/0001-82	967/2015	01/06/2015
VANIRIA GREIN	303135-7	06.105.115/0002-08	968/2015	01/06/2015
VEGAS DIVERSOES LTDA	18624-4	04.562.261/0002-37	971/2015	01/06/2015
VIDJANTEC INFORMATICA LTDA	40008-8	01.636.888/0001-16	975/2015	01/06/2015
VIGASUL PRE-FABRICADOS DE CONCRETOS LTDA ME	303292-2	10.453.103/0001-60	977/2015	01/06/2015
VILSON CARLOS GOMES ME	4104-1	82.171.117/0001-00	981/2015	02/06/2015

W&A GRAFICA LTDA	300468-6	08.008.044/0001-70	982/2015	02/06/2015
WALDEMAR JOAO BRANDALISE- FILIAL	15172-6	79.503.884/0002-38	985/2015	02/06/2015
WALDEMAR JOAO BRANDALISE – MATRIZ	1992-5	79.503.881/0001-57	986/2015	02/06/2015
WALTER CORDEIRO	304252-9	13.825.992/0001-38	987/2015	02/06/2015
WOODPCKER COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	300015-0	07.254.598/0001-94	998/2015	02/06/2015
WORDMAQ LTDA	16414-3	04.383.631/0001-98	999/2015	03/06/2015
WORMSMAR S/S LTDA	303364-3	03.902.625/0001-37	1001/2015	03/06/2015
XANDY E NENO COM REPRESENTAÇÕES LTDA ME	10940-1	72.198.849/0001-22	1002/2015	03/06/2015
Z.P.V CORRETORA DE SEGUROS DE VIDA LTDA	16102-0	04.043.796/0001-10	1009/2015	03/06/2015
ZANOLA & MARCHIORO LTDA	300842-8	03.985.045/0001-50	1010/2015	03/06/2015
ZIELINSKI & CIA LTDA	16100-4	04.019.746/0001-06	1014/2015	03/06/2015
ZANOLA & VACCARI LTDA	17099-2	03.985.045/0002-31	1011/2015	03/06/2015

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2015

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 141/2015

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de móveis e divisórias destinados aos departamentos da Prefeitura Municipal de Mafra, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 21/12/2015, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 08 de dezembro de 2015.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Fabiano Maurício Kalil

Pregoeiro Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO CONTRATO Nº: 006/2011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº: 006/2011

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: DINÂMICA IMOBILIÁRIA S/S LTDA - ME.

CNPJ: 11.847.347/0001-90

Modalidade Processo Licitatório n.º 064/2011. Dispensa por Justificativa n.º 044/2011.

Data Assinatura do termo aditivo: 07 de dezembro de 2015.

Prazo: com vigência até 03/02/2016.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO CONTRATO Nº: 006/2011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº: 006/2011

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: MATERNIDADE E CIRURGICA N. S. DO ROCIO S/A.

CNPJ: 15.802.348/0001-00

Modalidade Processo Licitatório n.º 212/2015. Pregão Presencial n.º 081/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 07 de dezembro de 2015.

Prazo: com vigência até 31/12/2016.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO CONTRATO Nº: 042/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº: 042/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ALARMES ALERTA SOLUÇÕES ELETRÔNICAS LTDA.

CNPJ: 03.619.151/0001-10

Modalidade Processo Licitatório n.º 028/2015. Pregão Presencial n.º 003/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 07 de dezembro de 2015.

Prazo: com vigência até 31/12/2016.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO CONTRATO Nº: 044/2015

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº: 044/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: ISABEL DE FATIMA BLONKOWKI - ME.

CNPJ: 02.724.275/0001-01

Modalidade Processo Licitatório n.º 176/2015. Pregão Presencial n.º 045/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 07 de dezembro de 2015.

Prazo: com vigência até 31/12/2016.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO CONTRATO Nº: 083/2013

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº: 083/2013

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA.

CNPJ: 83.073.536/0001-64

Modalidade Processo Licitatório n.º 382/2013. Tomada de Preço n.º 004/2013.

Data Assinatura do termo aditivo: 07 de dezembro de 2015.

Prazo: com vigência até 31/12/2016.

Foro: Comarca de Mafra

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 278/2015

DECRETO Nº 278, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

Institui o valor da Unidade Fiscal para o exercício de 2016 no Município de Maravilha-SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto instituído o novo valor da Unidade Fiscal no Município de Maravilha, destinada à atualização dos Tributos Municipais, baseado na variação do IGPM de dezembro/2014 a novembro/2015, no percentual de 10,6873%, servindo a mesma para atualização da planta genérica de valores do Município e dos Tributos Municipais.

Art. 2º A Unidade Fiscal no Município de Maravilha corresponde à importância de R\$ 103,30 (noventa e três reais e trinta e três centavos) para o exercício de 2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 8 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 279/2015

DECRETO Nº 279, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o Calendário Fiscal do Município de Maravilha-SC para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Calendário Fiscal para o exercício de 2016, definindo os Tributos, seu parcelamento, as datas de vencimento e outras disposições correlatas para o processamento e a efetivação da arrecadação dos Tributos Municipais, em conformidade com o Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Vencidos os prazos previstos e fixados no Calendário Fiscal para satisfação do Crédito Fiscal, objeto deste Decreto, ficam automaticamente sujeitos às penalidades previstas na Legislação Tributária, bem como a inscrição do Crédito Tributário em dívida ativa, os contribuintes ou responsáveis infratores.

Art. 3º Será concedido desconto de 10% da taxa de vistoria anual, ISS fixo e IPTU, para pagamento em cota única.

Art. 4º As despesas decorrentes com a realização deste decreto correrão por conta do orçamento municipal.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Maravilha - SC, 8 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

ANEXO ÚNICO

PARA PAGAMENTO EM COTA ÚNICA

IPTU	PARCELA ÚNICA
VENCIMENTO	15/03/2016

PARA PAGAMENTO PARCELADO

IPTU	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA	4ª PARCELA
VENCIMENTO	15/03/2016	16/05/2016	16/07/2016	15/09/2016

TRIB.	ISS											
COMP	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
VENC.	25/F	25/M	25/A	25/M	27/ J	25/J	25/A	26/S	25/O	25/N	26/D	25/01/17

ISS FIXO - COTA ÚNICA = 10% DESCONTO (25/02/2016)

TAXA DE VISTORIA – COTA ÚNICA = 10% DESCONTO

1 – LEGENDA:

IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇO

2 – OBSERVAÇÃO:

OS TRIBUTOS NÃO CONSTANTES DESTE CALENDÁRIO SERÃO PAGOS POR OCASIÃO DA ENTRADA DOS RESPECTIVOS REQUERIMENTOS OU QUANDO DA PRÁTICA DO ATO DE ORIGEM DO SEU PAGAMENTO, OU AINDA A CRITÉRIO DO ÓRGÃO FAZENDÁRIO.

Decreto nº 280/2015

DECRETO Nº 280, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

Fixa zona de absorção para a cobrança de taxa de serviços urbanos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fixa zona de absorção para a cobrança de taxa de coleta, transporte e deposição final do lixo urbano para o Exercício de 2016, de acordo com o artigo 100, da Lei Municipal nº 1.942, de 16 de dezembro de 1993, e artigo 1º da Lei nº 2.345, de 17 de dezembro de 1997:

ZONA	COLETA DE LIXO
Zona 1	R\$ 218,53
Zona 2	R\$ 188,96
Zona 3	R\$ 159,43
Zona 4	R\$ 129,89
Zona 5	R\$ 112,18
Zona 6	R\$ 94,42
Zona 7	R\$ 90,37

Art. 2º As despesas decorrentes com a realização deste decreto correrão por conta do orçamento municipal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 8 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 281/2015

DECRETO Nº 281, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

Dispõe sobre atualização de valores das taxas de comércio eventual ou ambulantes e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei nº 3.753, de 29 de abril de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados os valores das taxas de comércio eventual ou ambulante, os quais passam a vigorar nos seguintes termos:

I - R\$ 179,76 (cento e setenta e nove reais e setenta e seis centavos) por dia de comércio ambulante, sem a utilização de veículo automotor;

II - R\$ 359,55 (trezentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) por dia de comércio ambulante, com a utilização de veículo automotor com capacidade de carga de até duas toneladas;

III - R\$ 549,66 (quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos) por dia de comércio ambulante, com a utilização de veículo automotor com capacidade de carga acima de duas toneladas.

IV - R\$ 573,66 (quinhentos e setenta e três reais e sessenta e seis centavos) por dia de comércio eventual, ou feirante, por banca de venda.

Parágrafo único. Os valores das taxas especificadas nos incisos II e III, do presente artigo, serão cobrados do ambulante independentemente se o veículo automotor utilizado para o comércio estiver rodando pelas vias públicas ou possuir ponto fixo de venda.

Art. 2º As despesas decorrentes com a realização do presente decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2016.

Maravilha - SC, 8 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 282/2015

DECRETO Nº 282, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitida a pedido servidora pública MARIZETE BADIA FLOR, matrícula nº 245001, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de dezembro de 2015.

Maravilha - SC, 8 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 283/2015

DECRETO Nº 283, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2015

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitido a pedido o servidor público MAIKEL JOHNATAN BONDAN, matrícula nº 500201, ocupante do cargo de Chefe de Departamento de Esportes, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 8 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO N. 4.041/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 4.041/2015 – Modalidade de Pregão Presencial n. 043/2015

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com a Comissão de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a contratação de empresa especializada para fornecimento de licenças de uso de software para a área de gestão da saúde, com execução de serviços técnicos em manutenção, atualização, suporte e assessoria operacional, customização, implantação e migração de base de dados, incluindo a capacitação dos usuários em todos os módulos do sistema e com o acompanhamento presencial na fase inicial de utilização, conforme especificações constantes no Termo de Referência, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 23 de dezembro de 2015, às 09h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 08 h às 11h e 30 min e das 13h 30 min às 18 horas.

Maravilha - SC, 07 de dezembro de 2015.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

CONTRATO N. 094/2015

CONTRATO N. 094/2015

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTRAS AVENÇAS

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MAREMA		
PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO		CNPJ: 78.509.072/0001-56
ENDEREÇO: RUA VIDAL RAMOS, 357 CENTRO		
REPRESENTANTE LEGAL		
NOME: MARCOS PEDRO BATISTEL		CARGO: PREFEITO MUNICIPAL
NACIONALIDADE: BRASILEIRO	ESTADO CIVIL: SOLTEIRO	TELEFONE: (49) 3354-0222
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 386.719-5	ÓRGÃO EMISSOR: SSP SC	CPF/MF:005.075.359-28
RESIDÊNCIA: LINHA CARLOS GOMES INTERIOR		MUNICÍPIO: MAREMA

CONTRATADO

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC			
CNPJ: 82.515.859/0001-06		INSC. ESTADUAL : ISENTA	
ENDEREÇO: ROD. SC 401, KM 01 LOTE 02 - PARQUE TECNOLÓGI- CO ALFA, JOÃO PAULO		MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS - SC	
CEP: 88030-000		FONE/FAX : (048) 3221-0800	
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):			
NOME: CARLOS GUILHERME ZIGELLI		CARGO: DIRETOR SUPERINTENDENTE	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA		ESTADO CIVIL: CASADO	
PROFISSÃO: ADVOGADO			
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 6577		ÓRGÃO EMISSOR: OAB/SC	
CPF/MF: 564 875 689-53			
NOME: ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA		CARGO: DIRETOR	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA		ESTADO CIVIL: CASADO	
PROFISSÃO: ADMINISTRADOR			
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 13/R 820.207		ÓRGÃO EMISSOR: SSP/SC	
CPF/MF: 384.480.689-04			
NOME: SÉRGIO FERNANDES CARDOSO		CARGO: DIRETOR	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA		ESTADO CIVIL: CASADO	
PROFISSÃO: ENGENHEIRO			
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1/R 428.448		ÓRGÃO EMISSOR: SSP/SC	
CPF/MF: 298.599.309-10			

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento está amparado no artigo 24,XIII, da Lei n.º 8.666/93 , e se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Constitui-se objeto deste instrumento a execução de HORAS DE CONSULTORIA DESTINADAS ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, conforme características, objetivos e metodologia discutidos e aprovados de comum acordo entre as partes.

§ 1º. O PROGRAMA DE CONSULTORIA foi desenvolvido pelo CONTRATADO, detentor da metodologia e sua aplicação, configurando-se como única sociedade civil habilitada a desenvolvê-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODO DE EXECUÇÃO

Para realização dos serviços objeto deste instrumento, o CONTRATADO prestará:

3 Oficinas SEI (Vender, Planejar, Empreender – prazo de execução 12 meses)

20 horas de Consultoria Individual (prazo de execução de 12 meses)

1 Curso de Administração de Pequenos Negócios (prazo de execução de 12 meses)

1 Palestra de Empreendedorismo (prazo de execução 8 meses)

300 horas de Consultoria Tecnológica – Leite (prazo de execução 8 meses)

470 horas de Consultoria Tecnológica – Apicultura (prazo de execução de 12 meses)

12 horas de Consultoria Tecnológica – Fruticultura (prazo de execução 12 meses), durante o prazo estabelecido na cláusula Quarta deste instrumento.

§ 1º. O CONTRATADO disponibilizará ao CONTRATANTE consultor credenciado durante o prazo estabelecido na Cláusula Quarta deste instrumento.

§ 2º. O CONTRATANTE, por sua vez, colocará à disposição do CONTRATADO um técnico selecionado pelo CONTRATANTE, a fim de acompanhar e absorver a metodologia do Projeto ficando o mesmo responsável pela implantação das ações ao término do presente instrumento.

§ 3º O repasse da metodologia implica a consequente assimilação da mesma pelo técnico do CONTRATANTE, tornando-se, portanto, co-responsável pela realização dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços objeto deste instrumento terá a duração prevista de 12 meses, fixando seu início para Dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - VALOR AJUSTADO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor global dos serviços objeto deste instrumento é de R\$ 21.035,00 (vinte e um mil e trinta e cinco reais) a ser pago da seguinte forma:

Parágrafo primeiro: O CONTRATANTE desembolsará o valor total em 12 parcelas iguais e consecutivas de

R\$ 1.752,92 conforme cronograma de desembolso abaixo, perfazendo um total de R\$ 21.035,00.

Parágrafo segundo: No caso de não pagamento, o contrato poderá ser imediatamente rescindido com a paralisação automática dos serviços contratados.

Número de parcelas	Valor em reais R\$	Datas Pagamentos	Projetos em Execução de Acordo com o período
01	R\$ 1.752,92		Conforme descrito na Cláusula Terceira deste instrumento.
02	R\$ 1.752,92		
03	R\$ 1.752,92		
04	R\$ 1.752,92		
05	R\$ 1.752,92		
06	R\$ 1.752,92		
07	R\$ 1.752,92		
08	R\$ 1.752,92		
09	R\$ 1.752,92		
10	R\$ 1.752,92		
11	R\$ 1.752,92		
12	R\$ 1.752,92		

CLÁUSULA SEXTA - RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

a) pelo CONTRATANTE, a qualquer momento, desde que liquide o valor correspondente ao custo do trabalho verificado até a data da rescisão, se ocorrer interrupção dos trabalhos por sua responsabilidade; e

b) pelo CONTRATADO, se o CONTRATANTE não cumprir o disposto na cláusula quinta deste instrumento, cuja execução só terá continuidade após o cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste instrumento é de 12 meses.

CLAUSULA OITAVA – DA REGULAMENTAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato administrativo regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e em especial a Lei n. 8.666/93 e alterações

CLAUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Fica autorizado ao CONTRATANTE ou seu preposto vistoriar e fiscalizar a execução do presente contrato, aplicando as sanções motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste.

§ 1 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

§ 2o - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 3o - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

§ 4º - O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.

§ 5º - A fiscalização e o acompanhamento dos serviços do objeto deste Contrato, será feita pela CONTRATANTE. O CONTRATANTE designa como Gestor e Fiscal deste Edital a servidora Sra. Fabio Luiz Pasini, para o acompanhamento formal nos aspectos administrativos, procedimentais e contábeis e para executar o acompanhamento e fiscalização das entregas, devendo registrar todas as ocorrências e as deficiências verificadas em relatório, cuja cópia será encaminhada à Contratada, objetivando a correção das irregularidades apontadas, no prazo que for estabelecido.

As exigências e a atuação da fiscalização pelo CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada no que concerne à execução do objeto contratado.

CLAUSULA DECIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os pagamentos e as despesas decorrentes do presente contrato correrão a conta da dotação orçamentária vigente, ou seja,(42) 33903979000000.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - FORO

Fica eleito o foro da sede do CONTRATANTE, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas da execução deste contrato.

E por estarem de acordo, firmam o presente contrato em quatro (04) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas, para que produza os seus efeitos legais.

Marema, 30 de Novembro de 2015.

CONTRATANTE:

MARCOS PEDRO BATISTEL FABIO LUIZ PASINI
Prefeito do Município de Marema Gestor e Fiscal deste Edital

CONTRATADO:

CARLOS GUILHERME ZIGELLI	
Diretor Superintendente do SEBRAE/SC	
ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA	SÉRGIO FERNANDES CARDOSO
Diretor do SEBRAE/SC	Diretor do SEBRAE/SC

Testemunhas:

Nome: ENIO ALBERTO PARMEGGIANI	Nome: BABSYE CINDY SIGNORI
CPF: 347.229.120-68	CPF: 056.912.029-28

Visto em ____/____/_____
Assessoria Juridica

CONTRATO Nº 088/2015

MINUTA:
Contrato: 088/2015
Contratante: Município de Marema
Contratado: Ekipsul Comercio De Produtos Eequipamentos Ltda - Epp
Objeto: aquisição de Brinquedos em atendimentoas entidades educacionais das redes públicas de ensino da União, Estados,Distrito Federal e Municípios
Valor: R\$ 600,60 (reais)
Foro: Comarca de Xaxim – SC
Data: 09/11/2015
Marcos Pedro Batistel
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 089/2015

Minuta:
Contrato: 089/2015
Contratante: Município de Marema
Contratado: Ekipsul Comercio De Produtos E Equipamentos Ltda - Epp
Objeto: Aquisição de Brinquedos em atendimento as entidades educacionais das redes públicas de ensino da União, Estados, Distrito Federal e Municípios
Valor: R\$ 140,00 (reais)
Foro: Comarca de Xaxim – SC
Data: 09/11/2015
Marcos Pedro Batistel
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 092-2015

MINUTA
Contrato 092-2015
CONTRATANTE – O Município de Marema
CONTRATADO - PATRIC BIANCHI -CPF n. 005.949.919-27
OBJETO – Sessão de Uso – Exploração de Cascalho
VALOR - R\$ 3.500,00 (reais)
PRAZO – Ate 11/03/2016
FORO – Comarca de Xaxim – SC
Marema, 12/11/2015.
Marcos Pedro Batistel
Prefeito Municipal

CONTRATO Nº 093-2015

MINUTA

Contrato 093-2015

CONTRATANTE – O Município de Marema

CONTRATADO - VALDIR JOSE MORO -CPF n. 585.217.399-15

OBJETO – Sessão de Uso – Exploração de Cascalho

PRAZO – Ate 11/03/2016

VALOR - R\$ 3.500,00 (reais)

FORO – Comarca de Xaxim – SC

Marema, 12/11/2015.

Marcos Pedro Batistel

Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 090/2015

MINUTA

Contrato nº: 090/2015

Contratante: Município de Marema

Contratada: EDER MARTINS DA SILVA ME

Finalidade: Mão de Obra aplicado no conserto e manutenção preventiva de postes de luz da rede de Iluminação Pública do Município, consistindo em troca de lâmpadas, reatores, braço de luz, fiação e conserto da parte elétrica.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 043/2015 - Pregão Presencial nº. 019/2015

Valor: R\$ 4.414,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 10 de novembro de 2015

MARCOS PEDRO BATISTEL

Contratante /Prefeito Municipal

CONTRATO Nº: 091/2015

MINUTA

Contrato nº: 091/2015

Contratante: Município de Marema

Contratada: EDER MARTINS DA SILVA ME

Finalidade: Mão de Obra aplicado no conserto e manutenção preventiva de postes de luz da rede de Iluminação Pública do Município, consistindo em troca de lâmpadas, reatores, braço de luz, fiação e conserto da parte elétrica.

Vinculação: Proc. Adm. Licitatório nº 043/2015 - Pregão Presencial nº. 019/2015

Valor: R\$ 4.485,00 (reais)

Prazo: 31 de dezembro de 2015

Foro: Comarca de Xaxim – SC

Marema/ SC, 10 de novembro de 2015

MARCOS PEDRO BATISTEL

Contratante /Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

ATA Nº 16.2015 (FMS) - MATERIAL AMBULATORIAL PARA OS POSTOS DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015

VALIDADE: 04 DE DEZEMBRO DE 2015 À 04 DE DEZEMBRO DE 2016

Ao quarto dia do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 05.231.203/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, e pela Gestora do Fundo, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 - FMS, homologada pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, RESOLVE registrar os valores oferecidos para contratação de empresas que forneçam DIVERSOS MATERIAIS AMBULATORIAIS E DESCARTÁVEIS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), ao longo de 12 (doze) meses, conforme consta no Anexo II do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015, que passa a fazer parte desta ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes as empresas e seus representantes:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR CLEITON ANDRE WAGNER	00.802.002/0001-02
OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR RAFAEL GUSTAVO KOHLER	03.033.589/0001-12
DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR WALDIR JACOBI	01.306.465/0001-38
PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR MARCOS ANTONIO LOBO	03.505.263/0001-40
PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR REPRESENTANTE NÃO CADASTRADO	85.247.385/0001-49
ALIANCA HOSPITALAR LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR FELIPE POLINI	03.501.603/0001-65
COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, NESTE ATO REPRESENTADO POR LUIZ CARLOS DA ROSA	03.800.317/0001-09

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Aquisição de DIVERSOS MATERIAIS AMBULATORIAIS E DESCARTÁVEIS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE PACIENTES DOS POSTOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC), em um prazo que se estende 12 (doze) meses a partir da assinatura desta ata, através do sistema de registro de preços, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital que deu origem esta ata, e seus anexos.

ITEM	EMPRESA	PRODUTO	UNID.	MARCA	QTDE	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
2	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ÁGUA DEIONIZADA PARA AUTOCLAVE. APRESENTAÇÃO: GALÃO DE 5 LITROS.	GALAO	CAITHEC-DENTALTEC	300	R\$ 5,48	R\$ 1.644,00
5	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ÁLCOOL LÍQUIDO, CONCENTRAÇÃO 70%, VALIDADE MÍNIMA DE 24 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 1000ML. APRESENTAR AFE NA PROPOSTA.	FRAS-COS	DA ILHA	500	R\$ 3,85	R\$ 1.925,00
8	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ALMOTOLIA PARA ARMAZENAGEM DE LÍQUIDOS, DOTADA DETAMPA COM ROSCA, ALONGADA E COM TAMPA. COR: TRANSPARENTE. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 500ML. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	J PROLAB	30	R\$ 2,47	R\$ 74,10
13	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ANESTÉSICO SEM VASOCONSTRICOR (CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA SEM VASOCONSTRICOR 2%), SOLUÇÃO ESTÉRIL INJETÁVEL. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 20ML.	FRAS-COS	HIPOLABOR	80	R\$ 1,84	R\$ 147,20
14	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ANESTÉSICO COM VASOCONSTRICOR (CLORIDRATO DE EPINEFRINA), SOLUÇÃO ESTÉRIL INJETÁVEL. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 20ML.	FRAS-COS	HYPOFARMA	80	R\$ 3,93	R\$ 314,40
16	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA GEL, GELEIA ESTÉRIL 20MG/G. APRESENTAÇÃO: BISNAGA DE 30G.	BISNA-GA	HIPOLABOR	30	R\$ 1,75	R\$ 52,50
18	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	COLAGENASE + CLORANFENICOL 0,6U/G + 0,01G/G. USO TÓPICO ADULTO E PEDIÁTRICO. APRESENTAÇÃO: BISNAGA DE 30 G. VALIDADE DE NO MÍNIMO 1 ANO APÓS A DATA DA ENTREGA.	BISNA-GA	CRISTALIA	50	R\$ 21,80	R\$ 1.090,00
19	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	COLAGENASE MONO 1,2 U/G. USO TÓPICO ADULTO E PEDIÁTRICO. APRESENTAÇÃO: BISNAGA DE 30G. VALIDADE DE NO MÍNIMO 1 ANO APÓS A DATA DA ENTREGA.	BISNA-GA	CRISTALIA	560	R\$ 32,00	R\$ 17.920,00

22	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE, LOCAL PARADESCARTE DE AGULHAS, LÂMINAS E OUTROS MATERIAIS CONTAMINADOS PERFURANTES E CORTANTES DESCARTÁVEIS. TOTAL PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÃO E VAZAMENTO DE FLUIDOS, MAIOR PROTEÇÃO PARA PROFISSIONAIS E PESSOALDE LIMPEZA. COR EXTERNA: AMARELA, COM DIZERES EM PRETO. CAPACIDADE INTERNA: 13 LITROS. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 10 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	EMBALAIRE	10	R\$ 30,20	R\$ 302,00
26	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CURATIVO PARA A PELE DE FILME PLÁSTICO, ADESIVO TERMOPLÁSTICO HIPOALÉRGICO, FIBRAS SINTÉTICAS, ABSORVENTE, POLÍMERO ACRÍLICO E POLIETILENO. MEDINDO APROXIMADAMENTE 1,9X7,6CM. APRESENTAÇÃO: CAIXAS DE 40 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: CREMER, JOHNSON & JOHNSON. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	JOHNSON & JOHNSON	30	R\$ 3,97	R\$ 119,10
29	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ELETRODOS AUTOADESIVOS PARA MONITORAÇÃO CARDÍACA.DOTADO DE PRÉ-GEL E HIPOALÉRGICO. MARCA PRÉ-APROVADA: MAXICOR. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 30 UNIDADES.	PACOTE	MAXICOR	50	R\$ 9,00	R\$ 450,00
32	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FIO DE NYLON 3-0, MONOFILAMENTO PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, CLASSE II, CUTICULAR, MT 1/2, CIRCULAR, TRG 3CM, 45CM. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 24 UNIDADES.	CAIXA	LAMEDID-SOLIDOR-PROC	12	R\$ 25,92	R\$ 311,04
35	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FIXADOR CITOLÓGICO. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 100ML, SPRAY.	EMBALAGE	ADLIN	10	R\$ 5,36	R\$ 53,60
36	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	FRASCO PARA DIETA ENTERAL, TRANSPARENTE, CAPACIDADE DE 300ML, GRADUA DO NOS DOIS LADOS A CADA 50ML CRESCENTE E DECRESCENTE, ATÓXICO, POSSUI ETIQUETA ADESIVA PARA IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO PACIENTE, DE USO ÚNICO, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO, CONSTANDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE, NÚMERO DO LOTE, REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE, IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE E FARMACÊUTICO RESPONSÁVEL. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 300ML. APRESENTAR AMOST	FRASCOS	BIOBASE	250	R\$ 0,69	R\$ 172,50
40	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	IRRIGADOR PLÁSTICO PARA SORO.	UNID	BIOSANI	1.000	R\$ 0,78	R\$ 780,00
44	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	LÂMINA DE BISTURI Nº 11. CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO, ESTERILIZADA POR EXPOSIÇÃO A RAIOS GAMA, GRANDE RESISTÊNCIA À CORROSÃO E PERDA DE AFIAÇÃO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM MATERIAL ALUMINIZADO, MANTENDO-SE ESTÉREIS PRESERVANDO A INTEGRIDADE ASSÉPTICA DO PRODUTO. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: SOLIDOR. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	MAXICOR	8	R\$ 21,00	R\$ 168,00
45	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	LÂMINA DE VIDRO LAPIDADA FOSCA, ESPESSURA APROXIMADA DE 1 A 1,2MM, 26X76MM. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEMDE 50 UNIDADES.	EMBALAGE	GLOBAL TRADE	2	R\$ 2,65	R\$ 5,30
68	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	POMADA OFTÁLMICA ESTÉRIL, ACETATO DE RETINOL + ASSOCIAÇÃO. APRESENTAÇÃO: BISNAGA DE 3,5G.	BISNAGA	ALLERGAN	30	R\$ 15,83	R\$ 474,90
70	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	PROTETOR OFTÁLMICO TAMANHO ADULTO, HIPOALERGÊNICO, DE ALTA RESISTÊNCIA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 50 UNIDADES.	CAIXA	CRAL	8	R\$ 23,00	R\$ 184,00
71	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	PROTETOR OFTÁLMICO TAMANHO INFANTIL, HIPOALERGÊNICO, DE ALTA RESISTÊNCIA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 50UNIDADES.	CAIXA	CRAL	10	R\$ 20,00	R\$ 200,00
78	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SOLUÇÃO ANESTÉSICA OFTALMOLÓGICA ESTÉRIL, CLORIDRATO DE TETRACAÍNA 1%, CLORIDRATO DE FENILEFRINA 0,1%. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 10ML.	FRASCOS	ALLERGAN	12	R\$ 12,67	R\$ 152,04
79	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SOLUÇÃO ORAL (GOTAS) DE BROMIDRATO DE FENOTEROL 5MG/ML. USO ADULTO E INFANTIL. APRESENTAÇÃO: FRASCODE 20ML.	FRASCOS	HIPOLABOR	20	R\$ 2,30	R\$ 46,00

80	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO DE BROMETO DE IPATRÓPIO 0,25MG/ML. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 20ML.	FRAS-COS	HIPOLABOR	18	R\$ 0,74	R\$ 13,32
82	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA DE ASPIRAÇÃO ENDOTRAQUEAL, TAMANHO 14. PRODUZIDA EM MATERIAL SILICONADO, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 10 UNIDADES.	PACOTE	BIOSANI	500	R\$ 4,80	R\$ 2.400,00
85	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA VESICAL FOLEY Nº 14, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 12 UNIDADES.	CAIXA	LAMEDID-SOLIDOR-PROC	1	R\$ 32,28	R\$ 32,28
87	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA VESICAL FOLEY Nº 18, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 12 UNIDADES.	CAIXA	LAMEDID-SOLIDOR-PROC	5	R\$ 32,28	R\$ 161,40
88	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA VESICAL FOLEY Nº 20, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 12 UNIDADES.	CAIXA	LAMEDID-SOLIDOR-PROC	5	R\$ 32,28	R\$ 161,40
89	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA URETRAL Nº 08, DESCARTÁVEL E SILICONADA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 10 UNIDADES.	PACOTE	BIOSANI	2	R\$ 4,30	R\$ 8,60
90	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA URETRAL Nº 10, DESCARTÁVEL E SILICONADA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 10 UNIDADES.	PACOTE	BIOSANI	50	R\$ 4,40	R\$ 220,00
91	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA URETRAL Nº 12, DESCARTÁVEL E SILICONADA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 10 UNIDADES.	PACOTE	BIOSANI	30	R\$ 4,40	R\$ 132,00
92	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SONDA URETRAL Nº 14, DESCARTÁVEL E SILICONADA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 10 UNIDADES.	PACOTE	BIOSANI	10	R\$ 4,80	R\$ 48,00
96	ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	SULFADIAZINA DE PRATA, CREME DE CONCENTRAÇÃO 1%. USO TÓPICO ADULTO E PEDIÁTRICO. APRESENTAÇÃO: BISNAGA DE 30G. VALIDADE DE NO MÍNIMO 1 ANO APÓS A DATA DA ENTREGA.	BISNAGA	PRATI DONADUZZI	340	R\$ 4,17	R\$ 1.417,80
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 31.180,48							
25	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	HASTES FLEXÍVEIS COM PONTA EM ALGODÃO HIDRÓFILO. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM DE 75 UNIDADES.	EMBALAGE	HIGIE TOPP	30	R\$ 0,83	R\$ 24,90
27	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	CURATIVO PARA A PELE DE FILME PLÁSTICO, ADESIVO TERMOPLÁSTICO HIPOALÉRGICO, FIBRAS SINTÉTICAS, ABSORVENTE, POLÍMERO ACRÍLICO E POLIETILENO. MEDINDO APROXIMADAMENTE 2,2X2,2CM (DE FORMATO QUADRADO OU REDONDO). APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 500 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: CREMER, JOHNSON & JOHNSON. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	CIEX	10	R\$ 10,75	R\$ 107,50
30	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	EQUIPO MACROGOTAS, APLICADOR PARA SOLUÇÕES PARENTERAIS, DOTADO DE ROLDANA DE PLÁSTICO. MARCA PRÉ-APROVADA: TKL. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	TKL	2.500	R\$ 0,90	R\$ 2.250,00
33	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	FIO DE NYLON 4-0, MONOFILAMENTO PRETO, ESTÉRIL, NÃO ABSORVÍVEL, CLASSE II, CUTICULAR, MT 1/2, CIRCULAR, TRG 3CM, 45CM. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 24 UNIDADES.	CAIXA	SOMERVILLE	12	R\$ 24,65	R\$ 295,80
46	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 6,0. FABRICADA EM LÁTEX, COMPÓ BIOABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE DE 1 PAR. MARCA PRÉ-APROVADA: DESCARPACK, EMBRAMAC. APRESENTAR AMOSTRA.	EMBALAGE	MAXITEX	20	R\$ 0,88	R\$ 17,60
47	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 6,5. FABRICADA EM LÁTEX, COMPÓ BIOABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE DE 1 PAR. MARCA PRÉ-APROVADA: DESCARPACK, EMBRAMAC. APRESENTAR AMOSTRA.	EMBALAGE	MAXITEX	70	R\$ 0,88	R\$ 61,60
48	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 7,0. FABRICADA EM LÁTEX, COMPÓ BIOABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE DE 1 PAR. MARCA PRÉ-APROVADA: DESCARPACK, EMBRAMAC. APRESENTAR AMOSTRA.	EMBALAGE	MAXITEX	30	R\$ 0,88	R\$ 26,40

49	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 7,5. FABRICADA EM LÁTEX, COMPÓ BIOABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE DE 1 PAR. MARCA PRÉ-APROVADA: DESCARPACK, EMBRAMAC. APRESENTAR AMOSTRA.	EMBALAGE	MAXITEX	50	R\$ 0,88	R\$ 44,00
50	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 8,0. FABRICADA EM LÁTEX, COMPÓ BIOABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE DE 1 PAR. MARCA PRÉ-APROVADA: DESCARPACK, EMBRAMAC. APRESENTAR AMOSTRA.	EMBALAGE	MAXITEX	20	R\$ 0,88	R\$ 17,60
51	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA ESTÉRIL TAMANHO 8,5. FABRICADA EM LÁTEX, COMPÓ BIOABSORVÍVEL, FORMATO ANATÔMICO, ESTERILIZADA POR RADIAÇÃO GAMA, SUPERFÍCIE LISA, MICROTEXTURIZADA NA PONTA DOS DEDOS. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM EM ENVELOPE DE 1 PAR. MARCA PRÉ-APROVADA: DESCARPACK, EMBRAMAC. APRESENTAR AMOSTRA.	EMBALAGE	MAXITEX	35	R\$ 0,88	R\$ 30,80
52	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX NÃO ESTÉRIL, TAMANHO EXTRA P. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRARESISTENTE E HIPOALÉRGICA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: EMBRAMAC, DESCARPACK, SEMPERMED, NUGARD. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	NUGARD	100	R\$ 14,88	R\$ 1.488,00
53	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX NÃO ESTÉRIL, TAMANHO P. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRARESISTENTE E HIPOALÉRGICA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: EMBRAMAC, DESCARPACK, SEMPERMED, NUGARD. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	NUGARD	800	R\$ 14,88	R\$ 11.904,00
54	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX NÃO ESTÉRIL, TAMANHO M. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRARESISTENTE E HIPOALÉRGICA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: MARCA PRÉ-APROVADA: EMBRAMAC, DESCARPACK, SEMPERMED, NUGARD. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	NUGARD	200	R\$ 14,88	R\$ 2.976,00
55	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	LUVA DE PROCEDIMENTO DE LÁTEX NÃO ESTÉRIL, TAMANHO G. TEXTURA UNIFORME, AMBIDESTRA, TALCADA COM AMIDO DE MILHO USP, PUNHO NORMAL (23CM), BAINHA ULTRARESISTENTE E HIPOALÉRGICA. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: EMBRAMAC, DESCARPACK, SEMPERMED, NUGARD. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	NUGARD	100	R\$ 14,88	R\$ 1.488,00
57	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	MÁSCARA CIRÚRGICA DE PROTEÇÃO, MATERIAL 100% POLIPROPILENO, HIPOALERGÊNICA, HIDRO-REPELENTE, NÃO INFLAMÁVEL. CLIPE NASAL REVESTIDO E DE FÁCIL AJUSTE, COM ELÁSTICO (PARA FIXAR ATRÁS DAS AURÍCULAS). APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 50 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	OLIMED	30	R\$ 4,59	R\$ 137,70
58	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	MÁSCARA TRIPLA PROTEÇÃO, CONFECCIONADA EM TNT, CAMADA EXTERNA 100% POLIPROPILENO, 20GR/M²; CAMADA INTERNA EM POLIPROPILENO E POLIETILENO, 30GR/M²; CAMADA INTERMEDIÁRIA COM FILTRO BACTERIOLÓGICO 100% POLIPROPILENO. HIPOALERGÊNICA QUE PERMITE RESPIRAÇÃO FACILITADA. CLIP NASAL DE FÁCIL ADAPTAÇÃO AO CONTOURO DO ROSTO. FABRICADO MEDIANTE SISTEMA DE COSTURA ULTRASSÔNICA, ATÓXICA, NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 50 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	OLIMED	150	R\$ 4,80	R\$ 720,00
67	OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA	PAPEL TOALHA 100% CELULOSE 23/20/1000. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 100 FOLHAS. MARCA PRÉ-APROVADA: FLEXPEL, SAÚDE. APRESENTAR AMOSTRA.	PACOTE	PINUS	300	R\$ 9,00	R\$ 2.700,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 24.289,90

43	DISQUEMED DISTRI- BUIDORA DE PRO- DUTOS HOSPITALAR LTDA	KIT ESPÉCULO ESTÉRIL TAMANHO G, CONTENDO 1 PAR DELUVA EVA, ESPÁTULA DE AYRES, ESCOVA E LÂMINA DE VIDRO ESTÉRIL GRAU CIRÚRGICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM ENVELOPE DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME DE POLIÉSTER. PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO: ÓXIDO DE ETILENO. ESTE KIT TEM A FINALIDADE DE AUXILIAR NOS PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS E COLETA DE MATERIAL PARA CITOLOGIA ONCÓTICA, CLAMYDIA, BACTERIOSCOPIAS E SECREÇÕES EM GERAL. MARCA PRÉ-APROVADA: VAGISPEC. APRESENTAR AMOSTRA.	KIT	VAGISPEC	500	R\$ 1,93	R\$ 965,00
81	DISQUEMED DISTRI- BUIDORA DE PRO- DUTOS HOSPITALAR LTDA	SONDA DE ASPIRAÇÃO ENDOTRAQUEAL, TAMANHO 12. PRODUZIDA EM MATERIAL SILICONADO, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 10 UNIDADES.	PACOTE	BIOSANI	300	R\$ 4,55	R\$ 1.365,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 2.330,00							
1	PRODUVALE PRODU- TOS HOSPITALARES LTDA	ABAIXADOR DE LÍNGUA (ESPÁTULA DE MADEIRA), DESCARTÁVEL, FORMATO CONVENCIONAL LISO, SUPERFÍCIE E BORDAS PERFEITAMENTE ACABADAS, ESPESSURA E LARGURA UNIFORME EM TODA A SUA EXTENSÃO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 14CM DE COMPRIMENTO; 1,4CM DE LARGURA; 0,5MM DE ESPESSURA. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 100 UNIDADES.	PACOTE	ESTILO	95	R\$ 2,30	R\$ 218,50
9	PRODUVALE PRODU- TOS HOSPITALARES LTDA	ATADURA 20X1,80M, 13 FIOS, EM TECIDO 70% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER (ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO). DE TECIDO NEUTRO, MACIO, COM DEVIDA ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MI	UNID	CREMER	5.300	R\$ 1,10	R\$ 5.830,00
10	PRODUVALE PRODU- TOS HOSPITALARES LTDA	ATADURA 12X1,80M, 13 FIOS, EM TECIDO 70% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER (ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO). DE TECIDO NEUTRO, MACIO, COM DEVIDA ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MI	UNID	CREMER	6.900	R\$ 0,64	R\$ 4.416,00
11	PRODUVALE PRODU- TOS HOSPITALARES LTDA	ATADURA 10X1,80M, 13 FIOS, EM TECIDO 70% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER (ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO). DE TECIDO NEUTRO, MACIO, COM DEVIDA ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MI	UNID	CREMER	3.800	R\$ 0,54	R\$ 2.052,00
12	PRODUVALE PRODU- TOS HOSPITALARES LTDA	ATADURA 06X1,80M, 13 FIOS, EM TECIDO 70% ALGODÃO, 30% POLIÉSTER (ISENTOS DE IMPUREZAS, ALVEJANTE ÓPTICO E RESÍDUO DE AMIDO). DE TECIDO NEUTRO, MACIO, COM DEVIDA ELASTICIDADE NO SENTIDO LONGITUDINAL, INODORO E INSÍPIDO COM BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS, NÃO PERMITINDO QUE DESFIEM. PRODUTO NÃO ESTÉRIL. APRESENTAÇÃO: EMBALADA INDIVIDUALMENTE. EMBALAGEM TRAZENDO EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, MÉTODO, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE E NÚMERO DE REGISTRO NO MI	UNID	CREMER	3.800	R\$ 0,33	R\$ 1.254,00

15	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	BOLSA COLETORA DE URINA EM SISTEMA FECHADO COM CAPACIDADE DE 2000ML. VÁLVULA ANTIRREFLUXO VERTICAL.FRENTE TRANSPARENTE COM ESCALA DE VOLUME IMPRESSADA FORMA LEGÍVEL; PARTE DE TRÁS LEITOSA, FACILITANDO LEITURA E VISUALIZAÇÃO DO ASPECTO DA URINA. SUPORTE DE FIXAÇÃO COM HASTE RÍGIDA (TIPO CABIDE) E ALÇA (CORDÃO) COM APROXIMADAMENTE 40CM; TUBO EXTENSOR DE PVC COM APROXIMADAMENTE 110CM, TRANSPARENTE, ATÓXICO, FLEXÍVEL, ISENTO DE DOBRAS, COM PINÇA CORTA-FLUXO. PONTO PARA COLETA DE URINA COM MEMBRANA	UNID	LABOR IMPORT	200	R\$ 2,20	R\$ 440,00
23	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	COMPRESSA DE CAMPO OPERATÓRIO COM FIO RADIOPACO 45X50CM, CONSTITUÍDO DE 4 CAMADAS DE GAZE SOBREPOSTA, CONTENDO 15 (8X7) FIOS POR CM² APROXIMADAMENTE EM CADA CAMADA, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE ACABADAS ATRAVÉS DO PONTO OVERLOQUE, FORMATO RETANGULAR, PROVIDO DE ALÇA, CANTOS ARREDONDADOS, PESO APROXIMADO DE 40G. APRESENTAÇÃO: PACOTE DE 50 PEÇAS. MARCA PRÉ-APROVADA: CREMER. APRESENTAR AMOSTRA.	PACOTE	CREMER	250	R\$ 58,00	R\$ 14.500,00
24	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA 7,5X7,5CM 13 FIOS NÃOESTÉRIL COM FIO RADIOPACO. CONFECCIONADAS EM TECIDO TIPO TELA COM FIOS 100% EM ALGODÃO. CADA COMPRESSA TEM 8 CAMADAS E 5 DOBRAS, COM DIMENSÃO APROXIMADA DE 7,5X7,5CM QUANDO FECHADAS E 15X30CM QUANDO ABERTAS. PESO MÍNIMO DE 500G. SÃO BRANQUEADAS, ISENTAS DE IMPUREZAS, AMIDO, ALVEJANTE ÓPTICO, DEXTRINA, CORRETIVOS COLORANTES, PH DE 5 A 8. POSSUI DOBRAS PARA DENTRO EM TODA A SUA EXTENSÃO PARA EVITAR DESPRENDIMENTO DE FIOS. EMBALAGEM DEVERÁ CONTER	EMBALAGE	MEDI HOUSE	3.000	R\$ 19,50	R\$ 58.500,00
34	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	FITA ADESIVA HOSPITALAR, DE COLORAÇÃO BRANCA. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 16MMX50M. MARCA PRÉ-APROVADA: CREMER, MISSNER. APRESENTAR AMOSTRA.	ROLO	MISSNER	150	R\$ 2,13	R\$ 319,50
41	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	KIT ESPÉCULO ESTÉRIL TAMANHO P, CONTENDO 1 PAR DELUVA EVA, ESPÁTULA DE AYRES, ESCOVA E LÂMINA DE VIDRO ESTÉRIL GRAU CIRÚRGICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM ENVELOPE DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME DE POLIÉSTER. PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO: ÓXIDO DE ETILENO. ESTE KIT TEM A FINALIDADE DE AUXILIAR NOS PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS E COLETA DE MATERIAL PARA CITOLOGIA ONCÓTICA, CLAMYDIA, BACTERIOSCOPIAS E SECREÇÕES EM GERAL. MARCA PRÉ-APROVADA: VAGISPEC. APRESENTAR AMOSTRA.	KIT	VAGISPEC	1.000	R\$ 1,67	R\$ 1.670,00
42	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	KIT ESPÉCULO ESTÉRIL TAMANHO M, CONTENDO 1 PAR DELUVA EVA, ESPÁTULA DE AYRES, ESCOVA E LÂMINA DE VIDRO ESTÉRIL GRAU CIRÚRGICO. EMBALAGEM PRIMÁRIA EM ENVELOPE DE PAPEL GRAU CIRÚRGICO COM FILME DE POLIÉSTER. PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO: ÓXIDO DE ETILENO. ESTE KIT TEM A FINALIDADE DE AUXILIAR NOS PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS E COLETA DE MATERIAL PARA CITOLOGIA ONCÓTICA, CLAMYDIA, BACTERIOSCOPIAS E SECREÇÕES EM GERAL. MARCA PRÉ-APROVADA: VAGISPEC. APRESENTAR AMOSTRA.	KIT	VAGISPEC	1.500	R\$ 1,79	R\$ 2.685,00
60	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MICROPORE, FITA HIPOALERGÊNICA, INDICADA PRINCIPALMENTE PARA PELES SENSÍVEIS E FRÁGEIS. POROSA, COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE, PERMITE APELE RESPIRAR LIVREMENTE. TAMANHO 50MMX10M. MARCAPRÉ-APROVADA: CREMER, MISSNER. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	MISSNER	200	R\$ 2,24	R\$ 448,00
61	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	MICROPORE, FITA HIPOALERGÊNICA, INDICADA PRINCIPALMENTE PARA PELES SENSÍVEIS E FRÁGEIS. POROSA, COM DORSO DE NÃO TECIDO DE RAYON E VISCOSE, PERMITE APELE RESPIRAR LIVREMENTE. TAMANHO 25MMX10M. MARCAPRÉ-APROVADA: CREMER, MISSNER. APRESENTAR AMOSTRA.	UNID	MISSNER	250	R\$ 1,57	R\$ 392,50

63	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, BOBINAS LISAS, PERMEÁVEIS AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEIS A MICRORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADA DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 6CMX100M. APRESENTAR AFE E REGISTRO DA ANVISA NA PROPOSTA.	BOBINAS	HOSPFLEX	60	R\$ 16,20	R\$ 972,00
64	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, BOBINAS LISAS, PERMEÁVEIS AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEIS A MICRORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADA DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 8CMX100M. APRESENTAR AFE E REGISTRO DA ANVISA NA PROPOSTA.	BOBINAS	HOSPFLEX	50	R\$ 17,10	R\$ 855,00
65	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, BOBINAS LISAS, PERMEÁVEIS AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEIS A MICRORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADA DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 15CMX100M. APRESENTAR AFE E REGISTRO DA ANVISA NA PROPOSTA.	BOBINAS	HOSPFLEX	30	R\$ 31,95	R\$ 958,50
66	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	PAPEL GRAU CIRÚRGICO, BOBINAS LISAS, PERMEÁVEIS AO VAPOR E AO AR, IMPERMEÁVEIS A MICRORGANISMOS, RESISTENTES AO CALOR, LIVRES DE NUTRIENTES MICROBIANOS E RESÍDUOS TÓXICOS, TRANSPARÊNCIA DO FILME. DOTADA DE INDICADORES QUÍMICOS QUE MUDAM DE COR APÓS O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO. TAMANHO 20CMX100M. APRESENTAR AFE E REGISTRO DA ANVISA NA PROPOSTA.	BOBINAS	HOSPFLEX	60	R\$ 43,35	R\$ 2.601,00
74	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, CAPACIDADE DE 10ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR 32. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALID	CAIXA	LABOR IMPORT	10	R\$ 29,00	R\$ 290,00
75	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, CAPACIDADE DE 20ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR 32. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALID	CAIXA	LABOR IMPORT	100	R\$ 43,20	R\$ 4.320,00
76	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	SERINGA COM TRAVA DE SEGURANÇA, CAPACIDADE DE 3ML, DESCARTÁVEL, SEM AGULHA, EM POLIPROPILENO, ESTÉRIL, SILICONIZADA, COM BICO ROSCA DUPLA TIPO LUER LOCK, QUE PERMITA O USO DE TODAS AS MARCAS DE AGULHAS E QUE ATENDA A NR32. ÊMBOLO COM ANEL INTERNO EMBORRACHADO PARA MELHOR RETENÇÃO DO LÍQUIDO. GRADUADA EM ESCALA NUMÉRICA PARA ML COM NÚMEROS NÍTIDOS, VISÍVEIS E GRAVADOS AO LONGO DO CORPO DA SERINGA. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PAPEL GRAU CIRÚRGICO CONTENDO AS INFORMAÇÕES SOBRE: TIPO, DATA E VALIDAD	CAIXA	LABOR IMPORT	10	R\$ 19,00	R\$ 190,00
97	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TUBETE PARA COLETA DE SANGUE, TUBO A VÁCUO 13X75MM COM EDTA K3, ASPIRAÇÃO 4ML.	UNID	LABOR IMPORT	100	R\$ 0,47	R\$ 47,00

98	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	TUBETE PARA COLETA DE SANGUE, TUBO A VÁCUO 13X100MM COM GEL SEPARADOR, ASPIRAÇÃO 6ML.	UNID	LABOR IMPORT	300	R\$ 0,82	R\$ 246,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 103.205,00							
93	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	SORO FISIOLÓGICO ESTÉRIL, CONCENTRAÇÃO 0,9%. SISTEMA FECHADO PARA USO PARENTERAL. EMBALAGEM MALEÁVEL, RESISTENTE A IMPACTOS. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 50 UNIDADES COM 125ML CADA.	CAIXA	BASA	200	R\$ 94,25	R\$ 18.850,00
94	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	SORO FISIOLÓGICO ESTÉRIL, CONCENTRAÇÃO 0,9%. SISTEMA FECHADO PARA USO PARENTERAL. EMBALAGEM MALEÁVEL, RESISTENTE A IMPACTOS. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 30 UNIDADES COM 250ML CADA.	CAIXA	BASA	80	R\$ 64,35	R\$ 5.148,00
95	PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	SORO FISIOLÓGICO ESTÉRIL, CONCENTRAÇÃO 0,9%. SISTEMA FECHADO PARA USO PARENTERAL. EMBALAGEM MALEÁVEL, RESISTENTE A IMPACTOS. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 20 UNIDADES COM 500ML CADA.	CAIXA	BASA	50	R\$ 46,80	R\$ 2.340,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 26.338,00							
3	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	AGULHAS DESCARTÁVEIS 25X7. EMBALAGEM ÚNICA, DE FÁCIL ABERTURA, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: BD, DESCARPACK, LABOR IMPORT.	CAIXA	LABOR	5	R\$ 5,30	R\$ 26,50
4	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	AGULHAS DESCARTÁVEIS 40X12. EMBALAGEM ÚNICA, DE FÁCIL ABERTURA, ESTERILIZADA A ÓXIDO DE ETILENO. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 100 UNIDADES. MARCA PRÉ-APROVADA: BD, DESCARPACK, LABOR IMPORT.	CAIXA	LABOR	20	R\$ 5,59	R\$ 111,80
7	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	ALGODÃO HIDRÓFILO CONFECCIONADO COM FIBRAS 100% EM ALGODÃO. MACIO E ABSORVENTE. APRESENTAÇÃO: ROLO DE 500G.	ROLO	FAROL	20	R\$ 8,48	R\$ 169,60
20	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE, LOCAL PARADESCARTE DE AGULHAS, LÂMINAS E OUTROS MATERIAIS CONTAMINADOS PERFURANTES E CORTANTES DESCARTÁVEIS. TOTAL PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÃO E VAZAMENTO DE FLUIDOS, MAIOR PROTEÇÃO PARA PROFIS- SIONAIS E PESSOALDE LIMPEZA. COR EXTERNA: AMARELA, COM DIZERES EM PRETO. CAPACIDADE INTERNA: 3 LITROS. APRESENTAÇÃO:CAIXA DE 10 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	EMBALAIRE	10	R\$ 16,90	R\$ 169,00
21	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	COLETOR PARA MATERIAL PERFUROCORTANTE, LOCAL PARADESCARTE DE AGULHAS, LÂMINAS E OUTROS MATERIAIS CONTAMINADOS PERFURANTES E CORTANTES DESCARTÁVEIS. TOTAL PROTEÇÃO CONTRA PERFURAÇÃO E VAZAMENTO DE FLUIDOS, MAIOR PROTEÇÃO PARA PROFIS- SIONAIS E PESSOALDE LIMPEZA. COR EXTERNA: AMARELA, COM DIZERES EM PRETO. CAPACIDADE INTERNA: 7 LITROS. APRESENTAÇÃO:CAIXA DE 10 UNIDADES. APRESENTAR AMOSTRA.	CAIXA	EMBALAIRE	10	R\$ 22,79	R\$ 227,90
37	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	GEL CONDUTOR UTILIZADO PARA ULTRASSONOGRAFIA, ELETROCARDIOGRAMA E SONAR. INCOLOR. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 1 LITRO.	FRAS- COS	CAITHEC	18	R\$ 3,56	R\$ 64,08
72	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	SACO PARA LIXO HOSPITALAR INFECTANTE, CAPACIDADE DE 50 LITROS. SACO NA COR BRANCO LEITOSO. APRESEN- TAÇÃO: PACOTES DE 100 UNIDADES.	PACOTE	NEKPLAST	60	R\$ 13,80	R\$ 828,00
73	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	SACO PARA LIXO HOSPITALAR INFECTANTE, CAPACIDADE DE 100 LITROS. SACO NA COR BRANCO LEITOSO. APRESEN- TAÇÃO: PACOTES DE 100 UNIDADES.	PACOTE	NEKPLAST	60	R\$ 32,00	R\$ 1.920,00
83	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	SONDA VESICAL FOLEY Nº 10, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 12 UNIDADES.	CAIXA	SOLIDOR	1	R\$ 33,90	R\$ 33,90
84	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	SONDA VESICAL FOLEY Nº 12, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 12 UNIDADES.	CAIXA	SOLIDOR	1	R\$ 29,90	R\$ 29,90
86	ALIANCA HOSPITALAR LTDA	SONDA VESICAL FOLEY Nº 16, DE DUAS VIAS, COM BALÃO INFLÁVEL. EMBALADA INDIVIDUALMENTE. APRESENTAÇÃO: CAIXA DE 12 UNIDADES.	CAIXA	SOLIDOR	6	R\$ 24,90	R\$ 149,40
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 3.730,08							

17	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	CLOREXIDINE ALCOÓLICO, CONCENTRAÇÃO 0,5%. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 1000ML.	FRASCOS	RIOQUÍMICA	20	R\$ 6,83	R\$ 136,60
38	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	INDICADOR BIOLÓGICO PARA VAPOR, DO TIPO AUTOCONTIDO, COM TEMPO DE RESPOSTA FINAL NEGATIVA EM 48H, PARA O MONITORAMENTO BIOLÓGICO DE CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO A VAPOR SATURADO SOB PRESSÃO. COMPOSTO POR UMA TIRA DE PAPEL CONTENDO UMA POPULAÇÃO MICROBIANA MÍNIMA DE 100.000 ESPOROS SECOS E PADRONIZADOS DE GEOBACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS (ATCC 7953 COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ASSEGURADA). A TIRA CONTENDO ESPOROS ESTÁ ACONDICIONADA EM UMA AMPOLA PLÁSTICA TERMO RESISTENTE, CONTENDO EM SEU INTERIOR UMA A	UNID	1262- 3M	500	R\$ 14,00	R\$ 7.000,00
39	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	INDICADOR QUÍMICO MULTIPARAM P/VAPOR INTERNO, DO TIPO MULTIPARAMÉTRICO (CLASSE IV), QUE EFETUA A MONITORIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ESTERILIZAÇÃO A VAPORSATURADO NO INTERIOR DAS EMBALAGENS (CONTROLE DE PACOTE). CHECA TEMPERATURA, TEMPO E QUANTIDADE DE VAPOR, CERTIFICANDO QUE O AGENTE ESTERILIZADOR PENETROU NESSES PACOTES ATINGINDO OS PARÂMETROS NECESSÁRIOS PARA EFETIVA ESTERILIZAÇÃO. FITA DE PAPEL COBERTO COM SUBSTÂNCIA QUÍMICA QUE MUDA DE COLORAÇÃO QUANDO EXPOSTAS AS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE TEMPO E T	CAIXA	1250-3M	70	R\$ 95,00	R\$ 6.650,00
62	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	ÓLEO CICATRIZANTE PARA FERIDAS ABERTAS COMPOSTO POR: ACIDO LINOLÉICO, ÁCIDO CAPRÍLICO E ÁCIDO CAPRICO, VITAMINAS A E E E LECITINA DE SOJA. COMPOSTOS DE HIDROGÊNIO, CARBONO E OXIGÊNIO. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 200ML. APRESENTAR AFE NA PROPOSTA.	FRASCOS	AGE DERM	300	R\$ 8,00	R\$ 2.400,00
69	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	POMADA GEL HIDRATANTE E ABSORVENTE PARA FERIDAS, NÃO ESTÉRIL, COMPOSTA DE ALGINATO DE CÁLCIO E SÓDIO E CARBOXIMETILCELULOSE SÓDICA NUM EXCIPIENTE AQUOSO, TRANSPARENTE E VISCOSO. APRESENTAÇÃO: BISNAGADE 85G.	BISNAGA	SAF- GEL CONVATEC	250	R\$ 50,00	R\$ 12.500,00
99	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	VASELINA LÍQUIDA. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE 1 LITRO.	FRASCOS	RIOQUÍMICA	5	R\$ 17,00	R\$ 85,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 28.771,60							
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 219.845,06							

1.2. O valor estimado para a citada aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 219.845,06 (DUZENTOS E DEZENOVE MIL OITOCENTOS E QUARENTA E CINCO REAIS E SEIS CENTAVOS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o município não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pelo Fundo Municipal de Saúde, que será o órgão gerenciador da mesma.

3.2. O valor ofertado pelas empresas signatárias desta ata de registro de preços é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015.

3.3. Em cada fornecimento de materiais decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2015 e seus Anexos, que a precederam e integram o presente instrumento de compromisso.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 08 (oito) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 20 (vinte) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento o objeto/prestação de serviço deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal atestada pela Administração.

a) Nenhum pagamento será efetuado à empresa enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;

b) Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4.2. As despesas decorrentes da ata de registro de preços serão efetuadas a conta dos recursos financeiros do ano corrente.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

5.1. Entregar os materiais licitados de forma parcelada, conforme necessidade do Fundo Municipal de Saúde, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 07 (sete) dias consecutivos após solicitação através de ordem de compra, emitida pelo Fundo Municipal de Saúde, sendo a entrega na Secretaria Municipal de Saúde: Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina.

5.2. A empresa deverá entregar o objeto contratado dentro do prazo estipulado previamente em instrumento convocatório, independente de quantidade solicitada, distância da contratada do local de entrega, ou do valor do frete, pois o preço deverá ser elaborado prevendo estes custos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. A recusa da empresa com proposta classificada na licitação e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

6.2. As proponentes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração Municipal, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo da reparação dos danos causados à Administração Municipal pelo infrator:

6.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

6.2.2. Cancelamento do registro na ata.

6.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

6.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

6.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade.

6.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

6.3. A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93, a contar da intimação do ato.

6.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

6.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo fornecedor no momento da execução da ata de registro de preços, sem justificativa aceita pelo órgão ou entidade usuária, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

6.5.1. Advertência.

6.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato, em caso de recusa do 1º (primeiro) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

6.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente ao serviço não realizado pela detentora da ata.

6.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

6.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades serão assegurados a fornecedora o contraditório e ampla defesa.

6.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em Lei, inclusive responsabilização do fornecedor por eventuais perdas e danos causados à Administração.

6.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora da ata, podendo, entretanto, processar-se a cobrança judicialmente.

6.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e demais alterações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da Lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da Administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93 e alterações, efetuando a compra direta, por valor não superior ao constante da ata de registro de preços. Tal comprovação será feita através de tabelas oficiais e/ou cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

8.2. Pela Administração Municipal, quando:

8.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

8.2.2. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

8.2.3. A detentora der causa a rescisão administrativa da ata decorrente de registro de preços.

8.2.4. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega total ou parcial da ata decorrente de registro de preços.

8.2.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

8.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

8.4. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

8.5. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades previstas em Lei.

CLÁUSULA NONA – DA AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO E EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

9.1. O fornecimento do objeto desta ata de registro de preços será autorizado, caso a caso, pelo Fundo Municipal de Saúde, que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

10.1. Compete ao órgão gerenciador:

10.2. Efetuar o pagamento nas condições pactuadas.

10.3. Notificar a contratada relativamente a qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

10.4. O município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista, tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

11.1. Compete à fornecedora:

11.1.1. Aceitar acréscimos ou supressões que o MUNICÍPIO solicitar, até o limite permitido pelo § 1 do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores.

11.1.2. Responder por todos os ônus e obrigações concernentes a legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura de Massaranduba (SC) e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

11.1.3. Entregar os materiais licitados de forma parcelada, conforme necessidade do Fundo Municipal de Saúde, rigorosamente dentro do prazo de no máximo 07 (sete) dias consecutivos após solicitação através de ordem de compra, emitida pelo Fundo Municipal de Saúde, sendo a entrega na Secretaria Municipal de Saúde: Rua 11 de Novembro, 2998, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina.

11.1.4. O preço contratado será, a qualquer título, a única e completa remuneração devida à contratada, achando-se compreendidos e diluídos no valor proposto, os materiais, os equipamentos, as ferramentas, os tributos, despesas decorrentes de transporte, entrega, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, e tudo o que for necessário ao perfeito e adequado fornecimento do objeto desta ata.

11.1.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia anuência da Prefeitura de Massaranduba (SC).

11.1.6. Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer serviço em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem acarretar ônus para a contratante.

11.1.7. Será recusado o serviço, imprestável, defeituoso, que não atender as especificações constantes no edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015 e/ou que não estejam adequados para o uso.

11.1.8. A contratada deverá fornecer ao município a garantia do objeto licitado.

11.1.9. Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2015, e as propostas das empresas classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 04 de dezembro de 2015.

MARIO FERNANDO REINKE

PREFEITO

SUZANE ELISA F. REINKE

GESTORA

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

CLEITON ANDRE WAGNER

CONTRATADA

PROSAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

CONTRATADA

ALIANCA HOSPITALAR LTDA

FELIPE POLINI

CONTRATADA

COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

LUIZ CARLOS DA ROSA

CONTRATADA

DISQUEMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALAR LTDA

WALDIR JACOBI

CONTRATADA

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

RAFAEL GUSTAVO KOHLER

CONTRATADA

PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

MARCOS ANTONIO LOBO

CONTRATADA

DECRETO Nº. 3222 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3222 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 12.300,00 (Doze mil e trezentos reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das atividades da Estratégia da Família
0602 – 31900000 – Aplicações Diretas
0602 – 16301 – Transferência Convênios de Saúde
..... R\$ 12.300,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 12.300,00 (Doze mil e trezentos reais) do programa e verba abaixo discriminados:

0600 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
0602.010.301.0190.2095 – Manutenção das atividades da Estratégia da Família
0602 – 33900000 – Aplicações Diretas
0602 – 16301 – Transferência Convênios de Saúde
..... R\$ 12.300,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2015
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

DECRETO Nº. 3223 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº. 3223 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1639 de 09 de Dezembro de 2014, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00(Cinquenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental
0501 – 31900000 – Aplicações Diretas
0501 – 11900 – Transferências Fundeb (outras despesas ensino)
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) do seguinte programa e verba abaixo discriminado:

0500 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0501 – GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO

0501.012.361.0081.2039 – Manutenção do Ensino Fundamental

0501 – 31900000 – Aplicações Diretas

0501 – 11800 – Transferências Fundeb (remun. magistério)
..... R\$ 50.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, EM 04 DE DEZEMBRO DE 2015
MÁRIO FERNANDO REINKE
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI
Gerente de Gabinete

LEI Nº 1725/2015

LEI Nº 1725/2015

Altera artigos e insere Art. 2.A na Lei nº 1634/2014 de 12 de novembro de 2014

MARIO FERNANDO REINKE, Prefeito do Município de Massaranduba (SC), faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica alterada a alínea d do Art. 1º da Lei nº 1634/2014 de 12 de novembro de 2014 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“d) Fornecimento e/ou transporte de macadame;”

Art. 2º Fica alterado o Art. 2º da Lei nº 1634/2014 de 12 de novembro de 2014 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Para cada beneficiário requerente poderá ser concedido anualmente e de forma gratuita, a título de incentivo, o fornecimento e/ou transporte de até 05 (cinco) cargas de macadame”.

Art. 3º Fica inserido o Art. 2.A na Lei nº 1634/2014 de 12 de novembro de 2014:

“Art. 2.A Caso o beneficiado realize o transporte, a administração poderá fornecer o macadame ao mesmo, sem a observância do art. 10 desta lei, caso em que estas cargas somam para o estipulado no art. 2º.

§ 1º Quando realizado o transporte pelo beneficiado, este deverá retirar na Secretaria de Agricultura a autorização da carga, ficando ciente que não haverá ressarcimento dos custos assumidos com o transporte.

§ 2º A autorização da carga deverá ser devidamente assinada pelo Secretário de Agricultura, constando:

I – nome do beneficiário;
II – números de carga;
III – descrição do veículo autorizado;
IV – capacidade em m³ correspondente a cada carga;
V – saibreira liberada;
VI – período para retirada.

Art. 4º Fica alterado o Parágrafo Único do Art. 8º da Lei nº 1634/2014 de 12 de novembro de 2014 que passa a vigorar com

a seguinte redação:

“Parágrafo Único Fica limitado o transporte de macadame e calcário em 05 (cinco) cargas anuais com os descontos estabelecidos, excluindo-se a possibilidade, quando as cargas forem concedidas através do disposto no artigo 2.A.”

Art. 5º Fica alterado o Art. 10 da Lei nº 1634/2014 de 12 de novembro de 2014 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 10 A municipalidade atenderá os requerimentos em ordem cronológica de solicitação, devidamente numerados, utilizando o critério de atendimento por comunidade, facilitando o trabalho e diminuindo os custos com deslocamento.

§ 1º Em casos emergenciais, comprovados através de declaração da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente ou da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos o atendimento poderá ser imediato.

§ 2º Não entrará nos critérios acima elencados, o Beneficiário optante pelo fornecimento de macadame disposto no artigo 2.A.”

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Massaranduba, 08 de Dezembro de 2015

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Publicado no expediente da data supra,

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI

Gerente de Gabinete

LICITAÇÃO 76.2015 PP 56.2015 - SERVIÇOS DE HORA/TORNO GRANDE

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 76/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2015

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que de acordo com Decreto Municipal 2.051/2010, a Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE TORNO GRANDE PARA RECUPERAÇÃO DO RODANTE (RODA GUIA, ROLETE, PROTEÇÃO DE CORRENTE, MOTRIZ, CALÇO DE RODA GUIA, CORRENTE, PRENSA EM PINO E BUCHA) DE MÁQUINA PESADA

ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até às 10h00min do dia 21/12/2015.

ABERTURA DA SESSÃO: 10h30min do dia 21/12/2015.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou site: www.massaranduba.sc.gov.br.

Massaranduba, 08 de dezembro de 2015.

MÁRIO FERNANDO REINKE

Prefeito

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO Nº 003-2015 AO CONTRATO Nº 001-2015 - SAÚDE

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 003/2015 (acréscimo de valor)
Contrato n.º. 001/2015
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: AUTO POSTO MELEIRO LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Gasolina Comum), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2015.
Valor acrescido: R\$ 1.154,66
Data da assinatura: 02 de dezembro de 2015.

EXTRATO ADITIVO Nº 003-2015 AO CONTRATO Nº 002-2015

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Extrato Aditivo de Contrato

Aditivo n.º 003/2015 (acréscimo de valor)
Contrato n.º. 002/2015
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: AUTO POSTO MELEIRO LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (Gasolina Comum), PARA A FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2015.
Valor acrescido: R\$ 1.220,31
Data da assinatura: 02 de dezembro de 2015.

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 092/2015

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 092/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: LIGHT NIGHT MATERIAIS ELÉTRICOS E MANUTENÇÃO LTDA

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo do mesmo até o dia 29 de fevereiro de 2016, conforme solicitação em anexo.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 006/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro a 29 de fevereiro de 2016.

Mondaí – SC, 24 de novembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO ADITIVO CONTRATO 062/2014

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 062/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: SCHAFER & BELING LTDA - ME

OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo do mesmo até o dia 30 de abril de 2016 conforme solicitação em anexo.

ORIGEM: Tomada de Preços nº 004/2014.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de janeiro a 30 de abril de 2016.

Mondaí – SC, 04 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TOMADA PREÇOS Nº 016/2015

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

AVISO DE LICITAÇÕES

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 182/2015

Tomada de Preços nº. 016/2015

O Município de Mondaí, SC, com sede administrativa à Rua Laju, 420, Centro, através da Comissão Permanente de Licitação - CPL, torna público que fará realizar em 04 de janeiro de 2016, às 14:00 horas, licitação na Modalidade "TOMADA DE PREÇOS", Objeto "Contratação de serviços Técnicos - Profissionais de treinamento e assessoria no âmbito da Administração Pública, para o exercício de 2016 e subseqüentes, compreendendo as áreas administrativa, financeira, patrimonial, planejamento, tesouraria, contábil e contraditórios ao Tribunal de Contas do Estado, com continua capacitação e treinamento de servidores para a correta realização de atividades administrativas, mediante a realização de reuniões, instruções no local de trabalho e orientações a distância via e-mail, telefone, fax e outros meios eletrônicos, com encontros presenciais no Município e o restante podendo ser a distância ou com as ferramentas de internet, telefone e acesso remoto,". A licitação será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993. As informações completas poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação – CPL, pelo telefone (049)-3674-3100, ou pessoalmente na sede da Prefeitura Municipal, ou pelo site www.mondai.sc.gov.br.

Mondaí, 08 de dezembro de 2015.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DAS LICITAÇÕES

NOTIFICAÇÃO DE SUSPENSÃO DAS LICITAÇÕES

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA (doravante denominada "Prefeitura"), com sede na Rua 20 de Maio, 100 - Morro da Fumaça/SC, inscrito no CNPJ sob o No. 83.000.323/0001 -02, neste ato representado pelo Sr. Marci José Sartor, Prefeito Municipal, CPF nº. 342.591.049-34

CONTRATADA: HELIO RECCO ME (doravante denominada "CONTRATADA"), estabelecida à ESTRADA GERAL, S/N, BAIRRO LINHA FRAS-SON, em MORRO DA FUMAÇA - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.964.343/0001-15, ora denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor HELIO RECCO – PROPRIETARIO, Carteira de Identidade nº 182094 SSP/SC, CPF nº 070.820.539-91

Tendo em vista o Decreto 133/2015 de 13 de novembro de 2015 e por meio de parecer técnico da assessoria jurídica dá-se o procedimento abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA FICA SUSPENSA:

REGISTRO DE PREÇO 09/2014 OBJETO: AQUISIÇÃO DE SAIBRO E ATERRO, conforme anexo.

REGISTRO DE PREÇO 73/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE SAIBRO PARA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS NA AREA URBANA (BAIROS E LOTEAMENTOS) E RURAL DO MUNICIPIO, conforme anexo.

REGISTRO DE PREÇO 74/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE SAIBRO PARA MANUTENÇÃO DOS PROGRAMAS DE INCENTIVO DO MUNICIPIO, conforme anexo.

REGISTRO DE PREÇO 75/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE ATERRO PARA USO DO MUNICIPIO DE MORRO DA FUMAÇA, conforme anexo.

REGISTRO DE PREÇO 76/2015 OBJETO: AQUISIÇÃO DE ATERRO PARA USO EM PROGRAMAS DE INCENTIVO DO MUNICIPIO conforme anexo.

Morro da Fumaça (SC), 02 de dezembro de 2015.

PREF. MUNIC. MORRO DA FUMAÇA
MARCI JOSÉ SARTOR
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

ATA HABILITAÇÃO SEBOLD PREGÃO 158/2015 PMN

Ata habilitação Sebold Pregão 158/2015 PMN
ABERTA A SESSÃO AS 14 HORAS, CONFORME ANTERIORMENTE AGENDADO E PUBLICADO, PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE SEBOLD COMERCIO DE PROD. ALIM., UMA VEZ QUENA PRIMEIRA SESSÃO O MESMO NÃO HAVIA SIDO ABERTO POIS NA ÉPOCA NÃO HAVIA GANHO NENHUM ITEM. COM O TRANSCORRER DA VERIFICAÇÃO DAS AMOSTRAS, E COMO O PRIMEIRO COLOCADO NO ITEM 07 HAVIA TIDO SUA AMOSTRA REPROVADA, FOI CHAMADO O LICITANTE SEBOLD PARA APRESENTAR TAL ITEM POIS ERA O SEGUNDO COLOCADO, FAZENDO NECESSARIO A ABERTURA DE SUA HABILITAÇÃO. NO MOMENTO DA SESSÃO NÃO HAVIA INTERESSADOS PRESENTES A NÃO SER O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO, FOI CONSTATADO QUE O LICITANTE ATENDEU COM AS EXIGENCIAS DO EDITAL, SENDO DEVIDAMENTE HABILITADO.

ATA TOMADA DE PREÇOS 147/2015 PMN

Ata Tomada de Preços 147/2015 PMN

ABERTO O CERTAME AS 09:00 CONFORME AGENDADO ANTERIORMENTE, COM A PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES QUARK, MERCOLUX, E ECOLUX TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E NÃO POSSUIDORES DO BENEFICIO DE ME/EPP, APÓS AS CONSIDERAÇÕES E PRAXE FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DOS PARTICIPANTES, EM SEGUIDA APÓS VERIFICAÇÃO DA COMISSÃO PASSOU-SE PARA OS LICITANTES PRESENTES VERIFICAREM E ASSINAREM OS DOCUMENTOS, EM SEGUIDA HOUE O APONTAMENTO POR PARTE DA MERCOLUX CONTRA A QUARK, A QUARK NÃO APRESENTOU O VINCULO COM PROFISSIONAL (SUPERVISOR DE SERVIÇOS ITEM 4.4.6.2 ALINEA B) O MESMO ENTENDIMENTO DA COMISSÃO E QUE CULMINOU NA INABILITAÇÃO DA LICITANTE QUARK, MENCIONARAM INTENÇÃO DE RECURSO QUARK, MERCOLUX.

Intimam-se os presentes e interessados que a abertura das propostas dos habilitados será no dia 18/12/2015 as 9 horas, caso não haja recursos ou os mesmos sejam decididos antes.

Obs.; qualquer alteração na data será publicada no site www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO 524 ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
www.navegantes.sc.gov.br
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br
Fone/Fax: (047) 3342-9500

DECRETO N° 524 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015
DECLARA IMÓVEL DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso XV, da Lei Orgânica do Município, bem como fundamento das políticas públicas estabelecidas no Plano Diretor Municipal (Leis Complementares nº 55, 56 e 57 de 22 de julho de 2008) e no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, bem como considerando o preceito constitucional de que a propriedade deve cumprir seu fim social;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação, amigável ou judicial, um terreno sem benfeitorias representado pelo lote nº 7 da quadra "T" do desmembramento denominado "Vila Brasília", situado no lugar Balneário Navegantes, zona urbana da sede do município de Navegantes, na quinta quadra do lado par da Avenida Rio do Sul, com a área de 540,00 metros quadrados e as seguintes medidas e confrontações: FRENTE ao SUL no lado par da avenida acima citada, 15,00 metros; FUNDOS ao NORTE nas terras de Antônio José Waltrich, 36,00 metros; EXTREMA ao LESTE com terras ora de Anilo Pasquali (lote 06) e a OESTE com o lado par de uma rua sem denominação especial, registrado junto ao 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Itajaí sob a matrícula nº 7.303 em nome da Senhora Verônica Doege.

§ 2º Destina-se, a área de que trata este Decreto, exclusivamente para a abertura da Avenida Ivo Silveira, antiga 1ª Avenida Radial Norte/Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 4 DE DEZEMBRO DE 2015.

Emílio Vieira

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 4 de dezembro de 2015.

Silvana Maria Mendes Francisco

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA INTERINA

DECRETO Nº 527 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CNPJ 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n° 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 527 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DO SALDO DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder transferência do saldo do excesso de arrecadação da fonte de recursos abaixo discriminada até a importância de R\$ 50.805,00 (Cinquenta Mil, Oitocentos e Cinco Reais) para a seguinte dotação:

Fonte de Recursos: 10000 – Recursos Ordinários

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

02 – Diretoria do Tesouro

04.123.0006 – 2.019 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria do Tesouro

48 – 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas

R\$ 50.805,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
 PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2015.
 Roberto Carlos de Souza
 Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
 Navegantes, 08 de Dezembro de 2015.

Silvana Maria Francisco
 Secretária de Administração e Logística

DECRETO Nº 528 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA DE NAVEGANTES
 CNPJ 83.102.855/0001-50
 Rua João Emílio n.º 100 - Centro
 CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
 Fone/Fax: (47) 3342-9500
 www.navegantes.sc.gov.br

DECRETO Nº 528 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
 DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I, do art. 18, da Lei nº 2947 de 21/11/2014 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e Três Mil Reais), da seguinte dotação, na respectiva fonte de recursos:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários
 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 02 – Diretoria do Tesouro
 28.843.0006 – 0.001 – Amortização da Dívida Pública
 51 – 4.6.90.00.00.00 – Principal da Dívida Contratual Resgatado
 R\$ 23.000,00

Art. 2º Os recursos acima, suplementarão as seguintes dotações orçamentárias:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários
 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
 02 – Diretoria do Tesouro
 28.843.0006 – 0.001 – Amortização da Dívida Pública
 49 – 3.2.90.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida R\$ 23.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
 Navegantes, 08 de Dezembro de 2015
 Roberto Carlos de Souza
 PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
 Navegantes, 08 de Dezembro de 2015

Silvana Maria Francisco
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

II ATA VERIFICAÇÃO AMOSTRAS E CONVOCAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 158/2015

II ATA VERIFICAÇÃO DE AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 158/2015 PMN

Aos 08 dias do mês de dezembro de 2015 os responsáveis pela análise das amostras referente o pregão nº 158/2015 PMN, objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCAÇÃO INFANTIL) DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. ITENS FRACASSADOS DOS PREGÕES PRESENCIAIS Nº 11/2015, 63/2015 E 85/2015, verificaram e deram o parecer - aprovação/reprovação dos produtos apresentados conforme segue:

ITENS	Licitantes 2º colocados	Aprovação/reprovação	LICITANTES 3º COLOCADOS CONVOCADOS P/APRESENTAR AMOSTRA NO PRAZO CONSTANTE NO EDITAL
01	KELLY A.D.S	APROVADO	---
02	TIAGO ALE-XANDRE	REPROVADO-apresentou dispenser de sabonete liquido em vez de papel higiênico	JP de lima
06	KELLY A.D.S	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA –	Licisul
07	LUIZ FERNANDO SEBOLD	APROVADO	-----
08	KELLY A.D.S	REPROVADO-NÃO APRESENTOU AMOSTRA –	Não tem
09	TIAGO ALE-XANDRE	REPROVADO-marca incompatível, e baixa qualidade-chick	Não tem

Obs.; OS LICITANTES INTERESSADOS QUE TIVEREM SUAS AMOSTRAS REPROVADAS DEVERÃO RETIRAR AS MESMAS NO PRAZO DE 24 HORAS DESTA PUBLICAÇÃO.

Douglas Lemos – Pregoeiro

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 74/2015 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

Procedimento Administrativo nº 74/2015
 PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

1. Do Relatório

A empresa PONTAMED FARMACEUTICA LTDA - inscrita no CNPJ 02.816.696/0001-54 uma das vencedoras da Ata de Registro de Preços Pregão nº: 60/2014 é o que restou prejudicado, conforme Decisões do Pregoeiro Douglas e Equipe de Apoio, Proferidas nos dias 29 de julho de 2015 e 10 de Agosto de 2015, na Secretaria de Administração, pelo Departamento de Compras deste Município, a Decisão proferida pelo Pregoeiro, trata sobre o pedido de cancelamento do item 95 do pregão 60/2014, contudo a Empresa encaminhou um e-mail com a carta de justificativa do laboratório teuto com a data de 04/12/2014, sendo que a licitação ocorreu no dia 08 de janeiro de 2015, dando a entender que a empresa PONTAMED, já sabia da falta de produtividade e mesmo assim cotou o medicamento, com esses fatos apurados pela equipe de apoio decidiu o pregoeiro e equipe, que deveria ser aberto processo administrativo para apurar os fatos e se realmente comprovado o uso de má fé da participante, suspende-la para as próximas licitações e aplicar as devidas medidas previstas em Lei.

Foi aberto pelo departamento de processos administrativos, o processo PA nº74/2015, foi enviado a notificação de nº 74/2015 no dia 06/08/2015, a qual foi devolvida pelo correio no dia 20/08/2015 com seu devido recebimento pela empresa no dia 12 de agosto de 2015, retorno do AR de nº JO 05888674 8 BR, cujo teor está consubstanciado na NT nº 74/2015, para que a mesma prestasse esclarecimentos, garantindo assim o direito a ampla defesa e o contraditório, conforme prevê o artigo 5º, inc. LV da Constituição Federal, sob pena de arcar com todas as possíveis penalidades contratuais e editalícias.

Cabe a esta Administração, a análise dos fatos.

2. Da Decisão

Diante dos fatos e fundamentos ora aduzidos, e trazidos a este encarregado para deliberação, decide esta Administração que:

2.1 Ficou apurado pela Secretaria de Saúde e pela Administração Publica que a empresa PONTAMED, fez à justificativa, com a declaração da fabricante Teuto, com a data de dezembro, contudo este e-mail foi recebido pela empresa apenas em junho, sendo assim quem induziu ao erro foi a própria fabricante, que se justificou e retificou a data da declaração, quanto a impossibilidade de produção da fenitoína.

2.2 Foi dado à empresa o direito a ampla defesa e o contraditório, através da Notificação nº 74/2015. A qual fez a devida justificativa explicando o ocorrido, e comprovando sua boa-fé quanto à justificativa apresentada, tomando este Ente Publico como verdadeiros os fatos alegados pela mesma.

2.3 Isto Posto, DETERMINAMOS que é feito o ACEITE pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio quanto o pedido da troca de Marca, representada anteriormente pelo laboratório Teuto, sendo substituído pelo laboratório Hipolabor, contudo quanto a substituição, este Aceite fica restrito a ser fornecido pelo mesmo valor ganho na licitação, não podendo a empresa PONTAMED, solicitar reajuste ou reequilíbrio, para não causar prejuízo ao erário. Esta Decisão será devidamente publicada, diante de todos os fatos e fundamentos expostos, julga-se procedente esta Decisão Administrativa do PA nº 74/2015.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA
Prefeito de Navegantes

SILVANA MARIA MENDES FRANCISCO
Secretária de Administração e Logística

Douglas Lemos
Pregoeiro Titular

Maria Benedita Correa Pedro Paulo da Costa
Pregoeira Substituta Equipe de Apoio

Carla Claudino Franciele Justino
Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Anna Claudia Gaya Costa
Encarregada Processo Administrativo

Navegantes, 28 de Agosto de 2015.

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 779/2015

PORTARIA Nº 779/2015
Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, CRISSELLE STUEPP CLAUDINO, matrícula nº 6866, para exercer o cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora CRISSELLE STUEPP CLAUDINO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Tijucas, nº 692, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 039.713.659-57, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria

Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude de realização de Concurso Público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini Criselle Stuepp Claudino
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 780/2015

PORTARIA Nº 780/2015
Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, EVANDRO ALUIZIO CUCCO, matrícula nº 6867, para exercer o cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor EVANDRO ALUIZIO CUCCO, brasileiro, casado, residente e domiciliado na TV Cucco, nº 20, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 770.879.509-59, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado

das atribuições no cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 08 de fevereiro de 2016, podendo ser rescindido antes do prazo em virtude da realização do Concurso Público nº 003/2015.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Evandro Aluizio Cucco
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 782/2015

PORTARIA Nº 782/2015
Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, JURACI JUREMA VICENTINI DEMONTI, matrícula nº 6869, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JURACI JUREMA VICENTINI DEMONTI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, s/nº, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 449.248.109-59, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da

Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Juraci Jurema Vicentini Demonti
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 783/2015

PORTARIA Nº 783/2015
Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, SALETE ELLER, matrícula nº 6870, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora SALETE ELLER, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Ayres Lourenço Penk, nº 115, Bairro Guarani, Município de Brusque, portadora do CPF nº 475.533.839-53, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da

Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato podrá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini	Salete Eller
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 784/2015

PORTARIA Nº 784/2015
Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, VALDINEIA DOS SANTOS ROSA RAISER, matrícula nº 6871, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora VALDINEIA DOS SANTOS ROSA RAISER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Carlos Tridapalli, nº 31, Ap. 02, Bairro Besenello, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 030.472.269-38, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40

(quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini Valdineia dos Santos Rosa
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 785/2015

PORTARIA Nº 785/2015
Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, LUCIMARI BRIZOLLA DE VARGAS MARQUES, matrícula nº 6872, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora LUCIMARI BRIZOLLA DE VARGAS MARQUES, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Isaias Piva, nº 51, Bairro Ribanceira do Sul, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 000.703.500-43, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40

(quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini Lucimari Brizolla de Vargas
Prefeito Municipal Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 787/2015

PORTARIA Nº 787/2015
Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, ONÉLIA ALMEIDA, matrícula nº 6874, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ONÉLIA ALMEIDA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Cristovão Gessele, s/nº, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 378.637.209-82, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da

Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Onélia Almeida
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 788/2015

PORTARIA Nº 788/2015
Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, KARINA TOMASI, matrícula nº 6875, para exercer o cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora KARINA TOMASI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Florianópolis, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 047.308.059-17, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e

Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – por acordo entre as partes;
- II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;
- III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Karina Tomasi
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 789/2015

PORTARIA Nº 789/2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, SALOMÃO ALMEIDA SANTOS, matrícula nº 6876, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor SALOMÃO ALMEIDA SANTOS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na RD SC 411, nº 2036, Bairro Morro da Onça, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 394.572.735-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento..

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais),

pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Salomão Almeida Santos

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 790/2015

PORTARIA Nº 790/2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, RITA CADORIN TOMASONI, matrícula nº 6877, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora RITA CADORIN TOMASONI, brasileira, casada, residente e domiciliada na TV Salvador Cadorin, nº 156, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 580.117.909-78, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Enfermagem, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais),

pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Rita Cadorin Tomasoni

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 793/2015

PORTARIA Nº 793/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, VICTOR RAPHAEL CORRÊA VOSS, matrícula nº 6880, para exercer o cargo de Médico Especialista - Psiquiatra, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor VICTOR RAPHAEL CORRÊA VOSS, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 275, Ap. 208, nº 135, Bairro Meia Praia, Município de Itapema, portadora do CPF nº 311.067.138-77, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Psiquiatra - NASF, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos

Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização de Concurso Público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Victor Raphael Corrêa Voss

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 794/2015

PORTARIA Nº 794/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, RODRIGO DIAS DA SILVA, matrícula nº 6881, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 48 (quarenta e oito) horas/plantão semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor RODRIGO DIAS DA SILVA, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua 1001, nº 490, Bairro Centro, Município de Balneário Camboriú, portador do CPF nº 037.928.369-71, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 48 (quarenta e oito) horas/plantão semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 69,12 (sessenta e nove reais e doze

centavos) por hora-plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 48 (quarenta e oito) horas plantão semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Rodrigo Dias da Silva
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 795/2015

PORTARIA Nº 795/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, HÉLIO SANDOVAL BARBOSA FILHO, matrícula nº 6882, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas/plantão semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e o Senhor HÉLIO SANDOVAL BARBOSA FILHO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Frei Caneca, nº 160, Bairro Agrônômica, Município de Florianópolis, portador do CPF nº 043.551.166-11, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 12 (doze) horas/plantão semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 69,12 (sessenta e nove reais e doze

centavos) por hora-plantão realizada, pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 12 (doze) horas plantão semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Hélio S. Barbosa Filho
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 796/2015

PORTARIA Nº 796/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, MARCIA ROSS, matrícula nº 6883, para exercer o cargo de Médico Plantonista, com 24 (vinte e quatro) horas/plantão semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARCIA ROOS, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na Rua Estrela Dalva, nº 72, Bairro Perequê, Município de Porto Belo, portadora do CPF nº 487.509.480-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Médico Plantonista, com 24 (vinte e quatro) horas/plantão semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 69,12 (sessenta e nove reais e doze centavos) por hora-plantão realizada, pagos na mesma data a que

tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de agosto de 2015 a 11 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 24 (vinte e quatro) horas plantão semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 13 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Marcia Roos

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 13 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 801/2015

PORTARIA Nº 801/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 138/2015, CARINA SUELI NICOLODI, matrícula nº 6889, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 17 de agosto de 2015 a 12 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora CARINA SUELI NICOLODI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Militão Costa, s/nº, Bairro Vígolo, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 083.489.239-18, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), pagos na

mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 17 de agosto de 2015 a 12 de fevereiro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, iniciando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Carina Sueli Nicolodi

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 802/2015

PORTARIA Nº 802/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 138/2015, DALVA APARECIDA MENDES ECCHER, matrícula nº 6890, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 17 de agosto de 2015 a 12 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora DALVA APARECIDA MENDES ECCHER, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Cascata, Bairro Cascata, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 029.772.799-03, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na

mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 17 de agosto de 2015 a 12 de fevereiro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, iniciando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Dalva A. Mendes Eccher

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 804/2015

PORTARIA Nº 804/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 138/2015, ELICELMA LAZZAROTTO, matrícula nº 6892, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 17 de agosto de 2015 a 12 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ELICELMA LAZZAROTTO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Geral São Valentim, s/n, Bairro São Valentim, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 037.073.709-17, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na

mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 17 de agosto de 2015 a 12 de fevereiro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, iniciando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Elicelma Lazzarotto

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 806/2015

PORTARIA Nº 806/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 138/2015, ANA CLAUDIA BATTISTI, matrícula nº 6894, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 17 de agosto de 2015 a 12 de fevereiro de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ANA CLAUDIA BATTISTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Brusque, nº 394, Ap. 01, Bairro Espraiado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 104.306.199-10, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), pagos na

mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 06 (seis) meses, iniciando em 17 de agosto de 2015 a 12 de fevereiro de 2016, data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, iniciando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 17 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Ana Claudia Battisti

Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 17 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 811/2015

PORTARIA Nº 811/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 136/2015, EDUARDA SOUZA LODETTI, matrícula nº 6899, para exercer o cargo de Farmacêutica, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 18 de agosto de 2015 a 16 de agosto de 2016, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de agosto de 2015.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 18 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora EDUARDA SOUZA LODETTI, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua 31 de março, nº 134, Bairro Centro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 076.827.209-21, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Farmacêutica, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos

reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato, pelo exercício efetivo de cada plantão.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 12 (doze) meses, iniciando em 18 de agosto de 2015 a 16 de agosto de 2016, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado pelo mesmo período.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V – Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 18 de agosto de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Eduarda Souza Lodetti
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 18 de agosto de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 963/2015

PORTARIA Nº 963/2015

Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207, de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido, a Servidora Pública Municipal LUCINEIA KNISS, matrícula nº 6310, ocupante do Cargo de Agente Comunitária de Saúde ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a partir de 19 de outubro de 2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 22 de outubro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, em 22 de outubro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 988/2015

PORTARIA Nº 988/ 2015

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 953/2015, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal AL-CIR DANILO TOMAZI, matrícula nº 6921, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, do Quadro de Servidores Efetivos desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 60 (sessenta) dias, a contar de 08 de novembro de 2015 a 06 de janeiro de 2016, conforme resultado pericial datado de 12/11/2015.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 12 de novembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 12 de novembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 990/2015

PORTARIA Nº 990/ 2015

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 003/2015, de 26/06/2015, convocado conforme Decreto nº 241/2015, PAULO SERGIO RODRIGUES, matrícula nº 6975, para exercer o cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 19 de novembro de 2015 a 06 de dezembro de 2015, em substituição ao Titular Diogo Marchiori, afastado por motivo de férias.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 20 de novembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 20 de novembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e D. Comunitário

CONTRATO SP//2015**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor PAULO SÉRGIO RODRIGUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Battisti Archer, nº 53, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 767.115.369-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista III, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição ao Titular Diogo Marchiori, afastado por motivo de férias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.400,00 (hum mil e quatrocentos reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos,

equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 19 de novembro de 2015 a 06 de dezembro de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes;

II – pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III – violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV – pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V – em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 19 de novembro de 2015.

Gian Francesco Voltolini

Paulo Sergio Rodrigues

Prefeito Municipal

Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 19 de novembro de 2015.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e D. Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Orleans

PREFEITURA

ERRATA PROCESSO 128/2015

PROCESSO Nº 128/2015

REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 99/2015 - ERRATA

Tipo: Menor Preço por Item

ONDE SE LÊ:

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE UHT INTEGRAL LONGA VIDA EMBALAGEM TETRA PAK

LEIA-SE:

Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE UHT INTEGRAL EMBALAGEM LONGA VIDA 01 (um) LITRO.

ONDE SE LÊ:

Recebimento dos Envelopes: até o dia 16/12/2015 às 17h30min.

Abertura das Propostas: dia 16/12/2015, às 18h00min.

LEIA-SE:

Recebimento dos Envelopes: até o dia 12/01/2016 às 17h00min.

Abertura das Propostas: dia 12/01/2016, às 17h30min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002 e 8.666/93 consolidada.

Orleans - SC, 08 de dezembro de 2015.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

Ouro

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 016/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015
CONTRATANTE: CÂMARA DE MUNICIPAL DE VEREADORES DE OURO.
CONTRATADA: ROBERTO TESSARO & CIA LTDA.
OBJETO: Aquisição de duas SMART TV 32 polegadas de LED Marca Samsung.
VALOR: R\$: (2.796,00) (Dois Mil Setecentos e Noventa e Seis Reais)
VIGÊNCIA: Trinta dias.
DATA DA ASSINATURA: 08 de Dezembro de 2015.

Câmara Municipal de Vereadores Ouro (SC), em 08 de Dezembro de 2015.
Paulo Bedin
Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2015

EXTRATO DE CONTRATO Nº 017/2015

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2015
CONTRATANTE: CÂMARA DE MUNICIPAL DE VEREADORES DE OURO.
CONTRATADA: MULTITEC INFORMÁTICA LTDA
OBJETO: Aquisição de duas Impressoras a Laser Marca Brother.
VALOR: R\$: (3.660,00) (Três Mil Seiscentos e Sessenta Reais)
VIGÊNCIA: Trinta dias.
DATA DA ASSINATURA: 08 de Dezembro de 2015.

Câmara Municipal de Vereadores Ouro (SC), em 08 de Dezembro de 2015.
Paulo Bedin
Presidente

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO V DE VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº. 0106/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE.

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 01/01/2016 à 31/12/2016. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 03 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO V DE VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº. 0108/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/ FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência: 01/01/2016 à 31/12/2016. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 03 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO V DE VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº. 0109/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/ FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 01/01/2016 à 31/12/2016. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 03 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO V DE VIGÊNCIA AO CONTRATO Nº. 0111/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/ FUNDO

HABITACIONAL

CONTRATADO: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Objeto: Contratação de Empresa para fornecer Licença de Direito de Uso Temporária, não exclusiva de sistemas de gestão pública municipal, que deverá estar desenvolvida em ambiente Windows, sob a arquitetura cliente/servidor ou Web, com acesso simultâneo de usuário, utilizando banco de dados relacional e comunicação TCP/IP, incluindo serviços de instalação, transferência e conversão de dados, parametrização, adequação, treinamento, manutenção legal e corretiva e suporte técnico. Vigência de 01/01/2016 à 31/12/2016. Amparo legal P. L. nº 0056/2013, P.P. nº 0024/2013, Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 03 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO VI DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0002/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE

CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: a) Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e compactáveis, com a utilização de veículo (s) equipado (s) com caçamba coletora/compactadora com disposição final de resíduos sólidos urbanos, através de operação e manutenção de aterro sanitário, em imóvel de responsabilidade da empresa contratada, possuidor de todas as licenças ambientais necessárias;

b) Coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde, com a utilização de veículo especial de acordo com as normas técnicas atinentes a tal serviço, com disposição final conforme licenças ambientais necessárias... Vigência de 01/01/2016 à 31/12/2016. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 03 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO VI DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0003/2012

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: a) Coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos e compactáveis, com a utilização de veículo (s) equipado (s) com caçamba coletora/compactadora com disposição final de resíduos sólidos urbanos, através de operação e manutenção de aterro sanitário, em imóvel de responsabilidade da empresa contratada, possuidor de todas as licenças ambientais necessárias;

b) Coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de serviços de saúde, com a utilização de veículo especial de acordo com as normas técnicas atinentes a tal serviço, com disposição final conforme licenças ambientais necessárias... Vigência de 01/01/2016 à 31/12/2016. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 03 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE ADITIVO IV DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0115/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADO: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS

LTDA-ME

Objeto: Fornecimento de sistema de Gestão da Assistência Social, através de licença e locação de uso de software, bem como sua manutenção, serviços de implantação, capacitação de usuários e assistência técnica. Vigência de 01/01/2016 á 31/12/2016. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 03 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE OURO VERDE**

EXTRATO DE ADITIVO I DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0038/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: ANDRESSA FACCO FROSI

Objeto: Contratação de pessoa física formada na área farmacêutica para prestação de serviço junto a Vigilância Sanitária junto a Unidade Básica de Saúde do município de Ouro Verde-SC, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Vigência de 01/01/2016 á 31/12/2016. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 03 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE OURO VERDE**

EXTRATO DE ADITIVO I DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº. 0027/2015

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: JULIANE TEDESCO GOULART

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Educador físico para desenvolver ações que propiciem a melhoria da qualidade de vida dos grupos da área da saúde com carga horária de 20 horas semanais. Vigência de 01/01/2016 á 31/12/2016. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 03 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE OURO VERDE**

EXTRATO DE ADITIVO III DE PORROGAÇÃO AO CONTRATO Nº.0014/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: EDINEIA CASSOL

Objeto: Contratação de pessoa física formada na área de fisioterapia para prestação de serviço na unidade de Saúde do Município de Ouro Verde, com 20 (vinte) horas semanais. Vigência de 01/01/2016 á 31/12/2016. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93 Ouro Verde, 03 de dezembro de 2015. Rosane Minetto Selig- Prefeita Municipal.

PORTARIA Nº0126

PORTARIA N.º 0126/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Senhor Josiel Farrapo, lotado junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, correspondente ao período aquisitivo de 01/08/2014 a 31/07/2015, que serão gozadas no período de 01/12/2015 a 30/12/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/01/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 30 de novembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº0127

PORTARIA N.º 0127/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Senhor Ismael de Oliveira da Luz, lotado junto a Secretaria Municipal de Administração e Gestão, correspondente ao período aquisitivo de 12/03/2014 a 11/03/2015, que serão gozadas no período de 01/12/2015 a 30/12/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/01/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 30 de novembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº0128

PORTARIA N.º 0128/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Senhora Pública Municipal Sra Adriane Marcheto Alves de Quadra, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 09/02/2013 a 08/02/2014, que serão gozadas no período de 01/12/2015 a 30/12/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/01/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 04 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG

PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI

SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº0129

PORTARIA N.º 0129/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Senhora Pública Municipal Sra Elizabete de Fátima Alves Paz Moro, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 01/11/2014 a 31/10/2015, que serão gozadas no período de 01/12/2015 a 30/12/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/01/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 04 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº0130

PORTARIA N.º 0130/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Senhor Público Municipal Sr. Clodoaldo José Basotti, lotado junto a Secretaria Municipal de Saúde, correspondente ao período aquisitivo de 01/09/2014 a 31/08/2015, que serão gozadas no período de 01/12/2015 a 30/12/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/01/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 04 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº0131

PORTARIA N.º 0131/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias ao Senhor Público Municipal Sr. Valdecir Cechin, lotado junto a Secretaria Municipal de Agricultura, correspondente ao período aquisitivo de 31/10/2014 a 30/10/2015, que serão gozadas no período de 01/12/2015 a 30/12/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/01/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 04 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº0132

PORTARIA N.º 0132/2015

Nomeia comissão de acompanhamento e análise de amostragem de produtos perecíveis e não perecíveis de processos licitatórios e dá outras providências.

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e:

RESOLVE:

Art. 1º Nomear membros de comissão de acompanhamento e análise de amostragem de produtos perecíveis e não perecíveis de processos licitatórios, conforme segue:

- I - EMANUELA BENEDETTI CATAPAN – Membro;
- II - ELAINE MARIA SCHEIS – Membro;
- III - CLARICE NARCISO DOS SANTOS COSTACURTA – Membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Ouro Verde, 07 de dezembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELIG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

PORTARIA Nº125

PORTARIA N.º 0125/2015

"CONCEDE FERIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ROSANE MINETTO SELIG, Prefeita do Município de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Conceder Férias a Conselheira Tutelar Senhora Jocelaine Sutil, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento e Assistência Social, correspondente ao período aquisitivo de 01/10/2014 a 30/09/2015, que serão gozadas no período de 01/12/2015 a 30/12/2015, retornando aos seus trabalhos no dia 02/01/2016.

2 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde (SC), em 30 de novembro de 2015.

ROSANE MINETTO SELG
PREFEITA MUNICIPAL

A presente Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

PEDRO LUIZ REBESCHINI
SECRETÁRIO DE ADM. E GESTÃO

Paial

PREFEITURA

DISPENSA 10/2015

CONTRATO ADMINISTRATIVO N 89/2015

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIAL		
PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO		CNPJ: 01.614.376/0001-59
ENDEREÇO: RUA GOIAS, 400 CENTRO		
REPRESENTANTE LEGAL		
NOME: ALDAIR ANTÔNIO RIGO		CARGO: PREFEITO MUNICIPAL
NACIONALIDADE: BRASILEIRO	ESTADO CIVIL: CASADO	TELEFONE: (49) 3451-0045
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 3.815.582	ÓRGÃO EMISSOR: SSP SC	CPF/MF:486.325.979-49
RESIDÊNCIA: RUA SANTA CATARINA, 506		MUNICÍPIO: PAIAL

CONTRATADO

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC			
CNPJ: 82.515.859/0001-06		INSC. ESTADUAL : ISENTO	
ENDEREÇO: ROD. SC 401, KM 01 LOTE 02 - PARQUE TECNOLÓGICO ALFA, JOÃO PAULO		MUNICÍPIO: FLORIANÓPOLIS - SC	
CEP: 88030-000		FONE/FAX : (048) 3221-0800	
REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS):			
NOME: CARLOS GUILHERME ZIGELLI		CARGO: DIRETOR SUPERINTENDENTE	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	ESTADO CIVIL: CASADO	PROFISSÃO: ADVOGADO	
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 6577	ÓRGÃO EMISSOR: OAB/SC	CPF/MF: 564 875 689-53	
NOME: ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA		CARGO: DIRETOR	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	ESTADO CIVIL: CASADO	PROFISSÃO: ADMINISTRADOR	
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 13/R 820.207	ÓRGÃO EMISSOR: SSP/SC	CPF/MF: 384.480.689-04	
NOME: SÉRGIO FERNANDES CARDOSO		CARGO: DIRETOR	
NACIONALIDADE: BRASILEIRA	ESTADO CIVIL: CASADO	PROFISSÃO: ENGENHEIRO	
CARTEIRA DE IDENTIDADE: 1/R 428.448	ÓRGÃO EMISSOR: SSP/SC	CPF/MF: 298.599.309-10	

CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento está amparado Processo de Licitação 62/2015, Dispensa de Licitação 10/2015, com base no artigo 24, XIII, da Lei n.º 8.666/93, e se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA - OBJETO

Constitui-se objeto deste instrumento a execução de HORAS DE CONSULTORIA DESTINADAS ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO MUNICÍPIO pelo CONTRATADO ao CONTRATANTE, conforme características, objetivos e metodologia discutidos e aprovados de comum acordo entre as partes.

§ 1º. O PROGRAMA DE CONSULTORIA foi desenvolvido pelo CONTRATADO, detentor da metodologia e sua aplicação, configurando-se como única sociedade civil habilitada a desenvolvê-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODO DE EXECUÇÃO

Para realização dos serviços objeto deste instrumento, o CONTRATADO prestará:

3 Oficinas SEI (Vender, Planejar, Empreender – prazo de execução 12 meses)

40 horas de Consultoria Individual (prazo de execução de 12 meses)

1 Curso de Administração de Pequenos Negócios (prazo de execução de 12 meses)

1 Palestra de Empreendedorismo (prazo de execução 8 meses)

80 horas de Consultoria de Projeto - Acompanhamento de Cooperativa da Agricultura Familiar (Organização, agregação de valor, legislação e acesso a mercado), prazo de execução 12 meses.

40 horas de Consultoria de projeto para a atividade Turismo (prazo de execução de 12 meses), durante o prazo estabelecido na cláusula Quarta deste instrumento.

§ 1º. O CONTRATADO disponibilizará ao CONTRATANTE consultor credenciado durante o prazo estabelecido na Cláusula Quarta deste instrumento.

§ 2º. O CONTRATANTE, por sua vez, colocará à disposição do CONTRATADO um técnico selecionado pelo CONTRATANTE, a fim de acompanhar e absorver a metodologia do Projeto ficando o mesmo responsável pela implantação das ações ao término do presente instrumento.

§ 3º O repasse da metodologia implica a consequente assimilação da mesma pelo técnico do CONTRATANTE, tornando-se, portanto, co-responsável pela realização dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - PRAZO DE EXECUÇÃO

A execução dos serviços objeto deste instrumento terá a duração prevista de 12 meses, fixando seu início para dezembro de 2015.

CLÁUSULA QUINTA - VALOR AJUSTADO E FORMA DE PAGAMENTO

O valor global dos serviços objeto deste instrumento é de R\$ 10.725,00 (dez mil setecentos e vinte cinco reais) a ser pago da seguinte forma:

Parágrafo primeiro: O CONTRATANTE desembolsará o valor total em 12 parcelas iguais e consecutivas de R\$ 893,75 conforme cronograma de desembolso abaixo, perfazendo um total de R\$ 10.725,00.

Parágrafo segundo: No caso de não pagamento, o contrato poderá ser imediatamente rescindido com a paralisação automática dos serviços contratados.

Número de parcelas	Valor em reais R\$	Projetos em Execução de Acordo com o período
01	R\$ 893,75	Conforme descrito na Cláusula Terceira deste instrumento.
02	R\$ 893,75	
03	R\$ 893,75	
04	R\$ 893,75	
05	R\$ 893,75	
06	R\$ 893,75	
07	R\$ 893,75	
08	R\$ 893,75	
09	R\$ 893,75	
10	R\$ 893,75	
11	R\$ 893,75	
12	R\$ 893,75	

CLÁUSULA SEXTA - RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

a) pelo CONTRATANTE, a qualquer momento, desde que liquide o valor correspondente ao custo do trabalho verificado até a data da rescisão, se ocorrer interrupção dos trabalhos por sua responsabilidade; e

b) pelo CONTRATADO, se o CONTRATANTE não cumprir o disposto na cláusula quinta deste instrumento, cuja execução só terá continuidade após o cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA SÉTIMA – PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste instrumento é de 12 meses.

CLÁUSULA OITAVA - FORO

Fica eleito o foro da sede do CONTRATANTE, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir eventuais controvérsias oriundas da execução deste contrato.

E por estarem de acordo, firmam o presente contrato em quatro (04) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo assinadas, para que produza os seus efeitos legais.

Paial, 08 de dezembro de 2015.

CONTRATANTE:

ALDAIR ANTÔNIO RIGO
Prefeito do Município de Paial

CONTRATADO:

CARLOS GUILHERME ZIGELLI
Diretor Superintendente do SEBRAE/SC

ANACLETO ÂNGELO ORTIGARA Diretor do SEBRAE/SC	SÉRGIO FERNANDES CARDOSO Diretor do SEBRAE/SC
--	--

Testemunhas:

Jania Lucia Dala Vale CPF: 005.696.699-79	Antonio Soster CPF: 486.301.449-04
--	---------------------------------------

Visto Assessoria Juridica

Palhoça

PREFEITURA

RESULTADO CONCORRÊNCIA PÚBLICA 135/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESUMO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº135/2015

A Prefeitura Municipal de Palhoça torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do julgamento das Propostas de Preços apresentadas para o PROCESSO LICITATÓRIO Nº135/2015, na modalidade CONCORRÊNCIA PÚBLICA, que tem como objeto a contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de recapeamento asfáltico e sinalização viária da Rua José Cosme Pamplona, Bairro Bela Vista e serviço de pavimentação asfáltica e sinalização viária da Rua Tomás Domingos da Silveira, Bairro São Sebastião – Palhoça/SC, incluindo mão de obra com fornecimento de todo o material, de acordo com as especificações contidas nos anexos.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

A empresa CONPESA CONTRUÇÃO PESADA LTDA VENCEU os Lotes nº 1 e nº 2 com proposta nos valores de: Lote 1) R\$599.837,73 (quinhentos e noventa e nove mil, oitocentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos); Lote 02) R\$1.436.665,85(um milhão, quatrocentos e trinta e seis mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos).

Palhoça, 08 de Dezembro de 2015.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 141/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 141/2015. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL 62/2015. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, BRITA, PÓ DE BRITA, PEDRISCO, AREIA MÉDIA, CIMENTO E TIJOLO. Data da entrega dos envelopes: 22/12/2015 até as 08:30 horas. Data da abertura: 22/12/2015 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 08 de Dezembro de 2015. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 091/2015 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 091/2015. Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza destinados ao CAPS para o exercício de 2016. Tipo: Menor Preço Unitário, Presencial; Entrega dos envelopes: Até as 08:30hs do dia 12 de janeiro de 2016; Início da Sessão Pública: As 08:45hs do dia 12/01/2016. Base legal: Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decretos Municipais nºs 1783 de 31 de Maio de 2007 e 1975 de 10 de junho de 2009 e demais legislação vigente e pertinente à matéria. O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em horário de expediente, das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 hs às 17:00hs, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166.

Papanduva, 08 de dezembro de 2015

Marli dos Santos da Cunha Ramos

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Passos Maia

PREFEITURA

EDITAL N. 0064/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0064/2015
PREGÃO PRESENCIAL N. 0042/2015
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.0042/2015 – Objeto – A presente licitação tem por objeto a aquisição de próteses dentárias fixas e moveis conforme anexo I deste edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidos até às 08:15 hs do dia 22 de dezembro de 2015, iniciando-se a Sessão Pública às 08:30 hs do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 08 de dezembro de 2015.
IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO 0001/2015 AO CONTRATO N. 0076/2015

TERMO ADITIVO n. 0001/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0076/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0045/2015
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL n. 0031/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IVANDRE BOCALON, brasileiro, casado, portador do RG sob o n. 1.510.345, CPF sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa DOUGLAS LUIZ MACHADO SEVERGNINI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. CNPJ n.18.047.772/0001-44, com endereço a Avenida XV de Novembro, nº 21, sala 05, centro de Ponte Serrada – SC, neste ato representada pelo Sr. DOUGLAS LUIZ MACHADO SEVERGNINI, brasileiro, empresário, portador do RG nº 3.827.288, e do CPF nº 060.564.759-30, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato original e restabelecer o equilíbrio econômico e financeiro nos exatos moldes previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, o que se fazem nos seguintes termos:

CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no inciso II, do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como na minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também no Prejulgado n. 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

Considerando que os parâmetros jurídicos acima referidos permitem a prorrogação do prazo de vigência do contrato, aliado ao fato de que o objeto licitado refere-se a serviços a serem executados de forma contínua;

Considerando que a realização de novo certame licitatório, além de implicar em despesas e desperdício de tempo em relação aos servidores públicos, também pode prejudicar a qualidade na prestação dos serviços, já que a contratada está adaptada ao ambiente de trabalho, inclusive no que pertine aos funcionários municipais, que não apresentam qualquer tipo de reclamação;

Considerando que serão mantidos os parâmetros financeiros estabelecidos inicialmente, a ilustrar que em virtude da realização de nova licitação o custo financeiro da Administração poderia aumentar;

Conclui-se que a prorrogação do prazo de vigência do contrato atende aos princípios do interesse público e da legalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO NOVO PRAZO DE VIGÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES GERAIS

Fica prorrogado o prazo de vigência deste contrato, pelo período de mais 12 (doze) meses, sendo assim, vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia – SC, 07 de dezembro de 2015.
IVANDRE BOCALON DOUGLAS
MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA
CONTRATANTE

LUIZ MACHADO SEVERGNINI ME
DOUGLAS LUIZ MACHADO SEVERGNINI
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

KARINA AP. MARINI RIBEIRO
CPF n. 008.042.129-61

DOUGLAS AIGNER
CPF n. 009.844.399-27

TERMO ADITIVO 0001/2015 ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DE PASSOS MAIA - ADAPAMA

TERMO ADITIVO n. 0001/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO n. 0075/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO n. 0044/2015
PREGÃO PRESENCIAL n. 0030/2015

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede junto a Prefeitura Municipal de Passos Maia - SC, à Avenida Padre João Bottero, 485, centro, inscrita no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, representado pelo Prefeito Municipal, Dr. IVANDRE BOCALON, brasileiro,

casado, portador da Carteira de Identidade registrada sob o n. 11R/510345, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal sob n. 625.625.769-34, residente e domiciliado no Município de Passos Maia - Estado de Santa Catarina, denominada para este instrumento particular simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado à empresa ASSOCIAÇÃO DE ARBITROS DE PASSOS MAIA - ADAPAMA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 11.157.556/0001-02, residente e domiciliado na Rua SC 465, Sn, rural, Passos Maia - SC, neste ato representada pelo Sr. ODIR FILIPINI, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua SC 465, Sn, rural, Passos Maia - SC, a seguir denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo TERMO ADITIVO o constante nas cláusulas a seguir enumeradas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO VALOR CONTRATUAL

Fica alterada a cláusula terceira do contrato administrativo n. 0075/2015.

O valor total do contrato foi reajustado em 2,834.7 %, por tanto passaram a ser da seguinte ordem:

· O valor total do contrato passara a ser de R\$ 17.748,00 (dezesete mil setecentos e quarenta e oito reais), conforme requerimento em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do Contrato Originário permanecem inalteradas e em pleno vigor.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

Fica eleito o Foro de Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Passos Maia – SC, 01 dezembro de 2015.

IVANDRE BOCALON

ODIR FILIPINI

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

CONTRATADA

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

EDSON SALVADEGO

KARINA MARINI RIBEIRO

CPF n. 067.004.859-32

CPF n. 008.042.129-61

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL TOMADA DE PREÇO N. 001/2015

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2015

EDITAL TOMADA DE PREÇO N.001/2015

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Passos Maia, SC, no uso das atribuições legais, considerando haver a Comissão Especial de Licitação -Decreto Legislativo CMV 004/2015, cumprindo todas as exigências do procedimento de licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015 – Tipo Menor Preço, Processo nº 004/2015 cujo objeto é aquisição de um terreno, sem edificações, com área mínima de 700m² (setecentos metros quadrados), localizado na área central do Município de Passos Maia, conforme especificado nos anexos do referido Edital, parte integrante do processo, afigurando-se que a Licitação encontra-se regularmente desenvolvida para produzir os efeitos legais e jurídicos. Assim, nos termos da Legislação vigente, Art. 43, inciso VI e art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93, fica o presente processo ADJUDICADO E HOMOLOGADO em favor da empresa vencedora do Certame: IVO LUIZ DALL AQUA EIRELLI EPP. inscrita no CNPJ sob nº 19.655.569/0001-13, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a administração, cujo valor global é de R\$149.800,00 (Cento e Quarenta e Nove Mil e Oitocentos Reais).

José da Rocha Bueno

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Passos Maia, 08 de dezembro de 2015.

Paulo Lopes

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 22/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato de Ata de Registro de Preços Nº. 22/2015

Ata nº 22/2015; Processo nº 066/2015; Objeto: O objeto da presente Ata é o registro de preços para o registro de preços para aquisição de Medicamento Especial - Cloridrato de Cinacalcete 30 mg. Contratante: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES; Contratada: HOSP-LOG COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, valor: R\$ 11.536,80 (onze mil quinhentos e trinta e seis reais e oitenta centavos); Data da Assinatura: 03/12/2015.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 31/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

Extrato do Contrato nº 31/2015 conforme Processo Licitatório nº 069/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES. Contratado: MARINA DE SOUZA . Objeto Contratação de serviços de engenharia para fiscalização de obras publicas.Valor: R\$ 12.720,00 (doze mil e setecentos e vinte reais). Vigência:31/12/2015.

LEI Nº 1656/2015

LEI Nº1656/2015

"Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, e dá outras providências."

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, na forma do art. 66, inciso III, faz saber a todos que a câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar operação de crédito junto ao BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, até o valor de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), no âmbito do programa BRDE-MUNICÍPIOS, destinados à pavimentação e drenagem de ruas no perímetro urbano do município,observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 2º - Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar 101/2000.

Art. 3º- Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 4º -Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 5º -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 09 de dezembro de 2015.

ALMERY ALCIDES VIEIRA

Sec. Mun. de Administração

Penha

PREFEITURA

2463/2015

DECRETO Nº 2463/2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NOS TERMOS DO ARTIGO 40, 41, 42 E 43, DA LEI Nº 4.320, DE 17 DE MARÇO DE 1964 E ARTIGO 11, 13 E 14 DA LEI MUNICIPAL 2734 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2014.

Art.1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de R\$ 124.400,00 (Cento e vinte e quatro mil e quatrocentos reais), conforme art. 11, 12 e 14 da Lei Municipal nº 2734/14 de 10 de dezembro de 2014, destinado à suplementar a seguinte dotação:

Órgão: 10 – Secretaria da Educação e Cultura

Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Ensino

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.023 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0001 – Próprios

3.3.90.00.00.00.00.00/072 – Aplicações Diretas R\$- 124.400,00

Art.2º - Os recursos necessários para atendimento ao crédito suplementar aberto na forma do Art. 1º, correrá à conta do excesso de arrecadação dos recursos vinculados a arrecadação de receitas do Transporte escolar do estado.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 08 de dezembro de 2015.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

ADITIVO Nº 23/2015 FME

1º Termo Aditivo Nº 23/2015 FME

Ao Contrato Nº 05/2015 FME

Licitação: Processo Licitatório nº 01/2015 - FME, modalidade Convide nº 01/2015 – FME

Objeto: Aquisição de Troféus e Medalhas que serão utilizados na premiação dos campeonatos promovidos pela Fundação Municipal de Esportes no ano de 2015.

Através do presente instrumento de 1º Termo Aditivo nº 05/2015 FME ao Contrato Administrativo 05/2015 FME, para fornecimento de Troféus e Medalhas a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00 neste ato representada por seu E.E Prefeito Municipal, Sr.Mario Guaracy de Souza, brasileiro, viuvo, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Firma K'SPORTS COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA, com endereço na cidade de Joinville/SC, no CEP:89212-209, no bairro Floresta, na rua Sorocaba, nº 197, com telefone

47-34266266, 9964-3451, inscrita no CNPJ nº 01.918.682/0001-89, neste ato representada pelo Sr(a) Paulo Roberto Kminski, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustada a entrega de troféus e medalhas para a Fundação Municipal de Esportes no ano de 2015, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLAUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na clausula oitava do contrato administrativo nº 05/2015 FME fica prorrogada até o dia 28/02/2016, a contar do dia 31/12/2015.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor previsto na clausula primeira do contrato administrativo nº 05/2015 FME fica aditado o valor em 15%, o que corresponde o valor de R\$: 3.063,00 (três mil e sessenta e três reais).

CLAUSULA TERCEIRA

As despesas são decorrentes da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 70 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Unidade: 70.01 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Funcional: 27.812.0017 – Desporto Comunitário

Projeto/Atividade: 2.083 – Promoção de Eventos Esportivos

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 000004

CLAUSULA QUARTA

As demais clausulas permanecem inalteradas.

Penha, 08 de dezembro de 2015.

PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS: _____

Nome: Josiane Bento

CPF: 053.867.439 - 37

Nome: _____

CPF

DE ACORDO: _____

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO Nº 05/2015- AUXILIAR OPERACIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº. 05/2015 - AUXILIAR OPERACIONAL

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Classificação	Candidato
1º	ALTINO TROFINO CORRÊA
2º	JENS RUPRECHT
3º	PAULO CÉSAR WAGNER
4º	ADRIANO VIEIRA
5º	CLEIDE MARIA SEVERINO
6º	TIAGO AGUIAR SANTIAGO
7º	GEONIR DE SOUZA
8º	JOSÉ SILVEIRA DA ROSA
9º	JUVENAL GONÇALVES
10º	DAURO VALERIO DE SOUZA
11º	ADOLFO HOWE
12º	JAIR TRENTINI
13º	MARIA DAS NEVES SILVA
14º	MARCOS ANTONIO DE CARVALHO
15º	MARCOS ROGÉRIO DE CARVALHO
16º	AURÉLIO DE BARROS
17º	IVAN GUALBERTO GALVÃO
18º	JANAINA LUIZA BERTOLDO
19º	WANESSA SOLANGE DA SILVA
20º	JANDERSON HOWE
21º	LUCAS MONTEIRA DA CUNHA
22º	VALDIVINO DA LUZ
23º	VALDIR DIAS CORREIA
24º	JOSÉ CÉLIO DA SILVA PEREIRA
25º	INAJARA FREDERICO
26º	IVAN REITER
27º	ALINE LAMIM
28º	JÉSSICA CRISTINA HOWE

Penha, 08 de dezembro de 2015
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - PSICÓLOGO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 11/12/2015, das 12:00hrs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: PSICÓLOGO
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
06º. 21906 JULIANA NASCIMENTO DE LIMA

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho da Prefeitura Municipal de Penha no NASF pelo telefone (47) 3363-7441;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.
DANIELE SCHWEGGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro
(a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____,
residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 2441/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2441/2015

NOMEIA: a Sra. MAIKE MAIER GERMANO, do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR DE ESPORTES II, do Departamento Administrativo, da Fundação Municipal de Esportes, a contar desta data. Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2442/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2442/2015

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015. REMOVER: a pedido a Sra. ALESSANDRA ZANLUCA, da Escola Municipal Horacina Soares Francisco, para o Grupo Escolar Municipal Antônio José Tiago, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Matutino. Revogando o Decreto nº 1862/2013. Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2443/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2443/2015

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015. REMOVER: a pedido a Sra. CARLA PIZZATTO, da Escola Municipal Rubens João de Souza, para a Escola Básica Municipal João Antônio Pinto, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Vespertino. Revogando o Decreto nº 51/2007. Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2444/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2444/2015

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015. REMOVER: a pedido a Sra. EDNA ANA GALDINO, do Centro de Educação Infantil Dona Belinha, para o Centro de Educação Infantil Anjos do Itapocoroi, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Vespertino. Revogando o Decreto nº 1949/2014. Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2445/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2445/2015

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015. REMOVER: a pedido a Sra. ELINES MARIA DE JESUS NASCIMENTO, do Centro de educação Infantil Dona Belinha, para a Escola Municipal Maria Emília da Costa, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Vespertino. Revogando o Decreto nº 1947/2014. Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2446/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2446/2015

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015. REMOVER: a pedido o Sr. FABIO GARDIOLI DE CARVALHO, da Escola Básica Municipal João Batista da Cruz, para a Escola Básica Municipal João Antônio Pinto, com carga horária de 10 (dez) horas semanais. Revogando o Decreto nº 1888/2013. Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2447/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2447/2015

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015. REMOVER: a pedido a Sra. IRACI MAZZOCA ESTORINO DA SILVA, da Escola Básica Municipal Rubens João de Souza, para a Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos - EJA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Noturno. Revogando o Decreto nº 88/2008. Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2448/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2448/2015

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015. REMOVER: a pedido a Sra. JOICE LILIAN VOLTOLINI, da Escola Básica Municipal João Antônio Pinto – período Matutino, para a Escola Básica Municipal João Antônio Pinto – período Vespertino, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Noturno. Revogando o Decreto nº 1889/2013. Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2449/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2449/2015

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015. REMOVER: a pedido a Sra. LUANDA SEVERINO, do Centro de Educação Infantil João Batista da Cruz, para o Centro de Educação Infantil Dona Belinha, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Matutino. Revogando o Decreto nº 2204/2015. Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2450/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2450/2015

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015. REMOVER: a pedido a Sra. MARIA APARECIDA MELCHIORETTO SEDREZ, do Centro de Educação Infantil Casa da Amizade, para o Centro de Educação Infantil Simone Aparecida Reis de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Matutino.

Revogando o Decreto nº 2188/2015.
Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2451/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2451/2015
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015.
REMOVER: a pedido a Sra. MARIA SÔNIA BORGES, da Escola Municipal Maria Emília da Costa, para a Escola Municipal Horacina Soares Francisco, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Vespertino. Revogando o Decreto nº 2206/2015.
Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2452/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2452/2015
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015.
REMOVER: a pedido a Sra. MARIA SÔNIA BORGES, do Centro de Educação Infantil Casa da Amizade, para o Centro de Educação Infantil Simone Aparecida Reis de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Matutino. Revogando o Decreto nº 432/2010.
Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2453/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2453/2015
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015.
REMOVER: a pedido a Sra. MARILURDES LEITE CUNHA, do Centro de Educação Infantil Simone Aparecida Reis de Souza, para o Centro de Educação Infantil Anjos do Itapocoroi, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Vespertino. Revogando o Decreto nº 1948/2014.
Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2454/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2454/2015
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015.
REMOVER: a pedido a Sra. MARLISE HOLZ REBELO, do Centro de Educação Infantil João Batista da Cruz, para o Centro de Educação Infantil Simone Aparecida Reis de Souza, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Matutino. Revogando o Decreto nº 1901/2013.
Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2455/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2455/2015
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015.
REMOVER: a pedido o Sr. PABLO EDNEY STURMER, da Escola Municipal Maria Emília da Costa, para a Escola Básica Municipal João Antônio Pinto, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Vespertino. Revogando o Decreto nº 1905/2013.
Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2456/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2456/2015
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015.
REMOVER: a pedido a Sra. RITA DE CASSIA VICENTE, da Escola Municipal Horacina Soares Francisco, para o Centro de Educação Infantil Anjos do Itapocoroi, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Matutino. Revogando o Decreto nº 1908/2013.
Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2457/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2457/2015
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015.
REMOVER: a pedido a Sra. ROSETE CORDEIRO DOS SANTOS, da Escola Básica Municipal João Batista da Cruz, para a Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos - EJA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. Revogando o Decreto nº 226/2005.
Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2458/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2458/2015
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015.
REMOVER: a pedido a Sra. SIRLENE APARECIDA DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS, do Centro de Educação Infantil Simone Aparecida Reis de Souza, para o Centro de Educação Infantil João Batista da Cruz, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Vespertino. Revogando o Decreto nº 1943/2014.
Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.
Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2459/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
DECRETO Nº 2459/2015
DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015.
REMOVER: a pedido a Sra. SIRLENE MARIA DE SOUZA, da Escola Básica Municipal João Batista da Cruz, para a Escola Municipal de Educação de Jovens e Adultos - EJA, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. Revogando os Decretos nº 226/2005

e 51/2007.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2460/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2460/2015

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR REMOÇÃO PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015.

REMOVER: a pedido a Sra. VERÔNICA MARIA LEITE FRANCISCO, da Sala de Recursos da Escola Básica Municipal Rubens João de Souza, para a Sala de Recursos do Grupo Escolar Municipal Raquel Figueredo de Assis, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Matutino. Revogando o Decreto nº 88/2008.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2461/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2461/2015

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR PERMUTA PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015.

REMOVER: a pedido a Sra. GISELE NAIR DE MELO DA COSTA, do Centro de Educação Infantil Pingo de Gente, para o Centro de Educação Infantil Anjos do Itapocoroí, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Matutino, em permuta com a professora Maria Rita Lima dos Passos. Revogando o Decreto nº 2197/2015.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2462/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DECRETO Nº 2462/2015

DISPÕE SOBRE LOTAÇÃO POR PERMUTA PARA MEMBROS EFETIVOS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, EDITAL Nº 04/2015.

REMOVER: a pedido a Sra. MARIA RITA LIMA DOS PASSOS, Centro de Educação Infantil Anjos do Itapocoroí para o Centro de Educação Infantil Pingo de Gente, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, no período Matutino, em permuta com a professora Gisele Nair de Melo da Costa. Revogando o Decreto nº 1960/2014.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes - Prefeito Municipal

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 05/2015-AUXILIAR OPERACIONAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº. 05/2015 - AUXILIAR OPERACIONAL

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Classificação	Candidato
1º	ALTINO TROFINO CORRÊA
2º	JENS RUPRECHT
3º	PAULO CÉSAR WAGNER
4º	ADRIANO VIEIRA
5º	CLEIDE MARIA SEVERINO
6º	TIAGO AGUIAR SANTIAGO

7º	GEONIR DE SOUZA
8º	JOSÉ SILVEIRA DA ROSA
9º	JUVENAL GONÇALVES
10º	DAURO VALERIO DE SOUZA
11º	ADOLFO HOWE
12º	JAIR TRENTINI
13º	MARIA DAS NEVES SILVA
14º	MARCOS ANTONIO DE CARVALHO
15º	MARCOS ROGÉRIO DE CARVALHO
16º	AURÉLIO DE BARROS
17º	IVAN GUALBERTO GALVÃO
18º	JANAINA LUIZA BERTOLDO
19º	WANEISSA SOLANGE DA SILVA
20º	JANDERSON HOWE
21º	LUCAS MONTEIRA DA CUNHA
22º	VALDIVINO DA LUZ
23º	VALDIR DIAS CORREIA
24º	JOSÉ CÉLIO DA SILVA PEREIRA
25º	INAJARA FREDERICO
26º	IVAN REITER
27º	ALINE LAMIM
28º	JÉSSICA CRISTINA HOWE

Penha, 08 de dezembro de 2015

Evandro Eredes dos Navegantes

Prefeito Municipal

PP45/2015 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2015 – PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇO REFERENTE A AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO PARA SEREM INSTALADAS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

Abertura do Processo: 21/12/2015 às 14h00min horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Pregoeiro Leandro de Lima Borba.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, SITE www.penha-sc.gov.br e demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4649 Ramal 23, ou (47) 3345-0200 Ramal 231. Horário de atendimento das 13h:30m às 17h:00m.

Penha/SC, 08 de dezembro de 2015.

Evandro Eredes dos Navegantes – Prefeito Municipal

TERMO DE CANCELAMENTO PP41/2015 - PMP

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

REGISTRO DE PREÇO

Penha (SC) 08 de Dezembro de 2015.

Pregão Presencial nº 41/2015-PMP – Processo Administrativo nº 71/2015-PMP. A Prefeitura Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, através de sua Secretaria da Administração, Srª. Danielle S. de S. Lunge, torna público o CANCELAMENTO da licitação acima referida, que tem por objeto o Registro de Preço no objetivo da aquisição de placas de sinalização viária e postes para ser instaladas neste município; por razões de interesse público (art. 49, Lei nº. 8.666/93). Mais informações: Tel: (47) 3345-4643.

DANIELE S.DE S. LUNGE

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**ATA DA 51ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA**

Ata da 51ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede aos vinte e seis de novembro de 2015. Ausente os vereadores Clóvis Bergamaschi devido a motivos de saúde, Claudinei Ruduitte Pressi, Édio Marquetti devido a viagem à Brasília e vereadores Isac Hamilton da Costa, Jefferson Ademir Custódio por motivo de curso. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal, o Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com a votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. INDICAÇÕES: Nº 481/2015 do Vereador JESUEL FRANCISCO CAPELA. Nº 482, 483 e 484/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. GRANDE EXPEDIENTE - ART. 130 DO R.I. - Leitura de REQUERIMENTOS: Nº 237/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO, aprovado por unanimidade dos presentes. Nas considerações Finais, fez uso da palavra o Representante da Associação de Moradores e Amigos da Praia Alegre, Sr. Henrique Elias Brunch que solicitou o espaço para fazer explanação sobre as atividades e prestação de contas da Associação, gerando debate e respondendo a diversos questionamentos dos vereadores presentes. Nada mais havendo o Exmo. Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a presente sessão, convocando a próxima reunião para o dia primeiro de dezembro em seu horário habitual.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT

Presidente

ANTÔNIO ALFREDO CORDEIRO FILHO

1º Secretário ad-hoc

ATA DA 52ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

Ata da 52ª Sessão Ordinária do 3º Período Legislativo da 14ª Legislatura da Câmara Municipal de Penha, realizada em sua sede ao primeiro dia do mês de dezembro de 2015. Presentes os Senhores Vereadores, havendo o quorum legal. O Exmo. Sr. Presidente Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT, cumprimentou a todos e declarou aberta a sessão. Iniciou o Pequeno Expediente, de acordo com o artigo 129 do Regimento Interno com votação da Ata anterior, a qual foi aprovada por unanimidade. Tramitaram as INDICAÇÕES: Nº 485 e 487/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO. Nº 486/2015 do Vereador ANTÔNIO ALFREDO CORDEIRO FILHO. Nº 488, 490 e 501/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO. Nº 489/2015 do Vereador ISAC HAMILTON DA COSTA. Nº 491 e 492/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO. Nº 494/2015 do Vereador CLÓVIS BERGAMASCHI. Nº 495, 496 e 497/2015 da Vereadora MARIA JURACI ALEXANDRINO. Nº 498, 499 e 500/2015 do Vereador FELIPE REBELLO SCHMIDT. No GRANDE EXPEDIENTE - ART. 130 R.I. foi determinada a leitura do parecer aos projetos abaixo elencados: Projeto de Resolução Nº 14/2015 da Mesa Diretora: DISPÕE SOBRE SESSÃO SOLENE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA. Projeto de Lei Ordinária Nº 34/2015 Do Legislativo: ASSEGURA A PUBLICIDADE DAS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS DE LOCAÇÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL. Projeto de Lei Ordinária Nº 43/2015 Do Executivo: AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PENHA A FIRMAR CONVÊNIO COM A AMFRI – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

REQUERIMENTOS: Nº 238/2015 dos Vereadores MARIA JURACI ALEXANDRINO e ANTÔNIO ALFREDO CORDEIRO FILHO aprovado por unanimidade. Nº 239/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO aprovado por unanimidade. Nº 241/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO aprovado por unanimidade. Nº 243/2015 da Vereadora ÁUREA MÁRCIA DOS SANTOS PINHEIRO aprovado por unanimidade. MOÇÕES: Nº 72/2015 do Vereador JEFFERSON ADEMIR CUSTÓDIO: Moção de Congratulação aos diretores eleitos nas escolas estaduais do município. Nº 73/2015 do Vereador SÉRGIO DE MELLO: Moção de Congratulação a Senhorita Maria Juraci Alexandrino, por ser declarada oficialmente como Imortal da Academia de Letras do Brasil. ORDEM DO DIA - ART. 131 R.I. - Tramitou em única discussão e votação o Projeto de Resolução Nº 14/2015 da Mesa Diretora: DISPÕE SOBRE SESSÃO SOLENE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA aprovado por unanimidade. Em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei Ordinária Nº 34/2015 do Legislativo: ASSEGURA A PUBLICIDADE DAS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS DE LOCAÇÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL aprovado por unanimidade. Em votação o regime de urgência referente ao Projeto de Lei Ordinária Nº 43/2015 proposto pelo Vereador Jesuel Capela: aprovado por unanimidade. Em única discussão e votação o Projeto de Lei Ordinária Nº 43/2015 do Executivo: AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PENHA A FIRMAR CONVÊNIO COM A AMFRI – ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS aprovado por unanimidade. CONSIDERAÇÕES FINAIS ART.132 R.I. Iniciando os pronunciamentos, fez uso da tribuna a Vereadora Maria Juraci Alexandrino, que iniciou falando sobre a situação da escola Antônio Joaquim Tavares em São Cristovão, que se encontra em estado deplorável. Citando um acontecimento anterior citou o Vereador Jefferson Ademir Custódio, e sua declaração de que o requerimento por ela apresentado seria "matéria vencida". Ato contínuo, o Vereador Jefferson Ademir Custódio demonstrou seu contentamento em relação ao amadurecimento dos debates e da casa em si. Falou também sobre o prêmio recentemente recebido por ele por ser eleito como o vereador mais atuante no segundo semestre de dois mil e quinze. Voltando a falar sobre o assunto abordado pela Vereadora Maria Juraci Alexandrino, demonstrou que apesar das acusações, é fielmente engajado na causa. Fazendo uso da palavra, o Vereador Claudinei Ruduitte Pressi falou sobre sua ida para Florianópolis com o objetivo de obter verbas para o Município, para as mais diversas áreas que necessitam, desde a saúde até a educação. Em sequência, o Vereador Antônio Alfredo Filho falou sobre seu requerimento juntamente com a Vereadora Maria Juraci Alexandrino, que tratava sobre as obras no colégio em São Cristovão, e também sobre falsas acusações em que ele juntamente com alguns outros vereadores teria votado contra determinadas proposições. Em aparte, o Vereador Jefferson Ademir Custódio falou que nesse tipo de acusação é necessário ter transparência e expor também aqueles que trouxeram tal calúnia. Retomando a palavra, o Vereador Antônio Alfredo Filho demonstrou que seu compromisso é com o povo, com seu papel de fiscalizador, e não com esse tipo de questão leviana. Ato contínuo, o Vereador Sérgio de Mello falou sobre a moção encaminhada à professora e vereadora Maria Juraci. Dando prosseguimento, falou sobre a necessidade de reparos em uma ponte que atualmente se encontra praticamente com uma única pista para trânsito no município. Falou também sobre a discussão acerca da escola em São Cristovão, sobre o bom posicionamento do presidente nessa específica situação. Transmitindo a condução dos trabalhos ao Primeiro Secretário Isac Hamilton da Costa, fez uso da tribuna pelo tempo regimental o Exmo. Sr. Vereador Felipe Rebello Schmidt para falar sobre a revisão da Lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Casa. Em aparte, o Vereador Jefferson Ademir Custódio declarou se sentir atacado

por seus colegas na presente sessão e pediu para que sua situação seja levada à apreciação da comissão de ética. Também em aparte, o Vereador Sérgio de Mello demonstrou que em momento anterior também se sentiu lesado em razão de algumas declarações e acusações proferidas pelo Vereador Jefferson, e solicitou que tal situação também seja levada ao conhecimento da comissão de ética. Retomando a palavra, o Vereador Felipe Rebello Schmidt encerrou dizendo que a comissão será criada tão logo seja criado o código de ética, e também comunicando a próxima sessão itinerante a ser realizada no dia oito do corrente. Nada mais a tratar, o Exmo. Sr. Presidente convocou os Vereadores para a próxima reunião ordinária no dia 3 de dezembro, quinta-feira às nove da manhã. E para constar, eu, Matheus Souza de Melo, lavrei a presente ata que após aprovada, será assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e Primeiro Secretário.

Sala das Sessões, 01 de dezembro de 2015.

FELIPE REBELLO SCHMIDT
Presidente

ISAC HAMILTON DA COSTA
1º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 21/2015

RESOLUÇÃO Nº 21/2015

DISPÕE SOBRE SESSÃO SOLENE DA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

FELIPE REBELLO SCHMIDT, Presidente do Poder Legislativo Municipal, no uso das atribuições e de acordo com o artigo 89, § 2º, inciso VI do Regimento Interno, faço saber que a Câmara de Vereadores de Penha aprovou e eu sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica instituída sessão solene para outorga do título de Cidadão Honorário ao Senhor Padre Inácio Bonvéchio, a realizar-se no mês de dezembro corrente ano, na sede do Poder Legislativo de Penha, às dezenove horas, conforme requerimento nº 148/2015.

Art. 2º Fica autorizada a Câmara de Vereadores de Penha a realizar despesas necessárias para a viabilização desta sessão solene, como confecção de placas, fotos, decoração, convite, coquetel e outros relativos a homenagem.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03 de dezembro de 2015.

Felipe Rebello Schmidt
Presidente

Registrada e publicada a presente Resolução na Secretaria da Câmara, aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.

Isac Hamilton da Costa
1º Secretário

Peritiba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 69/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 36/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 69/2015 – Pregão Presencial 36/2015.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Pneus, Câmaras e Protetores Novos.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 15h00min do dia 23/12/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 14h45min do dia 23/12/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba – SC em 09 de Dezembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

AVISO DE RERRATIFICAÇÃO LICITAÇÃO 63/2015 – PREGÃO PRESENCIAL 33/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE RERRATIFICAÇÃO LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e nas condições do edital.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 63/2015 – Pregão Presencial 33/2015.

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços de lavagem, geometria, balanceamento, conserto, recapagem e recauchutagem de pneus dos veículos e máquinas do Município de Peritiba.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 14h00min do dia 23/12/2015.

ENVELOPES: Os envelopes devem ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 13h45min do dia 23/12/2015.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

FORAM EFETUADAS ALTERAÇÕES NO LOTE "5".

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br> e demais informações, poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, fone (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba – SC em 07 de Dezembro de 2015.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pinheiro Preto**PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 361/2015**

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 361/2015

OBJETO: Compra e venda de brinquedos infantis para distribuição às crianças do município, consistentes:

UNIDADE	BRINQUEDO	Nº INMETRO	VALOR R\$
70	CARACOL SOLAPA	CE-BRI/IQB-003755 NM- 300/2002	1.106,00
120	CARIMBOS FRUTAS	CE-BRI/IQB- 5923 NM – 300/2002	1.902,00
100	JOGO MEMÓRIA ANIMAIS E PROFISSÕES	CE-BRI/IQB- 5923 NM – 300/2002	1.690,00
130	KIT JOGOS INFANTIS	CE-BRI/IQB- 5923 NM – 300/2002	3.100,50
Total Geral		7.798,50	

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 053/2015

EMPRESA CONTRATADA: MEGACATARINA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS

LTDA ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço de R\$ 7.798,50 (Sete Mil Setecentos e Noventa e Oito Reais e Cinquenta Centavos),

DATA DO CONTRATO: 08 de Dezembro de 2015

PREFEITO: Euzebio Vieceli

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 362/2015

(Ementa)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 362/2015

OBJETO: Compra e venda de brinquedos infantis para distribuição às crianças do município, consistentes:

UNIDADE	BRINQUEDO	Nº INMETRO	VALOR R\$
120	JOGO DAMA E LUDO	CE-BRI/INNAC 00671 – 01A	3.564,00
Total Geral			3.564,00

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL nº 053/2015

EMPRESA CONTRATADA: ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA ME

VALOR DO CONTRATO: A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço de R\$ 3.564,00 (Três Mil Quinhentos e Sessenta e Quatro Reais).

DATA DO CONTRATO: 08 de Dezembro de 2015

PREFEITO: Euzebio Vieceli

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.031 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.031 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 NA UNIDADE GESTORA PREFEITURA, DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III e o Art.12º da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 59.000,00 (cinquenta e nove mil reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, na Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03100000 – Convênio de Trânsito – Militar R\$ 59.000,00

TOTAL R\$ 59.000,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 2º - Fica suplementado na importância de R\$ 3.163.218,43 (três milhões cento e sessenta e três mil, duzentos e dezoito reais quarenta e três centavos) por fonte de recurso do excesso de arrecadação da Unidade Gestora Prefeitura Municipal de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item I Art. 12 da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item, II da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 05.000 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENV.DA CIDADE

Unidade Orçamentária: 05.001 – Secretaria de Planejamento e Desenv.da Cidade

Projeto/Atividade: 04.122.0030.2061 – Manutenção do Getran

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01100000 – Convênio de Trânsito – Militar R\$ 26.000,00

ÓRGÃO: 07.000 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA

Unidade Orçamentária: 07.001 – Secretaria de Educação e Formação Empreendedora

Projeto/Atividade: 12.365.0040.1006 – Aquisição de Terrenos, Construções, Ampliações e Reformas de Unidades Escolares

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01320002 – Creche Testo Central - TC PAC 100/2014 R\$1.888.084,32

Vinc. p/ Fonte Recursos: 01320003 - Creche Ribeirão Areia- TC PAR

Nº49312 R\$1.249.134,11

TOTAL R\$ 3.163.218,43

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2014 DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE

Art. 3º - Fica suplementado na importância de R\$ 9.971,62 (nove mil novecentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2014, do Fundo Municipal da Assistência Social de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.688 de 10/12/2014, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 21.000 – FUNDO MUNICIPAL DA ASSIST.SOCIAL DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 21.001 – Fundo Municipal da Assistência Social

Projeto/Atividade: 08.244.0140.2067 – Manut.Ativ.Fundo Mun. da Assist. Social

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03351100 – Outras Transf. Rec.Fundo de Assist.Social R\$ 219,29

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03351200 – Prog. FMAS Básica / Custeio R\$ 9.752,33

TOTAL R\$ 9.971,62

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 04 de dezembro de 2015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

DECRETO Nº 3.033, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 3.033, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

INCLUI PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 13 E AO ARTIGO 22 DO DECRETO Nº 2.899, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014, QUE INSTITUI O MANUAL DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, QUE REGULAMENTA A INSTAURAÇÃO E PROCESSAMENTO DAS SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE POMERODE.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei,

DECRETA:

Art. 1º O artigo 13 do Decreto nº 2.899, de 19 de dezembro de 2014, fica acrescido do parágrafo único:

"Art. 13

Parágrafo Único. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora da Sindicância poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 30 (trinta) dias, sem prejuízo da remuneração. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluída a Sindicância."

Art. 2º O artigo 22 do Decreto nº 2.899, de 19 de dezembro de

2014, fica acrescido do parágrafo único:

"Art. 22

Parágrafo Único. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do Processo Administrativo Disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o Processo Administrativo Disciplinar."

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode(SC), 07 de dezembro de 2.015.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS N.º 003 / 2015 TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDAÇÃO CULTURAL DE POMERODE

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONVITE P/ COMPRAS E SERVIÇOS N.º 003 / 2015

TIPO MENOR PREÇO GLOBAL

Processo Administrativo n.º 004 / 2015.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA PARA A 33ª FESTA POMERANA – EDIÇÃO 2016, A REALIZAR-SE DE 14 A 24 DE JANEIRO DE 2016, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 15:00 horas do dia 18/12/2015.

Local: Setor de protocolos da Fundação Cultural de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 15:00 horas do dia 18/12/2015.

Local: Sala de licitações no prédio da Fundação Cultural de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Fundação Cultural de Pomerode – Rua Hermann Weege, n.º 111, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, Fone: (47) 3387-6801 ou pelo e-mail: administracao@festapomerana.com.br.

Pomerode/SC, 08 de Dezembro de 2015.

DARLI BAHR BERNADINO

Presidente da Fundação Cultural

PROJETOS APRESENTADOS E COM PENDÊNCIAS, CONFORME EDITAL Nº 006/2015/CMDCA
**Conselho Municipal dos Direitos da Criança
e do Adolescente de Pomerode - CMDCA**
Projetos apresentados e com pendências, conforme Edital nº 006/2015/CMDCA

Entidade	Projeto	Categoria	Valor do Projeto	Pendências
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Aquisição de materiais pedagógicos e de avaliação para pessoas com deficiência intelectual e múltipla	Educação Especial e Complementar	R\$ 7.000,16	Documentação incompleta e falta de orçamentos
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE	Aquisição de materiais esportivos para pessoas com deficiência intelectual e múltipla	Educação Especial e Complementar	R\$ 7.520,75	Documentação incompleta e falta de orçamentos
Associação Cultural Musical Grupo Txai	Canção Educação / Música ativa para todos	Esporte, Cultura e Lazer	R\$ 91.950,00	Documentação incompleta e faltam de orçamentos
Associação de Moradores do Bairro de Testo Rega	Música é Cultura para Educação das Crianças e dos Adolescentes	Esporte, Cultura e Lazer	R\$ 30.000,00	Faltam orçamentos
Associação Formigueiro Esporte Clube	Escolinha de Futebol Formigueiro Esporte Clube	Esporte, Cultura e Lazer	R\$ 32.978,00	Faltam orçamentos
Associação Formigueiro Esporte Clube	Escolinha de Futebol Formigueiro Esporte Clube. Futebol de Salão	Esporte, Cultura e Lazer	R\$ 11.088,00	Faltam orçamentos
Serviço Nacional de Aprendizagem Industriais	Recepcionista	Educação	R\$ 28.900,00	Documentação incompleta e falta de orçamentos
Serviço Nacional de Aprendizagem Industriais	Desenhista Mecânico	Educação	R\$ 28.900,00	Documentação incompleta e falta de orçamentos
Serviço Nacional de Aprendizagem Industriais	Empreendedorismo	Educação	R\$ 28.950,00	Documentação incompleta e falta de orçamentos
Serviço Nacional de Aprendizagem Industriais	Técnicas de Vendas	Educação	R\$ 8.400,00	Documentação incompleta e faltam de orçamentos
Serviço Nacional de Aprendizagem Industriais	Assistente Administrativo	Educação	R\$ 28.950,00	Documentação incompleta e faltam de orçamentos
Serviço Nacional de Aprendizagem Industriais	Auxiliar Administrativo	Educação	R\$ 28.950,00	Documentação incompleta e faltam de orçamentos
Associação Esportiva Wunderwald	Não apresentado	Não apresentado	Não apresentado	Falta Documentação Faltam orçamentos.
Associação Desportiva Social ao Esporte Amador de Pomerode	Eu amo Futsal	Esporte, Cultura e Lazer	R\$ 23.120,00	Faltam orçamentos
Associação Desportiva Social ao Esporte Amador de Pomerode	Futebol uma Oportunidade de uma Vida Melhor	Esporte, Cultura e Lazer	R\$ 25.080,00	Faltam orçamentos
Associação Desportiva Social ao Esporte Amador de Pomerode	Férias com meus amiguinhos na ADEPOMER	Convivência Familiar e Comunitária	R\$ 19.435,00	Faltam orçamentos
Associação Pomerodense de Apoio a Arte e a Cultura da Capoeira	Capoeira Escolar	Esporte, Cultura e Lazer	28.896,00	Documentação incompleta

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 765/2015

DECRETO Nº 765/2015 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2015.

HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº 03/2015 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015, QUE DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO MANDATO DOS CONSELHEIROS TUTELARES – GESTÃO 2013/2015.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência e em especial,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº2.057/2009 de 05 de maio de 2009, alterada pela Lei nº2.232/2015 de 17 de março de 2015;

CONSIDERANDO o Edital nº01/2015 do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente e alterações, que trata do primeiro processo de escolha em data unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2016/2019;

CONSIDERNADO que a posse dos novos conselheiros está prevista para o dia 10 e janeiro de 2016;

CONSIDERANDO que o mandato dos membros do conselho tutelar eleitos para gestão 2013/2015 encerra em 31 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO a Resolução nº 03/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, que aprovou a prorrogação do mandato dos membros do Conselho Tutelar gestão 2013/2015;

DECRETA

Art. 1º - Fica homologada a Resolução nº03/2015 de 30 de novembro de 2015 do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente que dispõe sobre a prorrogação do mandato dos Conselheiros Tutelares – gestão 2013/2015, para até dia 09 de janeiro de 2016;

Art. 2º - Fica determinado aos órgãos competentes a divulgação e os encaminhamentos necessários, proporcionando o atendimento aos objetivos propostos.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor neta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Ponte Serrada, 01 de dezembro de 2015.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO 018.2015 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 018/2015 – FMEDUCA – 1º TERMO ADITIVO
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão de valor ao Contrato nº 018/2015, de R\$ 47.095,41 (quarenta e sete mil noventa e cinco reais e quarenta e um centavos) e o acréscimo de valor na quantia de R\$ 56.160,67 (cinquenta e seis mil cento e sessenta reais e sessenta e sete centavos) referente a contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a construção da Escola Municipal Augusto Bayer sendo 312,47 m² localizada no Bairro Santa Luiza no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Tomada de Preço 003/2015 – FMEDUCA.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: TRIO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
VALOR GLOBAL RESULTANTE: R\$ 9.065,26 (nove mil sessenta e cinco reais e vinte e seis centavos)
DATA DA ASSINATURA: 07/12/2015

Porto Belo, 07 de Dezembro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO - CONTRATO 016.2015 FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 016/2015 – FMEDUCA – 4º TERMO ADITIVO
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão de valor ao Contrato 016/2015, de R\$ 6.485,40 (seis mil quatrocentos e oitenta e cinco reais e quarenta centavos) e o acréscimo de valor na quantia de R\$ 8.714,66 (oito mil setecentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos) referente a contratação de empresa para execução de obras e serviços especializados para a reforma do Ginásio de Esportes da Escola Olinda Peixoto localizada no Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Tomada de Preço 001/2015 – FMEDUCA.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO/ FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CONTRATADA: FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA
VALOR GLOBAL RESULTANTE: R\$ 2.229,26 (dois mil duzentos e vinte e nove reais e vinte e seis centavos)
DATA DA ASSINATURA: 02/12/2015

Porto Belo, 02 de Dezembro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO - CONTRATO 022.2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

CONTRATO Nº 022/2014 – PMPB – 5º TERMO ADITIVO
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto aditar o prazo de vigência ao Contrato nº 022/2014 referente a contratação de empresa para execução de Pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização das Avenidas Senador Atílio Fontana e Almirante Fonseca Neves do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital Concorrência Pública 002/2014 – PMPB.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
CONTRATADA: MULTIPLOS SERVIÇOS E OBRAS LTDA
PRAZO: 30 (trinta) dias
DATA DA ASSINATURA: 26/11/2015

Porto Belo, 27 de novembro de 2015.
Evaldo José Guerreiro Filho
Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

DECRETO Nº 821/2015

DECRETO Nº 821, de 08 de dezembro de 2015.

Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.262, de 07 de julho de 2014 (LDO) e 4.291, de 04 de dezembro de 2014 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do Fundo Municipal de Educação a dotação orçamentária a seguir especificada no valor de R\$ 243.000,00 (Duzentos e quarenta e três mil reais):

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2009 – Manutenção Educação Infantil		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	33	20.000,00
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3390 – 104 – Aplicações Diretas	13	80.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3190 – 104 – Aplicações Diretas	15	120.000,00
MODALIDADE	3390 – 108 – Aplicações Diretas	22	23.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			243.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2009 – Manutenção Educação Infantil		
MODALIDADE	3191 – 104 – Aplicações Diretas – Operações Intra Orçamentárias	36	20.000,00
ATIVIDADE	2010 – Manutenção Secretaria de Educação		
MODALIDADE	3191 – 104 – Aplicações Diretas – Operações Intra Orçamentárias	10	51.000,00
MODALIDADE	3350 – 104 – Transferências a Instituições Privadas	12	29.000,00
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3191 – 104 – Aplicações Diretas – Operações Intra Orçamentárias	18	120.000,00
MODALIDADE	4490 – 108 – Aplicações Diretas	24	23.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			243.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de dezembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

EDITAL DE CREDENCIAMENTO MÉDICO 2016

AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União
PORTO UNIÃO – SANTA CATARINA

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 2016**01 - Do Objeto do Credenciamento**

AMASPU, através do presente Edital de Credenciamento torna público que está aberto o credenciamento de Entidades Hospitalares, Clínicas Médicas, Laboratórios de Análises Clínicas, Clínicas Radiodiagnósticas e Clínicas de Fisioterapia, para efetivo atendimento e prestação de serviços em favor dos beneficiários do Instituto Credenciante, credenciamento este que será regulamentado conforme as determinações da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

02 - Da Dotação

As despesas de contratação dos presentes serviços serão empenhadas no exercício em que decorrer a despesa.

03 - Das Condições para Participação

3.1. - Poderão participar do presente credenciamento os hospitais, clínicas ou instituições de saúde, de qualquer área de especialização, conforme discriminado no objeto deste Edital, sempre que devidamente constituídas em pessoa jurídica de direito. Está absolutamente vedado o credenciamento de pessoa física, independente da graduação ou especialização.

3.2. - Deverá o participante preencher requerimento de credenciamento junto à AMASPU, conforme modelo em anexo, juntando os documentos para credenciamento.

3.3. - Os documentos deverão ser apresentados perfeitamente em ordem, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada.

3.4. – Os documentos para credenciamento são:

- a) Contrato Social Registrado;
- b) Cartão do CNPJ;
- c) Comprovante de Inscrição no Alvará de Localização;
- d) Ato Constitutivo ou Estatuto em vigor devidamente registrado em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações acompanhar documentos de eleição de seus administradores;
- e) Ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- f) Certidões negativas do INSS, FGTS, FEDERAL, ESTADUAL e MUNICIPAL;
- g) Declaração de que assume inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.
- h) C.P.F do responsável;
- i) diploma do Curso de Medicina ou da Área de Formação;
- j) diploma da especialização que possui;
- k) carteira do C.R.M. e/ou C.R.O;
- l) declaração contendo as especializações atendidas, o numero de médicos, os dados destes profissionais, bem como, a área de atuação de cada um deles;
- m) declaração em que conste local de consultório e horário de atendimento;

OBS: Todos os documentos acima citados deverão ser em original ou fotocópia.

04 - Da Proposta para Credenciamento

4.1. - Para fins de cálculo dos serviços e procedimentos prestados será utilizada a Tabela CBHPM – Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, podendo ainda sofrer reajustes com base nos custos e deliberado pela Diretoria da AMASPU, nunca excedendo ao valor da tabela.

05 - Das Penalidades

5.1. - Serão desclassificadas as propostas de credenciamento dos participantes que:

- a) provenham de empresas que não satisfizerem compromissos anteriores com órgãos públicos;
- b) não satisfizerem as exigências deste Edital;
- c) contenham rasuras ou ressalvas;

06 - Do Julgamento do Credenciamento

6.1. - Será efetuada uma apreciação da documentação pela Diretoria da AMASPU relativa à habilitação para credenciamento.

6.2. - Após a apreciação dos documentos terá o(a) participante um prazo para completar o processo de credenciamento.

6.3. - Após o prazo para entrega total dos documentos, se este não for cumprido, serão devolvidos os documentos apresentados ao participante inabilitado.

6.4. - A AMASPU reserva-se o direito de:

- a) contratar total ou parcialmente os serviços ora credenciados;
- b) rejeitar propostas que contenham condições, havidas como substanciais escritas à margem ou fora do texto;

07 - Do Contrato

7.1. - Após julgados todos os documentos do credenciamento e aprovado pela diretoria da AMASPU, será minutado o contrato e caberá a seção de expediente tomar providências para que o participante tome conhecimento para a assinatura.

7.2. - O participante terá 10 (dez) dias corridos para formalização do contrato, a partir da data da notificação.

7.3. - Fará parte integrante do contrato, independentemente de transcrição, o presente Edital.

7.4. - O participante contratado ficará sujeito à penalidade de multa pelo descumprimento de cláusulas contratuais, inexecução parcial ou total do contrato de 2% (dois por cento), sobre o valor pago no mês anterior.

7.5. - Após a sua aplicação a multa será descontada do primeiro pagamento a que tiver direito o contratado.

08 - Dos Serviços e Fornecimento

8.1. - Os serviços credenciados junto à AMASPU, deverão obedecer rigorosamente as normas dos órgãos fiscalizadores.

8.2. - O credenciado responsabilizar-se-á pela qualidade e atendimento relativo aos serviços prestados, refazendo às suas expensas, os serviços mal executados tecnicamente.

09 - Do Prazo de Início e Término

Os serviços de atendimento deverão ser iniciados pelo credenciado imediatamente após a assinatura do contrato, com validade por prazo indeterminado, podendo ser rescindido o contrato por uma ou ambas as partes através de documento formal.

10 - Da Fiscalização e Execução

10.1. - A AMASPU reserva-se o direito de quando entender necessário, vistoriar os locais de atendimento a fim de aferir a qualidade do mesmo.

10.2. - São obrigações do CONTRATADO assegurar o livre acesso por parte da fiscalização da AMASPU a todas as instalações no local de atendimento dos serviços ora contratados.

11 - Do Preço

11.1. - O preço dos serviços compreenderá o fornecimento de serviços de atendimento médico, ambulatorial, internação, e outros que se façam necessários para melhor atender o segurado da AMASPU.

11.2. - Qualquer pagamento não isentará o CONTRATADO das responsabilidades contratuais nem implicarão na aceitação dos serviços.

11.3. - O pagamento se dará mediante autorização, conforme normas regulamentares da AMASPU, e será efetuado a cada 30 (trinta) dias após o atendimento, mediante nota fiscal dos serviços realizados.

12 - Das Disposições Finais

12.1. - Fica reservado ao Presidente da AMASPU, o direito de revogar ou anular o presente Edital, no todo ou em parte, sem que assista aos credenciantes, direito de reembolso ou indenizações, desde que haja presentes razões de conveniência administrativas ou de interesse público.

12.2. - Os interessados que tiverem dúvidas na interpretação deste Edital, serão atendidos pela Diretoria da AMASPU, no horário normal de expediente e no endereço da sede da AMASPU, ou ainda pelo telefone (042) 3523-2632.

E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados, foi o presente Edital afixado em local de costume e publicado no órgão oficial do Município.

Porto União, SC, 07 de dezembro de 2015.

MARGARETH FLISSAK

Presidente

MODELO DE REQUERIMENTO PARA CREDENCIAMENTO

AO

IMPRESS

Prezados Senhores,

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA, localizada à (endereço completo, inclusive CEP, telefone e e-mail), CNPJ nº _____ vem solicitar seu credenciamento junto à AMASPU para realizar os serviços atendimento e prestação de serviços em favor dos beneficiários do Instituto Credenciante,

Declaramos conhecer os termos da Lei nº 3.233/2006 que regulamenta a AMASPU e nos comprometemos a respeitar as condições nela estipuladas.

Em anexo apresentamos a documentação solicitada no item 3.4 do Edital de Credenciamento.

Atenciosamente,

Nome por extenso, função e carimbo da empresa

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2016

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS
2016

Este documento aborda o processo de seleção e alocação de valores mobiliários do IMPRESS, de acordo com a legislação vigente.

Data Vigência: Ano de 2016

I - INTRODUÇÃO

Objetivando cumprir a legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, com foco na Resolução CMN Nº 3.922 de 25 de Novembro de 2010, o Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS, apresenta versão final de sua Política de Investimentos para o ano de 2016, devidamente aprovada pelo Comitê de Investimentos em 02 de dezembro de 2015, devendo ser executada pela unidade gestora e pelo referido comitê ao longo do período de referência, cujas decisões serão registradas em ata.

A Política de Investimentos dispõe sobre a aplicação dos recursos do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS, e enviado à Secretaria de Políticas de Previdência Social - SPPS através do Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN. Foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com foco na resolução CMN 3.922/10, de 25 de novembro de 2010, e nas Portarias MPS Nº 519, de 24 de agosto de 2011, nº 170, de 25 de abril de 2012 e nº 440, de 9 de outubro de 2013.

A Política de Investimentos traz em seu contexto principal, os limites de alocação em ativos de renda fixa, variável e do segmento de imóveis, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam dotar os gestores de orientações quanto a alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e as necessidades atuariais do RPPS. A Política deve ser elaborada anualmente, podendo ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2016, conforme entendimento do Comitê de Investimentos, que deverá ser participante do processo decisório quanto à formulação e execução da política de investimentos.

Ao aprovar a Política de Investimentos 2016, será possível identificar principalmente que:

- As alocações em produtos e ativos buscarão obter resultados compatíveis à meta atuarial e, risco adequado ao perfil do RPPS;
- Órgãos reguladores, gestores, instituições financeiras, segurados, pensionistas, terceirizados entre outros, terão o total acesso aos objetivos e restrições acerca dos investimentos do RPPS;
- O processo de investimento será decidido pela Unidade Gestora e pelo Comitê de Investimentos baseado nos relatórios de análise dos produtos, realizados pela empresa de consultoria, que farão análise acerca das alocações.
- O RPPS seguirá os princípios da ética e da transparência na gestão dos investimentos tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta política, na resolução CMN 3.922/10, de 25 de novembro de 2010, e nas Portarias MPS Nº 519, de 24 de agosto de 2011, nº 170, de 25 de abril de 2012 e nº 440, de 9 de outubro de 2013.

II - META DE RENTABILIDADE

Atuarial

Em linha com sua necessidade atuarial, o Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS, estabelece como meta, que a rentabilidade anual da carteira de investimentos alcance, no mínimo, desempenho equivalente a 6% (seis por cento) acrescida da variação do IPCA (Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo) divulgado pelo IBGE.

Benchmark (Parâmetro de Rentabilidade)

O Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS terá como parâmetro de rentabilidade o CDI. Entende-se como parâmetro de rentabilidade o índice que reflete a rentabilidade esperada para o ano de 2016, com o perfil de risco desejado pelo Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS.

III - MODELO DE GESTÃO

Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente sem interferência de agentes externos, o Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS adota o modelo de gestão própria em conformidade com o artigo nº 15, inciso I, da Resolução CMN 3.922/2010, definindo que a macro estratégia será elaborada pela Unidade Gestora e aprovada pelo Comitê de Investimentos.

IV - INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

No processo de gestão serão adotados critérios para os investimentos e desinvestimentos. Os investimentos realizados pelos gestores do RPPS terão, na sua maioria, horizonte de longo prazo. Desta forma, faz-se necessário a análise dos produtos e ativos onde serão aplicados os recursos, verificando a compatibilidade com as necessidades atuariais e o fluxo financeiro de pagamentos.

No processo de desinvestimento, as diretrizes estabelecidas buscam maior ênfase no aspecto rentabilidade, contudo, produtos ou ativos em que o gestor do RPPS constatar a possibilidade de prejuízos ou até mesmo de performance insatisfatória, poderão passar pelo processo de desinvestimento.

Todas as movimentações, considerando as aplicações ou resgates dos recursos dos RPPS deverão ser acompanhadas do formulário APR - Autorização de Aplicação e Resgate conforme modelo e instruções de preenchimento disponibilizado no endereço eletrônico do MPS na rede mundial de computadores internet (www.previdencia.gov.br)

Embora o RPPS busque investimentos no longo prazo, os gestores poderão realizar movimentos de investimentos e desinvestimentos no curto prazo, buscando distorções de preços, excessos de valorização ou desvalorização dos ativos financeiros.

No cumprimento dos preceitos estabelecidos de acordo com a Resolução CMN 3.922/2010, deverão ser observadas as seguintes regras quanto aos segmentos de aplicação:

A) SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7

Títulos Públicos

Os títulos públicos deverão ser negociados através de plataforma eletrônica e marcados a mercado conforme a Resolução CMN 3.922/2010, e a Portaria MPAS nº 402/2008. A negociação se dará pelo lançamento de ordens de compra e venda no sistema eletrônico, com duração mínima de 30 (trinta) minutos.

Fundos de Renda Fixa

No segmento de fundos de renda fixa, a fim de aproveitar distorções nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas estratégias de curto prazo, contudo, estas operações ocorrerão em fundos da classe IMA ou IDKa. Nas operações de curto prazo não haverá limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

· Incisos I b, III – Investimento: Para novas alocações em fundos de renda fixa com benchmark IMA ou IDKa, a performance mínima em 12 (doze) meses poderá ser igual ou superior a 95% (noventa e cinco por cento) do índice de referência. Desinvestimento: poderá ocorrer o desinvestimento parcial ou o total dos recursos investidos, quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses for inferior a 95% (noventa e cinco por cento) do índice de referência durante 03 (três) meses consecutivos (resgate de 50%) ou 06 (seis) meses consecutivos (resgate total);

· Inciso IV, VII b - Investimento: para novas alocações em fundos de renda fixa com benchmark CDI, a performance mínima em 12 (doze) meses poderá ser igual ou superior a 97% (noventa e sete por cento) deste indicador quando sua carteira for composta apenas por títulos públicos federais; ou performance de 101% (cento e um por cento) do CDI quando houver ativos de crédito privado na composição da carteira do fundo. Desinvestimento: poderá ocorrer o desinvestimento dos fundos compostos apenas por títulos públicos federais quando a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses for inferior a 97% (noventa e sete por cento) do CDI, durante 03 (três) meses consecutivos. Para os fundos de crédito privado, a rentabilidade acumulada em 12 (doze) meses não deverá ser inferior a 101% (cem por cento) do CDI, durante 03 (três) meses consecutivos (aplica-se a mesma regra do item A para o desinvestimento parcial ou total).

B) SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL ART. 8

Fundos de Renda Variável e Multimercados

Embora os investimentos tenham horizontes de longo prazo, poderão ocorrer oportunidades de investimentos no curto prazo, neste sentido, nos fundos de renda variável as negociações de curto prazo (entradas e saídas) ocorrerão tomando como base o comportamento do índice Ibovespa. Apesar disso, a Unidade Gestora poderá alocar os recursos em qualquer índice acionário descrito nesta política.

· Inciso I, II, III - Nos fundos de renda variável as estratégias de investimentos e desinvestimentos estarão diretamente ligadas as análises dos fundos e do cenário econômico no momento da tomada de decisão. Desta forma, entende-se que pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do RPPS. Neste sentido, não haverá diretriz estabelecida para resgates e aplicações em fundos de renda variável, ficando a Unidade Gestora responsável pela conduta dos processos de investimentos e desinvestimentos, observando os limites da Resolução CMN 3.922/10 e desta Política de Investimentos;

· Inciso IV - Para novas alocações em fundos multimercados a performance mínima em 12 (doze) meses buscará ser igual ou superior a 102% (cento e dois por cento) do índice de referência. Os fundos multimercados cuja rentabilidade performar 03 (três) meses consecutivos abaixo do benchmark poderá ter sua posição reduzida em 50% (cinquenta por cento). Se a rentabilidade persistir desta forma por 06 (seis) meses consecutivos, os recursos poderão ser resgatados por completo.

Fundos Imobiliários e Participações

· Nos FIIIs (Fundos de Investimentos Imobiliários) e nos FIPs (Fundos de Investimentos em Participações), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, deverá ser realizada análise criteriosa evidenciando a formatação da sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a iliquidez, e demais riscos pertinentes ao seguimento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de Due Diligence.

· Os fundos de participação e os fundos imobiliários deverão ter como parâmetro de rentabilidade os indicadores CDI, IPCA, INPC ou taxa pré-fixada.

C) SEGMENTO DE IMÓVEIS – ART. 9

Conforme a Resolução CMN 3.922/2010, as aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis vinculados por lei ao RPPS. Desta forma, em razão da complexidade do ativo e, para que não exista descasamento entre os fluxos de recebimento e desembolsos, será realizada rígida análise da sua estrutura e viabilidade financeira.

V - LIMITES DE ALOCAÇÃO

A Resolução CMN 3.922/2010, estabelece que os recursos em moeda corrente possam ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável e de Imóveis. Neste sentido, cumprindo com o disposto pelo Conselho Monetário Nacional as aplicações do RPPS serão alocadas obedecendo aos seguintes limites:

Segmento de Renda Fixa			
Artigo	Tipo de Ativo / Condições de Enquadramento	Limite Legal	Limite da PI
7º	Fundos de Investimento de Renda Fixa e Títulos Públicos	100%	100%
7º, I	Títulos do Tesouro Nacional	100%	100%
7º, I, a	Títulos do Tesouro Nacional / Negociação via plataforma eletrônica	100%	100%
7º, I, b	Fundos de Investimento 100% TN / Condomínio aberto e bechmark IMA ou IDkA	100%	100%
7º, II	Operações Compromissadas / Exclusivamente com lastro em TN	15%	15%
7º, III	Fundos de Investimento Renda Fixa ou Referenciados / Benchmark IMA ou IDkA e baixo risco de crédito	80%	80%
7º, IV	Fundos de Investimento Renda Fixa ou Referenciados / Benchmark de Renda Fixa e baixo risco de crédito	30%	30%
7º, V	Depósito em Poupança / Instituição de baixo risco de crédito	20%	5%
7º, VI e VII	FIDCs Abertos, Fechados, Fundos Renda Fixa ou Referenciados (Crédito Privado)	15%	15%
7º, VI	FIDCs Abertos / Condomínio aberto e baixo risco de crédito	15%	15%
7º, VII	FIDCs Fechados e Fundos Renda Fixa ou Referenciados (Crédito Privado)	5%	5%
7º, VII, a	FIDCs Fechados / Condomínio fechado e baixo risco de crédito	5%	5%
7º, VII, b	Fundos Renda Fixa ou Referenciados / Crédito privado no nome e baixo risco de crédito	5%	5%
Segmento de Renda Variável			
Artigo	Tipo de Ativo	Limite Legal	Limite da PI
8º	Fundos de Investimento	30%	30%
8º, I	Fundos de Investimento Referenciados / Benchmark Ibovespa, IBrX ou IBrX□50, exclusivamente	30%	30%
8º, II	Fundos de Índices Referenciados em Ações / Benchmark Ibovespa, IBrX ou IBrX□50, exclusivamente	20%	20%
8º, III	Fundos de Investimento em Ações / Condomínio aberto	15%	15%
8º, IV	Fundos de Investimento Multimercado / Condomínio aberto e sem alavancagem	5%	5%
8º, V	Fundos de Investimento em Participações / Condomínio fechado	5%	5%
8º, VI	Fundos de Investimento Imobiliário / Cotas negociadas em bolsa de valores	5%	5%
9º	Imóveis Vinculados ao RPPS / Imóveis vinculados por lei ao RPPS	100%	100%

VI - VEDAÇÕES

Além das vedações impostas nesta política de investimentos, o Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS deverá obedecer todas as diretrizes e normas citadas na Resolução CMN 3.922/10. As definições e classificações dos produtos de investimentos também devem seguir os padrões da resolução CMN 3.922/10. As aplicações realizadas pelo RPPS deverão obedecer as seguintes vedações:

- Nos segmentos de Renda Multimercado e Renda Variável, ficam vedadas as aplicações em fundos que gerem iliquidez à carteira do RPPS, com prazo maior do que 360 dias, exceto:

- 1) Fundos de Investimento em participações – FIPs, desde que cumpridos todos os requisitos de análise e submissão à consideração do Comitê de Investimentos e/ou Conselho de Administração;
- 2) Fundos de Investimentos Imobiliários - FIIs - desde que cumpridos todos os requisitos de análise e submissão à consideração do Comitê de Investimentos e/ou Conselho de Administração;
- 3) Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, desde que o fundo possua nota de baixo risco de crédito concedido por agência de classificação de risco;
- 4) Fundos de Investimentos em Renda Fixa, desde que cumpridos todos os requisitos de análise e submissão à consideração do Comitê de Investimentos e/ou Conselho de Administração;

- Fundos Renda Fixa - Serão efetuadas aplicações apenas em fundos que comporem suas carteiras exclusivamente com ativos classificados como de baixo risco de crédito. Os ativos não enquadrados nas classificações de risco deste item poderão representar no máximo 5% (cinco por cento) do patrimônio do fundo;

VII - SELEÇÃO DE ATIVOS

A seleção dos produtos é de competência da Diretora Presidente do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS, que antecipadamente, a fim de subsidiar a decisão de investimento, e antes de submetê-la à aprovação do Comitê de Investimentos, deverá submeter relatório com as seguintes análises:

- Análise dos índices de performance;
- Análise das medidas de risco;
- Análise de índices de eficiência;
- Análise do regulamento evidenciando as características, natureza, enquadramento do produto e do relatório de agência de risco (se houver).

Comitê de Investimentos

O comitê de investimentos, órgão estabelecido em ato normativo pelo ente federativo, seguindo as diretrizes das Portarias MPAS nº 519/11, nº 170/12 e nº 440/13, deve ter a sua constituição e funcionamento direcionados, dentre outros, pelos seguintes pré-requisitos abaixo:

- a) Os seus membros devem manter vínculo com o ente federativo ou com o RPPS, na qualidade de servidor titular de cargo efetivo ou de livre nomeação e exoneração;
- b) Deve-se haver uma previsão de periodicidade das reuniões ordinárias e forma de convocação de extraordinárias;
- c) Deve-se haver uma previsão de acessibilidade às informações relativas aos processos de investimento e desinvestimento de recursos do RPPS;
- d) Todas as deliberações e decisões serem registradas em atas;
- e) Todos os membros deverão ser aprovados em exame de certificação específica de investimentos.

VIII - POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

O Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS busca estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos através da sua Política de Investimentos. Desta forma, foram definidos procedimentos para o credenciamento das instituições financeiras, criadas rotinas para as informações periodicamente enviadas por estas instituições, bem como, a forma de disponibilização dos resultados.

O Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS realizará periodicamente reuniões com os consultores de investimentos, com o objetivo de avaliar a performance das aplicações financeiras existentes, discutir eventuais alternativas de novos investimentos, em decorrência do cenário econômico. As reuniões poderão ocorrer de forma presencial, via telefone, ou outros meios disponibilizados pela consultoria, desde que contenham todo o material para acompanhamento (rentabilidade dos produtos, carteira consolidada de investimentos, rentabilidade da carteira e enquadramento dos produtos junto a Resolução CMN 3.922/10).

Credenciamento das Instituições Financeiras

Poderão credenciar-se junto ao Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS as instituições financeiras, outras instituições autorizadas ou credenciadas nos termos da legislação em vigor para o exercício profissional de administração de recursos financeiros, sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, que estejam devidamente autorizadas, e em situação regular, pelo Banco Central do Brasil e Comissão de Valores Mobiliários a atuar no Sistema Financeiro Nacional, considerando como critérios, no mínimo, a solidez patrimonial da entidade, a compatibilidade desta com o volume de recursos e a experiência positiva no exercício da atividade de administração de recursos de terceiros e a regularidade fiscal e previdenciária. O modelo de credenciamento a ser seguido pelas instituições que desejarem se credenciar será definido exclusivamente pelo RPPS, seguindo as diretrizes

das Portarias MPAS nº 519/11, nº 170/12 e nº 440/13, e não constituirá compromisso de que ocorrerão investimentos na instituição credenciada.

Abertura das Carteiras e do Rating dos Ativos

As Instituições credenciadas, das quais o Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS adquirir cotas de fundos, independentemente do segmento, deverão remeter as carteiras de investimentos de forma aberta, no mínimo mensalmente caso solicitado, em que deverá ser possível examinar, ao menos, o nome dos ativos, os vencimentos, as taxas de negociação, o valor de mercado dos ativos, bem como, o percentual de distribuição. Ainda, em relação a composição das carteiras, as instituições credenciadas remeterão ao Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS arquivo no formato XML para que o risco da carteira possa ser apurado.

Divulgação de informações

É de competência da diretoria do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS disponibilizar aos seus segurados e pensionistas:

- a) A íntegra desta Política de Investimentos, bem como, quaisquer alterações que virem a ser efetuadas até 30 (trinta) dias após a aprovação;
- b) As informações contidas nos formulários APR - Autorização de Aplicação e Resgate, no prazo de até trinta dias, contados da respectiva aplicação ou resgate;
- c) A composição da carteira de investimentos do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS, no prazo de até trinta dias após o encerramento do mês;
- d) Os procedimentos de seleção das eventuais entidades autorizadas e credenciadas;
- e) As informações relativas ao processo de credenciamento de instituições para receber as aplicações dos recursos;
- f) A Relação das entidades credenciadas para atuar com o Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS e respectiva data de atualização do credenciamento;
- g) As datas e locais das reuniões dos órgãos de deliberação colegiada e do Comitê de Investimentos;
- h) Em periodicidade mínima trimestral um relatório detalhado sobre a rentabilidade, os riscos das diversas modalidades de operações realizadas nas aplicações dos recursos do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS.

IX - DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Política de Investimentos foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2016, consideradas as projeções macro e microeconômicas no intervalo de 12 (doze) meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas. As estratégias macro, definidas nesta política deverão ser integralmente seguidas pela diretoria, que seguindo critérios técnicos estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial. Serão levadas ao Comitê de Investimentos, para avaliação, as aplicações não claramente definidas neste documento, mas que tiverem sido formuladas em conformidade com as diretrizes de investimentos e a legislação aplicável. A Política de Investimentos do Instituto Municipal de Previdência e Assistência Social dos Servidores Públicos de Porto União - IMPRESS foi aprovada na Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Comitê de Investimentos realizada em 02 de dezembro de 2015, transcrita na ata sob n.º 006, disciplinada pela Resolução CMN nº 3.922/2010.

Porto União, SC, 02 de dezembro de 2015.

ANÍZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal e Curador do IMPRESS

MARGARETH FLISSAK

Presidente do IMPRESS

Membro do Comitê de Investimentos

RG 4.173.840-5

CPF 820.464.099-49

SIMÃO ILCZYCZYN

Presidente do Comitê de Investimentos

RG 3.703.577-7

CPF 516.599.139-34

VIVIAN SCHIER

Membro do Comitê de Investimentos

RG 4.517.300

CPF 040.081.619-96

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 013/12
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ASSOCIAÇÃO LOCAL DE AÇÃO COMUNITÁRIA – ALAC

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 013/12

Terceiro Termo Aditivo ao Convênio nº 013/12, celebrado entre o Município de Porto União e a Associação Local de Ação Comunitária – ALAC.

O Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.541/0001-58, com sede na Rua Padre Anchieta, 126, Centro – Porto União – SC, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Anizio de Souza, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Porto União – SC, na Rua Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 2.548, portador do RG nº 325.323 – SC e do CPF nº 180.245.569-87 e a Associação Local de Ação Comunitária – ALAC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.747.436/0001-76, com sede na Rua Salomão Curi, s/nº – Bairro Santa Rosa – Porto União – SC, doravante denominada ALAC, representada pelo seu Presidente Sr. José Paulo Knapik, brasileiro, portador do RG nº 1.792.770 do CPF nº 597.330.809/00, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº 4.066, de 17 de dezembro de 2012, resolvem alterar a Cláusula Oitava do Convênio, na forma que especificam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração da Cláusula Oitava do Convênio, para prorrogar a sua vigência pelo período de 12 (doze) meses contados de 17 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais Cláusulas e condições do Convênio original.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE

O presente Termo Aditivo vigorará a partir de 17 de dezembro de 2015, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

E, por ser a expressão de interesse dos convenientes, assinam o presente Termo, em (03) três vias de igual teor, juntamente com as duas testemunhas abaixo identificadas.

Porto União (SC), 02 de dezembro de 2015.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

JOSÉ PAULO KNAPIK
Presidente da ALAC

Testemunhas:

1.Nome: Paulo Rubens Buch 2.
CPF nº 485.157.019-87

Nome: Sofia Sydol
CPF nº 339.610.349-15

Pouso Redondo

PREFEITURA

127

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 127/2015 de 30/10/2015

Institui o Sistema de Credenciamento de Especialistas (ginecologia, pediatria, cardiologia) e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e Lei 8.666/93, de 21.06.1993.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Credenciamento de especialistas no Município de Pouso Redondo.

§ 1º – Os Especialistas interessados em se credenciar junto ao Poder Público Municipal, deverão prestar os serviços obedecendo a Tabela de Preço, Anexo I, que está baseada na Tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), acrescido de adicional de valor por especialidade e complexidade, de acordo com o a tabela de preço, Anexo I.

§ 2º - Os documentos necessários para o credenciamento são:

Para fins de inscrição ao credenciamento, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação em original ou cópias devidamente autenticada:

1 - Da Habilitação Jurídica

a) Cédula de identidade e CPF dos sócios gerentes ou diretores da empresa;

b) Contrato Social; Declaração de Firma Individual;

2 - Da Habilitação Técnica

a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

b) Certificado(s), currículo (s) de profissional (is);

3 - Da Habilitação Econômica

a) Certidão negativa de falência, concordata ou de protestos, expedida pelo cartório competente do domicílio do requerente;

4 - Da Habilitação Fiscal

a) Prova de inscrição no cadastro geral de contribuinte no Ministério da Fazenda;

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual;

c) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal;

d) Prova ou declaração do ramo de atividade da empresa;

e) Certidão de regularidade com a fazenda federal e INSS, estadual e municipal da sede do requerente e com o fundo de garantia de tempo de serviço (FGTS) ;

Obs. Os documentos poderão ser apresentados por processo de cópia devidamente autenticados por Tabelião de Notas ou por Funcionário Público Municipal devidamente designado para tal finalidade, não se admitindo emendas ou rasuras, sob pena de indeferir o pedido.

5 - Requerimento e Declaração

a) Requerimento manifestando o interesse em se credenciar com o Município, prestando serviço de acordo com o que consta do anexo.

b) Declaração de que não existe fato impeditivo em contratar com o poder público e de que aceita as condições requeridas por este decreto e seu anexo.

§ 3º - Após o Credenciamento a Administração poderá exigir a qualquer momento a apresentação dos documentos de habilitação.

Art. 2º - Os Especialistas Credenciados receberão o pagamento a cada trinta dias mediante prestação do serviço e apresentação de fatura.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial ao decreto nº 064/2014, de 01/04/2014.

Pouso Redondo/SC, 08 de dezembro de 2014.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO – TABELA DE VALORES POR CONSULTA/ESPECIALIDADES

TABELA DE PREÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) + adicional de valor por especialidade e complexidade

ANEXO I

VALOR	DESCRIÇÃO PROCEDIMENTO/VALOR CONSULTA
100,00	GINECOLOGIA
60,00	PEDIATRIA
75,00	CARDIOLOGIA

Pouso Redondo/SC, 30 de outubro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

141

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 141/2015 de 07/12/2015.

“Veda o comércio de bebidas em garrafas e copos de vidro durante a realização do Natal na Praça de 2015”.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO que, no período de 05 a 23 de dezembro de 2015, esta ocorrendo Natal na Praça 2015, na Praça Gotlieb Reif e seus entornos;

CONSIDERANDO a necessidade de coibir o uso de garrafas e copos

de vidro em razão da segurança e do perigo que esses materiais podem causar durante as festividades que se realizará na área central da referida localidade;

DECRETA:

Art. 1º - Fica vedado o comércio de qualquer espécie de bebidas em garrafas e copos de vidro, pelos comerciantes da área central da Rua 23 de Julho e ruas adjacentes, no período de 05 a 23 de dezembro de 2015, durante a realização do Natal na Praça 2015.

Parágrafo Único – Durante esse período, os comerciantes deverão comercializar bebidas servidas em latas, garrafas pets e copos plásticos.

Art. 2º - O Setor de fiscalização deverá notificar os comerciantes abrangidos pelo presente decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Pouso Redondo, 07 de dezembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

142

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 142/2015 de 08/12/2015

Institui o Sistema de Credenciamento de Farmácias e dá outras providências.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e Lei 8.666/93, de 21.06.1993

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Credenciamento de Farmácias no Município de Pouso Redondo.

§ 1º – As Farmácias interessadas em se credenciar junto ao Poder Público Municipal, deverão apresentar valores para fornecimento de medicamentos conforme Lista “A – Z” aprovada pelo Ministério da Saúde.

§ 2º - Somente será comprado medicamentos que forem necessários e que não fazem parte dos medicamentos disponíveis na farmácia básica do Município.

§ 3º - Todo credenciado deverá atender as normativas do Ministério da Saúde e aplicar na venda a Lei Federal nº 9.787 de 10 de fevereiro de 1999.

§ 4º - Os documentos necessários para o credenciamento são:

Para fins de inscrição ao credenciamento, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação em original ou cópias devidamente autenticada:

2.1 - Da Habilitação Jurídica

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios gerentes ou diretores da empresa;
- b) Contrato Social; Declaração de Firma Individual;

2.2 - Da Habilitação Técnica

- a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- b) Certificados, currículos de profissionais, e comprovação de registro do profissional farmacêutico na entidade competente;

2.3 - Da Habilitação Econômica

- a) Certidão negativa de falência, concordata ou de protestos, expedida pelo cartório competente do domicílio do requerente;

2.4 - Da Habilitação Fiscal

- a) Prova de inscrição no cadastro geral de contribuinte no Ministério da Fazenda;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual;
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal;
- d) Prova ou declaração do ramo de atividade da empresa;
- e) Certidão de regularidade com a fazenda federal e INSS, estadual e municipal da sede do requerente e com o fundo de garantia de tempo de serviço (FGTS) ;
- f) Alvará de Localização;
- g) Alvará Sanitário;

Obs. Os documentos poderão ser apresentados por processo de cópia devidamente autenticados por Tabelião de Notas ou por Funcionário Público Municipal, não se admitindo emendas ou rasuras, sob pena de indeferir o pedido.

2.5 - Requerimento e Declaração

- a) Requerimento manifestando o interesse em se credenciar com o Município, prestando serviço de acordo com o que consta dos itens I e II do Objeto do presente edital.
- b) Declaração de que não existe fato impeditivo em contratar com o poder público e de que aceita as condições impostas por este edital e seus anexos.
- c) Declaração de cumprimento das condições de habilitação.

§ 5º - Após o Credenciamento a Administração poderá exigir a qualquer momento a apresentação dos documentos de habilitação.

Art. 2º - As Farmácias Credenciadas receberão o pagamento a cada trinta dias mediante entrega da medicação e apresentação de Nota fiscal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto 040/2014.

Pouso Redondo/SC, 08 de Dezembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

143

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47 3545-1133

www.pousoredondo.sc.gov.br

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

DECRETO Nº 143/2015 de 08/12/2015

Institui o Sistema de Credenciamento de Laboratórios de Análises Clínicas.

NAIR GOULART, Prefeita do Município de Pouso Redondo, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Orgânica do Município e Lei 8.666/93, de 21.06.1993

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Credenciamento de Laboratórios de Análises Clínicas no Município de Pouso Redondo.

§ 1º - Os Laboratórios interessados em se credenciar junto ao Poder Público Municipal, deverão prestar o serviços obedecendo a Tabela de Preço, Anexo I, que está baseada na Tabela do Sistema Único de Saúde (SUS).

§ 2º - Os documentos necessários para o credenciamento são:

Para fins de inscrição ao credenciamento, os interessados deverão apresentar a seguinte documentação em original ou cópias devidamente autenticada:

2.1 - Da Habilitação Jurídica

- a) Cédula de identidade e CPF dos sócios gerentes ou diretores da empresa;
- b) Contrato Social; Declaração de Firma Individual;

2.2 - Da Habilitação Técnica

- a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;
- b) Certificados, currículos de profissionais;

2.3 - Da Habilitação Econômica

- a) Certidão negativa de falência, concordata ou de protestos, expedida pelo cartório competente do domicílio do requerente;

2.4 - Da Habilitação Fiscal

- a) Prova de inscrição no cadastro geral de contribuinte no Ministério da Fazenda;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual;
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal;
- d) Prova ou declaração do ramo de atividade da empresa;
- e) Certidão de regularidade com a fazenda federal e INSS, estadual e municipal da sede do requerente e com o fundo de garantia de tempo de serviço (FGTS);
- f) Alvará de Localização;
- g) Alvará Sanitário;

Obs. Os documentos poderão ser apresentados por processo de cópia devidamente autenticados por Tabelião de Notas ou por Funcionário Público Municipal, não se admitindo emendas ou rasuras, sob pena de indeferir o pedido.

2.5 - Requerimento e Declaração

- a) Requerimento manifestando o interesse em se credenciar com o Município, prestando serviço de acordo com o que consta dos itens I e II do Objeto do presente edital.
- b) Declaração de que não existe fato impeditivo em contratar com o poder público e de que aceita as condições impostas por este edital e seus anexos.
- c) Declaração de cumprimento das condições de habilitação.

§ 3º - Após o Credenciamento a Administração poderá exigir a qualquer momento a apresentação dos documentos de habilitação.

Art. 2º - Os Laboratórios Credenciados receberão o pagamento a cada trinta dias mediante prestação do serviço e apresentação de Nota fiscal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Pouso Redondo/SC, 08 dezembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO – TABELA DO SISTEMA ÚNICO DA SAÚDE (SUS)

TABELA DE PREÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

ANEXO I

Procedimentos com finalidade diagnostica	
Diagnostico em laboratório clinico	
VALOR	DESCRIÇÃO PROCEDIMENTO
Exames bioquímicos	
3,51	CLEARANCE OSMOLAR
2,01	DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO
15,65	DETERMINACAO DE CROMATOGRAFIA DE AMINOACIDOS
3,63	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (2 DOSAGENS)
6,55	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (5
3,68	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (4
10,00	DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)
3,51	DETERMINACAO DE OSMOLARIDADE
3,51	DOSAGEM DE 5-NUCLEOTIDASE
1,85	DOSAGEM DE ACETONA
2,01	DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO
1,85	DOSAGEM DE ACIDO URICO
9,00	DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO
3,68	DOSAGEM DE ALDOLASE
3,68	DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA
3,68	DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA
3,68	DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA
2,25	DOSAGEM DE AMILASE
3,51	DOSAGEM DE AMONIA
2,01	DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES
1,85	DOSAGEM DE CALCIO
3,51	DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL
2,01	DOSAGEM DE CAROTENO
3,68	DOSAGEM DE CERULOPLASMINA
1,85	DOSAGEM DE CLORETO
3,51	DOSAGEM DE COLESTEROL HDL
3,51	DOSAGEM DE COLESTEROL LDL
1,85	DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL
3,68	DOSAGEM DE COLINESTERASE
1,85	DOSAGEM DE CREATININA
3,68	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)
4,12	DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB
3,51	DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA
3,51	DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA
3,68	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA
3,68	DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)
15,59	DOSAGEM DE FERRITINA
3,51	DOSAGEM DE FERRO SERICO
15,65	DOSAGEM DE FOLATO

2,01	DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL
2,01	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA
1,85	DOSAGEM DE FOSFORO
2,01	DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA
3,51	DOSAGEM DE GALACTOSE
3,51	DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)
1,85	DOSAGEM DE GLICOSE
3,68	DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE
3,68	DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA
7,86	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA
3,68	DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA
3,51	DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE
3,68	DOSAGEM DE LACTATO
3,51	DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE
2,25	DOSAGEM DE LIPASE
2,01	DOSAGEM DE MAGNESIO
2,01	DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS
3,68	DOSAGEM DE PIRUVATO
3,51	DOSAGEM DE PORFIRINAS
1,85	DOSAGEM DE POTASSIO
1,40	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS
1,85	DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES
1,85	DOSAGEM DE SODIO
2,01	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)
2,01	DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)
4,12	DOSAGEM DE TRANSFERRINA
3,51	DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS
3,51	DOSAGEM DE TRIPTOFANO
1,85	DOSAGEM DE UREIA
15,24	DOSAGEM DE VITAMINA B12
3,68	ELETOFORESE DE LIPOPROTEINAS
4,42	ELETOFORESE DE PROTEINAS
15,65	GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCETO BASE)
3,68	PROVA DA D-XILOSE
6,55	TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA / HIPOGLICEMIANTE ORAIS
Exames hematologicos e hemostasia	
6,48	CITOQUIMICA HEMATOLOGICA
2,73	CONTAGEM DE PLAQUETAS
2,73	CONTAGEM DE RETICULOCITOS
2,73	DETERMINACAO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR
2,73	DETERMINACAO DE ENZIMAS ERITROCITARIAS (CADA)
2,73	DETERMINACAO DE SULFO-HEMOGLOBINA
2,73	DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO
2,73	DETERMINACAO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA
2,73	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE
9,00	DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY
5,79	DETERMINACAO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS
2,85	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA
5,77	DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP)
2,73	DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)
2,73	DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSSEDIMENTACAO (VHS)
4,11	DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE
6,48	DOSAGEM DE ANTITROMBINA III
5,31	DOSAGEM DE FATOR II

7,61	DOSAGEM DE FATOR IX
4,73	DOSAGEM DE FATOR V
8,09	DOSAGEM DE FATOR VII
6,63	DOSAGEM DE FATOR VIII
15,00	DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)
18,91	DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)
6,66	DOSAGEM DE FATOR X
9,11	DOSAGEM DE FATOR XI
10,51	DOSAGEM DE FATOR XII
6,66	DOSAGEM DE FATOR XIII
4,60	DOSAGEM DE FIBRINOGENIO
1,53	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA
2,73	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC
2,73	DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL
2,73	DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA
4,11	DOSAGEM DE PLASMINOGENIO
5,41	ELETOFORESE DE HEMOGLOBINA
2,73	ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)
1,53	HEMATOCRITO
4,11	HEMOGRAMA COMPLETO
2,73	LEUCOGRAMA
25,00	PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA
4,11	PESQUISA DE CELULAS LE
2,73	PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ
2,73	PESQUISA DE FILARIA
2,73	PESQUISA DE HEMOGLOBINA S
0,00	PESQUISA DE PLASMODIO
2,73	PESQUISA DE TRIPANOSSOMA
4,11	PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA
2,73	PROVA DE RETRACAO DO COAGULO
2,73	PROVA DO LACO
2,73	RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS
12,00	TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS
2,73	TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)
2,73	TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)
Exames sorologicos e imunologicos	
15,00	CONTAGEM DE LINFOCITOS B
15,00	CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8
15,00	CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS
65,00	DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)
96,00	DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)
9,25	DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)
2,83	DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE
9,25	DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA
15,06	DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA
16,42	DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)
13,55	DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA
17,16	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3
17,16	DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4
2,83	DOSAGEM DE CRIOAGLUTININA
17,16	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)
9,25	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)
17,16	DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)
4,10	DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE
2,83	DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA
298,48	GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C
17,16	IMUNOELETOFORESE DE PROTEINAS

80,00	IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)
0,00	INTADERMORREACAO COM DERIVADO PROTEICO PURIFICADO (PPD)
10,00	PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA
10,00	PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA
8,67	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI
85,00	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)
10,00	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)
18,55	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)
5,74	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM
18,55	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)
18,55	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)
9,25	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS
10,00	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS
9,25	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS
3,70	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS
5,83	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO
10,00	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLOURESCENCIA)
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEZ SUPRARENAL
9,25	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOCOS
10,00	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)
9,70	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDEOS
2,83	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOLISINA O (ASLO)
10,00	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLIADINA (GLUTEN) IGG IGM E IGA
10,00	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO
10,00	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA
4,10	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS
5,50	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS
10,00	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA
18,55	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRU
18,55	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATIT
7,78	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA
9,71	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKII
18,55	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HC
18,55	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HD
9,25	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO
4,10	PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCCIDIOIDES BRASILIENSIS
18,55	PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINICIAL RESP
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA

2,83	PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BAR
11,00	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS
9,25	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS
16,97	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA
9,25	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI
18,55	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS
30,00	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE
18,55	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES
11,61	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS
10,00	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS
18,55	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA
9,25	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI
18,55	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS
20,00	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE
18,55	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR
17,16	PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLES
13,35	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)
18,55	PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H
18,55	PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)
60,00	PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA)
2,83	PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS
4,10	PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)
10,00	PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLOURESCENCIA
9,25	PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA
10,00	PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLOURESCENCIA)
1,77	PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)
1,77	PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS
18,00	QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1
168,48	QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C
4,10	REACAO DE HEMAGLUTINACAO (TPHA) P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS
2,83	REACAO DE MONTENEGRO ID
2,83	TESTE DE VDRL P/ DETECCAO DE SIFILIS
10,00	TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS
10,00	TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS
1,77	TESTES ALERGICOS DE CONTATO
1,77	TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA
10,00	TESTES RAPIDOS P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS

2,83	VDRL P/ DETECCAO DE SIFILIS EM GESTANTE
Exames coprológicos	
1,65	DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL
3,04	DOSAGEM DE GORDURA FECAL
3,04	EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL
1,65	IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS
1,65	PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)
1,65	PESQUISA DE EOSINOFILOS
1,65	PESQUISA DE GORDURA FECAL
1,65	PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES
1,65	PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES
1,65	PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES
1,65	PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)
1,65	PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS
10,25	PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES
1,65	PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES
1,65	PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES
1,65	PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES
1,65	PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES
Exames de uroanálise	
3,70	ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URIN
3,51	CLEARANCE DE CREATININA
3,51	CLEARANCE DE FOSFATO
3,51	CLEARANCE DE UREIA
2,04	CONTAGEM DE ADDIS
3,70	DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE
3,70	DOSAGEM DE ACUCARES (POR CROMATOGRAFIA)
2,01	DOSAGEM DE CITRATO
8,12	DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA
3,68	DOSAGEM DE OXALATO
2,04	DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)
3,04	DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS
3,70	EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS
3,70	PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA)
2,04	PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA
3,70	PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA
2,04	PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA
2,40	PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA
2,04	PESQUISA DE CISTINA NA URINA
2,04	PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA
3,70	PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA
2,04	PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA
2,04	PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA
3,36	PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA
0,00	PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIONICA (TESTE DE GRAVIDEZ)
2,04	PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA
2,04	PESQUISA DE LACTOSE NA URINA
3,70	PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA
2,04	PESQUISA DE PORFOBILINOGENIO NA URINA
4,44	PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)
2,04	PESQUISA DE TIROSINA NA URINA
2,04	PROVA DE DILUICAO (URINA)
Exames hormonais	
12,54	DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE
12,54	DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3

14,69	DETERMINACAO DE T3 REVERSO
10,20	DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA
6,72	DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS
6,72	DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES
6,72	DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)
14,12	DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)
11,89	DOSAGEM DE ALDOSTERONA
12,01	DOSAGEM DE AMP CICLICO
11,53	DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA
14,38	DOSAGEM DE CALCITONINA
9,86	DOSAGEM DE CORTISOL
11,25	DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)
11,71	DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)
10,15	DOSAGEM DE ESTRADIOL
11,55	DOSAGEM DE ESTRIOL
11,12	DOSAGEM DE ESTRONA
14,15	DOSAGEM DE GASTRINA
15,35	DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA
7,85	DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)
10,21	DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)
7,89	DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)
8,97	DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)
8,96	DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)
10,17	DOSAGEM DE INSULINA
43,13	DOSAGEM DE PARATORMONIO
15,35	DOSAGEM DE PEPTIDEO C
10,22	DOSAGEM DE PROGESTERONA
10,15	DOSAGEM DE PROLACTINA
13,19	DOSAGEM DE RENINA
15,35	DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)
13,11	DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)
10,43	DOSAGEM DE TESTOSTERONA
13,11	DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE
15,35	DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA
8,76	DOSAGEM DE TIROXINA (T4)
11,60	DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)
8,71	DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)
12,01	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA / TSH APOS TRH
12,01	TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA
12,01	TESTE DE ESTIMULO DE LH E FSH APOS GONADORRELINA
12,01	TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON
12,01	TESTE DE SUPRESSAO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA
12,01	TESTE DE SUPRESSAO DO HGH APOS GLICOSE
8,43	TESTE P/ INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS
Exames toxicológicos ou de monitorizacao terapeutica	
2,06	DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO
2,23	DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO
3,68	DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO
2,04	DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO
15,65	DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO
3,51	DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE
2,01	DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO
27,50	DOSAGEM DE ALUMINIO
10,00	DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS
10,00	DOSAGEM DE ANFETAMINAS
10,00	DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS
13,13	DOSAGEM DE BARBITURATOS

13,48	DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS
6,55	DOSAGEM DE CADMIO
17,53	DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA
4,11	DOSAGEM DE CARBOXI-HEMOGLOBINA
8,83	DOSAGEM DE CHUMBO
58,61	DOSAGEM DE CICLOSPORINA
3,51	DOSAGEM DE COBRE
8,97	DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)
15,65	DOSAGEM DE ETOSSUXIMIDA
35,22	DOSAGEM DE FENITOINA
2,05	DOSAGEM DE FENOL
3,51	DOSAGEM DE FORMALDEIDO
2,25	DOSAGEM DE LITIO
2,04	DOSAGEM DE MERCURIO
4,11	DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA
10,00	DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA
10,00	DOSAGEM DE METOTREXATO
10,00	DOSAGEM DE QUINIDINA
2,01	DOSAGEM DE SALICILATOS
3,51	DOSAGEM DE SULFATOS
15,65	DOSAGEM DE TEOFILINA
3,68	DOSAGEM DE TIOCIANATO
15,65	DOSAGEM DE ZINCO
Exames microbiologicos	
4,98	ANTIBIOGRAMA
13,33	ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA
13,33	ANTIBIOGRAMA P/ MICOBACTERIAS
4,20	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR
4,20	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)
4,20	BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (TUBERCULOSE)
2,80	BACTEROSCOPIA (GRAM)
5,62	CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO
4,33	CULTURA DO LEITE MATERNO (POS-PASTEURIZACAO)
4,33	CULTURA P/ HERPESVIRUS
5,63	CULTURA PARA BAAR
10,25	CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS
4,19	CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS
2,80	EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)
11,49	HEMOCULTURA
5,63	IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS
4,33	PEQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI
2,80	PESQUISA DE BACILO DIFTERICO
4,33	PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A
2,80	PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY
4,33	PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI
2,80	PESQUISA DE LEPTOSPIRAS
5,04	PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM
Exames em outros liquidos biologicos	
1,89	ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES
5,79	ADENOGRAMA
4,33	CITOLOGIA P/ CLAMIDIA
4,33	CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS
1,89	CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR
1,89	CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR
6,56	DETERMINACAO DE FOSFOLIPIDIOS RELACAO LECITINA - ESFINGOMIEL
1,89	DOSAGEM DE CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO
2,01	DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA

2,01	DOSAGEM DE FRUTOSE
2,01	DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA
1,89	DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES
1,89	DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES
5,23	ELETROFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRACAO NO LIQUOR
6,56	ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO
5,79	ESPLENOGRAMA
1,89	EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE
5,79	MIELOGRAMA
9,70	PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDEOS (ELISA)
2,01	PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIOGENICO CEA
1,89	PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR
1,89	PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS
1,89	PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA
4,80	PESQUISA DE ESPERMATOZOIDEOS (APOS VASECTOMIA)
1,89	PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES
9,70	PROVA DE PROGRESSAO ESPERMATICA (CADA)
1,89	PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNE
1,89	PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE
1,89	REACAO DE PANDY
1,89	REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES
1,89	TESTE DE CLEMENTS
4,69	TESTE DE GASTROACIDOGRAMA - SECRECAO BASAL POR 60 EM 4 AMOST
4,69	TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GASTRICO
Exames de genetica	
32,48	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURACAO (C/ TE
32,48	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORI
32,48	DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM SANGUE PERIFERICO (C/ TECNICA D
Exames para triagem neonatal	
8,80	DETECCAO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO)
66,00	DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMA
66,00	DETECCAO MOLECULAR EM FIBROSE CISTICA (CONFIRMATORIO)
5,50	DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)
12,10	DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4
20,90	DOSAGEM DE FENILALANINA TSH OU T4 E DETECCAO DA VARIANTE DE
5,50	DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNORREATIVA
13,20	DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)
Exames Imunohematologicos	
10,65	DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS
1,37	DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO
10,65	FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR
10,65	IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE
5,79	PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUICAO
5,79	PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37OC
5,79	PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A FRIO
1,37	PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)

2,73	TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)
5,79	TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B

Pouso Redondo/SC, 08 de Dezembro de 2015.

NAIR GOULART

Prefeita Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

PORTARIA 365/2015

PORTARIA Nº. 365 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015.
EXONERA SERVIDOR (A) COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte

PORTARIA

Art. 1º - Fica exonerado (a) a partir desta data, o (a) servidor (a) LAUDELINO JOSE COMANDOLI, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, por motivo de aposentadoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 16 de Novembro de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 366/2015

PORTARIA Nº. 366 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias a ODAIR KOCHANSKI, Gerente Administrativo, pelo período de 19 de Novembro de 2015 a 18 de Dezembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 01/01/2014 à 31/12/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 19 de Novembro de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
Prefeito Municipal

PORTARIA 367/2015

PORTARIA Nº. 367, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.
INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e firmado no disposto da Lei Complementar Nº. 001/2002, Título VI, Capítulos I, II e III e em conformidade com a Lei orgânica do Município de Presidente Nereu, baixa a seguinte.

PORTARIA

Art. 1 – Determinar, com fulcro no Art. 188, Inciso III, da Lei Complementar nº. 001/2002, a instauração de PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 005/2015 em desfavor do servidor: DIONE ISAIAS BERTOLINO, matrícula nº. 3401.0, ocupante do cargo Efetivo de Motorista, para apurar Responsabilidade Civil do

servidor em cumprimento da sentença constante dos Autos do Processo nº: 0011092-13.2013.8.24.0054.

Art. 2 – Constituir COMISSÃO ESPECIAL DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, composta pelos servidores: Aline Moreira, Coordenador Administrativo, Matrícula nº. 3662.5-1, Jaqueline Conhaque, Agente Administrativo, Matrícula nº. 2723.5-1, e Valdemiro Cadilhac, Assessor Especial, matrícula nº. 411.1-01 para, sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao item precedente.

Art. 3 – Deliberar que os membros da Comissão terão dedicação exclusiva e poderão reportar-se diretamente aos demais órgãos da administração pública, em diligências necessárias à instrução processual, coletando provas, depoimentos, enfim, tudo que for necessário ao esclarecimento e a busca da verdade, sem desprezar o princípio constitucional da ampla defesa.

Art. 4 – O prazo de conclusão será de 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação por igual prazo.

Art. 5 – Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidente Nereu, 26 de Novembro de 2015.
ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 368/2015

PORTARIA Nº. 368 DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte:
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedidas férias a EDINEIA CATIA DE MELO, Assistente Administrativo, pelo período de 30 de Novembro de 2015 a 14 de Dezembro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 01/06/2013 a 31/05/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Presidente Nereu, 30 de Novembro de 2015.
ANTÔNIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL

Rio das Antas

PREFEITURA

AVISO DE PP Nº 0001/2015 - FUMAS

MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS/SC - Fundo de Assist.Social do Município de Rio das Antas
RESUMO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 0001/2015 – FUMAS

O Fundo de Assistência Social do Município de Rio das Antas, comunica a quem possa interessar que realizar-se-á Processo Licitatório nº 0002/2015-FUMAS na Modalidade de Pregão Presencial Registro de Preço nº 0001/2015-FUMAS, com o seguinte objeto: Aquisição de materiais de artesanato e expediente, para a realização de trabalhos manuais com as crianças e adolescentes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (S.C.F.V) Projeto Saberes(F.V). Tudo conforme edital completo. O CREDENCIAMENTO E ENTREGA DA PROPOSTA E DA DOCUMENTAÇÃO será no setor de Licitações do Município, situado na Rua do Comércio, 780, Rio das Antas/SC, no dia 21/12/2015, respeitando os seguintes horários: Até as 08h05min. horas Credenciamento e entrega dos envelopes das Propostas de Preço e Documentação de Habilitação, com início da sessão as 08h15min.do mesmo dia. TIPO: Menor Preço por item. RETIRADA DO EDITAL: No Setor de licitações ou pelo email licita@riodasantas.sc.gov.br, de Segunda a Sexta, das 07:00 às 13:00, sem custo. Mediante pré cadastro. BASE LEGAL: Lei 10.520/02, Lei 8.666/93, LC 123/06 e Decretos Municipais nºs 32/2007 e 13/2012. DEMAIS INFORMAÇÕES: Telefone (49) 3564-0125, Ramal 22. Rio das Antas (SC), 08 de Dezembro de 2015 / Rubens Ricardo Mocellin Resp. Pelo Fumas Portaria nº 226/2015

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 5044, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5044, de 02 de dezembro de 2015.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELA CARTA CONVITE Nº 078/2015 DE 11/11/15".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso VI, artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º-	Fica homologado de acordo com o parecer da Comissão Permanente de Licitações, nomeada pelo Decreto nº 4458/2014, o resultado da Carta Convite nº 078/2015, de 11 de novembro de 2015, cujo resumo está representado no Anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:
	- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME.
Art. 2º-	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação
Art. 3º-	Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

02 de dezembro de 2015.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

NICANOR GABRIEL ALEGRI

Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

ANEXO AO DECRETO Nº 5044/2015

Carta Convite nº 078, de 11/11/2015

Objeto da Licitação:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL COM EXTENSÃO DE 225,58 METROS, NA TRAVESSA MAFRA (VILA IPIRANGA), BAIRRO CANOAS EM RIO DO SUL. SECRETARIA DE PLANEJAMENTO.		
Empresas Convidadas:			
	- CONSTRUÇÃO CIVIL MG LTDA; - LZK CONSTRUTORA LTDA; - ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME; - SETEP CONSTRUÇÕES LTDA; - TERRAPLANAGEM AZZA EIRELI.		
Decisão:	Pelo critério de menor preço global a Comissão Permanente de Licitações declarou vencedor o licitante:		
	- ORBIS ENGENHARIA EIRELI ME.		

DECRETO Nº 5054, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 5054, de 08 de dezembro de 2015.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o inciso II, do artigo 12, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º- Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no corrente exercício financeiro no montante de R\$ 57.842,27 (cinquenta e sete mil, oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos), por conta do Superávit Financeiro verificado no exercício anterior, de acordo com o que determina o artigo 12, da Lei Orçamentária nº 5.535, de 16 de dezembro de 2014, visando a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

40.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
40.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
2.097	Ações de Saúde com Recursos do Estado		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
03635540	Transferência de Convênios – Estado/Saúde	R\$	57.842,27
	TOTAL	R\$	57.842,27

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
08 de dezembro de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito do Município de Rio do Sul

LEI 5.674

LEI Nº 5.674, de 01 de dezembro de 2015.

"DENOMINA DE MANUEL FIGUEREDO E LIBERTO SCHÜTZ RUAS SEM DENOMINAÇÃO DO LOTEAMENTO SILVIO SCHÜTZ LOCALIZADO NO BAIRRO ALBERTINA".

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º-	Fica denominada "Manuel Figueredo" a rua "A" sem denominação do Loteamento Silvio Schütz, que inicia na Rodovia SC 302, medindo 197,78 metros de extensão e 12,00 metros de largura, no bairro Albertina, conforme croqui, parte integrante da presente Lei.
Art. 2º-	Fica denominada "Liberto Schütz" a rua "B" sem denominação do Loteamento Silvio Schütz, que inicia a 109,69 metros a esquerda da esquina com a Rua Manuel Figueredo, medindo 170,63 metros de extensão e 10,00 metros de largura, no bairro Albertina, conforme croqui, parte integrante da presente Lei.
Art. 3º-	Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO
01 de dezembro de 2015.
GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

PORTARIA 0961/RH

PORTARIA Nº 0961/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), continuidade da Licença para Tratamento de Saúde, concedida por meio da Portaria n. 0914/RH, de 19/11/2015, pelo período de 26/11/2015 até 04/12/2015, ao servidor municipal RAMON BARIDO NAVARRO LINS, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0962/RH

PORTARIA Nº 0962/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 244 ao 249, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, parecer exarado pela Perícia Médica (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença para Tratamento de Saúde, pelo período de 16/11/2015 até 14/01/2015, a servidora municipal LUCIANI DE ALCANTARA RUSSI, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheira.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Cfr

PORTARIA 0963/RH

PORTARIA Nº 0963/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 19/12/2015 a 16/02/2016, a servidora municipal JOSEANY RODRIGUES, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0964/RH

PORTARIA Nº 0964/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 254 e 255, da Lei Complementar Nº 207/2010 e requerimento (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Especial à Gestante, no período de 07/12/2015 a 04/02/2016, a servidora municipal LUCINEIA VANDERLINDE GOEDERT, ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0965/RH

PORTARIA Nº 0965/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 28/11/2015 a 26/03/2016 a JEANE MASSAROLO NETO, ocupante do cargo de provimento efetivo Fonoaudiólogo.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0967/RH

PORTARIA Nº 0967/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 05/12/2015 a 02/04/2016 a JANAINA WILLEMANN DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro Obstétrico.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0968/RH

PORTARIA Nº 0968/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), Licença Gestante, no período de 04/12/2015 a 01/04/2016 a VANIA TEREZINHA PESSOA ocupante do cargo de provimento efetivo Professor.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA 0978/RH

PORTARIA Nº 0978/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Corrigir e convalidar a Portaria n. 0952/RH, de 02/12/2015, publicada no DOM dia 03/12/2015, concedendo para a servidora ADRIANA CASAGRANDE, com fundamento no disposto no Art. 250, da Lei Complementar Nº 207/2010 e, atestado médico (anexo ao

protocolo do Serviço de Inspeção Médica Municipal – SIMM), LICENÇA GESTANTE, no período de 25/11/2015 a 23/03/2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Cfr

PORTARIA N. 0957/RH

PORTARIA N. 0957/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 67 a 74, dos autos da Sindicância Administrativa n. 025/2014, instaurada pela Portaria n. 1227/RH de 04 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 08 de dezembro de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 77 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 025/2014, instaurada para apuração do desaparecimento do notebook de patrimônio n. 10750, em virtude da inexistência de provas suficientes para conclusão do responsável pelo fato em questão, mantendo o monitoramento por câmeras de vídeo, vigilância eletrônica no período noturno e fechamento das portas principais ao final do expediente, sugestões da Comissão Sindicante, que já são aplicadas atualmente.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA N. 0958/RH

PORTARIA N. 0958/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 85 a 91, dos autos da Sindicância Administrativa n. 007/2015, instaurada pela Portaria n. 0667/RH de 31 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 18 de setembro de 2015 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 93 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 007/2015, instaurada para apuração dos fatos relatados no Memorando GABSEC n. 0536/2015, envolvendo a servidora Telma Angelita Marchi, em virtude de restar comprovado que a referida servidora não praticou qualquer infração disciplinar arrolada no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria n. 0960/RH

PORTARIA N. 0960/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 87 a 96, dos autos da Sindicância Administrativa n. 024/2014, instaurada pela Portaria n. 1225/RH de 03 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 08 de dezembro de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 98 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 024/2014, instaurada para apuração dos fatos relatados no Memorando SMA/RH n. 219/2014, envolvendo a bolsista PEAD Aparecida Rosa do Nascimento, em virtude da falta de objeto e de não restar comprovada infração disciplinar por parte dos servidores envolvidos, descrita na Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

Portaria n. 0966/RH

PORTARIA N. 0966/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 27 a 31, dos autos da Sindicância Administrativa n. 022/2014, instaurada pela Portaria n. 1200/RH de 25 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 02 de dezembro de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 33 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 022/2014, instaurada para apuração dos fatos relatados no Memorando GABSEC n. 1855/2014, envolvendo a empregada pública Andréia Stegemann, em virtude de que não compete a Comissão Permanente de Sindicância apurar a matéria, tendo em vista a gravidade da infração relacionada.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa

Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria n. 0969/RH

PORTARIA N. 0969/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 160 a 164, dos autos da Sindicância Administrativa n. 012/2015, instaurada pela Portaria n. 0720/RH de 21 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 24 de setembro de 2015 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 166 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 012/2015, instaurada para apuração dos fatos relatados no Memorando SMA/GAB n. 023/2015, envolvendo a empregada pública Glória Beatriz Borges Matucheski, em virtude de que não compete a Comissão Permanente de Sindicância apurar a matéria, tendo em vista a gravidade da infração relacionada.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria n. 0970/RH

PORTARIA N. 0970/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 173 a 177, dos autos da Sindicância Administrativa n. 021/2014, instaurada pela Portaria n. 0815/RH de 21 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 24 de julho de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 179 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 021/2014, instaurada para apuração da responsabilidade sobre possíveis irregularidades na prestação de contas da descentralização de agosto de 2013 e a prestação de contas da contribuição espontânea de 2013 da unidade escolar CEI Navegantes, em virtude de que restou comprovada a regularidade no que tange a apresentação das notas fiscais e da destinação dos recursos financeiros das referidas prestações.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa

Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria n. 0971/RH

PORTARIA N. 0971/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 22 a 32, dos autos da Sindicância Administrativa n. 009/2015, instaurada pela Portaria n. 0669/RH de 31 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 18 de setembro de 2015 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 34 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 009/2015, instaurada para apuração dos fatos relatados no Memorando Depto. de Patrimônio n. 113/2015, envolvendo dano e posterior reposição ao vidro da empresa Comercial F. Tomio Ltda, por parte da equipe de servidores que realizava trabalho de limpeza próximo ao local, em virtude da falta de objeto, e por restar provado que os servidores não praticaram qualquer infração disciplinar arrolada no Estatutos dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria n. 0972/RH

PORTARIA N. 0972/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 72 a 78, dos autos da Sindicância Administrativa n. 001/2015, instaurada pela Portaria n. 0261/RH de 14 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 23 de abril de 2015 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 80 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 001/2015, instaurada para apuração dos fatos relatados no Memorando GABSEC n. 2706/2014, envolvendo a servidora Ilsa Juraszek, em virtude de restar provado que a servidora não praticou qualquer infração disciplinar arrolada no Estatutos dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de

sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria n. 0974/RH
PORTARIA N. 0974/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 216 a 224, dos autos da Sindicância Administrativa n. 006/2015, instaurada pela Portaria n. 0428/RH de 24 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 25 de junho de 2015 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 226 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 006/2015, instaurada para apuração dos fatos relatados no Memorando GABSEC n. 1176/2015, envolvendo a servidora Eva Maria Muniz Luz, em virtude de restar provado que a servidora não praticou qualquer infração disciplinar arrolada no Estatutos dos Servidores Públicos do Município de Rio do Sul, Lei Complementar 207 de 28 de setembro de 2010.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria n. 0975/RH
PORTARIA N. 0975/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 75 a 80, dos autos da Sindicância Administrativa n. 009/2014, instaurada pela Portaria n. 0376/RH de 04 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 10 de abril de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 82 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 009/2014, instaurada para apuração dos fatos relatados no Memorando Depto. de Patrimônio n. 062/2014, envolvendo a colisão que ocorreu no dia 25 de abril de 2013, entre o veículo Ford Fiesta, placa MJX 3266, de propriedade do Município de Rio do Sul e parte integrante da frota da Guarda Municipal, e o veículo VW Gol, placa MCL 0572, de propriedade particular, na rua Dom Pedro II, em virtude de restar provado que o servidor não cometeu qualquer infração funcional tipificada no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rio do Sul, Lei Complementar 207 de 28 de

setembro de 2010.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria n. 0976/RH
PORTARIA N. 0976/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Sindicante, de fls. 76 a 82, dos autos da Sindicância Administrativa n. 019/2014, instaurada pela Portaria n. 0662/RH de 03 de junho de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 05 de junho de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 84 dos mesmos autos, no que tange à apuração e comprovação dos fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da Sindicância Administrativa n. 019/2014, instaurada para apuração dos fatos relatados no Memorando Depto. de Patrimônio n. 121/2013, envolvendo o servidor Nildo Alves, em virtude da ocorrência de prescrição da pretensão punitiva, impossibilitando a comissão de arguir advertência ou suspensão quanto ao caso em questão.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

Portaria n. 0977/RH
PORTARIA N. 0977/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013 e, considerando:

- As conclusões da Comissão Processante de fls. 162 a 171, dos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 019/2014, instaurado pela Portaria n. 1205/RH de 25 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios no dia 02 de dezembro de 2014 e, de acordo com a decisão proferida às fls. 173 a 174 dos mesmos autos, no que tange à apuração de fatos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar o ARQUIVAMENTO da denúncia contra o servidor municipal Vilson Vieira, matrícula n. 87688-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Operador de Equipamentos, no que diz respeito às possíveis infrações, previstas nos art. 157, incisos II, III, VII e IX e art. 158, inciso II, ambos da Lei Complementar n. 207 de 28 de setembro de 2010, tendo em vista a não comprovação dos fundamentos da referida denúncia, bem como, a confirmação da transferência do bem entre depósitos.

Art. 2º. Estabelecer que esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, revogadas as disposições em contrário.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0973/RH

PORTARIA N. 0973/2015

GARIBALDI ANTONIO AYROSO, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art.1º Exonerar, a partir de 30/11/2015, a servidora MARISTELA LUIZA FRONZA MARCONSINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, do cargo em comissão – Chefe Divisão Parcerias da Escola Modelo, nos termos do § 6º, do Art. 55º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010, § 2º, do Art. 11, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 2º Nomear, a servidora MARISTELA LUIZA FRONZA MARCONSINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, para a partir de 01/12/2015, exercer as atribuições do cargo em comissão de Diretor Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria Municipal de Educação, optando pela remuneração do cargo de provimento efetivo acrescido do percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor do cargo em comissão, fundamentado no Art. 57º, da Lei Complementar nº 207 de 28/09/2010 e § 2º, do Art. 12, da Lei Complementar nº 208 de 28/09/2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de dezembro de 2015.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito Municipal

GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Csvf

PORTARIA Nº 0980/RH

PORTARIA N. 0980/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor MAERCIO TOMIO, matrícula n. 254070-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, o primeiro Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Ortodontia, no processo n. 156617/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de dezembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0981/RH

PORTARIA N. 0981/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Com fundamento ao Art. 48, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor CATIA DAGNONI, matrícula n. 194743-2, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo II, o segundo Adicional por Formação Profissional por ter apresentado o Certificado de conclusão do Curso de Ensino Médio, no processo n. 156020/2015, e ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de dezembro de 2015, de acordo com o Art. 49 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0982/RH

PORTARIA N. 0982/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor MAERCIO TOMIO, matrícula n. 254070-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Cirurgião Dentista, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 156616/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de dezembro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2015.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Asfj

PORTARIA Nº 0983/RH

PORTARIA N. 0983/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor GILBERTO RIBEIRO DOS SANTOS, matrícula n. 267155-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Técnico em Enfermagem, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 156239/2015, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de dezembro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0984/RH

PORTARIA N. 0984/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor PAULO EVANDRO SOARES RODRIGUES, matrícula n. 171310-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, o primeiro Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 144881/2014, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de dezembro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 08 de dezembro de 2015.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Asfj

PORTARIA Nº 0985/RH

PORTARIA N. 0985/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3.085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º Com fundamento aos Arts. 39 ao 41, da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010, conceder ao servidor PAULO EVANDRO SOARES RODRIGUES, matrícula n. 171310-1, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, o segundo Adicional por Capacitação Profissional por ter comprovado no processo n. 144881/2014, a realização de cursos de capacitação/treinamento com carga horária prevista para seu grupo ocupacional e relacionados com a área de atuação e cargo que ocupa, bem como ter obtido homologação do Comitê Permanente de Progressão na Carreira, conforme disposto no Art. 50, inciso III, da Lei Complementar citada acima.

Art. 2º O efeito financeiro do adicional será devido a partir de 01 de dezembro de 2015, de acordo com o Art. 46 da Lei Complementar n. 208 de 28 de setembro de 2010.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

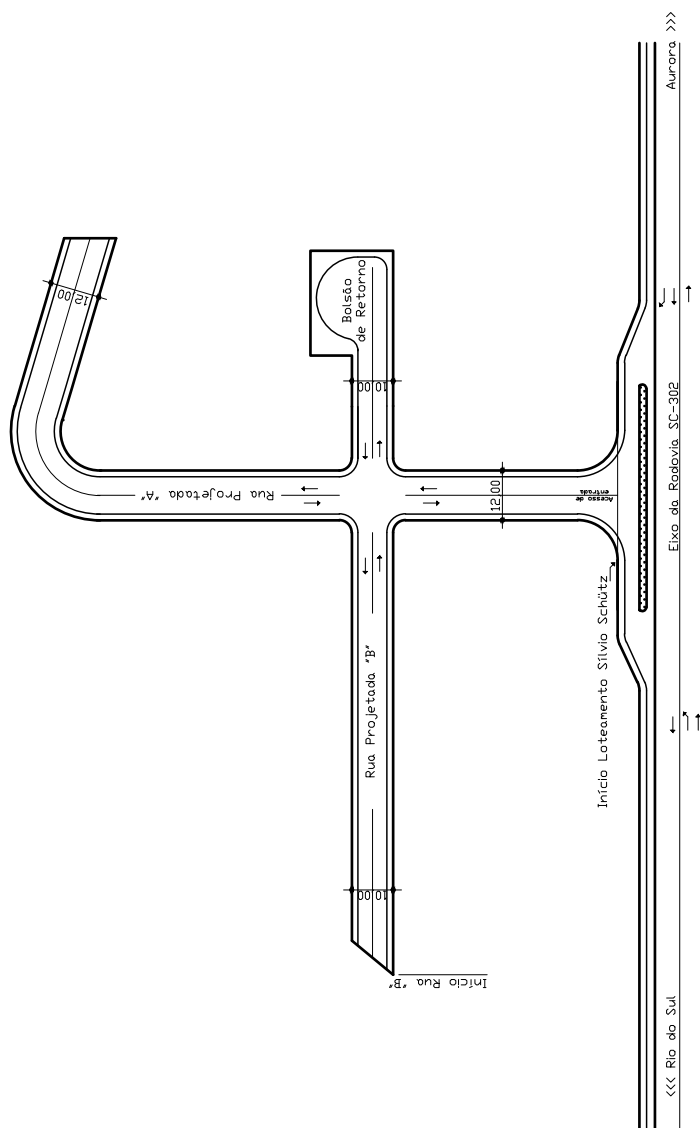
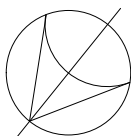
Rio do Sul, 08 de dezembro de 2015.

GIVANILDO SILVA



Secretário Municipal de Administração

Asfj

NORTE
MAGNÉTICO



NOME DA RUA	INÍCIO	FINAL	EXTENSÃO	LARGURA
Rua Projetada "A"	Rodovia SC-302	A 197,78 metros de seu início	197,78 m	12,00 m
Rua Projetada "B"	A 109,69 metros a esquerda da esquina com a Rua "A"	A 170,63 metros de seu início	170,63 m	10,00 m

		<h1>PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL</h1>	
<p>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO - DEPARTAMENTO DE URBANISMO</p>		<p>ORIENTAÇÃO NORTE</p> 	
<p>Projeto:</p>	<p>Denominação das Ruas do Lot. Sívio Schütz</p>		<p>Prancha:</p>
	<p>Endereço:</p> <p>Rodovia SC-302</p>	<p>Bairro:</p> <p>ALBERTINA</p>	
		<p>Desenho:</p> <p>Lucas</p>	
		<p>Escala:</p> <p>1:1000</p>	
<p>Responsável Técnico:</p>		<p>Proprietário:</p>	<p>P.M.R.S</p> <p>Única</p>

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**EXTRATO DE CONTRATO 69/2015 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 23/2012

Espécie: Contrato de Locação nº 69/2015

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul

Contratado: Valmor Poffo

Objeto: O presente contrato tem por objeto a locação de um imóvel localizado na rua Vitor Meirelles, 286, bairro Budag, nesta cidade de Rio do Sul, com as seguintes características: casa de alvenaria destinada a atividade comercial, com 01 sala de recepção, 4 salas para atendimento, cozinha, área de serviços, 2 banheiros, depósito, terraço e 1 vaga de garagem, para o funcionamento de uma Estratégia de Saúde da Família. De acordo com a Dispensa de Licitação 23/2012 FMS.

Amparo Legal: Lei Federal nºs 8.666 , de 21/06/1993

Valor: R\$ 3.185,28 (três mil cento e oitenta cinco reais e vinte oito centavos).

Data da Assinatura: 01/09/2015

Signatários: Rodrigo Duarte pela contratante, Valmor Poffo, pelo Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2015 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Processo nº: 24/2015

Espécie: Contrato de Fornecimento nº 68/2015

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul

Contratado: Drogazy Bonfanti LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento (direto no balcão, no perímetro urbano da cidade de Rio do Sul - SC) de medicamentos diversos constantes na Tabela Brasileira de Preços ao Consumidor (BRASINDICE), com o maior percentual de desconto, para atender necessidade dos pacientes do SUS e ordens judiciais em caráter de emergência atendidos através desta secretaria.

Amparo Legal: Lei Federal nºs 8.666 , de 21/06/1993

Valor: R\$ 60.792,00 (sessenta mil setecentos e noventa e dois reais).

Data da Assinatura: 14/10/2015

Signatários: Rodrigo Duarte pela contratante, Adilson Domingos Bonfanti, pela Contratada.

1º EDITAL DE ALTERAÇÃO

1º EDITAL DE ALTERAÇÃO

Processo Administrativo nº 35/2015

Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 35/2015

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL comunica retificação no item 7.1.1- DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA do edital 35/2015 cujo objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza e conservação da Policlínica de Referência de Rio do Sul e as todas unidades de saúde atendidas pela Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul.

Onde lê:

7.1.1 – DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a – Apresentar, pelo menos um atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa Proposnente, comprovando o ramo de atividade da mesma.

Leia – se:

7.1.1 – DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a – Apresentar, pelo menos um atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da empresa Proposnente, comprovando o ramo de atividade da mesma.

B - Certidão atualizada de registro de pessoa jurídica expedida pelo Conselho Regional de Administração – CRA, ou por ele vistado, e, indicação do(s) responsável (is) técnico(s) da empresa com validade na data de entrega dos envelopes.

As demais condições do Edital permanecem inalteradas.

Rio do Sul, 09 de dezembro de 2015

RODRIGO DUARTE

Secretário Municipal de Saúde

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N. 131/2015

DECRETO Nº 131/2015 - DE 04 DE DEZEMBRO DE 2015.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO, SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.526/2014 de 19/12/2014;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2044 – MANUT. DA SEC. DA AGRIC. E MEIO AMBIENTE

Modalidade de Aplicação: 3390.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 81

Art. 2º. Para Suporte de que se trata o Artigo anterior, fica utilizado o mesmo valor na anulação da seguinte Dotação Orçamentaria:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO

Projeto/Atividade: 2044 – MANUT. DA SEC. DE AGRIC. E MEIO AMBIENTE

Modalidade de Aplicação: 3190.00. – APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 15.000,00

Fonte: 1100.00000

RED: 80

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Salto Veloso - SC, 04 de Dezembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL N. 132/2015

DECRETO Nº 132 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

Retifica o art. 2º do Decreto nº 055 de 03 de dezembro de 2010 que concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição da República ao servidor OSNI ANTONIO GODINHO e dá outras providências.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, e à vista do que consta do Processo Administrativo IPRESVEL nº 002/2010,

DECRETA

Art. 1º Fica alterado o valor constante no art. 2º do Decreto nº 055 de 03 de dezembro de 2010 que concede aposentadoria por tempo de contribuição, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "a" da Constituição da República, ao servidor OSNI ANTONIO GODINHO,

inscrito no CPF nº 486349569-20 e no PASEP nº 10267517154, detentor da matrícula funcional nº 080, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina Pesada do Quadro de Pessoal da Administração Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Urbanismo.

Art. 2º O servidor perceberá a importância de R\$1.470,00 (um mil e quatrocentos e setenta reais) correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo da Lei federal nº 10887/2004.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Salto Veloso (SC), em 08 de dezembro de 2015.

Claudemir Cesca

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 323/2015

PORTARIA Nº. 323/2015

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. ARCELINO ANTONIO DA LUZ, pelo período de 09/12/2015 a 25/02/2016, correspondente a 79 dias conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 08 de dezembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 324/2015

PORTARIA Nº. 324/2015

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, Licença Para Tratamento de Saúde, para a Sra. SALETE DE MELO CRAI, pelo período de 11/12/2015 a 10/03/2016, correspondente a 91 dias, conforme perícia médica parte integrante da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 08 de dezembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 325/2015

PORTARIA Nº. 325/2015

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE PARA SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLAUDEMIR CESCA, Prefeito Municipal de Salto Veloso-SC. No uso de suas atribuições Legais e em conformidade com os artigos 71, 73 e 75 da Lei nº. 570/91 de 10/10/1991,

RESOLVE:

Artigo 1º. Fica prorrogada nos termos da Lei acima mencionada, a Licença Para Tratamento de Saúde, para o Sr. EVANDRO MARCELO SONDA, pelo período de 06/12/2015 a 25/02/2016, correspondente a 82 dias, conforme atestado médico e perícia médica partes integrantes da presente portaria.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario.

Salto Veloso-SC, em 08 de dezembro de 2015.

CLAUDEMIR CESCA

Prefeito Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 036/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 21 de Dezembro de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para a futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados nos estabelecimentos escolares da Rede Municipal de Ensino para o ano de 2016, através do programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 08 de dezembro de 2015.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 037/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 037/2015 – REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Santa Cecília, DOMINGOS SCARIOT JUNIOR, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 22 de Dezembro de 2015 às 13h30min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica, para futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem e de uso hospitalar para manutenção das atividades nas Unidades de Saúde Municipal no ano de 2016, através do Fundo Municipal de Saúde. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 13h00min às 18h00min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 08 de dezembro de 2015.

DOMINGOS SCARIOT JUNIOR

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 298/2015 - DE 23 DE NOVEMBRO DE 2015

Decreta LUTO OFICIAL pelo falecimento do Sr. IRADI LUIZ PEDROTTI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul,

CONSIDERANDO o falecimento inesperado do Sr. IRADI LUIZ PEDROTTI, ocorrido na madrugada de sábado, dia 21 de novembro de 2015; e

CONSIDERANDO também, que o falecido é pai do Vice-prefeito Municipal Vanderli Antônio Pedrotti e dos servidores Vanderli Pedrotti e Veridiana Pedrotti;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado LUTO OFICIAL por 03 (três) dias, pelo falecimento do Sr. IRADI LUIZ PEDROTTI, ilustre cidadão santiaguense e pai do Vice-prefeito Municipal Vanderli Antônio Pedrotti e dos servidores Vanderli Pedrotti e Veridiana Pedrotti.

Art. 2º Ficam suspensos os atendimentos ao público nas repartições públicas municipais neste dia 23 de novembro de 2015.

Art. 3º Que se dê conhecimento deste Ato à família enlutada.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 23 de novembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento / Sec. Administração

DECRETO Nº 308/2015 - DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 308/2015 - DE 27 DE NOVEMBRO DE 2015.

Declara SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA nas áreas do Município afetadas por ENXURRADA.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, combinado com o Inciso II do Art. 9º, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos).

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como 1.2.2.0.0 - ENXURRADAS.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto a comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMDEC.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido no inciso XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. O presente Decreto vigorará por 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado por igual período, ininterrupto e consecutivo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 27 de novembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº299/2015 - DE 24 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para realizar o transporte de pacientes para Pato Branco-PR, no dia 24 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o veículo PEUGEOT 408 ALLURE BVA Placas MLZ7604, de propriedade do Município, a partir das 11:00h até às 22:00h do dia 24 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 24 de novembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº302/2015 - DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para realizar o transporte de pacientes para Pinhalzinho-SC, no dia 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o veículo Renault Master Tur Placas MMJ 0646, de propriedade do Município, a partir das 13:00h até às 22:00h do dia 26 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de novembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº303/2015 - DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para realizar o transporte de pacientes para Chapecó-SC, no dia 26 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o veículo CORSA SEDAM PREMIUN Placas MHK 4999, de propriedade do Município, a partir das 12:00h até às 20:00h do dia 26 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de novembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº307/2015 - DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, para realizar o transporte de pacientes para Maravilha-SC, no dia 27 de novembro de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o veículo PEUGEOT 408 ALLURE BVA Placas MLZ7604, de propriedade do Município, a partir das 07:00h até às 20:00h do dia 27 de novembro de 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de novembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 300/2015 – DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 300/2015 – DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 122.500,00 (Cento e Vinte e Dois mil e quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.018 – Manut. Atividades da Educação Básica/FUNDEB

Atividade: 2.018 – Manut. Atividades da Educação Básica/FUNDEB

Natureza de Despesa: 3.1.90.00 – D.R. 0.1.18 – Aplicações Diretas
..... R\$ 105.000,00

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 1.007 – Aquisição Móveis e Equip. Ensino Fundamental

Projeto: 1.007 – Aquisição Móveis e Equip. Ensino Fundamental

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.19 – Aplicações Diretas
..... R\$ 17.000,00

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.018 – Manut. Atividades da Educação Básica/FUNDEB

Atividade: 2.018 – Manut. Atividades da Educação Básica/FUNDEB

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.19 – Aplicações Diretas
..... R\$ 500,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes do excesso de arrecadação, no corrente exercício, nas fontes de recursos 0.1.18 – Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo Exercício na Educação Básica) e 0.1.19 – Transferências do FUNDEB (aplicação em outras despesas da Educação Básica).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 25 de Novembro de 2015.

Registrado e Publicado em data supra

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 306/2015 – DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 306/2015 – DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 452 – Serviços Urbanos

Programa: 0021 – SANTIAGO - VIVER MELHOR

Ação: 2.049 – Manut. do Sistema de Abastecimento de Água

Atividade: 2.049 – Manut. do Sistema de Abastecimento de Água

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 500,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de Novembro de 2015.

Registrado e Publicado em data supra

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº301/2015 – DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº301/2015 – DE 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal, de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso I do Art.6º e Art.8º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos Créditos Adicionais Suplementares no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014, de 28/11/2014,

no valor de R\$1.231,45 (Hum mil, duzentos e trinta e um reais e quarenta e cinco centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06– SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade Orçamentária: 06.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Função: 15 – Urbanismo

Sub-Função: 451 – Infra-Estrutura Urbana

Programa: 0021 – Santiago – Viver Melhor

Ação: 1.050 – Praça da Avenida João Corso

Projeto: 1.050 – Praça da Avenida João Corso

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 D.R. 0.1.0534 – Aplicações Diretas R\$ 1.231,45

Parágrafo Único – A fonte de recursos 0.1.34 do TCE/SC está representada no Orçamento do Município com o código 0.1.0534.

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes dos recursos do excesso de arrecadação através do Convênio: Processo Nº.2623.0348577-20/2010 - Nº Convênio SICONV 13675/2010 – Contrato de Repasse Nº.0348577-20/2010/Ministério do Turismo/CAIXA, objetivando a execução dos programas de finalidades turísticas, disponíveis na conta bancária da CAIXA Ag.1896 N.647.117-4.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 25 de novembro de 2015.

Registrado e Publicado em data supra

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº304/2015 – DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº304/2015 – DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 8.125,22 (Oito mil, cento e vinte e cinco reais e vinte e dois centavos), conforme discriminação abaixo:

Entidade: Fundo Municipal de Saúde - FMS

Órgão: 05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 - Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.034 – Manut.Atividades Agentes de Saúde

Atividade: 2.034 – Manut.Atividades Agentes de Saúde
Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – D.R.0.3.64 - Aplicações Diretas R\$ 8.125,22

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, será proveniente da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro – Fonte de Recursos 0.3.64 – Transferências do SUS – Atenção Básica, disponíveis na conta bancária bco.001-Banco do Brasil, agência 1393-5 – conta nº.25.807-5.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de novembro de 2015.

Tadeu Paulo Toazza
Gestor do FMS

Registrado e Publicado em data supra
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº305/2015 - DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº305/2015 - DE 26 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$3.500,00 (Três mil e quinhentos reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 05.02 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Função: 08 - Assistência Social

Sub-Função: 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 0016 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.040 - Manut.Programa de Proteção Básica

Atividade: 2.040 - Manut.Programa de Proteção Básica

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 D.R.0.3.00 - Aplicações Diretas R\$ 3.500,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 26 de novembro de 2015.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secretaria Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº309/2015 – DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº309/2015 – DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$2.000,00 (Dois mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Função: 15 – Urbanismo
Sub-Função: 452 – Serviços Urbanos
Programa: 0021 – SANTIAGO – VIVER MELHOR
Ação: 2.049 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água
Atividade: 2.049 – Manutenção do Sistema de Abastecimento de Água
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00–Aplicações Diretas
..... R\$2.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 - Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 30 de novembro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secretaria Municipal de Administração e Finança

DECRETO Nº310/2015 – DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº310/2015 – DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – SECR. MUNIC. DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes
Função: 13 – Cultura
Sub-Função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 0012 – RESGATE E PRESERVAÇÃO DA CULTURA
Ação: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionais e Gastronômicos
Atividade: 2.024 – Apoio a Eventos Culturais, Tradicionais e Gastronômicos
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00– Aplicações Diretas
..... R\$ 3.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 30 de novembro de 2015.
Registrado e Publicado em data supra

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº311/2015 – DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO Nº311/2015 – DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde - FMS e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no item III do Art. 6º da Lei Municipal Nº759/2014, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Entidade Fundo Municipal de Saúde – FMS, Lei Municipal Nº759/2014 de 28/11/2014, no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social

Unidade Orçamentária: 05.01 – Fundo Municipal de Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Sub-Função: 301 – Atenção Básica

Programa: 0014 – SAÚDE COM QUALIDADE

Ação: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Atividade: 2.029 – Manut. Atividades Transporte de Pacientes

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.02 -Aplicações Diretas R\$ 1.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 30 de novembro de 2015.

Tadeu Paulo Toazza

Gestor do FMS

VOLMIR ANTONIO SOTILLE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora Depto. Secr.Administração e Finanças

EDITAL 125/2015

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 146/2015.
Edital: PREGÃO Nº. 125/2015.
Objeto: Aquisição de combustíveis para os veículos da frota do Município e Fundo Municipal de Saúde - FMS.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 21 de dezembro de 2015.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 21 de dezembro de 2015.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 07 de dezembro de 2015.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº806/2015 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

LEI MUNICIPAL Nº806/2015 – DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Santiago do Sul para o exercício de 2016 e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Santiago do Sul para o exercício de 2016, estima a Receita em R\$ 10.608.618,00 (Dez milhões, seiscentos e oito mil e seiscentos e dezoito reais) e fixa a Despesa em R\$ 10.608.618,00 (Dez milhões, seiscentos e oito mil e seiscentos e dezoito reais), sendo R\$ 7.693.798,00 (Sete milhões, seiscentos e noventa e três mil setecentos e noventa e oito reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 2.914.820,00 (Dois milhões, novecentos e quatorze mil, oitocentos e vinte reais), do Orçamento da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 10.019.718,00 (Dez milhões, dezenove mil, setecentos e dezoito reais) e fixa a despesa em R\$ 8.316.998,00 (Oito milhões, trezentos e dezesseis mil, novecentos e noventa e oito reais), que contempla também os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, figurando como Unidades Orçamentárias e Câmara de Vereadores com autonomia própria.

Art. 3º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2016 estima a Receita em R\$ 588.900,00 (Quinhentos e oitenta e oito mil e novecentos reais) e fixa a despesa em R\$ 2.291.620,00 (Dois milhões, duzentos e noventa e um mil, seiscentos e vinte reais), tendo o valor de R\$ 1.706.010,00 (Um milhão, setecentos e seis mil e dez reais) a título de Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura para o Fundo Municipal de Saúde – FMS.

§ 1º As Receitas da Prefeitura e Fundos serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos à presente lei, com o seguinte desdobramento:

4.	RECEITAS	R\$ 10.608.618,00
4.1	Receitas Correntes	R\$ 10.608.618,00

4.2 Receitas de Capital 00,00**Prefeitura – FMAS – FMHIS - FIA**

4.	RECEITAS	R\$ 10.019.718,00
4.1	Receitas Correntes	R\$ 10.019.718,00

4.2 Receitas de Capital 00,00**Fundo Municipal de Saúde - FMS**

4.	RECEITAS	R\$ 588.900,00
4.1	Receitas Correntes	R\$ 588.900,00
4.2	Receitas de Capital	00,00

§ 2º As Despesas da Prefeitura e Fundos, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes da presente, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		
02.00	GABINETE DO PREFEITO	R\$	586.000,00
03.00	SECRETARIA MUN.DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$	1.495.578,00
04.00	SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	R\$	2.323.440,00
05.00	SECRETARIA MUN.DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	2.914.820,00
05.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	R\$	2.291.620,00
05.02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS	R\$	603.200,00
05.03	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIAS – FIA	R\$	13.000,00
05.04	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL-FMHIS	R\$	7.000,00
06.00	SECRETARIA MUN.DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$	1.720.580,00
07.00	SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$	1.013.000,00
99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	75.000,00
	TOTAL	R\$	10.128.418,00
II	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	ADMINISTRAÇÃO	R\$	1.719.976,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	3.800,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	616.200,00

10	SAÚDE	R\$	2.291.620,00
12	EDUCAÇÃO	R\$	2.114.440,00
13	CULTURA	R\$	106.000,00
15	URBANISMO	R\$	372.500,00
16	HABITAÇÃO	R\$	7.000,00
17	SANEAMENTO	R\$	30.000,00
20	AGRICULTURA	R\$	992.000,00
22	INDÚSTRIA	R\$	6.000,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	2.000,00
26	TRANSPORTE	R\$	1.327.280,00
27	DESPORTO E LAZER	R\$	103.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	361.602,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	75.000,00
	TOTAL	R\$	10.128.418,00

III	CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO		
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	R\$	671.000,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	R\$	759.976,00
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	R\$	206.000,00
124	CONTROLE INTERNO	R\$	83.000,00
182	DEFESA CIVIL	R\$	3.800,00
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	R\$	431.200,00
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	R\$	185.000,00
301	ATENÇÃO BÁSICA	R\$	2.116.010,00
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	R\$	60.000,00
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$	100.610,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$	15.000,00
306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	R\$	66.080,00
361	ENSINO FUNDAMENTAL	R\$	1.443.340,00
362	ENSINO MÉDIO	R\$	196.800,00
364	ENSINO SUPERIOR	R\$	35.000,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$	353.220,00
367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	R\$	20.000,00
392	DIFUSÃO CULTURAL	R\$	106.000,00
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	R\$	110.400,00
452	SERVIÇOS URBANOS	R\$	262.100,00
482	HABITAÇÃO URBANA	R\$	7.000,00
511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	R\$	21.000,00
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	R\$	9.000,00
606	EXTENSÃO RURAL	R\$	992.000,00
661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	R\$	6.000,00
695	TURISMO	R\$	2.000,00
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	R\$	1.327.280,00
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	R\$	103.000,00
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	361.602,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	75.000,00
	TOTAL	R\$	10.128.418,00

IV	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA		
0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	R\$	431.000,00
0003	CONTROLADORIA	R\$	83.000,00
0004	ADMINISTRAÇÃO GERAL	R\$	759.976,00
0005	MUNICÍPIO FORTALECIDO	R\$	168.000,00
0006	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	R\$	206.000,00
0007	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	R\$	1.862.640,00
0008	APOIO AO ENSINO MÉDIO	R\$	196.800,00
0009	APOIO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR	R\$	35.000,00
0010	APOIO À EDUCAÇÃO ESPECIAL	R\$	20.000,00
0011	ESPORTE É SAÚDE	R\$	103.000,00
0012	RESGATE E PRESERVAÇÃO DA CULTURA	R\$	40.000,00
0013	BIBLIOTECA PÚBLICA	R\$	66.000,00
0014	SAÚDE COM QUALIDADE	R\$	2.291.620,00
0015	GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	185.000,00

0016	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	R\$	264.200,00
0018	ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	R\$	85.000,00
0019	HABITAÇÕES URBANAS	R\$	7.000,00
0021	SANTIAGO – VIVER MELHOR	R\$	385.300,00
0022	PRÓ EMPREGO	R\$	8.000,00
0023	PRÓ VIAS	R\$	1.327.280,00
0024	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	R\$	1.013.000,00
0025	CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	R\$	154.000,00
0000	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	361.602,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	75.000,00
	TOTAL	R\$	10.128.418,00

V	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	9.451.966,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	5.042.740,00
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	R\$	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$	4.409.226,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	601.452,00
4.4.90.00	Investimentos	R\$	362.100,00
4.5.00.00	Inversões Financeiras	R\$	
4.6.00.00	Amortização da Dívida	R\$	239.352,00
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	75.000,00
9.9.00.00	Reserva de Contingência	R\$	75.000,000
	TOTAL	R\$	10.128.418,00

Art. 4º O Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2016 fixa a despesa em R\$ 480.200,00 (Quatrocentos e oitenta mil e duzentos reais).

§ Único – A Despesa da Câmara será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas na seguinte maneira:

I	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		
01.00	CÂMARA DE VEREADORES	R\$	480.200,00
	TOTAL	R\$	480.200,00
II	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
01	LEGISLATIVA	R\$	480.200,00
	TOTAL	R\$	480.200,00
III	CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO		
31	AÇÃO LEGISLATIVA	R\$	480.200,00
	TOTAL	R\$	480.200,00
IV	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA		
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$	480.200,00
	TOTAL	R\$	480.200,00
V	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	426.200,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	315.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$	111.200,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	54.000,00
4.4.90.00	Investimentos	R\$	54.000,00
	TOTAL	R\$	480.200,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinadas ao atendimento de riscos fiscais representados por intempéries:

RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Especificação		Valor R\$
1. Intempéries	R\$	75.000,00
TOTAL	R\$	75.000,00

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos especificado neste artigo.

Art. 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/ Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167, VI da CF).

Parágrafo único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderão sofrer alterações, inclusões ou exclusões, de acordo com as necessidades.

Art. 6º O Executivo está autorizado, nos termos do Art.7º. da lei Federal nº.4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício;

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados à destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos Artigos 8º, Parágrafo Único e 50, I da LRF e Portaria Conjunta Nº3, de 14 de outubro de 2008 da STN, com alterações da Portaria Conjunta N.1, de 30 de junho de 2009, Portaria N.467 de 6 de agosto de 2009 e alterações posteriores.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos Artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e Portaria Conjunta Nº3, de 14 de outubro de 2008 da STN, com alterações da Portaria Conjunta N.1, de 30 de junho de 2009, Portaria N.467 de 6 de agosto de 2009 e alterações posteriores.

Art. 8º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º Durante o exercício de 2016 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 10º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Art. 12º. Os códigos das fontes de recursos/ídusos constantes dos anexos da presente Lei poderão ser modificados no exercício de 2016, de acordo com a especificação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 13º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2016, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, em 08 de dezembro de 2015.

Volmir Antonio Sotille

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secr. de Administração e Finanças

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 266/2015

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 266/2015
MENOR PREÇO POR ITEM

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até às 13:30 horas do dia 21 de dezembro de 2015, em sua sede na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CAFÉ E AÇUCAR PARA USO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS CONFORME DESCRITIVO ANEXO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08h00min às 17h00min.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário de Administração

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
Pregoeiro

DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 7787/2015 (REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2014)

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 7787/2015
(Ref.: Inexigibilidade de Licitação nº 012/2014)

I – Histórico

Aportam nesta Secretaria Municipal de Administração, na presente data, notícias advindas do Chefe de Setor de Administração do Terminal Rodoviário de Passageiros, Vinicius Fagundes Neumann, de que a empresa PS Serviços Ltda, que é permissionária de espaço público no Município, através do Contrato Administrativo nº 053/2014, originado da Inexigibilidade de Licitação nº 12/2014, estaria cedendo o espaço para terceiros, ou seja, para as empresas, Coletivos Rainha, com a linha São Bento do Sul x Rio Negrinho, e São Bento do Sul x Campo Alegre, e ainda para a empresa Planalto Transportes com a linha São Bento do Sul x Curitiba.

Quando da contratação, a empresa PS Transportes Ltda – ME, requereu o uso da área por ser o fornecedor exclusivo de passagens para a empresa Reunidas S.A. Transportes Coletivos, Real Transporte e Turismo S.A., Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas S.A., Reunidas S.A. Indústria e Comércio, e Reunidas Turismo S.A., na praça de São Bento do Sul, conforme se depreende do contrato de prestação de serviços (fls. 17-20) do processo de inexigibilidade 12/2014.

Em assim agindo, a empresa estaria em total desconhecimento com o Contrato administrativo assinado com o município, e operando na ilegalidade, já que nos termos da Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 053/2014, o contratado se compromete a:

(...)

IV – Manter inalterada a finalidade a que se destina a utilização da área.

V – Não ceder, transferir ou permitir o uso da área por terceiros;
(...)

De se ressaltar, por oportuno, que as informações acima mencionadas, e todas as informações que baseiam a presente decisão administrativa, foram prestadas pelo Chefe de Setor do Terminal Rodoviário de Passageiros, que acompanha a fiscalização da execução do Contrato Administrativo nº 053/2014.

Neste particular, portanto, a presente decisão tem por objetivo tutelar um bem jurídico de importância: a legalidade e cumprimento estrito dos contratos administrativos firmados pelo Município.

II - DECISÃO

Diante das razões expostas, decido:

A) DETERMINO A INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, com a consequente intimação da empresa contratada, PS TRANSPORTES LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 19.418.083/0001-61, com sede à Rua Wenzel Kahlhfer, nº 131, Centro, na cidade de São Bento do Sul – SC, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, apresente manifestação escrita acerca dos fatos narrados nesta decisão e na documentação que a instrui (juntar cópia da presente decisão, e disponibilizar em caso de pedido do CONTRATADO, acesso ou cópia integral do presente processo as suas expensas), informando que devido os inadimplementos citados, com possível aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sexta e Sétima do Contrato Administrativo nº 053/2014, e no Art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93, requerendo o que entender necessário para o pleno exercício do seu direito ao contraditório e ampla defesa.

Devendo ainda, ser cientificada da presente decisão a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para acompanhamento do processo.

Publique-se.
Intime-se.

São Bento do Sul/SC, 07 de dezembro de 2015.

ALCIONEI FRANÇA DA SILVA
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 1163/2015

DECRETO Nº 1163, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VINGENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL.

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;
Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal 3.459/2014 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 48.100,00 (quarenta e oito mil e cem reais) no orçamento vigente da Fundação Cultural de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(1) 3.1.90.11.00.00.00 100 - Venc. Vant. Fixas - PC.... R\$ 41.679,80

() 3.1.90.11.00.00.00 300 - Venc. Vant. Fixas - PC.... R\$ 4.920,20

(5) 3.1.91.13.00.00.00 100 - Obrig. Patr. – Op. Intra-Orçamentárias....R\$ 1.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 18 – FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

Unidade: 01 – Fundação Cultural de São Bento do Sul

Atividade: 2.060 – Manutenção da Fundação Cultural e suas Atividades

(2) 3.1.90.13.00.00.00 100 - Obrigações Patronais.... R\$ 6.000,00

(3) 3.1.90.16.00.00.00 100 - Outras Desp. Variáveis - PC.... R\$ 2.000,00

(6) 3.3.90.14.00.00.00 100 - Diárias - Civil.... R\$ 360,00

(8) 3.3.90.30.00.00.00 100 - Material de Consumo.... R\$ 600,00

(11) 3.3.90.36.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. PF.... R\$ 400,00

(12) 3.3.90.37.00.00.00 100 - Locação de Mão de Obra.... R\$ 5.800,87

(14) 3.3.90.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. - PJ.... R\$ 23.862,47

(15) 3.3.90.46.00.00.00 100 - Auxílio-Alimentação.... R\$ 2.500,00

(17) 3.3.91.39.00.00.00 100 - Outros Serv. Terc. - PJ R\$ 449,46

(19) 4.4.90.52.00.00.00 100 - Equip. Material Permanente.... R\$ 1.207,00

(41) 3.3.90.39.00.00.00 300 - Outros Serv. Ter. - PJ.... R\$ 3.920,20

(42) 3.3.91.39.00.00.00 300 - Outros Serv. Terc. - PJ.... R\$ 1.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2015 FC

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 21/2015

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2015

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE COREÓGRAFO PARA MINISTRAR OFICINA COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS, ESPECÍFICA DE COREOGRAFIAS FOLCLÓRICAS GERMÂNICAS, REFERENTE CONVÊNIO 789346/2013 FIRMADO COM O IPHAN.

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

SÃO BENTO DO SUL, 03 DE DEZEMBRO DE 2015.

MARLA HUEBL KAISER

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ROBSON RODRIGUES DA SILVA

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL.

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 21/2015

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93 como antecedente necessário à contratação com dispensa de licitação.

I - Objeto: CONTRATAÇÃO DE COREÓGRAFO PARA MINISTRAR OFICINA COM CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS, ESPECÍFICA DE COREOGRAFIAS FOLCLÓRICAS GERMÂNICAS, REFERENTE CONVÊNIO 789346/2013 FIRMADO COM O IPHAN.

II - Contratado: VERÔNICA ISABELA QUANDT.

III - Caracterização da Situação que justifica a Dispensa de Licitação: A dispensa de licitação para a referida locação se funda no inciso V do art. 24 da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes motivos: 1 – Realizadas 02 (duas) licitações do tipo Pregão Presencial, nos dias 10/09/2015 e 17/11/2015, através dos processos 10/2015 e 16/2015 respectivamente, nas quais não acudiram interessados em apresentar propostas; 2 – Sendo o objeto desta dispensa, etapa integrante do convênio 789346/2013 firmado com IPAHN e, em função da proximidade do fim do prazo de vigência, não há tempo hábil para realização de novo certame nos mesmos moldes; 3 – Os orçamentos prévios realizados demonstram que não há prejuízos para Administração, pois, o preço praticado, está dentro da margem prevista no Termo de Referência do Convênio 789346/2103 é igual ao valor máximo previsto para os processos de compras que deram origem a esta dispensa.

IV - Razão da Escolha do Fornecedor: A profissional contratada possui as qualificações necessárias, devidamente comprovadas, para a realização do serviço, estando o preço praticado, adequado ao valor de mercado e atende aos requisitos de documentação estabelecidos nos processos que deram origem a esta dispensa.

V - Justificativa do Preço: O preço contratado está dentro da margem prevista no Termo de Referência do Convênio 789346/2103 é igual ao valor máximo previsto para os processos de compras que deram origem a esta dispensa.

Assim, submeto a presente justificativa à autoridade competente para os fins do art. 26 da Lei 8.666/93.

MARLA HUEBL KAISER

Presidente da Comissão de Licitação

RH. Ratifico a justificativa e determino a publicação no site da Prefeitura e, por extrato, em jornal de circulação local ou estadual.

ROBSON RODRIGUES DA SILVA

Presidente da Fundação Cultural de São Bento do Sul

EXTRATO DE CONTRATO Nº 313/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 313/2015

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços Bancários que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Instituição Bancária BANCO DO BRASIL SA.

DO OBJETO: Contratação de instituição bancária para prestação de serviços de implantação de sistema de emissão e cobrança de boleto bancário, avulso com registro, na condição de que a taxa referente ao mesmo somente será cobrada com a liquidação deste, não havendo cobrança de taxas para boletos registrados não quitados, com base no Convênio nº 11.291/2011-7, para Taxas de Alvará de Funcionamento, Análise de Projeto, Habite-se e Boleto Avulso, para Taxas aplicadas pela Seção de Atividades Técnicas da 2ª Companhia de Bombeiros Militar de São Bento do Sul/SC, através do Sistema Integrado de Gerenciamento das Atividades Técnicas – SIGAT, disponível na página do CBM/SC na internet, e conforme o Edital de Tomada de Preços nº 231/2015, sendo 6.400 boletos/ano.

DO VALOR: R\$ 4,00 por boleto bancário e R\$ 25.600,00 – valor total.

DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses a contar desta data.

São Bento do Sul, 27 de novembro de 2015.

ASS: PEDRO IVO DIENER, pelo Gabinete do Prefeito.

BANCO DO BRASIL SA., como Contratado.

PORTARIA Nº 10571/2015

PORTARIA Nº 10571, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 08 de dezembro de 2015, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada ELIANE APARECIDA DOS ANJOS SESTREN, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe H, matrícula nº 8240, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo administrativo nº 7600/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10572/2015

PORTARIA Nº 10572, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

Concede Aposentadoria

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40º, § 1º, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 34, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 08 de dezembro de 2015, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à LINDAMIR CARDOSO MÜHLMANN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Finais, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental, Nível II, Classe C, matrícula nº 34429, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único - O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 7835/2015, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

produzindo efeitos a partir de 08 de dezembro de 2015.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10573/2015

PORTARIA Nº 10573, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

Consolida Portaria nº 0811/2013

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Consolidar a Portaria nº 0811 de 01 de março de 2013, que concedeu aposentadoria à MARIA ROHRBACHER GROSSL, em virtude da homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, nº APE-13/00292030, através da Decisão GAC/JCG - 903/2015, de 23 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10574/2015

PORTARIA Nº 10574, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015

Revoga Portaria nº 10428/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e

Considerando o requerimento da servidora pública municipal Rosilane Zélia dos Santos, no qual solicita sua substituição como Defensor Dativo no Processo Administrativo nº 4608/2014,

Considerando o ofício nº 958/2015 – GAPRE que deferiu o requerimento da servidora pública municipal Rosilane Zélia dos Santos,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir 04 de dezembro de 2015, a Portaria nº 10428/2015, que designou a servidora pública municipal ROSILANE ZÉLIA DOS SANTOS como Defensor Dativo no Processo Administrativo Disciplinar nº 4608/2014, a que responde a indiciada SUELI ALVES BUENO.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10575/2015

PORTARIA Nº 10575, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Revoga Portaria nº 10427/2015

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 e

Considerando o requerimento da servidora pública municipal Rosilane Zélia dos Santos, no qual solicita sua substituição como Defensor Dativo no Processo Administrativo nº 4098/2014,

Considerando o ofício nº 958/2015 – GAPRE que deferiu o requerimento da servidora pública municipal Rosilane Zélia dos Santos,

RESOLVE:

REVOGAR, a partir 04 de dezembro de 2015, a Portaria nº 10427/2015, que designou a servidora pública municipal ROSILANE ZÉLIA DOS SANTOS como Defensor Dativo no Processo Administrativo Disciplinar nº 4098/2014, a que responde a indiciada BEATRIZ APARECIDA PEREIRA.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10576/2015

PORTARIA Nº 10576, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Designa Defensor Dativo para Processo Administrativo Disciplinar e dá outras Providências

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, FERNANDO TURECK, no uso da competência que lhe confere o § 2º do artigo 174 da Lei Municipal nº 228/2001,

RESOLVE

Art. 1º. Designar a servidora EDINÉIA NARLOK KALUZNY, matrícula funcional nº 30620, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, na Procuradoria Jurídica, para atuar como Defensor Dativo, e em vista disso apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua intimação, defesa escrita no Processo Administrativo Disciplinar nº 4608/2014, a que responde a indiciada SUELI ALVES BUENO, matrícula funcional nº 38613, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal Saúde, a qual, apesar de regularmente citada, não apresentou defesa escrita no prazo legal, tendo sido declarado revel.

Art. 2º. Para os fins do disposto nessa portaria, o Defensor Dativo terá vista dos respectivos autos na sede da Comissão Processante Especial, sito à Rua Jorge Lacerda, 75 – Centro, na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, nos dias úteis das 08:00h às 11h30h, podendo solicitar cópia integral do processo.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10577/2015

PORTARIA Nº 10577, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Designa Defensor Dativo para Processo Administrativo Disciplinar e dá outras Providências

O Prefeito Municipal de São Bento do Sul, FERNANDO TURECK, no uso da competência que lhe confere o § 2º do artigo 174 da Lei Municipal nº 228/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora EDINÉIA NARLOK KALUZNY, matrícula funcional nº 30620, ocupante do cargo efetivo de Oficial Administrativo, na Procuradoria Jurídica, para atuar como Defensor Dativo, e em vista disso apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua intimação, defesa escrita no Processo Administrativo Disciplinar nº 4098/2015, a que responde a indiciada BEATRIZ APARECIDA PEREIRA, matrícula funcional nº 39184, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, a qual, apesar de regularmente citada, não apresentou defesa escrita no prazo legal, tendo sido declarado revel.

Art. 2º. Para os fins do disposto nessa portaria, o Defensor Dativo terá vista dos respectivos autos na sede da Comissão Processante Especial, sito à Rua Jorge Lacerda, 75 – Centro, na Prefeitura Municipal de São Bento do Sul, nos dias úteis das 08:00h às 11h30h, podendo solicitar cópia integral do processo.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10578/2015

PORTARIA Nº 10578, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Revoga Portaria nº 5348/2014

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - REVOGAR, a partir de 31 de dezembro de 2015, a Portaria nº 5348, de 05 de maio de 2014, referente à aposentadoria da servidora pública municipal NATALINA GALGOWSKI LUY, em virtude do trânsito em julgado da ação judicial nº 058.14.600101-7, em 07 de julho de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2015.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 10579/2015

PORTARIA Nº 10579, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015
Nomeia Assessora Jurídica

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 62/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 04 de dezembro de 2015, GEÓRGIA ALESSANDRA VIEIRA DA LUZ BLEYER MENDES, no cargo de Assessora Jurídica, na Procuradoria.

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2015.

FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 69/2015**

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 69/2015

1 - PREÂMBULO

1.1 - O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, torna público, para quem interessar possa, que fará realizar no dia e hora abaixo, na sede da Autarquia, na Rua Marechal Floriano, nº 214, abertura e início de julgamento das propostas na modalidade de Pregão Presencial, relativas ao objeto desta licitação, de acordo com as condições expressas no presente EDITAL e ANEXOS;

1.2 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação, seguindo o disposto nas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93, LC nº 123/06, e Decretos nº 6.204/07 e 3.555/00;

1.3 - Dados da licitação, local e data para entrega dos envelopes conforme tabela abaixo:

Pregão nº:	69/2015
Processo Administrativo nº:	69/2015
Modalidade:	Pregão Presencial
Tipo de julgamento:	Menor Preço Global
DATA E HORA DE ABERTURA:	01/12/2015 às 09:30 h
LOCAL:	Auditório da Sede do SAMAE Rua Marechal Floriano, 214, Centro - São Bento do Sul - SC
CREDENCIAMENTO:	Setor de compras, das 08:00 h às 09:30 h

1.4 - As dúvidas quanto à interpretação de qualquer item deste Edital, bem como esclarecimentos sobre quaisquer incorreções ou mesmo informações adicionais, poderão ser obtidas diretamente na Sede Administrativa, na Rua Marechal Floriano, nº 214 – São Bento do Sul – SC – Fone/Fax (47) 3631-3911 – ou através do e-mail divisao_compras@samaesbs.sc.gov.br em até 48 horas úteis antes da abertura do certame;

1.5 - As respostas a todos os questionamentos (dúvidas ou esclarecimentos), serão disponibilizadas no site do SAMAE - <http://www.samaesbs.sc.gov.br/> ;

1.6 - O Edital e seus Anexos podem ser obtidos no setor de compras do SAMAE, das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, nos dias úteis, e no site do SAMAE - <http://www.samaesbs.sc.gov.br/> no link Licitações.

2 - DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem por objeto a aquisição e troca das geomembranas das lagoas anaeróbia e facultativa do sistema de tratamento de lixiviados do aterro sanitário municipal de São Bento do Sul, conforme especificações e quantitativo descritos no Termo de Referência constante no ANEXO I do presente edital.

3 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 - As impugnações ao presente edital poderão ser feitas, até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, por qualquer cidadão ou licitante, seguindo o disposto no art. 12 do Decreto 3.555/00;

3.2 - A impugnação deverá ser apresentada por escrito, dirigida ao Pregoeiro e conter o nome completo do responsável, indicação da modalidade e nº do certame, a razão social da empresa, número do CNPJ, telefone e endereço eletrônico;

3.3 - A impugnação será julgada em até 24 (vinte e quatro) horas e a resposta será disponibilizada no site <http://www.samaesbs.sc.gov.br> no link Licitações.

4 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar da presente licitação, os interessados:

a) cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação, conforme o disposto no respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou instrumento de Registro Comercial (Certidão Simplificada), registrado no órgão competente, devidamente atualizado, ou seja, com data não superior a 90 dias;

b) regularmente estabelecidas no País e que satisfaçam as condições deste Edital e seus Anexos.

4.2 - Não poderão participar direta ou indiretamente da presente licitação, os interessados:

- a) consórcios;
- b) declaradas inidôneas por ato do Poder Público;
- c) sob processo de falência ou concordata;
- d) impedidas de transacionar com a Administração Pública e quaisquer de seus órgãos descentralizados;
- e) cujo objeto declarado no Estatuto, Contrato Social ou Certidão Simplificada não seja compatível com o objeto deste Edital.

4.3 - A participação neste certame importa ao licitante o conhecimento de todas as condições estabelecidas no presente Edital, bem como a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

5 - CREDENCIAMENTO

5.1 - Antes do início da sessão pública do pregão, das 08:00 h às 09:30 h o licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munido dos documentos que demonstrem que detém poderes para as práticas de atos inerentes ao pregão;

5.2 - Em respeito aos licitantes que chegam no horário fixado, não será aceito em qualquer hipótese o credenciamento e participação de licitante retardatário, exceto na condição de ouvinte;

5.3 - Para o credenciamento deverão ser apresentados, separados dos Envelopes 1 e 2, os seguintes documentos:

- a) Cópia autenticada de documento oficial de identificação que contenha fotografia do representante legal (Carteira de Identidade, Carteira de habilitação ou documento equivalente);
- b) Cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original do Estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou instrumento de Registro Comercial (Certidão Simplificada), registrado no órgão competente, devidamente atualizado, ou seja, com data não superior a 90 dias;
- c) carta de credenciamento, conforme o modelo constante do ANEXO II, ou procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, da qual constem poderes necessários à prática dos atos inerentes à licitação, como formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição, acordar, transigir, desistir, receber avisos e intimações, assinar declarações;

5.3.1 - No caso de Empresário Individual, deverá ser apresentada cópia autenticada ou cópia simples acompanhada do original da Inscrição Comercial, devidamente registrada, sendo que a descrição do objeto na mesma deverá ser compatível com o objeto especificado neste Edital;

5.4 - Os documentos necessários ao credenciamento poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou cópia simples que poderá ser autenticada por membro da Equipe de Apoio, mediante comparação com o documento original;

5.5 - Será admitido apenas 1 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada;

5.6 - A não apresentação, incorreção do documento de credenciamento ou ausência do representante legal da licitante não importará na desclassificação da sua proposta no presente certame. Contudo, verificadas as possibilidades de saneamento pelo Pregoeiro, ele não poderá apresentar lances verbais ou qualquer manifestação em nome da mesma na sessão do pregão, inclusive interposição de recursos;

5.7 - Na fase de credenciamento as licitantes deverão entregar ao Pregoeiro a Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme modelo do ANEXO III do presente Edital;

5.7.1 - No caso da sua não apresentação, a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação pode ser firmada de próprio punho pelo representante durante o credenciamento, adotando-se o modelo constante do ANEXO III;

5.8 - Caso a proponente queira usufruir dos benefícios para MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, previstos na Lei Complementar nº 123/06, deve apresentar a documentação comprobatória dessa condição, através de um dos seguintes documentos:

a) certidão simplificada emitida e registrada pela respectiva junta comercial, ou documento equivalente, devidamente atualizada, ou seja, com data não superior a 90 dias; ou,

b) declaração da empresa, emitida por seu representante legal, de que é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, constituída na forma da Lei Complementar nº 123/2006, conforme modelo constante no ANEXO VI do presente Edital;

5.8.1 - A licitante Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração;

5.9 - A declaração falsa relativa ao enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte sujeitará a licitante, nos termos do art. 7º, da Lei nº 10.520/02, à sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, bem como das demais cominações legais.

5.10 - Serão aceitas Propostas via postal, desde que entregues no SAMAE até a data e hora definidos no preâmbulo deste Edital. Neste caso, os envelopes nº 1 (Proposta de Preços) e nº 2 (Documentos de Habilitação) e, ainda, os documentos para credenciamento deverão estar dentro de um terceiro envelope, postado para o seguinte endereço e identificação: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, Rua Marechal Floriano, nº 214, Centro – São Bento do Sul – SC, CEP 89280-343; A/C Pregoeiro do Pregão Presencial nº 69/2015.

5.11 - Não havendo representante devidamente credenciado na sessão de abertura dos envelopes e julgamento, acarretará no impedimento do licitante participar da fase de lances e de exercer o direito de recurso.

6 - DOS ENVELOPES DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1 - Os ENVELOPES Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇO e Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser opacos e estarem devidamente lacrados, constando na parte externa e frontal o seguinte:

ENVELOPE Nº 1

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

PREGÃO Nº 69/2015

PROPOSTA DE PREÇOS

DATA DE ABERTURA: ____/____/____ HORA:__:__

NOME DA EMPRESA LICITANTE (Indicar se é Microempresa ou EPP)

ENVELOPE Nº 2

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

PREGÃO Nº 69/2015

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

DATA DE ABERTURA: ____/____/____ HORA:__:__

NOME DA EMPRESA LICITANTE (Indicar se é Microempresa ou EPP)

6.2 - Poderá o Pregoeiro solicitar aos respectivos representantes que complementem a identificação dos envelopes antes do horário previsto para o início da sessão, caso apresentem alguma desconformidade;

6.3 - Depois da hora marcada para o início da reunião, não serão permitidos adendos, acréscimos, substituições ou esclarecimentos sobre as propostas regularmente protocoladas, a não ser aqueles expressamente solicitados pelo Pregoeiro, sobretudo quanto à regularização de falhas meramente formais da documentação;

6.4 - Deverão ser vistados e rubricados pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio e, facultativamente, pelos representantes das empresas participantes, todas as propostas de preços e os documentos de habilitação analisados.

7 - PROPOSTA DE PREÇO

7.1 - A PROPOSTA DE PREÇO deverá estar assinada pelo representante legal e, deverá OBRIGATORIAMENTE ser apresentada DATILOGRAFADA

ou DIGITADA e impressa através de microcomputador, não sendo aceitas Propostas de Preço com emendas ou rasuras; devendo estar devidamente preenchida de acordo com as informações solicitadas no MODELO DE PROPOSTA fornecido no ANEXO VII deste Edital, sendo: Nome da empresa, CNPJ, Endereço, Bairro, Município, Estado, e-mail, Telefone e dados bancários, devendo conter ainda prazo de validade da proposta, o qual não poderá ser inferior a 60 dias, contados da abertura deste pregão;

7.2 - Ao SAMAE, reserva-se o direito de desclassificar e, serão liminarmente excluídas as propostas que:

- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital;
- b) sejam inexequíveis, seja por preços excessivos ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero;
- c) estiverem em desacordo às exigências do edital;
- d) contenham preços ou qualquer oferta de vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;
- e) imponham condições ou outras não permitidas em Lei;

7.3 - Uma vez abertas as propostas, estas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas, sob qualquer alegação, providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões que as ofertas apresentarem em relação às exigências e formalidades previstas neste Edital;

7.3.1 - Não será admitida desistência da proposta;

7.3.2 - Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência, na forma do §3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo-se adotar, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à proponente para apresentação de justificativas e comprovação em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;
- b) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- c) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) demais verificações que porventura se fizerem necessárias.

7.3.3 - De acordo com a Lei 8.666/93, consideram-se manifestamente inexequíveis, no caso de licitações tipo menor preço para obras e serviços de engenharia, as propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) menor que a média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, ou 70% (setenta por cento) menor que o valor orçado pela Administração;

7.4 - A proposta apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação;

7.5 - Os licitantes deverão formalizar proposta considerando a quantidade fixada para cada item, devendo indicar em separado o valor unitário e total;

7.6 - A apresentação da proposta implicará em:

- a) prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura do certame;
- b) conhecimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas por este edital e seus Anexos;
- c) conhecimento dos projetos, encargos gerais, especificações, quantitativos ou condições para execução dos serviços, sujeitando-se ao gerenciamento e fiscalização do SAMAE;

7.7 - No preço proposto para o objeto, que deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), com apenas duas casas decimais (0,00), deverão estar incluídas todas as despesas, bem como os encargos trabalhistas e sociais, fretes ou outros valores de natureza direta ou indireta, necessários à plena execução/entrega do objeto da licitação, não sendo admitidos acréscimos, encargos ou quaisquer outras despesas.

8 - HABILITAÇÃO

8.1 - O Envelope Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverá conter:

8.1.1 - Para fins de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) certidão negativa expedida pelo cartório distribuidor de que a empresa não se encontra em processo de falência ou de recuperação judicial;

8.1.2 - Para fins de comprovação da REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:

- a) prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecida pela Caixa Econômica Federal – CEF, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- b) prova de regularidade fiscal perante a Seguridade Social - INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa, relativos às Contribuições Previdenciárias e às de terceiros, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; expedida pela Secretaria da Receita Federal (SRF) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN);

d) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Estado sede da licitante na forma da lei;

e) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município sede da licitante na forma da lei;

f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou de Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos Negativos, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho;

• Obs.: Os itens “b” e “c”, podem ser substituídos pela Certidão Negativa Conjunta de regularidade fiscal e previdenciária perante a Fazenda Nacional (Portaria MF 358, de 05/09/14 e MF 443, de 17/10/14).

8.1.3 - Para fins de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Apresentar certificado de comprovação de que o produto atende todas as exigências do edital;

8.2 - No Envelope Nº 2 - HABILITAÇÃO devem ainda constar:

a) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo no ANEXO IV;

b) Declaração de inexistência de menores no trabalho e empregos da licitante, em atendimento ao art. 7º, inc. XXXIII, da Constituição da República e Lei n. 9.854/99, conforme modelo no ANEXO V.

8.3 - Os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Equipe de Apoio, mediante conferência da cópia com o original;

8.4 - As certidões e/ou certificados obtidos via Internet poderão ser apresentados em originais ou fotocópias simples sujeitas à verificação da autenticidade no sítio correspondente;

8.5 - As declarações emitidas pela licitante deverão ser apresentadas no original e ser firmadas por representante legal da empresa;

8.6 - A falta de quaisquer dos documentos aqui exigidos ou sua apresentação em desconformidade com o presente edital implicará na inabilitação da licitante, ressalvado o contido no item 9.7;

8.7 - As microempresas e empresas de pequeno porte, quanto à regularidade fiscal, poderão sanar defeitos constatados na habilitação apenas se apresentarem na sessão todos os documentos previstos neste Capítulo, mesmo que contenham algum vício;

8.8 - Toda a documentação apresentada deverá estar em pleno vigor. Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 03 (três) meses contados a partir da sua expedição, à exceção de disposição em contrário estabelecida neste Edital.

8.9 - A documentação de habilitação deverá ser apresentada em nome da licitante que será responsável pela execução do contrato e faturamento, com o mesmo número do CNPJ e endereço. Serão aceitos documentos com a mesma razão social, porém CNPJ diverso quando os mesmos tiverem validade para todas as filiais e matriz.

9 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

9.1 - As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes Dotações Orçamentárias: (XX) XXXXXXXXXXXXXXX – Setor de XXXXXXXXXXXXXXX– Exercício Vigente

10 - PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO

10.1 - No dia, hora e local designados no Preâmbulo deste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes ao ato público, o Pregoeiro declarará aberta a Sessão e anunciará o nome das licitantes que apresentaram envelopes;

10.2 - Na sequência, o Pregoeiro procederá à abertura dos Envelopes Nº 1, contendo as Propostas de Preço, verificando a conformidade da proposta de preço com as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, sendo facultando às licitantes rubricá-las;

10.3 - O tipo de julgamento da presente licitação é MENOR PREÇO GLOBAL.

10.4 - Em caso de divergência entre o preço global apresentado e aquele auferido pela multiplicação das quantidades pelo preço unitário, prevalecerá este último;

10.5 - As propostas classificadas serão colocadas em ordem crescente, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de MENOR PREÇO GLOBAL e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b) não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três);

10.6 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas classificadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor;

10.7 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço;

10.8 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo proponente para efeito de ordenação das propostas;

10.9 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os licitantes participantes dessa fase declinarem da formulação de lances;

10.10 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço;

10.11 - Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com o praticado no mercado, esta poderá ser aceita, podendo o pregoeiro negociar visando obtenção de preço melhor;

10.12 - Tendo sido encerrada a etapa de lances, se houver proposta apresentada por microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, caso em que, não sendo esta a melhor oferta, deverá se verificar o seguinte procedimento:

a) Havendo empate ficto, ou seja, se a proposta apresentada pela Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, for até 5% (cinco por cento) superior à de menor preço, deverá ser assegurada a esta a apresentação de nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos do encerramento dos lances, na forma do art. 45º da Lei Complementar 123/06;

b) Não ocorrendo a contratação na forma da alínea "a", serão convocadas remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese de empate ficto, observada a ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) Na hipótese da não contratação na forma das alíneas anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

10.13 - Terminada a etapa de lances, será procedida à abertura do Envelope Nº 2 – HABILITAÇÃO;

10.14 - Para a análise e julgamento dos documentos de habilitação, será observado o contido no Item 9 deste edital;

10.15 - Se a licitante de melhor oferta desatender às exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação;

10.16 - No caso de vício na documentação de regularidade fiscal da habilitação apresentada por licitante microempresa ou empresa de pequeno porte, será declarada vencedora pelo Pregoeiro, sob a condição de regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas, desde que observado o contido no item 9.6 deste edital;

10.17 - O prazo para a licitante microempresa ou empresa de pequeno porte apresentar a documentação de regularidade fiscal sem defeitos será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de término do prazo de recursos ou da comunicação da decisão do SAMAE acerca de eventuais recursos interpostos;

10.18 - À licitante que tiver sua proposta desclassificada, e não manifestar a intenção de recorrer será devolvido, ainda fechado, o respectivo envelope que contiver sua habilitação.

10.19 - Da sessão será lavrada ata circunstanciada que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, licitantes presentes e membros da Equipe de Apoio.

11 - RECURSOS

11.1 - Qualquer licitante deverá manifestar ao término da sessão do pregão, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, sob pena de decadência do direito de recurso;

11.2 - Manifestada a intenção, será concedido o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões, em igual número de dias, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo do recorrente;

11.3 - O recurso, bem como as contrarrazões, será dirigido ao Setor de Compras do SAMAE, e encaminhado por intermédio do Pregoeiro à autoridade competente, para apreciação e decisão, no prazo de 3 (três) dias úteis;

11.4 - O acolhimento do recurso, pela autoridade competente, implicará, tão somente, na invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

12 – DA AMOSTRA

12.1 - O licitante detentor da melhor proposta poderá ser convocado para enviar amostra dos produtos ofertados para teste, conforme as regras estabelecidas no Termo de Referência (ANEXO I).

13 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - O objeto deste pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à Autoridade Competente para homologação;

13.2 - A homologação deste pregão compete ao Diretor Presidente do SAMAE.

14 - FORMA DE PAGAMENTO

14.1 - O pagamento será realizado pelo SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega dos produtos ou execução dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal e Aprovação Prévia da Autarquia, para análise da qualidade dos produtos ou serviços;

14.2 – A descrição dos produtos / serviços constantes na Nota Fiscal deverá estar de acordo com os itens listados na proposta de preços, ou seja, a descrição dos itens na nota fiscal deverá ser igual ou similar à descrição dos itens apresentada na proposta de preços, mesmo que resumida. Isto objetiva facilitar tanto a conferência dos itens no ato da entrega quanto futuras fiscalizações ou auditorias nos processos administrativos;

14.3 - O SAMAE reserva-se o direito de não atestar a Nota Fiscal para o pagamento se o objeto não estiver em conformidade com as exigências apresentadas no edital;

14.4 - No caso do pagamento ser efetuado com atraso, caberá atualização monetária sobre o valor a que se refere o pagamento, utilizando-se, para isso, a variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas, da data do vencimento até o efetivo pagamento;

14.5 - O licitante vencedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência do contrato, bem como apresentar nota fiscal eletrônica no caso de produtos, para requerer o pagamento, acompanhada dos seguintes documentos:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Nacional (dívida ativa e contribuições federais);
- b) prova de regularidade relativa à Previdência Social (CND-INSS) e ao FGTS (CRE);
- c) prova de regularidade perante o fisco Estadual da sede da licitante;
- d) prova de regularidade perante o fisco Municipal da sede da licitante;
- e) certidão negativa de débitos trabalhistas.

14.6 - Nenhum pagamento será efetuado à beneficiária do contrato, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza;

14.7 - O SAMAE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos em lei.

14.7 - SALIENTAMOS QUE A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 2011, É OBRIGATÓRIO A EMISSÃO DE NOTA FISCAL ELETRONICA (NF-e), em substituição às notas impressas 1 e 1 A, para o registro de circulação de mercadorias destinadas à administração pública. ENCAMINHAR NOTA FISCAL PARA O EMAIL: divisao_compras@samaesbs.sc.gov.br. O pagamento somente será efetuado se a nota fiscal dos produtos fornecidos for eletrônica (NF-e).

15 - PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO

15.1 - Os produtos deverão ser entregues em até 60 (sessenta) dias, após solicitação prévia do SAMAE, e contados do recebimento da nota de empenho, encaminhada através de correio eletrônico ao endereço indicado pelo licitante vencedor;

15.2 - A entrega deverá ser efetuada na ETA – Estação de Tratamento de Água do SAMAE, localizado na Rua Paulo Muller, s/nº, Parque 23 de Setembro, Centro, São Bento do Sul – SC, de segunda a sexta-feira, no período das 8:00 às 12:00hs e das 13:00 às 17:00hs;

15.3 - Caso os produtos não sejam entregues no prazo estabelecido acima, o gestor do Contrato iniciará procedimento administrativo para aplicação de penalidades ao licitante vencedor, excetuado os casos em que o motivo do descumprimento seja justificado e aceito pelo SAMAE;

15.4 - Os produtos serão recusados quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no Edital e da proposta feita no procedimento licitatório;

15.5 - Os materiais que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o SAMAE;

15.6 - Se a entrega e/ou a substituição dos materiais não for realizada no prazo estipulado, o fornecedor estará sujeito às sanções previstas no Edital e no Contrato;

15.7 - O recebimento dos materiais, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato;

16 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1 - O descumprimento das obrigações assumidas na licitação ensejará na aplicação, garantido o contraditório e a ampla defesa ao licitante, das seguintes sanções:

I - advertência, em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da execução contratual;

II - 0,3% (zero vírgula três por cento) ao dia, pelo período máximo de 30 dias, sobre o valor do material/serviço (ou sobre parcela de material/serviço) quando o adjudicatário, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo proposto a obrigação assumida, e,

III - multa de até 10% (dez por cento), sobre o valor total global licitado, nas seguintes hipóteses, dentre outras:

- a) não cumprimento das obrigações assumidas na licitação;
- b) não entrega de documentação exigida para o certame ou para recebimento do pagamento;
- c) apresentação de documentação falsa exigida no certame ou para recebimento do pagamento;
- d) não manutenção da proposta;
- e) retardamento da execução do objeto da licitação;
- f) falha na execução do objeto da licitação;
- g) fraude na execução do objeto da licitação;
- h) comportamento inidôneo;
- i) cometimento de fraude fiscal.

IV - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o SAMAE pelo prazo de até 2 (dois) anos, nas hipóteses referidas no inciso anterior, dentre outras, de acordo com a gravidade verificada;

16.2 - Para efeito de aplicação de qualquer multa prevista no EDITAL, o valor que lhe servir de base será atualizado pelo IGP-M da Fundação Getúlio Vargas;

16.3 - As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - Na contagem dos prazos constantes do presente edital, observar-se-á o disposto no art. 110 da Lei nº 8.666/93, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia de vencimento;

17.2 - O Pregoeiro não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Edital obtidas por meio de terceiros;

17.3 - Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo Pregoeiro, pela equipe de apoio, e pelos licitantes presentes;

17.4 - É facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente na proposta;

17.5 - A autoridade competente poderá revogar, anular ou transferir a presente licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;

17.6 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente;

17.7 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação vigente;

17.8 - No julgamento das propostas e da habilitação o Pregoeiro poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

17.9 - Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram;

17.10 - A LICITANTE ficará obrigada a aceitar acréscimos ou supressões que a CONTRATANTE realizar, em até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicial a ser adjudicado, devidamente corrigido, de acordo com a Lei Federal nº. 8666/93 de 21 de Junho de 1.993, republicada em 06/07/94, como também aceitar as demais condições previstas em Lei;

17.11 - Integram o presente edital, os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;
ANEXO II - Modelo de Carta de Credenciamento;
ANEXO III - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
ANEXO IV - Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
ANEXO V - Modelo de declaração de inexistência de menores no trabalho da licitante;
ANEXO VI - Modelo de declaração de condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;
ANEXO VII - Modelo de proposta de preços;

17.12 - Quaisquer outros esclarecimentos ou elementos necessários a respeito deste Edital poderão ser obtidos diretamente na Sede Administrativa do SAMAE, na Rua Marechal Floriano, nº 214 – São Bento do Sul – SC – Fone/Fax (47) 3631-3912 - e-mail divisao_compras@samaesbs.sc.gov.br

17.13 - Esta autarquia não é contribuinte de ICMS;

17.14 - Esta autarquia não possui Inscrição Estadual, devendo ser classificada como consumidor final no cálculo de impostos;

17.15 - Fica eleito o Foro Central da Comarca de São Bento do Sul, para solucionar eventuais litígios, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São Bento do Sul, 19 de novembro de 2015

Paulo Schwirkowski

Pregoeiro

ANEXO I TERMO DE REFERENCIA

TERMO DE REFERENCIA AQUISIÇÃO E TROCA DE GEOMEMBRANA DAS LAGOAS ANAERÓBIA E FACULTATIVA DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE LIXIVIADOS DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL /SC

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A solicitação se faz necessária considerando as péssimas condições atuais da geomembrana das lagoas anaeróbia e facultativa do sistema de tratamento de lixiviados, que necessitam ser trocadas com urgência, evitando uma possível contaminação.

1. OBJETO

1.1 O termo de referencia ora apresentado tem por objetivo discriminar o escopo do trabalho relativo à “Aquisição e Instalação de Geomembrana em Polietileno (PEAD) para manutenção das lagoas Anaeróbia e Facultativa do sistema de tratamento de Lixiviados do aterro sanitário municipal”.

1.2 O valor estimado para aquisição destes materiais, incluindo o serviço de instalação é R\$ 56.542,17

2. QUANTITATIVO ESTIMADO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

- Deverão ser respeitadas as dimensões atuais de largura, comprimento e altura da lagoa.
- Propriedades do material: Polietileno virgem de alta densidade e alto peso molecular
- Uso: Lagoas anaeróbia e facultativa do tratamento de lixiviados do aterro sanitário municipal
- Quantidade:
 - 880 m2 (lagoa anaeróbia)
 - 1970 m2 (lagoa facultativa)
- Espessura: 1,00 mm
- Garantia: Mínima de 10 anos.
- Embalagem: Bobinas
- Dimensões: Largura mínima: 5,00 m
- Comprimento mínimo: 50 m
- Visitas técnicas de orientação: 03 (três) visitas.

3. NORMAS A SEREM OBSERVADAS

- Norma: Americana GRI Test Method GM13: “Test Methods, Test Properties and Testing Frequency for High Density Polyethylene (HDPE) Smooth and Textured Geomembranes”

4. PRAZO DE ENTREGA

60 dias após a entrega da Ordem de Serviço.

5. DOCUMENTOS E SERVIÇOS

É de responsabilidade da empresa executora apresentar no início dos serviço ART de instalação da geomembrana.

A empresa fornecedora deverá fornecer certificado de comprovação de que o produto atende todas as exigências solicitadas acima.

A empresa fornecedora deverá prestar assessoria técnica em todas as etapas de manutenção da lagoa de maneira a orientar a correta

instalação da geomembrana.

Serão solicitadas visitas de técnica da empresa fornecedora combinado previamente e com antecedência pelo SAMAE de São Bento do Sul nas seguintes etapas da obra:

- a) Montagem da geomembrana.
- b) Execução das canaletas de ancoragem e vistoria final.

ANEXO II

Credenciamento (Modelo)

Edital de Pregão nº/2015 do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO de São Bento do Sul

Pela presente fica credenciado o Sr.(a) _____, inscrito no CPF sob o n. _____, portador(a) da carteira de identidade nº _____, expedida por _____, para representar esta no procedimento licitatório acima epigrafado, podendo o mesmo formular lances verbais à proposta escrita apresentada, quando convocado, negociar preços e, ainda, rubricar documentos, renunciar ao direito de recurso e apresentar impugnação à recursos, assinar atas, recorrer de decisões administrativas, enfim praticar todo e qualquer ato necessário à perfeita representação ativa da outorgante no procedimento licitatório em referência.

(Observação: esta declaração deverá estar em mãos do credenciado, quando da abertura da sessão, não podendo estar em nenhum dos envelopes, devidamente assinada pelo outorgante, e com firma reconhecida em cartório).

Local e data: _____, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal da empresa proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)

(Nome da Empresa ou Carimbo do CNPJ)

ANEXO III

Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação (Modelo)

Edital de Pregão nº/2015 do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO de São Bento do Sul

(nome da empresa) _____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação do Edital de Pregão acima referenciado, quanto à totalidade dos documentos solicitados para as habilitações jurídica e econômico-financeira, para fins no disposto no inciso VII da Lei nº 10.520/02 de 17 de julho de 2002, e principalmente de que está em situação regular perante a Seguridade Social, e o Fundo de garantia por Tempo de Serviço – FGTS, sob pena de sanção do Art. 7º da mesma Lei, ficando impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos e podendo ainda ser descredenciado do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores de Estados, Distrito Federal e Municípios.

(Observação: esta declaração deverá estar em mãos do credenciado, quando da abertura da sessão, não podendo estar em nenhum dos envelopes).

Local e data: _____, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal da empresa proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)

ANEXO IV

Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação (Modelo)

Edital de Pregão nº/2015 do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO de São Bento do Sul

(NOME DA EMPRESA) _____, CNPJ/Nº _____, sediada _____ (endereço completo), declara, sob as penalidades da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data: _____, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal da empresa proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)

ANEXO V

Declaração de inexistência de menores no trabalho e empregos da licitante (Modelo)

Edital de Pregão nº/2015 do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO de São Bento do Sul

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____

....., DECLARA, para fins no disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, e no inciso V do artigo 27 da Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854/99, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Local e data: , de de

Assinatura do representante legal da empresa proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)

ANEXO VI

Declaração de condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Modelo)

Edital de Pregão nº/2015 do SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO de São Bento do Sul

DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no CNPJ no _____, cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte estabelecidos pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, em especial quanto ao seu art. 3º, estando apta a usufruir o tratamento favorecido estabelecido nessa Lei Complementar e no Decreto nº 6.204, de 05.09.2007.

Declaro, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, e que se compromete a promover a regularização de eventuais defeitos ou restrições existentes na documentação exigida para efeito de regularidade fiscal, caso seja declarada vencedora do certame.

Local e data: , de de

Assinatura do representante legal da empresa proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)

ANEXO VII

PROPOSTA DE PREÇOS (Modelo)

Nome da Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Município:

Estado:

E-mail:

Telefone:

Dados bancários para pagamento:

Validade da Proposta: 60 DIAS

LOTE 1				
ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
01	AQUISIÇÃO E TROCA DE GEOMEMBRANA DAS LAGOAS ANAERÓBIA E FACULTATIVA			

Assinatura do representante legal da empresa proponente (apontado no contrato social ou procuração com poderes específicos)

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 74/2015

Pregão Eletrônico nº 74/2015

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 74/2015

MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que se encontra aberto o Processo Licitatório 74/2015, e o envio das propostas será das 18:00hrs do dia 08/12/2015 até as 08:00hrs do dia 21/12/2015 pelo site www.bll.org.br. Início da sessão pública virtual será às 09:30hrs do dia 21/12/2015 (Horário de Brasília).

DO OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição de reservatórios em PRFV e boia de alta vazão, cuja especificação e quantitativo encontram-se descritos no Termo de Referência (ANEXO I) do edital, para atender as necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo no site www.bll.org.br e também no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, na Rua Marechal Floriano, nº 214, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 08 de dezembro de 2015.

OSVALCIR PETERS

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DEC 2126 DE 07 12 15 NOMEIA TÉCNICA DE SAÚDE BUCAL ANA LUCIA DE LIMA BRAGANHOLI

DECRETO Nº 2126, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

Nomeia candidata aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/1990; Lei Complementar Municipal nº 0018, de 28/01/2008 atualizada; Lei Complementar nº 0042, de 04/04/2012 atualizada; e Lei Complementar nº. 0045, de 06 de novembro de 2012; e

- Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;
- Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;
- Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Ana Lucia de Lima Braganholi, para exercer o cargo de Técnica de saúde Bucal, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrada no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 41.04, Grupo 4 (TÉCNICO PROFISSIONAL- TEPRO), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de dezembro de 2015.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	76.330.000,00	76.330.000,00	3.618.647,22	4,74	21.004.655,60	27,52
RECEITAS CORRENTES	21.600.758,96	21.600.758,96	3.298.107,83	15,27	17.259.514,38	79,90
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.770.450,00	1.770.450,00	189.738,20	10,72	1.596.448,98	90,17
IMPOSTOS	1.303.750,00	1.303.750,00	178.457,36	13,69	1.324.578,01	101,60
TAXAS	366.700,00	366.700,00	11.280,84	3,08	271.870,97	74,14
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	210.000,00	210.000,00	48.101,19	22,91	231.299,77	110,14
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	210.000,00	210.000,00	48.101,19	22,91	231.299,77	110,14
RECEITA PATRIMONIAL	201.025,00	201.025,00	71.315,07	35,48	346.292,82	172,26
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	201.025,00	201.025,00	71.315,07	35,48	346.292,82	172,26
RECEITA AGROPECUÁRIA	42.000,00	42.000,00	12.460,75	29,67	41.962,40	99,91
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	42.000,00	42.000,00	12.460,75	29,67	41.962,40	99,91
RECEITA DE SERVIÇOS	15.750,00	15.750,00	2.561,27	16,26	12.952,43	82,24
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	18.836.125,00	18.836.125,00	2.945.316,07	15,64	14.880.832,95	79,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	18.366.125,00	18.366.125,00	2.836.109,19	15,44	14.528.212,31	79,10
TRANSF. DE CONV.	470.000,00	470.000,00	109.206,88	23,24	352.620,64	75,03
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	525.408,96	525.408,96	28.615,28	5,45	149.725,03	28,50
MULTAS E JUROS DE MORA	55.050,00	55.050,00	11.993,96	21,79	63.438,34	115,24
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	22.050,00	22.050,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	48.825,00	48.825,00	6.678,61	13,68	42.665,25	87,38
RECEITAS DIVERSAS	399.483,96	399.483,96	9.942,71	2,49	43.621,44	10,92
RECEITAS DE CAPITAL	54.729.241,04	54.729.241,04	320.539,39	0,59	3.745.141,22	6,84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	3.000.000,00	3.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	1.039,39	0,00	5.094,60	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	51.729.241,04	51.729.241,04	319.500,00	0,62	3.740.046,62	7,23
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	51.729.241,04	51.729.241,04	319.500,00	0,62	3.740.046,62	7,23
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	76.330.000,00	76.330.000,00	3.618.647,22	4,74	21.004.655,60	27,52
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	76.330.000,00	76.330.000,00	3.618.647,22	4,74	21.004.655,60	55.325.344,40
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	76.330.000,00	76.330.000,00	3.618.647,22	4,74	21.004.655,60	55.325.344,40
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.549.693,39	—	—	1.013.057,69	—
Superávit Financeiro	—	1.549.693,39	—	—	1.013.057,69	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	76.330.000,00	78.155.365,92	3.343.228,51	39.179.793,22	38.975.572,70	4.053.414,76	20.672.153,37	57.483.212,55	19.893.623,55
DESPESAS CORRENTES	20.298.100,90	22.030.091,40	2.628.046,49	16.901.386,96	5.128.704,44	3.317.102,00	15.621.680,46	6.408.410,94	15.348.829,23
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	10.874.627,30	10.309.226,97	1.718.613,10	7.804.573,44	2.504.653,53	1.719.153,12	7.804.033,44	2.505.193,53	7.666.559,71
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	37.800,00	49.800,00	6.261,77	42.369,23	7.430,77	6.261,77	42.369,23	7.430,77	42.369,23
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.385.673,60	11.671.064,43	903.171,62	9.054.444,29	2.616.620,14	1.591.687,11	7.775.277,79	3.895.786,64	7.639.900,29
DESPESAS DE CAPITAL	56.016.899,10	56.110.274,52	715.182,02	22.278.406,26	33.831.868,26	736.312,76	5.050.472,91	51.059.801,61	4.544.794,32
INVESTIMENTOS	55.916.099,10	56.021.474,52	710.053,28	22.248.433,92	33.773.040,60	731.184,02	5.020.500,57	51.000.973,95	4.514.821,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	100.800,00	88.800,00	5.128,74	29.972,34	58.827,66	5.128,74	29.972,34	58.827,66	29.972,34
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	76.330.000,00	78.155.365,92	3.343.228,51	39.179.793,22	38.975.572,70	4.053.414,76	20.672.153,37	57.483.212,55	19.893.623,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	76.330.000,00	78.155.365,92	3.343.228,51	39.179.793,22	38.975.572,70	4.053.414,76	20.672.153,37	57.483.212,55	19.893.623,55
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	332.502,23	—	21.004.655,60
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	76.330.000,00	78.155.365,92	3.343.228,51	39.179.793,22	—	4.053.414,76	21.004.655,60	—	40.898.279,15

FONTE:

SAO DOMINGOS, 03/12/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL	ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO CONTADOR CRC/SC - 034400/O-9	JUCELANE FORNARI LORENZI COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO
---	---	--

DEM APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.336.825,00	1.336.825,00	1.359.960,48	101,73
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	318.150,00	318.150,00	231.350,03	72,72
1.1.1- IPTU	288.750,00	288.750,00	205.001,18	71,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.050,00	1.050,00	952,38	90,70
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	21.000,00	21.000,00	19.208,11	91,47
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	7.350,00	7.350,00	6.188,36	84,20
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	295.000,00	295.000,00	433.402,14	146,92
1.2.1- ITBI	295.000,00	295.000,00	433.402,14	146,92
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	663.675,00	663.675,00	607.099,66	91,48
1.3.1- ISS	660.000,00	660.000,00	598.066,04	90,62
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.050,00	1.050,00	4.732,71	450,73
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	1.575,00	1.575,00	3.289,97	208,89
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.050,00	1.050,00	1.010,94	96,28
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	60.000,00	60.000,00	88.108,65	146,85
1.4.1- IRRF	60.000,00	60.000,00	88.108,65	146,85
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	14.631.750,00	14.631.750,00	11.767.952,79	80,43
2.1- Cota-Parte FPM	6.216.000,00	6.216.000,00	4.934.510,00	79,38
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.216.000,00	6.216.000,00	4.864.784,14	78,26
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	69.725,86	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	-	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.350.000,00	7.350.000,00	5.875.952,34	79,94
2.3- ICMS-Desoneração – LC. nº87/1996	32.550,00	32.550,00	24.575,62	75,50
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	105.000,00	105.000,00	91.173,87	86,83
2.5- Cota-Parte ITR	14.700,00	14.700,00	25.302,84	172,13
2.6- Cota-Parte IPVA	913.500,00	913.500,00	816.438,12	89,37
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.968.575,00	15.968.575,00	13.127.913,27	82,21
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	538.000,00	538.000,00	373.859,02	69,49
5.1- Transferências do Salário-Educação	270.000,00	270.000,00	240.061,09	88,91
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	80.000,00	80.000,00	68.688,00	85,86
5.4- Transferências Diretas - PNATE	68.000,00	68.000,00	57.585,85	84,69
5.5- Outras Transferências do FNDE	120.000,00	120.000,00	1.744,88	1,45
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	5.779,20	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.000.000,00	7.000.000,00	756.920,09	10,81
6.1- Transferências de Convênios	7.000.000,00	7.000.000,00	756.920,09	10,81
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.150,00	3.150,00	20.024,52	635,70
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	7.541.150,00	7.541.150,00	1.150.803,63	15,26
FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.926.350,00	2.926.350,00	2.339.643,28	79,96
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.243.200,00	1.243.200,00	972.966,53	78,26
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.470.000,00	1.470.000,00	1.175.189,61	79,94
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	6.510,00	6.510,00	4.915,11	75,50
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	21.000,00	21.000,00	18.234,71	86,83
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	2.940,00	2.940,00	5.060,47	172,12
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	182.700,00	182.700,00	163.286,85	89,37
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.569.000,00	2.569.000,00	2.090.461,52	81,37
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.550.000,00	2.550.000,00	2.076.692,22	81,44
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	19.000,00	19.000,00	13.769,30	72,47
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-376.350,00	-376.350,00	-262.951,08	69,87
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.797.000,00	1.814.998,34	1.679.760,83	92,55	1.679.760,83	92,55
13.1- Com Educação Infantil	492.000,00	492.000,00	489.601,79	99,51	489.601,79	99,51
13.2- Com Ensino Fundamental	1.305.000,00	1.322.998,34	1.190.159,04	89,96	1.190.159,04	89,96
14- OUTRAS DESPESAS	342.000,00	398.646,22	265.520,23	66,81	261.640,35	65,63
14.1- Com Educação Infantil	130.000,00	130.000,00	47.150,92	36,27	46.978,12	36,14
14.2- Com Ensino Fundamental	212.000,00	268.646,22	218.369,31	81,29	214.662,23	79,91
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.139.000,00	2.213.644,56	1.945.281,06	87,88	1.941.401,18	87,70
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						1.941.401,18
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %						80,35
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %						12,52
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						7,13
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2015 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.992.143,75		3.992.143,75		3.281.978,32	82,21
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.120.000,00	920.000,00	772.534,40	83,97	760.642,59	82,68
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.377.000,00	2.653.245,89	1.984.669,07	74,80	1.967.365,22	74,15
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.517.000,00	1.591.644,56	1.408.528,35	88,50	1.404.821,27	88,26
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	860.000,00	1.061.601,33	576.140,72	54,27	562.543,95	52,99
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.497.000,00	3.573.245,89	2.757.203,47	77,16	2.728.007,81	76,35
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-262.951,06
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						13.769,30
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO						-
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						-
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-249.181,76
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))						2.977.189,57
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ⁵ ((38) / (3) x 100) %						22,68
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	273.150,00	370.818,83	315.664,07	85,13	275.881,48	74,40
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	7.220.000,00	7.300.603,26	4.255.645,72	58,29	1.093.273,27	14,98
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	7.493.150,00	7.671.422,09	4.571.309,79	59,59	1.369.154,75	17,85
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.990.150,00	11.244.667,98	7.328.513,26	65,17	4.097.162,56	36,44

MUNICÍPIO DE SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (i)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		74.644,56	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.076.692,22	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.070.285,21	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.070.285,21	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		13.769,30	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		94.820,87	0,00

SAO DOMINGOS, 06/12/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC - 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

DEM DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO 1

Município de SAO DOMINGOS - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)	3.000.000,00	0,00			3.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	56.110.274,52	22.278.406,26	5.050.472,91	0,00	33.831.868,26
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	56.110.274,52	22.278.406,26	5.050.472,91	0,00	33.831.868,26
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-53.110.274,52	-22.278.406,26	-	-	-30.831.868,26

FONTE:

SAO DOMINGOS, 06/12/2015

 ALCIMAR DE OLIVEIRA
 PREFEITO MUNICIPAL

 ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
 CONTADORA CRC/SC - 034400/O-9

 JUCELANE FORNARI LORENZI
 COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

DEM DOS RESTOS A PAGAR

Município de SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS			
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2014	
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	642.633,77	116.899,77	-	525.734,00	-	-	-
EXECUTIVO								
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	642.633,77	116.899,77	0,00	525.734,00	0,00	0,00	525.734,00
FUNDO AGROPECUÁRIO MUNICIPAL	0,00	363.523,65	13.875,00	0,00	349.648,65	0,00	0,00	349.648,65
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE	0,00	21.821,77	21.821,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE	0,00	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	0,00	186.849,00	11.115,00	0,00	175.734,00	0,00	0,00	175.734,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS	0,00	439,35	88,00	0,00	351,35	0,00	0,00	351,35
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	642.633,77	116.899,77	0,00	525.734,00	0,00	0,00	525.734,00

FONTE:

SÃO DOMINGOS, 09/12/2015

ALCÍMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPALELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADOR(A) CRC/SC - 084400/O-9JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

DEMONSTRATIVO POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

Município de SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	76.330.000,00	78.155.365,92	3.343.228,51	39,179.793,22	100,00	4.053.414,76	20.672.153,37	57.483.212,55
Legislativa	798.470,00	799.470,00	109.627,80	554.232,39	1,41	117.714,00	532.449,75	267.020,25
Ação Legislativa	798.470,00	799.470,00	109.627,80	554.232,39	1,41	117.714,00	532.449,75	267.020,25
Essencial à Justiça	500.000,00	810.000,00	66.244,17	442.400,80	1,13	58.329,27	434.395,90	375.604,10
Administração Geral	500.000,00	810.000,00	66.244,17	442.400,80	1,13	58.329,27	434.395,90	375.604,10
Administração	3.437.483,96	4.116.799,76	452.401,65	2.803.238,03	7,15	494.951,81	2.573.652,63	1.543.147,13
Administração Geral	3.437.483,96	4.116.799,76	452.401,65	2.803.238,03	7,15	494.951,81	2.573.652,63	1.543.147,13
Defesa Nacional	82.250,00	82.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.250,00
Defesa Civil	82.250,00	82.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.250,00
Segurança Pública	115.500,00	115.500,00	4.521,80	35.695,12	0,09	4.814,11	25.722,11	89.777,89
Policimento	115.500,00	115.500,00	4.521,80	35.695,12	0,09	4.814,11	25.722,11	89.777,89
Assistência Social	3.749.200,70	3.724.879,27	124.317,33	1.475.692,56	3,77	279.905,49	1.096.101,69	2.628.777,58
Assistência ao Idoso	1.120.000,00	1.105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.105.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	97.700,00	93.500,00	9.408,14	64.556,92	0,16	15.688,07	58.509,30	34.990,70
Assistência Comunitária	2.531.500,70	2.526.379,27	114.909,19	1.411.135,64	3,60	263.217,42	1.037.592,39	1.488.786,88
Saúde	11.796.025,00	11.823.146,00	683.569,30	5.487.062,72	14,00	1.013.100,23	4.813.975,57	7.008.170,43
Atenção Básica	11.036.000,00	11.163.121,00	647.208,07	4.868.385,18	12,43	908.648,26	4.317.867,90	6.845.253,10
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	686.000,00	586.000,00	19.605,40	567.559,76	1,45	89.764,33	448.646,89	137.353,11
Vigilância Sanitária	44.625,00	44.625,00	5.060,70	25.716,65	0,07	4.992,51	22.059,65	22.565,35
Vigilância Epidemiológica	29.400,00	29.400,00	11.695,13	25.401,13	0,06	11.695,13	25.401,13	3.998,87
Educação	5.113.150,00	5.492.697,93	794.202,91	3.852.039,81	9,83	850.621,80	3.704.036,27	1.788.661,66
Alimentação e Nutrição	160.000,00	270.805,16	45.366,43	243.262,98	0,62	53.287,25	231.906,66	38.898,50
Ensino Fundamental	3.515.000,00	3.941.438,72	561.346,48	2.713.338,01	6,93	612.923,50	2.603.169,95	1.338.268,77
Ensino Superior	25.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Educação Infantil	1.213.150,00	1.270.454,05	187.490,00	865.438,82	2,29	184.405,06	868.959,66	401.494,39
Educação Básica	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	198.750,00	198.750,00	290,00	71.730,52	0,18	1.864,20	71.475,52	127.274,48
Difusão Cultural	198.750,00	198.750,00	290,00	71.730,52	0,18	1.864,20	71.475,52	127.274,48
Urbanismo	23.898.070,34	24.448.248,81	406.993,57	9.212.623,04	23,51	868.471,29	3.006.007,24	21.442.241,57
Infra-Estrutura Urbana	14.969.965,14	15.071.694,38	120.762,09	7.002.151,77	17,87	475.584,76	970.480,12	14.101.214,26
Serviços Urbanos	3.918.105,20	4.376.554,43	286.231,48	2.210.471,27	5,64	392.886,53	2.035.527,12	2.341.027,31
Transporte Rodoviário	5.010.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000.000,00
Habituação	2.215.250,00	2.141.756,60	3.426,51	97.794,96	0,25	12.021,52	94.691,07	2.047.065,53
Habituação Urbana	2.215.250,00	2.141.756,60	3.426,51	97.794,96	0,25	12.021,52	94.691,07	2.047.065,53
Saneamento	10.090.000,00	10.000.000,00	510.996,19	8.810.450,62	22,49	0,00	1.678.472,40	8.321.527,60
Saneamento Básico Urbano	10.090.000,00	10.000.000,00	510.996,19	8.810.450,62	22,49	0,00	1.678.472,40	8.321.527,60

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	76.330.000,00	78.155.365,92	3.343.228,51	39.179.793,22	100,00	4.053.414,76	20.672.153,37	57.483.212,55
Agricultura	3.549.000,00	3.554.398,67	93.180,77	1.036.340,86	2,65	148.315,15	863.228,59	2.691.170,08
Extensão Rural	3.549.000,00	3.554.398,67	93.180,77	1.036.340,86	2,65	148.315,15	863.228,59	2.691.170,08
Indústria	710.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
Promoção Industrial	710.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00
Desporto e Lazer	9.538.250,00	9.609.888,88	22.809,58	4.925.346,08	12,57	105.733,83	1.433.781,68	8.176.087,20
Turismo	378.250,00	380.068,88	9.024,71	117.678,53	0,30	10.409,93	37.271,75	342.797,13
Desporto Comunitário	9.160.000,00	9.229.800,00	13.784,87	4.807.667,55	12,27	95.323,90	1.396.509,93	7.833.290,07
Encargos Especiais	522.600,00	522.600,00	70.646,93	375.145,71	0,96	98.572,06	344.162,95	178.437,05
Outros Encargos Especiais	522.600,00	522.600,00	70.646,93	375.145,71	0,96	98.572,06	344.162,95	178.437,05
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	76.330.000,00	78.155.365,92	3.343.228,51	39.179.793,22	100,00	4.053.414,76	20.672.153,37	57.483.212,55

FONTE:

SAO DOMINGOS, 06/12/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPALELIENIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADOR CRC/SC - 034400/O-9JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DEMONSTRATIVO APLICAÇÃO EM SAÚDE

Município de SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.336.825,00	1.336.825,00	1.359.960,48	101,73
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	288.750,00	288.750,00	205.001,18	71,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	295.000,00	295.000,00	433.402,14	146,92
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	660.000,00	660.000,00	598.086,04	90,62
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	60.000,00	60.000,00	88.108,65	146,85
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.100,00	2.100,00	5.685,09	270,72
Dívida Ativa dos Impostos	22.575,00	22.575,00	22.498,08	99,66
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	8.400,00	8.400,00	7.199,30	85,71
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	14.631.750,00	14.631.750,00	11.698.226,93	79,95
Cota-Parte FPM	6.216.000,00	6.216.000,00	4.864.784,14	78,26
Cota-Parte ITR	14.700,00	14.700,00	25.302,84	172,13
Cota-Parte IPVA	913.500,00	913.500,00	816.438,12	89,37
Cota-Parte ICMS	7.350.000,00	7.350.000,00	5.875.952,34	79,94
Cota-Parte IPI-Exportação	105.000,00	105.000,00	91.173,87	86,83
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	32.550,00	32.550,00	24.575,62	75,50
Desoneração ICMS (LC 87/96)	32.550,00	32.550,00	24.575,62	75,50
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	15.968.575,00	15.968.575,00	13.086.187,41	81,77

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE
(Por Grupo de Natureza da Despesa)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.247.825,00	6.374.946,00	5.401.414,68	84,73	4.745.384,67	74,44
Pessoal e Encargos Sociais	3.127.000,00	2.432.000,00	1.953.007,89	80,30	1.952.467,89	80,28
Outras Despesas Correntes	3.120.825,00	3.942.946,00	3.448.406,79	87,46	2.792.916,78	70,83
DESPESAS DE CAPITAL	5.548.200,00	5.448.200,00	85.648,04	1,57	68.590,90	1,26
Investimentos	5.548.200,00	5.448.200,00	85.648,04	1,57	68.590,90	1,26

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	5.548.200,00	5.448.200,00	85.648,04	1,57	68.590,90	1,26
Investimentos	5.548.200,00	5.448.200,00	85.648,04	1,57	68.590,90	1,26
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	11.796.025,00	11.823.146,00	5.487.062,72	46,41	4.813.975,57	40,72
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	7.042.575,00	7.069.696,00	2.041.902,10	37,21	1.817.407,97	37,75
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.692.575,00	2.719.696,00	2.041.902,10	37,21	1.817.407,97	37,75
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	4.350.000,00	4.350.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	7.042.575,00	7.069.696,00	2.041.902,10	37,21	1.817.407,97	37,75
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	4.753.450,00	4.753.450,00	3.445.160,62	62,79	2.996.567,60	62,25
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}						22,95
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100] ⁶						1.037.839,49

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-			-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	11.036.000,00	11.163.121,00	4.868.385,18	88,72	4.317.867,90	89,69
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	686.000,00	586.000,00	567.559,76	10,34	448.646,89	9,32
Vigilância Sanitária	44.625,00	44.625,00	25.716,65	0,47	22.059,65	0,46
Vigilância Epidemiológica	29.400,00	29.400,00	25.401,13	0,46	25.401,13	0,53
TOTAL	11.796.025,00	11.823.146,00	5.487.062,72	100,00	4.813.975,57	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continuação 3/4

Continuação 4/4

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

SAO DOMINGOS, 08/12/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL	ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO CONTADORA CRC/SC - 034400/O-9	JUCELANE FORNARI LORE COORDENADORA DE CON
---	--	--

DEMONSTRATIVO RESUMIDO

Município de SAO DOMINGOS - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial			76.330.000,00	
Previsão Atualizada			76.330.000,00	
Receitas Realizadas			21.004.655,60	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldo de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			1.013.057,69	
DESPESAS				
Dotação Inicial			76.330.000,00	
Créditos Adicionais			1.825.365,92	
Dotação Atualizada			78.155.365,92	
Despesas Empenhadas			39.179.793,22	
Despesas Liquidadas			20.672.153,37	
Despesas pagas			19.893.623,55	
Superavit Orçamentário			332.502,23	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			39.179.793,22	
Despesas Liquidadas			20.672.153,37	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			21.056.668,99	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-120.000,00	-161.914,46	134,93
Resultado Primário		-3.062.425,00	53.456,38	-1,75
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	642.633,77	0,00	116.899,77	525.734,00
EXECUTIVO	642.633,77	0,00	116.899,77	525.734,00
TOTAL:	642.633,77	0,00	116.899,77	525.734,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.977.189,57	25%	22,68
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.679.760,83	60%	80,35
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	3.000.000,00
Despesa de Capital Líquida			5.050.472,91	51.059.801,61
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2015	2023	2033	2048
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00

Continua 1/2

Município de SAO DOMINGOS - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.996.567,60	15,00	22,95
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)			0,00

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SAO DOMINGOS, 06/12/2015

 ALCIMAR DE OLIVEIRA
 PREFEITO MUNICIPAL

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS 11 2015**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e FundacionalPágina: 1/4
Data: 08/12/2015
Hora: 14:03:49
Período: 01/11/2015 - 30/11/2015**COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997**

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 03/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.163,05
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	498,45
Total de recursos recebidos em 03/11/2015:			1.661,50

Recursos recebidos em: 04/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	915,19
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	392,22
Total de recursos recebidos em 04/11/2015:			1.307,41

Recursos recebidos em: 05/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	903,58
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.108,36
Total de recursos recebidos em 05/11/2015:			3.011,94

Recursos recebidos em: 06/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tívs (Ex-	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	2.430,15
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Agentes Comunitários De Saúde - ACS	4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	24.336,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Ações Estruturantes De Vigilância Sanitária	4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	1.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Da Família - SF	4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	19.130,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Programa De Assistência Farmacêutica Básica	4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	4.084,68
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Bucal - SB	4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	6.690,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Programa de Melhoria Acesso e de Qualidade - PMAQ	4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	34.500,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Núcleo de Atendimento da Saúde da Família - NASF Federa	4.1.7.2.1.33.15.01.00.00	12.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.077,49
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	890,35
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Saúde Bucal	4.1.7.2.1.33.11.30.03.00	3.209,52
Total de recursos recebidos em 06/11/2015:			110.348,19

Recursos recebidos em: 09/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNAE	4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	8.586,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transferências Diretas do FNDE referentes ao PNATE	4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	8.226,55
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	905,26
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	387,96
Total de recursos recebidos em 09/11/2015:			18.105,77

Recursos recebidos em: 10/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	42.217,34
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	30,35
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	17.374,85

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA**

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 2/4
 Data: 08/12/2015
 Hora: 14:03:49
 Período: 01/11/2015 - 30/11/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 10/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	18,21
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	33.000,00
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	168.869,38
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	72,83
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	70.362,24
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	7.446,37
Total de recursos recebidos em 10/11/2015:			339.391,57

Recursos recebidos em: 11/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.535,80
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	658,21
Total de recursos recebidos em 11/11/2015:			2.194,01

Recursos recebidos em: 12/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	7.310,12
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	17.056,95
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. Convênios da União Destin. Programa Educaç	4.2.4.7.1.02.01.00.00.00	74.102,98
Total de recursos recebidos em 12/11/2015:			98.470,05

Recursos recebidos em: 13/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Média e Alta Complexidade - MAC	4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	44.568,08
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	49.811,06
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	2.083,87
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outras Transf de Convênios a Programas de Educação	4.1.7.6.1.02.00.99.00.00	54.603,44
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Piso de Atenção Básica - PAB	4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	20.342,83
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	21.347,60
Total de recursos recebidos em 13/11/2015:			192.756,88

Recursos recebidos em: 16/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Outros Convênios e Transf da União p/ Saneamento	4.2.4.7.1.03.20.00.00.00	2.518.113,54
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.008,75
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.353,74
Total de recursos recebidos em 16/11/2015:			2.521.476,03

Recursos recebidos em: 17/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	437,56
SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.020,97
Total de recursos recebidos em 17/11/2015:			1.458,53

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - PREFEITURA

 Notificação de Recebimento de Recursos
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

 Página: 3/4
 Data: 08/12/2015
 Hora: 14:03:49
 Período: 01/11/2015 - 30/11/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 18/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.293,85
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	554,51
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	5.367,23
Total de recursos recebidos em 18/11/2015:			7.215,59

Recursos recebidos em: 19/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	865,65
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	2.019,83
Total de recursos recebidos em 19/11/2015:			2.885,48

Recursos recebidos em: 20/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transferências de Convênio dos Estados	4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	730.715,80
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	27.220,89
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	6.805,22
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.817,37
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.636,02
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	11.342,04
Total de recursos recebidos em 20/11/2015:			781.537,34

Recursos recebidos em: 23/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	4.519,74
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	10.546,06
Total de recursos recebidos em 23/11/2015:			15.065,80

Recursos recebidos em: 24/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	3.611,68
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.547,87
Total de recursos recebidos em 24/11/2015:			5.159,55

Recursos recebidos em: 25/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	7.291,12
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	SUAS - Proteção Social Básica - AB	4.1.7.2.1.34.01.00.00.00	3.153,01
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Outras Transferências de Convênios da União	4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	123.690,00
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	3.124,77
Total de recursos recebidos em 25/11/2015:			137.258,90

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SAO DOMINGOS - PREFEITURA**Notificação de Recebimento de Recursos
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 4/4

Data: 08/12/2015

Hora: 14:03:49

Período: 01/11/2015 - 30/11/2015

COMUNICAÇÃO REFERENTE À LEI 9.452 DE 20/03/1997

Notificação referente ao recebimento de recursos federais:

Para os fins do disposto no artigo 2º da Lei nº 9.452/97, comunicamos que a prefeitura recebeu do Governo Federal os recursos a seguir especificados:

Recursos recebidos em: 26/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	4.509,87
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	1.932,80
Total de recursos recebidos em 26/11/2015:			6.442,67

Recursos recebidos em: 27/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	1.177,75
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	504,75
Total de recursos recebidos em 27/11/2015:			1.682,50

Recursos recebidos em: 30/11/2015

Órgão concedor	Descrição do Recurso	Código da Receita	Valor Recebido (R\$)
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - Ordinário	4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	16,01
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	37.660,32
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 25% Educação	4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	614,39
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Teto Financeiro De Vigilância Em Saúde - Tfs (Ex-	4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	8.731,13
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - Ordinários	4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	1.474,54
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 40%	4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	5.367,13
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transf. de Recursos do FUNDEB - 60%	4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	12.523,27
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	4,01
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - 15% Saúde	4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	22.596,19
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ITR - 25% Educação	4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	6,68
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	ICMS Lei 87/96 - 15% Saúde	4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	368,63
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	FPM - Ordinário	4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	90.384,76
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL	Transferências da FEX	4.1.7.2.1.99.01.00.00.00	5.810,41
Total de recursos recebidos em 30/11/2015:			185.557,47

TOTAL GERAL:**4.432.987,18**

SAO DOMINGOS, SC, 08 de dezembro de 2015.

Recebido em ____/____/____.

PARCERIA PÚBLICO PRIVADAS

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2015		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SAO DOMINGOS, 06/12/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL	ELIENIR TERESINHA AGNOLETTO CONTADORA CRC/SC - 034400/O-9	JUCELANE FORNARI LORENZI COORDENADORA DE CONTROLE INTERNC
---	--	--

RECEITA CORRENTE LIQUIDA

Município de SÃO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2014 A OUTUBRO/2015

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	Nov/2014	Dez/2014	Jan/2015	Fev/2015	Mar/2015	Abr/2015	Mai/2015	Jun/2015	Jul/2015	Agô/2015	Sep/2015	Out/2015	TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.831.255,26	2.458.441,27	1.948.023,07	1.816.712,83	1.952.136,19	2.145.159,00	2.208.591,00	2.030.326,15	1.812.005,75	1.836.304,08	1.894.010,84	23.888.854,19	24.527.108,96
RECEITA TRIBUTÁRIA	66.545,36	181.046,66	55.735,47	140.792,33	208.791,13	272.316,42	291.101,92	147.600,66	182.737,27	107.665,58	118.008,84	71.729,36	1.844.041,00
IPT.U.	891,71	1.386,27	24,46	8.977,65	28.804,52	112.823,71	44.489,62	3.771,36	4.007,36	643,68	1.094,06	694,74	207.246,16
I.R.R.F.	0,00	45.417,97	0,00	20.546,92	6.285,22	0,00	15.242,47	8.389,40	12.689,47	11.404,77	13.546,50	0,00	133.526,62
I.S.S.	29.548,83	76.741,73	26.092,08	50.734,49	57.527,00	77.391,52	64.883,45	72.712,75	88.934,63	57.510,24	56.293,71	45.003,27	704.356,60
I.T.B.U.	30.578,44	50.516,66	13.883,21	4.359,70	51.435,31	18.676,36	138.252,54	51.813,10	65.981,98	27.188,86	39.940,49	21.910,59	514.497,24
Outras Receitas Tributárias	5.526,38	7.014,03	15.735,70	56.141,67	64.738,18	63.274,83	28.253,84	10.914,05	10.143,83	7.160,08	4.120,76	284.411,38	468.700,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	35.197,63	18.472,12	22.109,91	18.059,23	20.529,98	26.468,12	22.529,03	23.816,55	22.855,06	26.811,10	23.277,166	24.889,53	210.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	32.050,65	41.580,18	10.788,10	28.657,21	44.882,40	35.477,82	31.312,24	36.936,08	56.175,55	30.738,35	58.996,78	12.348,29	201.025,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	4.034,75	5.092,50	3.065,00	3.026,00	3.224,08	3.851,50	4.000,00	3.849,00	3.107,00	5.369,07	6.763,25	51.089,65	42.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	1.454,00	1.201,23	1.173,23	1.204,00	1.204,00	1.353,02	1.369,23	1.425,99	1.313,23	1.336,46	1.226,24	1.336,03	15.750,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.674.590,00	2.184.897,17	1.844.815,54	1.816.743,31	1.654.201,86	1.783.005,33	1.841.094,25	1.725.109,38	1.747.985,60	1.630.197,80	1.614.758,25	17.627.984,91	21.079.893,90
Cota-Parte do FPM.	491.732,86	728.212,68	599.335,67	611.805,61	445.610,32	480.031,82	591.411,98	514.598,39	391.036,57	445.948,92	371.540,25	422.874,41	6.094.729,68
Cota-Parte do ICMS.	670.331,18	658.721,58	645.624,13	586.128,13	592.305,30	627.863,20	587.494,14	563.006,19	563.404,74	550.915,31	569.861,01	589.230,19	7.205.005,10
Cota-Parte do IRPA.	47.726,57	25.468,88	41.440,36	99.667,33	84.032,11	96.115,13	95.453,49	92.559,10	102.019,70	94.966,47	79.043,57	80.515,98	889.653,57
Outras Transferências Correntes	24,63	99,73	85,46	25,93	136,75	904,69	29,40	20,83	216,05	101,07	3.959,93	19.822,73	25.427,20
Transferências de LC 61/1989	237.593,93	541.105,29	323.327,60	145.093,62	323.916,38	342.275,68	320.656,69	351.324,85	491.699,73	332.883,77	383.559,81	430.846,95	4.598.725,00
Transferências de LC 87/1996	10.617,43	10.476,30	13.463,85	8.010,28	7.857,98	8.229,94	9.284,31	8.843,31	8.146,48	8.666,24	8.643,60	10.025,88	112.267,60
Transferências de LC 87/1996	2.453,30	4.906,60	0,00	0,00	0,00	9.800,26	2.457,56	2.457,56	2.457,56	2.457,56	2.457,56	2.457,56	31.936,52
Transferências do FUNDEB	214.153,60	215.886,11	221.338,47	206.012,41	200.322,82	216.784,61	224.304,68	182.309,15	199.004,77	165.087,52	206.991,33	2.506.731,93	2.550.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	17.382,37	25.171,41	10.525,82	8.260,75	19.303,14	22.848,79	17.184,33	16.749,09	16.152,44	10.285,39	13.309,06	15.306,22	193.278,81
DEDUÇÕES (II)	244.577,00	247.954,92	298.989,66	253.127,26	225.992,32	244.792,79	257.226,00	236.284,85	211.462,00	207.222,01	224.985,08	2.832.185,20	2.926.390,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	244.577,00	247.954,92	298.989,66	253.127,26	225.992,32	244.792,79	257.226,00	236.284,85	211.462,00	207.222,01	224.985,08	2.832.185,20	2.926.390,00
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)	1.586.678,26	2.210.486,35	1.688.033,41	1.563.585,57	1.726.143,87	1.900.366,21	1.951.365,00	1.719.193,90	1.618.884,15	1.629.082,07	1.669.025,76	21.056.668,99	21.600.758,96

FONTE:

SÃO DOMINGOS, 09/12/2015

ALCINAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELENIIR TERESINHA AGNOLETTO
CONTADOR(A) CRC-SC - 0344000-9

JUCELANE FORMILLORENZI
COORDENADOR(A) DE CONTROLE INTERNO

RESULTADO NOMINAL

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Ago 2015 (B)	Em 31 Out 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	94.376,68	383.937,21	378.808,47
DEDUÇÕES (II)	3.238.972,19	4.107.421,51	3.685.318,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.881.605,96	5.486.365,85	4.989.179,11
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	403,15
(-) Restos a Pagar Processados (Exceção Precatórios)	642.633,77	1.378.944,34	1.304.263,82
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.144.595,51	-3.723.484,30	-3.306.509,97
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-3.144.595,51	-3.723.484,30	-3.306.509,97

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2015 (C - A)
VALOR	416.974,33	-161.914,46

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-120.000,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2014 (A)	Em 31 Ago 2015 (B)	Em 31 Out 2015 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SAO DOMINGOS, 06/12/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC - 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

RESULTADO PRIMARIO

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	21.399.733,96	16.913.221,56	16.778.076,57
Receita Tributária	1.770.450,00	1.596.448,98	1.315.135,46
I.P.T.U.	288.750,00	205.001,18	206.869,13
I.S.S.	660.000,00	598.066,04	485.795,97
I.T.B.I.	295.000,00	433.402,14	284.980,89
I.R.R.F.	60.000,00	88.108,65	100.083,60
Outras Receitas Tributárias	466.700,00	271.870,97	237.405,87
Receita de Contribuição	210.000,00	231.299,77	143.549,44
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	210.000,00	231.299,77	143.549,44
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	201.025,00	346.292,82	283.358,08
(-) Aplicações Financeiras	201.025,00	346.292,82	283.358,08
Transferências Correntes	18.836.125,00	14.880.832,95	14.922.116,83
F.P.M.	4.972.800,00	3.891.827,61	3.697.498,16
I.P.V.A	730.800,00	653.151,27	605.237,24
I.C.M.S.	5.880.000,00	4.700.762,73	4.565.436,52
Convênios	470.000,00	352.620,64	713.582,45
Outras Transferências Correntes	6.782.525,00	5.282.470,70	5.340.362,46
Demais Receitas Correntes	583.158,96	204.639,86	397.274,84
Dívida Ativa	48.825,00	42.665,25	38.562,46
Diversas Receitas Correntes	534.333,96	161.974,61	358.712,38
RECEITAS DE CAPITAL (II)	54.729.241,04	3.745.141,22	3.058.419,87
Operações de Crédito (III)	3.000.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	5.094,60	5.741,37
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	51.729.241,04	3.740.046,62	3.052.678,50
Convênios	51.729.241,04	3.740.046,62	3.044.362,50
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	8.316,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	51.729.241,04	3.740.046,62	3.052.678,50
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	73.128.975,00	20.653.268,18	19.830.755,07

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	22.030.091,40	16.901.386,96	16.011.956,67	15.621.680,46	14.573.932,47
Pessoal e Encargos Sociais	10.309.226,97	7.804.573,44	6.994.938,10	7.804.033,44	6.985.477,73
Juros e Encargos da Dívida (IX)	49.800,00	42.369,23	3.479,20	42.369,23	3.479,20
Outras Despesas Correntes	11.671.064,43	9.054.444,29	9.013.539,37	7.775.277,79	7.584.975,54
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	21.980.291,40	16.859.017,73	16.008.477,47	15.579.311,23	14.570.453,27
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	56.110.274,52	22.278.406,26	6.993.075,61	5.050.472,91	3.220.524,53
Investimentos	56.021.474,52	22.248.433,92	6.916.959,65	5.020.500,57	3.144.408,57
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	88.800,00	29.972,34	76.115,96	29.972,34	76.115,96
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	56.021.474,52	22.248.433,92	6.916.959,65	5.020.500,57	3.144.408,57
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	15.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	78.016.765,92	39.107.451,65	22.925.437,12	20.599.811,80	17.714.861,84

Município de SAO DOMINGOS - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2015/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-4.887.790,92	-18.454.183,47	-3.094.682,05	53.456,38	2.115.893,23
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	0,00	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-3.062.425,00

SAO DOMINGOS, 06/12/2015

ALCIMAR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

ELIENIR TERESINHA AGNOLETTI
CONTADORA CRC/SC - 034400/O-9

JUCELANE FORNARI LORENZI
COORDENADORA DE CONTROLE INTERNO

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 102 - RESULTADO PRELIMINAR

DECRETO Nº 102/2015, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2015.

HOMOLOGA O RESULTADO PRELIMINAR DAS PROVAS RELATIVAS AO EDITAL DE EMPREGO PÚBLICO Nº 002/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SÉRGIO LUÍS THEISEN, Prefeito Municipal de São João do Oeste - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado para conhecimento dos candidatos que prestaram as provas relativas ao Edital de Emprego Público nº 002/2015 o Resultado Preliminar (Antes dos Recursos), destinado ao provimento dos cargos abaixo relacionados:

MÉDICO CLÍNICO GERAL - ESF Modalidade A								
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
1	222778	Cristiano Bischoff	22/04/1992	3,85	1,20	1,00	6,05	1º
2	223794	Francieli Schneiders	28/11/1986	3,50	1,60	0,80	5,90	2º
3	212304	Eridson Posttal Marques	30/03/1978	3,50	1,20	0,80	5,50	3º
TÉCNICO EM ENFERMAGEM Modalidade A								
Ident.	Insc.	Candidato	Data Nasc.	C. Esp.	Port.	Mat.	Total	Class.
17	133549	Simone Orth	27/05/1994	3,85	0,80	0,80	5,45	1º
16	224439	Lisane Jaehn Meurer	15/12/1987	3,15	1,20	0,60	4,95	2º
7	222737	Marizete Kunzler	15/04/1981	3,50	0,60	0,60	4,70	3º
12	224417	Everson Da Costa Maciel	04/03/1985	3,15	0,80	0,60	4,55	4º
14	129013	Cheila Buche	30/04/1996	3,50	0,80	0,20	4,50	5º
8	130589	Claudia Helena Bruxel	29/04/1973	3,85	0,60	0,00	4,45	6º
15	224502	Simone Pinto	17/06/1986	2,80	0,80	0,60	4,20	7º
10	223290	Carlise Wagner	18/08/1989	2,80	0,80	0,60	4,20	8º
13	223594	Elizandra Da Luz	20/02/1979	3,15	0,40	0,40	3,95	Desc.
6	224647	Sirlei Thome Ritter	17/06/1972	2,45	1,00	0,40	3,85	Desc.
9	133099	Rafaela Reckziegel	24/06/1994	2,10	0,80	0,60	3,50	Desc.
11	212828	Juliana Maria Lourenco Silva	06/12/1985	1,40	0,40	0,20	2,00	Desc.

Art. 2º. Os candidatos terão os dias 03 e 04 de dezembro de 2015 para interposição de recurso contra o Resultado Preliminar (Antes dos recursos), pelo site da AMEOSC: <http://www.ameosc.org.br/>.

Art. 3º. Os desempates estão de acordo com o Edital - Item 7.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste – SC, 02 de Dezembro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

DECRETO 103 - PRORROGA PRAZO VIGÊNCIA DECRETO 143-13

DECRETO Nº 103/15, DE 02/12/2015.

PRORROGA O PRAZO DE VIGÊNCIA DO DECRETO 143/2013 QUE NOMEIA OS MEMBROS QUE COMPÕEM O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sérgio Luís Theisen, Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica, por meio do presente Decreto, prorrogado o prazo de vigência do Decreto nº 143/2013, que nomeia os membros que compõem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São João do Oeste para o período 2013/2015, até 29/02/2016.

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto 143/2013 ficam inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste – SC, 02 de dezembro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

DECRETO 104 - PONTOS FACULTATIVOS MUNICIPAIS FINAL DE ANO

DECRETO Nº 104/15, DE 03/12/2015.

EDITA O CALENDÁRIO DOS PONTOS FACULTATIVOS PARA AS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NO PERÍODO DE 24/12/2015 A 31/12/2015.

Sérgio Luís Theisen, Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica editado o calendário dos pontos facultativos para as repartições públicas municipais de São João do Oeste no período de 24 de dezembro/2015 a 31 de dezembro/ 2015, nas seguintes datas:

I	24/12/2015	Véspera de natal
II	31/12/2015	Véspera de final de ano

Art. 2º. Os atendimentos emergenciais na área da saúde nas datas previstas nos incisos I e II do artigo 1º deste decreto serão realizados pelo plantão médico junto ao Hospital Santa Casa Rural de São João do Oeste.

Art. 3º. Os serviços e atendimentos no setor de saneamento básico nas datas previstas nos incisos I e II do artigo 1º deste decreto serão realizados pelo sistema de plantão do setor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste - SC, 03 de dezembro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN
Prefeito Municipal

INEX 04/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 04.2015 – Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 14 de Dezembro de 2015.

OBJETO: Credenciamento de Pessoas jurídicas, privadas ou Públicas, lucrativas ou não, para execução de exames laboratoriais e coleta de material para envio ao LACEN, para pacientes da Secretaria Municipal da Saúde, conforme Decreto Municipal nº 23/15.

Vigência: até 31.12.2016 – contados a partir de credenciamento.

Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente.

São João do Oeste, SC, 07 de dezembro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN
PREFEITO MUNICIPAL.

INEX 05/15 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 05.2015 – Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 14 de Dezembro de 2015.

OBJETO: Credenciamento de Pessoas jurídicas, privadas ou Públicas, lucrativas ou não, para fornecimento de prótese dentária maxilar e mandibular, a pessoas necessitadas do Município de São

João do Oeste, com Recursos do Ministério da Saúde.

Vigência: até 31.12.2016 – contados a partir de credenciamento.

Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente.

São João do Oeste, SC, 07 de dezembro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN
PREFEITO MUNICIPAL.

INEX 13/2015 - MAQUINAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 13.2015.

Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 14 de dezembro de 2015.

OBJETO: Credenciamento de Pessoas jurídicas, privadas ou Públicas, lucrativas ou não, para contratação de até 10.000 horas de serviços de máquinas e caminhões, com a concessão de incentivos, nos termos da Lei Municipal nº1.464/2013.

Vigência: até 31.12.2016 – contados a partir de credenciamento.

Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente.

São João do Oeste, SC, 07 de dezembro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN
PREFEITO MUNICIPAL.

LEI 1660 - AUTORIZA CONCEDER AUXILIO A COMUNIDADE DE JABOTICABA REGULARIZAÇÃO ÁREAS

LEI Nº 1.660/15, DE 1º/12/2015.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER AUXÍLIO POR MEIO DE CONVÊNIO A ENTIDADE COMUNITÁRIA DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sérgio Luís Theisen, Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e que ele sanciona e promulga a presente lei:

Art. 1º. Fica o Município de São João do Oeste devidamente autorizado a firmar Convênio com o Instituto Esportivo, Recreativo, Cultural, Assistencial e Beneficente Colonial da Linha Jaboticaba, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída, inscrita no CNPJ nº 83.517.730/0001-91, com sede na comunidade da Linha Jaboticaba, interior do município de São João do Oeste, SC, no valor de até R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), visando o repasse em forma de contribuição/auxílio financeiro para despesa de custeio para regularização de área de terra.

Art. 2º. Como forma de contrapartida, a conveniente disponibilizará sua sede e instalações à municipalidade para a realização de eventos culturais, esportivos ou outros a serem solicitados pela municipalidade da municipalidade até 31/12/2020.

Art. 3º. Termo de Convênio definirá a forma e critérios para transferências destes recursos, bem como normas de aplicação, gestão e prestação de contas.

Art. 4º. A assinatura do Termo de Convênio fica condicionada a apresentação da documentação necessária para sua formalização.

Art. 5º. A entidade beneficiada terá o prazo de 60 (sessenta) dias para prestar contas dos recursos recebidos, na forma da legislação em vigor, prorrogável nos termos do Convênio.

Art. 6º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta do orçamento do município do exercício de 2015, conforme classificação abaixo:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade Orçamentária: 05.05 – Setor de Cultura

Projeto/Atividade: 2.030 – Manutenção Atividades Culturais

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 – Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 1º de dezembro de 2015.

SÉRGIO LUÍS THEISEN

Prefeito Municipal

PP 79/2015 PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 144/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 079/2015

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 080/2015, com sistema de registro de preços, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de filtros para revisão das máquinas do setor de obras do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por lote.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 08:30 horas do dia 22 de dezembro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 08:30 horas do dia 22 de dezembro de 2015 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente.

São João do Oeste, SC, 09 de dezembro de 2015.

SÉRGIO LUIS THEISEN

PREFEITO MUNICIPAL.

PP 80/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 080/2015 – Exclusivo para empresas

MPES – conforme LC 147/14

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios para o Programa Municipal de Alimentação Escolar e Mais Educação do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 21 de dezembro de 2015 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 09 de dezembro de 2015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 81/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 146/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 081/2015 – COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, nº 081/2015, COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para efetuar a recapagem de pneus dos veículos de propriedade do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 22 de dezembro de 2015. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 22 de dezembro de 2015 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 09 de dezembro de 2015. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São Joaquim

PREFEITURA

ERRATA DO PROCESSO 128/2015

ERRATA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOAQUIM/SC

Na edição do dia 02/12/2015 onde foi divulgado o Pregão no qual o objeto é Aquisição de peças para máquinas da secretaria de Obras e Viação

Onde se lê:

Processo 104/2015 Pregão Presencial 47/2015 registro de preço

Leia-se:

Processo 128/2015 - Pregão Presencial Nº 59/2015- registro de preço

São Joaquim 08 de dezembro de 2015

Departamento de Compras

São José

PREFEITURA

PORTARIA - SA - N.º 1028/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1028/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). FABIO DE CASTRO, matrícula n.º 16072-5, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Agente Administrativo, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 13.10.2015 à 11.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1029/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1029/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). TATIANE DE SOUZA FELISBINO, matrícula n.º 35278-0, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Agente Administrativo, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 21.10.2015 à 19.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1030/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1030/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANA PAULA CAPISTRANO, matrícula n.º 22984-9, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente de Serviços Gerais, licença para Tratamento de Saúde por 16 (dezesesseis) dias, de 21.10.2015 à 05.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1031/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1031/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANDREIA BITTENCOURT, matrícula n.º 23107-0, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Operacional, licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 07.10.2015 à 05.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1032/2015

P O R T A R I A - SA - N.º 1032/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). NEUSA GARCIA SOARES, matrícula n.º 6032-1, lotado (a) na Secretaria de Administração, no cargo de Agente Administrativo, licença para Tratamento de Saúde por 25 (vinte e cinco) dias, de 13.10.2015 à 06.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1033/2015

P O R T A R I A - SA - N.º 1033/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). FELIPE TOLDO SPILLER, matrícula n.º 19047-0, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 21.10.2015 à 19.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1034/2015

P O R T A R I A - SA - N.º 1034/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). OSNI JOSIMAR DE SOUZA, matrícula n.º 21492-2, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 02.10.2015 à 30.10.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 02 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1035/2015

P O R T A R I A - SA - N.º 1035/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). OSVALDO DE SOUZA, matrícula n.º 6021-6, lotado (a) na Secretaria de Serviços Públicos, no cargo de Fiscal de Obras, licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 18.10.2015 à 15.01.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1036/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1036/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VANESSA ERTEL, matrícula n.º 11729-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Fonoaudiólogo, licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 08.10.2015 à 05.01.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1037/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1037/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARISTON DA SILVEIRA, matrícula n.º 30727-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, licença para Tratamento de Saúde por 14 (quatorze) dias, de 06.10.2015 à 19.10.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1038/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1038/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CRHISTIANE REGINA ELTERMANN RIBEIRO DE SOUZA, matrícula n.º 13460-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 01.10.2015 à 30.10.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1039/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1039/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIA SUELI BARCELOS DA SILVA matrícula n.º 15630-2, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 13.10.2015 à 11.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1040/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1040/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARILEUSA FERNANDES DOS SANTOS matrícula n.º 25992-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, licença para Tratamento de

Saúde por 30 (trinta) dias, de 27.10.2015 à 25.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 27 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1041/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1041/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). LUCIANE ALBINO DOS SANTOS DA COSTA matrícula n.º 10214-8, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 16.10.2015 à 14.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1042/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1042/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). EVERTON NASCIMENTO DOS SANTOS matrícula n.º 32117-6, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 13.10.2015 à 11.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1043/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1043/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARIA TEREZINHA DOS SANTOS matrícula n.º 2687-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 05.11.2015 à 02.02.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1044/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1044/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROSIMERY MARIA DA SILVA CLAUDIO matrícula n.º 39190-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 21.09.2015 à 19.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 21 de Setembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1045/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1045/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VERA LUCIA FERNANDES RODRIGUES E SILVA matrícula n.º 39458-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 28.09.2015 à 08.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de Setembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1046/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1046/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ADILIA CARMEN VALVERDE matrícula n.º 39411-5, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 09.10.2015 à 07.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1047/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1047/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CHRYSCEA BARBARA MANFRIN DE OLIVEIRA matrícula n.º 39992-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Psicólogo, licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 30.09.2015 à 13.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de Setembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1048/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1048/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JOSIMARY SOUZA DA SILVA matrícula n.º 15599-3, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeiro (a), licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 06.10.2015 à 04.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1049/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1049/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). SUELI CORREA DA SILVA matrícula n.º 23235-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Enfermeiro (a) da Família, licença para Tratamento de Saúde por 11 (onze) dias, de 19.10.2015 à 29.10.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 19 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1050/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1050/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CHRISTIANE ROBLEEBUSCH POLETTO CORREA matrícula n.º 41677-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Médico, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 22.10.2015 à 20.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1051/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1051/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JAQUELINE ANDERSEN matrícula n.º 1669-1, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 20.10.2015 à 03.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 20 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1052/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1052/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). GIOVANI SANTANA GARCIA matrícula n.º 23471-0, lotado (a) na Secretaria de Saúde, no cargo de Cirurgião Dentista, licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 05.10.2015 à 18.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1053/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1053/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ALBINA VIEIRA DO MASCIMENTO, matrícula n.º 13582-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 14.10.2015 à 12.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1054/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1054/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta

Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) GUISELA KOERICK SÁ, matrícula n.º 35682-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 13.10.2015 à 06.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1055/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1055/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) SANDRA REGINA TORQUATO DE OLIVEIRA, matrícula n.º 13747-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, licença para Tratamento de Saúde por 16 (dezesesseis) dias, de 20.10.2015 à 04.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1056/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1056/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) DAYSE MARIA MARTINS DA CRUZ, matrícula n.º 13959-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 13.09.2015 à 11.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de Setembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1057/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1057/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) LOURDES MARIA CANAZARO DALLA VECHIA, matrícula n.º 21770-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, licença para Tratamento de Saúde por 21 (vinte e um) dias, de 14.10.2015 à 03.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1058/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1058/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) VERA LUCIO CORREA, matrícula n.º 2745-6, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 19.09.2015 à 02.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de Setembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1059/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1059/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIA DE LOURDE GELSLEUSTER WILL, matrícula n.º 15207-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 22.10.2015 à 05.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1060/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1060/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MERI APARECIDA BOSQUETTI DE SOUZA, matrícula n.º 10880-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 20.10.2015 à 18.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1061/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1061/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta

Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ELIANE BOSCHETTI, matrícula n.º 10880-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 18.10.2015 à 16.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1062/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1062/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) JULIANA HAMES GELSLEUSTER, matrícula n.º 39828-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 74 (setenta e quatro) dias, de 08.10.2015 à 20.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1063/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1063/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) GUILMA BOENG, matrícula n.º 15198-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 06.10.2015 à 04.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1064/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1064/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIA REGINA SÁ TSCHUMI, matrícula n.º 13603-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 01.10.2015 à 30.10.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1065/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1065/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) RACHEL DA SILVA, matrícula n.º 21588-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 05.10.2015 à 03.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1066/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1066/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) KATIA ROSANGELA PERES ARANTES, matrícula n.º 10898-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 06.10.2015 à 04.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1067/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1067/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) GISELLI OSTROSKI SOUZA FERREIRA, matrícula n.º 39822-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 25 (vinte e cinco) dias, de 05.10.2015 à 29.10.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1068/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1068/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) DAYSE MARIA MARTINS DA CRUZ, matrícula n.º 1739-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 90 (noventa) dias, de 13.09.2015 à 11.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de Setembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1069/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1069/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). GERALDO ALDAIR DE SOUZA, matrícula n.º 10822-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 30 (trinta) dias, de 23.10.2015 à 21.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1070/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1070/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). TELMA NELITA SCHMITT ALEXANDRE, matrícula n.º 13832-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 90 (noventa) dias, de 30.09.2015 à 28.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a 30 de Setembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1071/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1071/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ROGERIO MARQUES LEITE, matrícula n.º 21597-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 05.10.2015 à 03.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1072/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1072/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). DORACI APARECIDA BECKER, matrícula n.º 1006-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 19.10.2015 à 17.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1073/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1073/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). MARLI DA SILVA LOSTADA, matrícula n.º 21630-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 28.10.2015 à 26.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1074/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1074/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANA LUCIA DE ANDRADE, matrícula n.º 2785-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 29.10.2015 à 27.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1075/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1075/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ARNALDO DE BIASI RALDI, matrícula n.º 2732-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 23.10.2015 à 21.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1076/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1076/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). FERNANDA DOS SANTOS FUCHS, matrícula n.º 21644-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 03.11.2015 à 01.01.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1077/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1077/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). SELMA FELISBINO HILLESHEIN, matrícula n.º 13655-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, readaptação funcional por 74 (setenta e quatro) dias, de 16.10.2015 à 28.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 16 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1078/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1078/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). VANIA LUIZA DA SILVA FLORIANO, matrícula n.º 13743-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, readaptação funcional por 70 (setenta) dias, de 13.10.2015 à 21.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1079/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1079/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). CLAUDIA REGINA MACHADO, matrícula n.º 13855-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, readaptação funcional por 72 (setenta e dois) dias, de 06.10.2015 à 16.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1081/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1081/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) JANETE RONCONI DE MELO, matrícula n.º 39111-5, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 18.10.2015 a 16.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 18 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1082/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1082/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) NEUSELI RODRIGUES DA SILVA matrícula n.º 39185-9, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, readaptação funcional por 30 (trinta) dias, de 23.10.2015 a 21.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1083/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1083/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) JOSE RODOLFO GILL BIANCHINI, matrícula n.º 39478-5, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 28.10.2015 a 26.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1084/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1084/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) RENATO JOSÉ VIEIRA, matrícula n.º 15438-5, lotado (a) na Secretaria da Saúde, no cargo de Agente Administrativo, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 09.11.2015 a 07.01.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1085/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1085/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr. (a) LUIZ DE SOUZA FARIA NETO, matrícula n.º 17504-8, lotado (a) no Gabinete do Prefeito, no cargo de Motorista, readaptação funcional por 60 (sessenta) dias, de 23.10.2015 a 21.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1086/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1086/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. GISABELLE DE OLIVEIRA BRANCO, matrícula n.º 35753-7, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 25.10.2015 à 22.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1087/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1087/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. DAYANE BEATRIZ DA SILVA PAGLIUOSO, matrícula n.º 13538-0, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 17.10.2015 à 13.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 17 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1088/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1088/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. Nanci Nunes do Nascimento, matrícula n.º 37536-5, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 29.09.2015 à 26.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de Setembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1089/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1089/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. Janaine Potes Trebien Tonon, matrícula n.º 22454-5, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 10.09.2015 à 07.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de Setembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015

SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1090/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1090/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta

Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. JESSICA FERNANDA DA SILVA VENTURA, matrícula n.º 41436-0, lotada na Secretaria da Saúde, no cargo de Agente Comunitário de Saúde, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 30.09.2015 a 27.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 30 de Setembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1091/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1091/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. TUYANA CORREA DE CASTRO FARIA, matrícula n.º 30751-3, lotada na Secretaria da Saúde, no cargo de Técnico em Enfermagem, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 28.09.2015 a 25.03.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 28 de Setembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1092/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1092/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. BIANCA CARDOSO BRANCO PASSIG, matrícula n.º 30637-1, lotada na Secretaria da Saúde, no cargo de Psicólogo, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 03.09.2015 a 29.02.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Setembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1093/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1093/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sra. FABIOLA SANTOS BITTENCOURT MOREIRA, matrícula n.º 33981-4, lotada na Secretaria da Saúde, no cargo de Enfermeiro, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 09.10.2015 a 05.04.2016.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1094/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1094/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ARMI DE MELO, matrícula n.º 1168-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 04.10.15 à 02.11.15.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 04 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1095/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1095/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). JULIANA CRISTINA SANTOS PRUDENCIO, matrícula n.º 13930-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 30 (trinta) dias, de 15.10.15 à 13.11.15.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1096/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1096/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). SILVANA HELENA HARTWIG, matrícula n.º 13929-7, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, licença para Tratamento de Saúde de pessoa da família, por 60 (sessenta) dias, de 13.10.15 à 11.12.15.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1097/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1097/2015

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 104 da Lei n.º 2.248/91 do Estatuto do Funcionário Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Que o servidor MOISES DANIEL DE ALMEIDA, matrícula n.º 39647-8, lotado na Secretaria de Assistência Social, no cargo de Cuidador, está apto para exercer suas atividades laborativas desde 03 de Outubro de 2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Outubro de 2015.

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1098/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1098/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Que a servidora Sra. CLEUSA MARIA DA SILVA, matrícula n.º 33287-9, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, está apto para exercer suas atividades laborativas a partir de 05.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 05 de Novembro de 2015.

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1099/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1099/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Que o servidor Sr. GIANCARLOS XAVIER, matrícula n.º 10858-8, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, está apto para exercer suas atividades laborativas a partir de 28.10.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos 28 de Outubro de 2015.

IV - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1100/2015

PORTARIA- SA – N° 1100/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 21555/15 de 25.09.2015.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) FABIO CESAR DE MORAES, matrícula nº 10874-0, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, para tratar de assuntos particulares.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Outubro de 2015.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1101/2015

PORTARIA- SA – N° 1101/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 21555/15 de 25.09.2015.

RESOLVE:

I – Conceder licença sem vencimentos, ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARIA APARECIDA OTTO, matrícula nº 21764-6, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Orientador Educacional, para tratar de assuntos particulares.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Outubro de 2015.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1102/2015

PORTARIA- SA - Nº 1102/2015

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o art. 36 parágrafo único da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Transferir o (a) servidor (a) Sr.(a) SERGIO MURILO DOS SANTOS, matrícula nº 23141-0, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social no cargo de Agente Operacional, para a Secretaria de Saúde.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09.11.2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal de São José (SC), 17 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1103/2015

PORTARIA- SA – Nº 1103/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 02 (dois) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) FERNANDA MARY RAMOS IAHN, matrícula nº 2725-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1999/2004.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 26 de Outubro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1104/2015

PORTARIA- SA – Nº 1104/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) VERA LUCIO CORREA, matrícula nº 2745-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2000/2005.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1105/2015

PORTARIA- SA – Nº 1105/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARIA ANTONIA SANTOS SANDIN, matrícula nº 3131-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1990/1995.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1106/2015

PORTARIA- SA – Nº 1106/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) TULIO MARCIO SALLES MACIEL, matrícula nº 1141-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2002/2007.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1107/2015

PORTARIA- SA – Nº 1107/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr. (a) ROSNEIDE APARECIDA ROHLING VIEIRA, matrícula nº 2122-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2005/2010.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1108/2015

PORTARIA– SA – Nº 1108/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) IRENE RIOS DA SILVA, matrícula nº 3120-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1109/2015

PORTARIA– SA – Nº 1109/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) MARIA GLORIA DE SOUZA MEDEIROS, matrícula nº 2771-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1110/2015

PORTARIA– SA – Nº 1110/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr. (a) ANGELA ESPINDOLA TEIXEIRA, matrícula nº 15157-2, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisora Educacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2004/2009.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 09 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1111/2015

PORTARIA– SA – Nº 1111/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr.(a) DJALMA DUARTE DE SOUZA, matrícula nº 13364-7, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura no cargo de Motorista, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1995/2000.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 12 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1112/2015

PORTARIA– SA – Nº 1112/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr.(a) FABRICIO ALEX NASCIMENTO, matrícula nº 23085-5, lotado (a) na Secretaria de Assistência Social no cargo de Agente Operacional, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1113/2015

PORTARIA– SA – Nº 1113/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 02 (dois) meses ao (a) servidor (a) Sr.(a) CIDNEI JOSÉ HEMKEMAIER, matrícula nº 23047-9, lotado (a) na Secretaria de Administração no cargo de Mecânico, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2008/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1114/2015

PORTARIA– SA – Nº 1114/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr.(a) MARCELO MULLER, matrícula nº 15728-7, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2009/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 18 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1115/2015

PORTARIA– SA – Nº 1115/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr.(a) NILVA SOLANGE KUKERT, matrícula nº 21482-5, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Guarda Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2007/2013.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1117/2015

PORTARIA– SA – Nº 1117/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr.(a) JOSÉ CARLOS DE MELO, matrícula nº 6034-7, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Agente Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1992/1997.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Outubro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1118/2015

PORTARIA– SA – Nº 1118/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr.(a) MARLI TEREZINHA ALBINO DE MELO, matrícula nº 806-0, lotado (a) na Secretaria de Receita, no cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 1995/2000.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de Outubro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1119/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1119/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) LUCIA MARIA LEOPOLDO, matrícula n.º 21731-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Ensino, licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 07.10.2015 à 05.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1120/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1120/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) LUCIA MARIA LEOPOLDO, matrícula n.º 13904-1, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 07.10.2015 à 05.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1121/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1121/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ROSANGELA DA SILVA PEDRO, matrícula n.º 13774-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 60 (sessenta) dias, de 29.10.2015 à 27.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 29 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1122/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1122/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) KATY REGINA ESPINDOLA FARIAS, matrícula n.º 10806-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 20.10.2015 à 18.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1123/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1123/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) GESIANE ANA PEREIRA, matrícula n.º 21591-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 30.10.2015 à 28.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1124/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1124/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) GUILHERME DUTRA ANTUNES, matrícula n.º 35827-4, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 40 (quarenta) dias, de 09.11.2015 à 18.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 09 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1125/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1125/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIA CASANOVA SILVA, matrícula n.º 1196-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias, de 31.10.2015 à 14.12.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1126/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1126/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) MARIANA DE SOUZA, matrícula n.º 40467-5, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta) dias, de 24.10.2015 à 22.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de Outubro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 1127/2015

P O R T A R I A- SA - N.º 1127/2015

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a) ANA PAULA MARIA DE SOUZA, matrícula n.º 35684-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, licença para Tratamento de Saúde por 07 (sete) dias, de 03.11.2015 à 09.11.2015.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de Novembro de 2015.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de Novembro de 2015.
SINARA REGINA LANDT SIMIONI
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 992/2015

PORTARIA- SA – Nº 992/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 03 (três) meses ao (a) servidor (a) Sr.(a) JOSÉ ZIMMERMANN, matrícula nº 19398-4, lotado (a) na Secretaria de Infraestrutura no cargo de Agente de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de Outubro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 17 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º1116/2015

PORTARIA- SA – Nº 1116/2015

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.112, da Lei nº 2.761/95 – Estatuto dos Servidores Municipais,

RESOLVE:

I – Conceder o gozo da licença-prêmio por 01 (um) mês ao (a) servidor (a) Sr.(a) JOSÉ ALBINO, matrícula nº 246-1, lotado (a) na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito, no cargo de Auxiliar Administrativo, referente ao período aquisitivo compreendido entre 2010/2015.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de Novembro de 2015.

III – Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 18 de Novembro de 2015.

SINARA REGINA LANDT SIMIONI

Secretária de Administração

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

APROVA O PLANO PLURIANUAL - PPA DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS

O Conselho Deliberativo da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de São José, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Municipal 3.048, de 03 de setembro de 1997, em sessão ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar o Plano Plurianual da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José – FMADS, na forma do anexo desta Resolução.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São José (SC), em 18 de novembro de 2015.

Moacir da Silva

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

APROVA O ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015.

O Conselho Deliberativo da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de São José, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Municipal 3.048, de 03 de setembro de 1997, em sessão ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2015, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica aprovado o orçamento para o exercício financeiro de 2015 da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José – FMADS, que a esta acompanha, contendo a programação orçamentária para utilização dos recursos próprios e outras, aprovados, executados e a executar ainda em 2015.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São José (SC), em 17 de novembro de 2015.

Moacir da Silva

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

RESOLUÇÃO Nº 03, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015

O Conselho Deliberativo da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de São José, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Municipal 3.048, de 03 de setembro de 1997, em sessão ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2015, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica Aprovado o Plano de Aplicação de Recursos da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José – FMADS, na forma do anexo desta Resolução.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São José (SC), em 18 de novembro de 2015.

Moacir da Silva

Presidente

RESOLUÇÃO Nº 04, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015
RESOLUÇÃO Nº 04, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2015

APROVA O ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SÃO JOSÉ – FMADS, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016.

O Conselho Deliberativo da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Município de São José, no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei Municipal 3.048, de 03 de setembro de 1997, em sessão ordinária realizada no dia 17 de novembro de 2015, aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º – Fica aprovado o orçamento para o exercício financeiro de 2016 da Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São José – FMADS, que a esta acompanha, contendo a programação orçamentária para utilização dos recursos próprios e outras.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São José (SC), em 17 de novembro de 2015.

Moacir da Silva
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº. 450, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015
RESOLUÇÃO Nº. 450, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONSTITUI COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA PROMOVER O ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO AO PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA, NOMEIA OS RESPECTIVOS MEMBROS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 23, III, A, ART. 74, II, A, 2, DA RESOLUÇÃO Nº 164, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2005, CONSIDERANDO A NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS EXISTENTES NO QUADRO DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, OBSERVADO OS REQUISITOS CONSTANTES NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL EM SEU ARTIGO 37, BEM COMO NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão Especial para promover o acompanhamento do concurso público destinado ao provimento de cargos vagos do quadro de pessoal da Câmara Municipal de São José e formação de cadastro reserva.

Art. 2º. Nomear para compor a Comissão do Concurso Público para preenchimento de cargos vagos e formação de cadastro reserva do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de São José, sob a presidência do primeiro, os servidores abaixo discriminados:

- I. Edmo Cidade de Jesus;
- II. Sandra Regina Mikulski; e
- III. Custódio Horácio da Silveira.

Art. 3º. Designar a servidora mencionada no inciso II do artigo 1º desta Resolução para exercer, em substituição, a presidência da referida Comissão, nos impedimentos ou ausências do titular.

Art. 4º. Dentre as atribuições, a esta comissão, compete: acompanhar, apoiar e fiscalizar a execução de todos os atos referentes à realização do concurso público, e de maneira específica a confecção e encaminhamento de ofícios às entidades direta ou indiretamente relacionadas à realização do evento.

Art. 5º. A Comissão fiscalizará a aplicação do Edital, bem como, providenciará a publicação de seu resumo nos órgãos de imprensa, promovendo ampla divulgação do concurso.

Art. 6º. O concurso público reger-se-á pelas disposições específicas do Edital, nos termos da legislação vigente, competindo a Comissão o acompanhamento e fiscalização de todas as fases do processo, bem como decidir os casos omissos.

Art. 7º. Após concluídos os trabalhos, a Comissão deverá apresentar relatório detalhado das atividades desenvolvidas e divulgar a relação dos aprovados.

Art. 8º. Homologado o concurso público, a comissão de que trata o art. 2º desta Resolução será extinta automaticamente.

Art. 9º. Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de São José, SC, 7 de dezembro de 2015.
NERI OSVALDO DO AMARAL
Presidente em exercício

Publicado no D.O.M
Edição: _____
De _____

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2015 - PR Nº 105/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados que resolve RETIFICAR o ITEM 1 DO ANEXO I do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 163/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 105/2015 OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA, E SHOW PIROTÉCNICO PARA O RÉVEILLON 2015/2016 DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. (PUBLICADO NO DOM/SC, DIA 04/12/2015 – ED. 1884 - PAG. 674). Onde Consta: SHOW PIROTÉCNICO CONTENDO: 4 - Kit Morteiro 2,5" - 25 tubos; 3 - Kit Morteiro 3" - 06 tubos; 3 - Kit Morteiro 4" - 04 tubos; 5 - Morteiro 5" - 01 tubo; 5 - Morteiro 7" - 01 tubo; 5 - Morteiro 8" - 01 tubo; 3 - Girândolas 1800 tiros; 2 -Tortas Extreme. Passe a Constar: SHOW PIROTÉCNICO CONTENDO: 4 - Kit Morteiro 2,5" - 25 tubos – Cores e efeitos sortidos. Tempo de duração aproximado: 60 segundos. Altura aproximada 70 mts. 3 - Kit Morteiro 3" - 06 tubos – Cores e efeitos sortidos. Tempo de duração aproximado: 27 segundos. Altura aproximada 80 mts. 3 - Kit Morteiro 4" - 04 tubos – Cores e efeitos sortidos. Tempo de duração aproximado: 20 segundos. Altura aproximada 100 mts. 5 - Morteiro 5" - 01 tubo – Cores e efeitos sortidos. Altura aproximada 150 mts. 5 - Morteiro 7" - 01 tubo – Cores e efeitos sortidos. Altura aproximada 180 mts. 5 - Morteiro 8" - 01 tubo – Cores e efeitos sortidos. Altura aproximada 200 mts. 3 - Girândolas 1800 tiros – 72 tubos com 45 mm. Tempo de duração aproximado: 1,15 minutos. Altura aproximada 30 mts. 2 -Tortas Extreme – 103 tubos com 1,7". Cores e efeitos sortidos. Tempo de duração aproximado: 3 minutos. Altura aproximada 40 mts. Reabrindo-se o prazo de entrega e abertura dos envelopes para o dia 21/12/2015, às 10:15 e 10:30 horas respectivamente, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

GERALDINO CARDOSO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 5.264, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.264, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 30.000,00 (dezembro mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
18.01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
27.812.4517.2.035 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	02	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

18.00	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
18-01	COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM		
27.812.4517.2.035 3.1.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	01	Aplicação Direta	R\$ 30.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 08 de dezembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.265, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.265, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

02.00	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM		
02-01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM		
04.122.4502.2.002 3.3.9.0.00.00.00.00.0.1.0000	03	Aplicação Direta	R\$ 10.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação, de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

18.00	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM		
18-01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM		
04.122.4502.2.002 3.3.5.0.00.00.00.00.0.1.0000	02	Tran Inst S F Lucr	R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 08 de dezembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.266, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.266, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, e de acordo com o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

06.00	SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.008 .4.4.9.0.00.00.00.00.0.1.0010	29	Aplicação Direta	R\$ 6.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

06.00	SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
06.01	SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SAF		
04.122.4503.2.008 .3.3.9.0.00.00.0.0.0.0.1.0010	25	Aplicação Direta	R\$ 6.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 08 de dezembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.267, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.267, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar - por excesso de arrecadação, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e no art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar - proveniente do excesso de arrecadação no orçamento vigente, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

09.00	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01	SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO - SDU			
09.01.25.782.4511.2.057	3.3.90.00.00.00.00.0.1.0008	110	Aplicação Direta	R\$ 105.000,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior, decorrerá a utilização do excesso de arrecadação, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro 2014 e o art. 43, §1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de dezembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5.268, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

DECRETO Nº 5.268, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

Abre crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento programa de 2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014, e de acordo com o inciso I, do §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional suplementar, superávit financeiro, no orçamento vigente, criando-se a modalidade de aplicação e adicionando-se pelo crédito suplementar o valor de R\$ 35.414,17 (trinta e cinco mil, quatrocentos e quatorze reais e dezesseis centavos), na seguinte dotação orçamentária:

08.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
08.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO - SME			
12.365.4505.2.015	3.3.90.00.00.00.00.0.3.3000	218	Aplicações Diretas	R\$ 35.414,17

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, decorrerá a utilização do superávit financeiro, em conformidade com o que estabelece a Lei Municipal nº 2.191, de 18 de dezembro de 2014 e o art. 43, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de dezembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02.2/2015 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02.2/2015.

Torna pública a classificação do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 002/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, IX, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 002/2015, de 05 de outubro de 2015, TORNA PÚBLICA A CLASSIFICAÇÃO do Processo Seletivo nº 002/2015, conforme consta dos quadros seguintes:

I - APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015:

HABILITADOS

EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	603	SENI ANTONIA BRUM	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
2º	209	DILCE MARIA CELLA MARIA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
3º	499	ILSE ECKERT VICENTE	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
4º	597	LOIVA BERNARDETE MAEHLER BARBOSA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
5º	572	NILSA MARTIGNAGO KOLLING	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
6º	524	ZULMA MARIA DOS SANTOS DAL BOSCO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
7º	230	ROSA BUSIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
8º	212	JOVANI APARECIDA ROVARIS RIGON	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
9º	181	MARLETE KOSMANN BENINCA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
10º	579	ISAURA SIVIERO DIESEL	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
11º	423	ANDREIA MARIA SPRICIGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
12º	408	TATIANA MARIA PIONER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
13º	185	ROSELI BERNADETE WOLFART	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
14º	442	CLAUDETE TERESINHA ALBAN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
15º	473	TATIANE PAULA KLEIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
16º	246	GICELI BASTEZINI WEIRICH	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
17º	488	LISÂNGELA VARELA MASCARELLO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
18º	458	IVANIRIA SARTORI BAISSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
19º	218	JANETE MATTOS BAUER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
20º	16	RUBIA TEZZA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
21º	434	AIDE PANDINI BATZNER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
22º	837	SILVANE MOTTER BORTOLUZ	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
23º	384	DANIELA SCHUH SASSI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
24º	130	SALETE KOSMANN DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
25º	1	ELISANGELA RAIMUNDO DOS SANTOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
26º	205	MARIOZETE DE OLIVEIRA SMANIOTTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
27º	8	ANGELA MARI SERPA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
28º	53	JULIANE CASAGRANDE	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
29º	261	CRESTINA BOLZAN LORENZI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
30º	472	ROZILEI APARECIDA TRENTO TARSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
31º	712	ELAINE APARECIDA DE MELO DE BITENCOURT	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
32º	63	SILVETE DENDENA NEGRI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
33º	115	MARCIA DE ABREU CAMARGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
34º	203	MAIRA INÊS GARBIN DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
35º	356	ELEIDA DOS SANTOS MILAN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
36º	152	FRANCIELI GONCALVES DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
37º	318	KELIN KATIA KOLLING	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
38º	412	CAMILA VIERO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
39º	90	SONIA MARA CASAROTTO WINTER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
40º	371	JANIA RAMOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
41º	612	GRAZIELE SILVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
42º	109	ELIANDRA DO CAMPO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
43º	392	ERITA INÊS BECK	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
44º	782	DANIELA CIVIDINI MINOZZO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
45º	304	GISLAINE APARECIDA FLORENCIO DALLEMOLE	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
46º	402	JOCELEI LUDWIG SANTIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
47º	76	VANESA APARECIDA VIEIRA MECABO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
48º	677	JÉSSICA LAGO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO

49º	5	RAQUEL ROVARIS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
50º	513	MAIKIELI FRITZEN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
51º	342	MARLICE CARNEIRO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
52º	566	IVETE BERTOTTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
53º	322	FRANCIELE APARECIDA SAQUETI LECCA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
54º	811	ELIS PAULA BOITO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
55º	797	ROZELI ALVES DOS SANTOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
56º	117	DANGLEI MATTEI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
57º	598	JUDITE NETTO DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
58º	532	SIRLENE MEZZOMO CORRÊA DOS SANTOS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
59º	264	DIANA TEREZINHA PEGORINI BERTUZZI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
60º	786	DANIELI NESPOLO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
61º	375	ROSANGELA BALBINOT	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
62º	334	SANDRA REGINA CANEVER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
63º	560	ROZIMERI APARECIDA BERNARDELLI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
64º	58	ESTELA REGINA KUMER	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
65º	784	ZELÉNIR CATIA DE MENEZES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
66º	762	LUANA MURARO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
67º	583	MARIZA HELENA RAMBO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
68º	272	MARCIANE MARIA TENUTTI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
69º	855	GRASIELE DOS SANTOS LUNARDI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
70º	48	SOLANGE NATALINA BOESING CRESTANI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
71º	734	MADALENA DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
72º	376	MARIZETE ELY	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
73º	770	CLADIR CARMEN ARTUSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
74º	124	DULCINEIA PERBONI CUNICO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
75º	11	LINDOMAR SIQUEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL/ESPECIALIZAÇÃO
76º	582	ALINI RONCHI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
77º	795	MARA REGINA BORGES GHIZZI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
78º	379	MÁRCIA RHODEN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
79º	315	ELIGIANI MÔNICA CARDOSO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
80º	188	ANALICE CARLA AMBROS	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
81º	175	TALITA CÚNICO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
82º	675	LILIAN SCUSSIATO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
83º	441	MARIA APARECIDA PINHEIRO BORGES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
84º	644	TAMIRES SUPPI GOULART	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
85º	327	CRISTIANE GOBATTO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
86º	411	MARIA LOURDES FAVRETTO PASTORELLO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
87º	298	ANGELA MARIA LIVI ROSA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
88º	670	KÁTIA COMIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
89º	208	JULIANA DE MELO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
90º	825	DIEGO CASAGRANDE	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
91º	86	CRISTINA ANZILEIRO	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
92º	329	ARLEI REGINA VIEIRA PEROTTONI	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
93º	46	IVONE FERRABOLLI LISSA DAL PRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
94º	618	IVANETE FRANCIELI LAUFER BATISTA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
95º	531	ELIZETE CLAUDIA DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
96º	469	ELAINE MENEGUS JAHNN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
97º	549	ELIZETE BOTTIN	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
98º	287	FRANCIELI FAVERO MITRUT	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL
99º	645	DANIELA ANTUNES	PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTIL

NÃO HABILITADOS

EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	150	ONIRA LOCATELLI BARBOSA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
2º	742	SOLANGE GONÇALVES DE PAULA MAZUREK	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA

3º	351	IVANILDE FÁTIMA BERTUZZI BOTH	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
4º	757	MAYLA DIAS	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
5º	126	DÉBORA DE SOUZA LOPES	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
6º	608	MARIA APARECIDA ROLDÃO BIAZUS	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
7º	244	JULIANA VIEDA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
8º	462	SAMARA APARECIDA TAVARES	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
9º	65	DONISETE APARECIDA MOSCHEN KUMER	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
10º	592	PATRICIA BORGES DOS SANTOS	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
11º	748	BEATRIZ APARECIDA NETTO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
12º	355	NATANI CRISTINA PEREIRA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
13º	138	ANDRESSA TOMAZINI ROSANELI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
14º	281	ELIZANDRA RODRIGUES DA SILVA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
15º	426	JÉSSICA MAYARA DE MELLO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
16º	676	MARILDE FERNANDES CARNEIRO RAMPINELLI	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
17º	605	DELICIA MARIA FREITAS	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
18º	338	GENILCE GASPARETTO HERMES	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
19º	853	PEDRO ROBERTO EIDELWEIN	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
20º	358	GILIANDRA VANIN DE ALMEIDA	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
21º	851	CLARECIR SALETE MACHADO	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
22º	453	JANDIRA ROSARIA MOREIRA CAUS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
23º	349	LEIAMAR SALETE GOS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
24º	36	SILVANA FARIAS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
25º	746	GILVANE LUIZA DE NEZ PEREIRA	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
26º	397	RITALI FILIPPINI SANTIAN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
27º	310	JUVILDE JOSÉ MARIA FORTUNATO	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
28º	626	MIRIAM ROSANE ROSIN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
29º	547	NEILA ARRUDA	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
30º	694	ZULEIGA INÊS SCHMAINSKI	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
31º	500	DENIZE REGINA MAGGI	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
32º	758	FERNANDA DA ROCHA	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
33º	277	ANA CAROLINA BERTUZZI	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
34º	503	JULIANA WERLE GUARDA	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
35º	26	CLEONICE RIBEIRO DOS SANTOS	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
36º	248	GECILDA ALVES SCATOLIN	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
37º	581	EVA REJANE DE NEZ MORES	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
38º	104	ELISANDRA AMERICO	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
39º	400	ANA CLAUDIA DOS SANTOS	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
40º	444	VERONICA FRANCISCA STANG	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
41º	716	DANILU CAMILA FOSSATTI	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
42º	632	SILVIA CRISTINA CAMARGO BLANCK	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
43º	79	JOSEANE CORRÊA ALVES POERSCH	CURSANDO 3º PERÍODO DE PEDAGOGIA
44º	600	ROSANE PINHEIRO	CURSANDO 3º PERÍODO DE PEDAGOGIA
45º	92	SANDRA APARECIDA FISCHER BARZAN	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
46º	534	VANUSA FRANCIELLI BOELTER MULLER	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
47º	98	TAYANE POTRATZ	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
48º	236	CLEUSA DO NASCIMENTO	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
49º	96	SIDIONE BAGIO	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
50º	139	ELIZABETE ZANELATTO FATINI	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
51º	813	PÂMELA ZANELATTO FATINI	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
52º	565	SAIONARA SCHUSTER RIBAS	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
53º	840	RAIANI ALVES GLEMBOSKY	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
54º	685	JAQUELINE VARELI	MAGISTÉRIO - EDUCAÇÃO INFANTIL
55º	832	VIVIANE QUADRI	MAGISTÉRIO - EDUCAÇÃO INFANTIL
56º	833	VANDERLEIA GOULART RAMBO	MAGISTÉRIO - EDUCAÇÃO INFANTIL

HABILITADOS

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
-------------------	-------------	---------------	----------

1º	611	SINARA MONICA CANEVER SONDA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	601	SENI ANTONIA BRUM	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	193	HERMES MARIOTT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	617	ISABEL TREVISOL	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
5º	103	EVA MARIA VILBRANTZ CUNICO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
6º	365	MARINEIVA VANIN BAZZO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
7º	508	MARINES APARECIDA BAGIO MORESCO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
8º	553	ILSE ECKERT VICENTE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
9º	509	MARLI APARECIDA BAGIO PARISOTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
10º	526	OLINDA DA SILVA VAS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
11º	520	ZULMA MARIA DOS SANTOS DAL BOSCO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
12º	308	TEREZINHA LAZARIN GALLINA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
13º	228	ANGELA MARIA LIVI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
14º	163	CRISTIANI PALOSCHI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
15º	580	ISAURA SIVIERO DIESEL	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
16º	491	TATIANA MARIA PIONER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
17º	186	ROSELI BERNADETE WOLFART	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
18º	271	HELENA CARMELITA NARESSI MARCON	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
19º	258	ARLETE TONIAL	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
20º	347	MARLENE TEREZINHA CURIOLETTI MATIAS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
21º	487	LISÂNGELA VARELA MASCARELLO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
22º	454	IVANIRIA SARTORI BAESSO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
23º	302	MICHELI BONADIMAN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
24º	219	JANETE MATTOS BAUER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
25º	131	EVELIZE DE CEZARO VALENTINI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
26º	363	WALQUIRIA PORN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
27º	699	SILMARA WALKER MOTTER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
28º	838	SILVANE MOTTER BORTOLUZ	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
29º	385	DANIELA SCHUH SASSI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
30º	201	GISLAINE ALVES BORGES CORREA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
31º	2	ELISANGELA RAIMUNDO DOS SANTOS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
32º	530	MARIA ODETE GURTAT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
33º	206	MARIOZETE DE OLIVEIRA SMANIOTTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
34º	57	GISELE BARBOZA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
35º	54	JULIANE CASAGRANDE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
36º	505	REJANE PRISCILA RAMBO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
37º	470	ROZILEI APARECIDA TRENTO TARSO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
38º	709	ELAINE APARECIDA DE MELO DE BITENCOURT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
39º	789	UIARA GEOVANA THIBES ZENI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
40º	62	SILVETE DENDENA NEGRI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
41º	116	MARCIA DE ABREU CAMARGO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
42º	204	MAIRA INÊS GARBIN DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
43º	357	ELEIDA DOS SANTOS MILAN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
44º	293	EDIANE MARA SIEBENEICHLER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
45º	151	FRANCIELI GONCALVES DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
46º	406	AOEDICA MOSCHEN NERVIS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
47º	413	CAMILA VIERO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
48º	324	ANA PAULA BUENO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
49º	89	SONIA MARA CASAROTTO WINTER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
50º	370	JANIA RAMOS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
51º	633	GRAZIELE SILVEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
52º	311	JACIRA TRINDADE DOS SANTOS MARCONDES GAUZE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
53º	391	ERITA INÊS BECK	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO

54º	781	DANIELA CIVIDINI MINOZZO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
55º	305	GISLAINE APARECIDA FLORENCIO DALLEMOLE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
56º	77	VANESA APARECIDA VIEIRA MECABO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
57º	679	JÉSSICA LAGO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
58º	132	AOERICA MOSCHEN RODRIGUES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
59º	4	RAQUEL ROVARIS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
60º	514	MAIKIELI FRITZEN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
61º	343	MARLICE CARNEIRO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
62º	564	IVETE BERTOTTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
63º	317	FRANCIELE APARECIDA SAQUETI LECCA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
64º	812	ELIS PAULA BOITO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
65º	544	EUNICE MARIA WOLFART SCHULTZ	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
66º	599	JUDITE NETTO DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
67º	533	SIRLENE MEZZOMO CORRÊA DOS SANTOS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
68º	274	DIANA TEREZINHA PEGORINI BERTUZZI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
69º	159	JUCELIA COLLA SVIDERSKI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
70º	157	ANDREIA LIMA DOS SANTOS WINTER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
71º	33	KEITI GOMES SUZIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
72º	257	JUCELAINE RIQUINHA GOSSLER SIQUEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
73º	558	ROZIMERI APARECIDA BERNARDELLI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
74º	61	ESTELA REGINA KUMER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
75º	238	ZELÉNIR CATIA DE MENEZES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
76º	763	LUANA MURARO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
77º	275	MARCIANE MARIA TENUTTI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
78º	619	GRASIELE DOS SANTOS LUNARDI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
79º	50	SOLANGE NATALINA BOESING CRESTANI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
80º	736	MADALENA DE OLIVEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
81º	377	MARIZETE ELY	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
82º	794	CLADIR CARMEN ARTUSO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
83º	720	DULCINEIA PERBONI CUNICO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
84º	382	CLAUDIA LUCIANE PEREIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
85º	249	JULIANA XAVIER BARBOSA DE AVELAR BOVE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
86º	584	ALINI RONCHI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
87º	799	MARA REGINA BORGES GHIZZI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
88º	380	MÁRCIA RHODEN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
89º	841	TALILA GRACIELI VIEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
90º	314	ELIGIANI MÔNICA CARDOSO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
91º	744	PRISCILA FANTE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
92º	187	ANALICE CARLA AMBROS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
93º	176	TALITA CÚNICO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
94º	674	LILIAN SCUSSIATO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
95º	340	MARIA APARECIDA PINHEIRO BORGES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
96º	328	CRISTIANE GOBATTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
97º	671	KÁTIA COMIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
98º	207	JULIANA DE MELO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
99º	821	DIEGO CASAGRANDE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
100º	93	CRISTINA ANZILEIRO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
101º	330	ARLEI REGINA VIEIRA PEROTTONI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
102º	47	IVONE FERRABOLLI LISSA DAL PRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
103º	561	MONICA LAGO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
104º	620	IVANETE FRANCIELI LAUFER BATISTA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
105º	468	ELAINE MENEGUS JAHNN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
106º	550	ELIZETE BOTTIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS

107º	288	FRANCIELI FAVERO MITRUT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
108º	646	DANIELA ANTUNES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS

NÃO HABILITADOS

ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

CLASSIFGE- RAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	149	ONIRA LOCATELLI BARBOSA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
2º	681	VANESSA BRATTI GIOMBELLI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
3º	741	SOLANGE GONÇALVES DE PAULA MAZUREK	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
4º	518	LUCINEIA SCHULZ	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
5º	352	IVANILDE FÁTIMA BERTUZZI BOTH	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
6º	134	DÉBORA DE SOUZA LOPES	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
7º	610	MARIA APARECIDA ROLDÃO BIAZUS	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
8º	856	IDIONE MORETTO BERGAMASCHI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
9º	245	JULIANA VIEDA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
10º	463	SAMARA APARECIDA TAVARES	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
11º	66	DONISETE APARECIDA MOSCHEN KUMER	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
12º	750	BEATRIZ APARECIDA NETTO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
13º	831	ELIZANDRA RODRIGUES DA SILVA	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
14º	144	ANDRESSA TOMAZINI ROSANELI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
15º	427	JÉSSICA MAYARA DE MELLO	CURSANDO 8º PERÍODO DE PEDAGOGIA
16º	339	GENILCE GASPARETTO HERMES	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
17º	834	PEDRO ROBERTO EIDELWEIN	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
18º	554	GILIANDRA VANIN DE ALMEIDA	CURSANDO 7º PERÍODO DE PEDAGOGIA
19º	452	JANDIRA ROSARIA MOREIRA CAUS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
20º	350	LEIAMAR SALETE GOS	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
21º	745	GILVANE LUIZA DE NEZ PEREIRA	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
22º	41	CIBELLE KARINA LOPES PEREIRA TENUTTI	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
23º	785	THAIS SMANIOTTO	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
24º	398	RITALI FILIPPINI SANTIAN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
25º	313	JUVILDE JOSÉ MARIA FORTUNATO	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
26º	820	MIRIAM ROSANE ROSIN	CURSANDO 6º PERÍODO DE PEDAGOGIA
27º	693	ZULEIGA INÊS SCHMAINSKI	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
28º	555	SANDRA REGINA PEREIRA TOSS DALLA VECCHIA	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
29º	501	DENIZE REGINA MAGGI	CURSANDO 5º PERÍODO DE PEDAGOGIA
30º	759	FERNANDA DA ROCHA	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
31º	278	ANA CAROLINA BERTUZZI	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
32º	502	JULIANA WERLE GUARDA	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
33º	27	CLEONICE RIBEIRO DOS SANTOS	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
34º	250	GECILDA ALVES SCATOLIN	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
35º	609	EVA REJANE DE NEZ MORES	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
36º	102	ELISANDRA AMERICO	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
37º	571	VERONICA FRANCISCA STANG	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
38º	718	DANILU CAMILA FOSSATTI	CURSANDO 4º PERÍODO DE PEDAGOGIA
39º	724	JOSEANE CORRÊA ALVES POERSCH	CURSANDO 3º PERÍODO DE PEDAGOGIA
40º	296	JAKIELE RAQUEL OZELAME	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
41º	808	SANDRA APARECIDA FISCHER BARZAN	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
42º	535	VANUSA FRANCIELLI BOELTER MULLER	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
43º	101	TAYANE POTRATZ	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
44º	237	CLEUSA DO NASCIMENTO	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
45º	436	SAMARA DE LARA CASAGRANDE	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
46º	147	ELIZABETE ZANELATTO FATINI	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
47º	815	PÂMELA ZANELATTO FATINI	CURSANDO 2º PERÍODO DE PEDAGOGIA
48º	692	JAQUELINE VARELI	MAGISTÉRIO - ANOS INICIAIS
49º	830	VIVIANE QUADRI	MAGISTÉRIO - ANOS INICIAIS

HABILITADOS

REFORÇO ESCOLAR

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	615	ISABEL TREVISOL	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	177	EVA MARIA VILBRANTZ CUNICO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	369	MARINEIVA VANIN BAZZO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	527	OLINDA DA SILVA VAS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
5º	573	NILSA MARTIGNAGO KOLLING	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
6º	642	MARIA VILMAIR PEREIRA ALMEIDA	LICENCIATURA PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
7º	216	JOVANI APARECIDA ROVARIS RIGON	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
8º	180	MARLETE KOSMANN BENINCA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
9º	309	TEREZINHA LAZARIN GALLINA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
10º	229	ANGELA MARIA LIVI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
11º	559	ROSICLER MARIA ZANONI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
12º	587	CRISTIANI PALOSCHI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
13º	707	SANDRA MARIN	LICENCIATURA PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
14º	303	MICHELI BONADIMAN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
15º	135	EVELIZE DE CEZARO VALENTINI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
16º	364	WALQUIRIA PORN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
17º	570	NADIESCA APARECIDA GONÇALVES LIMBERGER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
18º	636	SOLANGE FRANZOSI	LICENCIATURA PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
19º	127	SALETE KOSMANN DO NASCIMENTO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
20º	529	MARIA ODETE GURTAT	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
21º	75	ANGELA MARI SERPA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
22º	59	GISELE BARBOZA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
23º	292	EDIANE MARA SIEBENEICHLER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
24º	407	AOEDICA MOSCHEN NERVIS	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
25º	319	KELIN KATIA KOLLING	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
26º	312	JACIRA TRINDADE DOS SANTOS MARCONDES GAUZE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
27º	399	JOCELEI LUDWIG SANTIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
28º	133	AOERICA MOSCHEN RODRIGUES	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
29º	118	DANGLEI MATTEI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
30º	153	JUCELIA COLLA SVIDERSKI	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
31º	35	KEITI GOMES SUZIN	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
32º	158	ANDREIA LIMA DOS SANTOS WINTER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
33º	335	SANDRA REGINA CANEVER	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
34º	259	JUCELAINE RIQUINHA GOSSLER SIQUEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
35º	465	MARCIA DE FATIMA PORSCHE	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
36º	516	ANA PAULA SCHULZ	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS
37º	647	TAMIRES SUPPI GOULART	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
38º	290	MARIA LOURDES FAVRETTO PASTORELLO	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
39º	300	ANGELA MARIA LIVI ROSA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS
40º	171	SILVIA CRISTINA PARIS DE MOURA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS

HABILITADOS

CORREÇÃO DE FLUXO

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	270	HELENA CARMELITA NARESSI MARCON	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	842	TALILA GRACIELI VIEIRA	PEDAGOGIA ANOS INICIAIS

HABILITADOS

EDUCAÇÃO ESPECIAL

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	568	NADIESCA APARECIDA GONÇALVES LIMBERGER-DA	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
2º	262	CRESTINA BOLZAN LORENZI - DA/DV	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
3º	545	EUNICE MARIA WOLFART SCHULTZ - DA/DV	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
4º	247	GICELI BASTEZINI WEIRICH - DA	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
5º	557	ROSICLER MARIA ZANONI - DA/DV	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
6º	801	ROZELI ALVES DOS SANTOS - DA/DV	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
7º	387	CLAUDIA LUCIANE PEREIRA - DA/DV	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
8º	12	LINDOMAR SIQUEIRA - DA/DV	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
9º	110	ELIANDRA DO CAMPO - DA	LICENCIATURA EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO
10º	743	PRISCILA FANTE - DA/DV	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

HABILITADOS

PORTUGUÊS

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	538	SONIA APARECIDA DAL PIVA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	445	ROSICLER LAZZAROTTO DE LIMA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	585	MARIA VILMAIR PEREIRA ALMEIDA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	706	SANDRA MARIN	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
5º	703	ADRIANE VANIN DE ALMEIDA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
6º	428	DILCEIA DAS GRAÇAS ANES MACHADO	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
7º	648	KEILA AVILA ELY	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
8º	816	DAYANNE VILLANI DO NASCIMENTO	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS/ESPECIALIZAÇÃO
9º	771	KACIANE BACH	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS
10º	604	CLARICE NOELI ALBERT RIFFEL	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS
11º	517	ANA PAULA SCHULZ	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS
12º	170	SILVIA CRISTINA PARIS DE MOURA	LICENCIATURA EM PORTUGUÊS

NÃO HABILITADOS

PORTUGUÊS

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	607	PRICILA KÁTIA FURLAN	CURSANDO 8º PERÍODO DE PORTUGUÊS
2º	846	THIAGO ORLANDIN	CURSANDO 8º PERÍODO DE PORTUGUÊS
3º	439	EDER FERNANDO VOTRI	CURSANDO 8º PERÍODO DE PORTUGUÊS
4º	697	STELIA LUCIENNE SOROKA	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
5º	39	PÂMELA BONKEVITCH	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
6º	362	MÁRCIA BAESSO	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
7º	266	ALICE ALVES DE REZENDE TARSO.	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
8º	325	FABIANA DE MORAES	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
9º	669	MARISA PASQUALIN MORETTO	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
10º	474	RAQUEL AVILA	CURSANDO 7º PERÍODO DE PORTUGUÊS
11º	404	MANOELA CRISTINA GALEAZZI	CURSANDO 6º PERÍODO DE PORTUGUÊS
12º	806	ADRIANA REGINA STOCCO	CURSANDO 4º PERÍODO DE PORTUGUÊS
13º	803	RENARA LOUREIRO	CURSANDO 4º PERÍODO DE PORTUGUÊS
14º	672	DARLANA APARECIDA ELY XAVIER	CURSANDO 2º PERÍODO DE PORTUGUÊS
15º	221	CHEILA DAIANA OZELAME	CURSANDO 2º PERÍODO DE PORTUGUÊS

HABILITADOS

INGLÊS

CLASSIF. GERAL	Nº INSC.	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	539	SONIA APARECIDA DAL PIVA	LICENCIATURA EM INGLÊS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	196	ROCHELER CARLA DALAZEN DOS SANTOS	LICENCIATURA EM INGLÊS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	701	ADRIANE VANIN DE ALMEIDA	LICENCIATURA EM INGLÊS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	224	JOSLÉIA APARECIDA DOS PASSOS	LICENCIATURA EM INGLÊS/ESPECIALIZAÇÃO
5º	768	KACIANE BACH	LICENCIATURA EM INGLÊS

6º	596	SIMONE BREZOLIN	LICENCIATURA EM INGLÊS
7º	496	MICHELLY BOTTEGA	LICENCIATURA EM INGLÊS

NÃO HABILITADOS
INGLÊS

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	606	PRICILA KÁTIA FURLAN	CURSANDO 8º PERÍODO DE INGLÊS
2º	844	THIAGO ORLANDIN	CURSANDO 8º PERÍODO DE INGLÊS
3º	299	ADRIANA REGINA STOCCO	CURSANDO 4º PERÍODO DE INGLÊS
4º	802	RENARA LOUREIRO	CURSANDO 4º PERÍODO DE INGLÊS
5º	519	DARLANA APARECIDA ELY XAVIER	CURSANDO 2º PERÍODO DE INGLÊS
6º	643	CAMILA CAROLINE OLIVEIRA DASSI	CURSANDO 2º PERÍODO DE INGLÊS
7º	403	MANOELA CRISTINA GALEAZZI	CURSO DE INGLÊS FISK
8º	265	ALICE ALVES DE REZENDE TARSO	CURSO DE INGLÊS FISK
9º	51	CAMILA CAROLINI OTOWICZ	CURSO DE INGLÊS ACADEMIA WASHINGTON

HABILITADOS
ESPANHOL

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	542	SOLANGE FRANZOSI	LICENCIATURA EM ESPANHOL/ESPECIALIZAÇÃO
2º	105	LUIS HERNAN GONZALEZ MORALES	LICENCIATURA EM ESPANHOL/ESPECIALIZAÇÃO
3º	253	DILCEIA DAS GRAÇAS ANES MACHADO	LICENCIATURA EM ESPANHOL/ESPECIALIZAÇÃO
4º	295	JAKIELE RAQUEL OZELAME	LICENCIATURA EM ESPANHOL

NÃO HABILITADOS
ESPANHOL

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	438	EDER FERNANDO VOTRI	CURSANDO 8º PERÍODO DE ESPANHOL

HABILITADOS
INFORMÁTICA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	480	SANDRA MACHADO	LICENCIATURA EM INFORMÁTICA
2º	725	MARCELO IVAN FLORES	SISTEMAS DA INFORMAÇÃO/ESPECIALIZAÇÃO
3º	466	FABIANA CUNICO	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
4º	162	LEONARDO SPRICIGO	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
5º	323	CARLA BALZAN PARIZOTTO	SISTEMAS DA INFORMAÇÃO
6º	410	JOSIANE DE SOUZA CONTE	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
7º	489	GUILHERME RODRIGUES DA SILVA	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS
8º	798	HUILSON JOSÉ LORENZI	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO
9º	49	CAMILA CAROLINI OTOWICZ	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

NÃO HABILITADOS
INFORMÁTICA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	389	GESSICA FOPPA	CURSANDO 9º PERÍODO DE CIENCIA DA COMPUTAÇÃO
2º	796	EVELYN CRISTINA BROCARDO	CURSANDO 8º PERÍODO DE CIENCIA DA COMPUTAÇÃO
3º	711	JACKSON PERAZOLI	CURSANDO 8º PERÍODO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
4º	616	ROBERTOM DA CAMPO	CURSANDO 8º PERÍODO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
5º	667	GIAN MARCOS GRACIOLA	CURSANDO 8º PERÍODO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
6º	634	ROSI MERI DE FREITAS	CURSANDO 6º PERÍODO LICENCIATURA EM INFORMÁTICA
7º	56	CAROLINE DE SOUZA CAMPANHA	CURSANDO 5º PERÍODO LICENCIATURA EM INFORMÁTICA
8º	850	PÂMELA BONKEVITCH	CURSANDO 2º PERÍODO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

9º	738	JHONATAN COMIN	CURSANDO 2º PERÍODO LICENCIATURA EM INFORMÁTICA
10º	577	SIDINEI DIESEL	CURSANDO 2º PERÍODO LICENCIATURA EM INFORMÁTICA

HABILITADOS

ARTE

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	627	ANGELA MARIA GIOTTO	LICENCIATURA EM ARTES/ESPECIALIZAÇÃO
2º	88	ANA PAULA DABOIT	LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	651	NILCE BATISTA DA SILVA	LICENCIATURA EM ARTES/ESPECIALIZAÇÃO
4º	552	JESSICA PEYROT DOS SANTOS	LICENCIATURA EM ARTER VISUAIS
5º	32	ALINE DONADEL	LICENCIATURA EM ARTER VISUAIS
6º	119	ALCINEI TADIOTTO	LICENCIATURA EM ARTES VISUAIS

NÃO HABILITADOS

ARTE

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	67	CLARI BETTIATO	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
2º	189	EVERLISE DOS SANTOS	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
3º	695	FRANCIELI BORTOLINI CORRÊIA DOS SANTOS	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
4º	457	MARISTELA BEATRIZ SUZIN BRASSO	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
5º	621	JOSIANE CASAGRANDE	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
6º	145	MORGANA DANIEL CONTE EPPING	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
7º	306	CRISTIANE CARNEIRO	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
8º	713	ROSANGELA PEREIRA DA SILVA	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
9º	446	CLACIANE VILLA	CURSANDO 4º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
10º	121	GRAZIELA DALLAGNOL	CURSANDO 3º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
11º	260	ANA PAULA DA SILVA MECABO	CURSANDO 3º PERÍODO DE ARTES VISUAIS
12º	836	CLARECIR SALETE MACHADO	CURSANDO 2º PERÍODO DE ARTES VISUAIS

HABILITADOS

ENSINO RELIGIOSO

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	593	FERNANDA ORTOLANI	LICENCIATURA EM ENSINO RELIGIOSO

NÃO HABILITADOS

ENSINO RELIGIOSO

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	354	MARIO LUIZ BALENA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
2º	747	ROSELÍ ORLANDI	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
3º	664	MAYARA FACCIN	LICENCIATURA EM HISTÓRIA

HABILITADOS

HISTÓRIA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	416	VILMA MARIA AIOLFI PADILHA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
2ª	687	NARCISIO FURLAN	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	563	MARILAINE PIMMEL	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
4º	374	ANA CELIA PELISSARO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
5º	174	CLAUDIOMIRO DA SILVA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
6º	464	SILVANA VIEDA HERMES	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
7º	588	SILVIA REGINA SAUGO SOMARIVA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
8º	624	VAGNER GUGEL	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
9º	68	CLARI BETTIATO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO

10º	849	SANDRA FATIMA GARDA FURLAN	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
11º	696	STELIA LUCIENNE SOROKA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
12º	418	ROSELÍ ORLANDI	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
13º	637	NAIHA DE LIMA BITENCOURT DE MELO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
14º	183	EVERLISE DOS SANTOS	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
15º	467	VANDERLICE TERESINHA FUSIGER	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
16º	814	JANETE BORSATO	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
17º	100	MAYARA FACCIN	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
18º	769	JONAS ANTUNES RODRIGUES	LICENCIATURA EM HISTÓRIA
19º	421	MARCIA CRISTINA BORGES	LICENCIATURA EM HISTÓRIA

NÃO HABILITADOS

HISTÓRIA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	22	MARGARETE DE GIACOMETTI GERHARDT	CURSANDO 6º PERÍODO DE HISTÓRIA
2º	728	LORENI DE BARROS	CURSANDO 6º PERÍODO DE HISTÓRIA
3º	87	LORIANE BELLEBONI	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
4º	108	GEDERSON TURANI	CURSANDO 4º PERÍODO DE HISTÓRIA
5º	348	PATRIK JANDIR ROSSONI	CURSANDO 4º PERÍODO DE HISTÓRIA
6º	451	MATHEUS CAUS	CURSANDO 2º PERÍODO DE HISTÓRIA

HABILITADOS

GEOGRAFIA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	415	VILMA MARIA AIOLFI PADILHA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
2º	85	LORIANE BELLEBONI	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	353	MARIO LUIZ BALENA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
4º	461	JAQUELINE MASSOLA BARBOSA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
5º	623	VAGNER GUGEL	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
6º	660	DALIANE MENIN NEGRI	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
7º	824	VANUZA MARTINELLO	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA/ESPECIALIZAÇÃO
8º	336	DEIVIMARA CONTE	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA
9º	823	ROBSON SANTANA	LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

NÃO HABILITADOS

GEOGRAFIA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	543	LEONARDO MARTINS	CURSANDO 6º PERÍODO DE GEOGRAFIA
2º	589	SILVIA REGINA SAUGO SOMARIVA	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	852	SANDRA FATIMA GARDA FURLAN	LICENCIATURA EM HISTÓRIA/ESPECIALIZAÇÃO
4º	591	ANA PAULA PREZZI	CURSANDO 5º PERÍODO DE GEOGRAFIA
5º	481	EDIANE DE SANTI SPERANCA	CURSANDO 2º PERÍODO DE GEOGRAFIA

HABILITADOS

EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	234	LUIZ ANTONIO MARTINS	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
2º	383	MARISTEL CRISTINA FEUSER	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	726	MARCIO POSSAMAI DELLA	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
4º	294	FABIELY FRACARO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
5º	21	FRANCIEL CRISTINA DO PRADO LOCATELLI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
6º	20	WILLIAN LOCATELLI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO

7º	173	LIDIMARA CUNICO CENCI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
8º	447	TATIANE MARA BENCKE	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
9º	3	PATRICIA MARTINELLO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
10º	195	DIANA MARIA SANTIN	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
11º	562	VALDIRENE NUNES	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
12º	396	EZEQUIELE FURLANETTO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
13º	316	LEONARDO DA SILVA COIMBRA	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA/ESPECIALIZAÇÃO
14º	113	FRANCIELI BISPO RIBEIRO	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
15º	223	MICHELLE BITTENCOURT	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
16º	241	JULIANA MEIRA	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
17º	737	JHONATAN COMIN	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
18º	81	MICHELI CRISTINA NODARI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
19º	409	DAVI NERVIS	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
20º	788	ELUANA BATTISTI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
21º	256	VANUSA BRATTI	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
22º	252	HENRIQUE FONTANA	LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

NÃO HABILITADOS

EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	778	CAMILA PORTALUPPI	CURSANDO 8º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
2º	202	VERIDIANE APARECIDA BARBOSA	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
3º	321	ANANDA HILLEHEIM	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
4º	166	ARIELI POSSAMAI DELLA	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
5º	777	REGIANE DE SOUZA	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
6º	775	FABIANA DE SOUZA	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
7º	91	MARIEL CRISTIANE MOREIRA	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
8º	29	JULIANA DALA CORTE ERDMANN	CURSANDO 6º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
9º	845	PEDRO MARTINS RODRIGUES	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
10º	773	RAFAELA RODRIGUES BOEIRA HERTZ	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
11º	366	SANDRA MARIA MACHADO DE LIMA	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
12º	793	ROSENILDA PINHEIRO	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
13º	578	ADRIANE KILIAN DE PAULA	CURSANDO 4º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
14º	857	GIVANILDO GUARDA	CURSANDO 3º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
15º	652	RISOLETE MASIERO	CURSANDO 3º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
16º	156	ALEXANDRO FERRARI	CURSANDO 3º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
17º	17	VIVIANE BATISTA ALMEIDA IJOTTON	CURSANDO 3º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
18º	817	ANALICE CECCO DA ROSA	CURSANDO 3º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
19º	443	LUCIANE DA SILVA	CURSANDO 2º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
20º	55	VANDERLI CAVINATO	CURSANDO 2º PERÍODO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

HABILITADOS

MATEMÁTICA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	666	CLERIA WENZEL GRZEBIELUCHAS	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
2º	460	CELSE BAESSO	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	641	FABIANA REGINA DA CROCE DA SILVA	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
4º	372	JAIME LUIZ CITTADIN	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
5º	682	ADRIANA SAUGO TREVELIN	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
6º	414	ROSELEINE MARIA DE ALMEIDA	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
7º	164	CRISTIANE SCHNEIDER	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
8º	854	KEROLYN MENEGUETTI	LICENCIATURA EM MATEMÁTICA

NÃO HABILITADOS

MATEMÁTICA

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	774	BRUNA CRISTINA VERGUTZ	CURSANDO 8º PERÍODO DE MATEMÁTICA

2º	450	DIANE APARECIDA CASAGRANDE	CURSANDO 6º PERÍODO DE MATEMÁTICA
3º	686	JULIA BRUNA BASSO	CURSANDO 6º PERÍODO DE MATEMÁTICA
4º	791	SANDRINI ALMEIDA DA SILVA	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
5º	184	ANGELA MARIA CALEGARI	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS
6º	10	CAMILA SCHUBERT	CURSANDO 5º PERÍODO DE MATEMÁTICA
7º	227	AURI BATISTA VIEIRA MECABÔ	CURSANDO 5º PERÍODO DE MATEMÁTICA
8º	331	ÚALICE ÁLEM CANEVER	CURSANDO 4º PERÍODO DE MATEMÁTICA
9º	804	SIMONE MEZZOMO GIARETTA	CIÊNCIAS CONTÁBEIS

HABILITADOS

CIÊNCIAS

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	668	CLERIA WENZEL GRZEBIELUCHAS	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS /ESPECIALIZAÇÃO
2º	755	ILIZEIDE MARI IORIS	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
3º	551	ROZENEI BACCA BOLZAN	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
4º	106	CLAUDIANA MENEGON	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
5º	378	CRISTIANE GOBATO	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
6º	34	JOSÉ GUILHERME STEINHAUS	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
7º	459	CELSE BAESSO	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
8º	373	JAIME LUIZ CITTADIN	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS/ESPECIALIZAÇÃO
9º	199	SANDRINI ALMEIDA DA SILVA	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
10º	179	ANGELA MARIA CALEGARI	LICENCIATURA EM CIÊNCIAS

NÃO HABILITADOS

CIÊNCIAS

CLASSIF. GERAL	Nº INSC	PROFESSOR (A)	FORMAÇÃO
1º	112	FABRINA LUANA DA COSTA	CURSANDO 6º PERÍODO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
2º	819	GABRIELA CHAVES	CURSANDO 6º PERÍODO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

II - NÃO APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2015:

ANOS

INICIAIS

Nº INSC	PROFESSOR (A)	MOTIVO
625	JOSIANE CASAGRANDE	FALTA DE HABILITAÇÃO NA ÁREA ESPECÍFICA

III - DO PRAZO PARA RECONSIDERAÇÃO EM FACE DA CLASSIFICAÇÃO:

III.I - O candidato terá os dias 10 e 11 de dezembro de 2015, para entrar com pedido de reconsideração, exclusivamente para sua classificação, junto à Comissão do Processo Seletivo, por meio de requerimento.

III.II - Após analisados eventuais pedidos de reconsideração, o resultado final será divulgado, a partir do dia 16 de dezembro de 2015, por meio de Edital ou Decreto, a ser publicado no mural do Centro Administrativo, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (site: www.diariomunicipal.sc.gov.br), e no site oficial do Município: www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste - SC, 09 de dezembro de 2015.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 011/2015, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 011/2015, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2015.

Origem: Lei Municipal nº 2.219, de 22 de maio de 2015 e Decretos nºs 5.252 e 5.258, ambos de 30 de novembro de 2015.

Permitente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Permissionária: Vanessa Garbin Sanagiotto 08268620986, CNPJ sob o nº 14.855.804/0001-87.

Objeto: Permissão de Uso Onerosa do Teatro Professor Arno Ignácio Etges, localizado junto ao Centro de Eventos Governador Luiz Henrique da Silveira, situado na rua Via Parque, s/n, bairro Cruzeiro, em São Lourenço do Oeste/SC, em virtude da realização de evento que consiste em apresentação cultural de danças (ballet clássico e jazz dance), a ser promovido na data de 1º de dezembro de 2015.

Valor: 872,26 (oitocentos e setenta e dois reais e vinte e seis centavos), correspondente a 9,35 UFRMs - Unidades Fiscais de Referência Municipal, conforme estabelecido no Decreto nº 5.258/2015.

Data de Assinatura: 1º/12/2015.

Vigência: de 1º/12/2015 a 07/12/2015.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Permitente - e Vanessa Garbin Sanagiotto - pela Permissionária.

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 014, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

Resolução CMDCA nº. 014 de 09 de Dezembro de 2015.

Dispõe sobre a solicitação de renovação do registro de inscrição dos Serviços referenciados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de São Lourenço do Oeste, junto ao CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste – CMDCA, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº. 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações; nos Decretos nº 4.891/2014 e nº 5.069/2015 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2015;

Considerando os Arts. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90;

Considerando o pedido de renovação da inscrição dos Serviços referenciados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, a saber: Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); e Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

Considerando a Resolução CMDCA nº 005/2012 que regulamenta os critérios de inscrição e fiscalização de entidades sem fins lucrativos governamentais e não governamentais, bem como dos serviços, programas ou projetos que tenham por objetivo a educação de adolescentes, a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e dá outras providências;

Considerando a visita técnica realizada no dia 28 de setembro de 2015 pela Comissão composta pela Resolução CMDCA nº. 006/2015 no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, em que foi constatado que esta cumpre com todos os requisitos pertinentes a solicitação de renovação de inscrição de serviços junto ao Conselho;

Considerando o Parecer Nº 001.2015 da Comissão de Avaliação do registro de entidades que tratou da análise da solicitação de renovação da inscrição dos serviços referenciados no CREAS;

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público a renovação do registro dos serviços referenciados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, junto ao CMDCA/SLO, com as seguintes numerações: Número 01.A – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI; Número 01.B – Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); Número 01.C – Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de dezembro de 2015.

Claíta Cristina Malossi Iecker
Presidente CMDCA/SLO

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 015 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

Resolução CMDCA nº. 015 de 09 de Dezembro de 2015.

Dispõe sobre a solicitação de renovação do registro de inscrição dos Serviços referenciados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de São Lourenço do Oeste, junto ao CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste – CMDCA, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº. 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações; nos Decretos nº 4.891/2014 e nº 5.069/2015 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2015;

Considerando os Arts. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/90;

Considerando o pedido de renovação da inscrição dos Serviços referenciados no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CRAS, a saber: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Famílias – PAIF; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas; e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

Considerando a Resolução CMDCA nº 005/2012 que regulamenta os critérios de inscrição e fiscalização de entidades sem fins lucrativos governamentais e não governamentais, bem como dos serviços, programas ou projetos que tenham por objetivo a educação de adolescentes, a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e dá outras providências;

Considerando a visita técnica realizada no dia 28 de setembro de 2015 pela Comissão composta pela Resolução CMDCA nº. 006/2015 no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, onde está referenciado os Serviços: de Proteção e Atendimento Integral à Famílias – PAIF e de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, em que foi constatado que esta cumpre com todos os requisitos pertinentes a solicitação de renovação de inscrição junto ao Conselho;

Considerando a visita técnica realizada no dia 28 de setembro de 2015 pela Comissão composta pela Resolução CMDCA nº. 006/2015 no Núcleo de Atendimento à Criança e Adolescente – NACA, local onde é desenvolvido o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, em que foi constatado irregularidades no espaço físico, as quais colocam em risco as crianças e adolescentes que frequentam o serviço;

Considerando o Parecer Nº 002.2015 da Comissão de Avaliação do registro de entidades que tratou da análise da solicitação de renovação da inscrição dos serviços referenciados no CRAS;

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público a renovação do registro dos serviços referenciados no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, junto ao CMDCA/SLO, com as seguintes numerações:

Número 02.A – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

Número 02.C – Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Art. 2º – Suspender a renovação do registro para o Serviço nº 02.B – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, concedendo o prazo de 1(um) a 3(três) meses, considerando-se o prazo total de execução do projeto, programa ou serviço, para que as irregularidades sejam sanadas

Art. 3º – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de dezembro de 2015.

Claíta Cristina Malossi Iecker
Presidente CMDCA/SLO

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 016, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

Resolução CMDCA nº. 016 de 09 de Dezembro de 2015.

Dispõe sobre a solicitação de renovação do registro de inscrição da Entidade – ONG entre Amigos e Crianças de São Lourenço do Oeste, junto ao CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste – CMDCA, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº. 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações; nos Decretos nº 4.891/2014 e nº 5.069/2015 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2015;

Considerando os Arts. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90;

Considerando o pedido de renovação da inscrição da Entidade – ONG entre Amigos e Crianças;

Considerando a Resolução CMDCA nº 005/2012 que regulamenta os critérios de inscrição e fiscalização de entidades sem fins lucrativos governamentais e não governamentais, bem como dos serviços, programas ou projetos que tenham por objetivo a educação de adolescentes, a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e dá outras providências;

Considerando a visita técnica realizada no dia 24 de setembro de 2015 pela Comissão composta pela Resolução CMDCA nº. 006/2015 na ONG entre Amigos e Crianças, em que foi constatado que esta cumpre com todos os requisitos pertinentes a solicitação de renovação de inscrição de serviços junto ao Conselho;

Considerando o Parecer Nº 003.2015 da Comissão de Avaliação do registro de entidades que tratou da análise da solicitação de renovação da inscrição da Entidade – ONG entre Amigos e Crianças;

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público a renovação do registro da entidade sob o Número 03 – ONG entre Amigos e Crianças, junto ao CMDCA/SLO.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de dezembro de 2015.

Claíta Cristina Malossi Iecker
Presidente CMDCA/SLO

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 017, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

Resolução CMDCA nº. 017 de 09 de Dezembro de 2015.

Dispõe sobre a solicitação de renovação do registro de inscrição da Entidade – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Lourenço do Oeste, junto ao CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste – CMDCA, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº. 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações; nos Decretos

nº 4.891/2014 e nº 5.069/2015 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2015;

Considerando os Arts. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90;

Considerando o pedido de renovação da inscrição da Entidade – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

Considerando a Resolução CMDCA nº 005/2012 que regulamenta os critérios de inscrição e fiscalização de entidades sem fins lucrativos governamentais e não governamentais, bem como dos serviços, programas ou projetos que tenham por objetivo a educação de adolescentes, a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e dá outras providências;

Considerando a visita técnica realizada no dia 24 de setembro de 2015 pela Comissão composta pela Resolução CMDCA nº. 006/2015 na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, em que foi constatado que esta cumpre com todos os requisitos pertinentes a solicitação de renovação de inscrição de serviços junto ao Conselho;

Considerando o Parecer Nº 004.2015 da Comissão de Avaliação do registro de entidades que tratou da análise da solicitação de renovação da inscrição da Entidade – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE;

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público a renovação do registro da entidade sob o Número 04 – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, junto ao CMDCA/SLO.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de dezembro de 2015.

Claíta Cristina Malossi Iecker
Presidente CMDCA/SLO

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 018, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

Resolução CMDCA nº. 018 de 09 de Dezembro de 2015.

Dispõe sobre a solicitação de renovação do registro de inscrição do serviço desenvolvido no Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, junto ao CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste – CMDCA, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº. 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações; nos Decretos nº 4.891/2014 e nº 5.069/2015 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2015;

Considerando os Arts. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90;

Considerando o pedido de renovação da inscrição do serviço desenvolvido no Instituto Cultural, a saber: Oficinas Culturais;

Considerando a Resolução CMDCA nº 005/2012 que regulamenta os critérios de inscrição e fiscalização de entidades sem fins lucrativos governamentais e não governamentais, bem como dos serviços, programas ou projetos que tenham por objetivo a educação de adolescentes, a promoção e defesa dos direitos de crianças e

adolescentes e dá outras providências;

Considerando a visita técnica realizada no dia 28 de setembro de 2015 pela Comissão composta pela Resolução CMDCA nº. 006/2015 no Instituto Cultural, em que foi constatado que esta cumpre com todos os requisitos pertinentes a solicitação de renovação de inscrição de serviço junto ao Conselho;

Considerando o Parecer Nº 005.2015 da Comissão de Avaliação do registro de entidades que tratou da análise da solicitação de renovação da inscrição do serviço desenvolvido no Instituto Cultural;

RESOLVE:

Art. 1º – Tornar público a renovação do registro do serviço desenvolvido no Instituto Cultural, junto ao CMDCA/SLO, com a seguinte numeração:

Número 05 – Oficinas Culturais.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de dezembro de 2015.

Claita Cristina Malossi Iecker

Presidente CMDCA/SLO

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 019, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

Resolução CMDCA nº. 019 de 09 de Dezembro de 2015.

Dispõe sobre a solicitação do registro de inscrição do programa desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI de São Lourenço do Oeste, junto ao CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste – CMDCA, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº. 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações; nos Decretos nº 4.891/2014 e nº 5.069/2015 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2015;

Considerando os Arts. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/90;

Considerando a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego nº 1005/2013;

Considerando as Resoluções do CONANDA nº. 74/2001 e nº 164/2014;

Considerando o pedido de inscrição do Programa desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, a saber: Aprendizagem Industrial;

Considerando a Resolução CMDCA nº 005/2012 que regulamenta os critérios de inscrição e fiscalização de entidades sem fins lucrativos governamentais e não governamentais, bem como dos serviços, programas ou projetos que tenham por objetivo a educação de adolescentes, a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e dá outras providências;

Considerando que não foram apresentados todos os documentos preconizados na Resolução CMDCA supracitada, em especial o previsto nos Arts. 13 e 14;

Considerando o Parecer Nº 007.2015 da Comissão de Avaliação do registro de entidades que tratou da análise da solicitação de inscrição Programa – Aprendizagem Industrial, desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI;

RESOLVE:

Art. 1º – Indeferir o pedido de registro do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, assim como, do Programa Aprendizagem Industrial, junto ao CMDCA/SLO.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de dezembro de 2015.

Claita Cristina Malossi Iecker

Presidente CMDCA/SLO

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 020, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2015.

Resolução CMDCA nº. 020 de 09 de Dezembro de 2015.

Dispõe sobre a solicitação do registro de inscrição do programa desenvolvido pelo Comitê Desportivo Municipal – CDM de São Lourenço do Oeste, junto ao CMDCA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Lourenço do Oeste – CMDCA, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº. 1.827, de 25 de setembro de 2009 e suas alterações; nos Decretos nº 4.891/2014 e nº 5.069/2015 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com deliberação da Sessão Plenária Ordinária realizada no dia 08 de dezembro de 2015;

Considerando os Arts. 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8.069/90;

Considerando o pedido de inscrição do Programa desenvolvido pelo Comitê Desportivo Municipal, a saber: Escolinhas Esportivas;

Considerando a Resolução CMDCA nº 005/2012 que regulamenta os critérios de inscrição e fiscalização de entidades sem fins lucrativos governamentais e não governamentais, bem como dos serviços, programas ou projetos que tenham por objetivo a educação de adolescentes, a promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes e dá outras providências;

Considerando a visita técnica realizada no dia 25 de novembro de 2015 pela Comissão composta pela Resolução CMDCA nº. 006/2015 no Comitê Desportivo Municipal – CDM;

Considerando que não foram apresentados todos os documentos preconizados na Resolução CMDCA nº 005/2015, em especial os previstos no Art. 15, a saber: “São documentos exigidos para inscrição de programas, projetos e serviços de entidades governamentais: [...] V - Alvará de localização/funcionamento”, sendo que a entidade não possui o Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros Militar e, portanto não tem Alvará de Funcionamento, por haver irregularidades;

Considerando o Parecer Nº 006.2015 da Comissão de Avaliação do registro de entidades que tratou da análise da solicitação de inscrição Programa – Escolinhas Esportivas, desenvolvido pelo Comitê Desportivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º – Indeferir o pedido de registro do Comitê Desportivo Municipal, assim como, do Programa Escolinhas Esportivas, junto ao CMDCA/SLO.

Art. 2º – Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste – SC, 09 de dezembro de 2015.

Claita Cristina Malossi Iecker

Presidente CMDCA/SLO

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EDITAL Nº 021/2015 - DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO

EDITAL Nº 021

DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO

O Prefeito Municipal do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições do art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, do Código Tributário Municipal (Lei 4.200/1997) e suas alterações, e do Código Tributário Nacional, NOTIFICA os contribuintes relacionados abaixo, tendo em vista que não foram encontrados em notificações anteriores, referente aos créditos tributários e não tributários vencidos e inscritos no período de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2015, referentes aos seguintes Tributos: IPTU, ISSQN, ISS, TFL, e demais créditos tributários.

O não comparecimento dos contribuintes relacionados abaixo importará no lançamentos dos créditos tributários em dívida ativa conforme legislação vigente.

Alaercio da Silva
Anelsi Berti
Angela Mara meneghetti de Lara
Adriana Kovalesski
Andre LQuiz Secco
André Milani
Adriana Flores
Arnold Feistler
Aroldo Jose da Silva
Arcibaldo Stainhaus
Ana Auache Zatta
Antonio Zanatta
Adriane Angela machado da Silva
Antonio Carlos Beninca Junior
Antonio Vanderlei Costa da Silva
Anderson Junior Gazzola
Artemio Canisio Andrioli
Allan Rosar
Ademir Sartori
Agenor Bernardo Lorencetti
Arno Fritzen
Antonio Marquior
Adriano Nei Bazzotti
Ademir Jose Kerber
Adriano Tomalok e Carina de Castro Gabriel
Ana Carina Pichetti de Moreira
Ari Jose Gazolla
Arli Luiz Dahmer
Adriana Londero
Angelica Simone Boteleiro Lopes
Adao Fagundes da Silva
Airoto Jose Kuhn
Auto peças Pelegrini Ltda Me
Aldino Adolfo Strack
Antonio leite (falecido)
Andreza Dal Cortivo
Alan Junior Hermes
Associação Migueloestina dos Motoristas de Cargas
Alfredo Tosin
Alvoni de Lourdes Loro
Ana Belusso Cherobin
Anderson Luiz Carlet
Alex Junior Wingert Quadros
Alessandro de Oliveira

Ademir Sebben
Ary Luiz Bresolin
Arlete Terezinha Muhl Fabris
Astério Airtton Felten
Aurora paulina Fantinel
Aguida Bernardi Gewehr (espolio)
Alceu Domingos Sandri
Aldino da Cruz
Alberico Azevedo (espolio)
Albino João Feltez
Alceu Pedro Dorigan
Alcelmo Klein
Alcides Borre
Aurimar Paulo Mass
Airtton Jose Festugatto
Alexandre Juliano Schuster
Adriano Soethe
Ademir Faleiro da Silva e Elenir Berti da Silva
Banco Bradesco
Belfin Com Mat Const Participações e Incorporações
Benvenuto Pelegrini
Brigida Maria Vassali Sanchez
Bibiane Mallmann
Cleusa F R da Silva Joao M Olszeski e Rosana
Carin Silvana Coppini
Cleuze Fachin Martins Pinto
Cacilda Cardoso
Charles Reginatto
Claudimir Jose Binder
Celestina Dominga Rombaldi
Cecilia Alves Gnatta
Claudir Jose Kerber
Cooperativa Regional de Habitação Acesmo
Cirio Thomas
Cleunice Maria de Freitas
Cooperativa Habitacional Oeste-habioeste
Cristiano Camargo
Cleucidio Jantsch
Cleci Rodrigues da Silva
Carlos Alberto Mezadri
Cristiana Figueiredo de Oliveira
Cleber Francisco Castagna
Cleci dos Santos Dalsotto
Caike Mateus Gasperin
Carlos Humberto Zanatta
Cenersio Luiz Hoffmann
Clair Antonio Bernardon
Claudia Stival dos Santos
Centro de Formação de Condutores Raio de Luz Ltda
Centro de Formação de Condutores Cedrence
Carlos Alberto-Francisca-Maria Bernadete Consoli
Cleiton Miguel Braitenbach
Caraguata Imóveis S/A
Claudio Roberto Gasparotto
Castanheira Barichello Ltda
Douglas Marangon
Darci Antonio dos Santos
Dario Luiz Schleicher
Daieli Luzia Scariot
Darcisio Jose Eckert
Dobora Cristina Costa
Djalma Morell

Dilce Schneider
Dolores Angela Daltoe Erlo
Divane Lippert Martini
Diva Pergher
Daniela Bergamaschi
Defende Antonio de Marck
Darcisio Armino Klein
Davi Rodrigo peiter
Dionir Rodrigues Borges
Dari Luiz Rochembach
Dercilia da Silva e Silva
Dandaelei Jose Meneghetti
Elisabete Thuns
Eny Espírito Santo
Eliton Fontana
Erico Leal da Rosa Junior
Everaldo, Clodoaldo, Luciane e Elisiane da Silva
Eloisa Zanella
Erivan Rodrigues dos Santos
Edimar Zanatta
Elisabete Fatima Klaus Geller
Eva Zeli dos Santos Cabral
Eduardo Ivo Manto
Edgar Enrique Hagemann
Eduardo Jantsch
Erildes Echer
Espolio de Iraci Mario Luchesi
Euclides Staub
Eliseu Rambo
Elenice Telles do Pilar Lopes
Ernesto Flach
Edegar Ribeiro
Edith Maria Zorzo Webber
Eusebio Tressoldi
Ermino Arnaldo Schaurich
Ermelindo Eckhardt e outros
Edivaldo Taube e Adriana Alves alonco
Eliane Camargo
Elton Vicentin
Eloir marcos cavallini
Edo Saueressig
Edson Luiz Balestrin
Elodir cachola de Moraes
Eloi Luiz Testolin
Eliseu Luiz Perozzo
Fabiano da Silva
Fernando Drascewski
Fernanda Maiara Biondo
Fernando Luiz Fruhling
Fabricio Antonio Valar
Fiorindo Tomasin
Franciele Caron
Filba Gaspar Hubner(espolio)
Fernando Lorenzini
Gisele Marangon
Guilherme Gransotto
Gilson Zilio
Gevaldino Moraes de Souza
Gladis Therezinha Predebon Consoli
Gilmar Batista Bonet
Gilmar Moreira Soteli
Gilberto Sergio Hope
Geovane Vilson Huff
Gilmar Schneider
Gremio Esportivo e Recreativo Guamerin
Glederson Luiz Zappani
Hermes Luiz Beninca
Helena Tomaz da Silva
Hilario Jose Bucgs

Iraci Conrad Schafer
Ieda Ribeiro
Idemir de Oliveira
Irineo Basso
Itamar Luiz Demozzi
Ivete Silveira Pacovka
Igreja Universal Apostolo do Senhor
Iraci Terezinha Marciano dos Santos
Irton Zulzbach
Irton Edgar Lamb
Irceu Vicari
Izair Francisca Marchetti
Iris Costa Mariani Dalla Porta
Ivone Baldissera Carvalho Salles
Irineu Hoffmann
Ilse de Moraes
Ivo Vitalino Garlet
Ivo Francisco Menegoto
Irene Justino Giovanaz
Justilina Silva do Nascimento Heler
Jonathan Teixeira da Rosa
Jacson Alex Marafao
Jonas Eduardo de Lima Marsagno
Jonas Mezzomo
Joao Gilberto Rossarolla
Jaisson Fabiano Lago
Jonas folmer
Joao Kosvoski
Janete Terezinha Fernandes
Januaria Chapuis Escobar
Joel de Souza Lirio
Joana dorigon
Jaciele Carine Sell
Jones Francisco Pacheco
Jose Eloi Arent
Juarez Domingos Troian
Joraci Segalin
Josimar Santin
Joseane Delice Clemes
Jefferson Francisco Brunetto
Junior Cesar Pertille
Juarez Antonio Salvador
Joelso Cesar Bellaver
Justina Ines Grolli
Jose Rodrigues de Moraes
Jurema Erlo (espolio)
Juliana bet
Juliano Zmorzenski
Jose Carlos Vidor
Jorge Marcelino Mileski
Jose Kossmann Andriollo
Jose Ricardo dos Santos
Jacinto Osmar Valar
Jorge Luiz Fagundes Gomes
Joao Guilherme Bianchi
Joao Carlos Ongaratto
Jorge Alfredo Romano Araujo
Jose Carlos Casagrande
Katiane Regina Zanatta
Kelli Regina Guaragni
Leonir Paganini
Leonilda de Paula
Lirlani Aparecida Pichetti
Lider Transportadora do Brasil Ltda Me
Larissa Gambatto batistella
Ari Centenaro
Luiz Antonio Dalchiavon
Loreci Thom
Luciana Freire Feiten

Luitti Lippert Martini	Marco Aurelio Boteleiro Lopes
Luciano Vitor Tavares da Silva	Maria Rezende Capucci
Leticia Zanella	Maira Mann dos Santos
Luciano Andre Krewer	Marcio Maximino Bortoloto, Cassiano Bortoloto
Leni Suzete Zorzo Hammes	Marli Luiza Paini de Abreu
Luiz Brunetto	Mercildo Boff de Ros
Luiz Carlos Schafer	Maria Veronica Melchior Schilindwein
Leonilda Maria Maurina Drumm	Marilei Frizzo
Luiz Carlos Ludwig	Maria Kesting
Laercio Melz	Maria Madalena Carvalho dos Santos
Leonir Montovani	Marlene Terezinha Lemos Flesses
Lucio Nunzio e Maria Pellegrini Nunzio	Mercildo Piroca
Ludovino Tomazzeli	Neodir Giovanni Lohmann
Luiz Carlos Dias Massa	Nadir João Brustolin Rebelatto
Luiz Pedrotti	Neri Kuhn
Luiz Carlos Henkes	Neiva Guedes da Silva
Lenira Marcon Donatti	Neiva Maria Perego Tonet
Luiz Carlos Souza Bueno	Nilo Junior Schneider Henn
Leila Luiza Esperafico	Neiva Regina Costa
Lourdes Gomes	Mercedes de Lima(espolio) e Libera Odila da Silva
Luiz Cesar Meneghetti	Marli Zandona
Leonir Francisco Bagatini	Maria Davi Dalmoro
Lidia Jungblut Beckenkamp	Maria Natalina Wommer
Lenice Gizela Lohmann Herr	Maria Dalmagro Predebom
Lucia Muller Dias	Narciso Jose Lazarotto
Leonides Joao Zanin	Neori Jose Stanilowski
Leodete Maria Damian Dantas	Nelsinda Forester
Luiz Fernando Darin	Nanci Maristela Oltramari
Levinus Strate	Nelson Valdir Turcato
Lawson Abel Gambatto	Neusa F Panazolo, Juracir Motta
Ledi Basso	Nadir Mocellin
Leonir Lemos	Norvi Jose Dalla Porta
Luiz Dalpiaz	Neimar Luiz Canei
Laura Flores dos Santos	Nori Pilz Schappo
Lidia Canal Werner	Nelci I e Elir Suzana da Silva
Leonir Jose Vendramin	Noel Zanchettin
Leovani Lurdes Damian	Neli Torman
Maria Zambiasi Lorenski	Neodir Dartora
Marilse Fatima Toniolli	Neusa Maria Costa
Marines Wehr	Osmar Freider
Milton Disegna	Odilo Hilario Lermen
Milton Stertz	Orides Cenci
Madalena Dias Rodrigues	Orlei Cesar Lorenceti
Mauro Rodrigues da Silva	Osvino Dresch
Maria Therezinha Schons	Oscar Lutz
Marlise Salete Alves da Rosa Hoffmann	Olga Andreatta Rech
Marcelo Silvano Thomas	Osmar Francisco Lerner
Maria Pozzan Domeneghini	Osvaldo Roque Taborda Bueno
Marcos Andre Bonamigo	Olivia Roani
Mauro Reisdorfer Kochhann	Olivia Stangler Azevedo
Maria Martini da Silva e outros	Oripes Portela da Silva (espolio)
Mariane Ozelame e Cristiane Ozelame	Osmar Boff
Marcos Paulo Gasperin	Paulo Cesar Langhammer Cardozo
Maria Ilse Zang	Pedro Sans
Margarete Teresinha Stirmer Buss	Pedro Joao Casagrande
Marli Cetolin	Paulo Martins de Oliveira
Marcos de Oliveira Silva	Polyana Maria Schons
Marciane Gasperin Fransozi	Pedro Della Flora
Magnos Andre Thalheimer	Paulo Andre Gazzi-Me
Maria Aparecida Soares	Patrik Adriano Vidi
Miguel Pereira da Silva	Pedrinho Luiz Butet
Marcio Euzebio Baiocco	Pedro Celso Machado
Marcos Valadar dos Santos	Pedro Julian (espolio)
Marcia Elisiane Soares Carneiro	Paulo Roberto Bernardi
Maria Odila Grasel	Pedro Raimundo Eloi da Rosa
Marilidia Aparecida Plaut Schmidt	Paulo Cesar do Prado
Matteo Fumagalli	Rosimar Antonio Angst e Daiana de Fatima Spengler
Malfredo Pichetti	Rodrigo Penk
Mauro Rodrigues	Renee Nery Fernandes

Rui Cardoso
Rodrigo Junior do Amaral
Rosangela Teixeira da Rosa
Rosangela Mariza Schenatto
Roseli Maria Moreira
Rosalinda Priori Ize
Rosemar Menin
Raul Osvaldino Giombelli
Vera Silvia Dartora
Renato Jose Hammes
Rita Ines Zardo
Rafael Gomes Dal Magro
Rosana Salete Lucion Klein
Reinaldo Kopsell
Reni Jose Bertochi
Raquel Carolina Motta
Suelyn Schmidt
Silvio Fagundes
Salete Aparecida Schutz
Sergio Vicari
Solange ferreira
Sandra Pelegrini Risso
Silvio Andre Sehn
Sergio Augusto Lopes
Silviano Antonio Machado
Silvane Ines Stoffel
Sabrina Perondi Casagrande
Serley Gasperin
Silvio Bernardi
Sadir Busatto
Silvia Regina Weyer
Sonia Luiza Wingert de Oliveira e Jair Sidiney wingert
Sociedade de Bochas Barriga Verde
Salete Maria Gaboardi
Sergio Luiz Cavallini
Sidinei da Silva Mei
Sidinei Schlick
Santa Rosa comercio e Extração Ltda
Selmo Borth
Sandro Jose Valmorbida
Silvano Pio Silveira Feistauer
Sueli Cirlei Schmidt
Santo Tumelero
Sirlene Fátima Boff
Sucata e Metais Savana Ltda Me
Salete Anita Marafon
Tatianer Marlize Bonfanti
Tiago Juliano Zanatta
Thiago Klafe
Tiago Daiprai
Transvicenzi Transportes Ltda
Tereza Venilde Telles
Terezinha de Jesus Bleitew
Transportes Marsango Ltda Me
Transformadores São Miguel Ltda
Valdir Fior e Valnei Antonio Fior
Vadomiro Rodrigues
Valdenir Crestani
Vadimir Antonio Bruckmann
Valdir Spironello
Venturino Dorigon
Vanessa M. Schneider
Veronica Schmitt
Vitorio da Cruz Cardoso
Vanderlei Favero
Vanderlei Cenci
Valmir dos Santos
Virte de Fatima Lauermann
Vilmar Reinke

Vanderlei Carlitos Menin Cenci
Vilson Zimmer
Vilson Grutzmann e Lisete Fusieger
Valentin Rautta
Vitorio Furlan
Vilmar da Silva
Willian Hoff
Wilian Lovatto Zanetti
Waldir Biasi
Waldomiro lauro Regert
Weslwy Andre Drews
Zacarias Ferreira garcez Filho
Zenesio Antonio Salini
Zelinda de Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE- SC.
Em 08 de dezembro de 2015.
JOÃO CARLOS VALAR
Prefeito Municipal

AIRTON LUIZ FAVERO
Secretário de Administração
Designado pela Portaria nº 1078/2015

Este Edital foi publicado no
Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ELIANE TEIXEIRA DA ROSA
Técnico Administrativo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

3ª EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015

3ª Edital de Convocação do Concurso Público 001/2015

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 05/97, de 16 de maio de 1997 e Edital de Concurso Público nº 001/2015, CONVOCA o candidato aprovado no Concurso Público para provimento no cargo abaixo mencionado, para apresentação no período de 09/12/2015 a 07/01/2016 (de segunda a sexta-feira), das 07:00 às 13:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, localizada na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, bairro Centro, São Pedro de Alcântara/SC, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo à ordem de classificação.

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais – 40 horas

CLASSIFICAÇÃO	NOME
01º	RODRIGO LAUTERTE

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

4ª EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2015

4ª Edital de Convocação do Concurso Público 001/2015

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 05/97, de 16 de maio de 1997 e Edital de Concurso Público nº 001/2015, CONVOCA o candidato aprovado no Concurso Público para provimento no cargo abaixo mencionado, para apresentação no período de 09/12/2015 a 07/01/2016 (de segunda a sexta-feira), das 07:00 às 13:00 horas na sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, localizada na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, bairro Centro, São Pedro de Alcântara/SC, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo à ordem de classificação.

Cargo: Trabalhador Braçal – 40 horas

CLASSIFICAÇÃO	NOME
01º	SENITO PARANHOS DE PAULA

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2015.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 0148/15

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01- Fone/Fax: (048) 3277-0122

CEP: 88125-000 – São Pedro de Alcântara – SC

CGC 01.613.101/0001-09

DECRETO Nº 0148/15

Fixa a data limite para o pagamento da Taxa de Licença para Localização.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 214 do Código Tributário Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica definida como data limite para o pagamento da Taxa de Licença para Localização – TLL, ano 2016, o dia 01 de Março de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 08 de dezembro de 2015.

JUCELIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em: __/__/__.

ERRATA II - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

ERRATA II - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

CONSIDERANDO o equívoco publicado no Aditivo I do Edital do Processo Seletivo 01/2015, JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, altera:

ONDE SE LÊ:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O ANO DE 2015

LEIA-SE:

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O ANO DE 2016

São Pedro de Alcântara, 07 de dezembro de 2015.

JÚCELIO KREMER

Prefeito Municipal

ERRATA III - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

ERRATA III - PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

CONSIDERANDO o equívoco publicado no Edital do Processo Seletivo 01/2015, JUCELIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, altera:

ONDE SE LÊ:

Classif.	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CR	NOTA		
5º	SUZANA JUNCKES	0 FALTOU		

Classif.	PROFESSOR II - ANOS/SÉRIES INICIAIS - CR	NOTA P.E.	NOTA P.T	NOTA FINAL
6º	ROSANGELA NUNES PEREIRA	3,52	2,00	5,52

LEIA-SE:

Classif.	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CR	NOTA	
---	SUZANA JUNCKES	0	REPROVADA

Classif.	PROFESSOR II - ANOS/SÉRIES INICIAIS - CR	NOTA P.E.	NOTA P.T NOTA FINAL
---	ROSANGELA NUNES PEREIRA	3,52	2,00 REPROVADA

São Pedro de Alcântara, 07 de dezembro de 2015.

JÚCELIO KREMER

Prefeito Municipal

RESULTADO FINAL - EDITAL Nº 001/2015**RESULTADO FINAL - EDITAL nº 001/2015**

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CR		NOTA
Classif.		
1º	DÉBORA HAMES	9,2
2º	LUCINEIA VIEIRA	8,8
3º	JANAINA DE PINHO	8,4
4º	INES ANGELITA HACK	2,8
5º	SUZANA JUNCES	0
		REPROVADA
		FALTOU

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF - CR		NOTA
Classif.		
1º	EDITE HACK	6,8
2º	GRASELI JUNKES	6,4
3º	SAMANTA MOREIRA	6,0
4º	DENISE EMERENCIANO	5,6
5º	PAMELA STAHELIN COSTA	5,2
6º	IVONE CONSTANCE TRIERVEILER	4,8
7º	EDINEIA JACINTO	4,4

AGENTE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA - CR		NOTA
Classif.		
1º	EMANUELY VENTURA DE SOUZA	5,6

AUXILIAR DE ENFERMAGEM ESF - CR		NOTA
Classif.		
1º	FABIANA ROSA	6,4

TECNICO EM ENFERMAGEM - CR		NOTA
Classif.		
1º	ADRIANA ERHARDT	8,0
2º	MARIANA PETRY LOHN	6,8
3º	LOURDES SILVEIRA	4,4

PROFESSOR I - AUXILIAR DE SALA - CR		NOTA P.E	NOTA P.T	NOTA FINAL
Classif.				
1º	MARINA KOERICH	8,00	2,0	10,0
2º	AMELIA GUETTEN LOHN	7,36	2,0	9,36
3º	VIVIANE KUHN	7,04	2,0	9,04
4º	PATRICIA DE ANDRADE	6,72	2,0	8,72
5º	CLARISSE MARTENDAL FUCK	6,72	2,0	8,72
6º	ELAINE CRISTINA ALVES	6,08	2,0	8,08

7º	ADRIANA KARLA SCHUTZ DA SILVA	5,76	2,0	7,76
8º	BRUNA DE SOUZA	5,76	2,0	7,76
9º	GISELE MATIAS JUNCCKES DA SILVA	5,44	2,0	7,44

Classif.

PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL - CR				
1º	NATHALIA REITZ FRANCENER	7,68	2,0	9,68
2º	LUCIANA MATOS CORDEIRO	6,72	2,0	8,72
3º	FABIANA LOHN	6,4	2,0	8,40
4º	FERNANDA DE SOUZA KIRCHNER	6,08	2,0	8,08
5º	ADRIANA LEIA JUNCCKES	5,76	2,0	7,76
6º	ANA CAROLINA JUNCCKES	5,44	2,0	7,44
7º	FRANCIELLE SCHUTZ	5,44	2,0	7,44

Classif.

PROFESSOR II - ANOS/SÉRIES INICIAIS - CR				
1º	FRANCISLEINE KUHN PAVANATI	7,68	2,0	9,68
2º	EDUARDA STAHELIN	6,72	2,0	8,72
3º	SCHEILA CRISTINA SCHMITZ	6,08	2,0	8,08
4º	ADRIANA VIEIRA	5,12	2,0	7,12
5º	FABIANA HAMES	4,48	2,0	6,48
6º	ROSANGELA NUNES PEREIRA	3,52	2,0	5,52

Classif.

PROFESSOR II - ALFABETIZADOR 1º AO 3º ANO - CR				
1º	LETICIA DOS SANTOS	6,72	2,0	8,72
2º	DEIZE REGINA NASCIMENTO	6,4	2,0	8,40

Classif.

PROFESSOR II - EDUCAÇÃO ESPECIAL - CR				
1º	CRISTIANE HOFFMANN	5,44	2,0	7,44

Classif.

PROFESSOR HABILITADO GEOGRAFIA				
1º	MARCIA JANICE DA SILVA LOPES	7,04	0,0	7,04

Classif.

PROFESSOR HORISTA HABILITADO EDUCAÇÃO FÍSICA - CR				
1º	THIAGO RODRIGUES	6,72	2,0	8,72
2º	VANESSA STAHELIN	6,40	2,0	8,40
3º	EVANDRO NANDI	6,08	0,4	6,48
4º	LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCCKES	5,12	0,0	5,12

Classif.	PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO INFORMÁTICA - CR	NOTA	NOTA P.T	NOTA FINAL
1º	GUILHERME NUNES PEREIRA	4,48	0,0	4,48
2º	RENATO ZIMERMANN	3,20	0,0	3,20
				REPROVADO

Classif.	ENFERMEIRO ESF - CR	NOTA
1º	CRISTIANE HAMES	8,8
2º	KAMILA SANTOS TRIERVEILER	8,0
3º	CATIA SILVA LUCIANO	7,6
4º	CÁSSIA REGINA PELEGRINI ALMEIDA	7,6
5º	VINICIUS FAGUNDES DA SILVA	6,8
6º	ADRIANA LOPES GOYA	6,4
7º	CHARLES DA CUNHA	5,2
Descl.	ISAAC ELIO COELHO	0
		FALTOU

Classif.	MÉDICO CLINICO GERAL ESF - CR	NOTA
1º	KARINA ILHÉU DA SILVA	7,2
2º	WAGNER WESTPHAL	6,4
3º	GUSTAVO DA CUNHA LEAL SCHAEFER	6,4
4º	RENATA STAHELIN	6,0
5º	EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTEIRO	5,2

Classif.	MÉDICO PEDIATRA - CR	NOTA
1º	CHRISTIANE MARRERO CATALÃO	6,0

Classif.	MÉDICO CLINICO GERAL - CR	NOTA
1º	LEANDRO ROBERTO BENDER	6,4

Classif.	TRABALHADOR BRAÇAL	NOTA
1º	VILMAR FORSTER	9,50
2º	ALDECIO FORSTER	9,50
3º	ANTONIO CARLOS ELIAS	7,50
4º	ALDO ERHARDT	0
		FALTOU

Classif.	MOTORISTA II	NOTA
1º	JOSÉ LINO NAU	10,00
2º	DANIEL KUHN PEREIRA	10,00
3º	ANDERSON DA SILVA LAURINDO	10,00
4º	VALCIR JOSÉ KRETZER JUNIOR	10,00
5º	JOSÉ MARIO DE CASTRO	10,00
6º	JOÃO PAULO DOS SANTOS	9,00
7º	RAFAEL MEDEIROS	9,00
8º	TARCISIO PFLEGER	8,50
9º	DALCIONI OLIVEIRA DE SOUZA	8,00
10º	GILSON DA SILVA	8,00
11º	ROBSON DE SOUZA SILVA	8,00
12º	FERNANDO LUIZ SCHMITT	8,00

Classif.	OPERADOR DE MÁQUINA II	NOTA	
1º	MILTON MIDIO EHARDT	10,00	
2º	DIEGO LUIZ LEMOS VAZ	9,50	
3º	VILMAR ADEMAR DE SOUZA	9,00	
4º	DIEGO BEPLER	0	FALTOU

Classif.	OPERADOR DE MÁQUINA III	NOTA
1º	RICARDO KRETZER	10,00

Schroeder

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.514/2015 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2015

DECRETO Nº 3.514/2015 de 4 de dezembro de 2015

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2015.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.075/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 9.111,00 (nove mil cento e onze reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Material de Consumo R\$ 250,00

4.4.90.51.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Obras e Instalações R\$ 8.540,00

06.02 - UNIDADES DE SERVIÇOS URBANOS

06.02.15.451.3003.2.369 - Manut. do Setor de Planejamento Urbano

3.3.90.30.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Material de Consumo R\$ 321,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

06.01 - UNIDADES DE OBRAS

06.01.15.451.3003.2.311 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 8.540,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 04 de dezembro de 2015.

OSVALDO JURCK

ELMER SANDRO QUADROS

Prefeito Municipal

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 411/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 411/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 121/2015-PMS - Processo nº. 288/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: CLEITON ANDRÉ WELDT ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.561.966/0001-11, estabelecida na Rua Joaquim Francisco de Paulo, nº. 477, Bairro Chico de Paulo, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89254-710

Objeto: Constitui o presente contrato Cartucho de Tinta Preto e Amarelo para Plotter HP do Setor de Engenharia do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	HP 11 – Amarelo – C4838A	1	Unid.	152,00	152,00
02	HP 10 - Preto - C4844A	1	Unid.	169,00	169,00
TOTAL R\$					321,00

Valor do contrato: R\$ 321,00 (trezentos e vinte e um reais).

Data da Assinatura: 08/12/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 412/2015 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 412/2015 - PMS

Dispensa de Licitação nº. 122/2015-PMS - Processo nº. 289/2015-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: FISCHER COMÉRCIO DE TINTAS E MATERIAIS ARTÍSTICOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 06.022.598/0001-04, estabelecida na Rua Nei Franco nº 540 sala 01, Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-100

Objeto: Constitui o presente contrato Aquisição de produtos seladors, lixa, ferlocon, tinta para recuperação das paredes (superfície externa) - lixar, raspar tinta velha e passar fundo e pintar parte externa da Prefeitura do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Selador acrílico - litro	3	Unid.	52,50	157,50
02	Ferlicon - litro	1	Unid.	19,90	19,90
03	Thinner 0,9 Lt	3	Unid.	8,50	25,50
04	Cola plástica catalisador 900 Gr	1	Unid.	11,50	11,50
05	Tinta esmalte sintético alto brilho 3,6 cinza médio	1	Unid.	63,90	63,90
06	Lixa 100 metro	10	Metro	3,40	34,00
07	Sela trinda 3,6 Lt	1	Unid.	185,90	185,90
08	Massa tapa tudo pacote 360 G	1	Unid.	18,50	18,50
09	Tinta acrílica branco - 18 Lt - OK	1	Unid.	123,90	123,90
10	Tinta acrílica piso concreto - 18 Lt - OK	1	Unid.	159,90	159,90
11	Tinta acrílica brege - 18 Lt - OK	2	Unid.	128,90	257,80
12	Tinta acrílica amarelo demarcação - 18 Lts - OK	3	Unid.	209,50	628,50
TOTAL R\$					1.686,80

Valor do contrato: R\$ 1.686,80 (um mil seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos).

Data da Assinatura: 08/12/2015 – Vigência: 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

NOTIFICAÇÃO 005/2015-SMSGa

NOTIFICAÇÃO 05/2015- SMSGa

Fica a empresa SUL AR E AGUA EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ nº 80.706.492/0001-74, NOTIFICADA do inadimplemento do Contrato de nº 161/2015, firmado com o Município de Schroeder, eis que, tendo efetuado a entrega do Item 04, a saber, Motobomba Auto Escovante a Diesel, não cumpriu o estabelecido no Anexo VIII do Edital do Pregão Presencial 51/2015_PMS, no que se refere a assistência Técnica, visto que o equipamento entregue apresenta vazamentos e não atinge a vazão solicitada no Termo de Referência.

Por essa notificação, a empresa terá o prazo de 72 horas para adimplir o contrato, efetuando a substituição do equipamento defeituoso ou sanar o vício do produto.

Não adimplindo o contrato no prazo acima, fica a empresa desde já ciente quanto às penalidades previstas no § 5º, Cláusula Sétima do Contrato, nos termos do art. 87 da Lei e Licitações e demais cominações legais, e querendo, poderá apresentar justificativa em 10 (dez) dias úteis.

O prazo inicia-se a partir do imediato recebimento. A presente notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina. Assim, permanecendo a Contratada inadimplente com a obrigação assumida, e a defesa se apresentada, sendo indeferida, ensejará as aplicação das sanções previstas em lei.

Schroeder, 07 de dezembro de 2015.

ANULAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 128/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 128/2015 - PR**Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 261/2015
Data do Processo: 22/10/2015

Objeto: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIS) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses,

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 12 / 2015

Motivo: devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta

Schroeder, 8 de Dezembro de 2015

**OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL**

ATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 16, SEQUENCIA 02

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 16/2015 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 271/2015 Data do Processo: 09/11/2015
	Folha: 1/2

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 231/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de pintura da quadra do ginásio de Esportes dos Imigrantes, com área total 660m², localizado no Bairro Schroeder I, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

A comissão reuniu-se após recebimento do parecer do Setor Jurídico e Setor de Engenharia da análise técnica da documentação de habilitação. Foi recebido parecer da análise técnica da documentação de habilitação do setor de engenharia, juntamente com Parecer da Procuradoria nº 159/2015-PROJUR. O parecer da análise técnica da documentação de habilitação do setor de engenharia, analisou as documentações apresentadas para cumprimento do item 8.1.16 "Certidão de Registro da empresa, constando o (s) responsável (eis) Técnico (s) no CREA/CAU" e item 8.1.18 "Atestado de responsabilidade técnica acompanhado da CAT Especifica (Certidão de Acervo Técnico Especifica emitida pelo CREA/CAU) ou apenas a RACT (Registro de Atestado de Aptidão ou Capacidade Técnica emitida pelo CREA/CAU) por execução de obras ou serviços de características semelhantes ao objeto licitado, em nome do profissional responsável técnico pela empresa". Constatando que as empresas CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. - ME, VATTARO COSTRUÇÕES EIRELI - ME e ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP, apresentaram documentação conforme exigido no edital. A empresa ADRIANA L. K. WILPERT - ME, não apresentou documento para comprovação do item 8.1.16, também não apresentou atestado técnico e sua certidão de acervo técnico CAT nº 289189, emitida pelo CAU não possui em suas atividades o item de execução de pintura, não atendendo as exigências do item 8.1.18, não cumprindo assim com as exigências do edital. A empresa ATIVA SERVICE LTDA. - ME não apresentou certidão de acervo técnico CAT e o atestado não está vinculado a CAT apresentada, documentos exigidos para atendimento do item 8.1.18, não cumprindo assim com as exigências do edital. A empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, apresentou as certidões de Acervo Técnico CAT nº 252015055215, 252014046607, 25214049989 e 252014046347 emitidas pelo CREA-SC, não possuem em suas atividades o item de execução de pintura e os atestados apresentados não indicam em nenhum momento a responsabilidade pela execução de serviços de pintura, documentos exigidos para atendimento do item 8.1.18, não cumprindo assim com as exigências do edital. A empresa C R ABREU - PROJETOS E SERVIÇOS - ME, apresentou certidões de Acervo Técnico CAT nº 279230, 279229, e 278711, emitidas pelo CAU, as quais possuem em suas atividades o item 1.1.2 - projeto arquitetônico e não execução, apresentou atestados técnicos que possuem em sua descrição apenas serviços de elaboração de projetos, não sendo indicado em nenhum momento a responsabilidade pela execução dos serviços de pintura, documentos exigidos para atendimento do item 8.1.18, não cumprindo assim com as exigências do edital. O Parecer da Procuradoria nº 159/2015-PROJUR traz que as somente as empresas CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. - ME, VATTARO COSTRUÇÕES EIRELI - ME e ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP, atenderam as exigências do edital. Diante do exposto a comissão declara habilitadas as empresas CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA. - ME, VATTARO COSTRUÇÕES EIRELI - ME e ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - EPP, por apresentarem a documentação de acordo com exigido no edital. As empresas ADRIANA L. K. WILPERT - ME, não atendeu as exigências do edital nos itens 8.1.16 e 8.1.18, resultando assim inabilitada. As empresas ATIVA SERVICE LTDA. - ME, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME e C R ABREU - PROJETOS E SERVIÇOS - ME, não atenderam as exigências do edital no item 8.1.18, resultando assim inabilitadas. Abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93 e fica marcado para o dia 16 de dezembro de 2015, às 09h para a continuação do certame com a abertura das propostas comerciais das empresas habilitadas, caso contrário será enviada ata com nova data. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata, Parecer da Procuradoria nº 159/2015-PROJUR e do setor de engenharia às empresas participantes.

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>MUNICIPIO DE SCHROEDER</div> <div>CNPJ: 83.102.491/0001-09</div> <div>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</div> <div>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div>	<div>TOMADA DE PREÇO</div> <div>Nr.: 16/2015 - TP</div>
	<div>Processo Administrativo:</div> <div>Processo de Licitação: 271/2015</div> <div>Data do Processo: 09/11/2015</div>
	<div>Folha: 2/2</div>

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 231/2015 (Sequência: 2)

Schroeder, 8 de Dezembro de 2015

COMISSÃO:

- | | | |
|---------------------------------|---------|---------------------------------------|
| Ivandra de Souza | - | - Presidente da Comissão de Licitação |
| Ilmar José Pereira Borges Filho | - | - Membro |
| Andreia Nass Friedemann | - | - Membro |
| Walter Egidio Mukai | - | - Membro |
| Daniela Samulescki | - | - Secretária |
| Valderi Rocha de Camargo | - | - Membro Suplente |
| Cezar Santos de Jesus | - | - Membro Suplente |

ATA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2015-PMS, SEQUENCIA 02

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 17/2015 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 273/2015 Data do Processo: 11/11/2015
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de construção de banheiro PNE, com área total 10,64m², na Escola Prof. Santos Tomaselli nº 884, Bairro Rancho Bom, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 1/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 8 de Dezembro de 2015, às 09:35 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6151/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 273/2015, Licitação nº 17/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após recebimento do parecer do Setor Jurídico e Setor de Engenharia da análise da proposta e correção da planilha orçamentária. Foi recebido parecer da análise da proposta e correção da planilha orçamentária do setor de engenharia, juntamente com Parecer da Procuradoria nº 158/2015-PROJUR. O parecer do setor de engenharia traz que houve um erro de arredondamento da quantidade do "item 1.1 - Placa de Obra em chapa de aço galvanizado", sendo apresentado uma quantidade de 2 (dois) metros quadrados com arredondamento sem casas decimais e o cálculo da planilha foi considerado uma quantidade de 1,5 (hum vírgula cinco) metros quadrados, com arredondamento na primeira casa decimal", gerando assim um erro na planilha orçamentária nos itens 1 e 1.1 constante no edital, o qual desclassificou a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, conforme ata nº 226/2015, sequencia 01, de 03 de dezembro de 2015. Após análise da proposta pelo setor de engenharia, o mesmo constatou que a "planilha orçamentária apresentada pela empresa OMVS Construtora Ltda. - ME, fica inalterada, prevalecendo o valor final de R\$ 13.626,32 (treze mil seiscentos e vinte seis reais e trinta e dois centavos)", a qual esta de acordo com as exigências do edital. O Parecer da Procuradoria nº 158/2015-PROJUR traz que em sua conclusão o deferimento "do parecer apresentando pelo setor de engenharia, mantendo assim os valores das tabelas". Diante com o exposto acima a comissão decide por declarar vencedora a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA - ME, com o valor total de R\$ 13.626,32, pois cumpriu com as exigências do edital. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata, Parecer da Procuradoria nº 158/2015-PROJUR e do setor de engenharia à empresa participante.

Participante: 12632 - OMVS CONTRUTORA LTDA.

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de construção de banheiro PNE, com área total 10,64m², na Escola Prof. Santos Tomaselli, Rua Cândido Tomaselli, nº 884, Bairro Rancho Bom, neste Município de Schroeder/SC, conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	13.626,32	13.626,32

Total do Participante -----> 13.626,32

Total Geral -----> 13.626,32

<div>ESTADO DE SANTA CATARINA</div> <div>MUNICIPIO DE SCHROEDER</div> <div>CNPJ: 83.102.491/0001-09</div> <div>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</div> <div>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</div>	<div>TOMADA DE PREÇO</div> <div>Nr.: 17/2015 - TP</div>
	Processo Administrativo:
	Processo de Licitação: 273/2015
	Data do Processo: 11/11/2015

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Dezembro de 2015

COMISSÃO:

- | | |
|---------------------------------|---|
| Ivandra de Souza | - - Presidente da Comissão de Licitação |
| Ilmar José Pereira Borges Filho | - - Membro |
| Andreia Nass Friedemann | - - Membro |
| Walter Egidio Mukai | - - Membro |
| Daniela Samulescki | - - Secretária |
| Valderi Rocha de Camargo | - - Membro Suplente |
| Cezar Santos de Jesus | - - Membro Suplente |

ATA PREGÃO PRESENCIAL 128/2015-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 128/2015 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 261/2015 Data do Processo: 22/10/2015

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO**Número da ATA: 229/2015 (Sequência: 2)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIS) para a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses,

A pregoeira e a equipe de apoio reuniram-se para abertura da licitação conforme marcado anteriormente pela segunda vez. E para fornecer conhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo pela segunda vez, no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/ SC. Devido à ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário determinado no edital. O processo foi declarado deserto, devido a duas tentativas de abertura da licitação e ambas deserta. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 8 de Dezembro de 2015

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	- - Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- - Equipe de Apoio
Andreia Nass Friedemann	- - Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- - Equipe de Apoio
Natália Kersten Brumüller	- - Equipe de Apoio

ATA TOMADA DE PREÇOS 02/2015-FAS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 25/2015 Data do Processo: 21/10/2015
Folha: 1/2	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de prestador de serviço com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com carga horária de 4 horas semanais, totalizando 200 horas, para o ano de 2016, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 16/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 8 de Dezembro de 2015, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6153/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 25/2015, Licitação nº 2/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após para abertura das propostas comerciais, conforme determinado na Ata 12/2015 (Sequência 01) de 26 de novembro de 2015. Sendo aberto o envelope das propostas comerciais dos profissionais DANIEL DE MELLO MASSIMINO e RAFAELA ANGELO GONÇALVES RINCAWESKI. Constatou-se vencedor o profissional DANIEL DE MELLO MASSIMINO, com o valor total de R\$ 9.600,00. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo aos participantes.

Participante: 10557 - DANIEL DE MELLO MASSIMINO

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Profissional com graduação em Direito, portador de diploma/certificado de conclusão do curso superior e a carteira de registro no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional, conhecimento específico em direitos difusos e coletivos e experiência profissional na área de violações de direitos de criança/adolescente, mulher vítima de violência e idosos (ECA, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, Lei nº 12.594). Carga horária semanal de 4 horas. Descrição das atividades: I. Prestar orientação jurídica aos usuários do CREAS; II. Esclarecer procedimentos legais aos técnicos do CREAS III. Participar de palestras e eventos sobre os direitos dos usuários; IV. Fazer estudo permanente acerca do tema da violência; V. Manter atualizado os registros de todos os atendimentos; VI. Participar de reuniões com a equipe técnica e rede de atendimento.	UN	200,00		0,0000	48,00	9.600,00

Total do Participante —————→ 9.600,00

Total Geral —————→ 9.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER		TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2015 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: 25/2015 Processo de Licitação: 21/10/2015 Data do Processo:
		Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Dezembro de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Eloir José Wendt	-	- Membro
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro
Andreia Nass Friedemann	-	- Membro
Daniela Samulescki	-	- Secretária
Suzana Pereira Lopes	-	- Membro Suplente
Nátalia Kersten Brumuller	-	- Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

RAFAELA ANGELO GONÇALVES RINCAVESKI - - Representante

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

TOMADA DE PREÇO
Nr.: 2/2015 - TP

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: **25/2015**
 Data do Processo: **21/10/2015**

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de prestador de serviço com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com carga horária de 4 horas semanais, totalizando 200 horas, para o ano de 2016, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 16/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 8 de Dezembro de 2015, às 14:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6153/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 25/2015, Licitação nº 2/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se após para abertura das propostas comerciais, conforme determinado na Ata 12/2015 (Sequência 01) de 26 de novembro de 2015. Sendo aberto o envelope das propostas comerciais dos profissionais DANIEL DE MELLO MASSIMINO e RAFAELA ANGELO GONÇALVES RINCAWESKI Constatou-se vencedor o profissional DANIEL DE MELLO MASSIMINO, com o valor total de R\$ 9.600,00. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo aos participantes.

Participante: 10557 - DANIEL DE MELLO MASSIMINO

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Profissional com graduação em Direito, portador de diploma/certificado de conclusão do curso superior e a carteira de registro no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional, conhecimento específico em direitos difusos e coletivos e experiência profissional na área de violações de direitos de criança/adolescente, mulher vítima de violência e idosos (ECA, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, Lei nº 12.594). Carga horária semanal de 4 horas. Descrição das atividades: I. Prestar orientação jurídica aos usuários do CREAS; II. Esclarecer procedimentos legais aos técnicos do CREAS III. Participar de palestras e eventos sobre os direitos dos usuários; IV. Fazer estudo permanente acerca do tema da violência; V. Manter atualizado os registros de todos os atendimentos; VI. Participar de reuniões com a equipe técnica e rede de atendimento.	UN	200,00		0,0000	48,00	9.600,00

Total do Participante —————> 9.600,00

Total Geral —————> 9.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER		TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2015 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Administrativo: Processo de Licitação: Data do Processo:
		25/2015 21/10/2015
		Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Dezembro de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	-	- Presidente da Comissão de Licitação
Eloir José Wendt	-	- Membro
Valderi Rocha de Camargo	-	- Membro
Andreia Nass Friedemann	-	- Membro
Daniela Samulescki	-	- Secretária
Suzana Pereira Lopes	-	- Membro Suplente
Nátalia Kersten Brumuller	-	- Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

RAFAELA ANGELO GONÇALVES RINCAVESKI - - Representante

ATA TOMADA DE PREÇOS 15/2015-PMS (SEQUÊNCIA 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 15/2015 - TP	Folha: 1/4
	Processo Administrativo:	
	Processo de Licitação: 264/2015 Data do Processo: 28/10/2015	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria nas Áreas de Contabilidade Pública e Planejamento Governamental para a Prefeitura Municipal e seus Fundos, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2016

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 230/2015 (Sequência: 2)

Ao(s) 8 de Dezembro de 2015, às 11:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER , reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 6153/2015, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 264/2015, Licitação nº 15/2015 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Compras e Serviços.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:

A comissão reuniu-se após para abertura das propostas comerciais, conforme determinado na Ata 222/2015 (Sequência 01) de 30 de novembro de 2015. Sendo aberto o envelope das propostas comerciais das empresas SAPPIA AUDITORES INDEPENDENTES e DIGITAL TECNOLOGIA LTDA. - ME. Constatou-se vencedora a empresa DIGITAL TECNOLOGIA LTDA. - ME, com o valor total de R\$ 60.000,00. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata às empresas participantes.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 15/2015 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 264/2015 Data do Processo: 28/10/2015
	Folha: 2/4

Participante: 13270 - DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA - ME

Item	Especificação	Un./Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	----------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

1	Prestação de serviços de consultoria nas áreas orçamentária, financeira, patrimonial, contraditórios ao tribunal de contas do Estado, encerramento de balanço anual, planos: plurianual, diretrizes e orçamento na sede do Município de Schroeder/SC.	MÊS	12,00		0,0000	5.000,00	60.000,00
---	---	-----	-------	--	--------	----------	-----------

O atendimento se dará da seguinte forma:

- PRESENCIAL: até 4 (quatro) visitas mensais de 8 horas cada conforme a necessidade do Setor de Contabilidade do Município e Solicitação do Responsável pelo Contrato.
- REMOTO: diariamente via canal de chat, acesso remoto, telefone, e-mail, fax, conforme o horário de funcionamento da Prefeitura.

COM ÊNFASE EM:

a) Instrumentos de Planejamento - Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual:

- Orientação na elaboração do Plano Plurianual - PPA, seus anexos e sugestão de informações a serem apresentadas nas audiências públicas.
- Orientação na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, seus anexos, estimativas de receitas, despesas, resultado primário, resultado nominal, montante da dívida, projeções para os exercícios seguintes e sugestões de informações a serem apresentadas nas audiências públicas.
- Orientação na elaboração da Lei Orçamentária Anual, seus anexos, Lei de Meios, Mensagem, autorizações para alterações orçamentárias e sugestões de informações a serem apresentadas nas audiências públicas;
- Procedimentos de abertura do exercício, com ênfase na inserção dos valores orçados para o sistema de contabilidade;
- Orientação sobre a apuração do Superávit ou Déficit financeiro por fonte de recursos.

b) Registros Contábeis:

- Acompanhamento de todas as alterações da legislação, especialmente as da Secretaria do Tesouro Nacional, Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e Ministério da Previdência orientando a criação de contas contábeis e a realização de lançamentos contábeis de acordo com as normas legais;
- Acompanhamento e sugestão de correção, se for o caso, dos saldos contábeis;
- Orientação, elaboração e acompanhamento no que se refere a procedimentos contábeis patrimoniais: bens móveis, imóveis e intangíveis, bens de infraestrutura: ruas, praças, etc., reconhecimento da provisão para perda da dívida ativa, das provisões e passivos contingentes referente processos judiciais, plano de contas novo, novas demonstrações contábeis e outros controles necessários ao atendimento das Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP e IPSAS) junto à Contabilidade;
- Acompanhamento dos valores registrados em restos a pagar e seus reflexos na execução das despesas no exercício corrente;
- Acompanhamento dos saldos dos controles das fontes de recursos e orientações sobre os procedimentos a serem adotados para eventuais ajustes que se fizerem necessários.

c) Apuração de Limites Constitucionais e Legais:

- Acompanhamento mensal do limite constitucional de gasto com educação.
- Acompanhamento mensal do limite constitucional de gasto com saúde.
- Acompanhamento mensal do limite legal de gasto com pessoal.
- Acompanhamento da situação orçamentária da Prefeitura e seus Fundos.
- Acompanhamento da situação financeira da Prefeitura e

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

TOMADA DE PREÇO

Nr.: 15/2015 - TP

Processo Administrativo: 264/2015
Processo de Licitação: 28/10/2015
Data do Processo:

Folha: 3/4

seus Fundos.
- Acompanhamento dos limites de dívida e endividamento do município;
- Acompanhamento do limite de repasse de recursos para o legislativo municipal.

d) Relatórios e informações ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Tribunal de Contas da União, Secretaria do Tesouro Nacional:

- Orientação, elaboração e acompanhamento dos relatórios exigidos pelo STN denominado SICONFI ou o que vier em sua substituição.

- Orientação, elaboração e acompanhamento dos relatórios exigidos pelo Tribunal de Contas da União denominado Homepage das Contas Públicas ou o que vier em sua substituição.

- Orientação, elaboração e acompanhamento do sistema e-Sfinge do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina ou o que vier em sua substituição.

- Orientação, elaboração e acompanhamento dos relatórios do Ministério da Educação denominado SIOPE ou o que vier em sua substituição.

- Orientação, elaboração e acompanhamento dos relatórios exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal denominado Relatório Resumido da Execução Orçamentária e Relatório de Gestão Fiscal.

- Orientação, elaboração e acompanhamento de respostas a ofícios, relatórios e diligências do Tribunal de Contas do Estado e outros em relação à Contabilidade e Planejamento.

- Orientação, elaboração e acompanhamento de relatório circunstanciado de análise ao Balanço.

- Orientação, elaboração e acompanhamento de Elaboração de Notas Explicativas.

e) Outras atividades ligadas à administração orçamentária e financeira do Poder Público Municipal:

- Orientações diversas sobre procedimentos da administração orçamentária e financeira do Poder Público.
- Orientações sobre os registros e controles de Convênios firmados com outros entes da Federação e com entidades do setor privado

Total do Participante ----->

60.000,00

Total Geral ----->

60.000,00

<p align="center">ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SCHROEDER</p> <p>CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</p>	<p align="center">TOMADA DE PREÇO Nr.: 15/2015 - TP</p> <p>Processo Administrativo: 264/2015 Processo de Licitação: 28/10/2015 Data do Processo:</p>	<p>Folha: 4/4</p>
--	--	-------------------

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 8 de Dezembro de 2015

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Valderi Rocha de Camargo	- - Membro
Eloir José Wendt	- - Membro
Andreia Nass Friedemann	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Suzana Pereira Lopes	- - Membro Suplente
Natália Kersten Brumuller	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

WILKER BOEIRA DA ROSA - - Representante

DISPENSA 121/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 121/2015 - DL****Processo Nr.: 288/2015
Data: 08/12/2015**

Folha: 1/2

Fornecedor: CLEITON ANDRE WELDT - ME
Endereço: R JOAQUIM FRANCISCO DE PAULO,477 - ESQUI
Cidade: JARAGUA DO SUL - SC
CNPJ: 05.561.966/0001-11

Código: 9673

Inscrição Estadual: 254.535.550

Objeto da Compra: Cartucho de Tinta Preto e Amarelo para Plotter HP do Setor de Engenharia do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	HP 11 - Amarelo - C4838A	UN	152,00	152,00
2	1,00	HP 10 - Preto - C4844A	UN	169,00	169,00

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Necessário para impressão de projetos do município na impressora ploter A1 do setor de engenharia.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 8 de Dezembro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 121/2015 - DL**Processo Nr.:** 288/2015
Data: 08/12/2015

Folha: 2/2

08/12/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Dezembro de 2015

Valor da Despesa:

321,00 (trezentos e vinte e um reais)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

DISPENSA 122/2015-PMS**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 122/2015 - DL**CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCProcesso Nr.: 289/2015
Data: 08/12/2015

Folha: 1/2

Fornecedor: FISCHER COM. DE TINTAS MATERIAIS ARTÍSTICOS LTDA
Endereço: RUA NEY FRANCO, 540 SALA 01
Cidade: Jaraguá do Sul - SC
CNPJ: 06.022.598/0001-04

Código: 10429

Inscrição Estadual:

Objeto da Compra: Aquisição de produtos seladors, lixa, ferlocon, tinta para recuperação das paredes (superfície externa) - lixar, raspar tinta velha e passar fundo e pintar parte externa da Prefeitura do Município de Schroeder/SC.**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	Selador acrílico - litro	UN	52,50	157,50
2	1,00	Ferlicon - litro	UN	19,90	19,90
3	3,00	Thinner 0,9 Lt	UN	8,50	25,50
4	1,00	Cola plástica catalisador 900 Gr	UN	11,50	11,50
5	1,00	Tinta esmalte sintético alto brilho 3,6 cinza médio	UN	63,90	63,90
6	10,00	Lixa 100 metro	UN	3,40	34,00
7	1,00	Sela trinda 3,6 Lt	UN	185,90	185,90
8	1,00	Massa tapa tudo pacote 360 G	UN	18,50	18,50
9	1,00	Tinta acrílica branco - 18 Lt - OK	UN	123,90	123,90
10	1,00	Tinta acrílica piso concreto - 18 Lt - OK	UN	159,90	159,90
11	2,00	Tinta acrílica brege - 18 Lt - OK	UN	128,90	257,80
12	3,00	Tinta acrílica amarelo demarcação - 18 Lts - OK	UN	209,50	628,50

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Considerando, que o prédio está com a pintura bastante precária e as festividades do final de anos relacionadas ao natal, acontecessem em frente ao prédio e não termos saldo desse serviço. Solicitamos a Dispensa.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 122/2015 - DLProcesso Nr.: 289/2015
Data: 08/12/2015

Folha: 2/2

Schroeder, 8 de Dezembro de 2015

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

30/11/2015

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 30 de Novembro de 2015

Valor da Despesa:

1.686,80 (um mil seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos)

Pagamento.....:

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS 02/2015-FAS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 25/2015		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		9.600,00		
Licitação.....: 2/2015 - TP								
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços								
Objeto.....: contratação de prestador de serviço com graduação em Direito para atuar junto ao CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social, com carga horária de 4 horas semanais, totalizando 200 horas, para o ano de 2016, para atender as necessidades da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1 - 3119 - Profissional com graduação em Direito - Unidade: UN								
10557	DANIEL DE MELLO MASSIMINO		200,000	0,0000	48,0000	9.600,00	Venceu	1 *****
13267	RAFAELA ANGELO GONÇALVES RINCAWESKI		200,000	0,0000	95,0000	19.000,00	Perdeu	2
13052	ALINE APARECIDA GUILARDI		200,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Schroeder,	Em/...../.....
Ivandra de Souza -	- Presidente da Comissão
Eloir José Wendt -	- Membro
Valderi Rocha de Camargo -	- Membro
Andreia Nass Friedemann -	- Membro
Daniela Samuleski -	- Secretária
Suzana Pereira Lopes -	- Membro Suplente
Nátalia Kersten Brumüller -	- Membro Suplente

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS 15/2015-PMS

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 264/2015		Processo Administrativo:		Total dos Itens Vencedores:		60.000,00		
Licitação.....: 15/2015 - TP								
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços								
Objeto.....: contratação de empresa ou pessoa física especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria nas Áreas de Contabilidade Pública e Planejamento Governamental para a Prefeitura Municipal e seus Fundos, na sede do Município de Schroeder/SC para o exercício de 2016								
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	17690	- Prestação de serviços de consultoria nas áreas orçamentária. - Unidade: MÊS					
13270	DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA - ME		12,000	0,0000	5,000,00000	60,000,00	Venceu	1 *****
12764	SAPPAAUDITORES INDEPENDENTES		12,000	0,0000	7,800,00000	93,600,00	Perdeu	2
13269	STIGMA ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA - ME		12,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Schroeder,	Em/...../.....
Ivandra de Souza -	- Presidente da Comissão
Valderi Rocha de Camargo -	- Membro
Eloir José Wendt -	- Membro
Andreia Nass Friedemann -	- Membro
Daniela Samulescki -	- Secretária
Suzana Pereira Lopes -	- Membro Suplente
Natália Kersten Brumüller -	- Membro Suplente

Serra Alta

PREFEITURA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 037/2014-FMS

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2014

SEGUNDO ADITAMENTO CONTRATUAL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICIPIO DE SERRA ALTA E A EMPRESA JORGE LUIZ DA SILVA & FILHO LTDA NOS TERMOS DA LEI Nº. 8.666 DE 21/06/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SERRA ALTA, Estado de Santa Catarina, com endereço na(o) Rua Dom Pedro II, 830, centro, Cep: 89871-000, inscrito no CNPJ sob o nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu PREFEITO MUNICIPAL, FRANCISCO ARTUR BOTH, portador do CPF nº 353.597.570-00 e RG nº 6011000632.

CONTRATADO: A Empresa JORGE LUIZ DA SILVA & FILHO LTDA, com sede na(o) Rua Minas Gerais, nº 65, Bairro Santo Antônio de Pádua, Município de Tubarão-SC, inscrita no CGC/MF sob o nº 20.151.652/0001-34, neste ato representada por seu representante legal Senhor Jorge Luiz Da Silva Júnior, portador do RG 55507916-8 e CPF 037.350.069-65, de acordo com a representação legal que lhe é outorgada por Contrato Social.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente Termo Aditivo em decorrência do Processo de Licitação Nº. 013/2014, PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2014, homologado em 01/10/2014, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Municipal nº 043/20017, Lei Nº 8.666, de 21/06/93 e legislação pertinente, ao Edital antes citado, à proposta e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. O presente Aditamento Contratual tem por objeto:

1.1.1 Alterar o Item "3.1 da Cláusula Terceira- Do Prazo e Recebimento e o Item 4.1 da Cláusula Quarta – do Valor e Forma de Pagamento" relativo ao contrato nº 37/2014, com fundamentação legal no artigo 65, parágrafo 1º da Lei de Licitações nº 8.666/93, e com base no item 4.5 e 4.6 do presente contrato que passará a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E RECEBIMENTO"

3.1 - A partir da presente data fica aditivado o Termo Específico de Contrato entre as partes, na forma da Lei nº 8.666/93, pelo período de 31/12/2015 a 31/12/2016, podendo ser novamente prorrogado, limitando ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, a critério e conveniência administrativa, conforme disposto no Artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e Consoante Prejulgado nº 1151 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, dada a natureza continuada dos serviços de atendimentos médicos.

"4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO"

4.1. A partir do mês de dezembro/2015 o preço dos serviços ora contratados a serem pagos mensalmente ficam reajustados no percentual de (10,33%) de acordo com a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC em conformidade

com a cláusula terceira 4.5 e 4.6 do reajustamento passando de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), para R\$ 3.309,90 (Três mil, trezentos e nove reais e noventa centavos) mensais.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

2.1. A publicação resumida deste instrumento será efetivada pela CONTRATANTE conforme dispõe o Parágrafo Único do Art. 61 da Lei nº 8.666/93, no Diário Oficial dos Municípios.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1. Os demais Itens e Cláusulas do Contrato Administrativo que a este deu causa, ficam ratificados permanecendo inalterados em sua íntegra, e com plena eficácia, e do qual o presente termo aditivo passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito. E, por assim estarem justos e acertados, passam a assinar o presente Aditivo ao Contrato Administrativo 37/2014, elaborado em três vias de igual teor e forma, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, na presença de duas testemunhas, também signatárias deste instrumento.

SERRA ALTA/SC, 08 de dezembro de 2015.

FRANCISCO ARTUR BOTH
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

JORGE LUIZ DA SILVA & FILHO LTDA
JORGE LUIZ DA SILVA JÚNIOR
RESPONSÁVEL
CONTRATADA

Analisado e aprovado pelo Departamento Jurídico

LUIZ FERNANDO KREUTZ
OAB/SC 32.515

Testemunhas:

VANDERLI RUI DE GASPARI
CPF: 418.827.760-20

RAFAEL MARIN
CPF:006.201.999-62

Siderópolis

PREFEITURA

32 2015 RETIFICAÇÃO DO EDITAL

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL FMS Nº 32/2015

TOMADA DE PREÇO FMS Nº 01/2015

O Município de Siderópolis, através do Fundo Municipal de Saúde, torna público às empresas interessadas que de conformidade com a Lei Nº 8.666/93 e legislação subsequente, que promoveu a RETIFICAÇÃO do Edital acima especificado a fim de incluir como documento de habilitação técnica das licitantes interessadas, a Certidão de Registro e Regularidade da Empresa participante no CRA (Conselho Regional de Administração), emitida através dos Conselhos Regionais de Administração. A alteração não alcança a planilha orçamentária, portanto, mantêm-se inalteradas demais cláusulas e condições do edital inclusive quanto à data de abertura do certame. O edital retificado já está disponível no site da prefeitura Municipal: www.sideropolis.sc.gov.br. Maiores informações através do e-mail: licitacao@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 08 de dezembro de 2015.

ROBERTO JULIO RIBEIRO

Presidente da Comissão de Licitação

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 238/2015

DECRETO Nº 0238/2015 DE 04/12/2015

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei nº 1004/2014 de 11 de novembro de 2014.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente:

05.02.0008.0244.0009.2.031- Assistência Comunitária

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.3.90.00(231)	0.1.00.003000	Outras Despesas Correntes- Aplicações Diretas (3000)	R\$ 5.000,00

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor R\$ 5.000,00 (mil reais), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2014 (Recursos 3.000).

Artigo 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação esta vinculado a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 04 dezembro de 2015..

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

DECRETO Nº.239/2015

DECRETO Nº 239 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015

REGULARMENTA LEI MUNICIPAL Nº 006/1993 DE 01.02.1993, E CONCEDE AUXÍLIO A ESTUDANTES SULBRASILENSES QUE ESTUDAM FORA DO MUNICÍPIO.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 006/1993 de 01.02.1993.

DECRETA:

Art. 1º. Para receber os benefícios de que trata a Lei Municipal nº 006/1993 de 01.02.1993 o estudante deverá comprovar matrícula e, posteriormente, frequência no estabelecimento de ensino, além de atender um dos seguintes requisitos:

1. Residir ou trabalhar em Sul Brasil e ser eleitor em Sul Brasil;
2. Ter a residência dos pais no Município de Sul Brasil e ser eleitor em Sul Brasil e não conviver em união estável em outro município;
3. Não ter concluído outro curso superior.
4. Não terá direito a renovação do auxílio o aluno/acadêmico que não for aprovado em todas as disciplinas/matérias no semestre.

Relação de Acadêmicos do Município de Sul Brasil 2015				
	ACADÊMICO	CURSO	CPF	TÍTULO ELEITOR
1	Alessandro Michels	Engenharia Eletrica	083.731.609-46	42317170973

2	Alex Gallina	Engenharia Civil	104.852.199-05	057440380973
3	Alexandro Hanauer	Engenharia Elétrica	089.116.709-95	53790570906
4	Aline Maria Haas	Estética, imagem Pessoal	069.575.379-78	049579576966
5	Alisson Lemes De Souza	Ciência Da Computação	093.422.889-28	55195990973
6	Amanda Bamberg Ertel	Arquitetura	083.693.819-44	55799110965
7	Alex Junior Valmorbida	Agronomia	098.388.919-83	057441620965
8	Alisson Felipe de Souza	Eng. Civil	102.773.009-40	058101280949
9	Alesandra Cavalheiro da Silva	Pedagogia	864.621.720-53	111325410420
10	Ana Paula Rezende	Ciências Contábeis	083.693.829-16	53790840973
11	Anderson L. D. P. Saugo	Técnico em Agropecuária	092.309.299-48	
12	Andre Luiz Motter	Técnico em Agropecuária	103.625.909-90	
13	Andreia Mulinett	Historia	097695209-26	59322310949
14	Caiane Tasca	Veterinária	083.374.199-38	53189210930
15	Camila Paula Ferrari	Ciências Contábeis	081.548.899-86	51043410965
16	Camila Tasca	História	091.540.699-39	53790480906
17	Cesar Cremonini	Engenharia Elétrica	050.589.769-51	42311650990
18	Cleide Cristina Nothafft	Matemática	097.698.109-24	58097520906
19	Cleomar Ferrari	Ciências Contábeis	037.093.659-02	39794510922
20	Cristiane Wickert	Psicologia	078.645.699-00	53189350930
21	Cristian A.R Hammerschmitt	Sistemas de Informação	101.909.229-74	
22	Daiane Valmorbida	Direito	093.316.769-56	55796080973
23	Danieli F. Bach	Ciências Contábeis	079.873.129-08	
24	Diana Gracieli Valentini	Medicina	064.554.079-03	47394020914
25	Dilian Zugno	Técnico Agropecuário	097.591.579-77	59321380857
26	Diogo Orth	Técnico Agropecuário	070.490.519-18	57440420957
27	Ediane Kirkoff	Pedagogia	106.337.7179-16	59097480914
28	Eduardo F.de Faveri	Agronomia	087.991.119-00	53790540957
29	Elenir Provenci	Arquitetura e Urbanismo	094.360.369-22	56658560973
30	Elisandra D. Trevisan	Design	084.755.979.39	53788060906
31	Elosir Martins	Segurança do Trabalho	023.629.949-29	36352970973

32	Fabiane M.Silveira de Avila	Artes Visuais	080.454.509-08	051041930965
33	Fabiano Andre Onghero	Agronomia	075.352.719-79	059324700981
34	Francieli Cristina Caprini	Ciências Contabeis	092.820.709-99	56655900981
35	Francieli Provenci	Psicologia	068.430.609-35	059327750981
36	Francieli Spegiorin Provenci	Ciências Biológicas	078.645.719-80	53189640973
37	Francieli Valmorbida	Engenharia Química	098.159.199-03	57440520922
38	Giovani Moacir Ferrari	Engenharia Mecânica	098.159.199-03	
39	Glaucon Peruzzo	Ciências Computação	081.548.789-41	52504830922
40	Gleice Werlang	Administração	089.452.559-07	53791350957
41	Gustavo Henrique de Abreu	Ensino Técnico		
42	Helena Macoski	Letras	4387277971	42309350973
43	Hellen Katya Wiebbelling	Medicina	074.817.039-14	51041390914
44	Igor Junior Pezenato	Técnico Agrícola	104.917.609-06	
45	Ivair Valmorbida	Agronomia	059.545.239-67	44885770965
46	Jair Willian Valmorbida	História	083.693.849-60	53790830990
47	Janine Marisa Hunhoff	História	091.337.669-83	53788970949
48	Jaqueline Dainara Kern	Direito	087.192.609-11	58097210906
49	Jaqueline França	Pedagogia	049.578.849-00	
50	Jean Carlo Vani	Agronomia	027.226.270-60	56660040990
51	Jean Maicon de Abreu	Sistemas de Informação	088.738.929-57	57440370990
52	Jean Ricardo Valmorbida	Técnico em Agropecuária	102.399.699-52	
53	João O. G. de Oliveira	Técnico		
54	Jociel Valdeci de Quadro	Segurança no Trabalho	4005580920	39794500949
55	Joel Marcos de Quadro	História	099.268.779-90	57442170973
56	Jonatan Daniel Valentini	Arquitetura e Urbanismo	083.693.839-98	55797860957
57	Juciéli Vani	Pedagogia	088.076.249-74	53185310957
58	Karine Ficagna Schmidt	Tecnico Segurança no Trabalho	075.352.709-05	
59	Katiane Maria da Silva	Administração	083.407.009-01	53790850957
60	Lais Maira Moterle	Matemática	087.871.709-90	55799700914
61	Liamara Campos	Design		057440400990

62	Lucas Ratzinger	Tecnico em Zootecnia	103.417.619-66	58097290957
63	Lucimara Beatris Simon	Zootecnia	082.649.899-00	52507470957
64	Marcia Cristina Henn	Administração	103.417.619-66	58097290957
65	Márcia Lucia Ferrari	Arquitetura	083.292.399-00	
66	Marilei Albani Weitzemann	Pedagogia	26.429.109.138	42320720906
67	Claudimara Lopes	Tecnico de Enfermegem	09737822935	056655920949
68	Mateus Cremonini	Sistema de Informação	103.933.579-60	57443590990
69	Mateus Possenti	Administração	099.762.969-08	058097300990
70	Matheus Luiz Bach	Tecnico Agricola	103.787.209-61	
71	Maycon Felipe Backes	Nutrição	103.401.639-33	
72	Pablo Peruzzo	Matemática	083.693.859-31	5579750973
73	Pamela Fernanda Ferrari	Desing	100.743.499-61	58097230965
74	Patrícia Francisco Da Silva	Artes Visuais	095.169.769-21	53789040906
75	Paula Camila Hentz	Agronomia	097.338.669-03	58098790981
76	Rafael Junior Bettu	Ed. Física	096.462.949-60	55199690906
77	Rafael Wrzesinski	Ciências Contábeis	090.719.479-63	55198270990
78	Ramão Felipe Kroth	Fisioterapia	083.407.019-75	56659840990
79	Ricardo Bodanese	Medicina	077.867.499-18	52508320930
80	Roger Drumm	Técnico Zootecnia	118.183.719-79	
81	Saimon André Brandaleze	Matemática	040.171.479-92	40940650990
82	Sidione Seben	Ciências Contábeis	089.116.699-89	53790520990
83	Silvana Ferrari	Ciências Contábeis	070.016.089-20	49437820981
84	Simone Ostrowski	Arquitetura e Urbanismo	089.000.939-24	53790430906
85	Susana Romano Bodanese	Pedagogia	087.475.199-32	55195930981
86	Suzana Ficagna Schmidt	Pedagogia	351.690.698-71	042313460957
87	Taislan Gregolin	Tecnico Agropecuaria	084816749-07	
88	Thais Ferrari	Psicologia	082.339-549-93	53791830957
89	Valdimir Preuss	Engenharia Civil	039.142.939-69	39794540973
90	Vanderson Antunes	Pedagogia	098.166.859-30	55198070949
91	Vanusa Santi Munaro	Pedagogia	951.717.700-34	71900610469

92	Viviane Dalva Dalazen	História	087.951.679-86	53786510930

Art. 2º. A duração do benefício será concedida por 10 meses de curso frequentado.

Art. 3º. Em casos de acadêmicos que já tenham frequentado parcialmente será concedido o benefício no período faltante, limitado no prazo Máximo acima estabelecido.

Art. 4º. Em caso de mudança de curso, o tempo de benefício será limitado ao da duração do curso que está frequentando.

Art. 5º. Fica concedido auxílio mensal, para o ano letivo de 2015, no valor de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), para custeio das despesas dos estudantes, abaixo relacionados, que frequentam estabelecimentos de ensino fora do município de Sul Brasil, nos termos da Lei Municipal nº 006/1993, de 01 de fevereiro de 1993 e suas regulamentações, conforme segue:

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 07 de dezembro de 2015.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor do Departamento

DECRETO Nº.240/2015

DECRETO nº 240 de 08 de dezembro de 2015.

"AUTORIZA VEÍCULO SPIN 1.8L, PLACAS QHN 4722, EM CARACTER DE URGENCIA PARA ATENDER OS CASOS DE URGÊNCIA NO SETOR DA SAÚDE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SUL BRASIL, ESTADO DE SANTA CATARINA, Éder Ivan Marmitt no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei orgânica municipal.

CONSIDERANDO, que na Secretaria da Saúde encontram-se os veículo SPIN Placas QHB 8735, e o veículo Fiesta Placa MJC 9293 encontram-se com problemas mecânicos, com possibilidade de liberação aproximadamente para dia 18 de dezembro de 2015.

Considerando que os outros veículos possuem também agendamento diário para transporte de passageiros até as cidades de Modelo, Maravilha e Chapecó.

Considerando que a SPIN Placa QHN 4722, está lotada no Conselho Tutelar, e encontrasse em perfeitas condições para o transporte.

Considerando que o Município deixará a disposição do Conselho Tutelar nestes dias o veículo FORD FIESTA, MGN 4049.

CONSIDERANDO, por fim, que a veículo será usado por Servidores Públicos habilitados na Secretaria de Saúde.

DECRETO:

Art. 1º. – FICA AUTORIZADA em caráter temporária e excepcional a utilização do veículo SPIN, placas QHN 4722, junto a secretaria da Saúde de Sul Brasil ate aproximadamente dia 18 de dezembro de 2015

Parágrafo Único – Eventuais despesas com o veículo spin serão suportadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º.- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, vinculada a publicação no DOM, pela Lei Municipal nº 1.027/2015,

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrárias.

Sul Brasil-SC, 26 de outubro de 2015.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito de Sul Brasil

Publicado e registrado na data supra.

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

Timbé do Sul

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 37/2015 PP

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 37/2015 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos da Prefeitura Municipal de Timbé do Sul e do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2016.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 13h30min do dia 21 de dezembro de 2015.

Data e hora da abertura dos envelopes: A partir das 13h30min do dia 21 de dezembro de 2015.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133. Eclair Alves Coelho

Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA TOMADA DE PREÇO N.º 116 2015 - PMT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA
TOMADA DE PREÇO Nº 116/2015 - PMT

Às oito horas e dez minutos, do oitavo dia, do mês de dezembro de dois mil e quinze, no Auditório da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria 1451/2015, alterada pelas Portarias 1479/2015 e nº 1707/2015; e Portaria nº1554/2015, sob a presidência da Sra. Marlise Theilacker, estando presentes os membros Bárbara Luiza Poffo de Azevedo e Priscila Macedo e, representando a empresa INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA-EPP, o Sr. José Luiz Augusto e representando a empresa ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA, o Sr. Elvis Oswald Luchtenberg, para abertura dos envelopes de Habilitação da Tomada de Preço nº 116/2015 – PMT.

Protocolaram, tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta as seguintes empresas: INSTALADORA ELÉTRICA GUARAMIRIM LTDA-EPP, ENGECEL ELETRO COMERCIAL LTDA, ACMM SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA LTDA – EPP E CEPENGE ENGENHARIA LTDA EPP. A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. A senhora Presidente em prosseguimento, passou à abertura dos envelopes Habilitação, colocando à disposição dos presentes, para exame e rubrica, de todos os documentos neles contidos.

Na sequência a Presidente suspendeu a sessão para análise dos documentos, bem como encaminhamento dos documentos de habilitação ao Setor de Contabilidade e Setor de Engenharia, tendo em vista a necessidade de análise e parecer contábil dos mesmos, em especial do item 7.1.4 - Qualificação Econômico-Financeira e parecer técnico dos documentos de habilitação estabelecidos no item 7.1.6 – Qualificação Técnica.

Os envelopes de PROPOSTA deverão permanecer no Setor de Licitação, devidamente lacrados, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intinem-se.

MARLISE THEILACKER

Presidente

BARBARA L. POFFO DE AZEVEDO

Membro

PRISCILA MACEDO

Membro

EXTRATO DE DECISÃO 07 – PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

EXTRATO DE DECISÃO – PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

O Departamento de Vigilância Sanitária, através da sua autoridade superior, faz publicar as penalidades aplicadas aos infratores da legislação sanitária, na forma do Art. 70 da Lei Estadual nº 6.320/83 e Art. 69 do Decreto Estadual nº 23.663/84, para que surta seus efeitos jurídicos, torna pública a seguinte DECISÃO FINAL do Processo Administrativo Sanitário.

INFRATOR: Drogaria SMJ Ltda

CNPJ/CPF: 11.505.319/0001-95

Processo: 38/15

Auto de Imposição de Penalidade (AIP) Nº: 33626900574/15

Penalidade: multa no valor de R\$ 1.449,22 (mil quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte e dois centavos)

ALFREDO JOÃO BERRI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

Três Barras

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 478 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 478 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º.- Conceder o retorno a servidora PRISCILA DE OLIVEIRA – Matrícula Nº 134902-3 da licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares, conforme art. 73, § VI e art. 80, ambos da Lei Complementar nº 138/2009, concedida através da portaria nº. 012/2014, ocupante do cargo de TECNICO SEGURANÇA DO TRABALHO, a contar do dia 02/12/2015.

Art. 2º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Dezembro de 2015.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 479 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 479 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, a servidora, DEBORA RODRIGUES DE MORAES, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 001/2014, cargo de PROFESSOR, carga horária 100:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências da CMEI ZILDA PACHECO. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 480 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELÓI JOSÉ QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

EXONERAR [a pedido] a senhora SAMIRA MUSSI, do quadro de funcionários comissionados desta prefeitura, cargo de SUB DIRETOR – PC 07. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04 de dezembro de 2015.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

PORTARIA Nº. 481 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 481 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora VERONICA WENGRZYNOVSKI ADRIANO, cargo AUX. SERVIÇOS GERAIS, 200:00 mês, do quadro de funcionário TEMPORÁRIO desta Prefeitura Municipal, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde. A contar o atestado de 30/11/2015, e encaminhado ao INSS no dia 14/12/2015. Observação: atestado apresentado no dia de 02/12/2015 no setor de RH.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de dezembro de 2015.

ELOI JOSE QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

DIRETOR

PORTARIA Nº. 482 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

PORTARIA Nº. 482 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2015.

ELOI JOSE QUEGE, Prefeito Municipal de Três Barras - SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

DISPENSAR, [a pedido], a servidora, KARINA DO AMARAL CAVALLHEIRO, do quadro de funcionários temporários desta prefeitura, contratada através do Processo Seletivo de caráter temporário 005/2014, cargo de AUX. SERVIÇOS GERAIS, carga horária 200:00 horas mês, cumprindo-as nas dependências do ESCOLA GUITA FERDMANN. Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes deste município.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da presente data.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de dezembro de 2015.

ELOI JOSÉ QUEGE

Prefeito Municipal

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração desta Prefeitura, na data supra.

WILLIAM GERSON NAYZER

Diretor

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 85/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 85/2015 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Aquisição de kits escolares personalizados para os alunos da Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Centro Educacional Infantil Primeiro Passos Gabriela Grander, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier, para o ano letivo de 2016, conforme itens constantes no Anexo I integrante deste edital.

O recebimento dos envelopes contendo a “proposta” e “documentação” será até as 09h00 min do dia 21/12/2015, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH

Prefeito

RETIFICAÇÃO 01 DO EDITAL 82-2015

PREGÃO PRESENCIAL 82/2015 – RETIFICAÇÃO Nº 01

Levamos ao conhecimento dos interessados a alteração do item do Anexo I do edital do Pregão Presencial 82/2015.

Onde se lê;

Item	Especificação	Quant. Bimestral	Quant. Anual	Valor / Coleção (R\$) (Máx)	Valor Total (Máx)
01	Coleção de livros didáticos para os alunos do Pré I, sendo 123 destinados a alunos e 03 destinados a professores (de acordo com o Termo de Referência, anexo VI)	126	504	191,00	24.066,00
02	Coleção de livros didáticos para os alunos do Pré II, sendo 126 destinados a alunos e 03 destinados a professores (de acordo com o Termo de Referência, anexo VI)	129	516	191,00	24.639,00
	Valor Total Global (Máx)	48.705,00			

Leia-se;

Item	Especificação	Quant. Bimestral	Valor / Coleção (R\$) (Máx)	Valor Total (Máx)
01	Coleção de livros didáticos com 04 volumes anuais (01 por bimestre) para os alunos do Pré I, sendo 123 destinados a alunos e 03 destinados a professores (de acordo com o Termo de Referência, anexo VI)	126	191,00	24.066,00
02	Coleção de livros didáticos com 04 volumes anuais (01 por bimestre) alunos do Pré II, sendo 126 destinados a alunos e 03 destinados a professores (de acordo com o Termo de Referência, anexo VI)	129	191,00	24.639,00
	Valor Total Global (Máx)	48.705,00		

RETIFICAÇÃO 02 DO EDITAL 82-2015

PREGÃO PRESENCIAL 82/2015 – RETIFICAÇÃO Nº 02

Levamos ao conhecimento dos interessados a alteração do item 6.1.1 do edital do Pregão Presencial 82/2015.

Onde se lê;

6.1.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original acompanhado das alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, contendo em seu objeto social a atividade pertinente à realização de concursos públicos;

Leia-se;

6.1.1. Cópia do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, consolidado ou original acompanhado das alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, contendo em seu objeto social a atividade pertinente.

Trombudo Central

PREFEITURA

406/2015

PORTARIA 406/2015 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º - Nomeia a Comissão de Avaliação de Desempenho do Magistério Público Municipal, referente ao exercício de 2015, conforme abaixo descrito:

REPRESENTANTES DO CORPO DOCENTE DA EDUCAÇÃO INFANTIL:

Débora Ceolin
Luiza Carolina Samagaia

REPRESENTANTES DO CORPO DOCENTE DO ENSINO FUNDAMENTAL:

Aline Liana Jabs
Charles Stüepp
Marleide Aparecida de Campos Rocha
Naiara de Souza

REPRESENTANTES DOS COORDENADORES PEDAGÓGICOS:

Eni da Silva
Vivien Erica Fronza

REPRESENTANTES DOS GESTORES EM CARGO DE CHEFIA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE:

Cátia Regina Marangoni Geremias
Gláucia Jaqueline Bodemuller Marcelino

REPRESENTANTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Maria Marlete Bini Marcelino

REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ESPORTE:

Eduardo Brandl

REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS:

Luciana Rosa da Silva

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de dezembro de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos

Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

407/2015

PORTARIA 407/2015 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2015.

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO

SILVIO VENTURI, Prefeito do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas....

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. ELISETE RIGHES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistência Social, licença Gestação pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, conforme atestado médico emitido em 02 de dezembro de 2015, apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 03 de dezembro de 2015, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 08 de dezembro de 2015.

SILVIO VENTURI
Prefeito de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

HANELORE HEDLER
Secretária da Assistência Social e Habitação (Interina)

Tunápolis

PREFEITURA

DECRETO 1738/2015

DECRETO N.º 1738/2015 de 09 de dezembro de 2015.

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Legislação vigente e:

DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido PONTO FACULTATIVO em todo o território do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no dia 24 e 31 de dezembro de 2015, no período matutino e vespertino, em virtude das comemorações festivas do natal e final de ano respectivamente, sendo que todas as repartições públicas municipais estarão fechadas neste dia, exceto os serviços emergências e de urgência, além dos trabalhos de vigia.

Art. 2º Fica estabelecido ainda que o setor administrativo somente terá expediente interno entre os dias 15 de dezembro de 2015 a 08 de janeiro de 2016.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução deste ato correrão à conta dos créditos orçamentários vigentes, entrando em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
aos 09 de dezembro de 2015.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Este Ato foi publicado na presente data.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

LEI 1244/2015

Lei nº. 1244/2015 de 09 de dezembro de 2015.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina,
FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2016, estima a RECEITA em R\$ 16.952.908,56 (Dezesseis milhões, novecentos cinquenta e dois mil, novecentos e oito reais e cinquenta seis centavos) e fixa a DESPESA no mesmo valor, discriminados nos anexos integrantes dela Lei.

Art. 2º. As Receitas do Município de Tunápolis – SC serão realizadas mediante a arrecadação dos tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes no anexo 2 da Lei nº 4.320/64 de acordo com a seguinte classificação:

POR CATEGORIA ECONÔMICA

RECEITAS CORRENTES R\$ 16.922.228,14

- Receitas Tributárias R\$ 874.209,36
- Receitas de Contribuições R\$ 129.864,87
- Receita Patrimonial R\$ 103.532,68
- Receita de Serviços R\$ 905.375,58
- Transferências Correntes R\$ 17.649.747,32
- Outras Receitas Correntes R\$ 33.668,74

(-) Dedução da Receita Corrente R\$ (2.774.170,41)

RECEITAS DE CAPITAL R\$ 30.680,42

- Operações de Crédito R\$ 1.000,00
- Alienação de Bens R\$ 3.107,75
- Amortização de Empréstimos R\$ 26.018,79
- Outras Receitas de Capital R\$ 553,88

TOTAL R\$ 16.952.908,56

Art. 3º. As Despesas do Município de Tunápolis – SC serão realizadas na forma da legislação vigente, segundo a discriminação dos quadros

“Programas de Trabalho” e “Natureza da Despesa” integrantes desta Lei, observando a classificação institucional, funcional programática e natureza da seguinte forma:

POR ÓRGÃO E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO	UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR	%
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		580.798,09	3,43
01.00	Poder Legislativo	580.798,09	3,43
01.01	Câmara Municipal de Vereadores	580.798,09	3,43
PREFEITURA MUNICIPAL		12.501.690,58	73,73
02.00	Poder Executivo Municipal	373.887,93	2,21
02.01	Gabinete do Prefeito e Vice	373.887,93	2,21
03.00	Secretaria da Administração, Planej.e Finanças	1.880.239,82	11,09
03.01	Administração, Planejamento e Finanças	1.393.728,59	8,22
03.02	Encargos Gerais	486.511,23	2,87
04.00	Secretaria da Educação, Cultura e Esportes	4.501.845,78	26,55
04.01	Administração da Educação Municipal	259.613,48	1,53
04.02	Ensino Fundamental	1.859.632,44	10,97
04.03	Educação Infantil – Pré-Escola	737.096,68	4,35
04.04	Ensino Médio	186.877,23	1,10
04.05	Educação Especial	120.000,00	0,71
04.06	Ensino Superior	60.000,00	0,35
04.07	Educação Infantil – Creche	697.718,89	4,12
04.09	Esportes	310.221,81	1,83
04.10	Cultura e Turismo	270.685,25	1,60
05.00	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	1.351.844,66	7,97
05.01	Agricultura e Meio Ambiente	1.351.844,66	7,97
06.00	Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	2.878.323,93	16,98
06.01	Transportes na Sede do Município e do Interior	2.026.845,08	11,96
06.02	Urbanismo, Infra-Estrutura e Serviços Gerais	851.478,85	5,02
07.00	Secretaria da Indústria e Comércio	140.616,25	0,83
07.01	Indústria, Comércio e Serviços	140.616,25	0,83
08.00	Fundo Municipal da Assistência Social	626.278,70	3,69
08.01	Fundo Municipal da Assistência Social	626.278,70	3,69
09.00	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	117.733,55	0,69
09.01	Fundo Municipal da Infância e Adolescência	117.733,55	0,69
11.00	Fundo de Habitação e Interesse Social	158.232,50	0,93
11.01	Fundo de Habitação e Interesse Social	158.232,50	0,93
12.00	Fundo Municipal de Saneamento Básico	432.687,46	2,55
12.01	Fundo Municipal de Saneamento Básico	432.687,46	2,55
13.00	Fundo Municipal de Enfrentamento a Desastres	40.000,00	0,24
13.01	Fundo Municipal de Enfrentamento a Desastres	40.000,00	0,24
10.00	Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social	3.870.419,89	22,83
10.01	Fundo Municipal de Saúde	3.870.419,89	22,83
TOTAL GERAL		16.952.908,56	100%

POR CATEGORIA ECONÔMICA

I - DESPESAS CORRENTES R\$ 15.992.976,67 94,34%
 Pessoal e Encargos Sociais R\$ 8.207.419,39 48,42%
 Juros e Encargos da Dívida R\$ 5.600,00 0,03%
 Outras Despesas Correntes R\$ 7.779.957,28 45,89%
 II - DESPESAS DE CAPITAL R\$ 919.931,89 5,42%
 Investimentos R\$ 861.221,14 5,08%
 Amortização da Dívida R\$ 58.710,75 0,34%
 III - RESERVA DE CONTINGÊNCIA R\$ 40.000,00 0,24%

TOTAL R\$ 16.952.908,56 100%

CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

031 – Ação Legislativa R\$ 580.798,09
 122 – Administração Geral R\$ 1.857.733,20
 181 – Policiamento R\$ 49.606,00
 241 – Assistência ao Idoso R\$ 224.160,52
 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente R\$ 199.211,35
 244 – Assistência Comunitária R\$ 402.118,18
 301 – Atenção Básica R\$ 3.158.819,00
 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial R\$ 645.304,44

304 – Vigilância Sanitária R\$ 54.060,70
 305 – Vigilância Epidemiológica R\$ 10.020,25
 306 – Alimentação e Nutrição R\$ 72.424,24
 361 – Ensino Fundamental R\$ 2.049.037,18
 362 – Ensino Médio R\$ 186.877,23
 364 – Ensino Superior R\$ 60.000,00
 365 – Ensino Infantil R\$ 1.434.815,57
 367 – Educação Especial R\$ 120.000,00
 392 – Difusão Cultural R\$ 260.685,25
 451 – Infra-Estrutura Urbana R\$ 695.071,85
 482 – Habitação Urbana R\$ 158.232,50
 512 – Saneamento Básico Urbano R\$ 432.687,46
 606 – Extensão Rural R\$ 1.047.812,88
 608 – Promoção da Produção Agropecuária R\$ 280.000,00
 609 – Defesa Agropecuária R\$ 15.031,78
 661 – Promoção Industrial R\$ 60.616,25
 691 – Promoção Comercial R\$ 80.000,00
 695 – Turismo R\$ 10.000,00
 722 – Telecomunicações R\$ 9.000,00
 752 – Energia Elétrica R\$ 156.407,00
 782 – Transporte Rodoviário R\$ 2.026.845,08
 812 – Desporto Comunitário R\$ 310.221,81
 813 – Lazer R\$ 201.000,00
 843 – Serviços da Dívida Interna R\$ 64.310,75
 846 – Outros Encargos Especiais R\$ 40.000,00
 TOTAL GERAL R\$ 16.952.908,56

CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)
0000 – Encargos Especiais	473.693,71
0001 – Processo Legislativo	580.798,09
0002 – Administração Geral	1.537.956,24
0003 – Assistência Social Geral	626.278,70
0004 – Ensino Médio	186.877,23
0005 – Ensino Básico (Infantil + Fundamental)	3.554.061,49
0006 – Ensino Superior	60.000,00
0007 – Educação Especial	120.000,00
0008 – Difusão Cultural	270.685,25
0009 – Planejamento Urbano	851.478,85
0010 – Habitação Popular	158.232,50
0011 – Saneamento Básico	432.687,46
0012 – Saúde Básica	3.870.419,89
0013 – Agricultura Sustentável	1.351.844,66
0014 – Incentivo a Produção Comercial e Industrial	140.616,25
0015 – Estradas Vicinais	2.026.845,08
0016 – Desporto Amador	310.221,81
0017 – Feiras e Exposições	201.000,00
0018 – Assistência à Crianças e Adolescentes	199.211,35
TOTAL	16.952.908,56

Art. 4º. Os Recursos da Reserva de Contingência estão fixados de acordo com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e serão destinados por Ato do Poder Executivo através de Decreto, para atendimentos a passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme determina a Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, do Excesso de Arrecadação e do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

§ 2º Sendo estes recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara de Vereadores, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos.

Art. 5º. As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 6º. Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 7º. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 8º. Durante o exercício de 2016 o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei, mediante autorização Legislativa.

§ 1º As Operações de Crédito a serem realizadas pelo Município, não poderão exceder o montante das despesas de capital fixadas nesta Lei Orçamentária Anual, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovada pelo Poder Legislativo, observado o que dispõe a Resolução nº. 43/2001 do Senado Federal ou outro ato que a venha substituir e legislação correlata.

§ 2º De acordo com o que determina o art. 35 da Lei de Responsabilidade Fiscal, fica expressamente proibida a realização de operações de crédito com entes da federação.

Art. 9º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar abertura de créditos adicionais até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada na presente Lei, mediante ato próprio através da edição de Decreto Municipal, dependendo da existência de recursos disponíveis, e nos termos e limites do Artigo 7º da Lei Federal nº 4.320/64 e alterações posteriores, criando, se necessário, elementos de despesa e fonte de recurso dentro de cada projeto ou atividade.

§ 1º Os recursos disponíveis de que trata o Artigo 9, são aqueles referidos no artigo 43 da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964, pelo qual fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Utilizar o Excesso de Arrecadação, desde que comprovada a existência do excesso no período da abertura do crédito adicional, a ser apurado por fonte de recurso, observados os níveis de detalhamento das mesmas, conforme prevê o inciso II do § 1º do Artigo 43 da Lei nº 4.320/64, combinado com o § 3º deste mesmo artigo.

II – Remanejar as dotações orçamentárias de elementos de despesa dentro da mesma atividade ou projeto de programação, por decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto-Legislativo no âmbito do Poder Legislativo, desde que não comprometa as dotações de pessoal, encargos e outras consideradas prioritárias ao atendimento, principalmente as que dependem de limites mínimos legais, conforme previsto no Artigo 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320/64, objetivando a plena e segura execução das previsões, quando for o caso, observando o disposto no Artigo 167, VI da Constituição Federal.

III – Utilizar o Superávit Financeiro, verificado no Balanço Patrimonial do exercício financeiro imediatamente anterior, para suplementação de dotações orçamentárias, conforme prevê o § 1º, inciso I, do Artigo 43 da Lei nº 4.320/64, combinado com o § 2º deste mesmo artigo.

IV – Suplementar utilizando-se do Excesso de Arrecadação, verificado nas rubricas específicas dos convênios, utilizando para isto o repasse do respectivo convênio, cujo valor não fará parte do demonstrativo do quadro de excesso de arrecadação para efeitos de outras suplementações.

§ 2º Excluem-se do limite previsto no caput deste artigo, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício, ainda, aos que tiverem como fontes os recursos provenientes de operações de crédito, transferências voluntárias e de convênios a fundo perdido, e aqueles destinados ao reforço das dotações do grupo de pessoal e encargos sociais.

Art. 10. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11. O Executivo Municipal está autorizado assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não, devendo ser encaminhada cópia de todos os convênios firmados à Câmara Municipal de Vereadores, para comprovação da transparência administrativa.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC,
em 09 de dezembro de 2015.

ENOÍ SCHERER
Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada
em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

União do Oeste

PREFEITURA

3 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 19/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 19/2014

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 19/2014, que fazem de um lado o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa SOCIEDADE RÁDIO CONTINENTAL LTDA, estabelecida sito a Avenida Santa Catarina, Coronel Freitas - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.684.498/0001-86, neste ato representada por sua representante legal Senhor RODRIGO NARDINO, portador do CPF n.º 007.993.559-17, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado, aditado através do 1º e 2º Termo Aditivo, por mais doze meses, passando a vigor até 31 de dezembro de 2016.

Órgão – 03 SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cod. Red. 08 - APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00

Valor R\$ 14.268,96 (Quatorze mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos).

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 19/2014, não alterados pelos aditivos realizados, permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 09 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

PREFEITO MUNICIPAL

P/CONTRATANTE

SOCIEDADE RÁDIO CONTINENTAL LTDA

RODRIGO NARDINO

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02. _____

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

3 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 20/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 20/2014

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 20/2014, que fazem de um lado o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa RADIO CENTRO OESTE DE PINHALZINHO LTDA, estabelecida sito a Avenida Belém, Pinhalzinho - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.402.255/0001-08, neste ato representada por sua representante legal Senhor ERNANI EDISON HORVATH, portador do CPF n.º 067.362.469/20, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado, aditado através do 1º e 2º Termo Aditivo, por mais doze meses, passando a vigor até 31 de dezembro de 2016.

Órgão – 03 SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cod. Red. 08 - APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00

Valor R\$ 14.268,96 (Quatorze mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos).

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 20/2014, não alterados pelos aditivos realizados, permanecem

inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 09 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL
P/CONTRATANTE

RÁDIO CENTRO OESTE DE PINHALZINHO LTDA
ERNANI E. HORVATH
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

02. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

3 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 21/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 21/2014

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 21/2014, que fazem de um lado o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa RADIO 102 DE PINHALZINHO LTDA, estabelecida sito a Rua São Luiz, Pinhalzinho - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 03.802.438/0001-81, neste ato representada por sua representante legal Senhor LADIR CASSOL, portador da CI nº 710.406-5, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado, aditado através do 1º e 2º Termo Aditivo por mais doze meses, passando a vigor até 31 de dezembro de 2016.

Cláusula Segunda. As despesas decorrentes da prestação dos serviços, objeto do presente termo aditivo, correrão à conta da Dotação do orçamento do Município para o exercício de 2016, com a seguinte classificação:

Órgão – 03 SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cod. Red. 08 - APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00

Valor R\$ 18.443,64 (Dezoito mil, quatrocentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos).

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 21/2014, não alterados pelos aditivos realizados, permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 09 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO
PREFEITO MUNICIPAL
P/CONTRATANTE

RÁDIO 102 DE PINHALZINHO LTDA
LADIR CASSOL
P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Marília Miorelli
CPF: 057.672.509-95

02. _____
Nome: José Tessaro
CPF: 460.292.909-59

3 TERMO ADITIVO AO CONTRATO 22/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 22/2014

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n.º 22/2014, que fazem de um lado o MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE, com sede na Avenida São Luiz, n.º 531, inscrita no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Senhor EVERALDO LUIS CASONATTO, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa RADIO CORAÇÃO DE JESUS LTDA, estabelecida sito Avenida Primo Alberto Bodanese, Quilombo - SC, inscrita no CNPJ sob n.º 01.863.180/0001-06, neste ato representada por sua representante legal Senhor SILVANO DE PARIZ, portador do RG nº 579.998.729-20, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, acordam firmar o presente Termo Aditivo, fundamentado na Cláusula Terceira do contrato principal e Art. 57, Inciso II da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato supra citado, aditado através do 1º e 2º Termo Aditivo, por mais doze meses, passando a vigor até 31 de dezembro de 2016.

Órgão – 03 SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Unidade - 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Projeto Atividade – 2.020 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Cod. Red. 08 - APLICAÇÕES DIRETAS: 3.3.90.00.00.00.00.00

Valor R\$ 14.268,96 (Quatorze mil, duzentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos).

Cláusula Terceira. As demais cláusulas do Contrato Administrativo n.º 22/2014, não alterados pelos aditivos realizados, permanecem inalteradas e válidas.

UNIÃO DO OESTE, 09 de dezembro de 2015.

EVERALDO LUIS CASONATTO

PREFEITO MUNICIPAL

P/CONTRATANTE

RÁDIO CORAÇÃO DE JESUS LTDA

SILVANO DE PARIZ

P/ CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Marília Miorelli

CPF: 057.672.509-95

02. _____

Nome: José Tessaro

CPF: 460.292.909-59

Vargeão

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2015

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 57/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº. 047/2012 de 28 de setembro de 2012, que realizará no dia 21 de dezembro de 2015 às 8h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, exclusivo para ME/EPP, do tipo menor preço por item, para aquisição parcelada de alimentos e produtos de higiene e limpeza, destinados ao SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ao Idoso, a Criança e ao Adolescente do Município de Vargeão, SC, para o Exercício 2016, conforme especificações constantes do Edital de Pregão nº 57/2015. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 08 de dezembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2015

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial nº 58/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGEÃO

Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002, Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e de acordo com o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, que realizará no dia 21 de dezembro de 2015 às 14h15min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, para contratação de Empresa especializada para prestação de serviços técnicos especializados de maestro para os corais italianos municipais e de instrutor musical para aulas de violão e teclado para crianças e adolescentes do município de Vargeão. Informações complementares serão prestadas pelo Pregoeiro, através do e-mail licitacao@vargeao.sc.gov.br, fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação.

Vargeão, SC, 08 de dezembro de 2015.

Amarildo Paglia

Prefeito Municipal

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2015

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 80/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame para Eventual Aquisição de uma Câmera Filmadora e um Tela de Projeção com Tripé, para utilização da Secretaria Municipal de Educação, conforme Anexo I, observadas as especificações ali estabelecidas, que acompanha este edital.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, pelo seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 80/2015, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003, Decreto nº. 7.892 de 23 de janeiro de 2013. Decreto Municipal nº. 2.130/2013 de 29 de abril de 2013 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do pregão será realizada na Avenida Jorge Lacerda, nº 1180 – Prefeitura Municipal de Vidal Ramos – Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, Brasil, iniciando-se no dia 21/12/2015 às 09 horas e será conduzido pelo Pregoeiro, designado nos autos do processo em epígrafe.

PREFEITO MUNICIPAL – LAERCIO DA CRUZ

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 81/2015

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 81/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 81/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a MATERIAL DESTINADO A FABRICAÇÃO DE LAJOTAS, BEM COMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS DE CONSERVAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO E SERVIÇOS URBANOS DESENVOLVIDAS PELO DMER BEM COMO EPEI'S NECESSÁRIOS, NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2016.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 14/2013 em 03/01/2013 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 81/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 21/12/2015 às 10:00 hrs.

LOCAL: Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

VIDAL RAMOS, 08 DE DEZEMBRO DE 2015
LAERCIO DA CRUZ - PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 82/2015

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 82/2015

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 82/2015

OBJETO: BATERIA ELÉTRICA PARA REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS AUTOMOTORES COMO CAMINHÕES E ÔNIBUS, BATERIA DE 1ª. LINHA COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. CONFORME NECESSIDADE DE CONSUMO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E DO DMER.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 82/2015, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 21/12/2015, às 14:00 horas.

LOCAL: Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 83/2015

Prefeitura de Vidal Ramos
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
Setor de Compras
PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 83/2015

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a contratação de Instituição de Ensino Superior ou empresa vinculada a Instituição de Ensino Superior.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº. 83/2015, do tipo MENOR LANCE POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 16:00 hrs do dia 21 de dezembro de 2015.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANÇES: Às 16:00 hrs do dia 21 de dezembro de 2015, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 08 de dezembro de 2015
LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 004/2015 FMS - ERRATA

Termo de Errata

Processo de Licitação 004/2015 FMS

Modalidade: Pregão 003/2015 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISIÇÃO DE VEICULO, EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE CONFORME PROGRAMA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, PROPOSTA 11347.201000/1140-01, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 21 de dezembro 2015 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 09 de dezembro de 2015.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO N º AJG 244/2015

DECRETO Nº AJG 244/2015

ALTERA MEMBROS QUE COMPÕEM O COMITÊ DE COORDENAÇÃO E O COMITÊ EXECUTIVO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO (PMSB) DE XANXERÊ, INSTITUIDOS PELO DECRETO Nº AJG 067/2013.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, em exercício, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e considerando a necessidade de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, nos termos da Lei Federal nº 11.445/2007;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam alterados os membros que compõe o Comitê de Coordenação do Plano Municipal de Saneamento Básico, que passa a ter a seguinte representação:

I – DIONÍSIO KOHL – Secretaria Municipal de Educação;
II – JORGE LUIZ ANTONIOLLI – Sec. Mun. de Obras, Trans. e Serviços;
III – IÁRA HELENA CALLFASS – Secretaria Municipal de Saúde;
IV – FÁBIO POMPERMAIER – Secretaria Mun. do Des. Agropecuário;
V - Representante da FUNASA – Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica (NICT).

Art. 2º. Ficam alterados os membros que compõe o Comitê de Executivo do Plano Municipal de Saneamento Básico, que passa a ter a seguinte representação:

CARLOS ALBERTO PERETTI – Secretaria Mun. de Adm. e Finanças;
CAMILA FARIAS – Secretaria Municipal de Políticas Ambientais;
CLECI SCHEIBEL ZANIN – Secretaria Municipal de Saúde;
RIVAEEL SANDER FRESCHI – Gabinete do Prefeito;
LEANDRO MARZARI SILVA – Sec. Mun. de Obras, Trans. e Serviços;
PAULO INACIO VILA FILHO – Ampla Assessoria e Planejamento Ltda.

Art. 3º. Permanecem em vigor as demais disposições contidas no Decreto nº AJG 067/2013, de 05 de fevereiro de 2013.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 08 de dezembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº AJG 245/2015

DECRETO Nº AJG 245/2015

DESCREDENCIA MONITORAS DA EMPRESA DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME PARA O EXERCÍCIO DAS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS ACERCA DO ESTACIONAMENTO ROTATIVO NAS ÁREAS SOB CONCESSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e no art. 7º da Lei Municipal nº AJG 3738/2015, de 19 de maio de 2015,

Considerando o disposto no Ofício nº 0099/2015, de 04.12.2015, da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam as monitoras da empresa DAC – Serviços de Estacionamento Rotativo Ltda. ME, concessionária dos serviços de estacionamento rotativo em Xanxerê, abaixo relacionadas, descredenciadas para fiscalizar o cumprimento das normas municipais acerca do estacionamento de veículos nas áreas sob concessão:

NOME CPF IDENTIDADE

Estefania de Lima Varnier 096.588.529-12 6.670.257

Ana Carolina Oliveira Moreira 107.120.489-01 6.947.613

Aline dos Santos 095.450.129-27 6.475.299

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 08 de dezembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

EDITAL DE CITAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO

A Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar nomeada pela Portaria nº AJG 005/2015, de 27 de janeiro de 2015, em decorrência do Processo Administrativo Disciplinar nº 004/2015, e com base no art. 159 do Estatuto do Servidor Público Municipal, com observância das alterações introduzidas pela lei municipal nº 3741/2015, vem por meio deste edital citar, nos termos do art. 128, II, do Estatuto do Servidor Público Municipal, a servidora pública municipal senhora JULIANA SAMPAIO CARDOSO, RG nº 4.384.697 e CPF nº 008.822.449-06. Considerando ainda o parágrafo único do art. 159 do Estatuto do Servidor Público Municipal, a acima citada poderá apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias a contar da publicação deste, sob pena de correr processo a sua revelia.

Xanxerê, SC, 09 de dezembro de 2015.

CARLOS ALBERTO PERETTI

Presidente da Comissão Especial

de Processo Administrativo Disciplinar

PORTARIA Nº RH- AJG 279/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 279/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3109/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 07.12.2015 a 05.01.2016, a Servidora Pública Municipal Sra. EDNA PAULA CRUZ COSTA, Nacionalidade Brasileira, casada, portadora da CI Nº 3.867.268-5 e CPF Nº 008.175.559-78, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC. Nomeada conforme Decreto nº LJV 153/2012 no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 04495/2015. Datado de 08.12.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 25.09.2012 a 24.09.2015: 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir do dia 07.12.2015. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 08 de Dezembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AJG 280/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 280/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei Complementar BLB 3.112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 15 (quinze) dias a partir de 25.01.2016 à 08.02.2016. A Servidora Pública Municipal a Sra. SIMONE DE RAMOS, nacionalidade brasileira, estado civil solteira, portadora da CI nº 4.165.569 e do CPF nº 005.220.179-16, residente e domiciliada nesta cidade de – Xanxerê – SC, nomeada conforme Decreto Nº LJV 192/2011 no cargo de TÉCNICO EM INFORMÁTICA com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 04496/2015. Datado de 08.12.2015.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de: 08.08.2011 a 07.08.2014: 15 (quinze) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a licença prêmio a partir do dia 25.01.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 08 de Dezembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH- AJG 281/2015

PORTARIA Nº RH-AJG 281/2015

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 30 (trinta) dias a partir de 04.01.2016 a 02.02.2016 a Servidora Pública Municipal Sra. MARLI LUCIA BERNARDI CAUVILLA, nacionalidade brasileira, estado civil casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 17/R 617.232 e CPF nº 384.882.309-82, nomeada conforme Decreto nº AM 085/2002, no cargo de INSTRUTOR DE ARTES, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 04500/2015, datado de 08.12.2015.

A Licença Prêmio concedida refere-se ao período de: 08.06.2012 a 07.06.2015 – 30 (trinta) dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Passando a vigorar a Licença Prêmio a partir do dia 04.01.2016. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 08 de Dezembro de 2015.

ADEMIR JOSÉ GASPARINI

Prefeito Municipal

Xavantina

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO Nº010

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Processo de Dispensa nº005/2015

Contrato: Nº010/CMV/2015

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAVANTINA

Contratado: ELETRONICA FAZOLO -ME

Objeto: 01 –

02 – MICROFONES SEM FIO LENOX LS-802

09 – MICROFONES COM FIO LENOX SM 58

09 - PEDESTAL CSR D15

160 - MT DE FIO CABO

04 - UNIDDES DE PILHAS RECARREGAVEL

INSTALAÇÃO- MÃO DE OBRA

Data da assinatura: 04/12/2015

Valor: R\$5.001,00(cinco mil e um reais)

Hélio Domingos Sordi

Presidente

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO 103/2015

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE XAXIM – SC ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO LICITATÓRIO N. 204/2015
PREGÃO PRESENCIAL N. 103/2015
LICITAÇÃO COM TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS NA LC 123/2006 e 147/2014.

O Município de Xaxim – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando a aquisição de tintas para pintura do CRAS Santa Terezinha e mão de obra, conforme especificação completa no edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 13h: 00min do dia 21 de dezembro de 2015, procedendo à abertura às 13h: 30min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 08 de dezembro de 2015.
Idacir Antônio Orso
Prefeito

DECRETO 349

DECRETO Nº 349/2015

Estabelece Recesso de Final de Ano nas repartições públicas municipais de Xaxim – SC e dá outras providências.

Idacir Antonio Orso, Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente decreto, estabelecido cronograma de recesso de final de ano nas repartições públicas municipais de Xaxim – SC, conforme segue:

I – Na Secretaria Municipal da Mulher, Juventude e Terceira Idade, Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, com início no dia 21 de dezembro de 2015 e término no dia 03 de janeiro de 2016;

II – Na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, com início no dia 21 de dezembro de 2015 e término no dia 03 de janeiro de 2016, exceto:

- a) o Programa de Silagem e Inspeção Animal, que seguem em atendimento normal;
- b) o Setor de Bloco de Notas de Produtor Rural, que fará plantão de atendimento nos dias 21, 22, 23, 28, 29 e 30 de dezembro de 2015.

III – Na Secretaria Municipal de Saúde e todas as suas unidades, com início no dia 24 de dezembro de 2015 e término no dia 03 de janeiro de 2016, exceto a Farmácia Municipal, que trabalhará em turno único das 07h30min às 11h30min;

IV – Na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com início no dia 21 de dezembro de 2015 e término no dia 03 de janeiro de 2016, exceto;

- a) o Abrigo Municipal que permanece em funcionamento normal;
- b) o CREAS durante o período de recesso manterá um plantão de sobreaviso para atender casos de necessidade;

V – Na Secretaria Municipal de Infraestrutura (Parque de Máquinas), com início no dia 21 de dezembro de 2015 e término no dia 03 de janeiro de 2016, com exceção do Departamento de Serviços Urbanos e outros serviços essenciais, que permanecem funcionando normalmente;

VI – Na Secretaria Municipal da Fazenda, Departamento de Engenharia, Topografia, Junta Militar e Trânsito, haverá apenas expediente interno do dia 24 de dezembro de 2015 até 03 de janeiro de 2016, podendo haver liberação de servidor mediante comunicado da chefia imediata;

VII – No Centro Administrativo haverá apenas expediente interno do dia 21 de dezembro de 2015 a 03 de janeiro de 2016, podendo haver liberação de servidor mediante comunicado da chefia imediata;

VIII – Nos demais setores ligados a administração, recesso do dia 24 de dezembro de 2015 a 03 de janeiro de 2016, exceto o Procon que trabalhará normalmente;

IX – A Secretaria Municipal de Educação e Cultura obedece a calendário próprio de funcionamento;

X – Na Defesa Civil, durante o período de 24 de dezembro de 2015 a 03 de janeiro de 2016, sendo que deverá ficar um servidor de sobreaviso para atender os casos de emergência;

Parágrafo 1º - Os servidores vinculados ao parque de máquinas, a partir de 07 de dezembro a 20 de dezembro de 2015, mediante a conclusão dos trabalhos estabelecidos, poderão ser liberados pela chefia imediata, ficando estes de sobreaviso durante este período.

Parágrafo 2º - Os casos de urgência e emergência relacionados à saúde da população deverão ser encaminhados ao Pronto Atendimento 24 horas, anexo ao Hospital Frei Bruno.

Parágrafo 3º - Permanecem em funcionamento normal os demais serviços essenciais do município.

Art. 2º Nos dias 24 e 31 de dezembro de 2015, fica estabelecido ponto facultativo nos setores que permanecerem em funcionamento, exceto o abrigo municipal.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de dezembro de 2015.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

TERMO DE TRANSMISSAO DE CARGO

TERMO DE TRANSMISSÃO DE CARGO
DE PREFEITO MUNICIPAL

Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do ano de 2015 (dois mil e quinze), às 17 (dezesete) horas, no Gabinete do Prefeito, situado no Prédio do Centro Administrativo Municipal, à Rua Rui Barbosa nº 347, Município de Xaxim - Estado de Santa Catarina, presentes os Senhores Idacir Antonio Orso e Luis Felipe Diniz Fagundes, Prefeito Municipal e Vice-Prefeito, respectivamente, e demais autoridades que assinam o presente Termo, sendo pelo primeiro, transmitido ao segundo, pelo período de 08 (oito) a 23 (vinte e três) de dezembro do corrente ano, o exercício do cargo de Prefeito Municipal, de acordo com o Artigo 59 da Lei Orgânica do Município, tendo o Sr. Idacir Antonio Orso apresentado ao seu vice-prefeito Sr. Luis Felipe Diniz Fagundes os documentos referentes à Prefeitura Municipal e Fundos Municipais, de conformidade com a Legislação em vigor.

A Transmissão de Cargo dá-se em decorrência do gozo de 16 (dezesesseis) dias de férias do Prefeito Municipal Sr. Idacir Antonio Orso.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 07 de dezembro de 2015.

Idacir Antonio Orso	Luis Felipe Diniz Fagundes
Prefeito Municipal	Prefeito Municipal em Exercício

Demais Presentes:

Zortéa

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2015 - MATERIAL DIDATICO E PEDAGOGICO - PROINFANCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE ZORTÉA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 054/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizou, na data de 08 de Dezembro de 2015, licitação conforme discriminado abaixo: Objeto: Aquisição de material didático e pedagógico - brinquedos, para a escola da rede municipal de ensino, Grupo Escolar Municipal Horizonte, conforme autorização para aquisição por meio da ata de Registro de Preços nº10/2015 do Pregão Eletrônico nº 35/2014/ FNDE/MEC, solicitação nº 68991- Recurso Financeiro: Proinfância. MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 003/2015. Processo de Licitação nº 054/2015. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3557-2019 ou pelo e - mail compras@zortea.sc.gov.br – prefeitura@zortea.sc.gov.br. Zortea – SC, 20 de janeiro de 2015. Paulo José Francescki - Prefeito Municipal

EXTRATO DE EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2015 - MATERIAL DIDATICO E PEDAGOGICO - PROINFANCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE ZORTÉA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 055/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 004/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Zortéa, Estado de Santa Catarina, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizou, na data de 08 de Dezembro de 2015, licitação conforme discriminado abaixo: Objeto: Aquisição de material didático e pedagógico - brinquedos, para a escola da rede municipal de ensino, Grupo Escolar Municipal Horizonte, conforme autorização para aquisição por meio da ata de Registro de Preços nº10/2015 do Pregão Eletrônico nº 35/2014/ FNDE/MEC, solicitação nº 68991- Recurso Financeiro: Proinfância. MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 004/2015. Processo de Licitação nº 055/2015. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3557-2019 ou pelo e - mail compras@zortea.sc.gov.br – prefeitura@zortea.sc.gov.br. Zortea – SC, 20 de janeiro de 2015. Paulo José Francescki - Prefeito Municipal

Associações

AMMVI

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº DL 01/2015

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº DL01/2015

Considerando-se as dificuldades operacionais para cumprimento do calendário de atividades previstas na Proposta Técnica de Trabalho firmada em 26/01/2015 e a necessidade de repactuação do prazo de execução e de vigência fixado no instrumento contratual;

As partes, de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a COMPETI - CONSULTORIA E REPRESENTAÇÃO EM TECNOLOGIA E GESTÃO DE PROCESSOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 16.708.673/0001-30, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 585, bairro Sete de Setembro, na cidade de Gaspar - SC, neste ato representada por Maurélio Soares – CPF nº 694.663.789-53, doravante designada CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Alteração ao Contrato de Prestação de Serviços nº DL01/2015, firmado em 26/01/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

0.1 – O prazo de execução dos serviços e de vigência do contrato, fixados no § 2º da Clausula Primeira do Contrato de Prestação de Serviços nº DL01/2015, firmado em 26/01/2015, ficam prorrogados até 18 de dezembro de 2015.

0.2 O tempo necessário para execução dos serviços fixados no § 2º da Clausula Primeira do Contrato de Prestação de Serviços nº DL01/2015, firmado em 26/01/2015, fica aditado em 15 (quinze) horas, totalizando R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais), com pagamento após a apresentação do trabalho final e emissão de Nota Fiscal.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços nº DL01/2015, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes abaixo.

Blumenau/SC, 01 de dezembro de 2015.

CONTRATANTE	CONTRATADA
PAULO ROBERTO WEISS	Maurélio Soares
Presidente da AMMVI	

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº DL 19/2015

PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº DL19/2015

Considerando-se as dificuldades operacionais para cumprimento do calendário de atividades previstas na Proposta Técnica de Trabalho firmada em 24/04/2015 (Orçamento nº 01279/2015) e a necessidade de repactuação do prazo de execução e de vigência fixado no instrumento contratual;

As partes, de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Presidente, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU - FURB, instituída pela Lei Municipal nº 1.557, de 14/12/1968, reconhecida como Universidade pelo Ministério da Educação pela Portaria Ministerial nº 117, de 13/02/1986, e com sua estrutura administrativa estabelecida pela Lei Complementar Municipal nº 743, de 19/03/2010, pessoa jurídica de direito público interno e integrante da Administração Pública Indireta do Município de Blumenau na forma de Autarquia Municipal de regime especial, inscrita no CNPJ sob nº 82.662.958/0001-02, com sede na Rua Antonio da Veiga, nº 140, na cidade de Blumenau/SC, representada por seu Reitor, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem de comum acordo, celebrar Alteração ao Contrato de Prestação de Serviços nº DL19/2015, firmado em 27/04/2015, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Da alteração:

1.1 – Os prazos de execução dos serviços e de vigência do contrato, fixados no item 1.2 da Clausula Primeira do Contrato de Prestação de Serviços nº DL19/2015, firmado em 27/04/2015, ficam prorrogados até 18 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA – Da Ratificação:

2.1 - As demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços nº DL19/2015, ficam mantidas e ratificadas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente termo os representantes das partes contratantes, juntamente com as testemunhas abaixo.

Blumenau/SC, 29 de Julho de 2015.

CONTRATANTE	CONTRATADA
PAULO ROBERTO WEISS	JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO
Presidente da AMMVI	Reitor da FURB

Testemunhas:

Nome: José Rafael Correa
CPF: 601.985.409-49

Nome: Simone Gomes
CPF: 064.611.359-36

RESOLUÇÃO Nº 22/15**RESOLUÇÃO nº 22/15**

Abre Crédito Adicional, no valor de R\$ 57.000,00, no Orçamento-Programa da AMMVI (Secretaria Geral e Administrativo Financeiro).

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2015 no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), em favor das Unidades Orçamentárias, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas, mediante a utilização do Superávit do Exercício Anterior, conforme segue:

01.002.0004.0122.0003.2002 – Manutenção das atividades da AMMVI	
3449000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 57.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 30 de Outubro de 2015; 46º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 23/15**RESOLUÇÃO nº 23/15**

Designa pregoeiro e membros da equipe de apoio para atuarem especificamente na licitação da modalidade pregão nº 06/2015.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, e fundamentado na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e alterações; resolve:

DESIGNAR PREGOEIRO E MEMBROS DA EQUIPE DE APOIO:

Composta dos seguintes funcionários:

Nome	Função
LUIZ CLAUDIO KADES	Pregoeiro
RICHARD BUCHINSKI	Equipe de apoio
RICARDO SORROCHE	Equipe de apoio

O Pregoeiro e a Equipe de Apoio de que se trata esta Resolução atuarão apenas no processo de licitação na modalidade Pregão edital nº 06/2015.

Blumenau - SC, em 05 de novembro de 2015; 46º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 25/15**RESOLUÇÃO nº 25/15**

Abre Crédito Adicional, no valor de R\$ 146.000,00, no Orçamento-Programa da AMMVI (Secretaria Geral e Administrativo Financeiro).

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2015 no valor de R\$ 146.000,00 (cento e quarenta e seis mil reais), em favor das Unidades Orçamentárias, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas, mediante a utilização do Superávit do Exercício Anterior, conforme segue:

01.002.0004.0122.0003.2002 – Manutenção das atividades da AMMVI	
3449000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 146.000,00

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 13 de Novembro de 2015; 46º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 26/15**RESOLUÇÃO nº 26/15**

Declara inservível bem registrado no patrimônio da AMMVI, autorizando a baixa dos registros e sua doação para o Município de Rodeio/SC.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e

Considerando-se que o bem foi substituído por novo equipamento e está obsoleto e não apresenta condições de uso para os fins da Associação, e nem mesmo alienação ou reaproveitamento interno; Considerando-se que este bem está registrado no patrimônio contábil da Associação, necessitando da baixa para fins de correção dos registros, e que pode ser doado para Município associado que já se habilitou para seu recebimento, conforme deliberação da diretoria;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica declarado inservível para uso da AMMVI o seguinte bem:

Patrimônio	Descrição	Situação
Nº 687	Servidor IBM System X 3500	Obsoleto

Art. 2º - Fica autorizada a baixa nos registros patrimoniais do bem móvel declarado inservível para Associação, na forma do artigo anterior, efetuando-se a respectiva baixa nos registros contábeis.

Parágrafo Único - Fica autorizado à doação deste bem declarado inservível para o MUNICÍPIO DE RODEIO, CNPJ nº 83.102.814/0001-64, sediado na Rua Barão do Rio Branco, nº 1069, Centro, CEP. 89.136-000, na cidade de Rodeio/SC, na forma requerida pelo Ente mencionado, mediante termo de recebimento.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 23 de novembro de 2015; 46º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 27/15

RESOLUÇÃO nº 27/15

Dispõe sobre a suspensão das atividades no final deste exercício e início do próximo ano, autorizando recesso ou férias regulares fracionadas e concedendo auxílio-alimentação adicional aos empregados da AMMVI.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, fundamentado no Regulamento do Quadro de Pessoal da AMMVI, aprovado pela Resolução nº 06/08, no § 2º do art. 59, § 1º do art. 134 e art. 139, “caput” e § 1º, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Convenção nº 132 da OIT (incorporado ao ordenamento jurídico pátrio na forma do Decreto nº 3.197, de 05/10/1999); e

Considerando os festejos natalinos e de final de ano, período em que não há expediente nas Prefeituras e nos demais órgãos públicos vinculados aos Municípios filiados à AMMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - Suspender as atividades regulares da AMMVI no período de 21.12.2015 à 06.01.2016, autorizando o gozo de recesso ou férias regulares fracionadas aos empregados e colaboradores (estagiários).

§ 1º - Serão concedidas férias em dois períodos aos empregados da AMMVI, com gozo de férias regulares fracionadas durante o primeiro período estabelecido no “caput” deste artigo, considerando-se este como 15 (quinze) dias, devidamente remuneradas nesta situação, remanesecendo saldo para gozo em período posterior, nos termos da Lei.

§ 2º - Neste período, os estagiários terão o gozo de recesso regular fracionado, considerando-se neste período 15 (quinze) dias, devidamente remunerados.

Art. 2º - No mês de dezembro de 2015, os empregados da AMMVI serão beneficiados com a concessão, em dobro, do auxílio-alimentação, instituído através da Resolução nº 08/02.

Parágrafo Único – A concessão do benefício adicional de que trata este artigo, estende-se aos contratados em regime de estágio.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 23 de novembro de 2015; 46º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 28/15

RESOLUÇÃO nº 28/15

Altera a Resolução nº 21/15 que regulamenta a modalidade de licitação denominada de Pregão para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; e fundamentado na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, na Lei nº 8.666, de 21/06/1993, e na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e demais dispositivos aplicáveis a espécie;;

RESOLVE:

Art. 1º - O inciso I do artigo 13 da Resolução nº 21/15 (Regulamenta a modalidade de licitação denominada de Pregão para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências) passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13 -:”

I - a convocação dos interessados por meio de publicação de aviso, observados os valores estimados para contratação e os meios de divulgação a seguir indicados:

a) até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais):

1) Imprensa Oficial, na forma do inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 8.666/93; e

2) Meio eletrônico, na Internet.

b) acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais) até R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

1) Imprensa Oficial, na forma do inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 8.666/93;

2) Meio eletrônico, na Internet; e

3) Jornal de grande circulação local.

c) superiores a R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais):

1) Imprensa Oficial, na forma do inciso XIII do artigo 6º da Lei nº 8.666/93;

2) Meio eletrônico, na Internet; e

3) Jornal de grande circulação regional ou nacional.

II –;” (NR)

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 23 de novembro de 2015; 46º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

RESOLUÇÃO Nº 29/15

RESOLUÇÃO nº 29/15

Abre Crédito Adicional Suplementar por conta de Anulação, no valor de R\$ 99.750,00, no Orçamento-Programa da AMMVI.

PAULO ROBERTO WEISS, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social; fundamentado na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2015 no valor de R\$ 99.750,00 (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta reais), mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

01.005.0015.0122.0002.2005 – Manut. Assessoria de Planejamento e Engenharia	
3319000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 99.750,00

Art. 2º - O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior corre à conta de anulação parcial do saldo da dotação do seguinte elemento de despesa do Orçamento-Programa 2015:

01.005.0015.0122.0002.2011 – Manutenção da Revisão dos Planos Diretores	
3319000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 84.050,00
3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 10.500,00
3449000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 5.200,00

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau - SC, em 30 de Novembro de 2015; 46º Ano de Fundação.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente da AMMVI

Consórcios

CIGA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 08/2015 - PROCESSO Nº 30/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015

Aviso de Licitação nº 08/2015

Processo nº 30/2015 - Pregão Presencial nº 03/2015

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, n.º 03/2015/CIGA.

Abertura das propostas: 22/12/2015, às 13:30 horas, à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC.

OBJETO: Formação de registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa visando ao fornecimento parcelado de COMBUSTÍVEIS, dos tipos gasolina comum, gasolina aditivada e etanol, para abastecer a frota de veículos oficiais do CIGA, durante o exercício de 2016, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) e as condições estabelecidas, que fazem parte integrante deste Edital, para todos os fins e efeitos.

EDITAL COMPLETO: À disposição dos interessados na Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala n.º 1307, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, no horário das 9 (nove) às 11:30 (onze e trinta) e das 13:30 (treze e trinta) às 17 (dezessete) horas. Edital disponível no site www.ciga.sc.gov.br.

BASE LEGAL: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas legais federais.

Florianópolis, 08 de dezembro de 2015.

MARCELLO ANDRÉ PREVIDI

Analista de Sistemas do CIGA

Pregoeiro do CIGA

CIMVI

ATA 21ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - CIMVI - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR

Ata da 21ª Assembleia Geral Ordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos vinte e três dias do mês de julho de dois mil e quinze, no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, sito à Rua Alberto Stein, nº 466, Velha, Município de Blumenau, às quatorze horas e trinta minutos, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 21ª Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Informes; 2) Programa de Trabalho e Orçamento Anual - exercício 2016; e 3) Assuntos Gerais. O Presidente, Sr. Sergio Almir dos Santos, saudou os presentes e, constatando quórum legal, deu por aberta a Assembleia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia, item 1) Informes - a) Licença Ambiental de Operação do Aterro Sanitário - o Diretor Executivo informou que a Fundação do Meio Ambiente - FATMA indeferiu o pedido de renovação da Licença Ambiental de Operação do Aterro Sanitário, processo RSU/00032/CVI, referente ao Formulário de Caracterização de Empreendimento - Integrado - FCEI nº 186.101, protocolizado pelo Município de Timbó em maio de 2011; diante deste fato, o requerimento de renovação da Licença Ambiental de Operação protocolizado pelo Consórcio em maio de 2015, FCEI nº 382.676, restou prejudicado, sendo que, a Taxa de Licenciamento Ambiental da FATMA, no valor de R\$28.439,12 (vinte e oito mil quatrocentos e trinta e nove reais e doze centavos), paga pelo CIMVI em junho passado deverá ser ressarcida. A FATMA, ao indeferir a solicitação de renovação da LAO (FCEI nº 186.101), concedeu prazo de 60 (sessenta) dias para regularização da situação, o que já está sendo providenciado pelo Consórcio, que deverá protocolizar solicitação de Licença Ambiental Corretiva junto ao órgão ambiental; b) Recursos do CIMVI - o Diretor Executivo apresentou planilha demonstrativa da execução orçamentária por área de atuação no exercício, apontando as receitas e despesas, previstas e realizadas, e respectivos saldos. Apresentou, ainda, planilhas de inadimplência dos consorciados e os saldos em contas correntes e aplicações. Ato contínuo, dada a palavra ao Prefeito de Apiúna, Sr. Nicanor Morro, o mesmo ressaltou à assembleia a importância de zelar pelo saudável funcionamento desse Consórcio Público, instando os prefeitos a regularizar junto aos seus respectivos municípios os atrasos de repasses financeiros devidos ao Consórcio. Em continuidade à pauta, item 2) Programa Anual de Trabalho e Orçamento - Exercício de 2016 - O Diretor Executivo apresentou à Assembleia proposta de programa e orçamento para o exercício de 2016; após as devidas ponderações acerca do programa, orçamento e formas de rateio, decidiu-se por unanimidade, aprovar o programa e orçamento do CIMVI para o exercício de 2016, totalizando R\$ 3.884.040,00 (três milhões, oitocentos e oitenta e quatro mil e quarenta reais), com os seguintes valores e modalidades de rateio por área de atuação: a) Gestão Ambiental e de Recursos Naturais - R\$276.480,00 (duzentos e setenta e seis mil e quatrocentos e oitenta reais) - critério de rateio por município; b) Gestão de Saneamento Básico - R\$2.709.360,00 (dois milhões setecentos e nove mil e trezentos e sessenta reais) sendo: I - R\$882.360,00 (oitocentos e oitenta e dois mil e trezentos e sessenta reais) para a execução de obras, manutenção e custeio da atividade, com critério de rateio pela proporção de disposição de resíduos no aterro sanitário, e, II - R\$1.827.000,00 (um milhão e oitocentos e vinte e sete mil reais) - referentes à operação do aterro sanitário, com critério de pagamento pelos municípios usuários por tonelada de resíduos disposta no aterro sanitário no exercício de 2016; c) Gestão de Turismo - R\$381.600,00 (trezentos e oitenta e um mil e seiscentos reais) - critério de rateio por proporção populacional IBGE - Censo 2010; d) Manutenção das Atividades - R\$ 386.400,00 (trezentos e oitenta e seis mil e quatrocentos reais) - critério de rateio por proporção populacional IBGE - Censo 2010; e e) Gestão de Cultura - R\$ 130.200,00 (cento e trinta mil e duzentos reais) - conforme proposta apresentada pelo

Colegiado de Cultura da AMMVI – Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, da qual restou excluído a contratação de Gestor de Cultura; o critério de rateio adotado é o da proporção populacional IBGE – Censo 2010, entre os quatorze municípios integrantes da AMMVI, quais sejam, Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó. Os valores resultantes dos rateios do orçamento serão repassados a cada município para que consignem em seus respectivos orçamento-programa do exercício de 2016, previsão orçamentária de repasse dos recursos ao Consórcio Público. No caso de ingresso de recursos financeiros através de transferências voluntárias decorrentes de convênios com outros entes federados, prestação de outros serviços aos consorciados e/ou terceiros ou de outras formas, o programa anual de trabalho poderá ser alterado. Por fim, item 3) Assuntos Gerais – Capacitação Técnica - Gestão de Resíduos Sólidos - Alemanha – em razão dos programas de capacitação técnica em Gestão de Resíduos Sólidos e de visitação a unidades do sistema de tratamento, promovidos por instituição alemã, restou deliberado por unanimidade autorizar as seguintes viagens à Alemanha: do servidor público Eng.º Valter Conrado de Araújo em agosto, do servidor público Eng.º André Moro da Silva em outubro, para estágios de capacitação, e dos Srs. Sergio Almir dos Santos e Hartwig Persuhn, respectivamente Presidente e Vice-Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI, para Missão Técnico-Institucional no mês de agosto. Igualmente, restou deliberado por unanimidade, o pagamento de diárias e a contratação de seguro para viagem, cujas despesas serão suportadas com recursos do CIMVI, na forma da Resolução que será baixada e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Sergio Almir dos Santos, deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, Patricia Barbaresco, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

Sergio Almir dos Santos
Presidente

Patricia Barbaresco
Agente Administrativo

ATA 30ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA- CIMVI - REPUBLICADA POR INCORREÇÃO NO TEXTO ANTERIOR

Ata da 30ª Assembleia Geral Extraordinária do CIMVI - Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, Centro, Município de Timbó, Estado de Santa Catarina. Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e quinze, no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí - AMMVI, sita à Rua Alberto Stein, 466, Velha, Município de Blumenau, às quatorze horas e trinta minutos, conforme Registro de Presença, reuniram-se os Prefeitos para a 30ª Assembleia Geral Extraordinária do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, com a seguinte Ordem do Dia: Orçamento para o exercício de 2016 – alteração do critério de rateio. O Presidente, Sr. Sergio Almir dos Santos, saudou os presentes e, constatando quórum legal, deu por aberta a Assembleia. Ato contínuo passou-se diretamente a ordem do dia, Orçamento para o exercício de 2016: alteração do critério de rateio – restou deliberado por unanimidade que o critério de rateio da Gestão de Cultura para o orçamento de 2016, o qual contemplará os municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, fica alterado. O valor de R\$ 130.200,00 (cento e trinta mil e duzentos reais) será rateado entre os quatorze municípios acima mencionados, observados os seguintes critérios: R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) rateado entre os municípios de forma igualitária, cabendo a cada qual o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R\$ 60.200,00 (sessenta mil e duzentos reais) pelo critério de proporção populacional. Os valores resultantes dos rateios do orçamento serão repassados a cada município para que consignem em seus respectivos orçamento-programa do exercício de 2016, previsão orçamentária de repasse dos recursos ao Consórcio Público. No caso de ingresso de recursos financeiros através de transferências voluntárias decorrentes de convênios com outros entes federados, prestação de outros serviços aos consorciados e/ou terceiros ou de outras formas, o programa anual de trabalho poderá ser alterado. Nada mais havendo a tratar, o Presidente, Sr. Sergio Almir dos Santos, deu por encerrada a Assembleia, da qual eu, Patricia Barbaresco, lavrei a presente ata que, após lida foi aprovada, e vai assinada por quem de direito.

Sergio Almir dos Santos
Presidente

Patricia Barbaresco
Agente Administrativo

CIS/AMMVI

ASSEMBLEIA GERAL - 10/12/2015

CONVOCAÇÃO:
ASSEMBLEIA GERAL

PEDRO CELSO ZUCHI, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 18 e 28 do Estatuto Social, CONVOCA todos os consorciados em dia com as suas obrigações estatutárias para a ASSEMBLEIA GERAL que se realizará no dia 10 de dezembro de 2015, às 14h30min, em primeira (1ª) convocação com a presença da maioria qualificada e em não havendo o número, em segunda (2ª) convocação, trinta (30) minutos após, às 15h00min, com a presença da maioria simples dos consorciados.

Local: AMMVII - Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Rua Alberto Stein, 466 – Bairro Velha – Blumenau - SC).
ORDEM DO DIA

- 1 – Leitura e aprovação da Ata anterior;
- 2 – Eleição do Presidente e Vice-Presidente para 2016;
- 3 – Eleição do Conselho Fiscal para 2016;
- 4 – Ratificação do cargo de Diretor Executivo para 2016;
- 5 – Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 02 de dezembro de 2015.
PEDRO CELSO ZUCHI
Presidente do CISAMVI

CISAM**RESOLUÇÃO NORMATIVA CISAM-REG Nº002/2015**

RESOLUÇÃO NORMATIVA CISAM-REG Nº 02/2015

Estabelece requisitos mínimos de qualidade e monitoramento da água e esgoto, conforme disposições da Resolução 06/2013 do CISAM Meio Oeste e do art. 23 da Lei Federal 11.445/2007.

O Presidente da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico – CREFISBA, integrante do CISAM-REG, juntamente com os demais membros da câmara, no uso de suas atribuições legais, promulga a seguinte resolução normativa:

DA QUALIDADE DA ÁGUA**Seção I****Dos Requisitos da Qualidade da Água**

Art. 1º A água que o prestador de serviços fornecer para consumo humano deverá atender integralmente aos requisitos de qualidade estabelecidos pela legislação do Ministério da Saúde (Portaria 2.914/2011 ou aquela que a suceder).

Parágrafo único. Os padrões não constantes da legislação vigente deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde. Em casos de parâmetros realizados em função das características da região, e estes não estarem contemplados na Portaria 2.914/2011, deverão ser consultadas outras legislações que estabelecem limites mínimos e máximos para os parâmetros analisados.

Seção II**Do Monitoramento da Qualidade da Água**

Art. 2º O prestador de serviços desenvolverá Planos e Programas de Monitoramento da qualidade da água bruta e da água tratada, nos termos da legislação vigente do Ministério da Saúde.

Por exemplo: Plano de Segurança da Água (PSA), Plano de Amostragem, etc.

§ 1º O Plano de Amostragem será encaminhado à agência reguladora sempre que for atualizado.

§ 2º Deverá ser encaminhado à agência reguladora o documento da autoridade de saúde pública municipal referente à aprovação do plano de amostragem.

§ 3º O prestador de serviços deverá dar publicidade ao nível de qualidade da água distribuída à população, nos termos do Decreto Federal nº 5.440, de 4 de maio de 2005, e de suas alterações.

Art. 3º Em relação aos mananciais, o prestador de serviços está obrigado a:

I - tomar todas as medidas necessárias para proteção da qualidade da água bruta fornecida às estações de tratamento, proveniente dos mananciais abastecedores, certificando-se de que o tratamento esteja compatível com as características da água bruta, independente das variações sazonais e das alterações ambientais, exceto as provocadas por motivos de caso fortuito ou força maior.

II - no caso de captação de água subterrânea, implementar um programa de avaliação e manejo das fontes de água, bem como de controle e prevenção de sua contaminação, abrangendo aspectos quantitativos e qualitativos das fontes, conforme normas de fiscalização do CISAM-REG.

III - comunicar de imediato ao Órgão Regulador e às autoridades competentes sanitárias, ambientais e de gestão de recursos hídricos, incidentes de contaminação que afetem o fornecimento da água bruta e/ou potável, identificando as medidas necessárias e adotando aquelas de sua responsabilidade, para detectar e impedir que o agente contaminante e/ou a água contaminada ingresse nas Estações de Tratamento.

§ 1º Havendo legislação específica, inclusive resolução do Órgão Regulador sobre procedimentos em caso de incidentes de contaminação de que trata o inciso III deste artigo, o prestador de serviços deverá observar o que ela dispuser.

§ 2º Onde estiverem implantados a outorga, o licenciamento e a cobrança pelo uso da água, o prestador de serviços deverá assegurar o cumprimento do disposto neste artigo, cabendo-lhe, no

mínimo:

I - restringir a acessibilidade às áreas das instalações da captação, de responsabilidade do prestador de serviços, inclusive com implantação de sinalização, a fim de evitar a presença de pessoas não autorizadas e animais;

II - interagir institucionalmente com a finalidade de evitar o uso e a ocupação ilegal das margens dos mananciais supridores.

Art. 4º O prestador de serviços elaborará Plano de Contingências e Emergências (PCE) das instalações de captação e estações de tratamento de água, nos termos da resolução específica.

Seção III**Das Anormalidades na Qualidade da Água**

Art. 5º Diante de qualquer anormalidade no padrão de qualidade da água potável, o prestador de serviços deverá:

I - tomar todas as medidas necessárias para corrigir a situação e normalizá-la no mais curto prazo possível;

II - proteger o usuário mediante a adoção de medidas entre as quais as seguintes:

a) cortar o fornecimento de água da rede e providenciar fornecimentos alternativos;

b) esgotar a água contaminada para local aceito pelas autoridades sanitárias, ambientais e de gestão dos recursos hídricos e purgar o sistema de fornecimento, desinfetando-o, quando isto for possível;

c) continuar o fornecimento de água, sempre que não estiver ameaçada a saúde da população, advertindo os usuários sobre as precauções que devem tomar ao consumi-la;

d) Em casos de suspensão de fornecimento ou iminente perigo à saúde da população, informar à Agência Reguladora, às autoridades locais e aos meios de comunicação sobre a situação existente.

Parágrafo único. A comunicação aos usuários deverá ser imediatamente ao tomar ciência da anomalia, não devendo transcorrer mais de 12 (doze) horas entre a constatação e a comunicação.

Art. 6º O descumprimento das normas e padrões físico-químicos e bacteriológicos de água potável será avaliado conforme a sua duração, nível de impacto ao meio ambiente e danos causados aos usuários.

§ 1º As deficiências temporárias, relativas às emergências ou dificuldades operacionais ocasionais, serão consideradas juntamente com as circunstâncias que originaram o problema, a recorrência e o tempo utilizado pelo prestador de serviços para corrigi-lo, de acordo com a capacidade organizacional da instituição para resolução das deficiências.

§ 2º Serão consideradas como insuficiências da qualidade da água:

I - as irregularidades de caráter prolongado, com mais de 12 (doze) horas, em qualquer circunstância;

II - aquelas não associadas às dificuldades operacionais ocasionais (exemplos: não relacionadas com problemas em equipamentos, mão de obra, etc).

Art. 7º Na hipótese de extrapolação dos limites estabelecidos nas normas ou padrões, o prestador de serviços realizará uma completa investigação, observados os termos da Portaria MS 2.914/2011 ou aquela que a suceder.

Parágrafo único. A detecção de alterações bacteriológicas e/ou físico-químicas prejudiciais à saúde para além dos limites tolerados pela legislação vigente do Ministério da Saúde, em qualquer amostra retirada de qualquer ponto do sistema de abastecimento de água, a partir do tratamento, será condição suficiente para iniciar o procedimento de investigação.

Art. 8. Ocorrendo o disposto no artigo anterior, são obrigações mínimas a serem cumpridas:

I - coleta de amostra confirmatória no mesmo ponto e coleta de amostras adicionais em pontos circundantes ao da amostra original;

II - no caso de tubulações, a coleta de amostras adicionais deverá ocorrer em pontos situados a não mais de 100 (cem) metros do

ponto original, distribuídos à montante e à jusante;

III - inspeção sanitária completa e documentada do local para, conjuntamente com as análises laboratoriais, esclarecer as causas assinaláveis de alteração da qualidade da água e possibilitar as medidas corretivas.

§ 1º A coleta das amostras adicionais deve ser estendida, em ambos os sentidos, a cada cem metros, quando os resultados das análises permanecerem positivos, até a delimitação da área atingida.

§ 2º Deverão ser consideradas entre as medidas corretivas, as seguintes:

a) isolamento imediato de qualquer fonte de contaminação identificada;

b) execução de limpeza, lavagem e desinfecção de tubulações e reservatórios;

c) aumento da dose de desinfetante nas estações de tratamento ou no sistema de distribuição, bem como a adição de produtos químicos que permitam aumentar a eficiência e/ou permanência da ação desinfetante, ou alterações físico-químicas corretivas necessárias à segurança da população.

d) aquelas consideradas pertinentes e resolutivas pelo prestador para o momento.

Art. 9. O prestador de serviços deverá registrar todos os estudos, análises, relatórios, procedimentos e eventos associados à qualidade da água potável, inclusive os incidentes de contaminação.

Parágrafo único. Tais registros, incluindo planilhas originais de dados, deverão estar permanentemente disponíveis para consulta, por parte do Órgão Regulador e das autoridades sanitárias e ambientais e de recursos hídricos competentes, por um período mínimo de 5 (cinco) anos.

DA QUALIDADE DE ESGOTOS

Seção I

Dos Requisitos da Qualidade dos Esgotos

Art. 10. Os requisitos de qualidade de esgotos tratados para lançamento em corpos receptores observarão as características de qualidade da água desses corpos e seus usos preponderantes, segundo a classificação dada pela Regulamentação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Parágrafo único. O prestador de serviços deverá atender às disposições das legislações em vigor sobre padrões e condições de lançamento dos esgotos tratados.

Art. 11. O prestador de serviços deverá cumprir metas estabelecidas no Contrato de Concessão ou de Programa e nos Planos de Saneamento Básico relacionadas ao tratamento de esgotos.

Parágrafo único. O prestador de serviços, mediante fundamentação, poderá propor modificações em tais metas, que deverão ser avaliadas e aprovadas pelo poder público municipal e as autoridades competentes sanitárias, ambientais e de recursos hídricos.

Art. 12. Os efluentes gerados pelo prestador de serviços poderão ser lançados no corpo receptor, de forma tal que não ultrapasse os padrões estabelecidos em sua classificação, não afete a estética do local de sua descarga, nem possibilite condições desfavoráveis de odores e proliferação de insetos e vetores.

§ 1º Os locais de descarga deverão ser escolhidos de forma a não afetar os usos antrópicos predominantes, segundo as categorias estabelecidas na regulamentação do CONAMA, tanto na região costeira como no local de descarga e sua área de influência.

§ 2º Deverão ser realizados estudos do corpo receptor com relação aos lançamentos de esgotos vertidos em condições críticas de vazão e capacidade de autodepuração da área de influência da dispersão dos esgotos despejados.

Art. 15. Com relação à admissibilidade de despejos industriais, o prestador de serviços deverá observar:

I - a existência da capacidade hidráulica do sistema;

II - o ajuste realizado com o usuário industrial sobre as condições técnicas de vazão e concentração das substâncias componentes de seus efluentes, atendendo às normas aplicáveis expedidas pela autoridade ambiental, considerando que o gerador do despejo deverá ter a competente licença ambiental.

Seção II

Do Monitoramento da Qualidade dos Esgotos

Art. 16. O prestador de serviços desenvolverá Programas de Monitoramento dos Sistemas de Esgotamento Sanitário e dos Corpos Receptores.

§ 1º O Programa de Monitoramento dos Sistemas de Esgotamento Sanitário deverá contemplar cada unidade operacional, bem como os pontos do sistema onde são lançados efluentes industriais, e ser executado pelo prestador de serviços;

§ 2º Os resultados das análises dos parâmetros obtidos no Programa de Monitoramento dos Sistemas de Esgotamento Sanitário serão utilizados para verificação da eficiência do tratamento, da adequação dos efluentes tratados aos padrões de lançamento da legislação ambiental, devendo ser observado também o seguinte:

I - na existência de estação de tratamento de odores, o prestador de serviços desenvolverá Programa de Monitoramento do Sistema de Tratamento de Odores, com o objetivo de verificar a eficiência do tratamento e a identificação das substâncias lançadas na atmosfera e suas concentrações;

II - o prestador de serviços realizará pesquisa de opinião por amostragem, com frequência mínima bianual, junto às comunidades estabelecidas próximas às Estações de Tratamento de Esgotos, com o objetivo de identificar problemas relacionados ao convívio com a operação da ETE;

III - serão disponibilizados os resultados do Monitoramento do Sistema de Esgotamento Sanitário aos interessados e ao órgão Regulador.

§ 3º O Programa de Monitoramento dos Corpos Receptores deverá atender a qualidade ambiental de cada corpo receptor à montante e à jusante do ponto de lançamento, na área de influência da dispersão dos esgotos lançados e complementar, quando necessário, o monitoramento realizado pela autoridade ambiental competente, estabelecendo:

I - o nível de poluição, segundo os parâmetros estabelecidos na resolução do CONAMA;

II - a capacidade de autodepuração do corpo receptor em relação aos esgotos despejados, tratados ou não, em condições críticas de vazão.

§ 4º Para os efeitos deste artigo, o prestador de serviços deverá acatar as orientações do Órgão Regulador e das autoridades sanitárias, ambientais e de gestão de recursos hídricos, compreendendo os locais de amostragem, parâmetros a avaliar e frequência de amostragem.

§ 5º Os Programas de Monitoramento deverão ser atualizados conforme estabelecidos pelo órgão competente e encaminhados também ao Órgão Regulador.

Art. 17. O prestador de serviços deverá elaborar Planos de Contingência de Emergências (PCE) das Estações de Tratamento e Elevatórias de Esgotos, nos termos de resolução específica.

Seção III

Das Anormalidades na Qualidade do Esgoto

Art. 18. Quando o prestador de serviços detectar lançamentos ou descargas nas redes de esgotos não autorizados ou não ajustados às condições preestabelecidas, deverá:

I - notificar o infrator, concedendo um prazo peremptório para a correção da irregularidade;

II - comunicar de imediato a ocorrência ao Órgão Regulador e às autoridades competentes sanitárias, ambientais e de recursos hídricos;

III - vencido o prazo concedido e persistindo a infração, providenciar junto às autoridades competentes sanitárias e ambientais a interdição do imóvel e da atividade e a aplicação de outras sanções cabíveis.

Art. 19. O prestador de serviços manterá cadastro técnico dos usuários geradores de efluentes industriais lançados nas redes de esgotos ou nas unidades de tratamento, o qual deverá estar atualizado e conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - dados de identificação do usuário;

II - identificação dos pontos de lançamento, de medição de vazão e de coleta de amostras;

III - operações e processos unitários geradores do despejo industrial;

IV - caracterização do despejo industrial, com indicação das características qualitativas e quantitativas suficientemente representativas do mesmo (físico-químicas, bacteriológicas, vazão, entre outras).

Art. 20. No cumprimento do que estabelece o artigo anterior, o prestador de serviços deverá estar habilitado a ter acesso às instalações correspondentes e a obter do responsável as informações necessárias.

Art. 21. O grau de não-observância das normas de características físicas, químicas e biológicas será avaliado conforme a duração da ocorrência, recorrência e os impactos à comunidade e ao meio ambiente.

Parágrafo único. No caso de alguma falha no sistema de tratamento provocar a extrapolação dos parâmetros estabelecidos, o prestador de serviços deverá, de imediato, informar ao Órgão Regulador e às autoridades sanitárias, ambientais e de recursos hídricos, relatando as causas que a provocaram e informando as ações necessárias que estejam sendo adotadas para restabelecer a qualidade dos efluentes e a confiabilidade do sistema.

DOS LODOS RESIDUAIS E SUBPRODUTOS DO TRATAMENTO DE ÁGUA E DE ESGOTO

Art. 22. O prestador de serviços será responsável pelo manejo, condicionamento, transporte e disposição adequada e ambientalmente aceitáveis dos lodos e subprodutos resultantes das unidades operacionais e dos processos de tratamento.

§ 1º A água utilizada nas operações de lavagem e no processo de tratamento deverá ser recirculada ou despejada, desde que satisfaça as normas de lançamento ou de descargas aplicáveis.

§ 2º O prestador de serviços não poderá receber em sua rede de esgotos, lodos, resíduos de tratamento preliminar de ETEs e de elevatórias de esgoto ou outros resíduos contaminantes, sejam próprios ou de terceiros.

§ 3º O prestador de serviços não poderá receber cargas concentradas de esgoto próprio ou de terceiros despejadas por caminhões limpa-fossa ou similares nas estações de tratamento de esgotos ou em qualquer ponto da rede, a menos que suas instalações tenham sido projetadas ou adaptadas para este fim.

Art. 23. O manejo, o condicionamento, o transporte e a disposição de lodos e seus subprodutos deverão ser realizados em conformidade com a legislação e a regulamentação ambiental vigente.

Art. 24. Ao efetuar a remoção dos sólidos transportados pelos efluentes em suas unidades operacionais, o prestador de serviços

deverá tomar as medidas necessárias para o manejo, o condicionamento, o transporte e a disposição adequados de acordo com o estabelecido neste Capítulo.

Parágrafo único. Em todos os casos, os referidos sólidos deverão ser drenados e/ou secados, anteriormente à sua disposição final.

Art. 25. Nos casos de incineração, serão respeitadas as normas de emissão de gases de combustão definidas na legislação ambiental.

§ 1º A amostragem e a avaliação de resultados para a emissão de gases deverá obedecer às exigências definidas na legislação ambiental.

§ 2º As cinzas resultantes do processo de incineração deverão ser dispostas em terrenos destinados a aterro sanitário, adotando-se as medidas necessárias para evitar a lixiviação de metais tóxicos em fontes de águas superficiais ou subterrâneas, respeitando-se, em qualquer hipótese, a legislação ambiental.

Art. 26. O uso de lodos e outros subprodutos de tratamentos esta sujeito às normas que regem a espécie.

§ 1º Não se admitirá o uso agrícola e hortícola de lodos tratados e seus derivados que não atendam os termos das resoluções do CONAMA e exigências do órgão ambiental competente.

§ 2º Para os padrões não constantes na legislação do CONAMA vigente, deverá ser assegurado que os lodos e outros subprodutos de tratamento não ocasionarão concentrações nos solos receptores, superiores àquelas recomendadas internacionalmente pela OMS (Organização Mundial da Saúde) e pela EPA (Environmental Protection Agency), nem danos de qualquer natureza ao meio ambiente e aos produtos agrícolas cultivados, de acordo com a legislação específica.

Art. 27. A presente Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal/SC, 3 de dezembro de 2015.

Nasser Ibrahim

Presidente da CREFISBA

Membros da CREFISBA:

Andevir Isganzella Presidente CISAM-MO	Aluir Flemming Diretor Técnico Operacional CISAM-MO
Sidnei Penzo Diretor Administrativo e Financeiro CISAM-MO	Bruno Cesar Schmitt Engenheiro Sanitarista CISAM-MO
Leomar Eggers Contador CISAM-MO	

CPIMMOC

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2015 TOMADA DE PREÇOS 002/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 007/2015

TOMADA DE PREÇOS 002/2015

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica para o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, de aplicativos(s) de Licença Web, de Gestão do Licenciamento Ambiental Municipal, com acessos simultâneos, em ambiente Web, utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidades descritas no Anexo I do Edital do Processo Licitatório.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento: Menor Preço Global.

Entrega dos Envelopes da Documentação e da Proposta: Até o dia 08 de janeiro de 2016 às 08h30min., (Oito horas e trinta minutos).

Sessão de Abertura e Julgamento da Licitação: Dia 08 de janeiro de 2016 às 09h00min., (Nove horas).

Informações: CPIMMOC, de Segunda a Sexta Feira, das 08h30min. às 12h00min. e das 13h30min. às 17h00min., na Rua Roberto Trompowsky, 68, Centro. Fone: 3522 2800. Endereço eletrônico: cpimmoc@cpimmoc.sc.gov.br

Joaçaba, 08 de dezembro de 2015.
VITOR JOÃO FACCIN
PRESIDENTE DO CPIMMOC

EXTRATO REPUBLICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 006/2015 PREGÃO PRESENCIAL MEDICAMENTOS Nº 006/2015 REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC

PROCESSO LICITATÓRIO CPIMMOC Nº 006/2015
PREGÃO PRESENCIAL CPIMMOC Nº 006/2015
REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2015

REPUBLICAÇÃO

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de MEDICAMENTOS E CORRELATOS para uso dos Órgãos Participantes do CPIMMOC, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, conforme condições, características e quantidades previstas no Edital e seus ANEXOS.

VITOR JOÃO FACCIN, Presidente do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO – CPIMMOC, no uso de suas atribuições, e na forma da lei, torna público para conhecimento dos interessados que foi promovida alteração no Edital do Processo Licitatório em epígrafe, nos termos abaixo:

1.0 – Alterações promovidas:

1.1 – Ficam excluídos do Edital do Processo Licitatório nº 006/2015 – Pregão Presencial nº 006/2015 – Registro de Preços nº 003/2015, os Itens 7.1.1.8 e 19.8.

1.2 – Em função da exclusão do item 19.8, fica fixada nova data para abertura, processamento e julgamento do Processo Licitatório, conforme abaixo:

1.5 – Da Entrega dos Envelopes: até o dia 22 de dezembro de 2015, às 08h30min., (oito horas e trinta minutos).

1.6 – Do Credenciamento: Início às 08h45min (Oito horas e quarenta e cinco minutos) do dia 22 de dezembro de 2015.

1.7 – Da Sessão Pública de Processamento e Julgamento do Pregão: Início às 09h00min., (Nove horas) do dia 22 de dezembro de 2015.”

1.3 – Permanecem inalterados os demais itens do Edital.

Joaçaba, 08 de Dezembro de 2015
VITOR JOÃO FACCIN
Presidente

CIGAMERIOS

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2015 – CIGAMEIROS - MATERIAL ODONTOLÓGICO E CORRELATOS

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2015

O CONSÓRCIO INTEGRADO DE GESTÃO PÚBLICA DO ENTRE RIOS - CIGAMERIOS, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 18.011.183/0001-06, com sede na Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, no Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Dilair Menin, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar, através do Pregoeira nomeada pela Resolução nº 013/2015, Processo de Licitação nº 07/2015, na Modalidade Pregão Eletrônico nº 07/2015, pelo Sistema Registro de Preços, do tipo menor preço por item, cujo objeto é registro de preços para futuras, eventuais e parceladas aquisições de materiais odontológicos e correlatos, pelos municípios consorciados.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h00min do dia 10/12/2015 ate às 08h00min do dia 21/12/2015.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 09h00min do dia 21/12/2015.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h01min horas do dia 21/12/2015.

LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado"

FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS: Endereço: Avenida Euclides da Cunha, nº 160, Centro, Maravilha, SC - Pregoeira: Valquiria Astrigi - E-mail: cigaamerios@amerios.org.br - Telefone/Fax: (49) 3664-0282.

Maravilha/SC, em 08 de dezembro de 2015.
DILAIR MENIN
Presidente do CIGAMERIOS